

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO  
NO PARANÁ (1945-1965)**

Alessandro Batistella

Porto Alegre

2014

Alessandro Batistella

**O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO  
NO PARANÁ (1945-1965)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Céli Regina Jardim Pinto.

Porto Alegre

2014

## CIP - Catalogação na Publicação

Batistella, Alessandro

O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965) / Alessandro Batistella. -- 2014.

381 f.

Orientadora: Céli Regina Jardim Pinto.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. PTB. 2. Paraná. 3. trabalhismo. 4. partido político. 5. elites políticas. I. Pinto, Céli Regina Jardim, orient. II. Título.

Alessandro Batistella

## **O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História, sob orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Céli Regina Jardim Pinto.

Aprovada em 12 de maio de 2014.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Céli Regina Jardim Pinto (UFRGS)

Orientadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Angela Maria de Castro Gomes (UFF-CPDOC/FGV)

---

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó (UFRGS)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Lúcia Moritz (UFRGS)

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, devo um agradecimento especial à minha orientadora, Professora Céli Regina Jardim Pinto, por ter acreditado neste trabalho enquanto o mesmo ainda era apenas um projeto de pesquisa; posteriormente, pela sua orientação segura e tranquila, dando-me liberdade para escolher os caminhos, mas sem se eximir de apontar as melhores trilhas; sem dúvida, as suas importantes observações ao longo de quatro anos foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Em segundo lugar, devo também agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e aos seus professores. Dentre estes, agradeço especialmente aos professores Benito Bisso Schmidt, Carla Simone Rodeghero, Suzana Bleil de Souza e Alessandro Kerber, com quem aprendi muito ao frequentar as suas disciplinas.

Também quero agradecer aos professores Luiz Alberto Grijó e Maria Lúcia Moritz, que participaram do exame de qualificação deste trabalho e contribuíram com importantes observações e sugestões.

Sei que fui um privilegiado por ter contado com uma bolsa de doutorado para a realização deste trabalho e, por isto, sou grato à Capes.

Por fim, agradeço à minha família: minha mãe Marilene, minhas irmãs Danielly e Thalita e, especialmente, a Divane, que foram muito compreensivas ao longo destes quatro anos e entenderam as minhas constantes ausências.

*“Amo a história.  
Se não a amasse não seria historiador. [...] Amo a história – e é por isso que estou feliz por vos falar, hoje, daquilo que amo”.*

Lucien Febvre

## RESUMO

Arquitetado para ser um partido *para* os trabalhadores, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi um partido bastante heterogêneo, acolhendo nas suas hostes lideranças sindicais, profissionais liberais, políticos profissionais, empresários, latifundiários, comunistas e líderes progressistas. Em virtude disso, o antigo PTB tornou-se um partido complexo, com diversas subunidades (ou frações) partidárias: os “pragmáticos-getulistas”, os “doutrinários-trabalhistas”, os “pragmáticos-reformistas” e os “reformistas radicais”. Constituindo-se, ao mesmo tempo, em um partido de fisiológicos e reformistas, de progressistas e conservadores, de sindicalistas e plutocratas (empresários e latifundiários), o antigo PTB foi um partido paradoxal, que contava com um poderoso arsenal de elementos simbólicos e mobilizadores – o carisma de Getúlio Vargas e a doutrina trabalhista, nacionalista e reformista – que contribuíram para o seu significativo crescimento eleitoral durante o período democrático de 1945-1964. Soma-se a isso o fato de que sobre o PTB sempre pairou certa mística, tanto que das três grandes siglas extintas com o Ato Institucional nº 2, em 1965, o PTB foi a única resgatada durante os anos finais da ditadura.

Dessa forma, a presente tese pretende analisar a história e a atuação do antigo Partido Trabalhista Brasileiro do Paraná, focalizando-o em duas perspectivas: internamente e externamente. No que tange à análise interna, a presente pesquisa visa a responder a seguinte questão: qual era o *caráter* do PTB do Paraná? Foi um partido fisiológico ou reformista? Foi um partido progressista ou conservador? Quem eram os membros que integraram a elite partidária? Quais eram as alas que existiram dentro do partido e como se processou as disputas internas pelo poder nas hostes petebistas? Nesse sentido, deve-se salientar que o foco de análise será o Diretório Estadual do Partido Trabalhista Brasileiro do Paraná, sediado em Curitiba, e, mais especificamente, a sua elite partidária, isto é, os dirigentes e as pessoas influentes dentro da agremiação.

Externamente, o objetivo é verificar a atuação e a importância do PTB na política paranaense entre os anos de 1945 a 1965. E mais, também se pretende investigar quais são os fatores que explicam o crescimento eleitoral do partido no Paraná no período em foco.

**Palavras-chave:** Paraná, PTB, trabalhismo, partido político, elites políticas.

## ABSTRACT

Architected to be a party *for* the workers, the Brazilian Labor Party (PTB in Portuguese) was a very heterogeneous party, welcoming in their hosts union leaders, liberal professionals, professional politicians, businessmen, landowners, communist and progressive liberal leaders. As a result, former PTB has become a complex party, with several parties' subunits (or fractions): the "pragmatic-*getulistas*", the "doctrinal-labor", the 'pragmatic-reformist' and the "radical reformers". Constituting at the same time, into a physiological and reformist party, of progressives and conservatives, of trade unionists and plutocrats (businessmen and landowners), former PTB was a paradoxical party, which had a powerful arsenal of symbolic elements and mobilizes - the charisma of Vargas and labor, nationalist and reformist doctrine - which contributed to its significant electoral growth during the democratic period of 1945-1964. Summing to this the fact that the PTB always hovered over certain mystique, so that the three large extinct acronyms with the Institutional Act No. 2 in 1965, the PTB was the only rescued during the final years of the dictatorship

Thus, this thesis aims to analyze the history and activities of former Brazilian Labor Party of Paraná, focusing on the two perspectives: internal and external. Regarding internal analysis, this research aims to answer the following question: what was the *character* of the PTB of Paraná? Was it a physiological or a reformist party? Was it a progressive or a conservative party? Who were the members who joined the party elite? What were the wings that existed within the party and how were processed the internal power struggles in PTB hosts? In this sense, it should be noted that the focus of analysis will be the *Diretório Estadual do Partido Trabalhista Brasileiro do Paraná* (State Board of Brazilian Labor Party of Paraná), based in Curitiba, and more specifically, its party elite, which means, the leaders and influential people within the guild.

Externally, the objective is to verify the performance and the importance of PTB in Paraná state politics between the years of 1945-1965. And more, it is also intended to investigate what are the factors that explain the electoral growth of the party in Paraná in the period in focus.

**Keywords:** Paraná, PTB, laborism, political party, political elites.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Maximino Zanon, primeiro presidente do PTB do Paraná .....	93
Imagem 2 – Abilon de Souza Naves .....	107
Imagem 3: Encontro entre Vargas e Souza Naves no Palácio do Catete (1951) .....	164
Imagem 4 – Mapa da região do sudoeste paranaense em conflito agrário .....	194
Imagem 5: Jango e Souza Naves na Convenção do PTB paranaense (1957) .....	200
Imagem 6: Léo de Almeida Neves .....	201
Imagem 7 – Campanha de Souza Naves ao Senado em 1958 .....	212
Imagem 8: Waldemar Daros, líder da corrente “reformista radical” do PTB do Paraná .....	258
Imagem 9: Amaury de Oliveira e Silva, o último ministro do Trabalho de Jango .	277
Imagem 10: Encontro entre Carlos Lacerda e Ney Braga .....	281
Imagem 11: “Marcha a favor do ensino livre”, ocorrida em Curitiba (24/03/1964)	290
Imagem 12: Walter Pecoits, preso arbitrariamente em 1964 .....	303

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Eleições no Paraná (1945-1962): Câmara dos Deputados Federais – número de cadeiras por partido .....	26
Tabela 2 – Eleições no Paraná (1945-1962): Assembléia Legislativa do Paraná – número de cadeiras por partido .....	26
Tabela 3: Composição partidária da Câmara dos Deputados (1945-1962) .....	58
Tabela 4: partidos conservadores e partidos populistas-progressistas na composição partidária da Câmara dos Deputados (1945-1962) .....	58
Tabela 5 – Primeira Comissão Executiva do PTB do Paraná .....	92
Tabela 6 – Comissão Executiva Nacional do PTB (escolhida na I Convenção Nacional) .....	95
Tabela 7 – Resultado das eleições para a Presidência da República no Paraná em 1945 .....	100
Tabela 8 – Comissão Executiva do PTB do Paraná (eleita em junho de 1946) ....	106
Tabela 9 – Resultado das eleições para o governo do Paraná em 1947 .....	114
Tabela 10 – Comissão Executiva do PTB do Paraná (eleita em 1º de outubro de 1947) .....	121
Tabela 11 – Comissão Executiva do PTB do Paraná (eleita em 16 de outubro de 1949) .....	135
Tabela 12 – Resultado das eleições para o governo do Paraná em 1950 .....	143
Tabela 13 – Resultado das eleições presidenciais de 1950 no Paraná .....	143
Tabela 14 – Número de cadeiras (por partido) na Assembléia Legislativa do Paraná (1947-1950) .....	145
Tabela 15 – Comissão Executiva do PTB do Paraná (eleita em setembro de 1951) .....	151
Tabela 16 – Comissão Executiva do PTB do Paraná (eleita em setembro de 1953) .....	165
Tabela 17 – Número de cadeiras (por partido) na Câmara dos Deputados nas eleições de 1945, 1950 e 1954 no Paraná .....	172
Tabela 18 – Número de cadeiras (por partido) na Assembléia Legislativa do Paraná (1947-1954) .....	173
Tabela 19 – Resultado das eleições para o governo do Paraná em 1955 .....	180

Tabela 20 – Resultado das eleições presidenciais de 1955 no Paraná .....	181
Tabela 21 – Comissão Executiva do PTB do Paraná (eleita em 24 de fevereiro de 1957) .....	199
Tabela 22 – Número de cadeiras (por partido) na Câmara dos Deputados nas eleições de 1945, 1950, 1954 e 1958 no Paraná .....	213
Tabela 23 – Número de cadeiras (por partido) na Assembléia Legislativa do Paraná (1947-1958) .....	215
Tabela 24 – Resultado das eleições para o governo do Paraná em 1960 .....	229
Tabela 25 – Resultado das eleições presidenciais de 1960 no Paraná .....	232
Tabela 26 – Comissão Executiva do PTB-PR (eleita em 15 de janeiro de 1961) .	239
Tabela 27 – Número de cadeiras (por partido) na Câmara dos Deputados nas eleições de 1945, 1950, 1954, 1958 e 1962 no Paraná .....	262
Tabela 28 – Número de cadeiras (por partido) na Assembléia Legislativa do Paraná (1947-1962) .....	264
Tabela 29 – Comissão Executiva do PTB do Paraná (eleita em março de 1964) .	285

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACOPA	Associação Comercial do Paraná
ADEP	Associação Democrática Popular
ADP	Ação Democrática Parlamentar
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CANGO	Colônia Agrícola Nacional General Osório
CITLA	Companhia Imobiliária Clevelândia Industrial e Territorial Ltda
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná
COPEL	Companhia Paranaense de Eletricidade
CREAI	Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil
ED	Esquerda Democrática
IAP	Instituto de Aposentadorias e Pensões
IAPC	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBC	Instituto Brasileiro do Café
INIC	Instituto Nacional de Imigração e Colonização
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
FAB	Força Aérea Brasileira
FLN	Frente de Libertação Nacional
FMP	Frente de Mobilização Popular
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
GETSOP	Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná
IPASE	Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MRT	Movimento de Renovação Trabalhista
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
PCB	Partido Comunista Brasileiro

PDC	Partido Democrata Cristão
PL	Partido Libertador
PR	Partido Republicano
PRP	Partido de Representação Popular
PRP	Partido Republicano Progressista
PRPR	Partido Republicano Paranaense
PRT	Partido Republicano Trabalhista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSN	Partido Social Nacionalista
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
SPR	Secretaria da Presidência da República
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE	União Nacional dos Estudantes
URP	União Republicana Paranaense
UTP	União dos Trabalhadores do Paraná

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
<b>1. REVISITANDO A LITERATURA: O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) E O SISTEMA PLURIPARTIDÁRIO DE 1945-1964</b>	<b>32</b>
1.1. O processo de redemocratização e a formação dos partidos políticos nacionais .....	32
1.2. O Partido Trabalhista Brasileiro: getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformismo .....	43
1.3. O sistema político-partidário brasileiro (1945-1964) .....	54
1.4. Um conceito em reflexão: o populismo e a sua operacionalidade .....	63
1.4.1. Breve trajetória de um conceito .....	64
1.4.2. O colapso do conceito de populismo? .....	69
1.4.3. A teoria do populismo de Ernesto Laclau .....	75
<b>2. A GÊNESE E OS ANOS INICIAIS DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO NO PARANÁ (1945-1949)</b>	<b>79</b>
2.1. O Paraná durante os anos 1930-1945 .....	79
2.2. A redemocratização no Paraná e a formação dos partidos políticos .	86
2.3. O PTB do Paraná e o apoio à candidatura Dutra .....	94
2.4. O PTB e as eleições de dezembro de 1945 .....	98
2.5. A relação com Moysés Lupion e as primeiras eleições no PTB paranaense .....	102
2.6. O PTB e as eleições estaduais de 1947 .....	108
2.7. O governo Lupion e as crises político-partidárias .....	115
2.7.1. A Convenção Estadual do PTB de 1947: as disputas internas pelo poder .....	120
2.7.2. A expulsão de Roberto Barrozo do PTB .....	124
2.7.3. Lupion e o “grande cisma” do PTB paranaense .....	125
2.7.4. O PTB e o rompimento com Lupion .....	128
2.7.5. A Convenção Estadual do PTB em 1949 e a possível reaproximação com Lupion .....	130

<b>3. O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DO PTB PARANAENSE E A CONSOLIDAÇÃO DA LIDERANÇA DE SOUZA NAVES (1949-1955) ....</b>	<b>140</b>
3.1. O PTB paranaense e as eleições de 1950 .....	140
3.2. As lutas pelo poder e a intervenção no PTB paranaense .....	147
3.3. O PTB e o governo Bento Munhoz da Rocha Neto .....	152
3.3.1. O crescimento do PTB no interior do Paraná .....	156
3.4. João Goulart e Abilon de Souza Naves na direção nacional do PTB .	159
3.4.1. A consolidação da liderança de Souza Naves no PTB do Paraná .....	163
3.5. O rompimento do PTB com Bento Munhoz da Rocha Neto .....	166
3.6. O suicídio de Vargas e as eleições de 1954 e 1955 .....	168
3.6.1. O PTB e as eleições de 1954 no Paraná .....	171
3.6.2. A eleição para a prefeitura de Curitiba e o surgimento político de Ney Braga .....	175
3.6.3. O PTB e as eleições de 1955 .....	176
<b>4. O CRESCIMENTO ELEITORAL DO PTB PARANAENSE E A ASCENSÃO DOS “PRAGMÁTICOS-REFORMISTAS” E DOS “PLUTOCRATAS” (1956-1960) .....</b>	<b>185</b>
4.1. O PTB e o governo JK: estabilidade política, nacionalismo e reformismo .....	185
4.2. O PTB paranaense e a oposição a Moysés Lupion .....	190
4.2.1. A campanha oposicionista a Lupion .....	194
4.3. A ascensão dos “pragmáticos-reformistas” e dos “plutocratas” no PTB paranaense .....	197
4.3.1. A ascensão da “ala plutocrata” e a formação dos “três PTBs”	202
4.4. O ingresso de Jânio Quadros no PTB do Paraná .....	205
4.5. O PTB e as eleições de 1958 no Paraná .....	210
4.6. O PTB do Paraná defende a chapa “Jan-Jan” em 1960 .....	218
4.7. O PTB e as eleições de 1960 .....	223
4.8. O Movimento Trabalhista Renovador (MTR) no Paraná .....	233
<b>5. O PTB PARANAENSE DURANTE A DÉCADA DE 1960: AS CRISES POLÍTICAS, O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E A EXTINÇÃO DO PARTIDO EM 1965 .....</b>	<b>237</b>

5.1.	A convenção trabalhista de 1961: Maculan, Amaury e Léo na liderança do PTB paranaense .....	237
5.2.	A renúncia de Jânio Quadros e a Campanha da Legalidade no Paraná .....	241
5.3.	O governo João Goulart sob a égide do parlamentarismo .....	247
5.4.	O PTB paranaense e a aproximação do governo Ney Braga .....	254
5.5.	O PTB e as eleições de 1962 no Paraná .....	259
5.6.	A relação entre trabalhistas e comunistas no Paraná .....	267
5.7.	O rompimento do PTB com Ney Braga .....	270
5.8.	O Paraná e o governo João Goulart durante o período presidencialista .....	272
	5.8.1. A convenção do PTB paranaense de 1964 .....	284
5.9.	O PTB e o golpe civil-militar de 1964 .....	287
5.10.	O PTB após o golpe civil-militar: do esvaziamento à extinção da legenda .....	305
	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	314
	BIBLIOGRAFIA E FONTES DE PESQUISA .....	319
	ANEXOS .....	337



## INTRODUÇÃO

Em virtude da sua posição periférica, sobretudo em termos econômicos e políticos, em que ocupou ao longo da história do Brasil, Ricardo Costa de Oliveira (2000, p. 2-3) ressalta que o Paraná foi durante muito tempo apenas considerado como um território que separava dois estados politicamente fortes: São Paulo e Rio Grande do Sul. Em virtude de tal premissa, que virou uma espécie de senso comum político, o pesquisador lembra que é comum encontrarmos abordagens que atribuem um caráter político aistórico ao Paraná, considerando que os paulistas faziam “fronteira política” com os sul-rio-grandenses, tamanha a inexpressividade dos paranaenses e catarinenses.

No entanto, nos últimos vinte anos surgiram pesquisas acadêmicas que têm contribuindo para derrubar essa concepção, demonstrando que o Paraná teve uma importante participação em diversos momentos políticos da história do país. Nesse sentido, Ricardo Costa de Oliveira (Ibidem, p. 3-4) lembra que:

[...] A Revolução de 1930 teve uma grande ajuda quando forças no Paraná se revoltaram, colaborando na pressão e na passagem das forças revolucionárias por seu estratégico território e por suas importantes pontes, forçando a derrota em São Paulo dos esquemas políticos da República Velha. A presença da política paranaense também se fez sentir em todos os momentos de crise e inflexão da política brasileira. Em 1961, na defesa da legalidade. Em 1964, na realização do golpe e na sua consolidação. Em 1982, na geopolítica do PMDB, acarretando o desmonte da ditadura.

Sem dúvida, tais pesquisas trouxeram uma significativa contribuição para a historiografia paranaense e nacional, inclusive possibilitando novas interpretações sobre visões tradicionais da história do Paraná e fomentando novas pesquisas. Porém, ainda são raros os estudos acerca dos partidos políticos paranaenses, que poderiam trazer relevantes contribuições à história política e social do Paraná.

Particularmente no que tange à história dos partidos políticos paranaenses, podemos citar poucos trabalhos: a tese de doutoramento de Evandir Codato (1991), na qual a autora analisa a aliança e o rompimento entre o PSD e a UDN no Paraná durante o primeiro governo de Moysés Lupion (1947-1950); e o livro de Adriano Codato e Marcio Kieller

(2008), no qual focalizam a história e a memória dos antigos dirigentes e militantes do PCB no Paraná.

O estudo dos partidos políticos constitui um importante viés de análise da sociedade, pois:

Fenômeno histórico por definição, [...] o partido político está em condições de fornecer ao historiador uma considerável quantidade de informações sobre os grupos que se esforçam por reunir os homens tendo em vista uma ação comum sobre o poder ou a organização da sociedade. Informações de ordens diversas, que esclarecem singularmente [...] o comportamento do homem na política, e, além disso, o jogo complexo das forças que condicionam e motivam seus atos (BERSTEIN, 1996, p. 71-72).

Os partidos políticos modernos surgem na primeira metade do século XIX na Europa e nos Estados Unidos, especificamente nos países que estavam adotando formas de governo representativo. Norberto Bobbio (1986, p. 899) lembra que os partidos não nasceram automaticamente com o governo representativo, mas sim porque processos civis e sociais que levaram a essa forma de governo, que previa uma gestão do poder por parte dos “representantes do povo”, teriam depois conduzido a uma progressiva democratização da vida política e à integração de setores mais amplos da sociedade civil no sistema político<sup>1</sup>.

Dessa forma, antes do século XIX podemos afirmar que não existiam partidos políticos, mas sim alguns de seus antecedentes, como facções, grupos parlamentares e associações – denominados por alguns autores como protopartidos.

Jean Charlot (1982, p. 6-7) apresenta quatro critérios fundamentais para distinguir os partidos políticos modernos desses protopartidos:

- a) uma organização durável, cuja esperança de vida política seja superior à de seus dirigentes;

---

<sup>1</sup> Convém lembrar que a literatura destacada que os partidos políticos, ao longo da história passaram por três fases: a) os “partidos dos notáveis” – os primeiros partidos eram elitistas, isto é, apenas a burguesia e a aristocracia tinham o direito de constituir partidos; b) o “partido de organização de massa” – surge com os partidos socialistas e operários no final do século XIX, caracterizando-se por representar as reivindicações dos trabalhadores, além de possuir uma organização difusa e estável, com um corpo de funcionários pagos especialmente para desenvolver uma atividade política e um programa político-sistemático; e c) os “partidos eleitorais de massa” – que não se dirigem especificamente a uma classe ou a uma categoria particular, mas que procuram conquistar a confiança dos diferentes estratos da sociedade por meio de plataformas amplas, flexíveis e vagas, caracterizando-se por ser um partido com objetivos essencialmente eleitorais (e, por isso, conhecidos como partidos “pega tudo”). Mais detalhes, ver BOBBIO (Ibidem, p. 898-905).

- b) uma organização complexa, com uma interligação entre o centro-nacional e as unidades de base;
- c) uma vontade deliberada de exercer diretamente o poder, individualmente ou através de alianças;
- d) uma vontade de buscar o apoio popular.

Max Weber (Apud BOBBIO, 1986, p. 898) define partido político como:

[...] associações [...] que visam a um fim deliberado, seja ele “objetivo” como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais, seja “pessoal”, isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes e sequezes, ou então voltando para todos esses objetivos conjuntamente.

Para Norberto Bobbio (Ibidem, p. 899), essa definição de partido político “põe em relevo o caráter associativo do partido, a natureza da sua ação essencialmente orientada à conquista do poder político dentro de uma comunidade [...]”. Dessa forma, conclui Bobbio: “[...] o partido compreende formações sociais assaz diversas, desde os grupos unidos por vínculos pessoais e particularistas às organizações complexas de estilo burocrático e impessoal, cuja característica comum é a de se moverem na esfera do poder político”.

Por sua vez, Giovanni Sartori (1982) define partido político como “qualquer grupo político, identificado por um rótulo oficial que se apresente em eleições e seja capaz de colocar através de eleições (livres ou não) candidatos a cargos públicos”.

Sartori (Ibidem, p. 93) também lembra que há muitas maneiras de estudar os partidos políticos de “dentro”, porém há duas linhas de investigação que receberam a maior atenção: a questão da democracia intrapartidária e a abordagem organizacional. A primeira, segundo o autor, remonta à “lei de ferro da oligarquia” de Robert Michels (s.d.)<sup>2</sup>: os partidos políticos tendem a formar internamente pequenas oligarquias, que controlam e conduzem a instituição conforme os seus interesses particulares. Dessa forma, os partidos políticos geralmente são antidemocráticos internamente, caracterizando-se por uma minoria de dirigentes profissionais (a cúpula) e por uma maioria dirigida.

Por sua vez, a abordagem organizacional foi desenvolvida por Maurice Duverger, que, em seu livro *Os partidos políticos* (1970)<sup>3</sup>, dedicou-se a análise estrutural dos partidos políticos – o arcabouço geral, os membros e as instituições dirigentes.

<sup>2</sup> A primeira edição de *The Sociology of Political Parties* data de 1911. A edição que estamos utilizando nesse trabalho foi titulada como *Os partidos políticos*, e não consta a data de sua publicação.

<sup>3</sup> A primeira edição da obra de Duverger data de 1951.

No capítulo em que analisa o “arcabouço geral” dos partidos, Duverger procura diferenciar os partidos de estrutura direta e os partidos de estrutura indireta. De acordo com Duverger (Ibidem, p. 40-41) os partidos de estrutura indireta são aqueles em que não há comunidade partidária realmente distinta dos grupos sociais de base; isto é, não se é membro de um partido propriamente dito, mas é-se membro de um grupo social, o qual é coletivamente adepto do partido – como, por exemplo, sindicatos, associações, cooperativas, etc. Como exemplos de partidos de estrutura indireta, Duverger cita os partidos socialistas, católicos e agrários.

Já nos partidos de estrutura direta, a adesão ao partido ocorre de forma individual. Em suma, os partidos de estrutura direta são a regra e os partidos de estrutura indireta são a exceção.

Ainda no que tange ao arcabouço dos partidos, Duverger (Ibidem, p. 52) observa que:

Um partido não é uma comunidade, mas um conjunto de comunidades, uma reunião de pequenos grupos disseminados através do país (seções, comitês, associações locais, etc.) ligados por instituições coordenadoras. A expressão “elementos de base” designa essas células componentes do organismo partidário.

Sobre essas “células” que compõem o “organismo partidário”, Duverger salienta que embora cada partido tenha a sua própria estrutura, podem-se distinguir quatro grandes tipos de elementos de base, a saber:

- *comitê*: define-se pelo seu caráter restrito e fechado, reunindo apenas um pequeno número de membros, que não procura crescer estendendo o seu recrutamento, pois nele não entra quem quer. Apesar da sua fraqueza numérica, o comitê pode dispor de grande poder. Sua força não repousa na quantidade de seus membros, mas na sua qualidade – o comitê é um agrupamento de pessoas importantes, escolhidas em razão de sua influência (Ibidem, p. 53).

[...] Por outro lado, a atividade do comitê é sazonal: atinge o máximo no período de eleições, para reduzir-se consideravelmente no intervalo dos escrutínios. Em suma, o comitê tem um caráter semi-permanente: não é mais uma instituição ocasional, nascida para uma única campanha eleitoral e morta com ela; mas não é ainda uma instituição totalmente permanente, semelhante aos partidos modernos para os quais a agitação e a propaganda não cessam jamais (Idem).

- *seção*: ao contrário do comitê, que é autônomo e pode viver isolado, a seção não passa de uma parte de um todo, cuja existência isolada é inconcebível. Ademais, pode-se opor, característica por característica, a seção do comitê:

Este [o comitê] apresenta um caráter restrito, aquela [a seção] um caráter amplo: a seção procura adquirir partidários, multiplicá-los o número, engrossar suas fileiras. Ela não despreza a qualidade; mas a quantidade lhe importa acima de tudo. O comitê constituía um grupo fechado, onde não se ingressava senão por cooptação ou delegação; a seção é grandemente aberta. Praticamente, para nela ingressar, basta querer. Certamente, a maioria dos partidos estabelecem regras de proteção, definem condições de adesão, como se verá mais adiante; mas estas permanecem geralmente teóricas, pelo menos no sistema da seção (isto é, menos verdadeiro para o sistema de células). O comitê reunia somente pessoas gradas, escolhidas em razão da sua influência; a seção recorre às massas. (Ibidem, p. 58).

- *célula*: define-se pela sua base ser de ordem profissional – e não local, como a seção. Em outras palavras, a célula reúne todos os membros do partido que têm o mesmo local de trabalho – há, assim, células de fábricas, de escritórios, de lojas, etc... (Ibidem, p. 63).
- *milícia*: particularidade dos partidos revolucionários, constitui uma espécie de exército privado, cujos membros são enquadrados militarmente, submetidos à mesma disciplina e ao mesmo treinamento que os soldados. Salvo exceção, não são mobilizados permanentemente nem treinados para a organização: ficam simplesmente obrigados a reuniões e a exercícios muito freqüentes. Devem sempre estar prontos para ficar à disposição dos seus chefes (Ibidem, p. 71-72).

Contudo, Orides Mezzaroba (1995, p. 24) salienta que mesmo que Duverger procure demonstrar que existam diferenças de estruturas entre os partidos, os mesmos tendem a tornar-se internamente elitistas e oligárquicos, independentemente da sua ideologia. Assim, os chefes tendem a formar uma classe dirigente isolada da militância.

De fato, para Duverger (1970, p. 170), a direção dos partidos apresenta o duplo caráter de uma aparência democrática e de uma realidade oligárquica. A “aparência” democrática tem o objetivo legitimar a direção partidária, que, em nome da eficácia prática, impele fortemente no sentido inverso. Segundo o autor (Ibidem, p. 171):

[...] Os princípios democráticos exigem a eleição de dirigentes em todos os escalões, sua renovação frequente, seu caráter coletivo, sua fraca autoridade. Assim organizado, um partido não está bem armado para a luta política. Se todos adotarem essa mesma estrutura, o mal não é grande, sendo as condições da pugna

as mesmas para cada um. Mas se um deles se organizar segundo um método autocrático e autoritário, os outros ficarão situados em posição de inferioridade.

Portanto, Duverger (Ibidem, p. 171-172) diz que embora os partidos políticos se esforcem para apresentar uma aparência democrática, internamente ocorre uma série de técnicas de camuflagem, “em que os processos autoritários e oligárquicos desenvolvem-se geralmente na ignorância dos estatutos, por uma série de processos indiretos, porém eficazes”.

Além das obras de Robert Michels e Maurice Duverger, outro trabalho clássico é o de Giovanni Sartori. *Em Partidos e sistemas partidários* (1982), Sartori dedica grande atenção às subunidades partidárias, pois:

[...] Qualquer que seja a disposição organizacional – formal e informal – um partido é um agregado de pessoas que formam constelações de grupos rivais. Um partido pode mesmo ser, quando observado de dentro, uma confederação mal estruturada de sub-partidos (Ibidem, p. 94).

No que tange às subunidades partidárias, Sartori procura discutir os diversos conceitos que são utilizados para defini-las:

A primeira dificuldade em nosso caminho é que nos falta uma terminologia consolidada para designar as subunidades partidárias. Os italianos lhe dão o nome de “correntes” (*correnti*); os alemães falam geralmente de alas e tendência (*Richtung* e/ou *Flügel*); os autores franceses e ingleses são igualmente imprecisos e metafóricos quanto à questão. Por outro lado, os cientistas políticos norte-americanos se decidiram por “facção” – na minha opinião, uma escolha infeliz. Historicamente, as facções são aquilo que os partidos *não* são; atualmente, elas têm a aparência de constituírem a matéria interna, intrínseca, dos partidos. No uso comum, a facção é avaliativa; na ciência política, pelo que nos dizem, é neutra. É de duvidar se esta maneira é adequada ao trato da questão da *Wertfreiheit*. É ainda mais duvidoso supor que haja qualquer razão, ou sabedoria, em rejeitar a conotação histórica. Na verdade, estamos sempre atribuindo novos significados a velhas palavras, e quanto mais trouxermos de volta à vida palavras e conotações obsoletas, melhor para a riqueza da língua. A questão é, portanto, se o significado clássico de facção é obsoleto. E isso não parece acontecer. (Ibidem, p. 94)

Rechaçando a utilização do termo *facção*, por não descartar a historicidade do conceito – que remonta desde o tempo dos protopartidos – e que trás consigo um caráter pejorativo, Sartori irá propor a utilização de um termo neutro para designar as subunidades partidárias. Assim, o autor optará em utilizar o termo *fração* para designar a totalidade da classe das subunidades partidárias e, mais especificamente, adotará a seguinte

terminologia: “*fração* (a categoria geral, não especializada), *facção* (o grupo de poder específico) e *tendência* (a série configurada de atitudes)” (Ibidem, p. 97).

Dessa forma, Sartori, partindo do pressuposto de que “[...] a maioria dos partidos são – ao nível das subunidades – amálgamas, combinações de diferentes proporções de facções, tendências, agrupamentos independentes e/ou atomizados” (Ibidem, p. 98), propõe um esquema analítico para a “anatomia partidária” baseada em quatro dimensões:

- a) a *dimensão organizacional*: as subunidades partidárias podem ser extremamente organizadas – inclusive mais do que o próprio partido –, chegando a organizar congressos, levantar fundos para si mesma (e não para o partido), possuir uma imprensa, entre outras coisas. Contudo, para tanto é determinante a questão da autonomia das frações face à unidade do partido. (Ibidem, p. 98-99).
- b) a *dimensão motivacional*: é a que investiga o “facciosismo” propriamente dito. Aqui Sartori (Ibidem, p. 99) seguirá a terminologia proposta por Hume, que estabeleceu a distinção entre facções de interesse e facções de princípio. No que tange às facções de interesse, Sartori propõe uma distinção entre as facções de poder (pura e simplesmente, o poder pelo poder) e as facções orientadas para cargos e proventos (mais voltadas para as vantagens do que para o poder). Por outro lado, as *frações* de princípio distinguem-se em grupos ideológicos e grupos de ideias (grupos de opinião, isto é, grupos cujas ideias e ideais não partilham das outras características dos grupos ideológicos). Conforme Sartori (Ibidem, p. 99-100):

Grupos orientados para o poder e/ou para cargos e proventos indicam o que geralmente se entende por “*facção*”: são as facções por excelência. Os grupos de opinião e/ou ideológicos são, ao contrário, desinteressados, isto é, seu principal interesse está na promoção de idéias e ideais (que levam, é certo, a uma política correspondente).

- c) a *dimensão ideológica*: embora essa dimensão pode confundir-se com a dimensão motivacional, é necessário separá-los: “[...] O contínuo motivacional vai do desinteresse puro (a fração do testemunho) ao simples egoísmo (a facção orientada para cargos e proventos). O contínuo ideológico vai do extremo do fanatismo ideológico e do princípio orientado para o futuro até o extremo oposto do praticalismo e do pragmatismo puros”. Dessa forma, a ideologia pode, inclusive, constituir uma camuflagem muito útil (Ibidem, p. 100-101).

d) a *dimensão esquerda-direita*: segundo Sartori, essa é a que menos merece confiança, por ser o “índice de política do leigo” e, por isso, ser simplista e resultante da combinação de critérios vagos. Entretanto, uma razão para se utilizar a dimensão esquerda-direita é que “esta é a que menos violenta a identificação das tendências, das posições não-alinhadas e das configurações atomizadas” (Ibidem, p. 101).

Além dessas quatro dimensões, Sartori (Ibidem, p. 102) também oferece mais um critério de análise sobre as frações partidárias, baseado na teoria da coalizão. Sob esse aspecto, o autor faz uma distinção entre a *fração personalista* (que serve e acompanha os sucessos e insucessos de um chefe indiscutido) e a *fração de coalizão ou confederativa* (o grupo de tipo de aliança que não tem um único general, mas muitos coronéis e majores), além de também distinguir três grupos: a) os *grupos de apoio* (frações do tipo em cima do muro, que aderem ao vencedor e que se contentam com vantagens marginais); b) os *grupos de veto* (cujo principal objetivo é a obstrução); c) e os *grupos de programas* (frações que buscam governar e impor seus programas políticos).

Em suma, os referenciais teórico-metodológicos fornecidos por Maurice Duverger e Giovanni Sartori serão fundamentais para nortear as análises da presente pesquisa, cujo foco é o sistema pluripartidário em voga no Brasil e, especificamente, no Paraná entre os anos de 1945-1964, mais precisamente a atuação do Partido Trabalhista Brasileiro paranaense na arena política desse período.

A literatura que versa sobre o antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) revela-nos que esse foi um partido complexo, que ao longo dos seus vinte anos de história passou por diferentes contextos e por algumas transformações. Inicialmente vinculado à figura de Getúlio Vargas e ao seu legado trabalhista, posteriormente o partido hasteou as bandeiras do reformismo e do nacionalismo, embora nunca tenha se desvinculando do getulismo e do fisiologismo. Arquitetado para ser um partido popular, destinado, sobretudo, à classe trabalhadora, o PTB foi o partido que mais cresceu eleitoralmente durante o período democrático de 1945-1964. Soma-se a isso o fato de que sobre o PTB sempre pairou certa mística, tanto que das três grandes siglas extintas com o Ato Institucional nº 2, em 1965, o PTB foi a única resgatada durante os anos finais da ditadura.

O antigo Partido Trabalhista Brasileiro já foi analisado por cientistas políticos e historiadores, tais como Angela de Castro Gomes (1988, 1994, 2007), Maria Celina D’Araújo (1996), Lucília de Almeida Neves Delgado (1989), Maria Victoria Benevides



(1989), Jorge Ferreira (2005), Miguel Bodea (1992), entre outros<sup>4</sup>. No entanto, mesmo nesses consagrados trabalhos raramente encontramos informações sobre o PTB paranaense, que será o objeto de estudo da presente pesquisa.

Portanto, a presente tese pretende analisar o antigo PTB paranaense em duas perspectivas: “internamente” e “externamente”. No que tange à análise interna, a pesquisa visa a responder as seguintes questões:

- a) Quem constituía a elite dirigente do PTB do Paraná? Qual era o perfil biográfico dessa elite?
- b) Houve disputas pelo poder dentro do PTB paranaense? Se sim, quem as protagonizou?
- c) Havia correntes dentro do partido? Se sim, quais eram as suas diferenças? O que defendiam?
- d) Qual era a relação do PTB do Paraná com o getulismo? Em algum momento o partido defendeu um programa reformista e nacionalista?

As questões acima, em seu conjunto, visam a responder o primeiro problema da presente tese: ***afinal, qual era o “caráter” do antigo Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná?*** Pois, como bem observou Maria Vitória Benevides (1989, p. 15):

[...] Existe o PTB dos latifundiários e o PTB que luta pela Reforma Agrária; o PTB dos favelados e o PTB da burguesia nacional; o PTB dos comunistas e o PTB dos fisiológicos; o PTB hegemônico no Rio Grande do Sul, o PTB “carismático” no Distrito Federal e o PTB paradoxalmente fraco em São Paulo.

Além de procurarmos definir as principais características do PTB paranaense – “revelar o seu caráter” – também se pretende verificar quais eram as suas particularidades em relação ao PTB nacional.

Contudo, deve-se salientar que o foco de análise será o Diretório Estadual do Partido Trabalhista Brasileiro do Paraná, sediado em Curitiba, e, mais especificamente, a sua elite partidária, isto é, os dirigentes e as pessoas influentes dentro do partido. Tendo em vista que o termo elite é criticado pela sua imprecisão, optamos, aos propósitos deste trabalho, em utilizar o conceito de elites como:

---

<sup>4</sup> No capítulo 1 iremos analisar a historiografia que versa sobre o PTB.

[...] aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade (HEINZ, 2006, p. 7).

Ainda conforme Flávio Heinz (Idem), as elites referem-se a “categorias ou grupos que parecem ocupar o ‘topo’ de ‘estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos’”, ou seja, “os dirigentes, as pessoas influentes, os abastados ou os privilegiados”. Em suma, ao estudarmos as elites partidárias do PTB paranaense estaremos focando nossas atenções para os indivíduos que ocupavam os altos escalões do partido e que, ao mesmo tempo, gozavam de influência e de poderes de decisão (sobretudo os membros da Executiva estadual e os petebistas eleitos para o Senado, para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Legislativa do Paraná).

Ao estudarmos as elites partidárias do PTB paranaense optamos em utilizar, em alguns momentos, a prosopografia ou biografia coletiva. Segundo Lawrence Stone (Apud CHARLE, 2006, p. 41), “a prosopografia é a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas” e os seus propósitos são “dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social, descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos que se dão no seu interior”.

De acordo com Flávio Heinz (2006, p. 9):

A prosopografia, ou o método das biografias coletivas, pode ser considerado um método que utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisas históricas, buscando revelar as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico. As biografias coletivas ajudam a elaborar perfis sociais de determinados grupos sociais, categorias profissionais ou coletividades históricas, dando destaque aos mecanismos coletivos – de recrutamento, seleção e de reprodução social – que caracterizam as trajetórias sociais (e estratégias de carreira dos indivíduos).

Desse modo, o uso – em alguns momentos – da prosopografia será de grande valia para estudarmos a composição social do grupo dirigente do PTB paranaense (a sua origem social, a atividade profissional, a formação universitária e/ou grau de escolaridade, a faixa etária, etc.) e, assim, compreendermos as dinâmicas sociais e políticas dentro do partido.

Em suma, o estudo das elites possibilita-nos visualizar “quais são os espaços e os mecanismos do poder nos diferentes tipos de sociedade ou os princípios empregados para o

acesso às posições dominantes” (HEINZ, 2006, p. 8). De acordo com Adriano Codato (2008, p. 15-16), o estudo das elites partidárias também possibilita demonstrar “a existência de uma relação de mão-dupla entre as características pessoais da elite e as características institucionais do sistema político – aí incluídos o Estado e seus aparelhos, o regime e suas regras e a própria fórmula política em vigor (a ‘ideologia dominante’)”. Afinal, “há uma afinidade importante entre o tipo de partido, sua posição no gradiente ideológico, o tipo de interesse que defende e a origem social dos seus dirigentes”.

Giovanni Sartori (1982, p. 93) salienta que ao estudarmos os partidos políticos também “lidamos com uma unidade mais abrangente que o partido, pois estudamos também o próprio sistema partidário”. Nesse sentido, o segundo problema da presente pesquisa reside na seguinte questão: ***qual foi o papel desempenhado pelo PTB paranaense no sistema pluripartidário estadual entre 1945-1965?***

Nesse sentido, estamos partindo da hipótese de que o PTB do Paraná não foi um partido fraco e periférico – embora nenhum governador do Paraná entre os anos de 1945-1965 fosse oriundo das hostes petebistas – mas, ao contrário, de que o partido desempenhou um papel significativo na arena política local, ora formando coalizões e apoiando governos, ora na oposição ou lançando candidaturas próprias.

Dessa forma, pretende-se avaliar a atuação do Partido Trabalhista Brasileiro paranaense durante os diferentes contextos históricos que marcaram o período de 1945-1965 no país e no Paraná. Em outras palavras, avaliar-se-á os motivos que levaram o partido a apoiar ou não determinados governos, a realizar determinadas coalizões e a defender ou criticar determinadas posições políticas durante os governos de Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961), Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955) e Ney Braga (1961-1965). Em suma, ao estudarmos o PTB paranaense não estaremos estudando *apenas um* partido político, mas também o período pluripartidário em voga no Paraná.

Por fim, também se pretende, ao longo do presente trabalho, responder à seguinte questão: ***quais motivos explicam o crescimento eleitoral do Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná durante os anos 1945-1965?*** (Conforme demonstram as tabelas abaixo).

Tabela 1 – Eleições no Paraná (1945-1962):

Câmara dos Deputados Federais – número de cadeiras por partido

Partido	Nº de cadeiras em 1945 (%)	Nº de cadeiras em 1950 (%)	Nº de cadeiras em 1954 (%)	Nº de cadeiras em 1958 (%)	Nº de cadeiras em 1962 (%)
PSD	6 (66,6%)	3 (33,3%)	4 (28,57%)	4 (28,57%)	6 (24%)
UDN	2 (22,2%)	3* (33,3%)	3 (21,42%)	1*** (7,14%)	3**** (12%)
PTB	1 (11,1%)	3** (33,3%)	4 (28,57%)	6 (42,85%)	9 (36%)
PR	-----	*	2 (14,28%)	1*** (7,14%)	-----
PSP	-----	**	1 (7,14%)	***	-----
PDC	-----	-----	-----	1 (7,14%)	6**** (24%)
PRP	-----	-----	-----	1 (7,14%)	1 (4%)
Total	9	9	14	14	25 (100%)

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados fornecidos em IPARDES (1989a).

1950: \* A UDN formou uma aliança com PR-PST-PRP-PL.

1950: \*\* O PTB formou uma aliança com o PSP.

1958: \*\*\* A UDN formou uma aliança com o PR-PSP (denominada Frente Democrática).

1962: \*\*\*\* A UDN formou uma aliança com o PDC-PTN (denominada Aliança Movimento Democrático Renovador).

Tabela 2 – Eleições no Paraná (1945-1962):

Assembléia Legislativa do Paraná – número de cadeiras por partido

Partido	Nº de cadeiras em 1947 (%)	Nº de cadeiras em 1950 (%)	Nº de cadeiras em 1954 (%)	Nº de cadeiras em 1958 (%)	Nº de cadeiras em 1962 (%)
PSD	16 (43,24%)	16 (35,55%)	11 (24,44%)	17 (37,77%)	7 (15,55%)
UDN	7 (18,91%)	8 (17,77%)	8 (17,77%)	2** (4,4%)	8 (17,77%)
PTB	6 (16,21%)	12 (26,66%)	11 (24,44%)	13 (28,88%)	12 (26,66%)
PR	4 (10,81%)	6 (13,33%)	7 (15,55%)	5** (11,11%)	6*** (13,33%)
PSP	1 (2,7%)	2 (4,44%)	7 (15,55%)	4 (8,88%)	***
PDC	-----	-----	1 (2,22%)	3 (6,66%)	12 (26,66%)
PRP	2 (5,4%)	1 (2,22%)	-----	1* (2,22%)	***
PCB	1 (2,7%)	-----	-----	-----	-----
Total	37	45	45	45	45

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados fornecidos em IPARDES (1989a).

1958: \* PRP formou uma coalizão com PTN-PRT, denominada Frente Trabalhista Cristã.

1958: \*\* UDN e PR formaram uma coalizão, denominada Frente Democrática.

1962: \*\*\* Houve uma coalizão entre PR-PRP-PSP-PTN-PST-MTR (Frente Rural Cristã Trabalhista)

Na Câmara dos Deputados, o crescimento eleitoral do PTB paranaense foi notável, tendo atingido o mesmo número de cadeiras que o PSD nas eleições de 1950 e 1954 e o superado nas eleições seguintes (1958 e 1962). No que tange à Assembléia Legislativa, o crescimento do PTB também foi significativo, embora tenham ocorrido alguns períodos de estagnação.

### **As fontes**

Maria Vitória Benevides (1989), durante a sua pesquisa acerca do PTB paulista, constatou a inexistência de um arquivo oficial do partido<sup>5</sup>, o que constitui, segundo a autora, uma das principais dificuldades para quem se propõe a estudar a agremiação. No Paraná, o diretório estadual do partido também não possui um arquivo, cuja documentação poderia ser muito útil aos propósitos do presente trabalho. No entanto, há outras diversas e dispersas fontes de documentação e/ou informação acerca do antigo PTB paranaense<sup>6</sup>. Dentre elas, podemos destacar os arquivos do TRE do Paraná, os Anais da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa e, sobretudo, os arquivos da grande imprensa curitibana e alguns periódicos de circulação estadual.

Portanto, a imprensa escrita será a principal fonte da presente pesquisa, pois registraram, ao longo de suas páginas, fragmentos do cotidiano e do jogo político no estado, além de revelar o apoio de um e de outro jornal ou jornalista a determinado partido e/ou candidato.

O jornal, como fonte histórica, possui qualidades de amplo significado, não somente pela sua periodicidade, mas também por se constituir em “arquivos do cotidiano”, que, além de registrar a memória diária, permite estabelecer a cronologia dos fatos históricos e sua inserção num contexto mais amplo. Entretanto, devemos ter em mente que as notícias apresentadas não são simples repetições de “ocorrências e registros”, mas trazem atitudes próprias, uma vez que todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio “filtro” (ZICMAN, 1985, p. 90).

Em outras palavras, ao se utilizar o jornal como fonte histórica não se deve simplesmente considerar o que foi noticiado como uma verdade absoluta, mas sim como uma representação do jornalista e/ou do jornal. Afinal, não podemos esquecer que o jornal, como outros veículos de imprensa, pertence a alguém, que, por sua vez, possui ideologias e interesses (sejam eles, político-partidário, econômicos, comerciais, religiosos, etc.) em jogo.

---

<sup>5</sup> Nesse sentido, há algumas controvérsias a respeito: enquanto alguns afirmam que não existe tal arquivo, outros sugerem que ele teria desaparecido em 1964.

<sup>6</sup> Estas fontes estão nos arquivos de Curitiba, a saber: o Arquivo Público do Paraná, a Biblioteca Pública do Paraná, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e a Casa da Memória da Fundação Cultural de Curitiba.

Em suma, o uso do jornal requer alguns cuidados metodológicos para não cairmos em armadilhas ideológicas disfarçadas de imparcialidade. De fato, esses cuidados precisam ser redobrados quando se trata da imprensa curitibana, sobretudo em virtude do posicionamento político de determinados jornais e/ou jornalistas.

Entre os jornais curitibanos utilizados como fontes da presente pesquisa estão: *Diário da Tarde* (fundado em 1899), *Gazeta do Povo* (fundado em 1919), *O Dia* (fundado em 1923), *Diário do Paraná* (fundado em 1945 e que circulou até 1947 – retornando em 1955), *Diário Popular* (fundado em 1946 e que circulou até 1948), *Jornal Trabalhista* (órgão do PTB que circulava semanalmente em 1950), *O Estado do Paraná* (fundado em 1951) e *Tribuna do Paraná* (fundada em 1956). Todos esses se encontram microfilmados e disponíveis para pesquisa na Divisão de Documentação Paranaense, na Biblioteca Pública do Paraná.

No período democrático, percebe-se com clareza a posição político-partidária de cada um desses jornais, pois muitos desses pertenciam a determinados políticos cuja atuação na arena política paranaense remonta desde o período da República Velha.

O mais antigo desses, o *Diário da Tarde*, foi fundado, em 1899, por Estácio Correia (PILOTTO, 1976, p. 31). Era um periódico diário e vespertino que circulou em duas edições distintas (às 13h. e às 16h.) até meados de 1946, quando passou a ser publicado em apenas uma edição diária. Na década de 1940, o jornal pertencia ao abastado Cel. Hildebrando Cezar de Souza Araújo, membro de uma tradicional família histórica da classe dominante paranaense<sup>7</sup> e eleito para seis mandatos<sup>8</sup> na Assembléia Legislativa durante a República Velha.

No final de 1945, o advogado, político e jornalista Roberto Barrozo assumiu a direção do jornal de propriedade de Hildebrando de Araújo. Barrozo nasceu em 1895 no Rio de Janeiro, mas mudou-se para o Paraná no final da década de 1910. Na década de 1930, Barrozo chegou a ser preso, a mando do interventor Manoel Ribas, em virtude dos seus artigos, publicado no *Correio do Paraná*, no qual criticava Getúlio Vargas e o próprio interventor. No entanto, após esse fato Barrozo tornou-se amigo de Ribas, que o nomeou chefe de polícia do Estado. Após a redemocratização de 1945, Roberto Barrozo integrará o Partido Trabalhista Brasileiro durante um determinado período e se tornará o principal crítico e inimigo político de Moysés Lupion – como veremos posteriormente.

---

<sup>7</sup> Cf. OLIVEIRA (2000, p. 204).

<sup>8</sup> O Cel. Hildebrando de Araújo foi eleito para os biênios 1916-1917, 1918-1919, 1920-1921, 1926-1927, 1928-1929 e 1930-1931.

A *Gazeta do Povo* foi fundada em 1919 por um grupo de jornalistas, dentre eles Acir Guimarães, que dirigiu o jornal até a sua morte, em 1948. Acir Guimarães também era oriundo de uma histórica família da classe dominante paranaense. Após 1930, apoiou Getúlio Vargas e o interventor Manoel Ribas no Paraná. Após 1945, Acir Guimarães ingressou no PSD e foi eleito deputado federal por esse partido. Conseqüentemente, a *Gazeta do Povo* tornou-se um jornal pessedista e lupionista, uma vez que Moysés Lupion comprou uma significativa fração desse matutino.

Por sua vez, *O Dia*, fundado em 1923, era dirigido por Caio Gracho Machado de Lima, também oriundo de uma tradicional família política do Paraná e eleito deputado estadual para os biênios 1908-1909 e 1930-1931. Em 1942, Caio Machado de Lima se desentendeu com o interventor Manoel Ribas e, como retaliação, o seu jornal foi estatizado. Em 1946, *O Dia* foi adquirido por Moysés Lupion, que o utilizou visivelmente para fins políticos.

Em 1945, Caio Machado de Lima, que havia ingressado na UDN, fundou o *Diário do Paraná*, imprimindo-lhe um caráter udenista, com virulentos ataques a Manoel Ribas e Getúlio Vargas, onde revelava todo o seu ressentimento. Portanto, o *Diário do Paraná* foi um órgão udenista nessa primeira fase de sua circulação (1945 a 1947). Posteriormente, em 1955, o jornal voltaria a circular, porém adotando com uma linha política antilupionista e, por vezes, simpática do PTB. Outro jornal que adotou uma postura antilupionista foi *O Estado do Paraná*, fundado em 1951 e que se tornou um órgão ligado ao Partido Republicano.

Por sua vez, o *Diário Popular* foi fundado em 1º de maio de 1946 e circulou até fevereiro de 1947, retornando posteriormente as atividades durante os meses de abril e outubro de 1948. O *Diário Popular* era dirigido por integrantes do PTB paranaense intimamente ligados a Moysés Lupion, como Raul Viana, o jornalista Jorge Mathias Jr., Abilon de Souza Naves e o deputado estadual Antônio Santos Filho. A defesa, incondicional de Moysés Lupion nas páginas desse jornal e o fato do mesmo ser impresso nas oficinas d'*O Dia* – que pertencia a Lupion – levaram muitos críticos a considerar o *Diário Popular* um órgão lupionista e não trabalhista – como se auto-intitulava.

Portanto, os jornais, como qualquer “documento que descrevem ações simbólicas do passado”, diz Lynn Hunt (2001, p.18), “não são textos inocentes e transparentes; foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias para lê-los”. Assim, é importante confrontar as informações e/ou representações dos jornais com outras fontes.

Outras fontes utilizadas ao longo desse trabalho serão os pronunciamentos dos deputados estaduais, disponíveis nos Anais da Assembléia Legislativa. Ademais, também serão utilizadas duas entrevistas realizadas com os trabalhistas Léo de Almeida Neves e Sylvio Sebastiani.

No que tange às fontes secundárias, é interessante aqui citar algumas, dentre as quais os três livros de Maria Nicolas (1977, 1984 e s.d.) e o de David Carneiro e Túlio Vargas (1994), que nos fornecem informações biográficas e da trajetória dos políticos paranaenses que serão de grande importância, juntamente com os necrológios publicados nos jornais, para a análise prosopográfica que iremos, por vezes, desenvolver ao longo do trabalho. Por fim, também serão utilizadas as publicações do IPARDES (1989a e 1989b), que reúnem dados acerca das eleições no Paraná entre 1945 e 1982 e algumas entrevistas de políticos e pessoas que vivenciaram o círculo político paranaense entre os anos de 1945 e 1964.

### **Descrição dos capítulos**

Pretendemos estruturar a presente tese em cinco capítulos. No primeiro capítulo optou-se em realizar uma revisão da literatura acerca do processo de redemocratização de 1945 no Brasil, sobre a história do Partido Trabalhista Brasileiro entre os anos de 1945-1964 e sobre o sistema político-partidário em voga no Brasil nesse mesmo período.

No segundo capítulo, o foco de análise será o processo de redemocratização no Paraná, particularmente a gênese e os anos iniciais do Partido Trabalhista Brasileiro paranaense. Desse modo, analisar-se-á: a) quem eram os membros que integravam a elite partidária petebista nesse período; b) as disputas internas pelo poder dentro do partido; c) o desempenho eleitoral do PTB nas eleições de 1945 e 1947; e d) a relação do PTB com o governo de Moysés Lupion (1947-1951).

No terceiro capítulo, o objetivo será analisar o processo de estruturação do PTB paranaense e a consolidação da liderança de Abilon de Souza Naves à frente do partido entre os anos de 1949 a 1955. Assim, pretende-se verificar como Souza Naves venceu a disputa interna pelo poder nas hostes trabalhistas e quais foram as mudanças ocorridas na composição da elite partidária nesse período, sobretudo com as convenções regionais de 1951 e 1953 e as eleições legislativas de 1950 e 1954. Além disso, ao longo do capítulo pretende-se analisar os seguintes aspectos: a) a relação do PTB com o governador Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955); b) o desempenho do partido nas eleições de 1950,



1954 e 1955; e c) as repercussões da morte de Getúlio Vargas no Paraná e entre os trabalhistas paranaenses.

No quarto capítulo, o objetivo será analisar o crescimento eleitoral do PTB paranaense entre os anos de 1956-1960 – quando o partido, além de aumentar a sua bancada na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa, também elegeu Souza Naves como senador e o Gen. Iberê de Mattos prefeito de Curitiba – e a ascensão, dentro do partido, dos grupos dos “plutocratas” (formados por ricos empresários e cafeicultores) e dos “pragmáticos-reformistas”. Ademais, também se pretende verificar os fatores que levaram o PTB a ficar na oposição durante o segundo governo de Moysés Lupion (1956-1961), analisar as relações entre Jânio Quadros e o PTB paranaense e refletir acerca das consequências que a morte de Abilon de Souza Naves, o principal líder trabalhista do Paraná, trouxe ao PTB.

Por fim, no quinto capítulo focalizar-se-á o PTB paranaense durante os conturbados e tensos anos de 1960-1965 com o objetivo de verificar: a) como se comportou o partido após a morte de Abilon de Souza Naves; b) houve renovações significativas na elite partidária; c) a relação do partido com o governo de Ney Braga (1961-1965); d) a repercussão da Campanha da Legalidade no Paraná; e) até que ponto o PTB paranaense se envolveu na defesa das reformas de base e com os movimentos sociais; f) os desdobramentos do golpe civil-militar de 1964 no Paraná e as suas consequências ao PTB paranaense.

### **REVISITANDO A LITERATURA: O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) E O SISTEMA PLURIPARTIDÁRIO DE 1945-1964**

No presente capítulo pretende-se realizar uma análise sobre a literatura que versa sobre o sistema pluripartidário brasileiro de 1945 a 1965 e, especificamente, sobre o Partido Trabalhista Brasileiro. Para tais propósitos, primeiramente analisar-se-á o processo de redemocratização de 1945 e a formação dos partidos políticos nacionais; em um segundo momento, será analisada a historiografia acerca do PTB; posteriormente, focalizar-se-á a o sistema político-partidário brasileiro de 1945 a 1965; e, por fim, procurar-se-á refletir sobre o debate envolvendo o conceito de populismo.

#### **1.1. O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NACIONAIS**

A partir de 1942, com o Estado Novo dando seus primeiros sinais de fissura<sup>9</sup>, as vozes que clamavam pelo retorno do país ao regime democrático passaram a ecoar cada vez mais alto, pois diversos setores da sociedade – estudantes, intelectuais, empresários, comunistas, liberais, militares e até mesmo integrantes do governo – passaram a pressionar cada vez mais Getúlio Vargas pelo fim da ditadura estadonovista.

Com as relações com a cúpula militar desgastada e enfrentando pressões internas e externas<sup>10</sup>, o governo Vargas percebeu que o Estado Novo estava com os dias contados e

---

<sup>9</sup> Segundo José Murilo de Carvalho (1999, p. 55-82), a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos americanos semeou a crise do Estado Novo, pois dentro do governo havia duas alas: uma simpatizante aos americanos (representado pelo agora embaixador do Brasil em Washington Osvaldo Aranha) e outra simpatizante aos alemães, representada por elementos da cúpula militar, como Dutra e Góis Monteiro, além de Filinto Müller. Dessa forma, a opção pelo lado americano representou o início da cisão entre Vargas e os militares, que até então havia o apoiado e o sustentado no poder.

<sup>10</sup> A pressão externa pela redemocratização do Brasil aumentava com a derrocada dos países do Eixo e a iminente vitória dos países aliados, comprometidos com os valores da liberal democracia.

que a volta ao regime democrático era uma questão de tempo. Procurando contar com uma nova base de apoio político – os trabalhadores –, o governo Vargas elaborou um sofisticado, complexo e eficiente projeto político, cuja entrada de Alexandre Marcondes Filho, em janeiro de 1942, no Ministério do Trabalho e a contribuição de intelectuais orgânicos estadonovistas foram fundamentais.

Praticamente durante todo o período em que esteve à frente do Ministério do Trabalho (janeiro de 1942 a julho de 1945), Alexandre Marcondes Filho palestrou semanalmente no programa *Falando aos Trabalhadores Brasileiros*, durante a *Hora do Brasil*<sup>11</sup>, onde contava a história das leis sociais no Brasil, enfatizando que até 1930 nada existia além de um Estado repressor<sup>12</sup> e que a legislação social foi uma obra criada por Getúlio Vargas. Esse discurso ficou conhecido como “ideologia da outorga<sup>13</sup>” e já foi bastante discutido em inúmeros estudos, sobretudo acerca do movimento operário brasileiro.

Desse modo, Vargas se utilizou dos meios de comunicação e da propaganda não somente para legitimar o seu projeto político, mas também para construir a sua imagem de protetor dos trabalhadores. Alcir Lenharo (1986, p. 193) observa que a imagem de Getúlio escapava da esfera do homem comum: era a combinação do lado humano – Vargas sempre sorridente, jovial, confiante – com a excepcionalidade da sua pessoa – o político capaz e reformador social. Para Monica Velloso (1982, p. 97), ao se tentar uma síntese da construção da figura mítica de Vargas, observa-se essa simbiose: “de um lado a magia, a intuição, a profecia e a predestinação; de outro, prevalece o espírito de racionalidade, de planificação e de previsão”.

Além do emprego dos meios de comunicações, a construção da imagem de Vargas como protetor dos trabalhadores ganhou forma por meio das grandes festas cívicas<sup>14</sup>,

---

<sup>11</sup> A *Hora do Brasil* era irradiada entre 19 e 20 horas, momento em que todos se encontravam em suas casas. Pela informação contida no Anuário da Imprensa Brasileira, a *Hora do Brasil* não irradiava apenas os informes oficiais, mas também programas culturais. Havia épocas em que se dedicava a última meia do programa à transmissão de sucessos da música popular brasileira (TOTA, 1991, p. 37).

<sup>12</sup> Conforme Angela de Castro Gomes (2005, p. 246), nas cerca de 200 emissões do programa *Falando aos Trabalhadores Brasileiros* não houve sequer uma menção ao sindicalismo dos anos 1910 ou 1920 e às reivindicações então encetadas.

<sup>13</sup> A “ideologia da outorga” procurou apagar a história das lutas do movimento operário durante a República Velha, apresentando as leis sociais e trabalhistas não como direitos conquistados pelos trabalhadores, mas como um presente doado pelo Estado.

<sup>14</sup> Além do 1º de Maio, havia ainda duas datas cívicas significativas durante o Estado Novo: o dia do Estado Novo (10 de novembro) e o aniversário de Vargas (19 de abril).

sobretudo o 1º de Maio<sup>15</sup> – oferecido especialmente aos trabalhadores e realizadas, a partir de 1939, em estádios de futebol<sup>16</sup>. Soma-se a isso o fato do governo mostrar-se receptivo à população, estabelecendo, por meio da Secretaria da Presidência da República (SPR), um canal de comunicação entre o Estado e a sociedade. Na SPR, Vargas montou um aparato burocrático para responder às milhares de cartas que chegavam destinadas à sua pessoa<sup>17</sup>.

Embora o governo Vargas contasse com o apoio de uma expressiva parcela da população brasileira, sobretudo dos trabalhadores urbanos, o Estado Novo dava claros sinais de esgotamento. Em outubro de 1943, um grupo de políticos e intelectuais mineiros publicou o *Manifesto dos Mineiros*<sup>18</sup>, no qual conclamavam eleições e o retorno do país ao sistema democrático, simbolizando o início da oposição aberta contra o Estado Novo.

A partir de então, com as articulações da oposição e com a eclosão de manifestações mais veementes a favor do regime democrático, sucederam-se dois acontecimentos emblemáticos, sinalizando que o Estado Novo estava em seu epílogo:

- a) no final de 1944 é lançado o nome do Brigadeiro Eduardo Gomes<sup>19</sup> como candidato à sucessão de Vargas e começou-se a especular o nome do general Eurico Gaspar Dutra como outro candidato à sucessão.
- b) em 22 de fevereiro de 1945, José Américo de Almeida, rompendo o cerco da censura, concedeu entrevista aos jornais exigindo eleições livres e exaltando a candidatura de Eduardo Gomes<sup>20</sup>.

A essa altura dos acontecimentos, o fim do Estado Novo e a volta do país ao regime democrático mostravam-se inevitáveis, sobretudo em virtude do contexto internacional, caracterizado pela aproximação do fim da Segunda Guerra Mundial e da derrocada dos

---

<sup>15</sup> Segundo Antonio Tota (1991, p. 44), nos discursos de Getúlio durante as festividades do 1º de Maio era constante o tom emotivo, sobretudo quando se tratava da legislação trabalhista. Nesse sentido, o mito da “doação” e do Estado benfeitor está presente em todos os textos dos discursos e, de modo geral, a ênfase é sempre dada comparando a situação do trabalhador antes da Revolução de 1930. Ademais, conforme, Angela de Castro Gomes (2005, p. 217), o dia 1º de Maio, além de assumir certos contornos rituais, passou a ser aguardada pelos trabalhadores, pois geralmente havia o presente da festa, isto é, o anúncio de uma nova lei trabalhista.

<sup>16</sup> De 1939 a 1945, as comemorações de 1º de Maio foram realizadas no Estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, exceto em 1944, realizada no Estádio do Pacaembu, em São Paulo.

<sup>17</sup> Cf. FERREIRA (1997).

<sup>18</sup> “O Manifesto dos Mineiros, reconhecidamente, marcou o início de uma fase na qual os protestos contra o regime de Vargas assumiram forma mais organizada, e a imprensa, menos tímida, difundia o pensamento de grupos civis e militares favoráveis à implantação de um governo liberal-democrático no país” (SOUZA, 1981, p. 63).

<sup>19</sup> Segundo Angela de Castro Gomes (2005, p. 278), foi só após a presença da candidatura de Eduardo Gomes que Vargas retomou sua preocupação com as bases organizacionais de caráter partidário.

<sup>20</sup> Segundo Jorge Ferreira (2003a, p. 16), a entrevista sinalizou à sociedade que os censores do DIP se afastaram das redações dos jornais, além de evidenciar que a ditadura dava sinais definitivos de cansaço.

países do Eixo – identificados como símbolos de governos autoritários e fascistas – perante os Aliados – identificados com a democracia.

Diante dessa situação, o governo Vargas buscou planejar e conduzir o processo de transição, denominado por Luiz Werneck Vianna (1989) como “redemocratização pelo alto”. Para Lucília Neves Delgado (2003, p. 133-134), os objetivos do governo varguista eram claros: garantir a manutenção do seu poder na nova ordem institucional.

Durante esse processo de “transição pelo alto”, o governo adotou uma série de medidas estratégicas. Primeiramente, a 28 de fevereiro de 1945, decretou o Ato Adicional nº 9, estabelecendo eleições diretas para a presidência da República e proporcionais para o Congresso Nacional. Em seguida, no dia 18 de abril, decretou anistia geral a seus adversários políticos, beneficiando inclusive os comunistas. Os grupos oposicionistas, por sua vez, viam com desconfianças tais medidas do governo, denunciando-as nos jornais como tentativas continuístas.

Posteriormente, a 28 de maio de 1945, o governo decretou a chamada Lei Agamenon (ministro da Justiça da época), no qual marcou as eleições para o dia 2 de dezembro e regulamentou o novo código eleitoral<sup>21</sup> e os requisitos para a formação dos partidos políticos. A grande inovação da referida lei era a obrigatoriedade, pela primeira vez na história republicana, da formação de partidos de caráter nacional<sup>22</sup>.

No que tange à formação dos partidos, a Lei Agamenon tinha objetivos bastante claros. Conforme Miguel Bodea (1992, p. 14), “[...] esse dispositivo visava não apenas a evitar uma excessiva fragmentação partidária, mas também impedir o ressurgimento dos tradicionais partidos oligárquicos, cujas bases eram essencialmente estaduais [...]”.

Lucília Neves Delgado (2003, p. 134) observa que a Lei Agamenon estabeleceu que os partidos deveriam cumprir três condições para se habilitar eleitoralmente: “a) possuir registro em cinco ou mais estados da federação (atuação em âmbito nacional); b) possuir um referendo inicial de pelo menos 10 mil eleitores; c) possuir personalidade jurídica, de acordo com o Código Civil”.

Entretanto, o processo de estruturação dos novos partidos políticos para se tornarem efetivamente nacionais não foi uma tarefa fácil para a maioria deles. Segundo Gláucio

---

<sup>21</sup> Sobre esse código eleitoral, ver SOUZA (1981, p. 111-124).

<sup>22</sup> Aqui não podemos deixar de mencionar uma exceção: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), único partido político de caráter nacional existente no país antes de 1945. Fundado em 1922 e com um programa partidário-ideológico bem definido, o partido, apesar da sua situação de clandestinidade, “conseguir manter, mesmo durante a ditadura do Estado Novo, uma estrutura organizacional nacional ancorada nas capitais e principais cidades do país” (SOARES, 1981, p. 7).

Soares (1981, p. 7-8), inicialmente apenas três partidos dispunham de uma estrutura organizacional em nível nacional: o PCB, o PSD e a UDN. Esses dois últimos, embora inexistentes durante o Estado Novo, representavam, respectivamente, o situacionismo e a oposição e dispunham de bases sócio-econômicas e de um aparelho organizacional nos níveis municipal e estadual, faltando-lhes apenas um trabalho de articulação, em âmbito nacional, das estruturas estaduais e locais já montadas. Já os demais partidos teriam um grande desafio: organizar um partido nacional a partir de bases precárias.

Analisando o período 1945-1965, Gláucio Soares (Ibidem, p. 10) chega à seguinte conclusão:

[...] Assim sendo, é lícito concluir que, *organizacionalmente*, o período de 1945 a 1964 teve apenas seis partidos efetivamente nacionais: PSD, UDN e PCB, desde o início, e PTB, PSP e PRP, que construíram suas bases organizacionais progressivamente. Entretanto, eleitoralmente, a qualificação do PSP e do PRP como partidos nacionais é discutível.

Durante o período pluripartidário de 1945-1964, os três principais partidos políticos brasileiros – excluído o PCB, novamente posto na ilegalidade em 1947 – foram o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), três partidos que já estavam se articulando antes mesmo da promulgação da Lei Agamenon e que são considerados como “criaturas de Vargas<sup>23</sup>”, uma vez que gravitavam – de maneiras distintas – em torno da figura do então ditador estadonovista. Portanto, Vargas é considerado o eixo divisor do sistema partidário que se inaugurava em 1945, uma vez que haveria partidos pró ou contrários a Vargas.

A União Democrática Nacional, oficialmente fundada em 7 de abril<sup>24</sup> de 1945, surgiu como uma grande frente liberal-democrática de oposição ao Estado Novo e a Getúlio Vargas. Inicialmente, a UDN aglutinava grupos políticos bastante heterogêneos – quando não antagônicos – unidos em torno da reconquista das liberdades democráticas e do combate a um inimigo comum – o ditador estadonovista.

Maria Victoria Benevides (1981a, p. 28-32) identificou cinco grupos principais que compunham a UDN na época de sua fundação:

- 1) *Os grupos oligárquicos destronados em 1930*: os oligarcas mineiros liderados por Arthur Bernardes; os oligarcas paulistas liderados por Júlio Prestes; o grupo de

<sup>23</sup> Expressão utilizada por Maria Victoria M. Benevides.

<sup>24</sup> Conforme lembra Maria Victoria Benevides (1981b, p. 95), a data de 7 de abril foi escolhida para rememorar o 7 de abril de 1831 (dia da abdicação de D. Pedro I), festejada data do liberalismo brasileiro.

Otávio Mangabeira na Bahia; o grupo de José Augusto no Rio Grande do Norte; o grupo de Leandro Maciel em Pernambuco; os clãs estaduais, como os Konder em Santa Catarina, os Caiados em Goiás e os Correia da Costa em Mato Grosso.

- 2) *Os ex-aliados de Getúlio, marginalizados depois de 1930 ou em 1937*: os tenentes que se sentiram traídos, como Eduardo Gomes e Juraci Magalhães; os membros da Aliança Liberal, como os gaúchos chefiados por Borges de Medeiros e os mineiros Antonio Carlos e Virgílio de Melo Franco; os políticos marginalizados, como José Américo, Flores da Cunha e Lima Cavalcanti; os que integraram o governo no período constitucional, como Pedro Aleixo e Odilon Braga, e saíram em 1937.
- 3) *Os ex-integrantes do Estado Novo*: são os políticos que apoiaram o golpe e tiveram cargos públicos durante a ditadura, mas romperam com Getúlio antes de 1945. Por exemplo: Osvaldo Aranha, Adhemar de Barros (ex-interventor em São Paulo) e Argemiro de Figueiredo (ex-interventor na Paraíba), entre outros.
- 4) *Os grupos liberais nos estados*: no Rio Grande do Sul o grupo liderado por Raul Pilla; em Minas Gerais o grupo de signatários do *Manifesto dos Mineiros*; entre outros exemplos.
- 5) *As esquerdas*: os políticos e intelectuais de tendência socialista, que formariam a Esquerda Democrática; os comunistas dissidentes do PCB, como Astrogildo Pereira; e integrantes do movimento estudantil, de tendências socialistas, atuantes nas Faculdades de Direito de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco.

Além da oposição sistemática a Vargas, esse heterogêneo grupo apoiava a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes na sucessão presidencial.

Para as oposições coligadas, tratava-se do candidato ideal: tinha um alto posto militar, uma legenda de herói e uma tradição de lutas democráticas aliada a um “nome limpo”, em todos os sentidos. Dos idealistas revolucionários contra o regime “carcomido” da República Velha, Eduardo Gomes era, sem dúvida, o *primus inter pares*: o combatente de 1922 e o sobrevivente dos “18 do Forte” (mais tarde revelaria, discretamente, serem apenas dez), o organizador do Correio Aéreo Nacional e o articulador da defesa aérea do Atlântico na Segunda Guerra Mundial. Surgia, também, como o candidato perfeito para atrair as simpatias das classes médias que aplaudiam o ideal moralizante, encarnado na figura exemplar de virtudes cristãs e cívicas do antigo tenente. Eduardo Gomes era, enfim, aquele que reunia as condições indispensáveis para a primeira tentativa de “união nacional” contra o Estado Novo (BENEVIDES, 1981b, p. 96).

No entanto, como era esperado, não tardou para que houvesse as primeiras cisões no seio dessa grande coalizão oposicionista. Um dos primeiros grupos a romper com a UDN foi a Esquerda Democrática, em agosto de 1945. Formada por políticos e intelectuais socialistas e antigetulistas, a Esquerda Democrática daria origem ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), no início de 1946 (BODEA, 1992).

Ainda durante o ano de 1945, a UDN conviveu com novas dissidências, o que levou a formação de outros partidos, como o Partido Libertador (PL), o Partido Republicano (PR) e o Partido Republicano Progressista – todos partidos de menor representatividade em nível nacional e mais ou menos fortes em determinados estados da federação.

Classificado pela literatura<sup>25</sup> como um partido conservador na sua orientação política, o Partido Libertador (PL) “possuía suas bases no Rio Grande do Sul, na Bahia e em outros poucos estados” (FLEISCHER, 1981, p. 61) e seu principal expoente era o sul-rio-grandense Raul Pilla.

Também classificado como um partido conservador, o Partido Republicano (PR), por sua vez, tem as suas raízes nos antigos PRs da República Velha e aglutinava os remanescentes das antigas oligarquias estaduais do pré-1930. Em nível nacional, seu líder máximo era o ex-presidente Arthur Bernardes<sup>26</sup>.

Por sua vez, o Partido Republicano Progressista, registrado em novembro de 1945, foi formado pelo ex-interventor de São Paulo Adhemar de Barros, em fusão com o grupo de João Café Filho, do Rio Grande do Norte. Como Adhemar de Barros era visto com extrema desconfiança dentro da UDN por ser um ex-aliado de Getúlio, foi colocado à margem dentro do partido pelas lideranças udenistas de São Paulo. Ambicioso politicamente, Adhemar optou em criar o seu próprio partido, que teve um fraco desempenho nas eleições de 1945, elegendo apenas dois deputados (Café Filho, pelo Rio Grande do Norte, e Campos Vergal, por São Paulo) (SAMPAIO, 1981, p. 175-176).

Em junho de 1946, o Partido Republicano Progressista fundiu-se com outros dois pequenos partidos de origem paulista (o Partido Popular Sindicalista e o Partido Agrário Nacional), dando origem ao Partido Social Progressista (PSP) (Idem, p. 176). Foi pela sigla pesepista que Adhemar de Barros elegeu-se, em 1947, governador do estado de São Paulo.

---

<sup>25</sup> Ver autores como Gláucio Soares, David Fleischer, Maria Campello de Souza, entre outros.

<sup>26</sup> David Fleischer (1981, p. 60-61) aponta que o declínio do PR, em âmbito nacional, teve início a partir de 1955, com a morte de Arthur Bernardes, a sua principal liderança.



Com suas bases políticas ancoradas em São Paulo, o PSP<sup>27</sup> foi um dos mais fortes partidos nesse estado. Entretanto, fora de São Paulo, segundo David Fleischer (1981, p. 55), a sigla pessepista era “freqüentemente utilizada por políticos a procura de legenda para enfrentar os partidos dominantes (UDN, PSD e às vezes o PTB)”. Em âmbito nacional, o partido disputou com o PR e, posteriormente, com o Partido Democrata Cristão (PDC) o posto de quarto maior partido representado na Câmara dos Deputados.

Com sua gênese relacionada aos movimentos políticos da Igreja Católica no início dos anos 1930, o Partido Democrata Cristão (PDC) teve uma origem distinta dos demais partidos do período, uma vez que não era uma “criatura” de Vargas. Com as suas principais bases políticas ancoradas nos “estados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro” (Idem, p. 58), o PDC cresceu significativamente, em âmbito nacional, a partir do final da década de 1950 – inclusive elegendo um presidente da República, Jânio Quadros, nas eleições de 1960.

Conforme Luiz Werneck Vianna (1981, p. 135), após a Segunda Guerra Mundial o PDC emergiu em países católicos europeus e latino-americanos (como a Itália e o Chile) como um partido reformista, defendendo um “capitalismo social” – de acordo com a *Rerum Novarum* de 1891 – que se tornou atraente para setores da classe média, pequenos proprietários rurais e urbanos, camponeses e operários. Entretanto, no Brasil, o PDC teve uma configuração atípica:

Em confronto com seus similares europeus e latino-americanos, cabe bem a designação de atípica à sua versão brasileira. *Seu discurso não se pautou pelo reformismo e, ademais, não se empenhou como um projeto modernizante, tendo cumprido um papel social praticamente inócuo. Ressalvando o curto interregno dos anos 1960, quando alguns líderes tentaram aproximá-lo da doutrina social da Igreja, constitui-se numa legenda a mais, posta a serviço de políticos profissionais sem compromissos programáticos.* Quando muito, veio a representar o ritualismo moralizante de certos círculos das camadas médias de alguns centros urbanos de São Paulo e Paraná. (Idem) [grifos meus].

David Fleischer (1981, p. 58) classificou o PDC como um partido ideológico. No entanto, Luiz Werneck Vianna (1981, p. 170-171) conclui que o PDC brasileiro foi um partido conservador e geralmente contrário à modernização<sup>28</sup>, que não contou com o apoio

<sup>27</sup> Sobre o PSP, ver também SAMPAIO (1982).

<sup>28</sup> Conforme o autor (Ibidem, p. 157-158), no seu primeiro programa, o PDC “[...] ao invés de estimular o intervencionismo econômico do Estado – o que, aliás, condiz com o espírito das encíclicas sociais – inclinou-se por um tipo de liberalismo que se identificava melhor com os interesses dos setores agrários adversos à industrialização”.

institucional da Igreja e nem dos trabalhadores do campo – apropriados pelo PSD – e dos centros urbanos – que votavam no PTB –, constituindo-se, assim, em um partido das camadas médias e das elites urbanas dos estados industrializados. Assim, “apesar da sua fraseologia ‘democrata-cristã’, o PDC se desfez da sua identidade, confundindo-se com a UDN” – uma espécie de “UDN católica”, conforme Gláucio Soares.

No entanto, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, o PDC passou a defender um reformismo moderado, apresentando-se como uma alternativa frente ao conservadorismo da UDN e do PSD e do reformismo-nacionalista do PTB e do PCB. Desse modo, o PDC se consolidou como o quarto principal partido brasileiro em 1962, uma vez que passou a atrair não somente o voto das elites e dos setores médios urbanos, mas também dos trabalhadores urbanos e rurais (Idem, p. 162 e 170-171).

Outros dois partidos significativos no período pluripartidário de 1945-1965 – e cujas origens não remetem à oposição ou ao apoio a Vargas – foram o Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), ambos classificados pela literatura como “partidos ideológicos”.

O Partido de Representação Popular (PRP) era liderado por Plínio Salgado e defendia a mesma bandeira da Ação Integralista Brasileira (AIB) na década de 1930. Conforme David Fleischer (1981, p. 58), “fora do Rio Grande do Sul e do Paraná, o PRP dificilmente operava com legenda própria e sempre em coligação com outros partidos conservadores”.

Por sua vez, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), de origens bem mais antigas aos demais partidos do período, em 1945, sob a liderança de Luís Carlos Prestes e na legalidade, emergia no cenário político-partidário brasileiro como um partido de massas. Conforme José Antônio Segatto (2003, p. 220-224), o PCB, desde 1943, passou a adotar uma política de união nacional (“dentro da lei e da ordem, assentada num regime republicano, progressista e popular”), que o tornou uma agremiação influente na vida política nacional<sup>29</sup> até 1947, quando foi colocado novamente na ilegalidade – e, entre 1947-1954, viveu uma fase de radicalização política.

Do lado das forças getulistas de continuísmo ocorreu um processo de formação de duas correntes distintas: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista

---

<sup>29</sup> Lembra-nos José Antonio Segatto (Idem) que, com a política de união nacional, o PCB havia tornado-se mais “popular” e menos “operário” e as preocupações com os problemas da “nação” predominavam sobre os da “classe”, orientando-o, dessa forma, não mais para o proletariado, mas para os patriotas e democratas, conquistando, assim, inclusive a simpatia de setores das camadas médias.

Brasileiro (PTB), “que trariam em suas estruturas e bases organizativas resquícios do Estado Novo” (DELGADO, 1989, p. 27-28). De acordo com Maria Victoria Benevides, o PSD era a “mão direita” de Vargas, enquanto o PTB seria a “mão esquerda”.

Conforme Angela de Castro Gomes (2007, p. 58-59),

[...] a alternativa de criar o PSD e o PTB surgiu como uma solução pragmática, no contexto em que as presenças de um significativo partido de oposição (a UDN) e de uma forte esquerda organizada (o PCB) forçavam a tomada imediata de decisões políticas.

O PSD procurou aglutinar as forças políticas tradicionais, reunindo em seus quadros integrantes da máquina administrativa do governo, os interventores estadonovistas, representantes das oligarquias estaduais e alguns segmentos da classe média urbana e da burguesia nacional. Dessa forma, o PSD nasceu com uma sólida infraestrutura administrativa e clientelista nos diversos estados da federação (DELGADO, 2003, p. 138-139), o que permitiu ao partido lograr êxitos eleitorais<sup>30</sup>.

Considerado um partido clientelista, com forte penetração no meio rural, e intimamente ligado à burocracia federal, o PSD, no que tange à sua orientação política, é classificado como um partido conservador e não-reformista que, segundo alguns autores<sup>31</sup>, “representava os interesses das oligarquias agrícolas e do grande capital financeiro”. Desse modo, o PSD excluía, na prática, os segmentos que eram identificados como as bases fundamentais do novo regime: os trabalhadores.

Embora se possa visualizar que o desejo inicial era reunir, em um único e grande partido, todas as forças políticas “do” presidente, torna-se difícil sustentar que esse desejo fosse, naquele momento, uma real possibilidade – como comprova a ausência de Marcondes Filho do conjunto de reuniões que formularam o PSD –, pois é difícil imaginar que Getúlio e os demais planejadores do processo de transição tivessem optado por uma solução partidária que preterisse ou minimizasse as tão cuidadosamente acalentadas bases sindicais (GOMES, 2005, p. 281-282).

Assim, a definição do formato do PSD praticamente estabeleceu os contornos do outro partido “situacionista”: ele deveria reunir as lideranças sindicais que também vinham resistindo ao projeto de uma só organização partidária. Em outras palavras, o Partido

---

<sup>30</sup> Mais detalhes sobre o PSD, ver o trabalho de Lúcia Hippólito (1985).

<sup>31</sup> David Fleischer (1981, p. 59) cita em seu estudo alguns autores que convergem nessa opinião, como Paulo R. Motta e Fernando Henrique Cardoso.

Trabalhista Brasileiro nasceu simultaneamente ao Partido Social Democrático, já que ambos resultaram da frustração do projeto de partido único de massas que vinha sendo acalentado pelo Estado Novo (Idem).

Portanto, o Partido Trabalhista Brasileiro foi uma invenção da burocracia ministerial e sindical vinculada ao Estado Novo. Segundo Angela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araújo (1989):

O PTB nasceu “como uma aposta no filão” do grande investimento que Vargas realizara, ao longo dos anos da administração Marcondes Filho, na formação de uma ampla base política no seio das nossas massas trabalhadoras, quer via campanha de sindicalização, quer via doutrinação [...].

Provavelmente inspirado no modelo do Partido Trabalhista Inglês, o Partido Trabalhista Brasileiro ancorou suas bases a partir da estrutura do Ministério do Trabalho, utilizando-se das lideranças sindicais e dos organismos previdenciários (GOMES, 2005, p. 283). Inicialmente, o PTB foi um partido cimentado à figura de Getúlio Vargas e ao seu legado trabalhista<sup>32</sup>. Posteriormente, o partido iria hastear as bandeiras do reformismo e do nacionalismo, porém não se desvinculando do getulismo e do fisiologismo.

O PTB foi o partido que mais cresceu eleitoralmente durante o período pluripartidário de 1945 a 1964. Ademais, das três grandes siglas extintas com o Ato Institucional nº 2, em 1965, o PTB foi a única legenda resgatada durante os anos final da ditadura, inclusive protagonizando uma grande disputa entre diferentes grupos pela herança política de Vargas e do trabalhismo<sup>33</sup>.

Há inúmeros estudos que procuraram analisar a trajetória do Partido Trabalhista Brasileiro durante os anos de 1945 a 1964/196, como, por exemplo, os trabalhos de Angela de Castro Gomes, Maria Celina D’Araújo, Lucília de Almeida Neves Delgado, Maria Victoria Benevides, Jorge Ferreira, Miguel Bodea, entre outros. A seguir, procurar-se-á realizar uma breve análise da historiografia que versa sobre o PTB.

<sup>32</sup> Aliás, o trabalhismo-getulista era tão forte naquele contexto que também daria origem a outros partidos trabalhistas menores, como, por exemplo, o Partido Social Trabalhista (PST), o Partido Trabalhista Nacional (PTN) e o Partido Republicano Trabalhista (PRT).

<sup>33</sup> Em meio ao lento e negociado processo de redemocratização do país, o governo militar, no final de 1979, estabeleceu a anistia – de ambos os lados – e uma reforma partidária, que colocaria fim ao bipartidarismo. De volta ao Brasil, Leonel Brizola protagonizou com Ivete Vargas uma ferrenha disputa pela “mítica” sigla do PTB, que acabou, em virtude do “trabalho nos bastidores” do general Golbery do Couto e Silva, então chefe da Casa Civil, entregue à Ivete. Abalado com a decisão do TSE, coube a Brizola e a seus seguidores, além do consolo do reconhecimento público da herança petebista, fundar uma nova sigla: o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que seguiu as diretrizes da *Carta de Lisboa* e incorporou a rosa vermelha socialista estampada no símbolo do partido.

## **1.2. O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO: GETULISMO, TRABALHISMO, NACIONALISMO E REFORMISMO**

O Partido Trabalhista Brasileiro, de acordo com Angela de Castro Gomes (2007, p. 57-58), não foi uma “invenção de última hora”; pelo contrário, ele surgiu como a coroação organizacional de um longo e cuidadoso esforço de construção de uma ideologia trabalhista no Brasil, que mobilizou muitos recursos humanos, técnicos e financeiros, particularmente no próprio Ministério do Trabalho, desde o ano de 1942, quando Alexandre Marcondes Filho ocupou aquela pasta.

Fruto dos esforços do Estado Novo na organização sindical dos trabalhadores, o PTB “canalizaria de forma institucional o carisma pessoal de Vargas. acoplado a tudo que o getulismo representava: paternalismo, assistencialismo, controle, nacionalismo e capacidade de mobilização e conciliação social [...]” (DELGADO, 1989, p. 57).

A formação de uma Comissão Executiva Nacional para organizar o partido data de 15 de maio de 1945, porém a data oficial da criação do PTB, segundo os registros legais existentes, é 26 de março de 1945<sup>34</sup>. No entanto, o partido inicialmente enfrentou grandes dificuldades em estruturar-se institucionalmente<sup>35</sup>. Em 1945, por exemplo, o PTB não estava organizado em todo o país e, conseqüentemente, nas eleições de dezembro apresentou candidatos em apenas 14 unidades da federação, enquanto UDN, PSD e PCB concorreram em todas as 21 unidades. Nas eleições de 1947, o PTB já concorreria em todos os estados, porém tinha pouca penetração no interior da maioria desses.

Desde os primeiros momentos, uma das características que marcariam a história interna do PTB seria a sua estrutura organizacional oligarquizada, centralizada e antidemocrática. Dessa forma, a história do partido foi caracterizada por lutas internas<sup>36</sup> entre alas e tendências diversas e pela punição, via expulsão, das dissidências.

---

<sup>34</sup> Segundo Maria Celina D’Araújo (1996, p. 24-27), na verdade esta foi uma data atribuída pelo diretor do Departamento Nacional do Trabalho, José Segadas Viana, que “num dia de menos movimento”, em seu gabinete, pôde escrever a ata de fundação do partido para depois solicitar a assinatura dos sindicalistas que ali compareciam para tratar de assuntos de seu interesse. Segundo a pesquisadora, o próprio Segadas Viana reconheceria que, em 1945, os sindicatos eram facilmente mobilizados pelo Ministério do Trabalho e que isso facilitou a organização do partido com base no recrutamento de lideranças sindicais.

<sup>35</sup> Acerca disso, ver D’ARAÚJO, 1996.

<sup>36</sup> “As divergências internas do PTB manifestar-se-iam das mais variadas maneiras no decorrer da história do PTB. Nos primeiros anos, predominou mais uma disputa de cargos com vistas ao poder pelo poder (é o caso

Elegendo os sindicatos como o seu principal local de atuação, o objetivo do PTB era atrair e mobilizar as camadas populares, principalmente nos grandes centros urbanos, para a órbita do partido, apresentando-se como a agremiação partidária que levaria os trabalhadores a alcançar os seus direitos. Nesse sentido, convém lembrar que alguns estudos acerca do PTB enfatizam, em maior ou menor grau, a relação do partido com os sindicatos. Assim, o tripé *Estado-partido-sindicato* formaria uma espécie de amálgama que, com intensidade variada, estaria presente no decorrer da história do partido<sup>37</sup>.

No entanto, o PTB não foi criado para ser um “partido *dos* trabalhadores”<sup>38</sup>, mas um “partido *para* os trabalhadores”, pois também objetivava ser um anteparo ao Partido Comunista Brasileiro, que, legalizado, disputaria a simpatia (e os votos) dos assalariados urbanos<sup>39</sup>.

Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p. 45), juntamente com o varguismo e o trabalhismo, o discurso anticomunista foi um elemento marcante nas justificativas doutrinárias e nas práticas políticas que embasaram a formação do PTB. No entanto, convém ressaltar que o anticomunismo não foi o aspecto preponderante na criação do PTB. Conforme a pesquisadora (Ibidem, p. 33), a origem do PTB estaria relacionada a conjugação de três fatores:

- a) o primeiro diz respeito à manutenção dos poderes da ordem anterior na nova ordem;

---

da disputa Borghi versus Ivete Vargas pelo controle do PTB paulista); posteriormente, além do conflito fisiológico, passaram a existir também divergências mais ideológicas e doutrinárias, mescladas com disputas regionais (por exemplo, Vargas versus Pasqualini); e mais tarde, em um quadro mais complexo, haveria disputas ideológicas (conservadores versus reformistas) mescladas com conflitos fisiológicos em torno dos cargos e concessões de benefícios (disputa pelo controle da máquina administrativa do Ministério do Trabalho e Institutos de Previdência)” (DELGADO, 1989, p. 53).

<sup>37</sup> Sobre isso, Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p. 77-78) tece a seguinte observação: “Oficialismo, paternalismo, trabalhismo, sindicalismo, marcas registradas do PTB, o acompanhariam durante toda a sua trajetória. Mesmo em anos posteriores à formação do partido, quando sua linha de atuação já se pautava por propostas reformistas, percorrendo uma possível via de autonomia, o PTB não conseguiria se libertar por completo da sua dupla face: a vinculação com o Estado, através do Ministério do Trabalho, e com os sindicatos, através da estrutura sindical oficial”.

<sup>38</sup> Nesse sentido, basta lembrarmos que a grande maioria dos políticos que ingressaram no PTB não eram trabalhadores e sindicalistas, mas advogados, empresários, funcionários públicos, profissionais liberais e até mesmo bancários.

<sup>39</sup> Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p. 42) lembra que a estratégia de Getúlio Vargas com relação ao PCB seria habilmente desenvolvida: a curto prazo, especialmente nos primeiros meses de 1945, quando a oposição se organizava e crescia, os comunistas poderiam lhe ser muito úteis – como, de fato, foram na campanha queremista. Já a médio e longo prazo, a situação tornar-se-ia diferente: Getúlio, que sempre se manifestara contrário à teoria marxista, e que sempre pregara e procurara criar condições para se gerar um “*processo de colaboração entre as classes sociais*”, desprezaria o apoio do PCB, agora concorrente do PTB junto aos segmentos assalariados urbanos. Ademais, também não podemos esquecer que o PTB foi um dos responsáveis pelo processo de cassação do PCB em 1947. (Cf. D’ARAÚJO, 1996, p. 47-51).

- b) o segundo vincula-se à necessidade de preservar os segmentos, categorias e organizações de trabalhadores para as manobras e articulações de Vargas na nova ordem, evitando-se, com isso, uma possível expansão comunista junto a estes setores;
- c) o terceiro, que engloba em extensão os dois primeiros, liga-se à preservação do carisma e da influência personalística de Vargas sobre os trabalhadores.

Portanto,

[...] o PTB nem foi concebido exclusivamente para ser um contrapeso à força do PCB, embora devesse funcionar como uma alternativa de esquerda a esse partido, nem foi imaginado *a posteriori*, como uma saída eleitoral ao “elitismo e conservadorismo” do PSD (GOMES, 2007, p. 59).

Embora o PTB tenha sido inspirado no modelo do Partido Trabalhista Inglês, no Brasil

[...] o programa do partido se sustentaria em especificidades peculiares à história política social brasileira: a defesa da legislação trabalhista e social da primeira Era Vargas; a luta contra a pobreza, a resistência ao avanço imperialista e, por fim, o culto ao getulismo, que, apesar de não uniforme, seria predominante no partido. Portanto, o trabalhismo inglês seria tão só uma roupagem neutra, sem a expressão real que os fundadores do partido insistiam em dar ao PTB (DELGADO, 1989, p. 78).

Dessa forma, “o trabalhismo, tal como se estruturou no Brasil, tinha na figura de Vargas sua referência primeira. A Vargas, à sua obra social e à legislação trabalhista por ele implantada sempre se reportariam os doutrinadores e militantes trabalhistas brasileiros” (Ibidem, p. 47).

Acerca do programa do PTB<sup>40</sup>, esse era composto por 30 pontos – “27 dos quais dedicados a objetivos sócio-econômicos”, como bem observou Maria Celina D’Araújo (1996, p. 28) –, dentre os quais se destacam:

- Manutenção da CLT e extensão da legislação social e trabalhista aos trabalhadores rurais, servidores públicos, profissionais liberais e assalariados das autarquias e institutos paraestatais;
- Autonomia sindical;

---

<sup>40</sup> Cf. Programa do PTB em CHACON (1985, p. 449-466).

- Difusão de escolas públicas primárias, de frequência obrigatória, à população infantil; multiplicação dos estabelecimentos públicos de ensino secundário e de escolas noturnas gratuitas para a alfabetização intensiva de adultos e adolescentes;
- Concretização do programa do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil, assegurando aos trabalhadores serviços médicos, farmacêuticos e dentários, garantia do recebimento do salário durante a enfermidade, proteção contra acidentes de trabalho, meios da aquisição da casa própria, entre outros;
- Proteção à maternidade e à infância;
- Planificação econômica, atingindo todos os setores e visando, por meio da orientação, intervenção ou gestão do Estado, que a produção do país atenda a todas as necessidades internas, assegurando a baixo custo as utilidades essenciais a todos os trabalhadores;
- Investimentos nas fontes de energia, nos transportes, no parque industrial brasileiro, na agricultura e no comércio;
- A limitação da riqueza (através do imposto de renda, revertendo o excesso em benefício da coletividade) e participação dos trabalhadores nos lucros;
- Extinção dos latifúndios;
- Combate aos “*trusts*” e cartéis nacionais e internacionais;
- Desenvolvimento do espírito de solidariedade entre todos os cidadãos, sem preconceitos de cor, classe, origem ou religião;
- Combate aos regimes totalitários;
- Defesa do direito de greve pacífica e distinção entre greve legal e greve ilegal.

Além da defesa e ampliação das conquistas sociais e trabalhistas, o programa do PTB também se destacava pela luta anti-imperialista e pela defesa do desenvolvimento nacional autônomo. “Dessa forma, o PTB teve, desde o seu início, duas características básicas profundamente estimuladas por Vargas: *uma trabalhista e a outra nacionalista* – que se integrariam em um objetivo: o engrandecimento da nação, personificada por Getúlio” (DELGADO, 1989, p. 55).

Em suma, o programa do PTB era progressista, inclusive opondo-se a interesses de grupos poderosos, como os latifundiários, os industriais e as empresas internacionais. No entanto, nos seus anos iniciais o partido acabou deixando tais pontos do seu programa em segundo plano.



Embora as principais marcas do PTB fossem a defesa e a expansão da obra social de Vargas e o getulismo fosse predominante dentro do partido, sobretudo nos seus primeiros anos, convém lembrar que também houve outras orientações e propostas políticas que marcaram o PTB desde os seus primeiros anos. Dessa forma, Angela de Castro Gomes (2007, p. 65) ressalta que

[...] a definição dos conteúdos do trabalhismo se tornou um acirrado campo de disputas, além de sofrer transformações ao longo do tempo. Nesse sentido, ele foi sendo associado ao sindicalismo, a getulismo, a nacionalismo, a socialismo, a reformismo, a corporativismo, à democracia social e até mesmo a comunismo.

Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p. 52-53) identificou, ao longo da história do PTB, duas tendências principais dentro do partido: os “pragmáticos-getulistas” ou “pragmáticos-fisiológicos” e os “doutrinários-reformistas”<sup>41</sup>:

- O grupo dos “*pragmáticos-fisiológicos*”, mais identificados com Vargas e oriundos da burocracia estadonovista (sindicalistas, burocratas do Ministério do Trabalho, políticos profissionais e empresários), era formado por facções que disputavam cargos e benefícios<sup>42</sup>. A proposta desses petebistas, apesar de suas diferenças internas, poderia ser sintetizada em um único lema: cultivar o carisma de Getúlio Vargas como instrumento de mobilização política e social.
- O grupo dos “*doutrinários-reformistas*”, cuja proposta centrava-se na idéia de que o PTB deveria se organizar sobre uma doutrina trabalhista socializante, independente de carismas pessoais e de estruturas oficiais. Embora defendessem idéias de um trabalhismo mais autônomo em relação a Vargas, reconheciam que, para consolidar o partido, era difícil prescindir da figura do presidente. Dentre os “doutrinários”, destacaram-se Alberto Pasqualini, Lúcio Bittencourt e Fernando Ferrari.

Em um estudo mais recente, Lucília de Almeida Neves Delgado (2001, p. 177-178) reviu a sua posição e passou a defender a existência de três grupos principais dentro do PTB:

- Os “*getulistas pragmáticos*”, conformados por burocratas vinculados à estrutura do Estado através do Ministério do Trabalho e por sindicalistas ligados ao

<sup>41</sup> A essas duas alas, Miguel Bodea (1992, p. 20), observando o PTB do Rio Grande do Sul, acrescentou uma terceira: “a corrente sindicalista”. Entretanto, a corrente sindicalista geralmente aparece em outras tipologias incorporadas aos “pragmáticos-getulistas”.

<sup>42</sup> Eram membros desse grupo Agamenon Magalhaes, Alexandre Marcondes Filho, Hugo Borghi, Luís Augusto de França, Paulo Baeta Neves, Segadas Viana, entre outros.

corporativismo sindical oficial. Sua hegemonia no partido data dos primeiros anos de atuação do PTB, se estendendo de 1945 até, mais ou menos, 1954. Sua principal referência foi o próprio Getúlio Vargas.

- Os “*doutrinários trabalhistas*”, que eram os intelectuais orgânicos do petebismo e se inscreviam em uma orientação trabalhista socializante, que propugnava uma maior desvinculação do partido em relação ao Estado. Sua influência no partido começou em torno de 1948, com Alberto Pasqualini, e se estendeu até a década de 1960, com Sérgio Magalhães e San Tiago Dantas.
- Os “*pragmáticos reformistas*”, que atuaram principalmente a partir da segunda metade dos anos 1950 e amalgamaram em sua prática político-partidária características da tendência getulista e da tendência doutrinária. Seu principal expoente foi João Goulart, porém outros petebistas também se destacaram como líderes desta tendência, como, Leonel Brizola.

No entanto, ao longo do presente trabalho a proposta será trabalhar com cinco alas dentro do PTB:

- a) A *ala “sindicalista”*: integrava essa fração os líderes sindicais estadonovistas, que tiveram um importante papel no processo de fundação do PTB. Porém, logo nos primeiros anos de existência do partido foram alijados das posições de mando, sendo substituídos por profissionais liberais e políticos profissionais. De curta existência, posteriormente os sindicalistas foram sendo incorporados nas outras alas do partido.
- b) A *ala “pragmático-getulista”*: formada pelos profissionais liberais, burocratas vinculados ao Ministério do Trabalho e órgãos previdenciários, empresários e por políticos profissionais. Em geral, era um grande e heterogêneo grupo cuja principal estratégia política era cultivar o carisma e o legado trabalhista de Getúlio Vargas como instrumentos de mobilização política e social. Também integravam este grupo políticos fisiológicos que disputavam cargos e benefícios. A hegemonia desta fração dentro do PTB data dos primeiros anos de fundação do partido até 1954/1955.
- c) A *ala “doutrinário-trabalhista”*: “composta pelos intelectuais orgânicos do PTB, cuja proposta centrava-se na idéia de que o partido deveria se organizar sobre uma doutrina trabalhista socializante, propondo um trabalhismo mais autônomo em relação a Vargas e uma maior desvinculação junto ao Estado. Sua influência no

partido começou em torno de 1948, com Alberto Pasqualini, e se estendeu até a década de 1960, com Fernando Ferrari, Sérgio Magalhães e San Tiago Dantas”.

- d) A *ala “pragmático-reformista” (ou “reformistas moderados”)*: “atuaram principalmente a partir da segunda metade dos anos 1950 e amalgamaram em sua prática político-partidária características da tendência pragmático-getulista e da tendência doutrinário-trabalhista”. Defendiam, de maneira moderada, um programa nacionalista e reformista (por isso, também os chamarei de “*reformistas moderados*”). Seu principal expoente foi João Goulart.
- e) A *ala “reformista radical” (ou ala “esquerdista”)*: ganharam evidência dentro do PTB no final dos anos 1950, com a formação do Grupo Compacto. Durante o governo João Goulart adotavam uma postura mais agressiva, em termos programáticos, em relação às adotadas por Jango. Defendiam que o partido deveria adotar um programa mais à esquerda, voltado para a defesa das reformas de base<sup>43</sup>. Também utilizavam um forte discurso anti-imperialista, defendendo políticas nacionalistas mais agressivas, como as encampações de empresas estrangeiras. Seu principal expoente foi Leonel Brizola.

O maior ideólogo do trabalhismo no Brasil foi o advogado sul-rio-grandense Alberto Pasqualini<sup>44</sup>, que ingressou no PTB em 1946, quando os getulistas já controlavam toda a máquina partidária. De início, teve sua atuação baseada principalmente no Rio Grande do Sul, porém o caráter doutrinário de suas propostas levou-o a alcançar projeção nacional, passando a ser considerado o grande teórico do PTB<sup>45</sup> (DELGADO, 1989, p. 70).

Analisando a produção política ideológica de Pasqualini, Luiz Alberto Grijó (2007, p. 94-95) afirma que:

---

<sup>43</sup> As reformas de base eram um conjunto de medidas que visavam a alteração das estruturas econômicas, sociais e políticas do país. Entre as principais reformas constavam a bancária, a fiscal, a urbana, tributária, administrativa, agrária, universitária, além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não-graduados das Forças Armadas e a legalização do PCB. O controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia também faziam parte do programa reformista dos nacionalistas (FERREIRA, 2003c, p. 351-352).

<sup>44</sup> Segundo Luiz Alberto Grijó (2007, p. 90), em 1945 Pasqualini centralizava, no Rio Grande do Sul, a União Social Brasileira (USB), um movimento político-ideológico de oposição ao Estado Novo, embora também se posicionasse em favor da legislação trabalhista e das obras sociais implementadas pelo governo Vargas. Após a queda do Estado Novo, a USB entra em negociação com o PTB e, em 1946, é integrada ao partido.

<sup>45</sup> Luiz Alberto Grijó (Ibidem, p. 85) lembra que Alberto Pasqualini era tido como “um dos poucos membros do PTB que se dedicaram a elaborar e a difundir princípios fundamentados em disciplinas como a filosofia, história, sociologia e mesmo a teologia que sustentassem linhas de ação coerentes para os seus militantes e simpatizantes”.

[...] Pode-se dizer que ele foi o tradutor dos conteúdos da chamada doutrina social da Igreja para as disputas político-partidárias inauguradas no Brasil depois da queda do Estado Novo, o que mesclava com seus conhecimentos adquiridos em termos de ciências sociais, história, “cultura geral” e direito.

Grijó (Ibidem, p. 95-96) verifica que a doutrina trabalhista de Pasqualini apoiava-se nas encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo anno* (1931), concebendo, assim, “o trabalhismo como profundamente humano e essencialmente cristão, de acordo com o que pregava a verdadeira doutrina social da Igreja”. Conforme o autor, Pasqualini “[...] sustentava a necessidade da ‘justiça social’, a qual não seria alcançada pelo conflito entre grupos ou classes nem pelo combate ideológico, mas somente pela conversão dos ‘capitalistas’ aos princípios humanistas e cristãos do ‘solidarismo’”. Dessa forma, por meio de um “capitalismo solidarista<sup>46</sup>”, o trabalhismo deveria enfatizar as reformas sociais como pontos prioritários, visando à eliminação da exploração do homem e da usura social.

Minoritários durante a primeira década de existência do PTB, os “pragmáticos-reformistas” passaram a dominar o partido após a morte de Vargas<sup>47</sup>. Dessa forma, o PTB paulatinamente deixou de ser apenas um partido “getulista e fisiológico” para tornar-se também um partido “reformista”, comprometido com o nacionalismo<sup>48</sup> e com um programa de reformas econômicas e sociais – adotando, assim, uma posição mais próxima das propostas defendidas por Pasqualini.

Angela de Castro Gomes (2007, p. 71) observa que em 1954 já se percebe o PTB sendo liderado por uma nova geração de políticos, francamente marcado por propostas nacionalistas e projetos de reformas sociais e econômicas. Assim, apesar das lutas internas que agitaram o partido durante o governo Vargas, pode-se verificar que havia um eixo capaz de fazer do trabalhismo petebista um projeto nacional.

De acordo com Lucília de Almeida Neves Delgado (1989), que enfatizou as continuidades e descontinuidades presentes na história do PTB, a continuidade se daria por

<sup>46</sup> Conforme lembra Luiz Alberto Grijó (Ibidem, p. 96), “o tipo de capitalismo pregado por Pasqualini deveria ser um ‘meio de expansão econômica e de bem-estar coletivo’, um ‘sistema no qual as relações entre o capital e o trabalho sejam reguladas por uma legislação justa que tenha em conta o esforço e a cooperação’”.

<sup>47</sup> Angela de Castro Gomes (2007, p. 71) relata que em 1954 já se percebe o PTB, liderado por uma nova geração de políticos, francamente marcado por propostas nacionalistas e projetos de reformas sociais e econômicas. Acerca disso, ver também GOMES (1994, p. 133-160).

<sup>48</sup> Conforme Maria Celina D’Araújo (1996, p. 121-122): “[...] O mérito do PTB [...] resultou de sua capacidade de acompanhar o debate ideológico da época e de se tornar porta-voz de um discurso que invadia a América Latina de então e que criara profundas raízes no Brasil. Trata-se do discurso nacionalista que, de maneira geral, atribuía as dificuldades dos países sul-americanos às pressões econômicas e aos interesses “imperialistas” da América do Norte. Nesse diagnóstico, que definia o inimigo a ser combatido, havia uma aprovação implícita das medidas nacionalistas e estatizantes”.

meio do forte vínculo de origem com o getulismo e o fisiologismo dele decorrente, enquanto a descontinuidade seria expressa por meio de um projeto reformista, que teria adquirido vulto em meados da década de 1950. Em suma, segundo a autora, de um projeto nitidamente getulista, personalista e clientelista, o PTB teria evoluído para um projeto primordialmente reformista, mais ideológico e, conseqüentemente, menos fisiológico e personalista. Entretanto, a convivência ambígua e conflituosa entre fisiologismo e reformismo teria acarretado enormes dificuldades para o PTB, transformando-o em uma instituição paradoxal.

Conforme Maria Celina D’Araújo (1996, p. 121-122):

[...] O mérito do PTB neste caso resultou de sua capacidade de acompanhar o debate ideológico da época e de se tornar porta-voz de um discurso que invadia a América Latina de então e que criara profundas raízes no Brasil. Trata-se do discurso nacionalista que, de maneira geral, atribuía as dificuldades dos países sul-americanos às pressões econômicas e aos interesses “imperialistas” da América do Norte. Nesse diagnóstico que definia o inimigo a ser combatido havia uma aprovação implícita das medidas nacionalistas e estatizantes.

Ao abraçar esse discurso, o partido ampliava de forma irreversível seu campo de ação propagandística. Não se tratava mais de defender apenas a manutenção e a extensão dos direitos sociais dos trabalhadores, como inicialmente proposto. Chegava-se a conclusão de que esses direitos só seriam plenamente atingidos se o país tivesse condições de impor sua autonomia e conquistar sua liberdade econômica. Nesse sentido, os direitos sociais, embora fossem uma meta-base do partido, tornavam-se agora o subproduto de uma tarefa histórica maior – a libertação econômica do país. O discurso ideológico do PTB revestia-se assim de um economicismo com boa acolhida nas urnas e em grande parte da opinião pública.

Sem dúvida, um dos marcos divisores de água dentro do partido foi a morte de Getúlio Vargas, em 1954. Até então o PTB não fora um grande partido, embora tenha constituído-se em uma força política de alta significação. Contudo, após a morte de Vargas, o partido iria crescer significativamente. Mas quais foram fatores que catalisaram esse crescimento? Segundo Angela de Castro Gomes (2007, p. 74):

A partir de 1954, tornar o PTB um partido eleitoralmente bem-sucedido exigiria uma série de tarefas árduas, que podem analiticamente ser apresentadas como integrantes de duas dimensões fundamentais. A primeira era organizacional e exigia a reestruturação e a expansão da máquina do partido, com destaque para sua penetração em vários estados da federação, incluindo particularmente os municípios rurais. A segunda era de caráter ideológico, traduzindo-se pela necessidade de lutar pelo monopólio do carisma de Vargas e, ao mesmo tempo, produzir uma distinção entre getulismo e trabalhismo. Vale dizer que o PTB teria

que disputar com outros partidos o controle do movimento sindical e do eleitorado popular, reinventando um trabalhismo sem Vargas e mais adequado à temática da política brasileira dos anos 1950. Uma tarefa que, de fato, já havia começado a realizar desde que Jango assumira a presidência do partido.

Portanto, foi nessa segunda fase do partido, caracterizado por um trabalhismo sem Vargas e pela dispersão do seu carisma, que o PTB cresceu significativamente eleitoralmente, além de ter tornado-se um partido não apenas getulista<sup>49</sup>, mas também ancorado em uma doutrina trabalhista nitidamente nacionalista e reformista. Assim, o partido viveu, nessa fase, um duplo esforço: de afirmação e de renovação (GOMES, *ibidem*, p. 74-75).

Segundo Angela de Castro Gomes (*Ibidem*, p. 75), nessa segunda fase do partido o PTB, além de crescer eleitoralmente, também vivenciou uma acirrada disputa interna – que assumiu a forma de uma luta simbólica pelo controle do mais importante recurso de poder do partido: a ideologia trabalhista – e a ascensão de novas lideranças trabalhistas – como João Goulart, Leonel Brizola, Fernando Ferrari, San Tiago Dantas, Lúcio Bittencourt, Roberto da Silveira, Doutel de Andrade, Almino Affonso, entre outros – que buscavam redefinir os conteúdos programáticos do partido e suas bases de atuação, defendendo propostas nacionalistas e reformistas, que representariam um “novo e verdadeiro” trabalhismo, opondo-se a um “velho e fisiológico” trabalhismo.

Dentre essas novas lideranças trabalhistas ganharam maior notoriedade João Goulart e Leonel Brizola. Goulart – ex-ministro do Trabalho do segundo governo Vargas e ex-presidente da República (1961-1964), também conterrâneo de Vargas e considerado seu protegido e herdeiro político – assumiu a presidência do PTB em junho de 1952 (ocupando o cargo até 1964) com a missão de controlar as divergências entre as diferentes alas dentro do partido. Além de costurar alianças com os comunistas nos meios sindicais, Jango também se preocupou em dar uma maior substância doutrinária ao partido (Cf. D’ARAÚJO, 1996).

De origem humilde e cunhado de Jango, Leonel Brizola ganhou notoriedade nacional no episódio da Campanha da Legalidade em 1961, quando era governador do Rio Grande do Sul – cujo governo ficou marcado pelo amplo investimento na educação, pela criação do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) e por uma política

---

<sup>49</sup> Convém lembrar que trabalhismo e getulismo não são sinônimos. O getulismo é um fenômeno sentimental, é um fenômeno de gratidão coletiva a Getúlio Vargas. Já o trabalhismo é um movimento político que, com o PTB, ganhou a forma partidária. Assim, o getulismo pode não ser trabalhista (LIMA apud FERREIRA, 2005, p. 121).

desenvolvimentista, nacionalista e opositora do capital estrangeiro<sup>50</sup>. Dessa forma, Brizola surgia, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, como uma grande liderança popular, nacionalista e de esquerda. No governo de Goulart, aglutinou e liderou as esquerdas, que pressionavam o governo pelas reformas de base<sup>51</sup>. Aliás, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, o trabalhismo reformista ganhou enorme projeção no cenário político e social brasileiro ao aliar-se aos movimentos populares<sup>52</sup> e ao PCB<sup>53</sup> na defesa das bandeiras do nacionalismo e das reformas de base.

Ao retomar a defesa dos pontos mais progressistas de seu programa partidário – como a reforma agrária, a extensão das leis trabalhistas aos trabalhadores rurais e o combate aos cartéis estrangeiros –, o PTB rompeu, durante o governo de Jango, a sua tradicional aliança com o PSD – cuja linha hegemônica era formada por conservadores –, que se uniu à UDN na oposição ao governo Goulart.

No início da década de 1960, o PTB, com Jango, possuía a presidência da República e, a partir das eleições de 1962, passou a deter a maior bancada no Congresso Nacional. No entanto, passou a enfrentar uma ampla oposição conservadora num contexto de acirrada polarização ideológica, expressa também na alta fragmentação e no realinhamento das instituições partidárias por meio das frentes parlamentares e das organizações da sociedade civil (PANDOLFI, 1990, p. 283).

À frente da ala “reformista radical” do PTB, Leonel Brizola pressionava o presidente João Goulart pelas reformas de base. Utilizando-se de um discurso agressivo, em que atacava a morosidade do Congresso Nacional, os interesses imperialistas e as articulações golpistas dos “gorilas” civis e militares, Brizola destacava-se como a principal liderança das esquerdas, na época aglutinada na Frente de Mobilização Popular (FMP). A FMP era uma frente suprapartidária que reunia os heterogêneos grupos nacionalistas e reformistas: os trabalhistas da ala radical e do Grupo Compacto, o PCB, as Ligas

---

<sup>50</sup> Segundo Miriam Diehl Ruas (1986, p. 132), “o encaminhamento dado durante seu governo para os problemas sociais, políticos e econômicos enquadra-se quase que perfeitamente no ideário trabalhista. Em todos os seus grandes empreendimentos visualizava o homem (educação, reforma agrária) ou o Estado a serviço da coletividade (encampações).

<sup>51</sup> Mais detalhes, ver BANDEIRA (1979).

<sup>52</sup> O final da década de 1950 e início da década de 1960 foram marcados pela ascensão dos movimentos populares, tanto nos campos quanto nas cidades, que ganharam um relevo nunca visto antes na história brasileira. Dentre esses movimentos, ganharam maior visibilidade as Ligas Camponesas, o movimento sindical (sobretudo através do CGT), os estudantes através da UNE e, inclusive, organizações de subalternos das Forças Armadas (como sargentos da Aeronáutica e do Exército e marinheiros e fuzileiros da Marinha).

<sup>53</sup> Convém observar que o PTB, ao trilhar pela via do reformismo, distanciou-se, gradativamente, “de dois dos seus mais claros propósitos e objetivos, quando de sua formação; a ação preventiva à expansão do PCB e o reforço da mística e poder de Getúlio” (DELGADO, 1989, p. 156).

Camponesas, a Frente Parlamentar Nacionalista, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e organizações de subalternos das Forças Armadas (como sargentos da Aeronáutica e do Exército e marinheiros e fuzileiros da Marinha).

Isolado politicamente, João Goulart optou em reaproximar-se de Leonel Brizola e das esquerdas no final de 1963, o que alarmou os setores conservadores civis e militares, que acusavam o presidente de querer levar o país para o comunismo, transformando o Brasil em uma “nova Cuba”.

Os conspiradores civis e militares, que inclusive contavam com um possível apoio militar dos Estados Unidos – na conhecida Operação *Brother Sam* – passaram a articular o golpe de Estado, cujos principais catalisadores foram o “comício das reformas<sup>54</sup>” – ocorrido no dia 13 de março de 1964 na Central do Brasil, no Rio de Janeiro – e a eclosão de uma crise militar<sup>55</sup>. Assim, no dia 31 de março foi deflagrado o golpe de Estado que derrubou João Goulart e o regime democrático.

Após o golpe civil-militar, teve início às perseguições aos comunistas, líderes sindicais, estudantes, integrantes de movimentos sociais – como as Ligas Camponesas –, intelectuais, militares legalistas e todos os que defendessem as reformas de base e outras ideias progressistas. Entre os partidos políticos, o PTB foi o principal alvo, com as cassações das suas principais lideranças. Essa situação perdurou até a cassação da legenda pelo Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, que extinguiu os partidos políticos existentes no país e instituiu o bipartidarismo.

### **1.3. O SISTEMA POLÍTICO-PARTIDÁRIO BRASILEIRO (1945-1964)**

O sistema político-partidário brasileiro de 1945-1964 já foi alvo de inúmeras análises realizadas por historiadores, sociólogos e cientistas políticos, como Maria

---

<sup>54</sup> Nesse comício, Jango se comprometeu com as esquerdas pelo programa máximo de reformas.

<sup>55</sup> Após as revoltas dos marinheiros e fuzileiros navais da Marinha, que contou com o apoio e o incentivo das esquerdas, muitos militares das três forças, até então legalistas, concluindo que a corporação militar estava em risco, cederam aos argumentos da, até então, minoria golpista. O estopim da crise militar ocorreria no dia 30 de março de 1964, após Jango ter participado da festa da posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos no Automóvel Clube, no Rio de Janeiro. Ter comparecido a uma festa de subalternos das Forças Armadas, logo após um motim de marinheiros, representou a gota d'água para os militares (FERREIRA, 2003c, p. 326).



Campello de Souza, Gláucio Soares, Olavo Lima Jr., David Fleischer, Bolívar Lamounier, Simon Schwartzman, Antonio Lavareda, entre outros. Na presente seção pretende-se realizar uma breve revisão de alguns dos seus principais argumentos.

Gláucio Soares (1981, p. 7) enfatiza que o golpe de depôs Getúlio Vargas foi um golpe puramente político que “limitou-se em remover Vargas e sua equipe do poder federal e dos governos estaduais, sem se preocupar com uma modificação substancial nas bases latentes do sistema político nos estados e nos municípios”. Dessa forma, a estrutura organizacional do sistema político brasileiro não nasceu em 1945, mas, em boa extensão, uma continuação histórica de situações anteriores.

Maria Campello de Souza (1976, p. 64) constata que após a deposição de Vargas manteve-se no poder elementos da mesma elite estadonovista<sup>56</sup>, que, sob a sua direção, promoveram as eleições de 1945 e a Constituição de 1946 – “que deixou praticamente intacto, em pontos cruciais, o arcabouço institucional do Estado Novo”. Nesse sentido, a autora dedica-se a estudar as continuidades entre o Estado Novo e o regime que lhe sucedeu, fazendo uma importante observação: por um lado, não podemos considerar o regime democrático de 1945-1964 radicalmente distinto, em estrutura e funcionamento, do regime anterior, isto é, não houve uma grande ruptura entre os dois períodos; por outro lado, também não houve uma continuidade total, como se estivéssemos diante de dois regimes idênticos (Idem, p. 134). Em suma, a transição comportou tanto elementos de manutenção como de ruptura da ordem.

Analisando alguns aspectos específicos de continuidade entre os dois regimes, Maria Campello de Souza (Ibidem, p. 134-135) destaca alguns mecanismos que conferiram um enorme poder às mesmas elites políticas da década de 1930:

- a) a absorção, através do PSD, das interventorias e bases municipais, e através do PTB das clientelas urbanas sindicalizadas ou cobertas pelas instituições previdenciárias;
- b) a emergência do getulismo como formação ou movimento político organizado ao nível do simbolismo pessoal, condensando e dando forma ativa a suportes de massa até então mais ou menos latentes;
- c) a garantia antecipada do controle ou pelo menos de um papel decisivo por parte dos remanescentes estadonovistas sobre a primeira legislatura, através da manipulação dos instrumentos de legislação eleitoral;

---

<sup>56</sup> Conforme a autora, a mesma elite que havia defendido na década de 1930 doutrinas antiliberais, antipartidárias, autoritárias e centralizadoras.

d) inscrição, no próprio texto constitucional, de vários dispositivos asseguradores dessa mesma continuidade, notadamente os referentes à representação (artigo 58) e à centralização de poderes no Executivo.

Acerca do item “c”, a autora lembra que alguns instrumentos da legislação eleitoral favoreceram os grupos remanescentes do Estado Novo, como o mecanismo das sobras<sup>57</sup> e o alistamento eleitoral *ex-officio*<sup>58</sup>. Dessa forma, o grande beneficiado por esses mecanismos foi o PSD<sup>59</sup>, que em 1945 conquistou quase 53% das cadeiras na Câmara dos Deputados e quase dois terços (62%) do Senado, garantindo-lhe a maioria absoluta (54%) na Assembleia Constituinte – fator decisivo para a criação de dispositivos continuístas na Carta de 1946 (item “d”).

No que tange a esses dispositivos de continuidade, Maria Campello de Souza concentra a sua análise em dois importantes elementos de estruturação política do novo regime: a representação (artigo 58) e a centralização de poderes no Executivo. Especificamente sobre a questão da representação, diz a autora que o artigo 58 foi arquitetado com o objetivo de “impedir a devolução do poder aos dois maiores estados (São Paulo e Minas Gerais) e manter a concepção estadonovista da centralização e da unidade nacional”. Assim, os estados mais populosos e mais industrializados estariam sub-representados, enquanto os estados menos populosos e menos desenvolvidos estariam sobre-representados.

Mas por que os estados prejudicados, com cerca de 60% da Assembléia Nacional Constituinte, consentiram com esse dispositivo? Assim responde Maria Campello de Souza (Ibidem, p. 127):

---

<sup>57</sup> Segundo Maria Campello de Souza (Ibidem, p. 119-120), o mecanismo das sobras, utilizado na votação proporcional para a Câmara dos Deputados e legislativos estaduais, funcionava da seguinte maneira: “a representação de cada partido seria obtida dividindo-se a votação partidária pelo quociente eleitoral. Os lugares não preenchidos por esse critério seriam dados ao partido que obtivesse o maior número de votos” – assim como no Código de 1932. Lembra ainda a autora que esse dispositivo reaparecerá na Constituição de 1946.

<sup>58</sup> Por sua vez, esta forma de alistamento é assim detalhado pela autora (Ibidem, p. 121): “Face à precariedade dos recursos disponíveis e à provável lentidão do alistamento eleitoral, foi permitido o registro de blocos de eleitores com base em listas preparadas por empregadores e agências governamentais [...]. Este expediente [...] assume um sentido muito especial quando se considera que se trata de recurso tipicamente clientelístico e urbano, portanto, geralmente concernente ao funcionalismo público e aos sindicatos [...]”. “Seu peso é especialmente grande nos centros industrializados” e era um recurso eleitoral significativo, “uma vez que correspondeu a 23% da votação nacional em 1945”. “Permitido ainda nas eleições estaduais de 1947, foi abolido pelo Código Eleitoral de 24 de julho de 1950, quando passou a ser exigido o alistamento individual”.

<sup>59</sup> Convém aqui lembrar que Maurice Duverger (1970) já havia referido que as leis eleitorais tendem a beneficiar os grandes partidos.

A resposta mais simples, e até certo ponto verdadeira, é que a estrutura de domínio se organiza em bases nacionais, e que, por conseguinte, os grupos dirigentes dos grandes estados, de tendência conservadora, graciosamente doavam poder legislativo aos parceiros menos afortunados dos estados menores. Esta hipótese teria a seu favor duas outras observações. A primeira é que, dentro dos estados maiores, os maiores interessados na representação *exatamente* proporcional seriam fatalmente aqueles interessados a sério em *alguma* representação, vale dizer, os grupos “progressistas” e anti-oligárquicos. Neste sentido, a doação de poder legislativo aos estados menores nada mais seria do que uma convocação, por parte das oligarquias dos estados maiores, aos seus aliados nos estados menores, a fim de combaterem o inimigo comum: os setores emergentes dos grandes centros urbanos e industrializados. A segunda observação é que os grandes estados possuíam outros e eficientes mecanismos compensatórios, como, por exemplo, o controle das comissões, para não mencionar a maior envergadura política de suas lideranças.

Partindo desses pressupostos, alguns autores defendem a tese de que o “sistema político-partidário brasileiro, por razões institucionais-legais, já trazia no seu bojo os germes da sua própria destruição”. Assim, o sistema político-partidário brasileiro será considerado artificial – dominado pelas relações clientelistas nas áreas rurais e pelo populismo nos centros urbanos – e entrará em crise em virtude das transformações socioeconômicas vividas pelo país durante a década de 1950 e início de 1960, pois, como foi edificado apenas como um “biombo legitimador do sistema de cooptação”, era incapaz de absorver as bases sociais modernizadas. Assim, sofrendo de uma “inviabilidade originária”, o sistema político-partidário brasileiro marchou para o colapso.

Nesse sentido, uma tese clássica bastante debatida pela literatura é que o período 1945-1964 foi marcado, em função de mudanças socioeconômicas, *pelo declínio eleitoral dos partidos conservadores (PSD-UDN) e pela ascensão dos partidos “populistas-progressistas” (PTB-PSP) e que isso teria contribuído decisivamente para a crise do sistema político brasileiro.*

Um dos defensores da tese do declínio eleitoral dos partidos conservadores é Gláucio Soares (1981), que argumenta que, em 1945, o domínio dos grandes partidos conservadores foi absoluto (PSD e UDN juntos detinham 81,8% do Congresso Nacional – ver Tabela 3) principalmente em virtude de dois motivos:

- a) a ação política desses dois partidos é anterior a 1945 e, por isso, ambos já contavam com uma rede de organização partidária em todas as 21 unidades da federação e na maioria dos municípios<sup>60</sup>;

<sup>60</sup> Gláucio Soares interpreta a representação eleitoral como um indicador do nível de estruturação partidária. Nesse sentido, o autor observa que em 1945 o PSD, a UDN e o PCB concorreram em todas as 21 unidades da federação, enquanto o PTB somente em 14.

- b) em eleições razoavelmente livres, o baixo nível de ideologização implica um maior papel do aparelho organizacional do partido, que passa ser determinante para o êxito eleitoral – o que ocorreu em 1945.

Tabela 3: Composição partidária da Câmara dos Deputados (1945-1962)

Partido	1945	1950	1954	1958	1962
PSD	52,8%	37,0%	35,0%	35,3%	30,3%
UDN	29,0%	24,4%	22,7%	21,5%	23,4%
PTB	7,7%	16,8%	17,2%	20,2%	29,8%
PSP	*	7,9%	9,8%	7,7%	5,4%
PCB	4,9%	-----	-----	-----	-----
Pequenos	5,6	13,9%	15,4%	15,3%	16,2%
Total	100,0% (286)	100,0% (303)	100,0% (326)	100,0% (326)	100,0% (389)

Fonte: SOARES apud OLIVEIRA, Lúcia (1981, p. 110).

\*Dois eleitos pelo PSP – na época Partido Republicano Progressista – são contados entre os pequenos.

De acordo com o autor, o declínio dos partidos conservadores era previsível, mas não em tamanha velocidade: em 1950 os partidos conservadores tiveram uma queda de 20,4% pontos percentuais em relação a 1945 (ver Tabela 4).

Tabela 4: partidos conservadores e partidos “populistas-progressistas” na composição partidária da Câmara dos Deputados (1945-1962)

Partido	1945	1950	1954	1958	1962
Partidos conservadores (PSD e UDN)	81,8%	61,4%	57,7%	56,8%	53,7%
Partidos “populistas-progressistas” (PTB e PSP)	7,7%	24,7%	27,0%	27,9%	35,2%

Fonte: cálculos realizados a partir dos dados da tabela anterior.

Procurando explicar essa queda dos partidos conservadores e a conseqüente ascensão dos partidos “populistas-progressistas”, Gláucio Soares (Ibidem) desenvolve os seguintes argumentos:

- a) A partir de 1947 houve um aumento do nível de ideologização do sistema partidário brasileiro. Segundo o autor, PTB e PSP definiram-se como partidos de orientação “populista-progressista” e passaram a angariar os votos de alguns segmentos sociais que votaram no PSD ou na UDN em 1945.
- b) Os trabalhos de estruturação partidária realizado pelos partidos “populistas-progressistas”, principalmente o PTB, foram bem sucedidos ao longo dos anos

1945-1964. Assim, esses partidos ampliaram suas “redes organizacionais e penetraram em estados e municípios antes submetidos à dominação incontestada dos partidos conservadores, onde passaram a competir pelos votos”.

Neste sentido, os partidos que contavam com uma rede organizacional extensa já em 1945, tanto no nível estadual quanto nos municípios (como foi o caso do PSD e da UDN), tinham poucas possibilidades de ampliar seu poderio eleitoral através da expansão organizacional. Sua expansão estava, pois, limitada a modificações favoráveis na infra-estrutura sócio-econômica e ao seu melhor aproveitamento político, e à maior *eficácia eleitoral* desta rede organizacional (SOARES, 1981, p. 16).

- c) A cassação do PCB e o rompimento definitivo do Getúlio Vargas com o PSD também tiveram repercussões eleitorais positivas para o PTB.
- d) As transformações socioeconômicas também foram fundamentais nesse processo, pois os processos de urbanização, industrialização e o crescimento numérico das classes sociais forneceram o substrato eleitoral dos partidos “populistas-progressistas”.
- e) Além dos trabalhadores urbanos, que tendiam a votar nos partidos “populistas-progressistas” ou ideológicos, os trabalhadores rurais também foram paulatinamente mobilizados por esses partidos. Soma-se a isso o fato de que frações das classes média e alta, que não se sentiam adequadamente representados, transferiram seus votos dos partidos conservadores para os partidos que encampavam alguma bandeira de seu interesse.

Contudo, Olavo Lima Jr. (1981, p. 24-44), analisando especificamente as composições das Assembléias Estaduais, chegou a uma conclusão diferente. Segundo esse autor, falar em decadência dos partidos conservadores é um exagero, pois, na verdade, *estes partidos sofriam apenas de um crescimento menor e menos rápido do que os partidos “populistas-progressistas”*. Ou ainda, *o que havia era a decadência relativa de alguns partidos conservadores (a UDN, em âmbito estadual – pois em âmbito nacional manteve certa estabilidade) e de alguns partidos “populistas-progressistas” (no caso, o PSP)*. Aliás, o autor considera problemático considerar o PSP um partido nacional e afirma que esse partido é um caso nítido de decadência partidária.

Outro ponto que Olavo Lima Jr. chama-nos a atenção é o fato de não ter havido um jogo de soma zero, isto é, uma transferência automática dos votos dos partidos conservadores para os partidos “populistas-progressistas”. Além disso, o autor lembra que

de 1947 a 1962 o eleitorado brasileiro cresceu 140% (de 7.710.504 eleitores, em 1947, para 18.528.847, em 1962) e que não houve simplesmente uma reprodução social do eleitorado, mas principalmente a incorporação de setores médios e inferiores da sociedade, que tenderiam a ser mobilizados pelos partidos “populistas-progressistas”. Portanto, esse crescimento quantitativo do eleitorado brasileiro no período em foco não pode ser esquecido, pois ele é importante para se entender os índices de crescimento significativos do PTB.

Outra tese debatida na literatura é a de que a decadência dos partidos conservadores tenha contribuído de maneira decisiva para a crise institucional brasileira dos anos 1960. Segundo essa tese, defendida por Gláucio Soares, o declínio dos partidos conservadores evidenciava a perda da hegemonia das classes conservadoras, que se expressaria em um conflito institucional entre um Congresso agrário-conservador e um Executivo urbano-reformista. Dessa forma, o golpe civil-militar de 1964 foi uma reação generalizada das direitas aos efeitos políticos das mudanças socioeconômicas.

Para Hélio Jaguaribe (Apud LIMA JR., 1981, p. 25), a crise institucional foi o resultado da “inadequação do sistema partidário vigente”, caracterizado pelo adesismo clientelista nas áreas menos desenvolvidas e pelo adesismo populistas nas áreas desenvolvidas.

Outra interpretação acerca da crise institucional e do sistema partidário brasileiro é a de Olavo Lima Jr. (1981, p. 27-28). Minimizando a dicotomia partidos conservadores *versus* partidos “populistas-progressistas”, o autor entende que dificilmente poderia ter ocorrido um realinhamento da estrutura partidária que pudesse adaptar-se ao processo de mudanças socioeconômicas. Ainda segundo o autor, “o sistema partidário brasileiro, por razões institucionais-legais, já trazia no seu bojo os germes da sua própria destruição” e

[...] os sinais de desagregação foram apenas antecipados pelo rápido processo de mudança social e, conseqüentemente, pela incorporação de novos contingentes eleitorais sem que os partidos políticos, que só o eram em situação eleitoral, alterassem seu perfil estrutural e comportamental (Idem, p. 27).

Olavo Lima Jr. (Idem, p. 44-45) também argumenta que:

[...] o processo de mudança social deixava cada vez mais clara a incapacidade dos partidos existentes em exprimir não só a correlação de forças existentes, mas também sua incapacidade em reproduzir, com mais clareza, o delineamento de tendências ideológicas [...].

Por sua vez, Maria Campello de Souza (1976, cf. cap. 3) argumenta que tais interpretações são economicista, uma vez que defende que o colapso político dar-se-ia de qualquer forma, em virtude das mudanças socioeconômicas e das características estruturais do sistema político-partidário brasileiro. No entanto, a autora defende que o sistema político-partidário brasileiro não era tão frágil como uma simples orquídea, “incapaz de subsistir fora da redoma de uma sociedade estática”. Embora reconheça que coexistiam no período tendência ao fortalecimento e à desagregação, Campello de Souza defende a tese de que “o caráter crítico desse período deve-se ao simultâneo fortalecimento do Estado e do sistema partidário” e, se não fosse o golpe de 1964, a tendência era que houvesse um realinhamento do sistema partidário.

Segundo Maria Campello de Souza (Ibidem, p. 143-146), o fato dos pequenos partidos estarem crescendo nas regiões desenvolvidas e nos centros urbanos e do PTB ampliar sua penetração nos estados menos desenvolvidos e no interior obrigaria os partidos conservadores a se voltarem para as suas bases “naturais” e cultivarem uma maior aproximação com elas, o que pode ser interpretado como uma indicação de que se processava um realinhamento do sistema político-partidário – e não um processo caótico e sem direção.

Conforme a autora, é difícil afirmar qual seria o resultado final desse processo de realinhamento, embora haja alguns indícios:

[...] Toda a informação disponível sugere que o PR, reduzido a quatro representantes por Minas Gerais [em 1962], se extinguiria provavelmente antes das eleições parlamentares de 1966; ou, na melhor das hipóteses, sobreviveria apenas em nível estadual. A UDN, embora continuando a se dividir com o PSD o eleitorado do interior rural, passaria a depender cada vez mais dos estratos médios e altos das cidades médias e das capitais, compensando, em parte, a escassez numérica dessa base com a regularidade de sua participação eleitoral e com sua fidelidade às bandeiras clássicas do udenismo. Resta indagar o que se daria com o PSD. Há, no comentário político brasileiro, uma curiosa discrepância entre aqueles que vêem o PSD como partido nitidamente rural, e aqueles, menos numerosos, porém, mais perceptivos, que consideram a inexistência de um partido verdadeiramente agrário como um dos traços peculiares de nossa formação política. O PSD, sem dúvida, via-se forçado a começar a sê-lo, se não o era; ou a sê-lo em maior medida, se o fora antes. Partido do interior rural, na linguagem de seus dirigentes, “ostra incrustada no casco da nau do Estado”, na linguagem da oposição, esse camaleão rural-burocrático cindia-se, a cada momento, entre esses dois futuros (Idem, p. 145-146).

Ainda com relação à crise do sistema político-partidário brasileiro, alguns autores defendem a tese de que são dados sintomáticos dessa crise a progressiva fragmentação dos partidos políticos e o aumento do número de votos brancos e nulos como expressão do desinteresse do eleitorado perante o sistema eleitoral.

A fragmentação partidária e o conseqüente aumento do número de alianças e coligações são interpretados por Gláucio Soares (1981) como um sintoma da deterioração partidária e do acirramento da competição eleitoral. Entretanto, para Maria Campello de Souza (1976, p. 158), o aumento do número de coligações estaria indicando “não a irracionalidade do comportamento partidário, mas o seu oposto”, e faziam parte de um processo mais amplo de realinhamento partidário, podendo significar “uma readaptação dos partidos a bases sociais nacionalizadas, aumentando, por conseguinte, a correspondência entre formações partidárias e classes ou estratos sociais, em detrimento das antigas peculiaridades regionais e estaduais”.

Por sua vez, a tese do aumento do número de votos branco e nulos (insignificante em 1945 e quase 20% em 1962) como sintoma da crise do sistema partidário-brasileiro é interpretada por Simon Schwartzman (Apud SOUZA, 1976, p. 165) como “um crescente descontentamento dos setores mais modernos frente a um sistema político baseado na cooptação de votos rurais, paternalismo e clientelismo urbano”. No entanto, Maria Campello de Souza (Ibidem, p. 165-166) não considera essa interpretação satisfatória, sobretudo porque Schwartzman “resume numa única causa a explicação do fenômeno observado” e chama a atenção para a possibilidade de que o mesmo pode ser devido a fatores de natureza distinta (descontentamento, imigração recente, expansão do eleitorado, etc.).

Em suma, as interpretações sobre o sistema político-partidário brasileiro de 1945-1964 apontam para dois caminhos principais: a desestruturação ou o realinhamento do sistema. Particularmente, creio que defender que o sistema entraria em colapso de qualquer forma em virtude das mudanças socioeconômicas do país, é demasiadamente estruturalista. Dessa forma, concordo com o argumento de Maria Campello de Souza de que “coexistiam no período tendência ao fortalecimento e à desagregação”.

E mais, também é comum encontrarmos em análises realizadas por historiadores, sociólogos e cientistas políticos a denominação *democracia populista* para o período pluripartidário brasileiro de 1945-1964. Notoriamente, alguns desses estudos acabam diminuindo a importância da experiência democrática vivenciada pela sociedade brasileira



em um período marcado pelo crescimento e a afirmação dos partidos políticos; o crescimento não somente quantitativo, mas também qualitativo do eleitorado brasileiro; a vigência de ideologias e projetos políticos como o comunismo, o trabalhismo e o nacional-desenvolvimentismo; a consolidação dos movimentos sociais urbanos e rurais e dos trabalhadores como importantes atores políticos; entre outros.

Portanto, não se pode simplificar e generalizar a democracia brasileira de 1945-1964 como um período em que políticos personalistas, demagogos e maquiavélicos manipulavam e controlavam um povo apático e alienado – entre outras simplificações. Grosso modo, a utilização do conceito *democracia populista* geralmente trilha o caminho dessa simplificação e generalização, sobretudo porque o conceito de populismo utilizado é ancorado na sua “versão clássica” – cujos maiores expoentes no Brasil são Francisco Weffort e Octávio Ianni.

O conceito de *democracia populista* poderia ser utilizado para pensar a experiência democrática brasileira de 1945-1964, desde que o conceito de populismo utilizado não seja o concebido pela sua “forma clássica”, mas sim ancorado em outras propostas – como as de viés thompsoniano ou de Ernesto Laclau.

#### **1.4. UM CONCEITO EM REFLEXÃO: O POPULISMO E A SUA OPERACIONALIDADE**

Nesta seção pretende-se refletir sobre o conceito de *populismo*, um conceito que vem sendo, nos últimos vinte anos, debatido por historiadores, sociólogos e cientistas políticos. Não por acaso, o debate envolvendo o populismo é atualmente um dos mais complexos, polêmicos e espinhosos na academia brasileira.

Em virtude desse enorme desafio, pretendemos analisar os principais argumentos que envolvem esse debate, além de refletir acerca da operacionalidade ou não desse conceito. Primeiramente, a análise será focada, de uma forma sucinta, na trajetória do referido conceito no Brasil. Assim, iremos verificar como a teoria da modernização, os estudos do Grupo de Itatiaia e os trabalhos de Francisco Weffort e Octávio Ianni contribuíram para a construção de uma teoria, que denominaremos como “*clássica*”, e para a consolidação do conceito de populismo no país.

Em um segundo momento, iremos refletir sobre como as contribuições de Edward P. Thompson, a nova história do trabalho e a história cultural influenciaram uma nova geração de historiadores a fomentarem uma série de novos estudos que criticaram duramente algumas das premissas que sustentam a teoria clássica do populismo. Contudo, poderemos perceber também que tais estudos ainda estão longe de um consenso, divergindo em relevantes aspectos. E, por fim, iremos analisar as reflexões de Ernesto Laclau acerca do conceito de populismo.

De qualquer forma, a tentativa de se conceituar ou reconceituar o populismo não é uma tarefa das mais fáceis. Norberto Bobbio (1986) observa que as definições de populismo são imprecisas, ambíguas e que os modelos e tipologias são confusos e contraditórios. Soma-se a isso o fato do termo ser utilizado para denominar fenômenos históricos muito diferentes.

#### **1.4.1. Breve trajetória de um conceito**

Ao pesquisarmos os jornais brasileiros (sejam eles da capital ou do interior) da década de 1940, poderemos perceber que o termo “populismo” já era habitualmente utilizado. Porém, o seu sentido era bem diverso, sendo utilizado como sinônimo de “popular” e tendo uma conotação positiva.

No entanto, o termo passaria por uma intensa metamorfose a partir das décadas de 1950 e 1960, quando a academia brasileira passou a dedicar-se ao estudo sistemático do fenômeno do populismo. A partir de então, o populismo passaria a ter uma conotação pejorativa.

Como lembra Jorge Ferreira (2001, p. 64), nos anos 1950 e 1960 a teoria da modernização teve um grande impacto sobre a construção do conceito de populismo. Nesse sentido, dois importantes intelectuais argentinos, os sociólogos Gino Germani e Torcuato di Tella, influenciados pela teoria da modernização, definiram o populismo como um período de transição entre a sociedade tradicional (rural e agrária) para a sociedade moderna (urbana e industrial) – uma espécie de epifenômeno de um estágio específico do desenvolvimento econômico –, período esse em que as populações rurais, “inexperientes

politicamente e acostumadas às relações clientelistas”, se deslocavam do campo para a cidade<sup>61</sup>.

Apesar das críticas, algumas das idéias da teoria de Germani e di Tella ecoaram com força, sendo importantes para as primeiras formulações do populismo no Brasil, realizadas por um grupo de intelectuais que ficaram conhecidos como Grupo de Itatiaia<sup>62</sup>. Influenciados pela teoria da modernização, os intelectuais desse grupo assim definiram o populismo:

Em primeiro lugar, o populismo é uma política de massas, vale dizer, é um fenômeno vinculado à proletarização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna, sendo indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe: não estão organizados e participando da política como classe. As massas, interpretadas pelo populismo, são originárias do proletariado, mas dele se distinguem por sua inconsciência das relações de espoliação sob as quais vivem. Só a superação desta condição de massificação permitiria a libertação do populismo ou a aquisição da verdadeira consciência de classe. [...]. Em segundo lugar, o populismo está igualmente associado a uma certa conformação da classe dirigente, que perdeu sua representatividade e poder de exemplaridade, deixando de criar os valores e os estilos de vida orientadores de toda a sociedade. Em crise e sem condições de dirigir com segurança o Estado, a classe dominante precisa conquistar o apoio político das massas emergentes. Finalmente satisfeitas estas duas condições mais amplas, é preciso um terceiro elemento para completar o ciclo: o surgimento do líder populista, do homem carregado de carisma, capaz de mobilizar as massas e empolgar o poder (GOMES, 2001, p. 24-25).

Ainda segundo Angela de Castro Gomes (Ibidem, p. 25-26), há três variáveis efetuadas na construção do conceito de populismo: a) um proletariado sem consciência de classe; b) uma classe dirigente em crise de hegemonia; c) um líder carismático.

Um dos principais intelectuais do Grupo de Itatiaia, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (Apud FERREIRA, 2001, p. 69) assim definiu o populismo no Brasil:

[...] o populismo ocorreu, sobretudo, a partir de 1945, pois com o fim do Estado Novo o país conheceu, no plano político, um mínimo de probidade nas eleições e,

---

<sup>61</sup> Conforme essa perspectiva, o conceito de populismo foi transformado em uma teoria universal, ou seja, o populismo se transformou em uma fase intermediária do desenvolvimento capitalista. Assim, houve populismo nos Estados Unidos, na Rússia, na Europa e na América Latina. Cf. IANNI (1989).

<sup>62</sup> Segundo Angela de Castro Gomes (2001, p. 22-23), o Grupo de Itatiaia era formado por um grupo de intelectuais que, a partir de agosto de 1952, patrocinados pelo Ministério da Agricultura, realizavam reuniões periódicas em Itatiaia (entre o Rio de Janeiro e São Paulo) visando a discutir os problemas políticos, econômicos e sociais relacionados ao desenvolvimento do país. Em 1953, esse grupo criou o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e passaram a publicar os *Cadernos do nosso tempo*. Entre os intelectuais do Grupo de Itatiaia, destacaram-se os sociólogos Hélio Jaguaribe e Alberto Guerreiro Ramos.

no plano econômico, uma industrialização mais consistente. Assim, o populismo, como uma ideologia pequeno-burguesa, procurou mobilizar politicamente “as massas” nos períodos iniciais da industrialização. Além disso, os assalariados não apresentavam a “consciência de classe” que caracterizava os trabalhadores providos de longas tradições de lutas, uma vez que as classes sociais ainda não tinham se configurado. Resumindo, a classe trabalhadora apresentava-se como “povo em estado embrionário”. São trabalhadores com escasso “treino partidário” e “tímida consciência de direitos”, o que os tornava “incapazes” de exercer influência sobre os políticos populistas.

A partir da década de 1960, dando continuidade à essa linha interpretativa, as reflexões sobre o populismo ganharam destaque acadêmico com as teorias de Francisco Weffort e Octávio Ianni.

Em *O populismo na política brasileira*<sup>63</sup>, Weffort dirá que o populismo, surgido após um longo processo de transformação da sociedade brasileira desde 1930, se manifestará de duas maneiras: como um estilo de governo e como uma política de massas. Ademais, Weffort também traria, para a época, uma importante novidade por meio da premissa do tripé “repressão, manipulação e satisfação” para explicar o sucesso do populismo no Brasil. Em outras palavras, a conjugação da repressão estatal com a manipulação política das massas e a satisfação dos trabalhadores ao verem algumas de suas demandas atendidas deu origem ao “pacto populista”<sup>64</sup>.

Octávio Ianni, por sua vez, procurando analisar a história política brasileira e as razões do golpe civil-militar de 1964, publicou, em 1968, *O colapso do populismo no Brasil*. Nessa obra, Ianni vai delimitar temporalmente o populismo entre os anos de 1945 a 1964, período denominado de “*democracia populista*”. Assim, Ianni vê no golpe civil-militar de 1964 o resultado do esgotamento do populismo no Brasil, isto é, o colapso de um modelo de desenvolvimento econômico característico de um período de transição (de uma sociedade de base agrária para uma sociedade urbana e industrial) conduzido por um Estado intervencionista e por líderes carismáticos, que buscam legitimar-se através da política de massas.

Ainda segundo Ianni, essa política de massas seria uma forma de organizar, controlar e utilizar a força política dos trabalhadores, que, em virtude da sua origem rural, seu atraso cultural e sua inexperiência política, estavam destituídos de uma consciência de

---

<sup>63</sup> *O populismo na política brasileira*, publicado em 1978, aglutina (com revisões) artigos publicados pelo autor na década de 1960 (ver primeira parte do livro) e capítulos da sua tese de doutoramento apresentada à USP, em 1968 (ver a segunda parte do livro).

<sup>64</sup> Segundo esse pacto, “os trabalhadores, a partir de cálculos utilitários sobre suas perdas e ganhos, trocaram os benefícios do acesso aos direitos sociais pela submissão política” (FERREIRA, 1997, p. 15).

classe. Dessa forma, eram facilmente galvanizados e instrumentalizados pelas lideranças carismáticas.

Aliás, convém salientar que além da teoria da modernização, Weffort e Ianni também iriam se utilizar (e ao mesmo tempo contribuir) de outras reflexões que estavam surgindo na década de 1960: os primeiros estudos sobre o movimento operário e sindical brasileiro, realizados por intelectuais como Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Azis Simão e José Albertino Rodrigues, entre outros. Em geral, os trabalhos desses autores, embora possuam particularidades, trilham um mesmo horizonte, uma espécie de “síntese geral”: enalteciam os anos 1910 como os anos dourados do anarquismo e dos movimentos reivindicatórios da Primeira República; atribuíam à retração dos movimentos contestatórios nos anos 1920 ao incipiente êxodo rural, uma vez que os trabalhadores rurais não tinham experiências de luta; e caracterizavam o sindicalismo do período pós-1930 como burocrático e acomodado, perdendo sua autonomia e seu ímpeto revolucionário.

Em geral, as teorias sobre o populismo de Ianni e Weffort, assim como os primeiros estudos sobre o movimento operário e sindical brasileiro, foram produzidos em um contexto pós-golpe de 1964, o que levou esses intelectuais a refletirem sobre o momento histórico que estavam vivendo, procurando entender as razões do golpe, além de buscarem alternativas e/ou soluções para a superação desse período nebuloso. E foi nesse contexto, tentando entender as razões do golpe civil-militar de 1964, que surgiram outras teorias, como a do “desvio” e do “cupulismo”.

A teoria do “desvio” baseia-se em uma visão teleológica do marxismo, de que a classe operária, ao tomar consciência de classe, teria um caminho natural a seguir (a revolução socialista). No entanto, a política populista – por meio da repressão, da manipulação e da cooptação – teria incapacitado os trabalhadores a qualquer iniciativa autônoma e muito menos a criarem uma “verdadeira” consciência de classe.

Por sua vez, na teoria do cupulismo “os trabalhadores seriam reféns da política ditada pelas suas lideranças” (COSTA, H., 1999, p. 90), que agiam sem consultar os trabalhadores<sup>65</sup>. Dessa forma, o cupulismo seria responsável pelo êxito da política populista no seio do movimento operário, uma vez que os operários estavam ou nas mãos

---

<sup>65</sup> Conforme Hélio da Costa, o sindicalismo cupulista pode ser assim caracterizado: “ausência de organização nos locais de trabalho em contraponto ao esforço destinado à construção de estruturas paralelas fortemente verticalizadas; distância em relação às reivindicações ligadas às condições de vida dos trabalhadores; recusa em romper o atrelamento dos sindicatos ao Estado”.

de lideranças pelegas ou nas mãos de lideranças comunistas, que cometiam uma série de equívocos e “erros estratégicos imperdoáveis<sup>66</sup>” (como, por exemplo, a adoção de um “nacionalismo cego” e as alianças com sindicalistas petebistas).

Em suma, o populismo – que teria desviado a classe operária – e o cupulismo tornaram-se fatores explicativos para a suposta fraqueza do movimento operário diante do golpe civil-militar de 1964, que foi implantado sem maiores resistências.

Portanto, paulatinamente, difundiu-se uma vertente explicativa que passou a desmerecer a história social e política brasileira entre os anos de 1930 e 1964. Particularmente ao contexto 1945-1964, esse passou a ser denominado, até mesmo pejorativamente, como o tempo da “democracia populista” (ou da “república populista”) e do “sindicalismo populista”. Ora, não é por acaso que se tornou comum a história do Brasil do período 1930-1964 ser simplificada (sobretudo nos manuais escolares) como o período dos políticos populistas, demagógicos e carismáticos, do sindicalismo pelego, dos trabalhadores domesticados, sem autonomia, vitimados por uma modernização incompleta e manipulados por um Estado paternalista e coercitivo (sobretudo no Estado Novo).

E mais, seguindo uma perspectiva linear, progressiva e até mesmo teleológica da história, o período populista era um período datado, transitório, um estágio do processo do desenvolvimento capitalista (caracterizado pela proletarização dos camponeses, pela crise de hegemonia das antigas oligarquias agrárias, pelo pacto entre as diversas classes sociais e pelo fascínio das massas aos líderes carismáticos). Enfim, era um período que deveria ser esquecido ou lembrado como uma “triste época”.

Baseando-se nessas premissas, o Novo Sindicalismo, que emergiu no cenário social e político brasileiro no final da década de 1970, procurou cunhar a sua auto-identidade como oposição ao “velho” sindicalismo pelego do período 1930-1964 – surgindo, assim, um “novo” sindicalismo, que sepultaria o colaboracionismo e o cupulismo e assumiria a defesa dos interesses dos trabalhadores<sup>67</sup>.

Portanto, a teoria clássica do populismo apresenta os trabalhadores brasileiros do período 1930-1964 como passivos, destituídos de experiência e consciência de classe (ou com as suas experiências atreladas ao populismo), facilmente manipulados e cooptados por

---

<sup>66</sup> Nesse sentido, Francisco Martinho (1996) lembra que as análises de Francisco Weffort são duras com o PCB, inclusive o responsabilizando pelo predomínio da estrutura corporativa no período de 1945 a 1964.

<sup>67</sup> Sobre os limites do discurso e da auto-imagem cunhada pelo Novo Sindicalismo, ver principalmente os artigos de Alexandre Fortes, Fernando Teixeira da Silva, Hélio Costa na coletânea *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho* (1999).

um Estado paternalista e por líderes carismáticos e demagógicos, que os teriam desviado de seu caminho histórico natural. Diante desses pressupostos, observou Jorge Ferreira (1997, p. 14) que

[...] a história da classe trabalhadora a partir de 1930 reduz-se a uma espécie de “conspiração” das classes dominantes sempre criadoras de dispositivos ideológicos, mecanismos eficientes de controle social, meios habilíssimos de propaganda política, instrumentos sutis de doutrinação das mentes, entre outros meios, para manipular, dominar e desvirtuar os trabalhadores de seus “reais e verdadeiros” interesses.

Desse modo, durante o “período populista” (1930-1964) os trabalhadores e demais segmentos populares “assistem” mais a tal processo do que “agem” sobre ele. Em outras palavras, são *pacientes* e não *agentes* da sua história.

Além disso, a teoria clássica do populismo carece de precisão, uma vez que aglutina, “em um mesmo saco”, projetos políticos (nacional-desenvolvimentismo *versus* liberalismo), lideranças (Getúlio Vargas, João Goulart, Adhemar de Barros, Jânio Quadros, Leonel Brizola, etc.) e partidos políticos tão díspares e até mesmo antagônicos entre si (como, por exemplo, PTB e PSP). Dessa forma, a importante experiência democrática que vivenciou o país entre 1945 e 1964 – caracterizadas pela afirmação dos partidos políticos, pelo crescimento eleitoral, pela ideologia nacional-desenvolvimentista, pela ascensão e consolidação de movimentos sociais urbanos e rurais e dos trabalhadores como importantes atores políticos, entre outras coisas – acaba sendo simplificada na idéia de que políticos personalistas e maquiavélicos manipulavam e controlavam um povo apático e alienado.

Contudo, a partir de meados da década de 1980 e, sobretudo, a partir da década de 1990, surgiram novos estudos sobre o movimento operário e sindical brasileiro, sobre o trabalhismo e sobre a história política do país, entre outros, que iriam criticar e rever algumas das premissas que sustentam a teoria clássica do populismo.

#### **1.4.2. O colapso do conceito de populismo?**

A partir de meados da década de 1980, a influência de Edward P. Thompson promoveu uma oxigenação nos estudos sobre o movimento operário e sindical no Brasil. Afastando-se do viés estruturalista e aproximando-se da antropologia, a “*history from below*” (história vista de baixo) thompsoniana “colocou as noções de experiência e cultura

no cerne das análises sobre a ação social”. Dessa forma, “o desenvolvimento da problemática tendeu rapidamente a ultrapassar o interesse inicial no ativismo operário, para concentrar-se na compreensão da experiência das pessoas comuns, no passado, e de suas reações a esta própria experiência” (CASTRO, 1997, p. 51).

Referindo-se à experiência, E. P. Thompson (1981, p. 182) diz que

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo [experiência] – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.

Emília Viotti da Costa (2001, p. 20-21) atesta a influência thompsoniana na nova história do trabalho latino-americana: houve uma passagem do estudo das lideranças para o estudo da base; do estudo dos sindicatos e partidos políticos para o estudo da cultura dos trabalhadores; do estudo do movimento organizado dos trabalhadores para o estudo da grande maioria dos trabalhadores que nunca se filiaram a um sindicato, entre outros. Em outras palavras, “enquanto no passado os historiadores falavam de ‘estruturas’, agora falam de ‘experiência’”.

Em suma, a influência de Edward P. Thompson contribuiu para que uma nova geração de historiadores, sobretudo do movimento operário e sindical brasileiro, dedicassem uma atenção especial à cultura, à vida cotidiana, às identidades sociais dos trabalhadores, entre outras coisas. Dessa forma, tais estudos contribuíram para derrubar as idéias da passividade dos trabalhadores no pós-1930 e a realizações de críticas revisionistas acerca do cupulismo, da teoria do desvio e do conceito de falsa consciência.

No Brasil, um dos trabalhos pioneiros foi *A invenção do trabalhismo*, de Angela de Castro Gomes, publicado em 1988. Segundo a autora, nessa obra ela queria

[...] recusar radicalmente as idéias de uma classe trabalhadora passiva e sem “uma verdadeira consciência”, sendo, por isso, manipulada e enganada por políticos cínicos e inescrupulosos que, sem bases partidárias, fundavam sua representatividade em prestígio pessoal. Por outro lado, queria enfatizar as idéias de uma classe trabalhadora sujeito de sua história, que se relacionava com políticos cujas bases de atuação excediam o personalismo e se combinavam com instituições partidárias e sindicais, e também com políticas públicas de alcance social, em parte implementadas. Enfim, queria destacar a existência de uma relação dinâmica entre Estado e classe trabalhadora, em que as idéias e práticas nelas contidas são permanentemente reinventadas através do tempo (GOMES, 2002, p. 59).



Além de Angela de Castro Gomes, podemos elencar outros trabalhos que devolveram aos trabalhadores a sua agência, a sua autonomia e a sua posição de atores históricos que lutaram e conquistaram direitos e a sua cidadania, como os de Alexandre Fortes, Fernando Teixeira da Silva, Hélio da Costa, Antonio Luigi Negro, Paulo Fontes, Marcelo Badaró Mattos, Ângela Araújo, Jorge Ferreira, entre outros.

Emília Viotti da Costa (2001, p. 29-30) lembra-nos também que a nova história do trabalho “questionou a imagem tradicional de uma população rural passiva e reavaliou as relações entre o trabalho urbano e rural”, descrevendo “os migrantes rurais não como vítimas da manipulação e de líderes populistas carismáticos, e sim como atores históricos conscientes e autônomos, capazes de fazer opções racionais”.

Ademais, não podemos esquecer a contribuição da história cultural, particularmente o conceito de circularidade cultural de Carlo Ginzburg, que demonstra que as idéias não são produzidas apenas pelas elites e impostas de cima para baixo. Nessa perspectiva, citando Peter Burke, Jorge Ferreira (1997, p. 28) argumenta que “[...] as imagens, relatos e idéias dominantes não são aceitos passivamente pelos populares, mas interpretados, modificados e transformados: ‘As mentes das pessoas comuns não são como uma folha de papel em branco, mas estão abastecidas de idéias e imagens’”.

Conforme observou Emília Viotti da Costa (2001, p. 30-31), a nova história do trabalho demonstra como “os trabalhadores se apropriam dos símbolos da elite e lhes dão novos significados, empurrando o peronismo, o somozismo e o varguismo muito além dos limites propostos pelas intenções dos líderes”. Dessa forma, mais uma premissa da teoria clássica do populismo é desmontada: a idéia de que um Estado, por meio da doutrinação e propaganda política, inculcava valores, crenças e idéias nas mentes das pessoas.

Portanto, por meio das novas perspectivas abertas pela influência thompsoniana e pela história cultural, a nova história do trabalho relativizou ou até mesmo atingiu duramente alguns dos pilares que sustentam a teoria clássica do populismo – como, por exemplo, o viés estruturalista presente na teoria da modernização, a idéia da manipulação de uma massa passiva e sem consciência, a amplificação da propaganda política nas mentes das massas, etc.

No entanto, nos discursos político-partidários, na mídia, em alguns círculos intelectuais e no senso comum da população, essa versão clássica ainda está fortemente consolidada e parece imune às críticas. Diante dessa constatação, Angela de Castro Gomes

(2002, p. 63) considera o populismo como “uma das construções míticas mais importantes de nosso imaginário social”, um verdadeiro “gato de sete vidas”.

Por sua vez, nos círculos acadêmicos o debate envolvendo o conceito de populismo constitui-se em um dos mais complexos e polêmicos. Atualmente, além das correntes que defendem e utilizam as premissas da teoria clássica do populismo, há outros dois grupos: a) os que defendem o total abandono do conceito; e b) os que defendem a sua utilização, porém, sem ancorar-se nas premissas clássicas da sua teoria.

O grupo que defende o abandono do conceito de “populismo” (capitaneado, sobretudo, por historiadores como Angela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho) destaca, entre outras coisas, a sua imprecisão conceitual e a sua conotação pejorativa e desqualificadora. Para Jorge Ferreira (2001, p. 124),

(...) O populista é o adversário, o concorrente, o desafeto. O populista é o Outro. Trata-se de uma questão eminentemente política e, muito possivelmente, político-partidária, que poderia ser enunciada da seguinte maneira: o *meu* candidato, o *meu* partido, a *minha* proposta política não são populistas, mas o *teu* candidato, o *teu* partido e a *tua* proposta política, estes, sim, são populistas. Populista é sempre o Outro, nunca o Mesmo.

Por sua vez, Angela de Castro Gomes, em *A invenção do trabalhismo*, salienta que procurou rejeitar o uso do conceito de “populismo” e propôs a idéia do “pacto trabalhista” para refletir acerca das relações entre Estado e classe trabalhadora. Segundo a autora, esse pacto efetuado pelo povo e Getúlio Vargas começou a delinear-se a partir de 1942, com o esforço do governo em estreitar os laços com os trabalhadores<sup>68</sup> e em legitimar o Estado e o próprio Vargas como responsáveis pelas leis sociais (por meio da “ideologia da outorga”) e como protetores dos trabalhadores.

Ainda segundo a autora (2001, p. 48):

A proposta realizada [...] assinala que o discurso trabalhista, articulado em início dos anos 1940, apropria e ressignifica o discurso operário construído, de forma lenta e diversificada, nos anos da Primeira República. Os benefícios materiais “oferecidos” e implementados [...] serão “recebidos” e interpretados pela classe trabalhadora, que os apreenderá e os manejará segundo os termos de suas possibilidades e vivências. O pacto trabalhista, pensado ao longo do tempo, tem nele, de modo integrado, mas não redutível, tanto a palavra e a ação do Estado

<sup>68</sup> Sobre isso, ver especialmente a análise que Angela de Castro Gomes faz sobre a atuação de Alexandre Marcondes Filho à frente do Ministério do Trabalho (de janeiro de 1942 a julho de 1945).

(que, sem dúvida, teve o privilégio de desencadeá-lo), quanto a palavra e a ação da classe trabalhadora, ressaltando-se que nenhum dos dois atores é uma totalidade harmônica, mantendo-se num processo de permanente re-construção.

O pacto trabalhista proposto por Angela de Castro Gomes, difere-se do “pacto populista”, uma vez que constituía um “pacto de reciprocidade”, de “reconhecimento de valores”, de “gratidão” e de “retribuição” (que ganhou força em virtude da construção simbólica de Vargas no pós-1940), enquanto o “pacto populista” é apenas baseado em trocas utilitárias, em que ganhos materiais eram trocados por obediência política.

Em suma, para Angela de Castro Gomes (2002, p. 67), o populismo é um mito político marcado pela “desesperança e o ceticismo”, que “rebaixa a sociedade brasileira”, enquanto o trabalhismo pode ser definido como uma tradição política (que, inclusive precedeu o próprio conceito de populismo). Conforme a autora (Ibidem, p. 67-68):

O trabalhismo deve ser entendido como se constituindo de um conjunto de idéias, valores, símbolos, rituais e vocabulários que passa a se solidificar especificamente a partir da década de 1940. Desde então, começa a circular num circuito que comunica setores de elite com setores populares, ganhando sentidos específicos em cada um desses pólos, em diferentes conjunturas políticas. É evidente que, como ideologia e projeto políticos, o trabalhismo lança raízes na experiência do movimento operário e sindical da Primeira República, no sentido thompsoniano. Ou seja, se a tradição é inventada no pós-1930, não o é de forma fortuita, arbitrária e a partir do nada. Seu poder de significação e mobilização (a “comunidade de sentidos” que logrou estabelecer) veio justamente da releitura que as elites políticas do pós-1930 realizaram do que ocorreu no terreno das lutas dos trabalhadores, antes de 1930. [...] Ademais, pode-se verificar que, como tradição, o trabalhismo será apropriado e reinventado no pós-1945, tanto por setores sindicais e populares, quanto por setores das elites políticas, especialmente as dos partidos trabalhistas, com destaque para as do PTB.

Compartilhando dessa ideia, Daniel Aarão Reis Filho (2001, p. 345-346) argumentará que a tradição trabalhista (caracterizada pelas lutas sociais, pela defesa das bandeiras reformistas e nacionalistas, pela crescente participação das massas na política nacional, pelo estilo de fazer política de lideranças carismáticas, etc.) fora rebatizada de populismo pelos conservadores com o intuito de destruí-la e estigmatizá-la.

Por outro lado, há uma corrente de historiadores que não descarta a utilização do conceito de populismo, embora desconsiderem algumas premissas da sua teoria clássica, como manipulação, passividade dos trabalhadores, falta de consciência de classe, etc. Dentre esses autores, podemos citar historiadores ligados à nova história do trabalho, como

John French, Paulo Fontes, Hélio da Costa, Fernando Teixeira da Silva, Alexandre Fortes, entre outros.

Refratando a argumentação de Jorge Ferreira sobre a incompatibilidade entre as idéias thompsonianas e o conceito de populismo, Alexandre Fortes (2010, p. 190) demonstrará que para Thompson o “populismo”

[...] *designa a ênfase no protagonismo popular*, uma perspectiva democrática radical (mas não ainda socialista) que distinguiu o movimento pela reforma política na Inglaterra em função da composição de sua base social e de sua trajetória histórica, ambas peculiares no período. Essa abordagem levanta a possibilidade de dissociarmos o conceito de “populismo” da idéia de “manipulação” ou “desvio de uma consciência política ideal”. [grifos meus].

Por sua vez, Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa (2001, p. 224-225) identificam nas análises de Thompson sobre paternalismo uma chave para repensar o populismo:

Por outro lado, a obra de Thompson sobre paternalismo, cultura plebéia e estilo retórico e ritualístico da justiça na Inglaterra do século XVIII demorou a ser um convite para reproblematicar os “anos populistas”. Certamente, são flagrantes as diferenças entre as peculiaridades da sociedade inglesa dos setecentos e as condições históricas do populismo brasileiro. *Porém, alguns princípios gerais da noção de hegemonia utilizada por Thompson permitem perceber como os trabalhadores retiravam da ideologia formal do “modelo paternalista” os recursos necessários às suas demandas e lutas, utilizando-o como algo que pertencia ao seu patrimônio adquirido*. Se tal modelo era mais generalizante, a apropriação que dele era feita pelos “de baixo” tinha um caráter seletivo, aproveitando noções de justiça social e re-significando-as conforme suas experiências e expectativas. [grifos meus].

O conceito de hegemonia tem permeado a maioria das análises sobre o populismo, mas trata-se, em geral, de uma “concepção de imposição hegemônica de dominação de classe como imposição absoluta de categorias ou de estruturas de dominação”, impedindo os trabalhadores de manifestarem idéias e ações que não congruentes com os termos dominantes. Pensar o populismo como uma relação de hegemonia significa, ao contrário, considerar as ambigüidades que lhe eram constitutivas como “um campo de força comum” no interior do qual os diferentes atores sociais “estavam aprisionados”.

Adriano Duarte e Paulo Fontes (2004, p. 111-112) defendem uma interpretação interessante acerca do conceito de “populismo”:

[...] ao invés de tomá-lo como um fenômeno imposto de fora para dentro da classe, ou como uma ideologia que implicaria a manipulação externa, ambos modos insatisfatórios de operar com conceitos históricos, *parece adequado compreendê-lo*

*como um sistema político. Ou seja, uma conjugação complexa e sofisticada de interesses e disputas entre atores desiguais, mas que não prescindia da reciprocidade e da negociação, na qual as classes populares estiveram presentes de forma decisiva. [grifos meus].*

Sem dúvida, as propostas apresentadas, de viés thompsoniano, abrem um novo horizonte para o debate acerca do populismo, destacando-se três pontos:

- a) A interpretação do populismo como uma *ênfase no protagonismo popular*.
- b) A compreensão do populismo como um *sistema político*, em que há disputas, negociações e reciprocidade entre as diferentes classes ou atores sociais. Dessa forma, não há apenas um “jogo político” de manipulação, imposto de cima para baixo, mas um “jogo político” de mão-dupla.
- c) A utilização do conceito de hegemonia não como a imposição de uma classe sobre as outras, mas o modo como determinados valores das classes dominantes eram selecionados, apropriados e re-significados pelos “de baixo”.

Além da operacionalização do conceito de populismo pelo viés thompsoniano, outra possibilidade de utilização do conceito seria por meio das propostas do historiador argentino Ernesto Laclau.

#### **1.4.3. A teoria do populismo de Ernesto Laclau**

Ernesto Laclau é contrário às teses de que o populismo seja uma etapa de um estágio de desenvolvimento econômico, assim como também é contra a ideia de que o populismo seja um conceito pejorativo, embora também não seja necessariamente positivo. De acordo com Laclau, o populismo não é algo específico de um determinado tipo de regime político ou de uma ideologia:

[...] o populismo é uma categoria ontológica e não ôntica – quer dizer, seu significado não será encontrado em algum conteúdo político ou ideológico que se adentre na descrição das práticas de qualquer grupo particular, mas melhor em um modo particular de articulação de conteúdos sociais, políticas ou ideológicas (2005b, p. 34).

Em outras palavras, para Laclau (2005a, p. 150) “é possível definirmos conceitualmente o populismo não como um tipo de movimento – identificado com uma base social especial ou mesmo com uma determinada orientação ideológica –, senão como uma lógica política”.

Ainda segundo o autor, essa lógica política pode operar com bases sociais e orientações ideológicas distintas. Porém, surge em momentos de crise de hegemonia, quando as interpelações populares-democráticas não atendidas são articuladas por alguma classe ou fração de classe contra o bloco de poder dominante, em uma situação de crise desse, criando uma *relação de equivalência* entre estas demandas diante de um antagonista comum – o bloco de poder dominante.

Daremos um exemplo de uma demanda simples: um grupo de pessoas que vivem em um bairro querem uma linha de transporte que os leve desde seus lugares de residência à área em que a maioria deles trabalha. [...].

[...] Suponhamos que a reivindicação é rejeitada. Dessa decisão derivará indubitavelmente uma situação de frustração social. Porém, se trata somente de uma demanda que não é satisfeita, isso não alterará a situação substancialmente. *Em contrapartida, se por algum motivo, a variedade de demandas que não encontram satisfação for muito grande, essa frustração multiplicada desencadeará uma lógica social de um tipo completamente diferente.* Por exemplo, se o grupo de pessoas naquela área que viu frustrados suas reivindicações de melhor transporte descobre que seus vizinhos estão igualmente insatisfeitos em suas reivindicações acerca da segurança, serviço de água potável, habitação, escolas, etc..., algum tipo de solidariedade emergirá entre eles: todos compartilham o fato de que suas demandas permanecem insatisfeitas. Isto é, as demandas compartilham uma dimensão negativa mais além da sua natureza diferencial positiva.

*Uma situação social em que as demandas tendem a reagrupar-se sobre uma base negativa e na qual todas permanecem insatisfeitas é a primeira precondição – embora não a única – do modo de articulação política a que chamamos populismo [grifos meus] (2005b, p. 36-37).*

Para Laclau, essa situação em que uma pluralidade de demandas não satisfeitas reagrupam-se é denominada de *cadeia equivalencial*. Se o sistema institucional atender essas demandas não satisfeitas, os vínculos equivalenciais se tornaram débeis. Porém, ao contrário, se o sistema institucional revela-se incapaz de atender às demandas, criará as condições para uma *ruptura populista*.

Essa ruptura populista se dará ao nível da subjetividade popular, que fomentará uma fronteira interna que dividirá o social em dois campos: “o poder e os desamparados – o povo”, isto é, haverá a dicotomização da sociedade em “um poder que se opõe ao conjunto das demandas que constituem a vontade popular”. Portanto, “o populismo não é, em conseqüência, expressão do atraso ideológico de uma classe dominada, mas, ao contrário, uma expressão do momento em que o poder articulatório desta classe se impõe hegemonicamente sobre o resto da sociedade” (1979, p. 201).

Ademais, Laclau lembra que “não há populismo sem a construção discursiva de um inimigo: o Antigo Regime, as oligarquias, os países imperialistas, etc”. Acerca disso, o autor realiza uma interessante análise sobre os significantes vazios:

[...] a construção de uma subjetividade popular somente é possível sobre a base da produção discursiva de significantes tendencialmente vazios. A denominada “pobreza” dos símbolos populistas é a condição de sua eficácia política – devido a que sua função é converter uma realidade altamente heterogênea em uma homogeneidade equivalencial, somente podem conseguir este objetivo reduzindo ao mínimo seu conteúdo particular. No limite, este processo alcança um ponto onde a função homogeneizante é desempenhada tão somente por um nome: o nome do líder (2005b, p. 39-40).

Em suma, para Laclau (Ibidem, p. 43-44):

Para começar, somente teremos populismo se há uma série de práticas político-discursivas que constroem um sujeito popular, e a precondição da emergência de tal sujeito é, como já vimos, a construção de uma fronteira lógica interna que divide o social em dois campos. Porém, a lógica desta divisão é ditada, como sabemos, pela criação de uma cadeia equivalencial entre uma série de demandas nas quais o momento equivalencial prevalece sobre a natureza diferencial das demandas. Por último, a cadeia não pode ser o resultado de uma coincidência fortuita pura, melhor, deve ser consolidada através da emergência de um elemento que da coerência à cadeia significando-a como uma totalidade. Este elemento é o que chamamos “significante vazio”.

Lembra-nos Laclau (Ibidem, p. 47) que “nenhum movimento político estará absolutamente isento de se tornar populista porque nenhum está incapacitado para convocar o povo contra o inimigo comum, por meio da construção da fronteira social”. Dessa forma, “um movimento ou uma ideologia – ou, para colocar ambos sob um mesmo gênero, um discurso – será mais ou menos populista dependendo do grau em que seus conteúdos são articulados pela lógica equivalencial”.

Contudo, o populismo não implica necessariamente em uma manipulação cínica ou instrumental por parte dos políticos, pois “[...] o populismo não se caracteriza como uma ‘constelação fixa’, mas sim como um arsenal de ferramentas retóricas (‘significantes flutuantes’) que podem ter os usos ideológicos mais diversos” (2005a, p. 237).

Por fim, Laclau define o populismo não como um movimento político – pois não está vinculado a um fenômeno delimitável –, mas como uma lógica social e política, cujos efeitos atravessam uma variedade de fenômenos. Em suma, na perspectiva de Laclau, o populismo é um “modo de construir o político”.

[...] O populismo faz referência ao questionamento da ordem institucional, através da construção do desamparado como agente social – quer dizer, como um agente que é um *outro* com respeito à forma em que as coisas estão estabelecidas. Porém, isto é o mesmo que a política. Somente teremos através do gesto que toma o estado de coisas existentes como um sistema e apresenta uma alternativa a ele (ou, pelo contrário, quando defendemos esse sistema contra alternativas potenciais existentes). Esta é a razão pela qual o fim do populismo coincide com o fim da política. Teremos o fim da política quando a comunidade concebida como uma totalidade e as vontades coletivas tornarem-se indistinguíveis uma da outra (2005b, p. 47-48).

Portanto, há duas alternativas que possibilitam a utilização/operacionalização do conceito de populismo: a primeira por meio do viés thompsoniano (como vêm realizando historiadores como Alexandre Fortes, Fernando Teixeira da Silva, Hélio da Costa, Paulo Fontes, entre outros); a segunda possibilidade se daria por meio do conceito de populismo de Ernesto Laclau. No entanto, no presente trabalho optamos em abandonar e não utilizar o conceito de populismo – seguindo, assim, a proposta de historiadores como Angela de Castro Gomes, Jorge Ferreira, Daniel Aarão Reis Filho, entre outros.



## CAPÍTULO 2

### **A GÊNESE E OS ANOS INICIAIS DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO NO PARANÁ (1945-1949)**

No presente capítulo pretende-se focalizar o processo de redemocratização ocorrido em 1945 no Paraná, sobretudo a gênese e os anos iniciais do Partido Trabalhista Brasileiro paranaense. Dessa forma, procurar-se-á analisar quem eram os membros que integravam a elite partidária petebista nesse período, as disputas internas pelo poder dentro do partido, os motivos que catalisaram as inúmeras dissidências nas hostes petebistas, o desempenho eleitoral do PTB nas eleições de 1945 e 1947 e a sua relação com o governo de Moysés Lupion (1947-1950).

#### **2.1. O PARANÁ DURANTE OS ANOS 1930-1945**

Desde 1916, o Paraná era politicamente dominado por dois homens: Afonso Alves de Camargo e Caetano Munhoz da Rocha, ambos do Partido Republicano Paranaense (PRPR)<sup>69</sup>, que simbolizavam as velhas frações dominantes. A família Alves de Camargo representava os proprietários de terra dos Campos Gerais e de Guarapuava; a família Munhoz da Rocha, por sua vez, representava os setores dominantes do litoral e os interesses ervateiros<sup>70</sup> (OLIVEIRA, 2001, p. 239).

---

<sup>69</sup> Afonso Alves de Camargo presidiu o estado entre 1916-1920; Caetano Munhoz da Rocha governou o Paraná por dois mandatos sucessivos: 1920-1924 e 1924-1928; em seguida, Afonso Alves de Camargo retornou ao governo paranaense (1928-1930), sendo destituído pela Revolução de 1930. Caetano Munhoz da Rocha faleceu em 1944; Afonso Alves de Camargo faleceu em 1954.

<sup>70</sup> Os dois políticos estreitaram ainda mais os seus vínculos quando Bento Munhoz da Rocha Neto (filho de Caetano Munhoz da Rocha e futuro governador do Paraná – 1950-1955 – casou-se com a filha de Afonso Alves de Camargo.

A Revolução de 1930 estourou no Paraná na madrugada do dia 5 de outubro, sob a liderança do major Plínio Alves Monteiro Tourinho<sup>71</sup> e não encontrou resistências. Dessa forma, a vitória do movimento foi arrebatadora: no mesmo dia, com a fuga do presidente do estado Afonso Alves de Camargo, os revolucionários ocuparam o poder paranaense.

Com a rápida vitória, o major Plínio Tourinho assumiu o comando da Região Militar, enquanto para o governo provisório do estado foi nomeado o seu irmão, o general reformado Mário Tourinho<sup>72</sup> – posteriormente nomeado por Getúlio Vargas como interventor federal no Paraná.

Conforme Ricardo Costa Oliveira (2004, p. 18), a Revolução de 1930 não chegou a modificar radicalmente a elite política paranaense, pois a segunda esposa do general Mário Tourinho (Leopoldina Rabelo) era prima de Etelvina Rabelo, esposa de Afonso Alves de Camargo, o presidente deposto. Ademais, “o perfil de algumas das novas autoridades nomeadas pela Revolução na região atestam a continuidade de tradicionais grupos e famílias no poder”<sup>73</sup>.

Contudo, o interventor Mário Tourinho enfrentou uma grande oposição de setores civis e militares e permaneceu pouco tempo no poder, renunciando em 29 de dezembro de 1931. Após a sua renúncia, o cargo foi ocupado provisoriamente por João David Pernetta – um tradicional político da República Velha, que foi eleito oito vezes para o cargo de deputado estadual (OLIVEIRA, *ibidem*, p. 19).

No início de 1932, Vargas nomeou Manoel Ribas, que tomou posse como interventor do Paraná no dia 30 de janeiro e permaneceu no cargo por mais de 13 anos. Segundo Ricardo Costa Oliveira (*Idem*):

Manoel Ferreira Ribas nasceu em Ponta Grossa, em 8 de março de 1873. Pertencia a uma família histórica da classe dominante do Paraná. Em 1897, mudou-se para Santa Maria (RS). Seria um dos organizadores da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea gaúcha. Em 1927, tornou-se prefeito de Santa Maria. Sua vida política levou-o a tratar relações com Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul. Ribas

---

<sup>71</sup> Segundo Ricardo Oliveira (2004, p. 15), “o major Plínio Tourinho era paranaense, oficial engenheiro do Exército, professor de astronomia da Universidade do Paraná e ligado por parentesco a famílias tradicionais do estado (família Alves, por parte de mãe).

<sup>72</sup> Ricardo Oliveira (*Ibidem*, p. 18) também lembra que os irmãos Tourinho eram filhos do capitão engenheiro-militar Francisco Antonio Monteiro Tourinho, que, quando servia no Paraná provincial, casou-se com Maria Leocádia da Costa Alves, de tradicional família paranaense.

<sup>73</sup> Nesse sentido, o autor observa que o primeiro decreto revolucionário foi a criação da Secretaria Geral – que constituiu a unificação das três Secretarias de Estado do Paraná – e a nomeação de João Ribeiro de Macedo como secretário geral; em Curitiba, foi nomeado como interventor o Cel. Joaquim Pereira de Macedo; em Castro, foi nomeado Otávio Novaes – neto de Manoel Inácio de Canto e Silva, um dos maiores latifundiários escravistas do Paraná; entre outros.

apresentava a dupla vantagem de ser, ao mesmo tempo, alguém do agrado de Vargas (a quem devia o cargo) e também vinculado à classe dominante dos Campos Gerais do Paraná. Além disso, era uma importante liderança dos trabalhadores ferroviários. Este conjunto de fatores ajudou a explicar a sua continuidade à frente do Poder Executivo paranaense de 1932 até 1945. Como afirmava Getúlio Vargas, “no Paraná eu estou sempre presente. Tenho lá o Ribas”.

Entretanto, o Governo Provisório de Vargas foi um período marcado pelas sucessivas crises. Conforme observou Dulce Pandolfi (2003, p. 17), no próprio seio da heterogênea Aliança Liberal as turbulências foram constantes, sobretudo entre os setores oligárquicos e os setores tenentistas. Enquanto os primeiros desejavam a volta à democracia liberal, para os últimos o retorno a uma ordem democrática só deveria ocorrer após a promoção das reformas sociais. “Para os tenentes e seus aliados civis, o processo revolucionário iniciado em 1930 ainda não havia conseguido dismantelar os alicerces do poder oligárquico, profundamente enraizado na sociedade brasileira”.

À medida que os setores tenentistas se fortaleciam e as propostas intervencionistas e centralizadoras eram implementadas, crescia a insatisfação dos setores oligárquicos, inclusive de muitos “oligarcas dissidentes” (antigos integrantes da Aliança Liberal, como, por exemplo, alguns membros das oligarquias sul-rio-grandense, mineira e do Partido Democrático Paulista), que exigiam o fim do regime discricionário (PANDOLFI, 2003, p. 21-21).

Devido às pressões, em fevereiro de 1932 o Governo Provisório decidiu convocar a Assembléia Nacional Constituinte e, em virtude disso, lançou o Código Eleitoral<sup>74</sup> e, com ele, instituiu a Justiça Eleitoral – incumbida de organizar e fiscalizar as eleições e de julgar recursos. Posteriormente, um decreto do governo marcou as eleições para o dia 3 de maio de 1933<sup>75</sup>.

---

<sup>74</sup> O Código Eleitoral de 1932 reconheceu, pela primeira vez, o direito de voto das mulheres. O Código também instituiu o voto direto e secreto, instituiu a representação classista – uma reivindicação tenentista – e determinou a idade mínima para os eleitores – 21 anos. No entanto, o Código excluía o voto dos analfabetos – como na República Velha.

<sup>75</sup> Entretanto, nem mesmo o lançamento do Código Eleitoral e o decreto marcando as eleições para a Constituinte para 3 de maio de 1933 acalmaram os ânimos. Os constantes confrontos entre os setores tenentistas e os setores oligárquicos, inclusive no interior do próprio governo, e as insatisfações com o regime discricionário tornavam o ambiente político no país cada vez mais conturbado. Assim, não tardou para eclodir, a 9 de julho de 1932, uma revolução em São Paulo, denominada de Revolução Constitucionalista ou Guerra Paulista, que contou com a maciça adesão da população paulista. Embora a guerra civil, que durou três meses, tenha terminado com a derrota militar dos paulistas – e os principais líderes do movimento foram presos, exilados e tiveram seus direitos políticos cassados –, ela serviu como um catalisador para o processo de reconstitucionalização do país. Além disso, São Paulo obteve ganhos políticos: a partir de agosto de 1933, passou a ter um interventor paulista e civil (Armando Salles de Oliveira), conforme desejava a elite. (FAUSTO, 2006, p. 191-192).

Com a proximidade das eleições de 1933, foi necessário reorganizar ou criar novos partidos (mesmo que temporariamente<sup>76</sup>). No Paraná, os grupos políticos paranaenses pró ou contrários a Getúlio Vargas e Manoel Ribas aglutinaram-se em três partidos políticos:

- Os aliados de Vargas e Manoel Ribas reuniram-se no Partido Social Democrático (PSD), o partido situacionista e também o mais forte no período.
- O grupo de revolucionários de 1930 que eram contrários às atuais orientações de Vargas e Ribas formaram o Partido Social Nacionalista (PSN). Pertenciam a esse partido, por exemplo, os irmãos Plínio e Mário Tourinho e o Cel. Joaquim Pereira de Macedo.
- Por sua vez, alguns tradicionais políticos oligarcas do antigo Partido Republicano Paranaense articularam-se na União Republicana Paranaense (URP). Um dos principais expoentes da URP era Caetano Munhoz da Rocha.

Após as eleições, em nível nacional, os partidos que obtiveram melhor desempenho, salvo algumas exceções, foram os situacionistas, articulados pelos interventores. No Paraná não foi diferente: o PSD, em 1933, elegeu três dos quatro deputados nacionais constituintes; em 1934, o partido elegeu quatro dos seis deputados federais e 20 dos 30 deputados constituintes estaduais – sem dúvida, o domínio do PSD na bancada estadual permitiu a eleição indireta do interventor Manoel Ribas para o cargo de governador constitucional<sup>77</sup>.

O jornalista Samuel Guimarães Costa (1994a, p. 315-316) observa que as eleições para a Constituinte estadual de 1935 quase representaram uma renovação total em relação ao último Legislativo, pois dos 30 deputados eleitos apenas três já tiveram experiência parlamentar: o jornalista Caio Machado (com uma legislatura – 1908-1909), e os veteranos Manoel de Alencar Guimarães (detentor de onze mandatos seguidos – desde 1892) e Caetano Munhoz da Rocha (ex-presidente do estado – 1920-1928 – e detentor de sete mandatos). De qualquer forma, os três partidos representavam setores das elites paranaenses, que se dividiam em dois pólos: de um lado, os que apoiavam Getúlio Vargas e Manoel Ribas; de outro, os opositores.

<sup>76</sup> Conforme Dulce Pandolfi (2003, p. 27-28): “[...] A legislação permitia a existência de partidos provisórios, constituídos apenas para disputar as eleições, e também as candidaturas avulsas, isto é, podiam concorrer às eleições candidatos que não estivessem inscritos em nenhum partido. A Igreja, com o objetivo de mobilizar o eleitorado católico, criou a Liga Eleitoral Católica, que, independentemente da filiação partidária, pedia votos para os candidatos comprometidos com a sua doutrina social”.

<sup>77</sup> Mais detalhes acerca da bancada paranaense na Assembleia Nacional Constituinte de 1934, assim como os deputados federais paranaenses eleitos em 1934 e a bancada da Assembleia Estadual Constituinte de 1935, ver o Anexo 1.

Os anos iniciais do Período Constitucional (1934-1935) foram marcados por uma intensa participação política e pelo crescimento dos movimentos sociais (sobretudo com a eclosão de várias greves nesse período). Além da participação dos grupos de esquerda e das atividades políticas empreendidas por setores da Igreja católica, nesse período ganhará grande destaque nacional a Ação Integralista Brasileira (AIB)<sup>78</sup> e a Aliança Nacional Conservadora (ANL)<sup>79</sup>.

Segundo César Augusto Carneiro Benevides (1991, p. 168), no Paraná A ANL e a AIB tiveram pouca penetração e expressão na elite política paranaense.

[...] A AIB teve certo apoio nas colônias alemãs e italianas e realizou algumas manifestações de massa. A ANL contou com o apoio do deputado federal Octávio da Silveira do quadro dirigente nacional da organização. Os deputados estaduais Agostinho Pereira Alves e Djalma Rocha de Al-Chuey, ambos militares, também participaram do pequeno grupo de apoio à ANL.

Entretanto, esse período de grande participação política e social não durou muito. Em 1935, boatos de conspirações golpistas contra Vargas – não apenas envolvendo o PCB, mas também de setores militares descontentes – levaram o Congresso a aprovar a Lei de Segurança Nacional, em abril de 1935<sup>80</sup>. Nesse contexto, a ANL foi colocada na ilegalidade no início de julho<sup>81</sup>.

---

<sup>78</sup> A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi criada em 1932 pelo intelectual Plínio Salgado e pautava-se por um nacionalismo e um moralismo extremados, o que o fez ter muitos adeptos entre militares e católicos. A preocupação de mobilizar amplamente a população levava-o a realizar encontros, festas, palestras e manifestações de rua, durante as quais entrava em choque aberto com os comunistas. Os integralistas usavam um uniforme que os tornou conhecidos como os “camisas-verdes” e adotavam também um símbolo – o sigma – e um gesto de saudação, acompanhado de uma espécie de brado de guerra de inspiração indígena: “Anauê!” (PANDOLFI, 2003, p. 31).

<sup>79</sup> Por sua vez, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), a exemplo da AIB, também teve grande abrangência nacional e se tornou bastante expressiva, produzindo grande mobilização no país. A ANL foi lançada a 30 de março de 1935, em um grande comício realizado no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro. Nesta ocasião, o nome de Luís Carlos Prestes foi aclamado como presidente de honra da ANL (VIANNA, M., 2003, p. 81). Totalmente divergente da AIB, a Aliança Nacional Libertadora defendia propostas anti-fascistas, antiimperialistas e anti-latifundiárias, congregando comunistas, socialistas e importantes lideranças civis e militares (muitos oriundos dos setores tenentistas e liberais) desiludidas com o rumo que havia assumido o processo revolucionário iniciado em 1930 (PANDOLFI, 2003, p. 31-32). Em poucos meses, a Aliança Nacional Libertadora ganhou bastante projeção. Com centenas de núcleos espalhados em diversas cidades do país, sendo a maioria no Rio de Janeiro, a ANL rapidamente conseguiu a adesão de milhares de simpatizantes.

<sup>80</sup> Essa lei previa, entre outras medidas, a censura dos meios de comunicação, a intervenção nos sindicatos considerados suspeitos e a prisão de militares indisciplinados.

<sup>81</sup> Segundo Dulce Pandolfi (2003, p. 32), na clandestinidade, a ANL esvaziou-se e, a partir daí, Prestes e o PCB passaram a dominar a organização. Em agosto, a organização intensificou os preparativos para a deflagração de um movimento armado cujo objetivo era derrubar Vargas do poder e instalar um governo popular, chefiado por Luís Carlos Prestes.

Em novembro de 1935, os levantes deflagrados em Natal (dia 23), Recife (dia 24) e Rio de Janeiro (dia 27) – que ficaram conhecidos como “Insurreição Comunista” ou “Intentona Comunista<sup>82</sup>” – catalisaram o fechamento do regime: a partir de então, o Congresso passou a aprovar uma série de medidas, como o estado de sítio e o estado de guerra – outorgando poderes praticamente ilimitados ao Executivo –, além de ter dado início a uma forte repressão aos comunistas, ao movimento operário e sindical e a todos os opositores de Vargas.

No entanto, no final de 1936, as disputa políticas, em virtude das eleições presidenciais previstas para janeiro de 1938, aliviaram um pouco as medidas repressivas. Ao mesmo tempo, o fortalecimento da candidatura de Armando Salles Oliveira – em oposição ao candidato oficial José Américo de Almeida – contribuiu para o crescimento da tendência golpista, inclusive entre os altos escalões militares.

Assim, em setembro de 1937, o governo e a cúpula militar “inventaram” e divulgaram o “Plano Cohen” e, com isso, pressionaram e obtiveram do Congresso a aprovação do estado de guerra e a suspensão das garantias constitucionais por 90 dias. Entretanto, Vargas não conseguiu o apoio dos 2/3 do Congresso necessários para prorrogar seu mandato presidencial. A partir de então, Vargas, os militares e os governadores dos estados passaram a articular a execução do golpe de Estado<sup>83</sup> – que a esta altura era uma questão de tempo e nos círculos políticos já não era segredo para ninguém. As tentativas da oposição, por meio de manifestos, em impedir o golpe apenas aceleraram os acontecimentos: o golpe, marcado para o dia 15 de novembro, ocorreu no dia 10<sup>84</sup>.

Com a instauração do Estado Novo, os partidos e o Parlamento foram abolidos, não havia mais intermediários entre a massa e o governo, consolidou-se o sindicalismo oficial, os interventores passaram a reproduziam nos estados a política determinada pelo governo

---

<sup>82</sup> Marly Vianna (2003, p. 101-102) defende a tese de que os levantes de novembro de 1935 não foram apenas comunistas, mas também “a última manifestação de rebeldia tenentista, foram o que se evidencia tanto nos objetivos do movimento quanto na forma de luta escolhida e, inclusive, na própria composição dos movimentos, cuja esmagadora maioria era de militares. Luís Carlos Prestes, o líder tenentista já convertido ao comunismo, possibilitou a unidade entre os tenentes revolucionários e o PCB”. Ainda segundo a autora, “apesar da participação de comunistas, a insurreição não teve sequer um caráter socialista, pois a plataforma do movimento era a dos tenentes, sobretudo os ligados aos ideais aliancistas – de luta contra a exploração do Brasil pelo capitalismo internacional, pela reforma agrária e pela democracia”.

<sup>83</sup> Os governadores de São Paulo (José Joaquim Cardozo de Mello Neto), Rio Grande do Sul (Flores da Cunha), Pernambuco (Carlos Cavalcanti) e Bahia (Juracy Magalhães) se opuseram ao continuísmo de Vargas e, desde então, afastaram-se do presidente e foram desarticulados politicamente.

<sup>84</sup> Sobre mais detalhes acerca do golpe do Estado Novo, ver CAMARGO (1989).

central<sup>85</sup>. No Paraná, o governador Manoel Ribas foi nomeado interventor federal no estado.

Segundo o jornalista Samuel Guimarães Costa (1994a)<sup>86</sup>, durante o seu longo governo Manoel Ribas se destacou pela sua eficiência e pelo seu estilo enérgico e autoritário, o que lhe rendeu atritos com alguns segmentos das elites políticas paranaenses. Ricardo Costa Oliveira (2004, p. 26-27) observa que o estilo “gauchesco” – caracterizado pela grosseria e pela franqueza – rendeu a Manoel Ribas o apelido de “Maneco Facão<sup>87</sup>”:

O contraste entre o estilo mais sofisticado, político e polido dos últimos governadores da República Velha e o novo estilo de Ribas provocava tal impressão. Afinal, “seu Ribas nem doutor era”, mas prestava contas apenas a Getúlio Vargas e utilizava desta prerrogativa para construir sua imagem no Paraná.

O governo de Manoel Ribas também foi caracterizado pela modernização burocrática, pela construção de estradas, de escolas e centros de pesquisas, pelo incentivo à industrialização – o principal exemplo foi a instalação da Klabin em Monte Alegre – e pela política de colonização no norte, sudoeste e oeste do estado<sup>88</sup>. No entanto, uma das questões mais polêmicas do governo de Ribas, e que lhe rendeu contundentes críticas da oposição, foi a sua omissão no episódio da criação do Território do Iguazu<sup>89</sup>, no oeste/sudoeste paranaense, que desmembrou esse território do Paraná<sup>90</sup>.

Fiel aliado de Getúlio Vargas no Paraná, Manoel Ribas também reprimiu e perseguiu os comunistas<sup>91</sup>, além de imprimir campanhas de nacionalização sobre as

<sup>85</sup> Após o golpe apenas uma bandeira passou a existir para todos os estados e, para demonstrar que o sistema federativo tinha sido derrotado, realizou-se, no Rio de Janeiro, um ato simbólico: numa cerimônia cívica ocorreu a queima das bandeiras estaduais para marcar a vitória do poder central sobre os estados. (CAPELATO, 2003, p. 116-117).

<sup>86</sup> Ver especialmente o capítulo 12.

<sup>87</sup> O apelido de Maneco Facão se deu não somente pelo “estilo gauchesco” de Ribas, mas também pelas demissões do funcionalismo público contratado durante a República Velha, que objetivava o reequilíbrio orçamentário do estado.

<sup>88</sup> Mais detalhes, ver OLIVEIRA (2004).

<sup>89</sup> O Território Federal do Iguazu submetia-se diretamente ao governo federal. Foi criado pelo Decreto Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, e abrangia a região dos municípios paranaenses de Foz do Iguazu, Iguazu e Clevelândia, além da região oeste de Santa Catarina. Abrangendo regiões de fronteiras internacionais, o Território do Iguazu foi criado sob a justificativa de envolver problemas de integridade e segurança nacional e de buscar-se a sua integração ao território nacional.

<sup>90</sup> A volta do território do Iguazu à jurisdição do Paraná ocorreu durante a Assembléia Nacional Constituinte de 1946, quando os congressistas paranaenses se uniram em torno dessa causa regionalista.

<sup>91</sup> Segundo Márcio Kieller e Adriano Codato (2008, p. 29-34), sobretudo a partir do Estado Novo a maioria dos líderes comunistas no Paraná foram presos. Os autores citam, por exemplo, o caso da prisão do jovem Arpad Prinz, que aos 17 anos ficou quase um ano preso por distribuir panfletos comunistas.

comunidades de imigrantes<sup>92</sup>. Por outro lado, Ribas não promoveu grandes perseguições aos políticos que pertenciam aos governos anteriores a 1930 e, inclusive, chegou a nomear alguns (os chamados *camarguistas*<sup>93</sup>) como seus auxiliares em algumas ocasiões<sup>94</sup>.

Diante desse quadro, Ricardo Costa Oliveira (2004, p. 29) chega a seguinte conclusão:

[...] podemos afirmar que as elites políticas paranaenses do período 1930-1945 não eram diferentes das que dominavam o estado durante a República Velha. As mesmas famílias históricas, das quais é possível determinar sua localização e itinerário genealógico desde o período colonial, continuaram no poder.

Portanto, podemos afirmar que a elite política paranaense não sofreu profundas transformações após 1930 e, posteriormente, nem após o processo de redemocratização ocorrido em 1945, como veremos a seguir.

## **2.2. A REDEMOCRATIZAÇÃO NO PARANÁ E A FORMAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS**

Em 1945, o fim do Estado Novo e a volta do país ao regime democrático era apenas uma questão de tempo. Com a proximidade da vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, as vozes que clamavam pela volta do país à democracia ecoavam cada vez mais altas, sobretudo com o afastamento dos censores do DIP das redações dos jornais.

Em fevereiro de 1945, após as declarações à imprensa de José Américo de Almeida (exigindo a volta das eleições e exaltando a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes), os grupos opositores a Getúlio Vargas no Paraná começaram a articular a Frente Única do

---

<sup>92</sup> Cf. BENEVIDES, C., 1991.

<sup>93</sup> Esses políticos eram chamados de camarguistas em alusão ao último presidente do Paraná da República Velha, Afonso Alves de Camargo.

<sup>94</sup> Manoel Ribas, por exemplo, “nomeou para o Conselho de Estado o Dr. Marins Camargo, irmão do presidente Afonso, acusado pelos tenentes de possuir metade das terras do estado. Também nomeou o ex-governador Caetano Munhoz da Rocha. O engenheiro Ângelo Lopes, servidor do governo do presidente Afonso, foi seu secretário de Viação, de Fazenda e prefeito de Curitiba. Romário Martins, diretor do *Diário da República*, órgão do Partido Republicano empastelado no dia 5 de outubro, assumiu o Conselho do Patrimônio Cultural” (TOURINHO apud OLIVEIRA, 2004, p. 25-26).



Paraná<sup>95</sup>, que reunia, entre outros nomes, o major Plínio Tourinho, Joaquim Pereira de Macedo<sup>96</sup> (que integravam o antigo PSN e representavam o grupo do ex-aliados de Getúlio marginalizados depois de 1930), Laerte Munhoz<sup>97</sup>, Arthur Ferreira dos Santos<sup>98</sup> (que integravam a antiga URP e representavam o grupo dos oligarcas que foram alijados do poder após 1930), Erasto Gaertner<sup>99</sup>, Francisco de Paula Soares Neto<sup>100</sup>, Otávio da Silveira<sup>101</sup> (dissidentes do antigo PSD), o intelectual David Carneiro e o engenheiro Othon Mader<sup>102</sup> (um “camarguista” que rompeu com Ribas em 1937).

No início de março de 1945, a Frente Única do Paraná é lançada oficialmente por meio de um manifesto<sup>103</sup>, no qual dava início a uma campanha sistemática à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, amplamente divulgada pelo jornal *Gazeta do Povo*. A Frente Única conseguiu rapidamente angariar inúmeros adeptos, como Bento Munhoz da Rocha Neto (filho de Caetano Munhoz da Rocha) e o jornalista Caio Machado (ex-deputado estadual pelo PSD em 1935-1937, que teve o seu jornal *O Dia* estatizado por Manoel Ribas), entre inúmeros outros políticos, profissionais liberais, intelectuais e estudantes.

Além da campanha eleitoral em favor do Brigadeiro Eduardo Gomes, a partir de abril a Frente Única do Paraná também passou a defender sistematicamente a volta do

<sup>95</sup> Cf. “O momento nacional”. *Gazeta do Povo*, 25 fev. 1945, p. 3.

<sup>96</sup> Joaquim Pereira de Macedo nasceu em Porto de Cima em 1858 e era coronel da Guarda Nacional, nomeado em 1893 por Floriano Peixoto. Tendo sido deputado no Congresso Constituinte Estadual de 1892, tornou-se novamente deputado estadual em 1900-1901, quando foi presidente do Congresso Estadual Camarista (1905-1908) e prefeito de Curitiba (1908-1912); foi ainda presidente da Aliança Liberal do Paraná e prefeito revolucionário de Curitiba (1930-1931) (OLIVEIRA, 2004, p. 21-25).

<sup>97</sup> Laerte Munhoz nasceu em Curitiba em 1900, era filho do coronel Alcides Munhoz. Foi jornalista, escritor, bacharel em Direito pela Universidade do Paraná e promotor público em Curitiba desde 1928; presidente do Instituto da Ordem dos Advogados do Paraná e fazia parte do Centro de Letras do Paraná (OLIVEIRA, 2004, p. 21-25).

<sup>98</sup> Arthur Ferreira dos Santos nasceu em Curitiba em 1894. Bacharel em Direito por São Paulo, foi Oficial de Gabinete da primeira gestão de Affonso Camargo e na segunda foi Chefe de Polícia, e promotor público em Curitiba. Foi presidente do Instituto da Ordem dos Advogados do Paraná (OLIVEIRA, 2004, p. 21-25).

<sup>99</sup> Erasto Gaertner nasceu em Curitiba em 1900; era médico pela Universidade do Rio de Janeiro e professor da Universidade do Paraná (OLIVEIRA, 2004, p. 21-25).

<sup>100</sup> Francisco de Paula Soares Neto nasceu no Rio Grande do Sul em 1901, formou-se médico pela Faculdade de Porto Alegre e foi professor da Faculdade de Medicina do Paraná. Foi presidente da Federação Paranaense de Desportos. Capitão-Médico do Exército e participante ativo da Revolução de 1930 (OLIVEIRA, 2004, p. 21-25).

<sup>101</sup> Otávio da Silveira nasceu no Rio Grande do Sul em 1895, formou-se médico pela Faculdade de Porto Alegre e era professor da Universidade do Paraná. Foi Diretor Geral do Ensino e da Saúde Pública e ativo membro do Diretório Central da Aliança Nacional Libertadora (ANL) (OLIVEIRA, 2004, p. 21-25).

<sup>102</sup> Othon Mäder iniciou sua carreira de funcionário público como Delegado de Terras da Região Oeste (1920-1924). Em 1926 torna-se agrimensor de terras, no Departamento de Terras e Colonização e se torna Delegado de Terras no Sudoeste. Exerceu ainda outras funções e cargos: prefeito municipal em Foz do Iguaçu (1932) e Ponta Grossa (1936?); entre 1934-36 foi Secretário de Estado da Agricultura; fundador da Associação dos Funcionários Públicos, a dos Engenheiros e a das Seguradoras (CODATO, E., 2002, p. 12-13).

<sup>103</sup> Cf. Ao povo paranaense. In: *Gazeta do Povo*, 10 mar. 1945, p. 3.

Território do Iguaçu à jurisdição do Estado do Paraná. No final de maio, a Frente Única decidiu filiar-se à União Democrática Nacional (UDN)<sup>104</sup>. Portanto, a Frente Única foi o germe da UDN no Paraná.

Posteriormente, assim como ocorreu em nível nacional, a UDN paranaense também passaria pelas primeiras cisões. O primeiro grupo foi a Esquerda Democrática, que daria origem ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). As dissidências udenistas também deram origem a outros partidos, como o Partido Libertador (PL), o Partido Republicano Progressista – que em junho de 1946 daria origem ao Partido Social Progressista (PSP) – e o Partido Republicano (PR), organizado em 1946. Desses pequenos partidos citados, apenas o PR lograria notoriedade política no Paraná, alcançando o posto de quarto principal partido do estado durante a década de 1950.

Por sua vez, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), cuja existência data no Paraná desde a década de 1920, também aproveitou a conjuntura da redemocratização para se reorganizar no estado<sup>105</sup>. Assim, em julho de 1945 foi reorganizado o comitê municipal de Curitiba, que ficou assim constituído: Primeiro Secretário: o ferroviário Arpad Prinz; Secretário de Organização: Claudemiro Batista; Secretário Sindical: João Solieri; Tesoureiro: Scarpin Sobrinho; Secretário de Divulgação e Propaganda: Antônio Moacir Arcoverde (CODATO; KIELLER, 2008, p. 35).

Contudo, somente em novembro o Diretório Estadual do PCB foi reorganizado e legalizado, contendo os seguintes membros da direção partidária: Secretário Político: Walfrido Soares de Oliveira, ferroviário; Secretário de Organização e Finanças: Vilário Frederico Muller, trabalhador manual; Secretário de Massas Eleitoral: Elias Neves Miranda, ferroviário; Secretário Sindical: Bernardo Burda Filho; Secretário de Divulgação e Propaganda: Flávio Ribeiro, Hortêncio Batista, Aureliano Matos Moura e Waldemar Reikdhal (Idem).

Conforme já foi debatido no capítulo anterior, o sistema partidário brasileiro que se inaugurava articulava-se, com algumas exceções, em torno de dois pólos: de um lado, a oposição a Vargas; de outro, as forças getulistas continuístas, que deram origem a dois partidos distintos: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Como dois irmãos siameses, o PSD e o PTB surgiram como partidos getulistas naquela conjuntura de “redemocratização pelo alto”.

---

<sup>104</sup> Cf. A reunião da comissão central da Frente Única do Paraná. In: *Gazeta do Povo*, 31 maio 1945, p. 5.

<sup>105</sup> Sobre o PCB no Paraná nesse período, ver CODATO; KIELLER, 2008.

[...] Essa estratégia de vinculação dos dois partidos a Vargas seria adotada em contraponto à atuação da UDN oposicionista e ao PCB, historicamente antivarguista. Se ao PSD caberia atuar para garantir uma transição conservadora e capaz de manter antigos poderes e privilégios, ao PTB seria destinada a função de legitimar, frente aos trabalhadores, os termos de uma mudança que não seria mais do que uma “transição permitida”. Além disso, ao PTB caberia a difícil e fundamental missão de aglutinar as mais diferentes categorias de trabalhadores em torno do partido, procurando-se obter maior legitimação para as condições através das quais se processaria a transição pelo alto (DELGADO, 1989, p. 31).

De uma forma geral, o PSD aglutinou os interventores federais, os integrantes da máquina administrativa dos governos federal e estaduais, além de segmentos das oligarquias estaduais, da burguesia e das classes médias urbanas. Dessa forma, o PSD nasceu com uma sólida estrutura organizacional e uma rede clientelista em todos os estados da federação.

No Paraná, o PSD foi articulado pelo interventor Manoel Ribas e por integrantes dos altos escalões da máquina administrativa estadual, como o Major Fernando Flores<sup>106</sup>, Roberto Glaser<sup>107</sup>, Angelo Lopes<sup>108</sup>, João Teófilo Gomy Júnior<sup>109</sup>, Lauro Sodré Lopes<sup>110</sup>, e os irmãos Flávio Guimarães<sup>111</sup>, Alô Guimarães<sup>112</sup> e Acyr Guimarães<sup>113</sup> – filhos do general Teodorico Gonçalves Guimarães, pertencentes a uma tradicional família do Paraná –, entre outros.

Por sua vez, o PTB no Paraná teve sua origem diretamente relacionada ao sindicalismo oficial, pois o partido surgiu da União dos Trabalhadores do Paraná (UTP), que era uma espécie de intersindical corporativista que aglutinava diversas federações e sindicatos de todo o estado<sup>114</sup>. A UTP foi arquitetada pelo interventor Manoel Ribas

<sup>106</sup> O major gaúcho Fernando Flores foi trazido ao Paraná em 1940 por Manoel Ribas, que o nomeou chefe de polícia e, posteriormente, secretário do Interior e Justiça (OLIVEIRA, 2004, p. 26).

<sup>107</sup> Roberto Glaser nasceu em Canguçu (RS) em 1878. Aos oito anos de idade, mudou-se para Curitiba. Lutou na Revolução Federalista ao lado dos maragatos. Dedicava-se ao jornalismo e atuava na administração de Manoel Ribas (NICOLAS, [s.d.], p. 32).

<sup>108</sup> O “camarguista” Ângelo Lopes era engenheiro, sendo nomeado por Manoel Ribas seu secretário de Viação, de Fazenda e prefeito de Curitiba

<sup>109</sup> João Teófilo Gomy Júnior era advogado, foi o líder da bancada do antigo PSD na Assembleia Constituinte Estadual de 1935.

<sup>110</sup> Lauro Sodré Lopes era advogado, sendo nomeado por Manoel Ribas promotor público da capital e, posteriormente, chefe de polícia do Estado (NICOLAS, 1977, p. 123).

<sup>111</sup> Flávio Guimarães era advogado e atuava na administração de Manoel Ribas (NICOLAS, [s.d.], p.31).

<sup>112</sup> Alô Guimarães era médico e foi nomeado por Manoel Ribas prefeito de Curitiba em 1945 (NICOLAS, [s.d.], p.35).

<sup>113</sup> Acyr Guimarães era jornalista e proprietário do jornal *Gazeta do Povo* (NICOLAS, 1977, p. 101-103).

<sup>114</sup> Infelizmente, não há estudos sobre o movimento operário e sindical no Paraná entre os anos de 1930-1945.

(provavelmente seguindo orientações de Getúlio Vargas e Alexandre Marcondes Filho) e por políticos ligados à interventoria do estado, como o Major Fernando Flores e o advogado trabalhista Milton Viana, que articularam com os líderes sindicais estadonovistas a criação da entidade, cujo objetivo era canalizar o sindicalismo ligado ao Estado Novo em uma frente de defesa do legado trabalhista de Getúlio Vargas. Entre os principais líderes da União dos Trabalhadores do Paraná estavam os sindicalistas Lúcio de Freitas<sup>115</sup> (presidente da UTP), Maximino Zanon<sup>116</sup>, João Tavares Santana<sup>117</sup>, Alfredo Santana Ribeiro<sup>118</sup> e Bernardino Fialho Sobrinho<sup>119</sup>.

Incentivada pelo interventor e contando com o apoio decisivo da máquina administrativa estadual, a UTP, e posteriormente o PTB do Paraná, surgem como uma espécie de “braço sindical” do PSD paranaense. Portanto, o Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná nasceu da fusão de duas correntes:

- a) a corrente “sindicalista”, que aglutinava os dirigentes sindicais ligados ao sindicalismo oficial estadonovista;
- b) a corrente “pragmático-getulista”, que reunia políticos e profissionais liberais umbilicalmente ligados à interventoria do estado e ao PSD, que transferiram-se para o PTB.

Dessa forma, constatamos que o PTB paranaense teve uma origem parecida com o PTB do Rio Grande do Sul, analisado por Miguel Bodea (1992)<sup>120</sup>. Entretanto, há uma importante diferença: no momento de sua fundação, não havia no PTB paranaense uma corrente “doutrinário-pasqualinista”.

Durante o primeiro semestre de 1945, os dirigentes sindicais da UTP, juntamente com Milton Viana, Rubens de Mello Braga<sup>121</sup> e o jornalista Jorge Mathias Jr., entre outros, visitaram inúmeras cidades do interior do estado com o intuito de angariar adesões e fundar filiais da entidade nestas localidades. No entanto, o objetivo era mais amplo: criar

<sup>115</sup> Atuava nas sociedades beneficentes operárias.

<sup>116</sup> Ex-alfaiate e ex-desportista, também atuava nas sociedades beneficentes operárias.

<sup>117</sup> João Tavares Santana era líder ferroviário.

<sup>118</sup> Alfredo Santana Ribeiro era funcionário público federal, presidente da Federação das Sociedades Beneficentes Operárias e presidente da Sociedade Beneficente Garibaldi.

<sup>119</sup> Bernardino Fialho Sobrinho era presidente do Sindicato dos Empregados nas Indústrias de Moagem de Antonina, Morretes e Paranaguá.

<sup>120</sup> De acordo com Miguel Bodea (1992, p. 20), o PTB no Rio Grande do Sul surgiu da confluência de três vertentes distintas: a) a corrente sindicalista; b) a corrente doutrinário-pasqualinista; e c) a corrente pragmático-getulista.

<sup>121</sup> Rubens de Mello Braga era comerciante e agricultor, organizador de vários sindicatos e um dos líderes da greve dos leiteiros em 1935.

condições mínimas de estruturação do PTB no estado por meio do sindicalismo corporativista estadonovista.

Ademais, outro objetivo dos dirigentes da UTP era defender a candidatura do General Eurico Dutra – “o continuador da obra social de Vargas”, conforme propagandeavam – para a presidência da República. Portanto, a UTP não estava ligada ao movimento queremista<sup>122</sup>.

Contudo, o Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná foi oficialmente fundado no domingo do dia 8 de julho de 1945, no qual a UTP – que se transformaria no PTB – preparou uma grande Convenção Estadual, realizada na Sociedade Duque de Caxias, em Curitiba<sup>123</sup>.

[...] Nesta Convenção, tendo em vista os dispositivos do Código Eleitoral, que não permitem o funcionamento de partidos políticos regionais, e tendo em vista as “démarches” realizadas pelo Dr. Milton Viana, para isso devidamente credenciado, a União dos Trabalhadores do Paraná procederá a sua filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro, como também ratificará, em assembléia, a candidatura Eurico Gaspar Dutra à presidência da República<sup>124</sup>.

A sessão de fundação do PTB no Paraná contou com a presença de Luís Augusto França, então presidente nacional do partido, com o interventor Manoel Ribas (que, inclusive, representava o General Dutra), com políticos que pertenciam à máquina política estadual e ao PSD – como o Major Fernando Flores – e com diversos líderes sindicais de todo o estado. Nessa oportunidade, ficou definida a primeira Comissão Executiva do PTB no Paraná, que ficou assim constituída:

---

<sup>122</sup> O movimento queremista iniciou como um movimento popular que era favorável ao continuísmo de Vargas e que era discretamente apoiado pelo Ministério do Trabalho, pelo DIP e por empresários, como o paulista Hugo Borghi. Acorados no lema era “Queremos Getúlio”, a partir do final de julho e início de agosto o movimento ganhou grande projeção nacional, com manifestações e comícios em todo o país, no qual defendiam a candidatura de Getúlio Vargas nas eleições de dezembro. Mais detalhes, ver FERREIRA (2003a).

<sup>123</sup> Essa grande Convenção da UTP, que daria origem ao PTB do Paraná, foi amplamente divulgada pelos jornais da capital, sobretudo pelo *O Dia*, jornal que pertencia ao governo do estado.

<sup>124</sup> *Diário da Tarde*, 7 jul. 1945, p. 1 (edição das 16h.).

Tabela 5 – Primeira Comissão Executiva do Partido Trabalhista Brasileiro do Paraná

Presidente de Honra	Lúcio de Freitas
Presidente	Maximino Zanon
Secretário	Vitor Barbosa
Tesoureiro	José de Moura
Conselho Fiscal	Bernardino Fialho Sobrinho, José Barbosa de Almeida e Astrogildo Souza Suplentes: Jorge Mathias Jr., Rubens de Mello Braga, João Tavares Santana
Membros	Milton Viana, Alfredo Santana Ribeiro, José Joaquim Bertolini, Epaminondas de Camargo, Veríssimo Ferreira de Melo, José Nazareth Riceti, Alderico Bandeira de Lima, Indalecio Manssani, Elpídio Borba, Teobaldo Malan, Camilo Caminha

Fonte: *O Dia*, 10 jul. 1945, p. 3.

Como aconteceu no Diretório Nacional e nos de outros estados da federação, a maioria dos cargos diretivos do PTB do Paraná ficaram, inicialmente, nas mãos dos sindicalistas, o que, aliás, vinha ao encontro da proposta de uma organização partidária voltada à incorporação dos dirigentes sindicais.

Maximino Zanon, o primeiro presidente do PTB paranaense (e que permaneceria no cargo até a sua morte, em janeiro de 1948) foi alfaiate e jogou futebol no Britânia S.C. – time hexacampeão paranaense na década de 1920. Ainda na década de 1920, atuou em sociedades operárias beneficentes, sendo presidente da Sociedade Operária Beneficente da Água Verde. Na década de 1930, Zanon continuou atuando no movimento sindical, tendo sido um dos fundadores e o primeiro presidente da Federação das Sociedades Benéficas Operárias do Paraná. Também atuou como árbitro de futebol e dirigente esportivo, tendo ocupando os cargos de presidente do Britânia S.C., presidente da Liga Curitibana de Esportes Atlético, diretor da extinta Federação Paranaense de Desporto e diretor da Federação Paranaense de Futebol. Nos seus últimos anos de vida atuou como oficial do Cartório de Registro de Imóveis<sup>125</sup>.

<sup>125</sup> Necrológios de Maximino Zanon. *Gazeta do Povo*, 23 jan. 1948, p. 3; *Diário da Tarde*, 22 jan. 1948, p. 6; *O Dia*, 23 jan. 1948, p. 5 e 5 fev. 1948, p. 3.

Imagem 1 – Maximino Zanon, primeiro presidente do PTB do Paraná



Fonte: *Diário Popular*, 5 jan. 1947, p. 1.

Os primeiros meses de existência do PTB paranaense foram marcados pela inauguração de alguns diretórios pelo interior do estado, aproveitando a estrutura deixada pelos núcleos da UTP nestas cidades. Entretanto, o PTB do Paraná, assim como em todo o país, nasceu como um partido fraco. Conforme o depoimento de Fausto Castilho<sup>126</sup>: “O PTB, aqui, era muito fraco. O getulismo era forte, mas o PTB não. O getulismo era um sentimento de massas [...]” (IPARDES, 1989b, p. 36).

Segundo Maria Celina D’Araújo (1996, p. 21):

Não obstante sua origem estatal, o PTB nasceu mais fraco do que usualmente se supõe. Essa fraqueza era agravada pelas diferentes percepções que os petebistas tinham acerca do papel e das funções de um partido trabalhista na política nacional. Além disso, a tentativa de transformar dirigentes sindicais corporativos em dirigentes partidários não foi tão fácil. Tratava-se de duas experiências organizacionais distintas, o que trouxe para o partido, nos primeiros momentos, instabilidade e desorientação.

---

<sup>126</sup>Fausto Castilho nasceu em 1929 em Cambará, no norte do Paraná. Formou-se em Filosofia na Sorbonne, retornando a Curitiba em 1953 para integrar um grupo de intelectuais que assessoravam o governo do também intelectual Bento Munhoz da Rocha Neto, de quem era amigo pessoal. Atualmente, é professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Unicamp.

Também merece ser ressaltado um aspecto importante: na Convenção que fundou o PTB no Paraná, os petebistas paranaenses e o presidente provisório nacional do partido, o sindicalista Luís Augusto França aproveitaram a oportunidade para hipotecar total apoio à candidatura do General Eurico Gaspar Dutra, pelo PSD.

Segundo Maria Celina D'Araújo (Ibidem, p. 30-31), o apoio de Luís Augusto França à candidatura Dutra representou o início do seu “curto reinado” à frente do partido, pois tal posição “não se coadunava com a orientação queremista do partido, nem com a dos que viam no general o responsável pelos constrangimentos impostos à continuidade de Vargas no poder”<sup>127</sup>.

Aliás, a autora (Idem) resalta que a questão em torno dos candidatos presidenciais foi um outro importante fator para as definições e mudanças internas do partido no início da sua existência.

### **2.3. O PTB DO PARANÁ E O APOIO À CANDIDATURA DUTRA**

Em seu trabalho, Maria Celina D'Araújo (Ibidem, p. 31) constatou que a definição em relação às eleições presidenciais fomentou grandes disputas internas no PTB. Se, por um lado, o presidente provisório do partido Luís Augusto França defendia abertamente a candidatura do General Dutra, por outro, um grupo liderado por Segadas Viana, quebrando a hierarquia partidária, convocou a I Convenção Nacional petebista, no final de agosto de 1945, para tratar do posicionamento oficial do partido no que tange à sucessão presidencial.

Na referida Convenção, Maximino Zanon, presidente do PTB paranaense, Milton Viana e Indalecio Manssani, alinhados com Luís Augusto França, defenderam o apoio do partido ao General Dutra, uma vez que Getúlio Vargas declarava que não seria candidato. Também ressaltavam o maior apreço por Vargas e, inclusive, sugeriram o seu nome para a presidência do partido<sup>128</sup>.

---

<sup>127</sup> Maria Celina D'Araújo (Idem) também lembra que “havia no PTB uma vertente liderada por Baeta Neves e por Segadas Viana que pregava o apoio ao candidato Eduardo Gomes, da UDN, caso se confirmasse ser impossível o continuísmo de Vargas”.

<sup>128</sup> *O Dia*, 6 set. 1945, p. 3.



No entanto, nesse encontro não se chegou a uma posição definitiva acerca de tal questão. Na verdade, o principal ponto dessa Convenção foi a escolha de um novo e definitivo Diretório Nacional do partido e de uma nova Comissão Executiva Nacional (D'ARAÚJO, *ibidem*, p. 31).

Tabela 6 – Comissão Executiva Nacional do PTB (escolhida na I Convenção Nacional)

Presidente	Paulo Baeta Neves (Distrito Federal, vendedor praticista)
Vice-presidente	Salvador Gulizza (São Paulo, comerciário)
Primeiro secretário	José de Segadas Viana
Segundo secretário	Ilacir Pereira Lima
Terceiro secretário	Maximino Zanon (Paraná, industrial <sup>129</sup> )
Primeiro tesoureiro	Romeu José Fiori (São Paulo, advogado sindicalista)
Segundo tesoureiro	Aristides Largura (Santa Catarina, advogado)

Fonte: D'ARAÚJO (*ibidem*, p. 32).

Preterido do cargo de presidente e da Comissão Executiva Nacional do partido, Luís Augusto França recorreu ao TSE, que, em novembro, ao conceder o registro definitivo ao PTB, reconheceu como diretoria legalmente eleita a designada na I Convenção, presidida por Baeta Neves. Por sua vez, França abandonou o partido e dedicou-se à criação do Partido Proletário Brasileiro, que depois se transformou no Partido Social Trabalhista (D'ARAÚJO, *ibidem*, p. 34).

A vitória de Baeta Neves e Segadas Viana consolidaram a corrente antidutrista no PTB. Aliás, a inclusão de Maximino Zanon, presidente do PTB paranaense, na Comissão Executiva Nacional representou o seu alinhamento à corrente antidutrista, o que trouxe desdobramentos internos no PTB do Paraná, uma vez que a maior fração do partido era, desde o momento da sua fundação, amplamente favorável à candidatura do General Dutra. Inclusive, muitos petebistas paranaenses não apoiavam e nem participavam do movimento queremista no estado, que a partir de agosto começou a ganhar maior ímpeto<sup>130</sup>.

<sup>129</sup> Aqui Maximino Zanon é identificado como industrial. Entretanto, em nossa pesquisa não constatamos que o referido petebista tenha desempenhado tal função.

<sup>130</sup> Segundo Jorge Ferreira (2003a, p. 23-24), entre 15 e 18 de agosto deflagrou-se uma sistemática campanha nacional visando a mobilizar a população para um grande comício queremista, programado para o dia 20 de agosto. Inspirados no sucesso do comício realizado no Rio de Janeiro, em Curitiba os queremistas organizaram um comício para o dia 26 de agosto na Praça Osório, no qual discursariam alguns líderes queremistas da capital, como o jornalista Roberto Barrozo, então colunista do jornal *Diário da Tarde*.

Após a I Convenção Nacional do PTB, alguns membros da cúpula do Diretório paranaense, por apoiarem a candidatura Dutra, passaram a correr o risco de serem expulsos do partido, conforme noticiou o jornal *Diário da Tarde*:

Como é sabido, o Partido Trabalhista Brasileiro, seção do Paraná, por intermédio de seus dirigentes, apoiou a candidatura do General Eurico Gaspar Dutra à presidência da República. Entretanto, esse apoio foi dado sem a aprovação do Diretório Central do Partido, do Rio de Janeiro. Em síntese, houve por parte dos dirigentes do PTB do Paraná certa precipitação, que veio agora chocar-se com os interesses daquela organização partidária nacional.

Na verdade, foi o que acusou o resultado da Convenção do PTB, ora realizada no Rio e onde participaram representantes de todos os estados, inclusive do Paraná. O PTB daquela capital é partidário do sr. Getúlio Vargas indiscutivelmente. Portanto, a precipitação em apoiar a revelia uma candidatura que não havia sido recomendada em consenso pela agremiação política aludida veio deixar os dirigentes do PTB local em situação crítica em face da entidade nacional.

Não sabemos como o delicado assunto será resolvido. Adiantamos, porém, que, conforme a filosofia popular, a pressa sempre foi inimiga da perfeição<sup>131</sup>.

Para evitar uma crise com o Diretório Nacional, Maximino Zanon procurou imprimir à seção estadual do partido às orientações de Baeta Neves e Segadas Viana – que eram antidutristas e quemistas<sup>132</sup>. A partir de então, a maior fração dos petebistas paranaenses tomaram uma posição equidistante em relação à sucessão presidencial: por um lado, não defendiam mais abertamente a candidatura Dutra – embora ainda apoiassem o general de forma velada –; por outro, também não aderiram ao movimento quemista, que em setembro já defendia a tese da “Constituinte com Getúlio” e contava com o apoio dos comunistas<sup>133</sup>.

Em Curitiba, os quemistas organizaram um grande comício “Pró-Constituinte com Vargas” para o dia 26 de setembro, na Praça Osório<sup>134</sup>. Aliás, um dos principais líderes quemistas era o jornalista Roberto Barrozo, do *Diário da Tarde*, que, por meio das suas colunas diárias, trocava farpas com Acyr Guimarães, também colunista e diretor da *Gazeta do Povo*, que era partidário do PSD e apoiador da candidatura Dutra<sup>135</sup>.

<sup>131</sup> *Diário da Tarde*, 11 set. 1945 (edição das 16 h.).

<sup>132</sup> *Diário da Tarde*, 22 set. 1945, p. 1 (edição das 13h.).

<sup>133</sup> Conforme Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p. 50-51), “[...] Os comunistas entendiam que a permanência de Vargas no poder, sob nova roupagem, podia abrir-lhes espaço para participação no bloco governamental e, na pior das hipóteses, garantir-lhes a segurança da legalidade”.

<sup>134</sup> Cf. *Diário da Tarde*, 26 set. 1945 (edição das 16h.).

<sup>135</sup> Em um desses embates políticos via imprensa, Acyr Guimarães assim respondeu a Barrozo: “Eu fui e sou getulista, mas não confundo meu getulismo com quemismo [...]” (Cf. *Gazeta do Povo*, 14 out. 1945, p. 1).

Na verdade, embora o getulismo fosse forte dentro do PSD e do PTB, havia no círculo político paranaense um duplo sentimento: uma forte ambição dos políticos para voltarem à cena e concorrerem novamente em eleições e, ao mesmo tempo, um temor de que Vargas estivesse, por meio do movimento queremista, realizando manobras políticas para permanecer no poder.

Por sua vez, o interventor Manoel Ribas, embora fosse acusado de queremista, mostrava-se inclinado a apoiar Dutra, inclusive tendo consentido com a medida do Major Fernando Flores de proibir os comícios não partidários no estado em outubro, cujo objetivo era notoriamente atingir o movimento queremista, em franca ascensão no Paraná.

Aliás, Manoel Ribas era, sem dúvida, o nome mais forte nas eleições de maio de 1946 para o governo do estado – e provavelmente teria vencido se não tivesse falecido no início de 1946<sup>136</sup>.

Na Convenção Estadual do PSD, iniciada em 18 de outubro de 1945, Ribas foi o escolhido como candidato do partido ao governo do Paraná<sup>137</sup> – embora já circulasse na imprensa de todo o país a informação de que os interventores estaduais seriam os candidatos do PSD em diversos estados da federação. O principal concorrente de Ribas seria o udenista Othon Mader, escolhido em uma Convenção Estadual do partido em outubro.

Por sua vez, o PTB paranaense, após a Convenção Estadual realizada no dia 28 de outubro, no qual seriam escolhidos os candidatos do partido, também decidiu apoiar a candidatura do interventor Manoel Ribas<sup>138</sup>. No entanto, Vargas foi deposto no dia 29 de outubro por um golpe militar encabeçado por Dutra e Góes Monteiro. Provisoriamente, a presidência da República foi ocupada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal José Linhares, que adiou as eleições dos executivos estaduais.

Com a queda de Vargas, Manoel Ribas<sup>139</sup> também caiu no início de novembro, passando o cargo de interventor do estado ao desembargador Clotário de Macedo Portugal, cuja principal missão era garantir as eleições de dezembro.

---

<sup>136</sup> Após a deposição de Vargas, as eleições estaduais no Paraná foram adiadas para janeiro de 1947.

<sup>137</sup> *Gazeta do Povo*, 19 out. 1945, p.1; e 20 out. 1945, p. 3.

<sup>138</sup> *Diário da Tarde*, 29 set. 1945 (edição das 16h.); *O Dia*, 30 set. 1945, p. 3.

<sup>139</sup> Após a sua deposição, Manoel Ribas assumiu a presidência do PSD no Paraná em novembro de 1945, ocupando o cargo até a sua morte, em janeiro de 1946.

## 2.4. O PTB E AS ELEIÇÕES DE DEZEMBRO DE 1945

Em virtude das eleições de dezembro de 1945, o PTB do Paraná lançou, na Convenção Estadual realizada no final de outubro, dois candidatos ao Senado (Getúlio Vargas<sup>140</sup> e Theodorico F. Martins<sup>141</sup>) e oito candidatos à Câmara dos Deputados (Getúlio Vargas, Alfredo Santana Ribeiro<sup>142</sup>, Aldo Laval<sup>143</sup>, Gastão Vieira de Alencar<sup>144</sup>, Olavo Plínio de Matos<sup>145</sup>, Ozeas Saraiva de Araújo<sup>146</sup>, Rubens de Mello Braga<sup>147</sup> e Sinibaldo Trombini<sup>148,149</sup>), seguindo, dessa forma, as orientações do Diretório Nacional do partido de priorizar as candidaturas de dirigentes de sindicatos ou de associações de classe.

No que tange à sucessão presidencial, após a deposição de Vargas os partidos precisaram repensar as suas estratégias e reorientar as suas ações. Segundo aponta Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p. 62):

O Partido Comunista refez sua orientação, e da proposta de “Constituinte com Vargas” passou a articular uma candidatura própria para a presidência da República. O escolhido foi Yedo Fiúza. Além de concorrer às eleições presidenciais, os comunistas também lançaram candidatos em todos os níveis.

A União Democrática Nacional, que já havia lançado a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, viu crescerem suas possibilidades eleitorais e empenhou-se em uma campanha cujo principal apelo, envolvido por propostas liberais, foi o da transformação da ordem constitucional.

O Partido Social Democrático, que também já havia lançado seu candidato à presidência da República, o Marechal Dutra, viu, com certo temor, o avanço da candidatura udenista, que mesmo não gozando de grande popularidade, crescia em ritmo acentuado. Para garantir, de certa maneira, um tom oposicionista às propostas do partido, e com isto se apropriar de parte do discurso udenista, os

<sup>140</sup> A Lei Agamenon, de 28 de maio de 1945, permitia a candidatura múltipla, podendo o candidato concorrer simultaneamente para presidente, senador ou deputado federal num mesmo ou mais estados. Getúlio Vargas, por exemplo, concorreu a deputado federal em sete estados e a senador em três estados.

<sup>141</sup> Theodorico Martins era gráfico e líder operário em Ponta Grossa e Curitiba.

<sup>142</sup> Alfredo Santana Ribeiro era funcionário público federal, presidente da Federação das Sociedades Benéficas Operárias e presidente da Sociedade Benéfica Garibaldi.

<sup>143</sup> Aldo Laval era contador e membro do Diretório Municipal de Ponta Grossa. Era um dos fundadores e o atual presidente da Cooperativa dos Operários de Ponta Grossa.

<sup>144</sup> Gastão Vieira de Alencar era funcionário público estadual em Cornélio Procópio.

<sup>145</sup> Olavo Plínio de Matos era bancário, um dos fundadores e o primeiro presidente do Sindicato dos Bancários do Paraná.

<sup>146</sup> Ozeas Saraiva de Araújo era rádio-telegrafista do Departamento Regional de Correios e Telégrafos.

<sup>147</sup> Rubens de Mello Braga era comerciante e agricultor. Foi organizador de vários sindicatos e um dos líderes da greve dos leiteiros de 1935. Teve participação ativa na organização da UTP e na criação do PTB no Paraná.

<sup>148</sup> Sinibaldo Trombini era contador e presidente da Sociedade Operária Benéfica de Morretes. Era também presidente do Diretório Municipal do PTB de Morretes.

<sup>149</sup> Mais detalhes ver *O Dia*, 18 nov. 1945, p. 1.

pessedistas afirmaram que, apesar de sua ligação com o governo varguista, não compactuavam com sua face autoritária.

Jorge Ferreira (2003a, p. 40) lembra que, em meados de novembro, a vitória o Brigadeiro Eduardo Gomes era dada como certa, sobretudo porque Dutra não gozava de popularidade junto aos setores populares por estar envolvido na deposição de Vargas, que, ressentido, recusava-se a apoiar o general.

Aliás, para o PSD, naquele contexto, a aliança com o PTB era fundamental para a vitória de Dutra. Porém, o Partido Trabalhista Brasileiro encontrava-se dividido em três tendências, conforme aponta Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p. 63):

- a) A que defendia a abstenção, representada por Baeta Neves e Segadas Viana, que controlavam a Comissão Executiva do partido;
- b) A que articulava o apoio a Dutra, cujos principais mentores eram Hugo Borghi, Luiz Augusto França, José Junqueira e Nelson Fernandes;
- c) A que propugnava o lançamento de um candidato próprio do PTB. Inicialmente esta posição teria sido recomendada pelo próprio Vargas, que, inclusive, chegou a sugerir, como possíveis alternativas de candidatura, os nomes de João Neves da Fontoura e Osvaldo Aranha.

Ainda conforme a autora (Ibidem, p. 63), a definição acerca da posição do PTB foi decidida em uma reunião do Diretório Nacional do partido, que, por 17 votos a 13, optou em não lançar nenhum candidato e nem apoiar nenhum outro partido, permanecendo em uma posição de abstenção. No entanto, o grupo dutrista, liderado pelo empresário paulista e líder queremista Hugo Borghi, decidiu não acatar a decisão do Diretório do partido e passou a apoiar o General Dutra.

Por sua vez, o PTB paranaense, que desde a sua gênese fora dutrista, também passou por cima da decisão do Diretório Nacional e hipotecou amplo apoio à candidatura Dutra no Paraná<sup>150</sup>.

Progressivamente, a ala liderada por Hugo Borghi foi encorpando e ganhou importantes adesões, como a de João Neves da Fontoura. Assim, à revelia da decisão do Diretório Nacional do partido, o PTB iniciou conversações com o PSD<sup>151</sup>.

<sup>150</sup> *Gazeta do Povo*, 18 nov. 1945, p. 8.

<sup>151</sup> Antes de Vargas apoiar a candidatura Dutra, desenvolveram-se várias negociações entre o PSD e o PTB – que estava dividido entre aqueles que apoiavam e os que não apoiavam a candidatura do general. Mais detalhes ver GOMES (2005, p. 289-294). Sobre a divisão interna do PTB no Rio Grande do Sul acerca do apoio à candidatura Dutra, ver BODEA (1992).

Em visível desvantagem eleitoral, o Gen. Dutra conseguiu reverter a sua situação nas últimas semanas antes do pleito, sobretudo em virtude de dois fatores. Em primeiro lugar, à campanha dos “marmiteiros”, criada por Hugo Borghi<sup>152</sup>, que marcou profundamente Eduardo Gomes como um candidato das elites. E, em segundo lugar, ao apoio público de Vargas, que se concretizou por meio de um acordo de última hora, conforme relata Maria Celina D’Araújo (1996, p. 35):

[...] formalizado em 22 de novembro, o acordo Dutra-PTB estabelecia que o Ministério do Trabalho seria entregue ao PTB, que as pastas civis seriam distribuídas proporcionalmente entre os partidos que apoiassem o candidato, que as interventorias seriam distribuídas pelo mesmo critério proporcional e, finalmente, que Dutra apoiaria o programa do PTB e reconheceria e aperfeiçoaria as atuais leis trabalhistas e de amparo social.

Para Miguel Bodea (1992, p. 33), é provável Vargas acabou apoiando Dutra também porque temia ver a UDN apossar-se do governo federal e empreender uma perseguição política aos seus correligionários.

Dessa forma, Vargas divulgou, no dia 25 de novembro, um manifesto ao eleitorado brasileiro no qual os aconselhava a votar em Dutra. Tal manifesto foi, sem dúvida, decisivo para a vitória do Gen. Dutra, que obteve 55% dos votos contra 35% do Brigadeiro Eduardo Gomes e 10% do comunista Yedo Fiúza (FAUSTO, 2006, p. 220). No Paraná, apoiado pelo PSD e pelo PTB, Dutra venceu com uma ampla margem de votos:

Tabela 7 – Resultado das eleições para a Presidência da República no Paraná em 1945

Candidato	Número de votos
Eurico Gaspar Dutra (PSD)	70,1% (131.690)
Eduardo Gomes (UDN)	26,1% (48.912)
Yedo Fiúza (PCB)	3,5% (6.515)
Outros	0,3% (618)

Fonte: IPARDES (1989a, p. 9).

<sup>152</sup> Conforme Jorge Ferreira (2003a, p. 40-41): “[...] Atento aos discursos de Eduardo Gomes, Hugo Borghi, pela rádio, ouviu a seguinte frase: ‘Não preciso dos votos desta malta de desocupados que apóia o ditador para me eleger presidente da República’. Malta, para o brigadeiro, seria o conjunto de trabalhadores que participou dos comícios queremistas, porque, em sua percepção política, recebeu dinheiro do Ministério do Trabalho para comparecer às manifestações pela continuidade de Vargas no poder. Borghi foi ao dicionário e leu: ‘Malta – agrupamento de lobos, conglomerado de má catadura, operários que percorrem as linhas ferroviárias levando suas marmitas, marmiteiros...’. Marmiteiros, pensou ele, era melhor do que malta. Com sensibilidade política, não foi difícil perceber que marmiteiro ‘pegava’ mais do que malta. No dia seguinte, Borghi acionou uma cadeia de 150 rádios. Sem meias-palavras, declarou: ‘A maior prova de que o senhor Brigadeiro é o candidato dos grã-finos, dos milionários, dos ricos, dos barões, dos exploradores do povo [...] é que ele declarou que não precisa dos votos dos marmiteiros, que trabalham, que lutam [...]’”.

Nas eleições para o Senado, a vitória ficou com os dois candidatos pessedistas, Flávio Guimarães e Roberto Glaser, que obtiveram uma ampla votação, superando, inclusive, as candidaturas de Getúlio Vargas (PTB) e de Luís Carlos Prestes (PCB)<sup>153</sup>. Para a Câmara dos Deputados, o PSD também se sagrou amplamente vitorioso, elegendo seis dos nove deputados federais do Paraná<sup>154</sup>, ao passo que a UDN conquistou duas cadeiras<sup>155</sup> e o PTB elegeu somente um deputado: Getúlio Vargas<sup>156</sup>.

Portanto, as eleições de 1945 no Paraná demonstram algumas tendências já observadas em nível nacional, como a força da máquina partidária do PSD, o grande vitorioso dessas eleições, que contava com uma sólida estrutura administrativa e clientelista no interior do estado. Por sua vez, o PTB paranaense saiu das eleições de 1945 como o terceiro partido, porém com um fraco desempenho eleitoral, o que demonstra que a opção em lançar a candidatura de lideranças sindicais não logrou êxito.

Assim, não tardou para que o PTB do Paraná – a exemplo do que ocorreu na Executiva Nacional do PTB – sofresse um processo de “elitização”, com o ingresso de inúmeros políticos profissionais, empresários e profissionais liberais – sobretudo advogados e funcionários públicos, especialmente os ligados aos órgãos do Ministério do Trabalho – o que, posteriormente, culminaria no afastamento dos sindicalistas dos postos de mando da agremiação. Em outras palavras, não tardou para o PTB paranaense passar a ser dominado pela ala “pragmático-getulista”, que se caracterizava pelo fisiologismo.

Por fim, as eleições também demonstraram a fragilidade estrutural do PTB no Paraná, que, nos seus primeiros anos, enfrentaria inúmeras dificuldades, sobretudo em virtude das disputas internas pelos postos de mando do partido.

---

<sup>153</sup> Flávio Guimarães (PSD) obteve 76.821 votos; Roberto Glasser (PSD), 70.015; Getúlio Vargas (PTB), 57.756; José de Macedo (UDN), 44.962; José da Rocha Loures (UDN): 38.022; Teodorico Martins (PTB), 22.054; Tasso da Silveira (PRP), 8.326; Manoel Barreto de Alencar, 7.740; Luís Carlos Prestes (PCB), 6.870; Otávio da Silveira (PCB), 6.279. Cf. IPARDES, 1989a, p. 107.

<sup>154</sup> O PSD elegeu os seguintes deputados federais: Major Fernando Flores, José Munhoz de Melo, Lauro Sodré Lopes, João Aguiar, Aramis T. Athayde e João Teófilo Gomy Júnior (Acyr Guimarães, proprietário do jornal *Gazeta do Povo*, ficou no posto de suplente e foi frequentemente convocado para o parlamento). Cf. IPARDES, 1989a, p. 14 e 110.

<sup>155</sup> A UDN elegeu Bento Munhoz da Rocha Neto (que depois acompanharia a dissidência que fundaria o Partido Republicano no Paraná) e o médico Erasto Gaertner. Cf. IPARDES, 1989a, p. 14 e 110.

<sup>156</sup> Getúlio Vargas foi eleito senador da República pelos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo (sendo derrotado no Paraná) e eleito deputado federal por sete estados da federação: Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná – onde quem assumiu a legislatura foi o primeiro suplente Rubens de Mello Braga.

## **2.5. A RELAÇÃO COM MOYSÉS LUPION E AS PRIMEIRAS CISÕES NO PTB PARANAENSE**

O ano de 1946 foi bastante agitado nos círculos políticos paranaenses. Logo no início do ano (no final de janeiro) ocorreu o falecimento do ex-interventor e presidente do PSD do Paraná Manoel Ribas<sup>157</sup>, o mais cotado para vencer as eleições para o governo do estado em 1947. Em seguida, o interventor Clotário Portugal, considerando sua missão encerrada, decidiu exonerar-se do cargo.

Segundo o jornalista Samuel Guimarães da Costa (1994b, p. 363), o presidente Eurico Gaspar Dutra decidiu que o novo interventor do Paraná sairia dos quadros do PSD e solicitou ao Diretório Estadual a indicação de quatro nomes, cujos indicados foram: o advogado Antônio Augusto Carvalho Chaves, o médico Alô Guimarães, o advogado e professor da Universidade do Paraná Brasil Pinheiro Machado e o abastado empresário Moysés Lupion de Tróia<sup>158</sup>, que era amigo íntimo do ex-interventor Manoel Ribas.

Em seu estudo, Jefferson de Oliveira Salles (2004) revela que Manoel Ribas possuía fortes ligações com o Grupo Lupion<sup>159</sup>, inclusive inserindo alguns indivíduos desse conglomerado no aparelho burocrático do Estado. A relação entre Moysés Lupion e Manoel Ribas era tão próxima que o então interventor instalou o PSD do Paraná em uma sala na empresa de Lupion<sup>160</sup> – local onde o PSD funcionou nos seus primeiros meses de existência.

Após a morte de Manoel Ribas, Lupion passou a ser considerado o seu herdeiro político e ambicionava chegar ao governo do Paraná. Porém, o nome escolhido pelo presidente Dutra para a interventoria do estado foi o de Brasil Pinheiro Machado, que assumiu o governo em 25 de fevereiro de 1946.

---

<sup>157</sup> Após a morte de Ribas, assumiu a presidência do PSD no estado Alô Guimarães. No entanto, no início de maio assumiu a presidência do partido o interventor Brasil Pinheiro Machado. Nesse momento, o PSD estava atravessando um período de grandes disputas internas.

<sup>158</sup> Moysés Lupion de Tróia nasceu em Jaguariaíva (PR) em 25 de março de 1908. Formou-se em contabilidade pela Escola Álvares Penteado, em São Paulo. De volta ao Paraná, atuou como empresário do setor madeireiro e construiu um império econômico (CARNEIRO; VARGAS, 1994, p. 199-201).

<sup>159</sup> O Grupo Lupion refere-se ao conjunto de empresas, sobretudo do setor madeireiro, que pertenciam à família de Moysés Lupion e seus sócios.

<sup>160</sup> Conforme entrevista de David Wille Lupion, irmão de Moysés Lupion e um dos fundadores do Grupo Lupion, a Gazeta do Povo (31 jan. 1977, p. 10) (Apud SALLES, 2004, p. 97-98).



De acordo com Samuel Guimarães da Costa (Ibidem, p. 363-364), a missão de Brasil Pinheiro Machado era pacificar a política paranaense e garantir uma tranquila sucessão governamental, mas não foi isso o que ocorreu. Primeiramente, porque o novo interventor nomeou um secretariado exclusivamente pessedista e pertencente às tradicionais famílias do estado – os chamados “paranaenses históricos” –, o que gerou grandes descontentamentos entre os demais partidos. Soma-se a isso o fato de que o interventor passou a fazer campanha eleitoral em favor de si mesmo, inclusive promovendo festividades e comícios no interior do estado.

Por outro lado, ambicionado chegar ao governo do Paraná, Moysés Lupion utilizou-se da sua fortuna para promover a sua candidatura, comprando jornais – como *O Dia*<sup>161</sup>, de Curitiba, e *Correio do Paraná*, de Londrina, além de 49% da *Gazeta do Povo*, de Curitiba – e emissoras de rádios, como a *Rádio Sociedade Guairacá Ltda.*, em Curitiba – que controlava seis outras emissoras no interior do Paraná (SALLES, 2004, p. 98).

As duas pré-candidaturas pessedistas (Pinheiro Machado e Moysés Lupion) à sucessão estadual de 1947 acabaram gerando uma crise política no Paraná e polarizando as posições dentro do PSD e do PTB, uma vez que havia dentro desses partidos uma pequena ala simpática ao interventor e outra forte corrente que defendia a candidatura de Lupion.

Aliás, convém observar que a candidatura do pessedista Moysés Lupion foi lançada pelo PTB paranaense, onde havia um grupo que a defendia enfaticamente e que deu início a uma sistemática campanha de oposição ao interventor Pinheiro Machado por meio de um jornal trabalhista denominado *Diário Popular*, fundado no dia 1º de maio de 1946<sup>162</sup>. Impresso nas oficinas do jornal lupionista *O Dia*, o *Diário Popular* tinha como diretor Raul Viana, como gerente Abilon de Souza Naves e como secretário o jornalista Jorge Mathias Jr., todos membros do PTB paranaense e amigos de Lupion.

Além dos vínculos com Lupion, outro fator que levou a deterioração das relações do PTB com Brasil Pinheiro Machado foi a exclusão dos trabalhistas da administração do Estado, assim como não designar a interventoria da capital e de algumas cidades do

---

<sup>161</sup> O jornal *O Dia* foi arrendado junto ao governo paranaense por Lupion no início de 1946. Dirigido por Raul Vaz, amigo e homem de confiança de Lupion, esse jornal tornou-se o órgão oficial do lupionismo. Com grande circulação por todo estado, propagandeou o nome de Lupion por todo o Paraná.

<sup>162</sup> O período de circulação do *Diário Popular* não foi longo: de maio de 1946 até fevereiro de 1947. Posteriormente, o jornal voltou a circular também por um período efêmero, entre abril e outubro de 1948.

interior do estado aos petebistas<sup>163</sup>. Diante desse quadro, o PTB, em uma reunião realizada no dia 29 de abril de 1946, decidiu romper com Pinheiro Machado e lhe fazer oposição<sup>164</sup>.

No entanto, tal decisão catalisou uma grave crise interna, pois um grupo de petebistas não concordava com o rompimento do partido com o interventor e do apoio dado à candidatura de Lupion. Essa fração do PTB alegava que o referido rompimento fora uma decisão somente do presidente Maximino Zanon e de alguns membros da Executiva Estadual, que a tomaram sem consultar os diretórios municipais do interior do estado<sup>165</sup>.

O jornalista Roberto Barrozo, que pertencia ao PTB e dirigia o pequeno jornal vespertino *Diário da Tarde*, mostrava-se também contrário ao rompimento do partido com Pinheiro Machado e, principalmente, ao apoio dado por alguns membros à candidatura de Moysés Lupion. Assim, publicou uma nota denunciando o “totalitarismo” interno do partido:

O Partido Trabalhista Brasileiro em nosso estado oferece o curioso espetáculo de uma agremiação política na qual a maioria compacta dos associados discorda fundamente da pequena oligarquia que se apossou do diretório e demonstra tendências exatamente contrárias àquelas postas em prática, totalitariamente, pelos dirigentes.

[...] A melhor maneira de destruir um partido político é exatamente essa posta em prática pelo PTB: primeiro, deixa-se dominar por uma minoria que não representa o sentimento da maioria absoluta de seus associados; depois, permitir que um jornal se apresente em seu nome [*Diário Popular*], quando todos sabem que é um particular o seu proprietário [Moysés Lupion] e o mantém exclusivamente para a defesa dos seus interesses políticos [...].

O PTB está, portanto, na encruzilhada: ou reassume dignamente a direção de seus próprios destinos, alijando os oportunistas que se apossaram da sua direção, ou verá destruída e desmoralizada a sua personalidade política<sup>166</sup>.

Segundo a nota acima, a decisão de romper com o interventor Pinheiro Machado foi uma decisão de uma pequena oligarquia que estava à frente do partido, sem ter consultado os demais correligionários. E mais, também denunciava o fato do jornal *Diário Popular*, que se dizia um órgão trabalhista, ser de propriedade do pessedista Moysés Lupion.

Portanto, não restam dúvidas de que Maximino Zanon e a cúpula do PTB paranaense possuíam fortes vínculos com Moysés Lupion, que, inclusive, injetava dinheiro

<sup>163</sup> Os petebistas queriam as interventorias de Curitiba, Ponta Grossa, Colombo, Araucária, Piraquara, Guarapuava, Irati, Rio Negro, Tibagi, Jaguariaíva, Imbuial, mas só conseguiram as cidades de Teixeira Soares e Cornélio Procópio. In: *Diário da Tarde*, 13 maio 1946, p. 4.

<sup>164</sup> Cf. *Diário Popular*, 1º maio 1946; *Diário da Tarde*, 3 maio 1946, p. 1 (edição das 13h.).

<sup>165</sup> Cf. BARROZO, Roberto. “Do navio à canoa”. *Diário da Tarde*, 13 jun. 1946, p. 1.

<sup>166</sup> “A melhor maneira de destruir um partido”. *Diário da Tarde*, 15 jun. 1946, p. 3.

no partido e patrocinava um jornal trabalhista que defendia explicitamente a sua candidatura, ao mesmo tempo em que atacava o seu principal concorrente, o interventor Pinheiro Machado.

Ademais, também se visualiza no PTB do Paraná algumas características presentes no PTB nacional, como a oligarquização, a verticalização e a falta de democracia interna do partido. Além disso, o Partido Trabalhista Brasileiro paranaense também recorreria a uma prática comum aplicada pelo Diretório Nacional do partido: o expurgo. No final de maio de 1946, o partido expulsou das suas fileiras diversos membros<sup>167</sup>, configurando a primeira grande cisão dentro do partido.

Embora, por um lado, a Comissão Executiva Estadual desmentisse, por meio de notas na imprensa<sup>168</sup>, a cisão dentro do partido, por outro, admitia e “denunciava” atividades “divisionistas” e “contrapartidárias” de alguns correligionários, liderados por Milton Viana e Alfredo Santana Ribeiro. Dessa forma, segundo os seus argumentos, as expulsões tratavam-se apenas de uma medida disciplinar<sup>169</sup>.

Apesar de ser negada, a cisão dentro do PTB paranaense era evidente. Logo os dissidentes, por meio da imprensa, denunciaram a maneira como foram expulsos do partido – segundo eles, “arbitrariamente por simplesmente discordarem da forma totalitária que a Comissão Executiva Estadual conduzia as decisões internas do partido<sup>170</sup>”.

No dia 22 de junho de 1946, ala dissidente do PTB divulgou um manifesto<sup>171</sup>, no qual afirmava que discordava do rompimento com Pinheiro Machado e era contrária ao apoio hipotecado à candidatura de Lupion ao governo do Paraná. E que, por isso, foram expulsos, de forma arbitrária e surpreendente, pela oligarquia que domina o PTB.

Posteriormente, a troca de acusações, via imprensa, entre os dois grupos continuou por mais algum tempo. Enquanto os membros do Diretório petebista argumentavam que não havia dissidentes trabalhistas, mas sim “traidores” e “meros capachos” do interventor

---

<sup>167</sup> Foram expulsos vários membros que tiveram importante atuação na fundação do PTB do Paraná. Dentre os expurgados estavam, entre outros, Milton Viana, que teve uma destacada atuação na organização da UTP e do PTB, além dos líderes sindicais Theodorico Ferreira Martins, Alfredo Santana Ribeiro e Sinibaldo Trombini, que, inclusive, concorreram nas eleições de dezembro de 1945 como candidatos do partido. Também foram expulsos José de Moura Filho (tesoureiro do partido), José Barbosa de Almeida (do conselho fiscal), Epaminondas Camargo, Elpídio Borba, José Nazareth Riceti, Normando Jusi, João Krack Neto, Otelio Lopes, Lourival Cardoso, Ernesto Saboia e Peni Withers Rodbacker.

<sup>168</sup> Cf. “Não há cisão no PTB”. *Diário da Tarde*, 17 jun. 1946, p. 1.

<sup>169</sup> Cf. “Nunca o PTB esteve mais coeso e nem mais unido”. *Diário Popular*, 19 jun. 1946, p. 3.

<sup>170</sup> Cf. a carta de Alfredo Santana Ribeiro intitulada “O nosso PTB está com rombos nos cascos”, publicada na *Gazeta do Povo* (19 jun. 1946) e no *Diário da Tarde*, 20 jun. 1946, p. 3.

<sup>171</sup> Cf. Anexo 2. Esse manifesto foi publicado em: *Gazeta do Povo*, 23 jun. 1946, p. 5 e 7; e *Diário da Tarde*, 25 jun. 1946, p. 3

Pinheiro Machado<sup>172</sup>, os dissidentes criticavam a “lupionização” do partido, além de também atacarem o jornal *Diário Popular*, “dizendo que esse não era um órgão trabalhista, mas sim lupionista<sup>173</sup>”.

No início de junho de 1946, ocorreu a escolha da nova Executiva Estadual, cujos cargos ficaram divididos entre os membros da corrente “sindicalista” e da corrente “pragmático-getulista”:

Tabela 8 – Comissão Executiva do PTB do Paraná (eleita em junho de 1946)

Presidente de Honra	Lúcio de Freitas (líder sindical)
Presidente	Maximino Zanon (líder sindical)
Vice-Presidente	Abilon de Souza Naves (contador e funcionário público)
Primeiro Secretário	Raul Viana (advogado)
Segundo Secretário	Leonel Prado Martins (advogado)
Terceiro Secretário	João Tavares Santana (líder ferroviário)
Primeiro Tesoureiro	Adélio Ramiro de Assis (contador)
Segundo Tesoureiro	Miguel Raitani
Conselho Fiscal	Bernardino Fialho Sobrinho (líder sindical) Rubens de Mello Braga (comerciante e ex-líder sindical) José Joaquim Bertolini (líder sindical)

Fonte: *Diário Popular*, 12 jun. 1946, p. 3.

Em comparação com o seu primeiro Diretório, primeiramente percebe-se um grande aumento do número de membros – que praticamente dobrou<sup>174</sup> –, além de também ter ocorrido um acréscimo do número de postos da Executiva Estadual, com a criação de quatro novos cargos (vice-presidente, segundo e terceiro secretários e segundo tesoureiro). Entretanto, é importante ressaltar que, com os expurgos, o novo Diretório Estadual sofreu uma significativa mudança<sup>175</sup>, sobretudo pelo fato de muitos dos novos integrantes

<sup>172</sup> Cf. “Não há dissidentes: os supostos dissidentes são desprezíveis traidores do partido”. In: *Diário Popular*, 24 jun. 1946, p. 6.

<sup>173</sup> Cf. RIBEIRO, Alfredo Santana. “Telhado de vidro”. In: *Gazeta do Povo*, 3 jul. 1946, p. 1.

<sup>174</sup> Enquanto o Diretório anterior possuía apenas 20 membros, o novo Diretório possuía 40. O novo Diretório do PTB paranaense ficou assim constituído: Lúcio de Freitas, Maximino Zanon, Raul Viana, Vitor Angelo Barbosa, Miguel Raitani, Bernardino Fialho Sobrinho, Jorge Mathias Jr., João Tavares Santana, José Joaquim Bertolini, Veríssimo Ferreira de Mello, Alderico Bandeira de Lima, Indalecio Manzani, Teobaldo Malan, Abilon de Souza Naves, Aldo Silva, Ezequiel Honório Viale, René Marumbi de Paula, Amantino de Melo Ribas, Emanuel Coelho, Jacinto Cunha, Adélio Ramiro de Assis, Francisco Maravalhas Netto, Leonel Prado Martins, Dilo de Oliveira Godói, Ubiratan Peixoto de Matos, Lauro Schleder, José Daru, Aldo Laval, Vasco da Gama Coelho, Candido Bremer, Benoni Vitorino da Silva, Agripino Ribeiro de Freitas, Orlando Mattos, Silvio van Erven, Gamaliel Bueno Galvão, Joaquim Saboia Netto, Rubens de Mello Braga, João Tesseroli Jr., Wisland Alves e Itagiba Spina.

<sup>175</sup> Dos 20 membros que compunham o primeiro Diretório do partido, nove (45%) deixaram o PTB, sendo que sete foram expulsos. Tratam-se dos seguintes nomes: Milton Viana, Alfredo Santana Ribeiro, José de Moura,

possuírem algum tipo de vínculo (amizade e/ou clientelístico) com Moysés Lupion, o que contribuiu para o processo de “lupionização” do PTB paranaense. Inclusive, alguns sindicalistas, como o presidente do partido Maximino Zanon, foram cooptados por Lupion.

Em segundo lugar, convêm observar o surgimento do nome de Abilon de Souza Naves nas hostes trabalhistas e a sua rápida ascensão dentro do partido, ocupando o posto de vice-presidente (posteriormente, Souza Naves se tornaria o principal líder trabalhista do Paraná, conforme veremos adiante).

Imagem 2 – Abilon de Souza Naves



Fonte: *Gazeta do Povo*, 12 dez. 1999. Biblioteca Pública do Paraná, Divisão de Documentação Paranaense. Pasta Biografias.

Mineiro de Uberaba, Abilon de Souza Naves, nascido em 1905, chegou ao Paraná no final da década de 1940. Contador de formação, atuava como delegado regional do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC) e trabalha na área comercial do jornal *Gazeta do Povo* (NEVES, 2002, p. 138).

---

José Barbosa de Almeida, Epaminondas de Camargo, José Nazareth Riceti e Elpídio Borba (que foram expulsos), além de Astrogildo Souza e Camilo Caminha. Posteriormente, alguns desses expurgados aderiram ao Partido Social Trabalhista (PST).

A ascensão de Souza Naves dentro do PTB paranaense deve-se, sobretudo, pelos seus vínculos pessoais com Moysés Lupion<sup>176</sup>. Inclusive, Souza Naves era gerente do jornal *Diário Popular*<sup>177</sup>, órgão trabalhista financiado por Lupion.

Portanto, nesse momento configurava-se a existência de dois grupos dentro do PTB do Paraná:

- os “lupionistas”: grupo formado tanto por membros da ala “sindicalista” quanto “pragmático-getulista” que foram cooptados por Lupion; estavam no comando partidário;
- os “antilupionistas”: grupo formado principalmente por uma fração da ala “sindicalista”, mas que também abarcava alguns “pragmáticos-getulistas”; estavam sendo aliados dos altos postos de mando do partido.

Dentre os petebistas que eram contrários à “lupionização” do partido ganhava destaque no cenário político paranaense o jornalista Roberto Barrozo, diretor do jornal *Diário da Tarde*, que, passaria a utilizar as páginas do seu jornal para criticar duramente a Executiva Estadual do PTB e, principalmente, Moysés Lupion, de quem se tornaria o mais ferrenho opositor, conforme veremos no decorrer desse capítulo.

## 2.6. O PTB E AS ELEIÇÕES ESTADUAIS DE 1947

As articulações do interventor Brasil Pinheiro Machado em promover a sua candidatura ao governo do Paraná não apenas repercutiram no seio do Partido Trabalhista Brasileiro, mas também em toda a política paranaense, cindindo o estado e o próprio Partido Social Democrático – que também possuía uma forte ala lupionista.

Combatido pelo PTB e dentro do seu próprio partido, o PSD<sup>178</sup>, o clima político no Paraná tornou-se insustentável para o interventor Pinheiro Machado, que acabou renunciando e sendo substituído pelo Tenente Coronel Mário Gomes da Silva, em outubro

<sup>176</sup> De acordo com o depoimento de David Wille Lupion, Souza Naves tornou-se amigo de Lupion por meio de um amigo em comum: Raul Vaz, com quem trabalhava no IAPC (Apud SALLES, 2004, p. 98).

<sup>177</sup> O *Diário Popular* além de ser gerenciado por Abilon de Souza Naves, era dirigido pelo advogado Raul Viana (que ascendeu ao posto de primeiro secretário do PTB), e tinha como secretário o jornalista Jorge Mathias Jr., um dos fundadores do PTB, mas que nessa época possuía fortes vínculos com Lupion, inclusive trabalhando no jornal *O Dia*, que também pertencia a Lupion.

<sup>178</sup> Inclusive, Pinheiro Machado deixou a presidência do partido, que foi assumida por Antonio Augusto de Carvalho Chaves.

de 1946. O novo interventor, que contava com o apoio do PTB<sup>179</sup>, adotou um discurso de pacificar a política paranaense e garantir a idoneidade das eleições estaduais de janeiro de 1947.

Sobre o novo interventor, o jornalista Samuel Guimarães Costa (1994b, 364-365) fez a seguinte observação:

Quanto ao novo interventor Mário Gomes, tratava-se de quase um ilustre desconhecido. Pertencia aos quadros da Intendência do Exército, tendo servido antes na 5ª Região Militar. Fora chefe de Polícia em Santa Catarina e, na ocasião de sua nomeação, um dos diretores do parque siderúrgico de Volta Redonda. Sem maiores vínculos políticos no Paraná, chamou para a pasta do Interior, Justiça e Segurança o já famoso e então deputado federal Fernando Flores.

O deputado federal Major Fernando Flores – que era bastante conhecido e muito influente nos círculos políticos paranaenses – teve uma atuação destacada na defesa da candidatura de Moysés Lupion, sobretudo a partir do momento em que o PSD paranaense encontrou-se novamente dividido entre dois pré-candidatos ao governo do estado: Lupion e o General José Agostinho dos Santos.

A disputa interna nas hostes pessedistas repercutiu amplamente na política paranaense. A ala lupionista do PSD chamou a possível candidatura do General Agostinho dos Santos, apoiado por cerca de dois terços da Comissão Executiva do partido, de “grande golpe<sup>180</sup>”. Embora minoritários dentro do partido nesse momento, os lupionistas, liderados pelo Major Fernando Flores, utilizaram-se amplamente dos jornais – como a *Gazeta do Povo*, *O Dia* e o *Diário Popular* – para atacar a possível candidatura do Gen. Agostinho dos Santos.

Diante do crescimento da candidatura do Gen. Agostinho dos Santos, que contava com a simpatia da maioria do Diretório pessedista – cujo principal articulador era o ex-interventor Pinheiro Machado –, do jornalista Roberto Barrozo, do PR<sup>181</sup> e da UDN, o presidente do PSD paranaense, Antonio Augusto Carvalho Chaves, lançou um manifesto

<sup>179</sup> O interventor Mário Gomes dividiu algumas secretárias para o PTB e a UDN, mas excluiu o PR, que era simpático ao ex-interventor Pinheiro Machado. Em particular, o PTB recebeu a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, que ficou com Raul Viana, primeiro secretário do partido e diretor do jornal “trabalhista” *Diário Popular*.

<sup>180</sup> Cf. *Gazeta do Povo*, 9 out. 1946; *Diário da Tarde*, 10 out. 1946.

<sup>181</sup> Fruto de uma cisão udenista, o Partido Republicano foi reorganizado no Paraná no primeiro semestre de 1946 e tinha como um dos principais expoentes o deputado federal Bento Munhoz da Rocha Neto, que fora eleito pela própria UDN.

onde pediu a coalizão dos principais partidos do estado em torno do nome de Lupion, denominando a sua ala de “liberal” e a liderada por Pinheiro Machado de “radical”<sup>182</sup>.

No dia seguinte, o jornalista Roberto Barrozo assim respondeu ao manifesto do presidente pessedista:

[...] Querem um candidato único, sem dizer o motivo pelo qual recusam a indicação extra-partidária, do eminente general José Agostinho, padrão de moral e patriotismo. Na realidade não querem um candidato único, mas sim um único candidato: o Sr. Moysés Lupion<sup>183</sup>.

A estratégia utilizada pelos lupionistas, que nesse momento estavam em minoria dentro do PSD, foi tentar organizar uma grande coalizão interpartidária com o PTB – que possuía um Diretório amplamente lupionista –, a UDN e o PRP. Outra estratégia utilizada foi a cooptação dos diretórios pessedistas dos municípios do interior do Paraná para que esses apoiassem a candidatura de Lupion na Convenção Estadual pessedista, que seria realizada no início de novembro de 1946.

Aliás, o interventor Mário Gomes também contribuiu indiretamente para o êxito dessa estratégia, pois foi totalmente omissivo ao fato do seu secretário, o Major Fernando Flores, se aproveitar da sua posição política para articular com os diretórios pessedistas do interior e com outros partidos políticos, o que foi fundamental para o fortalecimento da candidatura de Lupion (COSTA, 1994b, p. 364-365).

Em pouco tempo a ala lupionista do PSD conquistou o apoio da UDN e do PRP, que, juntamente com o PTB, acordaram em dividir secretarias e outros cargos públicos entre os partidos coligados. Assim, no final de outubro os jornais já noticiavam a coalizão<sup>184</sup>.

O jornalista antilupionista Roberto Barrozo, que apoiava a possível candidatura do Gen. Agostinho dos Santos, criticou duramente a UDN pela coalizão lupionista e pela sua contraditória aliança com o PTB:

A política do estado decepciona o eleitorado e revela a fragilidade dos apregoados princípios de reação democrática que certos líderes da UDN vinham sustentando na campanha cívica do Brigadeiro Eduardo Gomes. Todos eles atacavam rudemente o Estado Novo, o “queremismo”, Getúlio Vargas e os seus processos, pregando que “o preço da Liberdade é a eterna vigilância”.

<sup>182</sup> Cf. *Gazeta do Povo*, 13 out. 1946, p. 1.

<sup>183</sup> BARROZO, Roberto. “Único Candidato”. *Diário da Tarde*, 14 out. 1946, p. 1.

<sup>184</sup> Ver, por exemplo, as edições de *Gazeta do Povo* de 23 e 26 de outubro de 1946.



Mas, na hora das composições políticas, para a conquista do poder, deixam de lado os postulados que defendiam, abandonam a vigilância eterna da liberdade e abrem os braços a seus adversários, que não são apenas adversários políticos, mas adversários de idéias e de convicções republicanas.

[...] Cinco dias atrás, a 29 de outubro, a UDN votava, no Congresso Nacional, a moção de aplausos às classes armadas pela deposição de Vargas e no Paraná a UDN entra em cambalacho com os trabalhistas, para obter-lhe o apoio, pondo-se o Dr. Artur Ferreira dos Santos e os mais desse partido ao serviço pleno do mesmo Getúlio Vargas.

Quando se trata de ambições de mando transige-se com a ditadura, com o ditador e com o partido que o ampara e prestigia.

Não se respeita a opinião coletiva, submetem-se, docilmente, à tutela de Fernando Flores e a ele e a Getúlio Vargas entrega-se, em holocausto à cobiça do mando, o próprio Paraná transado e algemado.

Mas, ao menos por aparente decência política, a diminuta ala da UDN, que se acomoda com o PTB, deve explicar ao povo a sua conduta, a seguir daqui por diante, como aliada desse partido, em face da política do mesmo Sr. Getúlio Vargas, que é o chefe incontestável e principal orientador dos trabalhistas.

Certamente, deixará claro se pretende continuar na eterna vigilância, como preço da liberdade, não influenciando nessa barganha de cargos eletivos, a pertinácia no combate ao Estado Novo, se está disposta a lutar, como até aqui, contra o predomínio político do solitário de São Borja.

Precisa esclarecer, em declaração pública, se o acordo lhe obriga ou não, a modificar a sua atitude relativamente à linha política do PTB, se a adota ou se a repele, se fica com Getúlio Vargas ou contra Getúlio Vargas.

Parece-nos, no entanto, que executa essa ala da UDN um grande golpe político, procurando subir com a ajuda do PTB, sem compromissos partidários, para fulminar a este logo que atingidos os desejados objetivos.

Seja com for, já não se pode acreditar na sinceridade dos homens públicos da “eterna vigilância”<sup>185</sup>.

Pode-se concluir que a intenção da nota acima era, no mínimo, constranger os udenistas paranaenses, alegando que os mesmos aceitavam, inclusive, trair a ideologia do partido para chegarem o poder. Porém, os udenistas não se abalaram e mantiveram a coalizão com o PTB, o PSD e o PRP.

Por sua vez, o PTB do Paraná também não escapou de inúmeras e duras críticas de Roberto Barrozo:

O PTB do Paraná está dominado por alguns cidadãos sem cultura, sem projeção sem consciência política. Estão submissos ao Sr. Moysés Lupion de Tróia, do diretório estadual do PSD. [Ele] custeia as principais despesas do partido, sendo assim, o mesmo perdeu sua autonomia. Estão fazendo do partido um rendoso negócio, nem ao menos admitiram a candidatura de ilustre Sr. Ivo Leão, que sempre esteve em defesa dos trabalhadores. Fernando Flores, que tanto perseguiu e cercou de violência a ala sindical do PTB, é hoje o coordenador da candidatura do Sr. M. Lupion. Lançaram o Sr. Maximino Zanon para senador e agora o deixam para apoiar o Dr. Arthur Ferreira dos Santos, da UDN, e inimigo de G. Vargas,

<sup>185</sup> Cf. Transigindo com a ditadura. *Diário da Tarde*, 4 nov. 1946, p. 1.

condutor do PTB. Estes supostos trabalhistas abriram as portas do Partido, ao assalto por elementos de outros Partidos. Sendo assim, o PTB não tem candidato a governador e nem a senador. Os dirigentes trabalhistas se ligaram ao Sr. Moisés Lupion. Essa atitude de subserviente destes dirigentes é muito depressiva. Tanto que os homens de bem e que se prezam não provam e nem aceitam tais atitudes<sup>186</sup>.

Roberto Barrozo – que teve as suas aspirações de crescimento pessoal dentro do PTB frustradas e, por isso, migrou para o PSP – acusava a Executiva petebista de ter vendido o partido a Lupion<sup>187</sup>. Especificamente na nota acima, ele se refere ao fato da candidatura do industrial Ivo Leão nem ter sido discutida dentro do partido, uma vez que a Comissão Executiva Estadual já estava há muito tempo comprometida com Lupion. Também faz referência ao fato dos trabalhistas, em prol da grande coalizão, terem abdicado de lançar a candidatura de Maximino Zanon ao Senado e apoiarem o udenista Arthur Ferreira dos Santos. Em suma, o PTB estava configurando-se um partido sem candidatos, sem autonomia e sem identidade.

[...] O Diretório do PTB, com raras exceções, é exercido por pessoas a serviço do Sr. Moisés Lupion de Tróia ali infiltradas, sustentadas e mantidas, com o fim único de conduzir esta entidade nos manejos políticos para o assalto aos cargos eletivos. Apesar do Sr. Getúlio Vargas recomendar que o partido lute com as suas próprias forças em torno de candidatos próprios, a seção do Paraná do PTB carrega às costas um elemento do PSD. Não obstante, o saber-se da gravidade das acusações que e veementes ataques da UDN ao mesmo Getúlio Vargas, o PTB concordou em fazer causa comum com este partido, prontificando-se em votar no Dr. Artur Ferreira dos Santos para senador.

A menos que este ilustre paranaense se comprometa a abdicar de suas convicções, obrigando-se solenemente a não mais atacar o ex-ditador, o Partido Trabalhista estará levando ao Senado da República a voz ardente de orador culto, brilhante e arrebatador para promover, perante a nação, a desmoralização política do seu patrono e presidente de honra, o Sr. Getúlio Vargas<sup>188</sup>.

Barrozo cita na nota acima a possibilidade de ocorrer uma cena *sui generis*: um senador udenista, eleito pelo voto de trabalhistas e getulistas, que nas tribunas provavelmente atacaria Vargas e o PTB. No entanto, apesar de todas as contradições inerentes, a grande coalizão entre PSD, PTB, UDN e PRP em favor de Lupion foi ratificada nas Convenções estaduais desses partidos.

<sup>186</sup> Cf. BARROZO, Roberto. “Espanando cadeiras”. *Diário da Tarde*, 4 nov. 1946, p. 1.

<sup>187</sup> Porém, havia acusações de corrupção dos dois lados: enquanto Roberto Barrozo acusava, por meio do jornal *Diário da Tarde*, os integrantes da cúpula do PTB de terem vendido o partido a Lupion, os petebistas, por meio do jornal *Diário Popular*, também atacava duramente Barrozo, insinuando que o mesmo seria apenas um ambicioso e oportunista político profissional e, inclusive, teria recebido favorecimentos pessoais do ex-interventor Pinheiro Machado.

<sup>188</sup> BARROZO, Roberto. “Política do rico contra os pobres”. *Diário da Tarde*, 5 nov. 1946, p. 1.

Na Convenção do PSD, realizada em 7 de novembro de 1946, a ala lupionista – que se auto-denominava “ala liberal” – saiu vencedora graças ao apoio dos diretórios do interior. Assim, os trabalhos de articulação empreendidos pelo Major Fernando Flores foram bem sucedidos.

Por sua vez, a Convenção petebista ocorreu no dia 5 de novembro. Como já era esperado, o PTB oficializou o seu apoio a grande coalizão partidária em favor de Lupion e lançou a lista de candidatos ao Legislativo estadual – composta tanto por líderes sindicais quanto por profissionais liberais e políticos profissionais<sup>189</sup>. Para o Senado, o partido confirmou o apoio ao udenista Arthur Ferreira dos Santos e lançou o nome de Maximino Zanon como o seu suplente.

A Convenção Estadual do PTB também contou com a presença de Alô Guimarães, que representava a “ala liberal” do PSD, e do udenista Francisco de Paula Soares Neto. O *Diário da Tarde*<sup>190</sup> noticiou que a Convenção teria sido um fracasso, pois a expectativa da presença maciça do povo não se concretizou. Aliás, segundo esse jornal, nessa Convenção ocorreram algumas cenas curiosas, como o fato do udenista Paula Soares aplaudir o discurso de Getúlio Vargas, lido na abertura da sessão, e da circulação de folhetins, já amplamente espalhados pela capital, com os seguintes dizeres: “Judas vendeu Cristo por 30 dinheiros. Quanto queres tu, falso udenista, para vender a UDN ao Sr. Moysés Lupion?”.

Oficializado candidato pela coligação PSD-PTB-UDN-PRP, Lupion enfrentaria nas urnas Bento Munhoz da Rocha Neto<sup>191</sup>, do Partido Republicano (PR). Ao lado do jornalista Roberto Barrozo – que nas eleições de 1947 concorreria ao Senado pelo PSP –, Bento Munhoz da Rocha Neto tornou-se um dos principais inimigos políticos do pessedista Moysés Lupion.

Embora Bento Munhoz da Rocha Neto tenha recebido o apoio dos dissidentes udenistas que não compactuaram com a aliança com o PTB e o PSD, o jornalista Samuel Guimarães Costa (1994b, p. 366) relata que a candidatura de Lupion era praticamente invencível, pois contava com o apoio oficial dos três principais partidos e dispunha de muitos recursos financeiros. Com o seu nome sendo propagandeado em todo o estado por

---

<sup>189</sup> Ver a lista de candidatos a deputados estaduais pelo PTB nas eleições de 1947 no Anexo 3.

<sup>190</sup> Cf. A convenção do PTB constitui verdadeiro fracasso. *Diário da Tarde*, 6 nov. 1946, p. 1.

<sup>191</sup> Bento era filho de Caetano Munhoz da Rocha (que governou o Paraná entre 1920-1928) e era considerado o herdeiro político das velhas oligarquias destronadas após a Revolução de 1930 – que retornaram à política no pós-1945 concentrando-se na UDN e, em menor número, no PR.

meio de rádios e jornais de grande circulação (*O Dia* e a *Gazeta do Povo*), Lupion dizia-se representar a renovação – uma vez que não pertencia às famílias tradicionais, ao contrário de Bento. Utilizando-se de um discurso popular (cujo *slogan* era “Paraná maior”), prometeu apoiar as cidades e os interesses do interior do Paraná (MAGALHÃES, 2001, p. 56), enquanto Bento Munhoz da Rocha Neto era representado como um candidato das elites curitibanas. Assim, Lupion viu crescer a sua popularidade e venceu as eleições de 19 de janeiro de 1947 com uma ampla margem de votos:

Tabela 9 – Resultado das eleições para o governo do Paraná em 1947

Candidato	Partido/Coligação	Nº de votos	%
Moysés Lupion de Tróia	PSD/PTB/UDN/PRP	90.251	59,1%
Bento Munhoz da Rocha Neto	PR	44.809	29,3%
Branços		11.228	7,3%
Nulos		6.522	4,3%
Total		152.810	100%

Fonte: IPARDES (1989a, p. 11).

Para o Senado, o udenista Arthur Ferreira dos Santos (que contava com o apoio do PSD, do PTB e do PRP) derrotou o jornalista Roberto Barrozo (PSP)<sup>192</sup>. No que tange à Assembléia Legislativa do estado, o PSD<sup>193</sup> sagrou-se o grande vitorioso, elegendo 16 deputados, enquanto a UDN<sup>194</sup> elegeu sete, o PTB seis, o PR<sup>195</sup> quatro, o PRP<sup>196</sup> dois, o PSP<sup>197</sup> um e o PCB<sup>198</sup> também um (IPARDES, 1989a, p. 122).

Portanto, o PSD ficou com 43,2% das cadeiras da Assembléia Legislativa, a UDN com 18,9%, o PTB com 16,2%, o PR com 10,8%, o PRP com 5,4% e o PSP e PCB com 2,7% cada um. Dessa forma, inicialmente Moysés Lupion governaria o Paraná com a maioria absoluta do Legislativo estadual, pois a grande coalizão interpartidária aglutinaria 83,7% dos deputados.

<sup>192</sup> Arthur Ferreira dos Santos obteve 73.837 votos, contra 42.990 de Roberto Barrozo. Cf. IPARDES, 1989a, p. 107. Dessa forma, a senatoria paranaense (1947-1950) ficou completa, ficando assim composta: Flávio Guimarães (PSD), Roberto Glaser (PSD) e Arthur Ferreira dos Santos (UDN).

<sup>193</sup> O PSD elegeu João Chede, Oscar Lopes Munhoz, Antonio Lustosa de Oliveira, Avelino Vieira, Edgard Sponholz, Justiniano G. da Silva, Alfredo Pinheiro Júnior, Ernani Benghi, Alcides Pereira Júnior, Guataçara Borba Carneiro, Helio Setti, Anísio Luz, José M. Ribeiro dos Santos, Waldemiro Pedroso, Pedro Firman Neto e Francisco Accioly R. da Costa Filho.

<sup>194</sup> A UDN elegeu Bronislau Ostojá Rogushi, Lineu Madureira Novais, Osvandré Ferreira do Amaral e Silva, Rivadávia Barbosa Vargas, Alvir Riesemberg, José Alves Bacelar e Laertes de Macedo Munhoz.

<sup>195</sup> O PR elegeu Felizardo Gomes da Costa, Lauro Gentil Portugal Tavares, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck e Frederecindo Mares de Souza.

<sup>196</sup> O PRP elegeu Júlio Buskei e Benjamin de Andrade Mourão.

<sup>197</sup> O PSP elegeu Atílio de Almeida Barbosa.

<sup>198</sup> O PCB elegeu José Rodrigues Vieira Neto.

Por sua vez, o PTB elegeu, em ordem de votação, os seguintes deputados estaduais:

- Aldo Silva: radialista, advogado e promotor público em Cornélio Procopio e região. Elegeu-se aos 33 anos de idade (nasceu em 1914)
- Aldo Laval: contador com atuação em Ponta Grossa, elegeu-se aos 42 anos de idade (nasceu em 1905).
- Antônio dos Santos Filho: químico industrial e professor em Paranaguá.
- Julio Rocha Xavier: ex-prefeito e ex-promotor público de Carlópolis, no norte do estado. Na época era advogado de diversos sindicatos de trabalhadores e secretário do Diretório Municipal do PTB de Curitiba. Elegeu-se aos 36 anos de idade (nasceu em 1911).
- José Machuca: advogado com atuação em Curitiba e litoral. Elegeu-se aos 32 anos de idade (nasceu em 1915).
- José Daru: comerciante em Curitiba, elegeu-se aos 44 anos de idade (nasceu em 1903).

No que tange à bancada do Partido Trabalhista Brasileiro (cuja média de idade era de 37,4 anos<sup>199</sup>), os seis deputados eleitos eram profissionais liberais, sendo que três (50%) eram advogados e apenas dois possuíam algum vínculo com o movimento sindical (Aldo Laval, que, além de contador, também atuava como presidente da Cooperativa dos Operários de Ponta Grossa; e Júlio Rocha Xavier, que atuava como advogado de alguns sindicatos da capital).

## **2.7. O GOVERNO LUPION E AS CRISES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS**

Após as eleições, Mário Gomes passou a interventoria do estado a Antonio Augusto Carvalho Chaves, presidente do PSD paranaense, que ficou pouco mais de um mês no cargo, até a posse de Moysés Lupion, em março de 1947. De uma maneira geral, o primeiro governo de Lupion (1947-1950), cujo lema era “construindo um Paraná Maior”, priorizou as políticas de colonização nas regiões norte, oeste e sudoeste do estado, investiu em algumas obras de infra-estrutura (sobretudo a abertura de novas estradas) e adotou uma

---

<sup>199</sup> Convém aqui ressaltar que no presente cálculo não foi computada a idade de Antônio dos Santos Filho, pois não dispomos de tal informação.

tímida política de modernização/industrialização do estado – contudo, convém ressaltar que durante a década de 1950 o Paraná ainda seria um estado predominantemente agrícola<sup>200</sup>.

Inicialmente, conforme Samuel Guimarães Costa (1994b, p. 368), Lupion montou seu secretariado visando a contemplar os partidos que formaram a grande coalizão que o elegeu. No entanto, as principais secretarias ficaram divididas entre o PSD e a UDN<sup>201</sup>, ao passo que o PTB ficou apenas com a pasta da Agricultura, Indústria e Comércio, com Francisco Maravalhas<sup>202</sup>.

Também em março, iniciaram os trabalhos na Assembléia Constituinte paranaense, onde tiveram início os primeiros desentendimentos entre a base aliada de Lupion. Acerca disso, o jornalista Samuel Guimarães Costa (Ibidem, p. 369-370) relata que:

Durante várias semanas o plenário se ocupou com discussões desgastantes em torno do projeto do Regimento Interno, deixando em segundo plano os debates sobre o projeto da Constituição propriamente dita, para a qual fora convocada. As coisas estavam nesse ritmo quando aconteceu um discurso-bomba do deputado udenista Alves Bacelar [no final de março] – e se dizia ter sido arquitetado por Paula Soares – no qual o orador afirmava que os prefeitos do Norte do Paraná não eram reconhecidamente competentes, estariam estigmatizados como *improbis administratur*. Foi o que bastou para que a bancada [do PSD] saísse em campo indignada, alegando que o parlamentar da UDN ofendera seu partido. As explicações do deputado Laerte Munhoz (UDN) de que o discurso de Alves Barcelar não tinha nada de mais, apenas se referindo a prefeitos do tempo do Estado Novo, quando o PSD ainda nem existia, de pouco adiantou. No entender dos pessedistas, havia sido atingida inclusive a dignidade do governador do estado, que estaria mantendo nas prefeituras homens que não escapavam deste julgamento sumário: ou eram burros ou ladrões. Tal apreciação – entendiam os deputados do governo – era incompatível com o espírito da Coligação, impondo-se, assim, uma retração, sem mais delongas. A UDN absolutamente não voltou atrás, mas até, pelo contrário, procurou através de sua imprensa [o *Diário do Paraná*] defender o parlamentar e acrescentar outros argumentos em favor do acerto da tese por ele sustentada.

<sup>200</sup> Mais detalhes acerca do governo Lupion, ver: MAGALHÃES (2001), COLNAGHI (1991) e IPARDES (1987).

<sup>201</sup> O primeiro secretariado do governo Lupion ficou assim constituído: Gomy Júnior (PSD), na pasta do Interior, Justiça e Segurança Pública; Francisco de Paula Soares (UDN), na pasta da Fazenda; Francisco Maravalhas (PTB), na pasta da Agricultura, Indústria e Comércio; Benjamin Mourão (PRP), na pasta de Viação e Obras Públicas; Milton Munhoz (UDN), na pasta da Saúde; Gaspar Vellozo (PSD), na pasta da Educação; e Ângelo Lopes (PSD), na prefeitura de Curitiba – que na época era um cargo nomeado pelo governador (a primeira eleição para a prefeitura de Curitiba ocorreu em 1954).

<sup>202</sup> Em setembro, Francisco Maravalhas foi substituído pelo advogado Antonio Chalbaud Biscaia, designado pelo PTB.

De acordo com o jornalista (Idem), era evidente que essa questão serviu apenas de pretexto para os pessedistas bombardearem a coligação com a UDN, com o intuito de se instalarem sozinhos no governo. A partir de então, “a bancada do PSD não deu tréguas à UDN, com pronunciamentos diários na Assembléia”, “enquanto a imprensa pessedista” – *Gazeta do Povo* e *O Dia* – “anunciava que o rompimento era eminente, pressionando o Major Francisco de Paula Soares, ‘por dever moral’, a exonerar-se da pasta da Fazenda, uma das mais cobiçadas”.

Embora a UDN tenha resistido o quanto pôde para permanecer no governo Lupion, as relações entre ambos azedaram de uma maneira irreversível. No final de 1947, a crise entre os dois partidos acentuou-se e o iminente rompimento foi oficializado no início de 1948. A partir de então a UDN empreendeu uma ferrenha oposição ao governo Lupion, tornando-se uma implacável e eterna inimiga do governador paranaense<sup>203</sup>.

Internamente, o PSD também entrou em ebulição. De um lado, estavam os deputados lupionistas; de outro, os floristas, isto é, os deputados eleitos sob a proteção do Major Fernando Flores – que ficaram conhecidos como “granadeiros<sup>204</sup>”. Segundo o relato do jornalista Samuel Guimarães Costa (1994b, p. 370), os pontos de discórdia entre os dois grupos giraram em torno de duas questões: a criação do cargo de vice-governador e as eleições livres para a prefeitura de Curitiba. Esses dois pontos eram aceitos pelos altos escalões do PSD para serem incluídos na Constituição estadual, mas desagradavam a Lupion, que articulou com os deputados lupionistas para que esses obstruíssem tais projetos.

Mas por que Lupion era contrário a esses projetos? Quanto a criação do cargo de vice-governador, os deputados floristas queriam criá-lo especificamente para o Major Fernando Flores, como uma forma de homenageá-lo. No entanto, Lupion temia que a presença do influente Major Flores pudesse lhe representar uma sombra e lhe ofuscar politicamente (Idem). No que tange à prefeitura de Curitiba, Lupion temia que o governo da cidade caísse nas mãos da oposição e, na época, especulava-se que o eleito certamente seria o jornalista Roberto Barrozo, que empreendia no jornal *Diário da Tarde* uma contundente campanha contra o governo Lupion (Idem).

Para se evitar uma grande cisão dentro do partido, os pessedistas acabaram excluindo esses dois pontos da votação da Constituinte. Porém, não evitou que o PSD

<sup>203</sup> Mais detalhes acerca da crise entre PSD e UDN, ver o trabalho de Evandir Codato (1991).

<sup>204</sup> Os quatro deputados floristas conhecidos como “granadeiros” eram Oscar Lopes Munhoz, Pedro Firman Neto, Alfredo Pinheiro Jr. e Francisco Acioli Filho.

tivesse que conviver, por algum tempo, com uma ala de deputados rebeldes no Legislativo estadual – os “granadeiros” – que, inclusive, criticavam abertamente o governador.

Por sua vez, o PTB paranaense, após a II Convenção Nacional do partido, realizada entre os dias 5 e 10 de março de 1947, priorizou a reestruturação do partido no estado, sobretudo nas cidades do interior<sup>205</sup>.

Particularmente no que tange ao PTB nacional, convém lembrar que o partido encontrava-se dividido durante o governo Dutra entre dois grupos: os que defendiam o alinhamento com o presidente, liderados por Hugo Borghi; e os que defendiam que o PTB deveria adotar uma posição independente e passar para a oposição, liderados por Segadas Viana e Baeta Neves<sup>206</sup>. Na II Convenção Nacional do partido, o grupo de Segadas Viana e Baeta Neves derrotaram Hugo Borghi e conseguiram expulsá-lo do partido<sup>207</sup>. Ademais, na referida Convenção também foram aprovadas reformas no estatuto do partido, ampliando o Diretório Nacional de 30 para 50 membros e elegendo uma nova Comissão Executiva<sup>208</sup> – na qual o número de trabalhadores foi nitidamente reduzido, ao passo que os cargos de direção começaram a ser ocupados por políticos de status sócio-econômico mais alto<sup>209</sup>. Por fim, também se decidiu pela criação de comissões estaduais de coordenação<sup>210</sup> encarregadas de realizar assembleias nos estados para eleger novos diretórios regionais (D’ARAÚJO, 1996, p. 43-44).

Alguns meses mais tarde, consolidando a tendência antidutrista, em julho de 1947 a Executiva Nacional do PTB oficializou o rompimento com o governo federal por meio de uma carta circular reservada, assinada por Baeta Neves, presidente da Comissão Executiva

<sup>205</sup> Há inúmeras notas nos jornais relatando os trabalhos de reestruturação interna do partido, porém sem fornecer maiores detalhes.

<sup>206</sup> Mais detalhes acerca dessa disputa, ver D’ARAÚJO (1996) e DELGADO (1989).

<sup>207</sup> O que gerou a desarticulação do Diretório de São Paulo, uma vez que o PTB paulista fora uma obra pessoal de Borghi, que, ao sair, carregou consigo a maior parte dos diretórios municipais (D’ARAÚJO, 1996, p. 43).

<sup>208</sup> A nova Comissão Executiva Nacional do PTB ficou assim constituída: presidente: Paulo Baeta Neves; vice-presidente: Joaquim Pedro Salgado Filho, advogado; secretário geral: José de Segadas Viana; primeiro secretário: Landolfo Alves, engenheiro agrônomo e oligarca da Bahia; segundo secretário: Ilacir Pereira Lima, industrial de Minas Gerais; tesoureiro-geral: Romeu José Fiori, industrial de São Paulo; primeiro-tesoureiro: Othon Silva Sobral, advogado do Ceará; segundo-tesoureiro: Maximino Zanon, industrial do Paraná. Conselho Fiscal: Calixto Ribeiro Duarte, sindicalista; José Junqueira, do Distrito Federal; e Vivaldo Lima, do Amazonas. A Convenção também deliberou eleger o sindicalista Herosflio Baraúna, da Bahia, e o político e advogado Alberto Pasqualini, do Rio Grande do Sul, como vice-presidentes de honra e manteve como presidente de honra Getúlio Vargas. In: D’ARAÚJO, 1996, p. 44.

<sup>209</sup> Conforme Maria Celina D’Araújo (1996, p. 43), apenas dois componentes da nova Executiva tinham ligações com o movimento sindical: Ilacir Pereira Lima e Romeu José Fiori. Os demais eram profissionais liberais, industriais e políticos de tradição, a exemplo de Salgado Filho e Landolfo Alves, membro de tradicional família oligárquica da Bahia.

<sup>210</sup> No PTB do Paraná a Comissão de Coordenação ficou formada por Maximino Zanon (presidente da seção estadual), Jorge Mathias Jr. e Bernardino Fialho Sobrinho.



Nacional, e enviada a todos os diretórios regionais (Idem, p. 44). No entanto, Maria Celina D'Araújo (Ibidem, p. 51) ressalta que internamente eram fortes as pressões para que permanecesse uma composição com o governo – e os que defendiam essa tese recusavam-se em obedecer ao comando da direção partidária.

Por sua vez, o PTB paranaense, que permanecia ao lado do governo pessedista de Lupion, no âmbito nacional – assim como o PTB paulista – optou em desobedecer à direção nacional e continuar hipotecando o seu apoio ao governo Dutra. Nesse sentido, após uma assembléia extraordinária do partido, realizada em 7 de agosto de 1947, os petebistas paranaenses acordaram as seguintes deliberações:

Na política nacional:

- a) Estar com o presidente de honra do Partido Trabalhista Brasileiro, o senador Getúlio Vargas;
- b) Acatar as autoridades superiores do Partido Trabalhista Brasileiro;
- c) Reafirmar o apoio e a solidariedade ao sr. Presidente da República, como soldados disciplinados do dever, da ordem e da democracia.

Na política estadual:

- a) Apoiar a atuação da bancada trabalhista na Assembléia Legislativa do estado;
- b) Consignar um voto de louvor ao líder da bancada, deputado Júlio Rocha Xavier;
- c) Apoiar a atuação e reiterar a delegação de poderes conferida à Comissão Executiva nas reuniões anteriores deste diretório;
- d) Dar a sua solidariedade à política econômico-administrativa do governo paranaense nas conferências de Jacarezinho, Ponta Grossa e União da Vitória;
- e) Governo que é, emprestar a mais irrestrita colaboração ao governo de coligação porque é a mais sábia política, capaz de criar o quadro necessário para o poder público realizar os seus fins;
- f) Votar uma moção de confiança ao governador Moysés Lupion<sup>211</sup>.

Em suma, percebe-se que o PTB do Paraná adotou uma posição dúbia: ao mesmo tempo em que procurava seguir algumas deliberações do Diretório Nacional, como estar incondicionalmente ao lado de Vargas, também se manteve ao lado do presidente Dutra.

Em maio de 1947, o PTB teve uma atuação decisiva no episódio da cassação do PCB<sup>212</sup>. Afinal, os petebistas, além de serem anticomunistas, disputavam os votos dos trabalhadores com os comunistas. Entretanto, no que tange à tese lançada pelo PSD acerca da cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, o PTB mostrou-se contrário: dos 24 deputados na Câmara dos Deputados, apenas seis votaram a favor da cassação, enquanto 11 votaram contra.

<sup>211</sup> *Gazeta do Povo*, 9 set. 1947, p. 5; e *O Dia*, 10 set. 1947, p. 3.

<sup>212</sup> Mais detalhes sobre o PTB e a cassação do PCB, ver D'ARAÚJO (1996, p. 47-51).

Esse debate também ecoou na Assembléia Legislativa do Paraná: nos pronunciamentos, o deputado estadual comunista José Rodrigues Vieira Neto denunciava o “ato fascista” e contou com o apoio da bancada trabalhista, que, por meio de alguns pronunciamentos, mostrou-se contrária à cassação dos mandatos dos comunistas<sup>213</sup>. De qualquer forma, os parlamentares comunistas tiveram os seus mandatos efetivamente cassados em janeiro de 1948.

Outro fato importante em 1947 foi o retorno do jornalista Roberto Barrozo ao PTB, em setembro. Na reunião que marcou a sua volta, Barrozo foi saudado por alguns deputados estaduais trabalhistas e proferiu um discurso no qual dizia que “estava no partido para servir à população” e “acabar com a exploração de toda ordem”<sup>214</sup>. Notoriamente, Barrozo era mais um ambicioso político, dentro do PTB paranaense, que procurava utilizar a força política do getulismo e do trabalhismo para se promover politicamente.

No entanto, a volta de Roberto Barrozo, inimigo político de Lupion, às hostes petebistas desagradou o PSD, que chegou a ameaçar o PTB com a perda de cargos administrativos<sup>215</sup>. E provavelmente também não agradou a Comissão Executiva Estadual trabalhista, pois todos tinham ciência que Barrozo ambicionava chegar aos altos escalões do partido.

Novamente integrado aos PTB, em pouco tempo Barrozo conseguiu mobilizar alguns correligionários para se posicionarem contra Lupion, enquanto a Comissão Executiva Estadual mantinha-se fiel ao governador. E seriam justamente essas duas alas (lupionistas e antilupionistas) que disputariam o controle partidário na Convenção Estadual de 1º de outubro de 1947.

### **2.7.1. A Convenção Estadual do PTB de 1947: as disputas internas pelo poder**

Lupion tinha o máximo interesse que Maximino Zanon se reelegesse presidente do PTB paranaense e, assim, mantivessem o partido ao seu lado. Pois, do contrário, a vitória da chapa de Barrozo provavelmente representaria o afastamento do PTB do governador, que, inclusive, poderia passar a enfrentar sérias dificuldades na Assembléia Legislativa – pois as relações com a UDN caminhavam para o rompimento e, além disso, havia quatro

---

<sup>213</sup> Cf. *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*, v. 1, 1º jul. 1947, p. 371-377. Ver também: *Gazeta do Povo*, 2 jul. 1947, p. 8.

<sup>214</sup> Cf. *Diário da Tarde*, 11 set. 1947, p. 6.

<sup>215</sup> BARROZO, Roberto. A grande arrancada. *Diário da Tarde*, 15 set. 1947, p. 1.

deputados pessedistas rebeldes (os “granadeiros”) que poderiam encorpar ainda mais a oposição.

Como era previsível, a Convenção Estadual do PTB, que escolheria a nova Comissão Executiva e o novo Diretório do partido, foi bastante tensa e gerou muitos descontentamentos. A chapa vencedora foi a de Maximino Zanon, que aglutinava diversos membros diretamente ligados a Lupion<sup>216</sup>, e que, de última hora, incorporou inúmeros petebistas do interior do estado no Diretório – com o objetivo de, por meio da cooptação, garantir votos para a vitória da sua chapa.

Entretanto, essa manobra da chapa de Zanon acabou excluindo alguns influentes petebistas – que faziam parte do antigo Diretório – do novo Diretório Estadual do partido, como o deputado estadual Aldo Silva, o jornalista Jorge Mathias Jr. e os sindicalistas Bernardino Fialho Sobrinho e Ubiratan Peixoto de Matos, entre outros, que se indignaram com tal fato e ameaçaram abrir uma dissidência dentro do partido.

Tabela 10 – Comissão Executiva do PTB do Paraná<sup>217</sup> (eleita em 1º de outubro de 1947)<sup>218</sup>

Presidente	Maximino Zanon (Curitiba; ex-sindicalista)
Vice-Presidente	Abilon de Souza Naves (Curitiba; contador e funcionário público)
Secretário Geral	Júlio da Rocha Xavier (Curitiba; advogado)
Primeiro Secretário	Reginaldo Cavalcanti (Curitiba; funcionário público)
Segundo Secretário	Leonel Prado Martins (Curitiba; advogado)
Tesoureiro Geral	Rene Varumbi de Paula
Primeiro Tesoureiro	José Machuca (Curitiba/Antonina; advogado)
Segundo Tesoureiro	Divonsir Borba Cortes (Londrina; advogado)
Conselho Fiscal	Raul Viana (Curitiba; juiz do Tribunal de Contas) José Joaquim Bertolini (Curitiba; líder sindical) Antonio Chalbaud Biscaia (Curitiba, advogado)

Fonte: *Diário da Tarde*, 2 out. 1947, p. 6.

<sup>216</sup> O *Diário da Tarde* de 2 de outubro de 1947 (p.6) cita os exemplos de Emanuel Coelho, parente de Lupion, Vasco da Gama Coelho, cunhado de um irmão de Lupion, Raul Viana, juiz do Tribunal de Contas (e diretor do jornal *Diário Popular*), Reginaldo Cavalcanti, empregado da Imprensa Oficial do Estado, Maximino Zanon, que ocupava interinamente um cartório de imóveis, além de José Volpato, Abilon de Souza Naves e outros que eram do círculo de amizades do governador.

<sup>217</sup> O novo Diretório do PTB do Paraná ficou assim constituído: Maximino Zanon, Abilon de Souza Naves, Júlio Rocha Xavier, Aldo Laval, Júlio Brusquei, Agripino Ribeiro de Freitas, Leonel Prado Martins, Ezequiel Honório Vialle, Osvaldo Bitencourt, Orlando Sprenger Lobo, José Daru, Altino Borba, Darcirio Egger, Edgar Vini Schultz, Hugo Vieira, Oscar Pires da Silva, Reginaldo Cavalcanti, João Krack Neto, Celso Bandeira Ribas, Antonio Chalbaud Biscaia, José Machuca, Antônio Santos Filho, Dilo de Oliveira Godói, Harry Vekerlin, José Joaquim Bertolini, Rene Varumbi de Paula, Vasco da Gama Coelho, Antonio Munari, Parahylio Borba, Divonsir Borba Cortes, Elias Nacim Bacila, Antonio Fontes, Alfredo Vogeran, Benedito Rodrigues, Raul Viana, João de Lucca Neto, Francisco de Lucca Filho, J. Marques Sobrinho, Emanuel Coelho e Joaquim Volpato.

<sup>218</sup> Ver a transcrição da Ata dessa Convenção no Anexo 4.

Convém observar que houve na nova Executiva do PTB paranaense uma significativa renovação, pois dos 11 antigos integrantes apenas cinco permaneceram – Maximino Zanon (presidente), Abilon de Souza Naves (vice-presidente), Leonel Prado Martins (segundo secretário) e José Joaquim Bertolin (conselho fiscal) continuaram nos mesmos cargos, enquanto Raul Viana foi remanejado de primeiro secretário para o conselho fiscal –, ao passo que dos seis novos membros, dois eram deputados estaduais: Júlio Rocha Xavier (secretário geral) e José Machuca (primeiro tesoureiro).

E mais, a nova Executiva Estadual do PTB paranaense evidenciou o alijamento da ala “sindicalista” e o domínio dos “pragmáticos-getulistas” – a maioria ligados a Lupion – nos postos de mando do partido.

Derrotado na Convenção, Roberto Barrozo, por meio do *Diário da Tarde*, “denunciou” o que ele chamou de “golpe dentro do PTB patrocinado por elementos do governo do Estado infiltrados no partido”. Segundo Barrozo, Maximino Zanon, que recebera um cartório de registro de imóveis do governo Lupion, foi pressionado pelo governador a vencer as eleições a qualquer custo, sob a ameaça de perder o cartório para o filho do deputado Guataçara Borba Carneiro (PSD), líder do governo no Legislativo<sup>219</sup>.

Posteriormente, o deputado Aldo Silva, Jorge Mathias Jr., Roberto Barrozo, Bernardino Fialho Sobrinho e Ubiratan Peixoto de Matos, entre outros, articularam a formação de uma Ala Independente do PTB, que também contou com a adesão dos deputados petebistas José Darú e Aldo Laval (que, inclusive, pediram os seus respectivos afastamentos do Diretório Estadual), além dos líderes sindicais Lúcio de Freitas (ex-presidente de honra do PTB) e João Tavares Santana, entre outros<sup>220</sup>.

De maneira geral, a Ala Independente do PTB não objetivava deixar o partido, mas era totalmente contrária a forma que se processou a reeleição de Maximino Zanon, alegando que a mesma fora fraudulenta. Também acusava Zanon de não ser um verdadeiro getulista e não trabalhar visando a unificação e os interesses do Partido Trabalhista Brasileiro do Paraná<sup>221</sup>.

O deputado estadual Aldo Silva concedeu uma entrevista ao jornal *Diário da Tarde*, de 10 de outubro de 1947, explicando a posição da Ala Independente:

<sup>219</sup> Cf. *Diário da Tarde*, 2 out. 1947, p. 1 e 6.

<sup>220</sup> Cf. *Diário da Tarde*, 4 out. 1947, p. 6; e 6 out. 1947, p. 6.

<sup>221</sup> Cf. *Diário da Tarde*, 8 out. 1947, p. 1 e 6.

(*Diário da Tarde*) – A chamada “Ala Independente” é dissidente do Partido Trabalhista?

(Aldo Silva) – Absolutamente. Não somos dissidentes do Partido Trabalhista. É preciso que isso fique bem claro. Divergimos simplesmente do sr. Maximino Zanon e de um pequeno grupo que o cerca, arvorado-se em donos da nossa agremiação partidária. Não reconhecemos a validade da Convenção Estadual a 1º do corrente em que esse grupo reelegeu o sr. Zanon e tomou posse fraudulentamente das posições de mando do PTB excluindo os mais legítimos trabalhistas de nosso estado.

(D.T.) – E por que os srs. divergem do sr. Zanon?

(A.S.) – A história é muito longa e vem de longe. Resume-se, porém, em uma só palavra: subserviência. Nós, da Ala Independente, queremos a independência política do partido, pois que somente assim poderemos defender integralmente o seu programa social e político. Não importaria essa independência em oposição a este ou aquele governo. O PTB não é um partido de oposição a governos. Seus objetivos são a defesa e a recuperação do trabalhador. Tem um programa social a cumprir e todos os governos que se identifiquem com esse programa merecem o seu apoio.

(D.T.) – E quanto a nulidade da Convenção?

(A.S.) – É flagrante. Desde a sua convocação deixou de obedecer aos preceitos estatutários. De acordo com deliberação da Convenção Nacional do Partido, realizada no Rio de Janeiro, em que foram aprovados os novos estatutos, dever-se-ia proceder em todos os estados a reestruturação dos respectivos órgãos dirigentes a começar pelos diretórios municipais. Os estatutos são bem caros ao determinar que somente depois de ultimadas as eleições dos diretórios municipais seria realizada a Convenção Estadual para a reestruturação do Diretório Estadual. Entretanto, isso não aconteceu. Muitos diretórios municipais ainda estão para ser reestruturados. Segue-se a apresentação das credenciais dos representantes municipais à Convenção: cada diretório municipal deveria eleger dois representantes e credenciá-los devidamente. Essa exigência também não foi cumprida. Os que compareceram à Convenção, em sua maioria, não foram eleitos pelos respectivos diretórios e suas credenciais deixavam muito a desejar. Acresce ainda que, diante de tais e outras irregularidades, dois dos três membros da Comissão Estadual de Coordenação, perfazendo assim a maioria dessa comissão, não concordaram com o prosseguimento do conclave, retiraram-se do recinto onde o mesmo se realizava, lavrando a competente ata no livro próprio. [Nota: A referida Comissão Estadual de Coordenação era formada por Maximino Zanon, Jorge Mathias Jr. e Bernardino Fialho Sobrinho. Os dois últimos são os membros referidos anteriormente].

(D.T.) – E assim mesmo continuaram os convencionais reunidos?

(A.S.) – Continuaram sob a presidência do sr. Zanon, que, dessa forma, teve o campo livre para fazer sua reeleição e a composição do Diretório Estadual e Comissão Executiva que melhor servisse aos seus interesses pessoais.

(D.T.) – E quais as providências tomadas pela Ala Independente?

(A.S.) – Diversas. Entre as quais a comunicação dos fatos ao Diretório Nacional e a apresentação de um protesto preventivo junto ao Tribunal Regional Eleitoral. Como vê o sr., redator, a Ala Independente está acima de tudo integrada no programa e nos estatutos do Partido Trabalhista Brasileiro<sup>222</sup>.

Contudo, a Ala Independente não logrou êxito nas suas apelações – tanto no Tribunal Regional Eleitoral quanto junto ao Diretório Nacional do PTB –, pois o novo

<sup>222</sup> Cf. *Diário da Tarde*, 10 out. 1947, p. 1 e 6.

Diretório do PTB paranaense foi reconhecido pela Comissão Executiva Nacional na segunda quinzena de outubro<sup>223</sup>.

Em suma, os desdobramentos da Convenção de outubro de 1947 refletiam o que era o PTB paranaense naquele momento: um partido crivado por inúmeras e acirradas disputas pelos seus postos de mando – onde predominavam interesses meramente pessoais e fisiológicos –, que corroboravam para a instabilidade interna nas hostes trabalhistas.

Porém, a situação do partido tenderia a agravar-se ainda mais no ano seguinte, com o falecimento, a 22 de janeiro, do seu presidente Maximino Zanon. A partir de então, o claudicante PTB paranaense, sendo dirigido provisoriamente pelo vice-presidente Abilon de Souza Naves, atravessaria um período de grande turbulência e de aguda crise, conforme veremos a seguir.

### **2.7.2. A expulsão de Roberto Barrozo do PTB**

No final de 1947 ocorreram eleições municipais em diversas cidades do Paraná<sup>224</sup>. Particularmente em Curitiba ocorreram apenas eleições para a Câmara de Vereadores – uma vez que o prefeito era, na época, um cargo cuja nomeação era atribuída ao governador do estado –, que foram realizadas no dia 16 de novembro.

Porém, nesse pleito, em que o jornalista Roberto Barrozo concorreu a vereador pelo PTB<sup>225</sup>, ocorreu um importante desentendimento com o PSD, que entrou com uma ação junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná pleiteando invalidar as candidaturas dos petebistas, utilizando-se do argumento de que as mesmas não poderiam ser homologadas em virtude da nova Comissão Executiva Estadual ainda não ter sido oficialmente reconhecida. A manobra pessedista provavelmente tinha o objetivo de evitar a eleição de Roberto Barrozo. No entanto, não obteve êxito e apenas contribuiu para criar um mal-estar entre pessedistas e petebistas.

<sup>223</sup> Cf. Reconhecido o novo Diretório Estadual do PTB. *Gazeta do Povo*, 26 out. 1947, p. 8.

<sup>224</sup> Chama atenção o fato do PTB não ter elegido nenhum vereador nos municípios de Ponta Grossa e Paranaguá nas eleições municipais de 1947. Esse dado é sintomaticamente revelador da fragilidade estrutural do partido, frequentemente envolvido em disputas internas e constantes cisões.

<sup>225</sup> Os candidatos petebistas eram: Roberto Barrozo, Ubiratan Peixoto de Matos, Augusto Staben, Orlando Sprenger Lobo, José Joaquim Bertolini, Milto Anselmo da Silva, Cavaldo Bitencourt, João Krack Neto, João Stival, Edmundo Leinig Saporski, Amancio Moro, José Campelli Filho, Artur Betes, Antonio Torquato, Roberto Barrozo Filho, Laudemiro do Valle, Harry Wekerlin, Wallace T. de Melo e Silva, Alfredo Luiz Cardoso, Olga Balster e Agripino Ribeiro de Freitas. (*Diário da Tarde*, 10 out. 1947, p. 1.). Entre esses candidatos apenas três tinham ligações com o movimento sindical (Ubiratan Peixoto de Matos, Laudemiro do Valle e José J. Bertolini). Os demais eram profissionais liberais, funcionários públicos e empresários.

Roberto Barrozo, que fazia grande barulho nos círculos políticos do Paraná, combatendo ferozmente Moysés Lupion por meio do seu pequeno jornal *Diário da Tarde*, elegeu-se o vereador mais votado da capital. Porém, logo após ser empossado, em janeiro de 1948, foi acabou sendo expulso do PTB após se desentender com os outros vereadores petebistas e atacá-los veementemente em uma tensa sessão realizada no dia 20 de janeiro.

A causa principal da discórdia foi o fato do prefeito provisório nomeado de Curitiba, o petebista João Krack Neto, pleitear um significativo aumento dos impostos municipais. Barrozo, que na época era presidente da Câmara de Vereadores da capital, era contrário ao aumento dos impostos e insinuou que a bancada de vereadores petebistas teria recebido uma quantia em dinheiro para votar em favor do referido aumento. E mais, disse Barrozo no seu virulento discurso:

[...] nesta data me considero desligado do Partido Trabalhista Brasileiro seção do Paraná para ficar com o povo. O PTB alimenta-se da traição ao eleitorado, defendendo o aumento dos impostos. Sinto terem sido os meus votos que hajam tornado o PTB majoritário. Esses vereadores entraram para a Câmara com os meus votos, na enxurrada das sobras eleitorais<sup>226</sup>.

Declarando que “se não fosse pelos seus votos o PTB só teria elegido dois vereadores<sup>227</sup>”, Roberto Barrozo contribuiu para a eclosão de mais uma crise dentro do partido. Acusado de demagogo e de colocar as suas posições acima do partido, os seus correligionários, em reunião realizada no dia 21 de janeiro, resolveram expulsá-lo. Assim, a segunda passagem de Barrozo pelo PTB durou apenas cerca de quatro meses.

Após a sua expulsão, Barrozo mirou a sua metralhadora giratória em cima do PTB paranaense<sup>228</sup>, acusando o partido de ser totalmente submisso ao governador Lupion, que financiava o partido em troca de favores políticos. Embora os seus artigos sejam amplamente personalistas, Barrozo não deixava de ter razão.

### 2.7.3. Lupion e o “grande cisma” do PTB paranaense

Após a morte de Maximino Zanon e a expulsão de Roberto Barrozo do partido, a crise interna no PTB do Paraná agravou-se ainda mais em fevereiro de 1948, quando ocorreu mais uma grande dissidência nas hostes petebistas: inúmeros trabalhistas,

<sup>226</sup> Cf. “Rompeu com o PTB para ficar com o povo”. In: *Diário da Tarde*, 21 jan. 1948, p. 6.

<sup>227</sup> Cf. BARROZO, Roberto. “Não recuarei”. In: *Diário da Tarde*, 21 jan. 1948, p. 1.

<sup>228</sup> Cf. BARROZO, Roberto. “Devolva os lugares”. In: *Diário da Tarde*, 22 jan. 1948, p. 1 e 6. Ver também: BARROZO, Roberto. “Semblante do sebo”. In: *Diário da Tarde*, 24 jan. 1948, p. 1 e 6.

incluindo cinco dos sete deputados estaduais do partido – Antônio dos Santos Filho, Aldo Laval, Aldo Silva, José Darú e Júlio Buskei<sup>229</sup> migraram para o Partido Social Democrático e ali fundaram o Departamento Trabalhista do PSD.

Além dos deputados acima mencionados, também migraram para o Departamento Trabalhista do PSD os seguintes petebistas: Lúcio de Freitas, João Tavares Santana, Raul Viana, Jorge Mathias Jr., Antonio Chalbaud Biscaia, Saturnino Fernandes, entre outros, que lançaram um manifesto político<sup>230</sup>, datado de 20 de fevereiro de 1948, explicando as razões dos seus respectivos desligamentos do PTB-PR.

No referido manifesto<sup>231</sup>, os dissidentes atacavam a Comissão Executiva do partido e lembravam como se processou a escolha do novo Diretório em outubro de 1947, quando os excluídos das posições de mando e demais descontentes articularam a formação da Ala Independente do PTB. Aliás, convém salientar que alguns dissidentes signatários desse manifesto – como Jorge Mathias Jr., João Tavares Santana, Lúcio de Freitas, Aldo Silva, Aldo Laval e José Darú, entre outros – faziam parte da Ala Independente do PTB, organizada em 1947. Além desses, também são signatários do manifesto político dos dissidentes Raul Viana e Antonio Chalbaud Biscaia (que integravam o Conselho Fiscal do PTB).

Embora os dissidentes alegassem desentendimentos com a Executiva do partido, há fortes indícios de que o real motivo para a cisão no PTB tenha sido fomentado pelo governador Lupion e pelo PSD, que cooptou os mencionados deputados estaduais e outros influentes petebistas, excluídos das posições de mando do partido, para as hostes pessedistas para compensar a rebeldia dos deputados granadeiros. Em outras palavras, o PSD, que já havia rompido com a UDN, planejou cooptar os deputados trabalhistas, pois assim garantiria a maioria no Legislativo e poderia romper a coligação com o PTB e, dessa forma, governar o Paraná sozinho, como era a vontade de alguns influentes pessedistas<sup>232</sup>.

Aliás, alguns dias antes da oficialização da grande dissidência petebista, já se comentava, nos círculos políticos paranaenses, que o governador Lupion – que assumira também a direção estadual do PSD em janeiro de 1948 – havia se reunido com a bancada trabalhista da Assembléia Legislativa com o objetivo de cooptá-la. Acerca disso, o *Diário da Tarde* publicou a seguinte nota:

<sup>229</sup> Júlio Buskei havido sido eleito pelo PRP, mas migrou para o PTB em 1947.

<sup>230</sup> “Manifesto Político”. *O Dia*, 22 fev. 1948, p. 1; *Gazeta do Povo*, 22 fev. 1948, p. 1 e 6.

<sup>231</sup> Ver o manifesto no Anexo 5.

<sup>232</sup> Cf. Marco Zero. *Gazeta do Povo*, 3 fev. 1948, p. 1.



O sr. Moysés Lupion chamou ao Palácio os membros das bancadas trabalhistas na Assembléia Legislativa e na Câmara Municipal para lhes propor, pura e simplesmente, a traição ao partido a que pertencem.

[...] Alguns trabalhistas atenderam ao chamado. O sr. Moysés Lupion lhes falava em pequenos grupos para destruir a força moral de uns a defrontarem os outros.

Dizia-lhes, então, que o General Eurico Gaspar Dutra vai combater o PTB e achava melhor, na qualidade de amigo, que eles abandonassem o seu partido aderindo a uma ala trabalhista do PSD, denominada “Ala Maximino Zanon”.

Ao mesmo tempo lhes dava um manifesto a subscrever.

Vários deputados, entre eles os srs. Aldo Silva [que foi um dos dissidentes], Júlio Rocha Xavier e José Machuca se recusaram a decepcionar os seus correligionários.

O sr. José Darú pediu o prazo de 48 horas para resolver.

Os srs. Antônio Santos Filho, Aldo Laval e Júlio Buskei se bandearam para a tal seção trabalhista do PSD, assinando o documento lhes exibido pelo sr. Moysés Lupion.

A bancada trabalhista da Câmara municipal repeliu a ignomínia que lhes era proposta.

Este é o fato mais triste desta semana de confusão política.

Assinaram, ainda, a submissão os prefeitos de Mangueirinha, Piraquara e de Rolândia<sup>233</sup>.

Posteriormente, a Comissão Executiva do PTB paranaense, comandada por Abilon de Souza Naves, publicou, no dia 23 de fevereiro de 1948<sup>234</sup>, um manifesto em resposta aos dissidentes<sup>235</sup>. Utilizando-se de um discurso repleto de elementos religiosos, a Comissão Executiva do PTB procurou replicar às acusações dos dissidentes e, contra-atacando, os acusou, entre outras coisas, de oportunistas e de terem recebido alguma compensação pela traição.

Em suma, esse “grande cisma” no seio do PTB paranaense teve, mais uma vez, como principais catalisadores os interesses fisiológicos de alguns e as ambições frustradas, por parte de outros – que se encontravam alijado de uma posição de mando dentro do partido.

De qualquer forma, a migração dos petebistas para o PSD foi um duro golpe para o PTB do Paraná, uma vez que enfraqueceu ainda mais o já claudicante e desunido partido. A partir de então, reestruturar e fortalecer o partido tornou-se um grande desafio aos trabalhistas paranaenses.

<sup>233</sup> Cf. “O governador procura desmoralizar o PTB”. In: *Diário da Tarde*, 13 fev. 1948, p. 1 e 6.

<sup>234</sup> Os signatários desse manifesto foram: Souza Naves – vice-presidente em exercício; Júlio Rocha Xavier – secretário geral; Reginaldo Cavalcanti – primeiro secretário; Leonel Prado Martins – segundo secretário; José Machuca – primeiro tesoureiro; e Divonsir Borba Cortes – segundo tesoureiro. Cf. “Partido Trabalhista Brasileiro, seção do Paraná: Nota Política”. In: *Diário da Tarde*, 25 fev. 1948, p. 1 e 6.

<sup>235</sup> Ver o referido manifesto no Anexo 6.

#### 2.7.4. O PTB e o rompimento com Lupion

Após estimular a dissidência dentro do PTB, o governador Lupion e o PSD trataram de colocar os petebistas à margem do governo estadual. Nesse sentido, é sintomática a nomeação do novo secretariado do governo no final de fevereiro de 1948, formado exclusivamente por pessedistas. Enfim, conforme era o seu desejo, o PSD agora poderia governar sozinho o Paraná<sup>236</sup>.

A partir de então as relações entre o PTB paranaense e o governador se deterioraram e, gradativamente, os petebistas passaram a fazer oposição a Lupion, que também enfrentava o ataque dos udenistas e de alguns pessedistas, como o deputado federal Major Fernando Flores.

Ademais, como era previsível, havia um clima de grande animosidade entre o PTB e o Departamento Trabalhista do PSD, que reorganizou o jornal *Diário Popular*<sup>237</sup>, impresso nas oficinas do *O Dia*, que voltou a circular entre abril e outubro de 1948 e tornou-se o principal meio de propaganda dos ex-petebistas. Por meio desse jornal, o Departamento Trabalhista do PSD, além de defender o governo Lupion, também se tornou uma verdadeira “metralhadora giratória”: atacava o jornalista e vereador Roberto Barroso, o “agonizante” PTB – como eles o chamavam –, o deputado estadual trabalhista Júlio Rocha Xavier – apelidado pejorativamente de “Julinho” –, que defendia a cassação dos deputados dissidentes<sup>238</sup> e, por vezes, a UDN.

Internamente, o Partido Trabalhista Brasileiro do Paraná, sob a presidência provisória de Abilon de Souza Naves, procurou seguir as orientações de Salgado Filho, o novo presidente nacional do partido<sup>239</sup> que assumiu o posto, em meados de junho de 1948,

<sup>236</sup> O novo secretariado do estado ficou assim constituído: Angelo Lopes, na pasta da Fazenda; João Teófilo Gomy Jr., na pasta do Interior e Justiça; Alô Guimarães, na pasta de Saúde e Assistência Social; José Loureiro Fernandes, na pasta de Educação e Cultura; Gil Stein Ferreira, na pasta de Agricultura, Indústria e Comércio; Coronel Antenor de Alencar Lima, na pasta de Viação e Obras Públicas; Ney Leprevost, como prefeito nomeado da capital; além do novo pessedista Antonio Chalbaud Biscaia como Procurador-Geral do Estado. Cf. *O Dia*, 29 fev. 1948, p. 1.

<sup>237</sup> O *Diário Popular* foi novamente dirigido por Raul Viana e contava com Jorge Mathias Jr. (na função de diretor secretário) e do deputado Antônio dos Santos Filho (na função de diretor-gerente).

<sup>238</sup> O PTB do Paraná tentou cassar os mandatos dos quatro deputados dissidentes, mas não logrou êxito. Cf. O Tribunal Regional não tomou conhecimento do pedido do PTB. *Gazeta do Povo*, 6 jul. 1948, p. 8.

<sup>239</sup> Conforme Maria Celina D’Araújo (1996, p. 51), as articulações para o afastamento de Baeta Neves da presidência do PTB levou toda a Comissão Executiva do partido a renunciar, o que ocasionou a ascensão de uma Comissão Provisória da qual Vargas participava como presidente efetivo e Salgado Filho como vice-presidente – e Baeta Neves como presidente de honra. Porém, como Vargas jamais chegou a exercer efetivamente a função de presidente do partido, esta função foi desempenhada por Salgado Filho, político de estatura nacional e homem de confiança de Vargas.

com o objetivo de reestruturar e, sobretudo, pacificar internamente o PTB. De acordo com Maria Celina D’Araújo (1996, p. 52):

A recomposição interna que acabou levando Salgado à presidência era uma tentativa de tirar o PTB do cotidiano de disputas pessoais e lançá-lo na política nacional, visando à sucessão presidencial. Era a “virada” ansiada por parte dos getulistas, que queriam transformar o partido em interlocutor válido dos setores dominantes da política brasileira. Com a ida de Salgado Filho para a chefia nacional, o PTB abandonava suas aspirações de ser um partido dirigido por líderes sindicais. Três anos de vida partidária haviam demonstrado que era impossível mantê-lo sob a administração de líderes classistas sem experiência política, convivendo com políticos, burocratas e empresários treinados nos meandros da competição dentro do poder. Para muitos, os sindicalistas haviam-se transformado em massa de manobra para políticos como Segadas, Borghi e Adhemar de Barros, chefe do PSP e governador de São Paulo.

Dessa forma, o PTB, sob o comando de Salgado Filho, deu uma grande guinada, objetivando fortalecer os seus diretórios e unir os trabalhistas em torno da campanha presidencial de Vargas. Além disso, o partido intensificou as suas ações de ordem doutrinária, visando aproximar-se do modelo do Partido Trabalhista Inglês – o que já era tentado por Alberto Pasqualini (Idem, p. 53).

Por sua vez, o PTB do Paraná também tentava se reestruturar seguindo às diretrizes do Diretório Nacional<sup>240</sup>. Assim, o partido passou a adotar uma posição equidistante ao governo Dutra e, gradativamente, se afastaria do PSD e do governo Lupion – que, frequentemente, ainda se utilizava da prática de cooptar políticos petebistas para as hostes pessedistas.

Uma crise envolvendo o prefeito nomeado de Curitiba, Ney Leprevost (PSD) e a bancada petebista da Câmara de Vereadores da capital foi a gota d’água para o rompimento entre o PTB e Lupion, oficializado, em setembro de 1948, por meio de um manifesto<sup>241</sup>. Portanto, após lançar a candidatura de Lupion e apoiá-la incondicionalmente, o PTB paranaense rompeu com o governador, “acusando-o de ingrato, traidor e de querer destruir o partido”. No entanto, nos círculos políticos paranaenses pairavam rumores de que o rompimento entre o PTB paranaense e Lupion não duraria muito tempo.

<sup>240</sup> Nesse sentido, é significativa a visita de Salgado Filho ao PTB-PR, no final de julho. Cf. *Gazeta do Povo*, 25 jul. 1948, p. 1.

<sup>241</sup> Ver o referido manifesto no Anexo 7.

### 2.7.5. A Convenção Estadual do PTB em 1949 e a possível reaproximação com Lupion

No início de 1949, o deputado petebista Júlio Rocha Xavier fez um veemente discurso na Assembléia Legislativa atacando o governador Moysés Lupion e afirmando que o mesmo, por meio de Raul Vaz (seu leal amigo e secretário do Interior e Justiça) desejava costurar um novo acordo político com o PTB.

Entretanto, um artigo do deputado pessedista Alfredo Pinheiro Jr., líder do governo na Assembleia, publicado na *Gazeta do Povo*, denunciava que quem procurou a reconciliação com Lupion fora o próprio PTB por meio do presidente em exercício Abilon de Souza Naves, que, para não arcar sozinho com tal responsabilidade, teria ido com os deputados estaduais Júlio Rocha Xavier e José Machuca à casa do governador, não sendo recebido pelo mesmo. Ainda de acordo com Pinheiro Jr., Souza Naves alegava que o PTB estava demasiadamente frágil para concorrer sozinho nas próximas eleições e, por isso, tentou se reaproximar do governador por meio de Raul Vaz. Por fim, Pinheiro Jr. ressalta que somente após o encontro entre Raul Vaz e Souza Naves é que o deputado Júlio Rocha Xavier – não se sabe o motivo – foi à tribuna atacar o governo e “denunciar” a tentativa de reaproximação do mesmo com o PTB paranaense<sup>242</sup>.

Diante dessa notícia – que não foi desmentida formalmente pela cúpula petebista –, Roberto Barrozo<sup>243</sup>, por meio do *Diário da Tarde*, iniciou uma ostensiva campanha no qual “denunciava” a aproximação dos líderes petebistas com o governador do estado.

[...] O sr. Abilon de Souza Naves é, pessoalmente, um cidadão digno, delicado e maneiroso. Mas evidentemente não poderá continuar na presidência dada a sua condição de colaboracionista.

Alto funcionário do Instituto dos Comerciários, encontra-se à disposição do governo do estado. Isto seria o suficiente para incompatibilizá-lo na direção do PTB.

Sabe-se das suas ligações com firmas fornecedoras da prefeitura e do Estado. Sabe-se das suas íntimas relações com as esferas da política situacionista interessadas no aniquilamento do PTB.

O sr. Souza Naves está reunindo o Diretório do PTB para, sábado [12-02-1949], confirmá-lo na presidência<sup>244</sup>.

Roberto Barrozo temia que a proximidade de Abilon de Souza Naves, presidente em exercício do PTB do Paraná, com Lupion pudesse facilitar a reconciliação entre o PTB

<sup>242</sup> Cf. Recado ao Abilon. *Gazeta do Povo*, 3 fev. 1949, p. 3.

<sup>243</sup> No final de janeiro de 1949, Roberto Barrozo sofreu um atentado a pauladas no centro de Curitiba. Posteriormente, acusou o governo de ser o responsável por tal ato.

<sup>244</sup> O sr. Lupion quer se apossar do PTB. *Diário da Tarde*, 10 fev. 1949, p. 1.

e o governador. A partir de então, passou a denunciar que o encontro do dia 12 de fevereiro de 1949 poderia representar um “novo golpe” dentro do PTB paranaense, pois o objetivo do conclave seria confirmar Souza Naves na presidência do partido e afastar os petebistas contrários à reaproximação com Lupion dos postos de mando:

Já noticiamos e expusemos aos nossos leitores a situação do Partido Trabalhista Brasileiro, cuja presidência está sendo disputada pelos seus “donos”.

Quem se julga maior proprietário do PTB é o sr. Moysés Lupion, que tudo faz para se apossar, em definitivo, da pujante agremiação partidária.

Nesse sentido, será hoje reunido o Diretório Estadual, de maioria calculadamente lupionista como a organizara a antiga Comissão Executiva, sabendo-se que a respectiva lista fora levada e aprovada em Palácio.

Pretende-se eleger hoje o sr. Souza Naves para presidente, pessoa bem quista, educada e amável, porém perigosamente ligada a “seu Moysés”, de quem é legítimo e credenciado representante.

Ninguém ignora que o sr. Moysés Lupion havia prometido bombardear a “casamata” e dissera *ter quem* fechasse o Partido e lhe entregasse as chaves.

Procura-se, com a eleição do sr. Ailton de Souza Naves, amarrar o PTB à cauda governamental, pois ainda há poucos dias os jornais desta capital noticiavam os entendimentos que se processavam entre os dirigentes do PTB e o governo à sombra dos acordos reservados.

Desta maneira os trabalhadores estão sendo traídos, porque o homem modesto e de consciência sabe, perfeitamente, que o atual governo do estado nada fez pelos pobres, não ajuda os necessitados e desdenha os que sofrem na mania de vaidade e de grandeza que engorda o período das pedras fundamentais.

O sr. Souza Naves não deu ao PTB, até agora, a expressão das suas linhas partidárias independentes e corajosas, animando a confiança coletiva. Alto funcionário do Instituto dos Comerciários, à disposição do governo do estado, continua a servir o governo e mais propriamente o sr. Moysés Lupion, impedindo a expansão política do PTB.

E é para isto que hoje será eleito o seu presidente<sup>245</sup>.

De acordo com Roberto Barrozo, o “novo golpe” seria uma manobra capitaneada por Souza Naves para se tornar presidente efetivo do partido e eleger uma numa Comissão Executiva Estadual favorável à reaproximação com Lupion. Barrozo também “alertava” que Lupion “prometera bombardear a casamata petebista e dissera *ter quem fechasse o PTB e lhe entregasse as chaves*”, insinuando que essa pessoa seria Souza Naves.

No entanto, no encontro realizado no dia 12 de fevereiro, a Comissão Executiva Nacional não aprovou possíveis alterações na Executiva Estadual do PTB do Paraná, conforme noticiou o *Diário da Tarde*:

---

<sup>245</sup> Cf. A reunião de hoje do PTB: será eleito presidente o sr. Souza Naves. *Diário da Tarde*, 12 fev. 1949, p. 1.

[...] Felizmente não foi possível o golpe tentado para sábado. Instruções do Rio recomendaram nenhuma alteração no quadro da Comissão Executiva.

#### A Reunião do PTB

Confirme convocação prévia, sobre a qual já fizemos diversos comentários, realizou-se, sábado último, a reunião do Diretório Estadual do Partido Trabalhista Brasileiro. Foi registrada a presença de 26 membros, além de Darcirio Egger, de Londrina, Elias M. Bacila, de Palmeira, e Parahylio Borba, de Santo Antônio da Platina, que se fizeram representar em forma legal.

A presidência da reunião coube ao deputado federal Rubens de Mello Braga, que foi o portador das palavras de ordem da Direção Nacional do PTB desaprovando a pretendida modificação da atual Comissão Executiva, sobre cujas manobras este jornal fez oportuna advertência, pois era sabido que o sr. Governador tinha todo o interesse em alijar alguns denodados trabalhistas que souberam, com desassombro, manter a dignidade partidária profligando, publicamente, acordos tentados com a situação governamental, denunciados pela imprensa.

Explanado o assunto da convocação, fizeram-se ouvir diversos oradores, depois do que o plenário decidiu manter e prestigiar a atual Comissão Executiva. Na segunda parte dos trabalhos foram preenchidas as nove vagas existentes no Diretório, *ad-referendum*, da Convocação, com a inclusão dos seguintes membros: Sertorio da Rosa, Ubiratan Peixoto de Matos, Rubens de Mello Braga, Augusto Staben, Galdino Felix da Silva, Decio Viana, Ignácio Iguazu Franco, João Aynes Sobrinho e Pedro Liberti.

Ficou aprovado que se transmitisse o seguinte despacho telegráfico ao senador Getúlio Vargas. [...].<sup>246</sup>

Dessa forma, a Executiva Estadual do PTB do Paraná continuou inalterada – pelo menos até outubro de 1949, quando ocorreria a Convenção Estadual do partido, que elegeria a nova Executiva Estadual e o novo Diretório.

Nos meses que antecederam a Convenção Estadual, o PTB colocou-se em “compasso de espera” e manteve-se oficialmente equidistante do governo Lupion. Em maio de 1949, a Comissão Executiva Estadual do partido divulgou a seguinte nota:

A posição do Partido Trabalhista Brasileiro, seção do Paraná, como, aliás, vem sendo em todo o Brasil em face da sucessão presidencial e dos governos estaduais, é de expectativa e calma, preocupando-se apenas com os trabalhos de reestruturação e fortalecimento do Partido de Getúlio Vargas.

Quanto a escolha dos possíveis candidatos do PTB à presidência da República, embora nos meios trabalhistas exista a candidatura natural do senador Getúlio Vargas, nenhum passo definitivo sobre o assunto será dado antes da Convenção Nacional, que se instalará na capital da República.

As soluções estaduais, como já afirmamos, será, portanto, um derivativo da solução nacional, e isto só será resolvido pelos órgãos competentes do Partido, ou seja, a Convenção Estadual.

A Comissão Executiva Estadual prossegue em todo o estado do Paraná no trabalho de arregimentação do povo paranaense em torno dos princípios trabalhistas, sem assumir compromissos políticos com quer que seja.

<sup>246</sup> Inalterado o PTB. *Diário da Tarde*, 14 fev. 1949, p. 1 e 6.

A mesma orientação de atividades partidárias é recomendável a todos os petebistas, individualmente ou coletivamente, para que não assumam nenhum compromisso partidário ou político fora daquele princípio de esperar a solução da política nacional e a orientação dos órgãos do partido, ou seja, a linha partidária traçada pelas Comissões Executivas Nacional e Estadual.

A palavra de ordem do Partido é, portanto, Trabalho, Arregimentação e Harmonia, sem assumir compromisso político ou partidário com outrem<sup>247</sup>.

Embora os líderes trabalhistas afirmassem que a Comissão Executiva Estadual obedecia às deliberações do Diretório Nacional, presidido por Salgado Filho, havia ainda muitas dúvidas acerca da posição equidistante e de neutralidade do PTB paranaense frente ao governo Lupion. Por isso, havia uma grande expectativa de que os resultados da Convenção Estadual do PTB, sobretudo a vitória de Souza Naves, pudessem resultar na reaproximação do partido com Lupion.

Em setembro, a proximidade da referida Convenção catalisou a ebulição nas hostes petebistas, sobretudo após as denúncias de Roberto Barrozo, no jornal *Diário da Tarde*, de que houve um encontro, ocorrido no Rio de Janeiro, entre Moysés Lupion, Souza Naves, o deputado federal Rubens de Mello Braga e o deputado estadual Júlio Rocha Xavier<sup>248</sup>, no qual definiram as condições do acordo PTB-Lupion. Conforme Barrozo:

Temos tratado da aproximação ao governo de falsos opositores que se colocam contra a política dominante apenas para valorizar os favores, que pretendem, dos que ocupam funções de mando no Paraná.

O Partido Trabalhista Brasileiro vem sendo sacrificado por alguns elementos insinceros, à frente dos quais se encontram os srs. Abilon de Souza Naves, presidente, deputado estadual Júlio Rocha Xavier e deputado federal Rubens de Mello Braga.

Depois da notícia que sábado publicamos, de terem eles mantido, no Rio, conversações com o sr. Moysés Lupion, uma outra acaba de chegar ao nosso conhecimento, de fonte fidedigna e insuspeita. Estará já solenemente firmado o pacto entre aqueles dirigentes do PTB e o governador do Estado para apoio da política oficial nas futuras eleições.

Esse acordo obedecerá às condições seguintes:

- a) Até a Convenção de outubro o deputado Júlio Rocha Xavier continuará a figurar na oposição, fazendo discursos contra o governo para merecer a confiança dos delegados do interior naquela assembléia partidária, facilitando a eleição de um diretório favorável aos planos traçados;
- b) Após a constituição do futuro diretório começarão a entrar em vigor algumas cláusulas do acordo, como entendimento com o líder do governo, deputado Pinheiro Jr., quanto aos projetos que interessem ao sr. Moysés Lupion, abstenção de ataques ao governo e recusa de participar das deliberações das bancadas opositoras;

<sup>247</sup> Cf. A posição do PTB no Paraná. *Gazeta do Povo*, 29 maio 1949, p. 7.

<sup>248</sup> Cf. O PTB enganado! *Diário da Tarde*, 10 set. 1949, p. 1.

- c) Na confecção das chapas das eleições vindouras o governo procurará articular a candidatura do sr. Rubens de Mello Braga para senador, garantida desde já a do sr. Júlio Rocha Xavier para deputado federal;
- d) Obriga-se o governo a não incluir em qualquer das suas chapas os nomes dos deputados que abandonaram o PTB e se passaram para o governo, os srs. Antônio dos Santos Filho, Aldo Laval, Aldo Silva, José Darú e Júlio Buskei, por ser este um ponto de honra do Partido Trabalhista ao seu apoio ao governo;
- e) O sr. Moysés Lupion auxiliará nas despesas da próxima Convenção do PTB para maior segurança da continuidade da atual direção do Partido.

Em resumo são estas as combinações secretas do acordo do Rio de Janeiro ratificado pelo sr. Rubens de Mello Braga na sua última viagem ao Paraná como coordenador dos entendimentos.

Verifica-se, portanto, que o PTB aparecerá enfraquecido nas eleições, e os trabalhistas que mais sofreram as perseguições do governo ficarão abandonados nos seus municípios pelo seu próprio Partido, pois somente entrarão nas chapas de deputados federais, estaduais e vereadores do PTB os nomes que obtiverem a aprovação do sr. Moysés Lupion.

Resta, pois, aos verdadeiros líderes petebistas lutarem pela sobrevivência do grande e valeroso Partido dos senadores Getúlio Vargas e Salgado Filho, opondo-se, com coragem, á absorção do PTB pelos que apenas desejam transformá-lo em instrumento das suas conveniências pessoais.

Os acontecimentos, com o correr do tempo, se encarregarão de mostrar a inteira veracidade do que estamos noticiando<sup>249</sup>.

Inimigo político e pessoal de Moysés Lupion, Roberto Barrozo empreendia uma forte campanha para evitar a reaproximação do PTB paranaense com o governador. Em virtude disso, tentava enfraquecer Abilon de Souza Naves, presidente provisório do PTB e ligado a Lupion, pois temia que a sua efetivação como presidente do partido pudesse facilitar o reatamento entre os petebistas e o governador.

Outro motivo para os constantes ataques a Souza Naves deve-se ao fato de Barrozo, embora negasse, ainda possuir ambições dentro do PTB, pois tentava retornar ao partido para disputar a Convenção – porém, o seu pedido foi negado, por 17 votos a 7, pela Comissão Executiva<sup>250</sup>. Também convém lembrar que o seu filho, Roberto Barrozo Filho, era petebista e vereador em Curitiba.

Nos dias que antecederam à Convenção petebista prosseguiram, no *Diário da Tarde*, as denúncias acerca do acordo secreto entre Moysés Lupion e o PTB (Souza Naves, Rubens de Mello Braga e Júlio Rocha Xavier). Ao mesmo tempo, os jornais pessedistas e lupionistas, *Gazeta do Povo* e *O Dia*, por diversas vezes publicaram matérias elogiando os

<sup>249</sup> Cf. A falsa oposição. *Diário da Tarde*, 14 set. 1949, p. 1 e 6.

<sup>250</sup> *Gazeta do Povo*, 2 out. 1949.



três petebistas anteriormente citados – o que, segundo alguns, confirmava a veracidade do propagado acordo.

Em resposta às supostas denúncias de Roberto Barrozo, o deputado estadual Júlio Rocha Xavier iniciou, na tribuna da Assembléia, uma série de ataques ao jornalista do *Diário da Tarde*. Posteriormente, os ataques mútuos entre Roberto Barrozo e Júlio Rocha Xavier passaram a ser pessoais e ambos chegaram a trocar tiros no centro de Curitiba, no final de 1949.

Portanto, o PTB do Paraná encontrava-se em grande efervescência interna no momento da sua Convenção Estadual, realizada no dia 16 de outubro, no qual concorreram dois grupos: de um lado, a chapa de Abilon de Souza Naves; de outro, a chapa de Francisco Souza Neto – presidente do Diretório Municipal de Ponta Grossa e favorável à oposição ao governo Lupion –, denominada chapa “Getúlio Vargas<sup>251</sup>”, que era apoiada por Roberto Barrozo e do qual fazia parte o seu filho, Roberto Barrozo Filho.

Contudo, na Convenção Estadual do PTB, que contou com a presença de Salgado Filho, presidente nacional do partido, Abilon de Souza Naves sagrou-se vencedor e a nova Comissão Executiva do partido ficou assim constituída:

Tabela 11 – Comissão Executiva do PTB do Paraná (eleita em 16 de outubro de 1949)

Presidente de Honra	Getúlio Vargas
Presidente	Abilon de Souza Naves (Curitiba; contador e funcionário público)
Primeiro Vice-Presidente	Parahylio Borba (Santo Antônio da Platina; advogado)
Segundo Vice-Presidente	Rubens de Mello Braga (Curitiba; comerciante e produtor rural)
Secretário Geral	Júlio Rocha Xavier (Curitiba; advogado)
Primeiro Secretário	José Machuca (Curitiba/Antonina; advogado)
Segundo Secretário	Alexandre Zainko (Curitiba; engenheiro químico)
Tesoureiro Geral	Emanoel Coelho (Curitiba; advogado)
Primeiro Tesoureiro	José Campelli Filho (Curitiba; dentista)
Segundo Tesoureiro	Elias Defune (Cambará)
Conselho Fiscal	Ignácio Iguazu Franco (Curitiba; líder sindical) Antônio Baby (União da Vitória; ferroviário) Dilo de Oliveira Godói (Curitiba; líder sindical)

Fonte: *Gazeta do Povo*, 18 out. 1949, p. 8.

<sup>251</sup> A chapa “Getúlio Vargas” era inicialmente formada pelos seguintes membros: Francisco de Souza Neto, Leonel Prado Martins, Divonsir Borba Cortes (ambos integrantes da Executiva Estadual eleita em 1947), Parahylio Borba (que acabou, de “última hora”, migrando para a outra chapa), Pedro Liberti, Ubiratan Peixoto de Matos, Roberto Barrozo Filho, Galdino Felix da Silva, Augusto Staben, Paragibe de Araújo, entre outros. In: Registrada no PTB a chapa “Getúlio Vargas” para a Convenção do dia 16. *Diário da Tarde*, 7 out. 1949, p. 1 e 6.

Primeiramente, convém observar que houve uma grande renovação na Executiva do PTB do Paraná, com a permanência de apenas três membros da antiga Executiva: além de Abilon de Souza Naves (eleito presidente do partido), o deputado estadual Júlio Rocha Xavier foi mantido no posto de secretário geral, enquanto o deputado estadual José Machuca foi remanejado de primeiro tesoureiro para primeiro secretário.

Dentre os novos integrantes da Executiva Estadual, merece destaque a ascensão de Parahylio Borba, advogado em Santo Antônio da Platina, no norte do estado, que assumiu o posto de primeiro vice-presidente do partido. Soma-se a isso o ingresso do deputado federal Rubens de Mello Braga, um dos fundadores do PTB paranaense, no recém-criado posto de segundo vice-presidente.

Em segundo lugar, a nova Executiva era majoritariamente composta por profissionais liberais e políticos profissionais da tendência “pragmático-getulista”. As exceções eram o ferroviário Antônio Baby e os líderes sindicais Ignácio Iguazu Franco e Dilo de Oliveira Godói, que integraram o conselho fiscal.

Por fim, outro fato que merece destaque na Convenção Estadual do PTB foi a proposta de Salgado Filho, presidente do Diretório Nacional, para que a Executiva Estadual reintegrasse o jornalista Roberto Barrozo ao partido, visando a pacificar as hostes trabalhistas no Paraná – pois Barrozo era popular e fazia um “grande barulho” por meio do seu jornal, além de ter influência junto à corrente antilupionista que havia dentro do partido.

Embora a sugestão de Salgado Filho tenha provocado a reação contrária do deputado federal Rubens de Mello Braga, a Executiva Estadual acabou aceitando-a<sup>252</sup>. Entretanto, Roberto Barrozo recusou reingressar ao PTB. Afinal, nesse momento ele estaria em uma situação desfavorável dentro do partido, sem uma posição de mando, e provavelmente enfrentaria uma grande resistência por parte da Comissão Executiva. Além disso, Barrozo tinha outros planos: rearticular o Partido Social Trabalhista (PST), onde poderia, com maior facilidade e rapidez, ascender aos altos escalões partidários. Assim, o ambicioso jornalista teria à sua disposição um partido praticamente seu.

Após a Convenção Estadual do PTB do Paraná, a chapa derrotada denunciou uma artimanha utilizada pela chapa de Souza Naves: “o registro, de última hora, de 49 novos diretórios” e lamentou “que o partido continuasse sendo dirigido por pessoas ligadas a

---

<sup>252</sup> O *Diário da Tarde* (3 nov. 1949, p. 1 e 5) reproduziu a matéria publicada na revista *O Libertador*, dando mais detalhes acerca disso.

Lupion”<sup>253</sup>. Em seguida, a chapa derrotada tentou articular um Comitê de Resistência Trabalhista<sup>254</sup>, que não logrou êxito.

Argumentando que “a chapa vencedora era formada por elementos intimamente ligados a Lupion”, que “apenas pensavam nos seus negócios particulares e enriquecimento pessoal”, vários integrantes da chapa derrotada na Convenção de outubro de 1949 optaram em desligar-se do PTB – como Leonel Prado Martins (que integrava a antiga Comissão Executiva), Manoel Quadrado, Mário Santana Lobo, Roberto Barrozo Filho, entre outros<sup>255</sup>. Enfim, como se pode perceber, a pacificação interna do PTB paranaense ainda estava muito distante de se concretizar.

\*\*\*

O Partido Trabalhista Brasileiro do Paraná nasceu do sindicalismo oficial e do esforço do interventor Manoel Ribas e de políticos ligados à interventoria do estado, que objetivavam criar uma agremiação que canalizasse o sindicalismo estadonovista em uma frente de defesa do legado trabalhista de Getúlio Vargas. Para tais propósitos, criou-se, no início de 1945, a União dos Trabalhadores do Paraná (UTP), que era uma intersindical que aglutinava diversas federações e sindicatos de todo o estado. Em 8 de julho de 1945, a UTP foi transformada no PTB do Paraná.

Umbilicalmente ligada à máquina administrativa estadual, o PTB paranaense surgiu como uma espécie de “braço sindical” do PSD, reunindo inicialmente duas correntes: a “sindicalista” (formada pelos dirigentes sindicais ligados ao sindicalismo oficial estadonovista) e a “pragmático-getulista” (que reunia políticos e profissionais liberais ligados à interventoria do estado e ao PSD, que se transferiram para o PTB).

Inicialmente, o PTB do Paraná foi comandado pelos “sindicalistas”, dentre eles Maximino Zanon, o primeiro presidente do partido, e teve pouca participação no movimento queremista, uma vez que defendia a candidatura do Gen. Eurico Gaspar Dutra.

---

<sup>253</sup> Cf. Ficou o PTB dirigido por elementos de confiança do governo do estado. *Diário da Tarde*, 17 out. 1949, p. 1.

<sup>254</sup> Cf. Comitê de Resistência Trabalhista. *Diário da Tarde*, 17 out. 1949, p. 6.

<sup>255</sup> Em meados de novembro de 1949, esses dissidentes petebistas reorganizaram no Paraná o Partido Social Trabalhista (PST), que então atravessava um período de instabilidade. Em seguida, o PST paranaense elegeu uma nova Comissão Executiva Estadual, que ficou assim constituída: Presidente: Roberto Barrozo.; Vice-Presidente: João Mattar; Secretário Geral: Leonel Prado Martins; Segundo Secretário: Roberto Barrozo Filho; Tesoureiro Geral: Ubiratan Peixoto de Matos; Segundo Tesoureiro: Augusto Staben; Conselho Fiscal: Ozéas Saraiva, Marcelo Martinelli Tanuz e Jorge Barbosa. Cf. “Constituído o novo Diretório Estadual do Paraná do PST”. In: *Diário da Tarde*, 29 nov. 1949, p. 1.

Ademais, o partido nasceu estruturalmente muito fraco e sem disponibilizar de recursos financeiros<sup>256</sup>, o que contribuiu para o seu fraco desempenho nas eleições de 1945.

Contudo, nos seus primeiros anos de existência o PTB paranaense vivenciou um processo de “elitização” interna, com o ingresso de inúmeros políticos profissionais, empresários e profissionais liberais – sobretudo advogados e funcionários públicos –, que gradativamente foram ocupando os principais postos de mando dentro do partido. Nesse sentido, convém ressaltar que a maioria desses novos integrantes do PTB eram pessoas que possuíam algum tipo de vínculo com o abastado empresário Moysés Lupion, o que contribuiu para um processo de “lupionização” do partido.

Amigo de Manoel Ribas e considerado como o seu herdeiro político, Lupion era dono de um verdadeiro império econômico e ambicionava chegar ao governo do Paraná nas eleições de 1947. Para tanto, utilizou-se de todo o seu poderio financeiro para comprar jornais, rádios e exercer grande influência política não somente junto ao seu partido, o PSD, mas também dentro do PTB do Paraná. Sem dúvida, Lupion, que passou a financiar as despesas do partido, cooptou Maximino Zanon e o seu grupo, que passaram a defender incondicionalmente a sua candidatura ao governo estadual.

No entanto, a “lupionização” do PTB fomentou a sua primeira grave crise interna, uma vez que havia uma significativa ala antilupionista, que acabou sendo expulsa do partido. Após essa série de expurgos, o PTB do Paraná passou a ser controlado por um grupo de “sindicalistas” e “pragmáticos-getulistas” que imprimiram ao partido duas características principais: o lupionismo e o fisiologismo.

Além do apoio oficial do PSD e do PTB, Moysés Lupion também cooptou a UDN e o PRP, formando uma grande aliança interpartidária, cujo acordo era dividir as secretarias e os cargos públicos entre os partidos coligados. Contando com o apoio dos três principais partidos, controlando a grande imprensa do estado e injetando uma grande quantidade de recursos financeiros na sua campanha eleitoral, Lupion elegeu-se governador do Paraná em 1947. Por sua vez, o PTB teve um desempenho mediano, ficando atrás do PSD e da UDN.

Culminando o processo de afastamento da corrente “sindicalista”, a partir da Convenção Estadual de 1947 o PTB do Paraná passou a ser definitivamente controlado pelos “pragmáticos-getulistas”, que imprimiram ao partido um caráter meramente fisiológico e lupionista. Tal situação continuou inalterada até a morte do presidente do

---

<sup>256</sup> Convém lembrar que a primeira sede do Diretório Estadual do PTB do Paraná encontrava-se em um prédio simples, localizado na Praça Tiradentes, em Curitiba, que recebeu o sugestivo apelido de “sede das goteiras”.

partido, Maximino Zanon, no início de 1948. A partir de então, o PTB passou a ser comandado provisoriamente pelo vice-presidente Abilon de Souza Naves, cujos vínculos pessoais que mantinha com Lupion foram fundamentais para a sua ascensão dentro do partido.

Logo nos primeiros momentos à frente do PTB do Paraná, Souza Naves enfrentou mares turbulentos e momentos de grande dificuldade, como quando Lupion catalisou uma grande cisão dentro do partido – ao cooptar para as hostes pessedistas vários petebistas, inclusive cinco dos sete deputados estaduais do PTB –, enfraquecendo ainda mais o já claudicante partido. Somando-se a isso o fato dos trabalhistas ocuparem uma posição periférica no governo estadual, as relações entre o PTB e Lupion se deterioraram e caminharam para o rompimento, que oficializado em setembro de 1948.

Embora Souza Naves tenha conduzido o rompimento dos petebistas com o governador paranaense, ainda era estigmatizado pelos seus adversários políticos dentro do PTB como “lupionista”. Apesar das desconfianças e acusações de que poderia a qualquer momento reatar com Lupion, Souza Naves venceu a disputa interna e, na Convenção Estadual de outubro de 1949, tornou-se presidente efetivo do PTB do Paraná.

Liderado por Abilon de Souza Naves, o PTB do Paraná encontrar-se-ia, no final da década de 1940, bastante enfraquecido tanto estruturalmente quanto financeiramente, mas contava com uma poderosa arma: o poder simbólico do getulismo e do trabalhismo. Assim, nos anos seguintes, reestruturar o partido e fortalecê-lo tornou-se uma importante tarefa para Souza Naves, conforme veremos no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 3**

### **O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DO PTB PARANAENSE E A CONSOLIDAÇÃO DA LIDERANÇA DE SOUZA NAVES (1949-1955)**

Elencado à presidência efetiva do Partido Trabalhista Brasileiro do Paraná na Convenção Estadual de outubro de 1949, Abilon de Souza Naves comandaria o partido por dez anos, consolidando-se como a principal liderança trabalhista do Paraná. Membro da Executiva Nacional do partido, Souza Naves estruturou e consolidou o PTB paranaense, embora esse processo tenha se revelado gradativo e repleto de conflitos.

Assim, no presente capítulo, pretende-se analisar como Souza Naves venceu a disputa interna pelo poder nas hostes trabalhistas e quais foram as mudanças ocorridas na composição da elite partidária nesse período, sobretudo com as convenções regionais de 1951 e 1953 e as eleições legislativas de 1950 e 1954. Além disso, ao longo do capítulo serão focalizados os seguintes aspectos: a) a relação do PTB com o governador Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955); b) o desempenho do partido nas eleições de 1950, 1954 e 1955; e c) as repercussões da morte de Getúlio Vargas no Paraná e entre os trabalhistas paranaenses.

#### **3.1. O PTB PARANAENSE E AS ELEIÇÕES DE 1950**

Após a vitória da chapa de Abilon de Souza Naves, na Convenção Estadual de outubro de 1949, os círculos políticos paranaenses davam como certa uma nova aliança PTB-PSD para as eleições do governo do estado em 1950. Contudo, a Comissão Executiva do partido divulgou uma nota, no qual afirmava que o PTB paranaense permaneceria, por ora, em uma posição de neutralidade:

#### Linha política do PTB

Na Convenção Estadual do Partido Trabalhista Brasileiro, realizada nesta capital, no dia 16 de outubro último, sobre a presidência do senador Salgado Filho, foi aprovada a seguinte proposição:

A Assembléia Estadual do Partido Trabalhista Brasileiro, Seção do Paraná, como órgão soberano, de acordo com as disposições estatutárias RESOLVE:

Art. 1º - Ratificar a sua linha política observada pela Comissão Executiva de nem oposição sistemática, nem de apoio incondicional ao atual governo do estado.

Art. 2º - A Seção do Estado do Paraná do Partido Trabalhista Brasileiro seguirá, no plano político nacional, as diretrizes que sejam traçadas pelo seu Presidente, senador Getúlio Vargas.

Art. 3º - A Seção Estadual do PTB seguirá no cenário político paranaense as diretrizes traçadas pelo seu Chefe, entrando em acordo apenas com os partidos políticos com os quais a direção nacional do PTB se tenha aliado, dentro do esquema que venha a ser traçado pelo senador Getúlio Vargas, para o que a Comissão Executiva Estadual tomará as necessárias providências *ad-referendum* da Assembléia Estadual.

Art. 4º - Nenhum diretório municipal fará acordos em suas sedes sem que, nos termos do Art. 25 dos Estatutos do PTB, seja previamente ouvido o Diretório Estadual, dentro das diretrizes traçadas pelo Diretório Nacional.

Art. 5º - A Comissão Executiva Estadual prestará toda e qualquer assistência aos Diretórios Municipais para o cabal cumprimento dos acordos políticos firmados nas esferas municipal, estadual e federal<sup>257</sup>.

Apesar da existência de vínculos entre a cúpula do PTB do Paraná e o governo Lúpion, a Executiva Estadual, presidida por Abilon de Souza Naves, procurou adotar um discurso de que seguiria as orientações do Diretório Nacional do partido, mantendo-se em uma posição de neutralidade até que fossem definidos os rumos que seriam tomados pelo partido na sua Convenção Nacional, que seria realizada em junho de 1950.

Na Convenção, o PTB selou o acordo, que já vinha se delineando desde 1949, com o PSP e lançou oficialmente as candidaturas de Getúlio Vargas e José Café Filho, respectivamente, à presidência e vice-presidência da República. Maria Celina D'Araújo (1996, p. 57) lembra que embora o PTB aparentemente caminhasse coeso no apoio a Vargas, internamente o partido estaria longe de uma pacificação interna, sobretudo após a eleição, por imposição de Vargas, de Danton Coelho<sup>258</sup> à presidência nacional do partido,

<sup>257</sup> Cf. Linha política do PTB. *Gazeta do Povo*, 1º nov. 1949, p. 3; e *Diário da Tarde*, 1º nov. 1949, p. 6.

<sup>258</sup> Antigo auxiliar e amigo pessoal de Vargas, “Danton Coelho era também gaúcho, revolucionário de 1930. Após a revolução paulista de 1932, fora nomeado para a chefia de polícia de São Paulo. Entre 1940 e 1947 esteve afastado do país, ocupando cargos em delegações econômicas e diplomáticas, não tendo participado do esforço inicial de criação do PTB. Voltou ao Brasil em 1948 para assumir o cargo de oficial do Imposto de Consumo e logo se colocou a serviço da campanha de Vargas. A partir de então seria figura central no PTB”. Na campanha presidencial, Danton foi o “pombo correio” entre Vargas e as Forças Armadas e foi um dos patrocinadores dos entendimentos entre Vargas e o PSP. Diferentemente de Salgado Filho, que buscava dar novo fôlego ao PTB, expandido-o por todo o país, Danton dava continuidade à estratégia de fortalecimento da liderança pessoal de Getúlio, propondo a união das duas principais figuras populistas da época, Vargas e Adhemar (D’ARAÚJO, 1996, p. 54-56).

ato que visava somente às eleições e não a organização partidária e que e foi recebida com reservas por outros concorrentes<sup>259</sup>.

Ademais, Maria Celina D'Araújo (1996, p. 57) lembra que o PTB havia relegado ao segundo plano as disputas pelos governos estaduais, ganhando, assim, flexibilidade para estabelecer negociações locais em torno da campanha de Getúlio Vargas às eleições presidenciais.

Dessa forma, o PTB do Paraná somente passou a tratar oficialmente da questão da sucessão estadual no segundo semestre de 1950. Na Convenção Estadual do partido, realizada no dia 12 de julho, foi lançada a candidatura do deputado estadual Júlio Rocha Xavier ao governo do estado. No entanto, Júlio Rocha Xavier abdicou de concorrer a tal posto<sup>260</sup> e, a partir de então, o PTB optou em adotar uma posição oficial de neutralidade, não apoiando oficialmente nenhum candidato à sucessão estadual, que, aliás, estava polarizada em torno de dois candidatos: Angelo Lopes (PSD), que representava o continuísmo lupionista; e Bento Munhoz da Rocha Neto (PR), que contava com o apoio oficial da UDN, do PRP, do PL e do PST, formando, assim, uma grande aliança antilupionista.

Porém, a posição equidistante do Diretório Estadual petebista não se verificou em diversos diretórios municipais, que passaram a hipotecar o seu apoio a Angelo Lopes ou a Bento Munhoz da Rocha Neto. Inclusive, essa situação contribuiu para a ebulição interna do partido, que se encontrava, na prática, dividido entre os dois candidatos.

Centrando a sua campanha na defesa da moralidade do homem público – ao estilo udenista –, em um contexto em que Moysés Lupion estava com a sua imagem desgastada devido às acusações de improbidade administrativa<sup>261</sup> (KUNHAVALIK, 2004a, p. 167), Bento Munhoz da Rocha Neto também contou com o importante apoio do jornalista Roberto Barrozo, do *Diário da Tarde*, que combatia ferozmente Lupion nas páginas do seu vespertino.

---

<sup>259</sup> Conforme Maria Celina D'Araújo (Ibidem p. 55), com a entrada de Danton, repetia-se o ciclo: cada liderança que procurava se afirmar no PTB defrontava-se imediatamente com outra, instalando-se o conflito entre pessoas com ligações muito estreitas com Getúlio Vargas. Na opinião de Salgado Filho, o PTB se comportava como um “partido em que os seus elementos, em lugar de combater os adversários políticos, visam só os companheiros, numa luta fratricida, que só não o enfraquece pela mística getulista”.

<sup>260</sup> Cf. Renunciou Júlio Rocha Xavier. *Gazeta do Povo*, 15 jul. 1950, p. 8.

<sup>261</sup> A campanha oposicionista a Lupion, em 1950, o fez uma figura nacionalmente conhecida como político inescrupuloso. Acusam-no também de estar cercado de homens públicos cuja honestidade é colocada sob suspeita. Essa propaganda se estende até os anos 1960 (MAGALHÃES, 2001, p. 56).



Nas eleições de 3 de outubro de 1950, Bento Munhoz da Rocha Neto derrotou com ampla margem de votos o candidato lupionista:

Tabela 12 – Resultado das eleições para o governo do Paraná em 1950

Candidato	Partido/Coligação	Nº de votos	%
Bento Munhoz da Rocha Neto	PR/UDN/PRP/PL/PST	172.586	62,9%
Ângelo Ferrari Lopes	PSD	84.324	30,7%
Carlos Amoreti Osório	PSB	210	0,1%
Branços		11.890	4,3%
Nulos		5.550	2%
TOTAL		274.560	100%

FONTE: IPARDES (1989a, p. 11).

Além da campanha moralista, a esmagadora vitória de Bento deve-se principalmente à união das forças antilupionistas, que aglutinou diversos partidos (como o PR, a UDN, o PRP, o PL e o PST), além de uma significativa fração do PTB e de uma ala dissidente do PSD (capitaneada pelos influentes Major Fernando Flores e Aramis Athayde – que era cunhado de Bento).

Nas eleições para a presidência da República, Getúlio Vargas elegeu-se presidente com 48,7% dos votos, derrotando o Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), que obteve 29,7% dos sufrágios, e Cristiano Machado (PSD), com 21,5% (FAUSTO, 2006, p.224). No Paraná, a vitória de Getúlio Vargas foi esmagadora:

Tabela 13 – Resultado das eleições presidenciais de 1950 no Paraná

Candidatos	Partido/coligação	Número de votos	Percentual (%)
Getúlio Vargas	PTB/PSP	169.083	61,6%
Cristiano Machado	PSD	54.690	19,9%
Eduardo Gomes	UDN	41.014	14,9%
João Mangabeira	PSB	182	0,1%
Branços		6.388	2,3%
Nulos		3.203	1,2%
Total		274.560	100%

Fonte: IPARDES (1989a, p. 9).

Apesar da grande diferença estrutural entre o PTB e PSD paranaenses (uma vez que o PTB no Paraná ainda estava se estruturando, ao passo que a máquina pessedista já estava

consolidada), o prestígio de Vargas no Paraná era incontestável e foi determinante no pleito para a vitória da aliança PTB-PSP.

Nas eleições ao Senado, a máquina pessedista paranaense sofreu mais uma derrota: Raul Vaz, amigo pessoal de Lupion, perdeu a eleição para o udenista Othon Mader, um dos principais adversários políticos do governador paranaense<sup>262</sup>. Por sua vez, o PTB paranaense optou em abster-se das eleições para a senadoria, não concorrendo com candidato próprio e não apoiando oficialmente nenhum candidato.

No que tange à Câmara dos Deputados, houve um grande equilíbrio: o PSD<sup>263</sup> elegeu três deputados; o PTB também três e a coligação<sup>264</sup> UDN/PR/PST/PRP/PL igualmente três. O PTB do Paraná, além de reeleger Rubens de Mello Braga<sup>265</sup>, conquistou mais duas cadeiras, com Parahylio Borba<sup>266</sup> e Sebastião Vieira Lins<sup>267</sup>.

Na Assembleia Legislativa, por sua vez, embora o PSD<sup>268</sup> tenha conquistado 16 cadeiras, em pontos percentuais o partido apresentou uma queda. Dessa forma, o grande vencedor foi o PTB, que elegeu 12 deputados (o dobro da eleição anterior), apresentando um significativo crescimento em pontos percentuais. Quanto aos demais partidos, a UDN<sup>269</sup> conquistou oito cadeiras, o PR<sup>270</sup> seis, o PSP<sup>271</sup> duas e o PRP<sup>272</sup> uma cadeira.

A explicação para o crescimento eleitoral do PTB nas eleições de 1950 no Paraná deve-se não exatamente à estrutura interna do partido, mas principalmente à constante associação do partido à imagem de Getúlio Vargas, estratégia amplamente utilizada pelos

<sup>262</sup> Othon Mader, que concorreu por uma coligação oposicionista (UDN-PR-PL-PRT-PST) obteve 147.763 votos contra 79.335 do pessedista Raul Vaz (IPARDES, 1989a, p. 107). Dessa forma, Othon Mader substituiria o também udenista Arthur Ferreira dos Santos (eleito em 1947) e se juntaria aos pessedistas Flávio Guimarães e Roberto Glaser (eleitos em 1945) na senadoria paranaense.

<sup>263</sup> O PSD elegeu Pedro Firman Neto, Lauro Sodré Lopes e Aramis Taborda Athayde.

<sup>264</sup> A referida coligação elegeu o ex-senador Arthur Ferreira dos Santos (UDN), Leszek Bronislau Ostojka Roguski (UDN) e Francisco Peixoto de Lacerda (PR).

<sup>265</sup> Rubens de Mello Braga era comerciante e produtor rural. Na época era o segundo vice-presidente do PTB do Paraná. Reelegeu-se aos 40 anos de idade (nasceu em 1910).

<sup>266</sup> Parahylio Borba era advogado com atuação em Santo Antônio da Platina, no norte do estado. Na época era o primeiro vice-presidente do PTB paranaense. Elegeu-se aos 48 anos de idade (nasceu em 1902).

<sup>267</sup> O pernambucano Sebastião Vieira Lins era advogado e jornalista com atuação em São Paulo. Elegeu-se aos 49 anos de idade (nasceu em 1901). Mudou-se para Curitiba em meados da década de 1950.

<sup>268</sup> O PSD elegeu os seguintes deputados: Waldemiro Pedroso, João Chede, Francisco Accioly R. da Costa Filho, Guatacara Borba Carneiro, Helio Setti, Anísio Luz, Candido Machado de Oliveira Neto, Joaquim Cardoso da Silveira, Peregrino Dias da Rosa Filho, João B. Ribeiro Júnior, Ernesto Moro Redeschi, Iraci Ribeiro Viana, Ernani Benghi, Emilio Humberto Carazzai, Antonio Lustosa de Oliveira e Mário Faraco.

<sup>269</sup> Elegeram-se pela UDN: Edwino Donato Tempski, João Vargas de Oliveira, Rubem Fleury da Rocha, Francisco Cavalli da Costa, Joaquim Linhares de Lacerda, Laertes de Macedo Munhoz, Rivadavia Barbosa Vargas e Dario Marchesini.

<sup>270</sup> O PR elegeu Vespertino Filho Pimpão, Chafic Cury, Nilson Batista Ribas, João Xavier Viana, Luis Américo Teti e Lauro Gentio Portugal Tavares.

<sup>271</sup> O PSP elegeu Atílio de Almeida Barbosa e Antonio Constâncio Souza.

<sup>272</sup> O PRP elegeu Amadeu Pupi.

candidatos petebistas no referido pleito e que pode ser constatado nas propagandas eleitorais publicadas nos jornais de grande circulação e nos órgãos trabalhistas – especificamente o *Jornal Trabalhista*, que pertencia ao deputado estadual e secretário geral da Executiva Estadual Júlio Rocha Xavier, que teve uma circulação efêmera durante o ano de 1950.

Tabela 14 – Número de cadeiras (por partido) na Assembléia Legislativa do Paraná (1947-1950)

Partido	Nº de cadeiras em 1947	Nº de cadeiras em 1950
PSD	16 (43,24%)	16 (35,55%)
PTB	6 (16,21%)	12 (26,66%)
UDN	7 (18,91%)	8 (17,77%)
PR	4 (10,81%)	6 (13,33%)
PSP	1 (2,7%)	2 (4,44%)
PRP	2 (5,4%)	1 (2,22%)
PCB	1 (2,7%)	-----
Total	37 (100%)	45 (100%)

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados fornecidos em IPARDES (1989a).

Outros partidos que apresentaram um pequeno crescimento eleitoral no estado foram o PR e PSP, enquanto o PSD e a UDN tiveram uma pequena queda em pontos percentuais. Contudo, convém lembrar que o crescimento eleitoral do PTB não significou um jogo de soma zero, isto é, não houve uma simples transferência das cadeiras udenistas e pessedistas para os petebistas, uma vez que houve um aumento do número de cadeiras – de 37, em 1947, para 45, em 1950.

Para a Assembleia Legislativa, o PTB elegeu, em ordem de mais votados, os seguintes deputados:

- Raul de Rezende Filho: Fazendeiro e cafeicultor em Jacarezinho, no norte do Paraná. Elegeu-se aos 34 anos (nasceu em 1916).
- Júlio Rocha Xavier: advogado na área trabalhista, atuava em Curitiba. Membro da Executiva Estadual do partido, reelegeu-se aos 39 anos de idade (nasceu em 1911).
- José Hoffmann: jornalista em Ponta Grossa, onde foi vereador. Diretor do jornal *Diário dos Campos*, elegeu-se aos 46 anos de idade (nasceu em 1904).
- Dagoberto Pusch: médico com atuação em Apucarana. Elegeu-se aos 45 anos de idade (nasceu em 1905).

- Antônio Baby: ferroviário em União da Vitória. Era membro da Executiva Estadual, elegendendo-se aos 47 anos de idade (nasceu em 1903).
- Alcides Caetano: dedicava-se a negócios de café em Bela Vista do Paraíso, no norte do estado. Elegeu-se aos 30 anos de idade (nasceu em 1920).
- Francisco Silveira Rocha: dedicava-se a negócios de café em Marialva, no norte do Paraná. Elegeu-se aos 70 anos de idade (nasceu em 1880).
- Antônio Annibelli: promotor público e ex-prefeito de Clevelândia, na região sudoeste do estado. Elegeu-se aos 39 anos de idade (nasceu em 1911).
- Gastão Vieira de Alencar: bacharel em Direito e funcionário público estadual em Cornélio Procópio, no norte do estado, onde era vereador. Elegeu-se aos 48 anos de idade (nasceu em 1902).
- Francisco Soares: comerciante em Assaí, no norte do estado.
- Divonsir Borba Cortes: advogado com atuação em Londrina. Elegeu-se aos 41 anos de idade (nasceu em 1909).
- Jorge de Lima: promotor público em Siqueira Campos, no norte do estado. Elegeu-se aos 34 anos de idade (nasceu em 1916).

Portanto, houve uma grande renovação na bancada do PTB paranaense – uma vez que quatro dos seis deputados petebistas eleitos em 1947 migraram para o PSD<sup>273</sup>. Dessa forma, dos doze deputados estaduais petebistas, onze eram estreantes, enquanto apenas Júlio Rocha Xavier foi reeleito<sup>274</sup>. Porém, ao contrário da antiga bancada, quase todos os deputados estaduais eleitos em 1950 têm as suas bases políticas do interior do Paraná – o único representante de Curitiba era Júlio Rocha Xavier.

Observando o perfil dos petebistas eleitos aos cargos de deputados federais e estaduais nas eleições de 1950, nota-se a predominância de bacharéis em Direito (dois deputados federais e cinco deputados estaduais), além da presença de profissionais liberais (um médico e um jornalista) e de cafeicultores e empresários ligados ao café do norte do estado. A exceção era Antônio Baby, que era ferroviário em União da Vitória.

---

<sup>273</sup> Conforme já mencionamos no capítulo anterior, os deputados petebistas Aldo Silva, Aldo Laval, Antônio dos Santos Filho e José Daru migraram para o PSD, onde fora fundado um Departamento Trabalhista.

<sup>274</sup> O outro deputado da bancada petebista, José Machuca, ficou em terceiro suplente nas eleições de 1950.

No que tange à média de idade, a bancada do PTB paranaense na Câmara dos Deputados possuía uma média de 45,6 anos, ao passo que a bancada petebista na Assembleia tinha uma média de 43 anos<sup>275</sup>.

Dos doze deputados estaduais, oito (66,6%) eram oriundos do norte do Paraná<sup>276</sup>, região onde o PTB era dominado por cafeicultores e empresários ligados à cafeicultura. Já na região sudoeste – região que, juntamente com o oeste, estava sendo colonizada por migrantes provenientes do Rio Grande do Sul, que geralmente traziam consigo o apreço por Getúlio Vargas e pelo trabalhismo –, onde o PTB tornou-se muito forte eleitoralmente, o partido era dominado por proprietários rurais, profissionais liberais e políticos profissionais.

Na região oeste/sudoeste, o principal líder do PTB era o advogado Antônio Annibelli, de Clevelândia, recém-eleito deputado estadual, que era genro do latifundiário Manoel Martins, um autêntico “coronel do sertão” (COLNAGHI, 1991, p. 11).

### **3.2. AS DISPUTAS PELO PODER E A INTERVENÇÃO NO PTB PARANAENSE**

No início de 1951, após a posse de Bento Munhoz da Rocha no governo do Paraná, o PTB iniciou um processo de negociações com o governador com o intuito de estabelecer uma aliança política. Porém, essas negociações muitas vezes se revelaram meras barganhas políticas, pois o PTB, consciente de que o seu apoio seria fundamental para o governador deter a maioria da Assembleia Legislativa, exigia, em contrapartida, inúmeras secretarias<sup>277</sup> e nomeações, além da prefeitura de Curitiba<sup>278</sup>.

---

<sup>275</sup> Convém aqui ressaltar que no presente cálculo não foi computada a idade de Francisco Soares, pois não dispomos de tal informação.

<sup>276</sup> Os demais deputados estaduais eram oriundos de: um de Curitiba; um de Clevelândia (região sudoeste), um de União da Vitória (região sudeste) e um de Ponta Grossa (região central).

<sup>277</sup> O governador Bento Munhoz da Rocha Neto criou a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, que tradicionalmente ficou com o PTB (ocuparam a pasta, em ordem cronológica, Abilon de Souza Naves, Cel. Alcides Amaral Barcellos, Jorge de Lima, Estevam de Souza Neto e novamente o Cel. Alcides do Amaral Barcellos). O PTB esporadicamente também ficava com alguma outra secretaria (caso do deputado federal Rubens de Mello Braga, que ocupou a Secretaria da Agricultura). As demais secretarias estiveram com o PR e a UDN e eventualmente com algum pessedista da ala antilupionista. Sobre mais detalhes acerca da lista do secretariado do governo Bento, ver Kunhavalik (2004, p. 186-190).

<sup>278</sup> Conforme o acordo estabelecido entre o PR e o PTB, a prefeitura de Curitiba – que no período era um cargo nomeado pelo governador – foi entregue a Amancio Moro, do PTB, em 1951. Embora Moro fora

Contudo, as negociações entre o governador e o PTB paranaense foram longas e não foram nada fáceis, uma vez que, em várias oportunidades, as pastas e os cargos oferecidos não eram os desejados pelos petebistas, criando-se um impasse. A situação tendeu a ficar ainda mais crítica à medida que alguns petebistas, sobretudo os que não eram contemplados com nomeações, passaram a se tornar contrários à aliança com o PR e ameaçavam criar uma “ala autonomista” dentro do PTB paranaense, o que catalisou mais uma crise dentro do partido e uma séria ameaça de intervenção do Diretório Nacional na seção estadual<sup>279</sup>.

O deputado federal Parahylio Borba (primeiro vice-presidente do PTB paranaense), Estevam Ribeiro de Souza Neto e Wallace Tadeu de Mello e Silva<sup>280</sup> (ambos do diretório de Curitiba) possuíam estreitos vínculos com Bento Munhoz da Rocha Neto e defendiam a aliança do partido com o governador. Como a “orientação pragmática” (isto é, a barganha) empreendida por Abilon de Souza Naves e o seu grupo estava dificultando a coalizão, planejaram uma manobra para destituir Souza Naves da presidência do PTB do Paraná.

Assim, no início de março de 1951, Parahylio Borba convocou uma reunião – sem a presença de Souza Naves, Júlio Rocha Xavier e Rubens de Mello e Braga, entre outros – na qual ele, após expôs os seus argumentos, conseguiu convencer alguns membros da Executiva Estadual a renunciarem aos seus cargos e solicitarem, por meio de telegrama, a intervenção de Danton Coelho, presidente nacional do partido, no PTB paranaense, a exemplo do que ocorria no PTB paulista<sup>281</sup>.

Posteriormente, circulavam notícias de que um grupo, capitaneado por Estevam Ribeiro de Souza Neto e outros membros do governo Bento, se dirigiu até os diretórios do interior, dizendo-se representantes de Danton Coelho, para coletar assinaturas, na qual solicitavam a intervenção do Diretório Nacional e a renúncia dos membros da Comissão Executiva do PTB paranaense<sup>282</sup>.

---

exonerado em julho de 1951, a prefeitura da capital continuou nas mãos dos petebistas, com a nomeação de Wallace Tadeu de Mello e Silva, que ocupou o cargo até o final do ano, quando a prefeitura passou para as mãos de Erasto Gaertner, da UDN. Contudo, convém ressaltar que os dois petebistas que governaram Curitiba ao longo do ano de 1951 possuíam vínculos de amizade e confiança com o governador Bento.

<sup>279</sup> Nesse sentido, convém lembrar que, em nível nacional, o PTB também passava por um período de turbulências com a condução de Danton Coelho para a presidência do partido, o que gerou rebeldias em algumas seções estaduais, sobretudo em São Paulo, no qual Ivete Vargas se recusava a seguir as diretrizes impostas pelo Diretório Nacional e organizou, dentro da seção paulista, uma ala autonomista. Mais detalhes sobre a crise no PTB paulista, ver BENEVIDES (1989).

<sup>280</sup> Wallace Tadeu de Mello e Silva é pai de Roberto Requião de Mello e Silva, governador do Paraná entre os anos de 1991-1994 e 2003-2010.

<sup>281</sup> Cf. “Irrompeu a crise no PTB paranaense”. In: *Gazeta do Povo*, 8 mar. 1951, p. 1.

<sup>282</sup> *O Dia*, 18 maio 1951, p. 8.

A manobra foi bem sucedida e o Diretório Nacional do PTB, por meio de Danton Coelho, interveio na seção paranaense, afastando a Executiva Estadual e nomeando, em 13 de maio de 1951, uma comissão de reestruturação, presidida por Estevam Ribeiro de Souza Neto – diretor do Departamento do Oeste e que possuía estreitos vínculos com governador Bento e com o próprio Danton<sup>283</sup> – e composta pelo deputado federal Parahylio Borba e por Wallace Tadeu de Mello e Silva (nomeado prefeito de Curitiba em julho de 1951 e que rivalizava com o deputado estadual Júlio Rocha Xavier pelo controle do Diretório de Curitiba).

De acordo com a imprensa pessedista, a manobra de intervenção do Diretório Nacional no PTB do Paraná foi arquitetada por membros do governo Bento, que queriam colocar na direção do partido Estevam Ribeiro de Souza Neto e Parahylio Borba, que possuíam ligações com o governador e, assim, conduziriam o PTB paranaense para a sua órbita. Porém, Léo de Almeida Neves<sup>284</sup> desconhece a interferência direta do governador Bento na intervenção do PTB paranaense, e acredita que a mesma foi uma jogada de Danton Coelho para favorecer Estevam Ribeiro de Souza Neto, com que possuía fortes vínculos de amizade<sup>285</sup>.

De qualquer modo, o fato é que se configurava, nesse momento, uma luta interna no PTB paranaense pela direção partidária: de um lado, o grupo de Abilon de Souza Naves; de outro, o grupo de Estevam Ribeiro de Souza Neto e Parahylio Borba. Essa situação propiciou mais uma aguda crise no PTB do Paraná, cindindo o partido entre os membros da Executiva Estadual destituída (da qual integravam vários parlamentares nos âmbitos estadual e federal) e a comissão de reestruturação partidária. Entretanto, essa grave crise não impediu que o partido lograsse grande êxito nas eleições municipais de 1951, conquistando a maioria das prefeituras do interior do estado<sup>286</sup>.

---

<sup>283</sup> Segundo o depoimento de Léo de Almeida Neves, Estevam Ribeiro de Souza Neto era filho de um revolucionário de 1930 em Ponta Grossa e estudou Direito no Rio de Janeiro, ficando, nesse período, hospedado na casa de Danton Coelho. Entrevista realizada em setembro de 2013.

<sup>284</sup> Léo de Almeida Neves nasceu em Ponta Grossa em 1932; na adolescência, estudou no Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba. Getulista fervoroso e influenciado pelas ideias de Pasqualini, aos dezesseis anos de idade ingressou na Mocidade Trabalhista e no PTB paranaense. No final da década de 1950, tornou-se uma das principais lideranças trabalhistas no Paraná.

<sup>285</sup> Entrevista realizada em setembro de 2013.

<sup>286</sup> O PTB conquistou, por exemplo, as prefeituras de Rolândia, com Pedro Liberti, e Castro, com Libâneo Cardoso. Mais detalhes ver *Gazeta do Povo*, 26 jul. 1951, p. 8.

Contudo, após a queda de Danton Coelho da presidência nacional do PTB e da pasta do Trabalho<sup>287</sup>, a comissão de reestruturação foi perdendo força dentro das hostes petebistas, o que facilitou as conversas que versavam sobre a pacificação interna do partido. Nesse sentido, chegou-se a acordar que na Convenção Estadual do partido, que seria realizada em setembro, haveria apenas uma chapa – na qual, inclusive, seria incluída os nomes dos membros da coordenação de reestruturação como integrantes do Diretório. Porém, não se chegou a um consenso no que tange à presidência do partido, que estava sendo disputada pelo ex-presidente Abilon de Souza Naves e pelo deputado federal Parahylio Borba, ex-primeiro vice-presidente da Executiva e membro da comissão de reestruturação<sup>288</sup>.

Porém, Souza Naves possuía mais força interna dentro do partido e venceu a disputa com Borba<sup>289</sup>. Dessa forma, a Convenção Estadual do partido, realizada nos dias 8 e 9 de setembro de 1951, e que contou com a importante intermediação de Dinarte Dornelles, atual presidente da Executiva Nacional<sup>290</sup>, consolidou a vitória do grupo liderado por Abilon de Souza Naves, que foi reconduzido à presidência estadual do partido.

---

<sup>287</sup> Sem o apoio irrestrito de Vargas às atividades de seu ministério e insatisfeito com a política conciliatória do presidente, que cortejava a UDN, além de enfrentar uma forte oposição nas hostes petebistas, sobretudo a liderada por Ivete Vargas no PTB paulista, Danton renunciou à presidência do partido em junho de 1951. Em setembro do mesmo ano também deixou o Ministério do Trabalho, sendo substituído por Segadas Viana (DELGADO, 1989, p. 111-112).

<sup>288</sup> *Gazeta do Povo*, 7 set. 1951, p. 3.

<sup>289</sup> Segundo o depoimento do deputado federal Rubens de Mello Braga, Parahylio Borba e a comissão de reestruturação tinham o apoio de Danton Coelho, que fora exonerado da presidência nacional do PTB e da pasta do Trabalho do governo Vargas. Dessa forma, Abilon de Souza Naves possuía mais força, pois era amigo pessoal do atual ministro do Trabalho, Segadas Viana. Cf. Libertação definitiva da opressão asfixiadora. *Gazeta do Povo*, 9 set. 1951, p. 8 e 4.

<sup>290</sup> Segundo Lucília Delgado (1989, p. 112-113), a eleição de Dinarte Dornelles, primo de Getúlio e profundamente vinculado a grupo de Ivete Vargas em São Paulo – que representava a ala mais fisiológica do PTB –, não significou um apaziguamento do partido, pois os partidários de Danton Coelho passaram a adotar atitudes de forte hostilidade ao novo presidente do partido. Em seguida ocorreu uma ferrenha disputa entre Dinarte e Danton na Justiça Eleitoral pela presidência, de direito, do partido, o que deixou o partido, durante alguns meses, em situação precária do ponto de vista eleitoral. Posteriormente, Danton conseguiu que a Justiça Eleitoral indeferisse a eleição de Dinarte, o que obrigou Vargas a entrar em ação, reordenando o partido e oferecendo uma proposta conciliatória: a escolha recaiu em João Goulart, um jovem parlamentar gaúcho ligado pessoalmente a Getúlio, que na VI Convenção Nacional do PTB, realizada em 20 de maio de 1952, por unanimidade foi escolhido o novo presidente do partido. (D'ARAÚJO, 1996, p. 90-91).



Tabela 15 – Comissão Executiva do PTB do Paraná (eleita em setembro de 1951)

Presidente de Honra	Getúlio Vargas
Presidente	Abilon de Souza Naves (Curitiba; contador e funcionário público)
Vices-Presidentes de Honra	Dinarte Dornelles, Bento Munhoz da Rocha e Parahylio Borba (Santo Antônio da Platina, advogado)
Primeiro Vice-Presidente	Cel. Sílvio Van Erven Jr. (Curitiba, militar)
Segundo Vice-Presidente	Gastão Vieira de Alencar (Cornélio Procópio, funcionário público)
Terceiro Vice-Presidente	Júlio Rocha Xavier (Curitiba, advogado)
Secretário Geral	José Hoffmann (Ponta Grossa, jornalista)
Primeiro Secretário	Jorge de Lima (Siqueira Campos, advogado)
Segundo Secretário	Antônio Annibelli (Clevelândia; advogado)
Terceiro Secretário	Divonsir Borba Cortes (Londrina; advogado)
Tesoureiro Geral	Raul de Rezende Filho (Jacarezinho; cafeicultor)
Primeiro Tesoureiro	José Machuca (Antonina; advogado)
Segundo Tesoureiro	Jacinto Cunha (Curitiba; radialista da Rádio Clube Paranaense)
Terceiro Tesoureiro	Antônio Baby (União da Vitória; ferroviário)
Conselho Fiscal	Rubens de Mello Braga (Curitiba; comerciante e produtor rural) Sebastião Vieira Lins (Curitiba; advogado) Myltho Anselmo da Silva (Curitiba; funcionário público)

Fonte: *Gazeta do Povo*, 11 set. 1951, p. 8; *Diário da Tarde*, 10 set. 1951, p. 1.

Em primeiro lugar, se percebe que foram excluídos da nova Executiva do PTB paranaense os integrantes da antiga coordenação de reestruturação<sup>291</sup>, que, durante a Convenção, foram alvo de inúmeras e severas críticas por parte dos trabalhistas, que se mostravam ressentidos pela intervenção de Danton Coelho no partido.

Em segundo lugar, a nova Executiva foi formada por membros ligados a Souza Naves, ocorrendo uma grande renovação, com a inclusão de dez novos membros<sup>292</sup> e a permanência de apenas quatro membros (Júlio Rocha Xavier, José Machuca, Rubens de Mello Braga e Antônio Baby) da antiga cúpula partidária.

Nesse sentido, convém observar que a maior parte desses novos dirigentes eram deputados estaduais e representavam vários diretórios do interior do Paraná, ao contrário da Executiva eleita em 1949, composta quase exclusivamente por representantes do Diretório de Curitiba. Dessa forma, percebe-se a articulação tecida por Souza Naves com os diretórios do interior do estado, que foi fundamental para angariar o apoio necessário para reconquistar a presidência do partido.

<sup>291</sup> Inclusive, o deputado Parahylio Borba, que integrava a comissão de reestruturação e disputou com Souza Naves a presidência do partido, foi nomeado a um posto apenas simbólico (vice-presidente de honra).

<sup>292</sup> Os deputados estaduais Gastão Vieira de Alencar, José Hoffmann, Jorge de Lima, Antônio Annibelli, Divonsir Borba Cortes, Raul de Rezende Filho, o deputado federal Sebastião Vieira Lins, o vereador curitibano Mylton Anselmo da Silva, além do Cel. Sílvio Van Erven e de Jacinto Cunha.

Em terceiro lugar, o fato de Bento Munhoz da Rocha Neto ter sido nomeado vice-presidente de honra do PTB – proposta por Dinarte Dornelles<sup>293</sup> – foi amplamente criticado pelos jornais pessedistas/lupionistas, que “denunciavam uma infiltração perrepista no PTB<sup>294</sup>”, que contribuiria para a aproximação entre os petebistas e o governador. De fato, após a Convenção Estadual, Bento Munhoz da Rocha Neto passou a cortejar o PTB, inclusive nomeando Abilon de Souza Naves para a recém-inaugurada Secretária do Trabalho e Assistência Social<sup>295</sup>.

Portanto, após quatro meses afastados dos postos de comando do PTB paranaense, Souza Naves e alguns membros da antiga cúpula partidária retornaram ao comando do partido, que se encontrava ainda longe de um consenso acerca da posição que tomaria durante o governo de Bento Munhoz da Rocha Neto.

### 3.3. O PTB E O GOVERNO BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO<sup>296</sup>

Segundo Marion Magalhães (2001, p. 57), apesar do antagonismo político envolvendo Moysés Lupion e Bento Munhoz da Rocha Neto, no que se refere às políticas de governo Bento deu continuidade ao programa de governo do seu antecessor, sobretudo no que se refere às políticas de colonização<sup>297</sup> e expansão das fronteiras agrícolas das regiões oeste/sudoeste e norte do estado.

David Carneiro e Túlio Vargas (1994, p. 205) lembram que o governo Bento também priorizou projetos rodoviários, fundamentais para a integração do estado e para a

<sup>293</sup> *O Dia*, 9 set. 1951, p. 8.

<sup>294</sup> Cf. A Convenção do PTB e a infiltração perrepista. *O Dia*, 7 set. 1951, p. 8.

<sup>295</sup> Segundo o jornal *Gazeta do Povo* (20 set. 1951, p. 3), a nomeação de Souza Naves para a Secretaria Estadual do Trabalho era uma dupla cartada do governador Bento. Primeiro, porque estreitaria os vínculos do governo com o PTB; segundo, porque, com a nomeação, Abilon deixaria a presidência da Caixa Econômica Federal do Paraná, cargo esse cobiçado pelos perrepistas. Entretanto, no final de 1951, Abilon, descontente com o governo, já ensaiava demitir-se do secretariado, ato que foi concretizado em abril de 1952. No mês seguinte, retornou à presidência da Caixa Econômica Federal no Paraná.

<sup>296</sup> Sobre mais detalhes acerca do governo de Bento, ver especialmente KUNHAVALIK (2004a). Ver também IPARDES (1987) e MAGALHÃES (2001).

<sup>297</sup> Segundo José Pedro Kunhavalik (2004a, p. 194-199), a política do governo com relação à questão da ocupação da terra é marcada por certas contradições. Nos discursos políticos, o governo constatou inúmeras irregularidades cometidas no governo Lupion e reconheceu os direitos daqueles que ocupavam as terras e nelas constituíam suas lavouras. No entanto, na prática a sua política foi de repressão sobre os posseiros, sobretudo na região de Porecatu, no norte do estado, onde havia um grave conflito agrário que contou com a participação do PCB. Mais detalhes sobre a Revolta de Porecatu, ocorrida no final da década de 1940 e início da década de 1950, ver o artigo de Angelo Priori (2009).

escoação da produção agrícola do estado<sup>298</sup>. José Pedro Kunhavalik (2004a, p. 191) ressalta que Bento também procurou implementar políticas públicas visando a promover a integração do estado em nível físico, econômico, social e político. Além disso, também houve uma preocupação especial com a identidade paranaense<sup>299</sup>, pois

[...] O Norte do Estado [...] foi colonizado principalmente por paulistas, que trazem consigo uma identidade paulista, além de estarem territorialmente e economicamente mais vinculados ao estado de São Paulo, visto que a ligação com o Sul/Sudeste do Paraná e, mais precisamente, com a Capital era consideravelmente precária. O oeste/sudoeste, colonizado principalmente pelos gaúchos, mas também por catarinenses, que carregam consigo toda a sua tradição e cultura, a sua identidade. Os colonizadores desta região consideravam que as autoridades paranaenses demonstravam pouco interesse por aquela região. Assim, ideias separatistas já foram defendidas nas regiões oeste/sudoeste e norte. No norte do estado, cogitou-se em formar o Estado do Parapanema.

Entretanto, as iniciativas de Bento não chegaram a investi-lo de popularidade, particularmente no interior do estado. Assim, a sua gestão foi considerada pela opinião pública como excessivamente elitista, pois se deteve principalmente à cidade de Curitiba, em detrimento dos investimentos no interior do estado (MAGALHÃES, 2001, p. 56).

Durante o seu governo, Bento também enfrentou a oposição sistemática do PSD, partido majoritário na Assembleia e que dominava a grande imprensa paranaense, onde frequentemente era acusado de ser “elitista” e muito criticado pelos altos gastos empreendidos nas festividades de comemoração do centenário da emancipação política do Paraná, em dezembro de 1953<sup>300</sup>.

Por outro lado, Bento, que tinha a sua base política alicerçada nos partidos que realizaram a coalizão antilupionista e que lhe garantiram a eleição (PR/UDN/PRP/PL e

---

<sup>298</sup> Conforme Marion Magalhães (2001, p. 63), na região norte a carência verificada no setor impedia o escoamento da produção, levando a que esta fosse realizada via São Paulo e Santos, gerando prejuízos à arrecadação fiscal do estado, além de ameaçar a unidade política do Paraná – dado que o norte estava mais dependente da administração paulista do que da paranaense, remetendo àquele estado suas demandas e expectativas.

<sup>299</sup> Os anos do governo de Bento Munhoz da Rocha Neto foram marcados por um paranismo ufanista. O paranismo é um movimento regionalista que teve início após a emancipação política do estado, em 1853, e que se popularizou no final da década de 1920. Mais detalhes sobre o paranismo, ver a tese de Geraldo Camargo (2007).

<sup>300</sup> Durante a gestão de Bento foram construídos, em Curitiba, o Centro Cívico e o conjunto de edifícios destinados a centralizar a administração pública (Palácio do governo, Palácio de Justiça, Tribunal Eleitoral, Plenário, Edifício das Secretarias). A Praça do Centenário (Praça Dezenove de Dezembro e o Monumento do Centenário), a Biblioteca Pública do Paraná e o novo Teatro Guaíra também foram inaugurados durante os festejos do centenário.

parte do PTB)<sup>301</sup>, teve muitas dificuldades em administrar a sua heterogênea base aliada, cujos diversos interesses e ambições geraram sucessivas crises e desentendimentos, sobretudo no que tange à questão dos cargos e nomeações. Uma das consequências dessa situação foram as constantes reformas nas secretarias do Estado, estratégia que auxiliou Bento a agradar determinados políticos e partidos da sua base aliada, mas que, ao mesmo tempo, também contribuiu para alguns rompimentos políticos<sup>302</sup>.

Sem dúvida, uma peça chave nesse tabuleiro era o PTB, cujo apoio ou não a Bento seria determinante para o quadro político do Paraná. De uma maneira geral, a relação entre o PTB paranaense e o governador Bento foi repleta de nuances, com períodos de relativa cumplicidade e outros de discordâncias e desentendimentos. Na verdade, adotando uma posição equidistante e pragmática, o PTB paranaense revelou-se um partido sem uma posição oficial bem definida (se era aliado ou oposição) e, assim, dividiu-se em duas alas: uma bentista, que barganhava apoio político em troca de cargos e nomeações<sup>303</sup>; e a outra, capitaneada pelos deputados estaduais Divonsir Borba Cortes e Júlio Rocha Xavier, que defendia a “independência” do PTB, isto é, sem nenhum tipo de compromisso oficial com o Executivo estadual<sup>304</sup>. Contudo, convém ressaltar que a “ala independente” – conforme ficou conhecida – adotava posições dúbias, ora apoiando o governo em determinadas questões<sup>305</sup>, ora fazendo-lhe oposição, mas sem defender um rompimento definitivo<sup>306</sup>.

---

<sup>301</sup> Após eleito, o governador Bento também contou com o apoio de alguns integrantes do próprio PSD, dentre eles: o deputado federal Aramis Athayde (que era seu cunhado), Brasil Pinheiro Machado, Fernando Flores, Oscar Lopes Munhoz, o deputado estadual João Chede e Flávio Guimarães. Liderados por Aramis Athayde, essa ala havia rompido com Lupion dentro do partido (e passou a ser chamada, de forma pejorativa de “ala girassol”, pois “vivem como essa planta, sempre virados para o lado do sol”. Cf. “Política e políticos”. In: *O Dia*, 3 maio 1952, p. 4).

<sup>302</sup> Nesse sentido, podemos citar o exemplo do advogado e jornalista Roberto Barrozo, opositor ferrenho de Lupion e aliado político de Bento durante a campanha eleitoral. No início do governo de Bento, Barrozo deixa o jornal *Diário da Tarde* para assumir a Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça, ficando no cargo até novembro de 1951, quando foi substituído pelo deputado federal pessedista Aramis Atayde (cunhado de Bento). Barrozo deixou o cargo magoado, mas acabou retornando à mesma secretaria em abril de 1952, permanecendo no posto até janeiro de 1953, quando foi substituído pelo deputado estadual Laerte de Macedo Munhoz, da UDN. Após a sua segunda saída da secretaria, Barrozo rompe definitivamente com Bento e volta à direção do *Diário da Tarde*, onde, durante o ano de 1953, utiliza as páginas desse vespertino para destilar todo o seu rancor ao governador, a quem chamava de “ingrato”.

<sup>303</sup> Faziam parte desse grupo Estevam de Souza Neto (diretor do Departamento do Oeste e que esteve envolvido no processo de intervenção no PTB do Paraná em 1951), os deputados federais Rubens de Mello Braga e Parahylio Borba e os deputados estaduais Antônio Anibelli, Jorge de Lima, Francisco Silveira da Rocha, Antônio Baby, Alcides Caetano e Raul de Rezende Filho, entre outros. Esse grupo era pejorativamente chamado de “ala espinha mole” em virtude da sua “subserviência” ao governador.

<sup>304</sup> Também integravam a ala independente os deputados estaduais José Hoffmann, Gastão Vieira de Alencar, Dagoberto Pusch e Francisco Soares.

<sup>305</sup> Como, por exemplo, na ocasião em que os deputados petebistas apoiaram a emenda da base governamental que adiou a autonomia administrativa de Curitiba de 1952 para 1954. Assim, a prefeitura da capital continuou a ser um cargo nomeado pelo governador. Mais detalhes ver: “Política petebista”. In:

A partir de 1952, a “ala independente” do PTB ganhou força dentro do partido. Argumentando que “o PTB não poderia apenas servir de escada para outros políticos e partidos<sup>307</sup>”, defendiam uma posição neutra junto ao governo Bento – isto é, “nem de sistemática oposição, nem de apoio incondicional” – visando ao crescimento do partido para as eleições estaduais de 1955, na qual os trabalhistas planejavam concorrer com candidato próprio<sup>308</sup>. Ainda em 1952, os “independentes” também passaram a manifestar-se em um jornal semanário próprio, a *Vanguarda Trabalhista*<sup>309</sup>, dirigida pelo jornalista Gamaliel Bueno Galvão e pelo estudante Manoel Claudius Gomes Pereira (então presidente da Mocidade Trabalhista do Paraná).

Posteriormente, sentindo-se desprestigiados, uma vez que os petebistas ocupavam uma posição periférica no governo<sup>310</sup>, os “independentes” declaravam que o apoio do PTB havia sido fundamental para a vitória de Bento Munhoz da Rocha Neto e que agora o governador estava sendo ingrato ao partido<sup>311</sup>. De acordo com os “independentes”:

[...] Independência não significa hostilidade ao atual governador do estado, que foi prestigiado nas eleições de 3 de outubro com os votos dos trabalhistas, pelo contrário poderá possibilitar um entendimento, onde o PTB seja melhor tratado e, dessa forma, desempenhar parte de seu programa altamente construtivo na atual administração. [...] <sup>312</sup>.

Em outras palavras, os “independentes”, assim como Souza Naves e outros membros da cúpula partidária, não queriam romper com Bento Munhoz da Rocha Neto – pois vislumbravam um possível apoio da situação ao candidato trabalhista na sucessão estadual de 1955 –, mas também reivindicavam que “o partido fosse melhor tratado e tivesse uma participação mais significativa no governo estadual”.

*Gazeta do Povo*, 21 jun. 1952, p. 3. Ver também: “A capitulação moral do PTB”. In: *Diário da Tarde*, 24 jun. 1952, p. 1.

<sup>306</sup> Aliás, convém lembrar que alguns membros da “ala independente” – como o deputado estadual Jorge de Lima, que chegou a fazer duras críticas ao governo durante o ano de 1952 – depois passaram para a órbita governamental.

<sup>307</sup> Cf. “Política petebista”. In: *Gazeta do Povo*, 6 maio 1952, p. 3.

<sup>308</sup> Cf. “Manifesto aos Trabalhistas do Paraná”. In: *Gazeta do Povo*, 7 jun. 1952, p. 3.

<sup>309</sup> Na Biblioteca Pública do Paraná – Divisão de Documentação Paranaense – há poucas edições desse periódico (apenas os números 4, 13, 14, 17 e 24).

<sup>310</sup> Muitos petebistas estavam descontentes com o governador pelo fato das principais posições de mando do governo estar nas mãos do perrepistas e dos udenistas, enquanto os trabalhistas ficavam tradicionalmente com a pasta do Trabalho e Assistência Social e eventualmente com outra secretaria periférica.

<sup>311</sup> “Acima de secretarias está o PTB”. In: *O Dia*, 13 fev. 1952, p. 4 (artigo escrito por Manoel Claudius Gomes Pereira e originalmente publicado no jornal *Vanguarda Trabalhista*).

<sup>312</sup> “Política petebista”. In: *Gazeta do Povo*, 17 jun. 1952, p. 3.

De qualquer forma, nesse momento o PTB do Paraná era dominado pelo grupo dos “pragmáticos-getulistas”, sendo composto por profissionais liberais e políticos profissionais que disputavam cargos e benefícios e cultivavam o carisma de Getúlio Vargas e o seu legado trabalhista como instrumento de mobilização política e social. Assim, o partido revelava-se inconsistente ideologicamente e sem uma orientação doutrinária.

No entanto, havia um pequeno grupo formado pelo jornalista Gamaliel Bueno Galvão e por uma ala jovem do PTB paranaense, denominada Mocidade Trabalhista (liderada pelos estudantes de Direito Manoel Claudius Gomes Pereira e Léo de Almeida Neves<sup>313</sup>), que eram admiradores de Alberto Pasqualini e buscavam expressar as suas orientações doutrinárias por meio de alguns periódicos de efêmera duração, como *O Petebê* (1950), *Jornal Trabalhista* (1950), *Vanguarda Trabalhista* (1952) e *O Petebista* (1952). Minoritários nesse momento, esse grupo de “pragmáticos-reformistas” iria gradativamente ganhar espaço dentro do partido – conforme veremos adiante.

### 3.3.1. O crescimento do PTB no interior do Paraná

Ainda em processo de estruturação, o PTB paranaense, nesse momento, não tinha condições de rivalizar com o PSD, uma vez que a máquina pessedista já estava estruturada e consolidada, além de dispor de recursos financeiros para as campanhas políticas e controlar a grande imprensa do Paraná.

Não obstante as suas fragilidades estruturais, o PTB, utilizando-se principalmente do prestígio do presidente Getúlio Vargas, revelou-se forte nas urnas, vencendo as eleições municipais, de novembro de 1952, na maioria dos 39 novos municípios criados<sup>314</sup>, no início da década de 1950, nas regiões oeste, sudoeste e norte do estado<sup>315</sup>.

<sup>313</sup> Getulista fervoroso e influenciado pelas ideias de Pasqualini, Léo de Almeida Neves, aos dezoito anos de idade, já publicava artigos doutrinários no pequeno jornal, de existência efêmera, *O Petebê*, o que lhe rendeu o apelido de “Pasqualini paranaense”. Em seu livro autobiográfico, Almeida Neves diz que as suas influências doutrinárias foram “o governo e a pregação de Getúlio Vargas, voltados para a conquista da justiça social e da emancipação econômica da pátria, e, mais tarde, os ensinamentos do chamado teórico do trabalhismo, o gaúcho Alberto Pasqualini”. Aos dezenove anos também atuava como redator e locutor do programa radiofônico semanal “O PTB em marcha” – pelas rádios PRB-2 (sábados, às 18:30) e Rádio Cultural do Paraná (quartas, às 20:40). Atuante no movimento estudantil, em 1952 era vice-presidente da Mocidade Trabalhista do Paraná; em 1954, formou-se em Direito pela Universidade do Paraná (NEVES, 2002, p. 86-97).

<sup>314</sup> Segundo José Pedro Kunhavalik (2004a, p. 193-194), o governo de Bento procurou criar novos municípios nas regiões oeste/sudoeste e norte do estado (regiões onde havia políticas de colonização e de expansão da fronteira agrícola do estado), desmembrando, assim, alguns municípios de grande extensão territorial – como Clevelândia e Mangueirinha, no sudoeste, e Paranavaí, no norte –, não somente em virtude do crescimento demográfico e econômico destas regiões, mas também com objetivos políticos, visando a impedir a constituição de fortes poderes locais e, ao mesmo tempo, fortalecer o poder político da capital. Assim,

Particularmente na região oeste/sudoeste do Paraná, Maria Cristina Colnaghi (1991, p.11) diz que o poder político regional estava dividido entre o PTB, liderado pelo deputado estadual Antônio Annibelli, e o PSD, liderado por Cândido Machado de Oliveira Neto (conhecido como Candinho), ambos de Clevelândia. Entretanto, a autora lembra que esses dois líderes locais eram concunhados e tutelados pelo sogro Manoel Martins, um autêntico “coronel do sertão”, e que a aparente cisão no seio da família Martins não passava de uma hábil manobra destinada a impedir que na região florescesse outras lideranças políticas.

Conforme Maria Cristina Colnaghi (Ibidem, p. 11-12), como a UDN só ganhou força na região em meados da década de 1950, havia uma grande polarização entre o PTB e o PSD, cujas lideranças se utilizavam de métodos clientelistas para atrair às suas respectivas órbitas os comerciantes e os madeireiros que se fixavam na região. Também entre a população havia uma grande rivalidade política:

[...] um médico ligado ao PSD não eram procurado por pacientes ligados ao PTB. Em todas as cidades havia um confronto que dividia a população; se havia um médico do PSD, surgia imediatamente um outro do PTB para dividir a clientela. E assim era com os advogados e demais profissionais liberais<sup>316</sup> (Idem).

Ainda segundo a autora (Ibidem, p. 12-13), o PTB era forte principalmente entre os migrantes oriundos do Rio Grande do Sul, que traziam consigo a paixão por Getúlio Vargas e o PTB. Assim, nas eleições municipais de 1952, a primeira após o desmembramento de Clevelândia, a articulação realizada pelo deputado estadual Antônio Annibelli foi bem sucedida, uma vez que os petebistas conseguiram praticamente todas as

---

mediante a Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951, o governo criou os seguintes municípios: Alvorada do Sul, Amoreira (posteriormente passa a denominar-se São Sebastião da Amoreira), Araruva (posteriormente passa a denominar-se Marilândia do Sul), Astorga, Barracão, Borrazópolis, Capanema, Cascavel, Centenário do Sul, Contenda, Cruz Machado, Faxinal, Florestópolis, Francisco Beltrão, Guaíra, Guraniaçu, Jandaia do Sul, Japira, Leopólis, Lupionópolis, Mandaguaçu, Marialva, Maringá, Nova Esperança, Nova Fátima, Ortigueira, Paranavaí, Pato Branco, Paulo Frontin, Peabiru, Pinhalão, Primeiro de Maio, Rio Bom, Santa Amélia, Santo Antônio (posteriormente passa a denominar-se Santo Antônio do Sudoeste), Santo Inácio, Sertaneja, Tijucas do Sul e Toledo.

<sup>315</sup> O PTB conquistou as prefeituras de 23 cidades: em Alvorada do Sul, venceu Antônio Abreu; em Araruva, venceu Manoel Olegário de Proença; em Barracão, venceu Misael Siqueira Bello; em Capanema, venceu Otávio Francisco de Mattos; em Cascavel, venceu José Neves Formighieri; em Centenário do Sul, venceu Afonso Belenda; em Cruz Machado, venceu Afonso Nadolny; em Florestópolis, venceu Guilherme Masironi; em Francisco Beltrão, venceu Ricieri Cella; em Guaíra, venceu Gabriel Fialho Gurgel; em Guaraniaçu, venceu Jorge Pio Gonçalves; em Jandaia do Sul, venceu Lino Marchetti; em Lupionópolis, venceu Ibrahim Abudi Neto; em Marialva, venceu Antônio Garcia Neto; em Maringá, venceu Inocente Vilanova Júnior; em Nova Esperança, venceu José Teixeira Silveira; em Pato Branco, venceu Plácido Machado; em Pinhalão, venceu Leonardo Nogueira; em Primeiro de Maio, venceu José Correia Porto Abreu; em Santa Amélia, venceu Inocência Marins; em Santo Antônio, venceu Percy Schreiner; em Sertaneja, venceu Luiz Valério; em Toledo, venceu Ernesto Dall'Oglio. Cf. *Gazeta do Povo*, 18 nov. 1952, p. 3.

<sup>316</sup> Entrevista de Flávio Cini, concedida à Maria Cristina Colnaghi em 14 de outubro de 1983, em Curitiba.

prefeituras da região, com exceção de Francisco Beltrão. Para tanto, convém ressaltar a utilização de velhas artimanhas políticas na região, conforme o depoimento do próprio Annibelli<sup>317</sup>:

Em Capanema havia um problema sério a ser contornado: o município foi criado sem habitantes, portanto não tinha eleitores. Então, o que eu fiz: peguei uns peões que estavam na região abrindo uma estrada, levei-os até Capanema e deixei-os lá acampados até a data das eleições. É claro que tive de providenciar títulos e atestados de residência para todos (Apud COLNAGHI, *ibidem*, p. 13).

De acordo com Maria Cristina Colnaghi (*Idem*), “os prefeitos que surgiram após o desmembramento de Clevelândia eram, portanto, meros auxiliares e porta-vozes das lideranças de Annibelli e Candinho”. Conforme o depoimento do pessedista Rubens da Silva Martins (prefeito eleito, em 1952, de Francisco Beltrão):

Os candidatos à Câmara Federal e ao Senado da República não precisavam percorrer a região em busca de votos, nem mesmo para se tornarem conhecidos do eleitorado; o comando político os indicava e os eleitores os sufragavam, como se houvesse então o voto vinculado [...]. As correntes situacionistas tinham a seu favor a tolerância da fiscalização fazendária, os cargos e empregos públicos e os recursos materiais e financeiros do Estado para a barganha de votos – a “máquina do governo”, como é conhecida e sentida ainda hoje. Os oposicionistas, pressionados pelas executivas fiscais, mais beneficiados com os eventuais insucessos administrativos do governo estadual, cuja exígua arrecadação não lhe permitia resolver a contento todas as necessidades do público, esmeravam-se nas críticas e nas promessas de realizações grandiosas, jamais cumpridas quando chegavam ao poder (Apud COLNAGHI, *ibidem*, p.13).

Portanto, o estudo de Maria Cristina Colnaghi revela a formação de uma teia de vínculos e de relações clientelísticas na região oeste/sudoeste do Paraná, que provavelmente também ocorreu nas outras regiões do estado.

---

<sup>317</sup> Entrevista concedida à Maria Cristina Colnaghi em 18 de novembro de 1983, em Curitiba.



### 3.4. JOÃO GOULART E ABILON DE SOUZA NAVES NA DIREÇÃO NACIONAL DO PTB

Desde 1950, com a ascensão de Danton Coelho à presidência do PTB, por intermédio direto de Getúlio Vargas, o partido enfrentava uma grave crise interna e uma luta fratricida em alguns diretórios estaduais, sobretudo em São Paulo, onde o grupo liderado por Ivete Vargas fazia uma ferrenha oposição às orientações partidárias imprimidas por Danton Coelho.

Enfrentando fortes resistências nas hostes trabalhistas e descontente com a política conciliatória de Vargas, que cortejava a UDN, Danton Coelho renunciou à presidência do PTB, em junho de 1951. Pouco tempo depois, em setembro, também deixou o Ministério do Trabalho do governo Vargas, sendo substituído naquela pasta por José de Segadas Viana. No PTB, Danton Coelho foi substituído por Dinarte Dornelles, primo de Vargas, que assumiu a presidência do partido com o apoio ostensivo da ala paulista liderada por Ivete Vargas.

No entanto, Dinarte Dornelles não obteve êxito à frente do PTB, uma vez que não contou com o apoio da maioria dos petebistas, que lhe fizeram sistemática oposição e exigiam a sua substituição (DELGADO, 1989, p. 123). Em seguida, Dinarte Dornelles também teve que enfrentar uma árdua batalha com Danton Coelho na Justiça Eleitoral, que indeferiu a eleição que o conduziu à presidência do partido.

Foi nesse contexto que Vargas, numa medida conciliatória, interveio e indicou o jovem parlamentar sul-rio-grandense João Goulart, eleito na VI Convenção Nacional do PTB, realizada em 20 de maio de 1952, como o novo presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (D'ARAÚJO, 1996, p. 90-91).

Segundo Maria Celina D'Araújo (Ibidem, p. 91):

João Goulart, gaúcho como Getúlio, era então um parlamentar inexpressivo e um rico fazendeiro. Suas relações com a família Vargas remontavam ao Estado Novo. No processo de redemocratização de 1945/46, Getúlio o lançou na vida pública e apoiou sua candidatura para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Em 1950 participou ativamente da campanha de Getúlio, ocasião em que se elegeu deputado federal. Íntimo de Vargas, era um desconhecido na política nacional e por isso mesmo os petebistas de várias matizes viram na sua indicação para a presidência do PTB apenas mais uma solução transitória. Foi recebido por todos como um presidente de partido fraco e, portanto, passível de ser manobrado. Não

se deu então a devida importância ao fato de ter sido ele o “escolhido”. [...] Goulart foi o profeta “ungido” pelo carisma.

Para Jorge Ferreira (2005, p. 102), parecia que os grupos rivais não levaram muito a sério João Goulart, não apenas pela sua inexpressividade e juventude, mas porque também era visto como um *playboy*, um boêmio. Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p. 127) lembra que “os fisiológicos acreditavam que iriam manipulá-lo, posto que era um político ainda jovem e imaturo; os progressistas apostavam em sua iniciativa de mudança”.

Não obstante as desconfianças iniciais, João Goulart foi fundamental para o crescimento da máquina partidária petebista, privilegiando dois aspectos principais: de um lado, procurou reduzir o conflito interno no partido, fortalecendo direções partidárias locais e referendando a liberdade de atuação da bancada no Congresso; de outro, intensificou os contatos com o movimento sindical, inclusive costurando alianças com os comunistas onde esses eram mais fortes para assegurar a presença do PTB nos sindicatos – o que foi alvo de duras críticas pela oposição udenista, pelos militares e pela própria bancada petebista (D’ARAÚJO, 1996, p. 92-93).

Ademais, a ascensão de Jango significou um marco na história do PTB, pois o novo presidente empreenderia uma nova linha de ação, nacionalista e reformista, que se consolidaria ao longo da história do partido. Conforme Maria Celina D’Araújo (1996, p. 91-92), durante o segundo governo Vargas o ideário nacionalista e reformista já configurava um ponto de convergência das várias frações do partido, incluindo os grupos mais fisiológicos. Enquanto os discursos nacionalistas se voltavam para a campanha e o projeto de criação da Petrobrás e para as reformas na estrutura econômica do país – como, por exemplo, a lei que limitava a remessa de lucros para o exterior, sancionada em janeiro de 1952 –, os parlamentares mais ideológicos, como o sul-rio-grandense Alberto Pasqualini e o mineiro Lúcio Bittencourt, “pregavam a necessidade do PTB acentuar o seu papel de liderança das grandes transformações nacionais” e criticavam o tom conciliador e moderado de Vargas.

Em julho de 1953, ocorreu uma série de greves dos marítimos, que foram tratadas de forma coercitiva pelo ministro do Trabalho, Segadas Viana, levando-o a entrar em divergências com o presidente Vargas e com o próprio João Goulart – que o criticou publicamente pela pouca habilidade na condução das negociações, pela opção em declarar a parede ilegal e por enquadrar os grevistas na Lei de Segurança Nacional. Diante da

polêmica instaurada entre Segadas Viana e Jango, Vargas, pressionado, optou em nomear o presidente do PTB para a pasta do Trabalho.

Como ministro do Trabalho<sup>318</sup> de Vargas, João Goulart adotou um novo paradigma de atuação, dialogando preventivamente com os trabalhadores, procurando antecipar-se às suas reivindicações como forma de neutralizá-las e apaziguando-as por meio de concessões possíveis<sup>319</sup> (DELGADO, 1989, p. 133).

Se, por um lado, Jango ganhava popularidade entre os trabalhadores por sua capacidade de dialogar e negociar com os comunistas e demais lideranças operárias, por outro lado passou a ser duramente criticado pela oposição e setores conservadores, sendo taxado de demagogo e instigador de greves – estigma que carregou durante toda a sua vida.

Como presidente do PTB, Jango, em pouco mais de um ano à frente do partido, ganhou força à medida que os seus métodos de ação, a sua intensa atividade na sede do partido e as constantes viagens em caravanas pelo país criaram expectativas otimistas entre os que procuravam fomentar uma unidade partidária.

Porém, a missão de aglutinar e pacificar o PTB não era fácil e Jango passou a enfrentar resistências à medida que a ala antijanguista se estruturava. Em contrapartida, para assegurar o controle de Jango no PTB, os cargos estratégicos da direção partidária passaram a estar nas mãos daqueles que lhes eram fiéis. Assim, ficou claro que os descontentes, que ameaçassem a liderança de Jango, não teriam lugar (D'ARAÚJO, 1996, p. 93-95).

Em suma, o PTB – que nos seus primeiros anos ficou caracterizado pela rotatividade nos cargos de direção e por lutas fratricidas pelo comando partidário, que cindiam o partido e impediam a unidade partidária e o seu crescimento –, sobretudo a partir da ascensão de João Goulart – o “ungido” de Vargas –, configurou-se como um partido internamente centralizador e antidemocrático, ao estilo da “lei de ferro da oligarquia” de Robert Michels. Em outras palavras, o PTB passou a ser controlado por uma oligarquia janguista.

Maurice Duverger (1970, p. 171-172) diz que embora os partidos políticos se esforcem para apresentar uma aparência democrática, com o objetivo de legitimar a

---

<sup>318</sup> Jango permaneceu no Ministério do Trabalho até fevereiro de 1954, quando uma crise política originada do seu projeto em aumentar em 100% o salário mínimo – que provocou uma grande revolta dos setores empresariais, militares (que lançaram o Manifesto dos Coronéis) e conservadores da sociedade – tornou a sua situação insustentável. Mais detalhes, ver FERREIRA (2005, cap. 2); e BOITO JR (1984)

<sup>319</sup> Sobre a atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho, ver DELGADO (1989) e FERREIRA (2005, especialmente o capítulo 2 – “O ministro que conversava: João Goulart no Ministério do Trabalho”).

direção partidária, na prática ocorre uma série de técnicas de camuflagem que garantem a oligarquização do partido.

Isso ocorreu na Convenção Nacional de julho de 1953 – que reelegeu Jango por unanimidade e escolheu um novo Diretório Nacional com maioria janguista –, cujas decisões indicavam o propósito de estabelecer o controle de Jango sobre a máquina partidária e de preparar o partido para as eleições de 1954 e 1955. Dentre as decisões mais importantes desta Convenção, destacam-se: a) a reeleição de Jango, por unanimidade, para a presidência do Diretório Nacional e escolha de um novo diretório com maioria janguista; b) delegação de poderes ao Diretório Nacional para rever os atos punitivos das direções regionais, fortalecendo seu papel no controle das cisões e oposições locais; c) ampliação do prazo dos mandatos do Diretório Nacional e de todos os órgãos de direção partidária de dois para três anos – assegurando o comando de Jango sobre o partido nas eleições de 1954 e 1955; d) prorrogação por um ano dos mandatos dos diretórios regionais que terminassem nos 12 meses anteriores às eleições municipais – buscando evitar as disputas internas nos momentos eleitorais; e) delegação ao Diretório Nacional de poder intervir e designar Executivas regionais quando da dissolução de diretórios regionais; f) a adoção da bandeira definitiva do PTB; g) perda automática do cargo de direção para qualquer membro que declarasse publicamente pertencer a uma dissidência partidária (D’ARAÚJO, 1996, p. 94-95).

No que tange à direção partidária, Maurice Duverger (1970, p. 188-189) diz que a direção dos partidos tende naturalmente a assumir uma forma oligárquica, uma verdadeira “classe de chefes”, um “clã dominante”, que constitui um círculo interior mais ou menos fechado. Em muitos casos, segundo Duverger, é comum que ocorra, no interior dos partidos, rivalidades entre “clãs”, que substituem, nesse caso, a luta de frações ou tendências.

Ainda de acordo com Duverger (Ibidem, p. 189), a forma mais elementar<sup>320</sup> de formação das classes de chefes e de círculos interiores é a constituída pelas *camarilhas*,

[...] pequenos grupos que utilizam uma solidariedade pessoal estreita como meio de estabelecer sua influência e conservá-la. Trata-se às vezes de um clã constituído em

---

<sup>320</sup> Contudo, Maurice Duverger (1970, p. 189) também lembra que há outra forma de formação da oligarquia partidária: as “equipes de direção”, cujos membros não são reunidos pela ligação pessoal a um chefe dominante, havendo, assim, uma relação horizontal na qual há relativa igualdade entre os seus membros. A formação dessas equipes segue caminhos muito diversos. Pode suceder que seja o resultado de um pacto entre alguns indivíduos pertencentes geralmente a uma geração jovem.

torno de um líder influente: a clientela desse chefe monopoliza os postos de direção e reveste o caráter de uma oligarquia.

Na sua versão dicionarizada, o termo *camarilha* carrega uma série de significados pejorativos, como, por exemplo, “pessoas que cercam um líder para bajulá-lo e tirar proveitos”. Embora evidentemente tenham existido relações desta natureza nas hostes petebistas, não podemos esquecer que havia outras espécies de vínculos, além da clientelística, que uniam os dirigentes petebistas a Getúlio Vargas e a João Goulart, como os vínculos de parentesco<sup>321</sup> e amizade, constituindo, assim uma ampla rede de relações sociais.

Dessa forma, a ascensão de Abilon de Souza Naves na Executiva Nacional do PTB pode ser explicada pelo seu pertencimento à rede de relações sociais de Getúlio Vargas (de quem era um fiel partidário). Assim, no mesmo momento em que Jango assumiu a presidência nacional do PTB, em maio de 1952, Souza Naves passou a integrar a Executiva Nacional do partido como quarto vice-presidente. A partir de então, Souza Naves aproximou-se de João Goulart, de quem se tornou um fiel aliado, tornando-se, a partir da Convenção Nacional de julho de 1953, o segundo vice-presidente nacional do PTB.

Portanto, os vínculos que possuía com Getúlio Vargas e João Goulart foram fundamentais para que Souza Naves consolidasse a sua liderança no PTB paranaense durante a década de 1950.

#### **3.4.1. A consolidação da liderança de Souza Naves no PTB do Paraná**

Durante o ano de 1953, o Partido Trabalhista Brasileiro do Paraná ainda mantinha-se na posição de equidistância pragmática em relação ao governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, mas os rumores de um rompimento definitivo cresciam, sobretudo em virtude da possível candidatura de Abilon de Souza Naves para a sucessão estadual de 1955. Em virtude disso, a Convenção Estadual do PTB paranaense, marcada para setembro de 1953, gerava muitas expectativas nos círculos políticos do estado, pois se esperava que nesse encontro fosse sacramento o divórcio oficial entre os petebistas e o governador. Ademais, na Convenção também seria eleita a nova Comissão Executiva do partido, cuja presidência

---

<sup>321</sup> No que tange aos vínculos de parentesco, convém lembrar a influência de Alzira e Lutero Vargas no PTB do Rio de Janeiro, de Ivete Vargas no PTB de São Paulo, da família Vargas no PTB do Rio Grande do Sul e, posteriormente, da influência de Leonel Brizola, cunhado de Jango, também no PTB sul-rio-grandense. Mais detalhes, ver D'ARAÚJO (1996, cap. 4: “A oligarquização partidária”).

era disputa pelo atual presidente Abilon de Souza Naves, pelo deputado federal Parahylio Borba e por Estevam Ribeiro de Souza Neto.

Com a desistência de Estevam Ribeiro de Souza Neto, a disputa pela direção petebista polarizou-se entre o deputado federal Parahylio Borba, que desde 1951 liderava uma ala oposicionista, e Souza Naves, que possuía grande prestígio nas hostes petebistas, inclusive integrando, desde 1952, a Executiva Nacional do partido e gozando da confiança do presidente Getúlio Vargas e de João Goulart, presidente nacional do PTB.

Imagem 3: Encontro entre Vargas e Souza Naves, no Palácio do Catete (1951)



Fonte: Arquivo pessoal de Léo de Almeida Neves (In: NEVES, 2002, p. 141).

Desde julho de 1953, Souza Naves ocupava o posto de segundo vice-presidente da Executiva Nacional do PTB. Porém, mediante o fato de João Goulart ocupar a pasta do Trabalho do governo Vargas e Alberto Pasqualini, o primeiro vice-presidente, estar envolvido em atividades parlamentares, Souza Naves passou a comandar, na prática, a Executiva Nacional.

Possuindo vínculos com Vargas e Jango e em ampla ascensão dentro do PTB nacional, Souza Naves venceu facilmente a disputa com Parahylio Borba e, na Convenção

Estadual de 13 de setembro, foi reeleito presidente do partido<sup>322</sup>, cuja Comissão Executiva ficou assim definida:

Tabela 16 – Comissão Executiva do PTB do Paraná (eleita em setembro de 1953)

Presidente de Honra	Getúlio Vargas
Vice-Presidente de Honra	João Goulart
Presidente	Abilon de Souza Naves (Curitiba; contador e funcionário público)
Primeiro Vice-Presidente	José Machuca (Antonina; advogado)
Segundo Vice-Presidente	Gastão Vieira de Alencar (Cornélio Procópio; funcionário público)
Terceiro Vice-Presidente	Pedro Mariucci (prefeito de Cornélio Procópio; comerciante)
Quarto Vice-Presidente	Jacinto Cunha (Curitiba; radialista da Rádio Clube Paranaense)
Secretário Geral	Alexandre Zainko (Curitiba; engenheiro químico)
Primeiro Secretário	Raul de Rezende Filho (Jacarezinho; cafeicultor)
Segundo Secretário	Antônio Annibelli (Clevelândia; advogado)
Terceiro Secretário	Divonsir Borba Cortes (Londrina; advogado)
Tesoureiro Geral	Domício Scaramella (prefeito de União da Vitória; empresário madeireiro)
Primeiro Tesoureiro	José Campelli Filho (Curitiba; dentista)
Segundo Tesoureiro	Anizio Eunápio da Conceição (Cambará; funcionário público)
Terceiro Tesoureiro	Francisco Silveira Rocha (Marialva; farmacêutico)
Conselho Fiscal	Parahylio Borba (Santo Antônio da Platina; advogado) Estevam Ribeiro de Souza Neto (Curitiba; advogado) Antônio Baby (União da Vitória; ferroviário)

Fonte: *Diário da Tarde*, 17 set. 1953, p. 6 e 4.

Houve uma renovação de 50% na Executiva do partido, com o ingresso de oito novos dirigentes<sup>323</sup>, que substituíram importantes nomes da antiga Executiva que haviam rompido com Souza Naves, como os deputados federais Rubens de Mello Braga e Sebastião Vieira Lins e os deputados estaduais Júlio Rocha Xavier, José Hoffmann e Jorge de Lima<sup>324</sup>. Por outro lado, oito membros da antiga Executiva permaneceram<sup>325</sup>, inclusive

<sup>322</sup> Além de ser reeleito presidente do PTB paranaense, Souza Naves foi também nomeado, em setembro de 1953, por Getúlio Vargas presidente do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE).

<sup>323</sup> Ingressaram na Executiva: Pedro Mariucci (prefeito de Cornélio Procópio), Domício Scaramella (prefeito de União da Vitória), Anizio Eunápio da Conceição, o deputado estadual Francisco Silveira Rocha, além dos retornos de Alexandre Zainko e José Campelli Filho, que faziam parte da Executiva eleita em 1949. Também ingressavam Estevam Ribeiro de Souza Neto e Parahylio Borba (que também retornou à Executiva), que disputavam com Souza Naves a presidência e passaram a integrar o Conselho Fiscal.

<sup>324</sup> Também deixaram a Executiva o Cel. Sílvio Van Erven (que faleceu) e o vereador de Curitiba Myltho Anselmo da Silva.

<sup>325</sup> Além de Souza Naves, também permaneceram na Executiva o ex-deputado estadual José Machuca, Gastão Vieira de Alencar, Jacinto Cunha e os deputados estaduais Raul de Rezende Filho, Antônio Annibelli, Divonsir Borba Cortes e Antônio Baby

alguns ocupando outros postos, como José Machuca, que assumiu a primeira vice-presidência.

Repetindo a estratégia utilizada na Convenção anterior, Souza Naves procurou integrar à Executiva Estadual representantes de quase todas as regiões do Paraná, com o objetivo de aumentar a sua rede de relações e influência política. Portanto, além de consolidar a sua liderança no PTB paranaense, Souza Naves também articulou uma rede social de relações de amplo alcance, uma vez que os membros da Executiva Estadual oriundos do interior serviriam de “ponte<sup>326</sup>” para as diversas regiões do Paraná.

### **3.5. O ROMPIMENTO DO PTB COM BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO**

Na Convenção trabalhista de setembro de 1953 praticamente não se discutiu sobre a posição oficial do PTB no governo Bento – o que frustrou o PSD e os demais setores oposicionistas<sup>327</sup> – e, assim, o partido manteve a mesma postura equidistante e pragmática por mais alguns meses.

Contudo, nesse ínterim, cresceram os descontentamentos internos com a posição periférica ocupada pelo partido no governo estadual. Somando-se a isso o clima de otimismo e entusiasmo advindo com o desempenho petebista nas eleições municipais de 1952, alguns setores do PTB, sobretudo a “ala independente”, passaram a defender o rompimento com Bento.

Assim, o divórcio oficial do PTB com o governador não tardou, sendo consumado em 4 de abril de 1954, quando o partido reuniu-se em uma Convenção para definir os seus candidatos nas eleições legislativas de outubro de 1954. Nesse encontro, que contou com a presença de João Goulart, presidente nacional do partido e agora ex-ministro do Trabalho,

---

<sup>326</sup> O conceito de ponte aqui utilizado é o proposto por Mark Granovetter (2000). De acordo com o autor (p.12-13), em uma rede social a “ponte” é uma espécie de intermediário entre diferentes indivíduos ou grupos sociais, que possibilita aos indivíduos acender a mundos que lhes estariam vedados no interior de sua rede de relações próximas. Segundo o autor (p. 45), em grandes redes as pontes significam que qualquer coisa que seja difundida pode chegar a um grande número de pessoas e atravessar uma grande distância social.

<sup>327</sup> Cf. “Não foi proferido o discurso de rompimento”. In: *Diário da Tarde*, 8 out. 1953, p. 1.



os “independentes” e demais favoráveis ao rompimento venceram por 69 votos contra 41<sup>328</sup>.

#### MOÇÃO<sup>329</sup>

Os Convencionais a Convenção de 1º de abril de 1954 do PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, reunidos na cidade de Curitiba. Capital do Estado do Paraná.

CONSIDERANDO que existe uma coligação partidária que o Partido integrante do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO que ficou estabelecida a participação do PTB, no Governo, com cargos administrativos, além dos compromissos do direito da indicação das autoridades principais, nos municípios onde o nosso Partido fosse majoritário;

CONSIDERANDO que o Partido tem sido preferido não só nas indicações a que tem direito, como também, de uma maneira geral, em preposições e indicações outras;

CONSIDERANDO, finalmente, que na coligação aludida, o PTB, não esta sendo considerado, na altura da sua pujança e da sua representação, RESOLVE:

Denunciar a coligação como prejudicial aos interesses partidários, razão pela qual o PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, SEÇÃO DO PARANÁ, retira a sua colaboração ao atual Governo do Estado, desinteressando-se de qualquer participação em cargos administrativos, bem como as bancadas, com assento na Câmara Federal dos Deputados, na Assembleia Legislativa do Estado e nas Câmaras Municipais, passam ter uma atitude de INDEPENDÊNCIA, voltando e decidindo, tendo em mira, somente os altos interesses do Município, do Estado e do Povo.

Assim, por força desta decisão, nenhum elemento pertencente ao nosso Partido, poderá agir diferentemente do estabelecido nesta Moção, e, o Partido, poderá agir diretamente do estabelecido nesta Moção, e bem assim, nenhum companheiro devera ocupar cargos em comissão, no atual Governo, sob pena de expulsão dos quadros partidários.

Salas das sessões, em 4 de abril de 1954.<sup>330</sup>

Apesar de o partido proibir os seus membros de ocuparem cargos administrativos no governo estadual, sob pena de expulsão<sup>331</sup>, alguns petebistas não abandonaram os seus

<sup>328</sup> Cf. “Rompe o PTB com o governo”. In: *Diário da Tarde*, 5 abr. 1954, p. 1 e 6. Ver também: *Gazeta do Povo*, 6 abr. 1954, p. 1 e 8.

<sup>329</sup> A referida moção foi elaborada por Estevam de Souza Neto, que rompera com o governador Bento. Após esse episódio, Souza Neto estreitou os laços Souza Naves e a Executiva Estadual do partido e, inclusive, foi escolhido o candidato petebista nas eleições para a prefeitura de Curitiba, em outubro de 1954.

<sup>330</sup> *Gazeta do Povo*, 6 abr. 1954, p. 8.

<sup>331</sup> Durante o mês de julho de 1954, o PTB paranaense, obedecendo às orientações do Diretório Nacional, chegou a abrir processos de expulsão contra diversos petebistas que não eram fieis às orientações partidárias, como, por exemplo, contra o Cel. Amaral Barcelos, que se recusava a abandonar o governo de Bento. Também houve processos de expulsão contra a maioria dos membros da bancada de vereadores trabalhistas de Curitiba, que se recusavam a apoiar a candidatura de Estevam de Souza Neto à prefeitura da capital e apoiavam a candidatura do vereador Wallace Tadeu de Mello e Silva, que, apesar de ser filiado ao PTB, iria disputar o pleito pelo PST. No entanto, ninguém acabou sendo expulso.

postos no governo<sup>332</sup>, ao mesmo tempo em que alguns deputados estaduais<sup>333</sup> continuaram, na Assembleia, a apoiar o governador, desobedecendo, assim, à orientação partidária<sup>334</sup>.

Além da decisão de romper oficialmente com o governador Bento Munhoz da Rocha Neto, a Convenção de abril de 1954 também definiu os candidatos petebistas nas eleições para o Senado, a Câmara dos Deputados e a Assembleia Legislativa do Paraná, que seriam realizadas em outubro do mesmo ano. Ao todo, o PTB lançou 16 candidatos para a Câmara dos Deputados e 60 para a Assembleia Legislativa<sup>335</sup>, representando diversos diretórios do interior do estado<sup>336</sup>.

Entretanto, a maior disputa interna ocorreu pela definição do candidato trabalhista ao Senado, vaga essa cobiçada pelos deputados federais Parahylio Borba e Sebastião Vieira Lins. Após alguns meses de indefinição, Parahylio Borba venceu a queda de braço e tornou-se o candidato do PTB paranaense ao Senado.

### 3.6. O SUICÍDIO DE VARGAS E AS ELEIÇÕES DE 1954 E 1955

Enfrentando uma crise econômica, uma série de greves operárias e sofrendo a oposição sistemática dos udenistas e de setores militares e conservadores, o segundo governo de Getúlio Vargas atravessava uma crise política, que se tornou ainda mais aguda em virtude do atentado a tiros, ocorrido no dia 5 de agosto na rua Toneleros, contra Carlos Lacerda e no qual vitimou Rubens Vaz, major da Aeronáutica que o acompanhava. Após o fatídico episódio, as elites conservadoras, por meio dos jornais, incitavam as Forças Armadas a derrubarem Vargas<sup>337</sup>.

---

<sup>332</sup> Como, por exemplo, o deputado federal Rubens de Mello Braga – que ocupou a Secretaria da Agricultura até julho, saindo somente para poder concorrer à reeleição – e o Cel. Alcides do Amaral Barcelos, que ocupou a Secretaria do Trabalho e Assistência Social até a renúncia de Bento.

<sup>333</sup> Caso dos deputados Antônio Annibelli, Jorge de Lima, Francisco Silveira da Rocha, Antônio Baby e Alcides Caetano.

<sup>334</sup> Convém lembrar que os petebistas contrários ao rompimento (dentre eles os deputados federais Parahylio Borba e Rubens de Mello Braga, além dos deputados estaduais citados na nota anterior) recorreram, junto à Executiva Nacional do partido, da decisão do partido de afastar-se do governador. Cf. “Vespas políticas”. In: *Diário da Tarde*, 28 maio 1954, p. 1 e 6.

<sup>335</sup> Ver a lista de candidatos trabalhistas no Anexo 8.

<sup>336</sup> Cf. *Gazeta do Povo*, 1 out. 1954, p. 13.

<sup>337</sup> De acordo com Jorge Ferreira (2003b, p. 308), a oficialidade da FAB se encontrava em estado de rebelião contra o presidente, exigindo a sua renúncia. A Marinha, arma tradicionalmente hostil a Vargas, encampou a tese, ao lado de diversos generais do Exército. Em reuniões, militares indignados pregavam o golpe sem rodeios. Em 11 de agosto, no Clube da Aeronáutica, oficiais superiores e subalternos das três forças

O movimento pela renúncia ganhava grandes proporções e Vargas encontrava-se acuado e com uma margem de manobra pequena. Em 22 de agosto, ele recebeu um documento assinado por brigadeiros da Aeronáutica pedindo a sua renúncia. No dia seguinte, oficiais da Marinha manifestaram solidariedade aos colegas da FAB. No mesmo dia, à noite, um grupo de generais do Exército<sup>338</sup> também se solidarizaram com os brigadeiros. Durante a madrugada do dia 24 de agosto, Vargas ainda tentou uma conciliação, aceitando a proposta de Amaral Peixoto de licenciar-se da presidência. Contudo, por volta das sete horas da manhã, um grupo de generais chegou ao Palácio do Catete exigindo que o licenciamento se transformasse em renúncia. Para Vargas não havia mais alternativas: renunciava ou seria deposto por um golpe militar (FERREIRA, 2003b, p. 309).

Antes de se deitar, Getúlio entregou um envelope a João Goulart, “pedindo que, em caso de necessidade, fosse para o Rio Grande do Sul e mostrasse o conteúdo da carta à imprensa local. Se não houvesse clima político em Porto Alegre, fizesse o mesmo em Buenos Aires”. Mais tarde, Vargas se suicidou com um tiro no peito<sup>339</sup>, deixando, sobre um móvel do quarto, uma carta que ficou conhecida como “Carta-Testamento” – aquela que estava com Jango era uma cópia (Idem).

A notícia da morte do presidente estremeceu o país e o conteúdo da Carta-Testamento, divulgada pela *Rádio Nacional*, comoveu a população, que promoveu verdadeiros motins populares em todo o país: além de promover greves gerais em algumas cidades do país, endereçou a sua ira contra as sedes dos partidos da oposição (sobretudo a UDN, mas também o PSD e o PL no Rio Grande do Sul), os jornais antivarguistas (como *O Globo* e a *Tribuna da Imprensa*, no Rio de Janeiro, o *Diário de Notícias* e o *Estado do*

---

discutiram livremente os rumos a tomar. Centenas de militares, sob a presidência do brigadeiro Eduardo Gomes, ouviram de vários colegas de farda discursos inflamados de pregação do golpe.

<sup>338</sup> Entre os signatários estavam não apenas conhecidos adversários de Getúlio, mas generais distantes da oposição sistemática, como Henrique Lott, que, pouco mais de um ano depois, se converteria em porta-voz da legalidade. Aliás, a participação de Lott nesse manifesto seria uma das principais armas utilizadas pelos seus adversários nas eleições presidenciais de 1960.

<sup>339</sup> Segundo Maria Celina D’Araujo (1999, p. 115), o suicídio foi uma morte anunciada, pois esta não foi a primeira vez que Vargas pensou nessa possibilidade. Segundo a autora, pensamentos desse teor aparecem em seu diário já em 1930 como resposta a um possível fracasso do movimento revolucionário que liderava. Em 1932, quando eclodiu a guerra civil liderada pelo estado de São Paulo, Vargas preparou, novamente, uma carta-testamento a ser divulgada em caso de derrota. E em outubro de 1945, quando foi deposto, Getúlio apontou novamente para essa possibilidade.

Rio Grande, em Porto Alegre) e até mesmo a representação diplomática dos Estados Unidos no Rio de Janeiro<sup>340</sup>.

Em Curitiba, Léo de Almeida Neves<sup>341</sup> lembra que “a população saiu às ruas manifestar o seu pesar e chorar a morte de Vargas, mas não houve ataques aos partidos e aos jornais oposicionistas”<sup>342</sup>. De fato, não há notícias, nos jornais da capital, de manifestações mais violentas pela morte do presidente, como ocorreram, por exemplo, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre.

A morte de Getúlio Vargas teve grande repercussão no PTB do Paraná, com emocionadas homenagens póstumas no Diretório Estadual e no Diretório da capital<sup>343</sup>; em seguida, Souza Naves exonerou-se do IPASE no final de agosto; em setembro, ocorreram “comícios de pesar”, organizados pela Mocidade Trabalhista<sup>344</sup>, e começou-se a articular a construção de uma estátua de Vargas na Praça Tiradentes – inaugurada em fevereiro de 1957.

Portanto, se, por um lado, a perda do seu grande líder foi um duro golpe para o PTB, por outro, a máquina partidária já estava consolidada e detinha um poderoso arsenal de recursos simbólicos, como o getulismo, a Carta Testamento e a sua doutrina nacionalista e o ideário trabalhista, que passaram a ser disputados por diversos políticos. Porém, foi João Goulart, considerado o herdeiro político de Vargas, quem se consolidaria como a principal liderança trabalhista, apesar de enfrentar alas oposicionistas dentro do próprio PTB.

---

<sup>340</sup> Mais detalhes acerca desses dessas manifestações populares no país, ver os seguintes trabalhos de Jorge Ferreira, (1994, 2003b e 2005).

<sup>341</sup> Entrevista realizada em 2 de setembro de 2013. Em seu livro auto-biográfico, Léo de Almeida Neves (2002, p. 100) lembra o 24 de agosto: “[...] Como milhões de brasileiros, chorei descontroladamente enquanto ouvia a leitura da Carta Testamento pela Rádio Nacional. armados de revólver, eu e meu pai saímos alucinadamente de jipe pela cidade, empunhando improvisada bandeira de luto pelo sacrifício pessoal do estadista e procurando inimigos não identificáveis”.

<sup>342</sup> Percebe-se que os principais jornais do Paraná na época, *Gazeta do Povo* e *O Dia*, que eram controlados pelos PSD, durante o ano de 1954 passaram a criticar com maior frequência o governo Vargas.

<sup>343</sup> Cf. “O PTB do Paraná prestou, ontem, sentida homenagem póstuma a Getúlio Vargas”. In: *O Dia*, 25 ago. 1954, p. 4

<sup>344</sup> Cf. *Gazeta do Povo*, 4 set. 1954, p. 8.

### 3.6.1. O PTB e as eleições de 1954 no Paraná

A morte traumática de Vargas, cerca de 40 dias antes das eleições de 3 de outubro, não se tornou um fator decisivo de desequilíbrio a favor dos trabalhistas<sup>345</sup>. No Paraná, o petebista Parahylio Borba, que concorria ao Senado, foi derrotado pelo ex-governador Moysés Lupion e por Alô Guimarães, ambos do PSD<sup>346</sup>.

No que tange à Câmara dos Deputados, houve um equilíbrio entre os três principais partidos: o PSD<sup>347</sup> elegeu quatro deputados, PTB também quatro, a UDN<sup>348</sup> três, o PR<sup>349</sup> dois e o PSP<sup>350</sup> um.

Convém destacar que houve uma total renovação na bancada trabalhista: os deputados eleitos em 1950 – Parahylio Borba (que concorreu ao Senado), Rubens de Mello Braga (que concorreu à reeleição e não foi reeleito) e Sebastião Vieira Lins (que almejava concorrer ao Senado, mas teve que contentar-se em concorrer à Assembleia estadual, não obtendo êxito) – foram substituídos pelos deputados estaduais Divonsir Borba Cortes<sup>351</sup> e Antônio Baby<sup>352</sup>, além de dois novos nomes que emergiram no partido: o desembargador Cid Campello<sup>353</sup> e o funcionário público Heitor Pereira Filho<sup>354</sup>.

Em termos comparativos com as eleições anteriores realizadas no Paraná, os grandes partidos (PSD, PTB e UDN) praticamente mantiveram-se estáveis, conforme demonstra a tabela abaixo:

---

<sup>345</sup> No Rio Grande do Sul, por exemplo, Jango e o PTB foram derrotados. Jango concorria a uma segunda vaga no Senado, visando respaldar a candidatura de Rui Ramos, mas, apesar do seu prestígio, foi derrotado por Armando Pereira Câmara, candidato da Frente Democrática (uma coligação entre PSD, UDN e PL). Para o governo sul-rio-grandense, Alberto Pasqualini foi derrotado por Ildo Meneghetti, também da Frente Democrática. (DELGADO, 1989, p. 159).

<sup>346</sup> Moysés Lupion foi eleito com 162.814 votos; Alô Guimarães elegeu-se com 135.204 votos; Parahylio Borba obteve 122.651 votos; Arthur Ferreira dos Santos (UDN-PR) obteve 119.480; e João da Rocha Loures (PL) apenas 44.342 votos (IPARDES, 1989a, p. 107).

<sup>347</sup> O PSD elegeu Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, Pedro Firman Neto, Benjamin de Andrade Mourão e Mário Gomes da Silva.

<sup>348</sup> A UDN elegeu Newton Isaac da Silva Carneiro, Hugo Cabral e Leszek Bronislau Ostojka Roguski.

<sup>349</sup> O PR elegeu Josino Alves da Rocha Loures e Lauro Gentio Portugal Tavares.

<sup>350</sup> O PSP elegeu Luiz Carlos Pereira Tourinho, que foi o deputado mais votado

<sup>351</sup> Divonsir Borba Cortes era advogado com atuação em Londrina. Na época era membro da Executiva Estadual do partido. Elegeu-se deputado federal aos 45 anos de idade (nasceu em 1909).

<sup>352</sup> Antônio Baby era ferroviário em União da Vitória. Membro da Executiva Estadual do PTB, Elegeu-se deputado federal aos 51 anos de idade (nasceu em 1903).

<sup>353</sup> Cid Campello era desembargador com atuação em Curitiba. Elegeu-se aos 58 anos de idade (nasceu em 1896).

<sup>354</sup> Heitor Pereira Filho era advogado e funcionário da Receita Federal em Jacarezinho, no norte do estado. Elegeu-se aos 45 anos de idade (nasceu em 1909).

Tabela 17 – Número de cadeiras (por partido) na Câmara dos Deputados nas eleições de 1945, 1950 e 1954 no Paraná

Partido	Nº de cadeiras em 1945 (%)	Nº de cadeiras em 1950 (%)	Nº de cadeiras em 1954 (%)
PSD	6 (66,6%)	3 (33,3%)	4 (28,57%)
PTB	1 (11,1%)	3** (33,3%)	4 (28,57%)
UDN	2 (22,2%)	3* (33,3%)	3 (21,42%)
PR	-----	*	2 (14,28%)
PSP	-----	**	1 (7,14%)
Total	9 (100%)	9 (100%)	14 (100%)

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados fornecidos em IPARDES (1989a).

1950: \* A UDN formou uma aliança com PR-PST-PRP-PL.

1950: \*\* O PTB formou uma aliança com o PSP.

Levando-se em consideração que houve um aumento de cinco cadeiras para o Paraná na Câmara dos Deputados, essas novas vagas ficaram distribuídas de maneira equilibrada entre o PR (duas cadeiras), o PSP (uma cadeira) e o PSD e PTB (cada um conquistando mais uma cadeira).

Aliás, o crescimento do PR e do PSP também se repetiu no legislativo estadual, onde houve um grande equilíbrio entre o PTB e o PSD<sup>355</sup>, com cada um dos partidos elegendo 11 deputados estaduais, enquanto a UDN<sup>356</sup> elegeu oito, o PR<sup>357</sup> e o PSP<sup>358</sup> elegeram sete cada um e o emergente PDC<sup>359</sup> elegeu um deputado – totalizando 45 deputados estaduais.

Em comparação com as últimas eleições, pode-se concluir que o PTB paranaense teve uma estagnação (ou mesmo uma pequena queda em pontos percentuais), enquanto o PSD apresentou uma queda em pontos percentuais, a UDN manteve-se estável e o PR apresentou um pequeno crescimento, conforme demonstra a tabela abaixo:

<sup>355</sup> A bancada do PSD ficou assim constituída: Francisco Accioly R. da Costa Filho, Helio Setti, João Ribeiro Júnior, Guatacara Borba Carneiro, Waldemiro Pedroso, Candido Machado de Oliveira Neto, Emilio Humberto Carazzai, Mario Faraco, Francisco Sady de Brito, Antonio Lustosa de Oliveira e Ernesto Moro Redeschi.

<sup>356</sup> A bancada da UDN ficou assim constituída: Anibal Khur, Edwino Tempski, José dos Santos Rocha, Ruy Ferraz de Carvalho, Amadeu Puppi, Julio Farah, Dario Marchesini e Francisco Cavalli da Costa.

<sup>357</sup> A bancada do PR ficou assim constituída: Chafic Cury, Nilson Batista Ribas, Paulo Afonso Alves de Camargo, Oscar Lopes Munhoz, João Xavier Viana, Amaury de Oliveira e Silva e Nicanor de Vasconcelos Souza.

<sup>358</sup> A bancada do PSP ficou assim constituída: Arthur Gotuzzo de Souza, Tadeu Sobocinski, Benedito Moreira, João Chede, Eurico Batista Rosas, Zaqueu de Mellio e João Ferreira Neves.

<sup>359</sup> O PDC elegeu Rafael Kulisky (IPARDES, 1989a, p. 128-129).

Tabela 18 – Número de cadeiras (por partido) na Assembléia Legislativa do Paraná (1947-1954)

Partido	Nº de cadeiras em 1947 (%)	Nº de cadeiras em 1950 (%)	Nº de cadeiras em 1954 (%)
PSD	16 (43,24%)	16 (35,55%)	11 (24,44%)
PTB	6 (16,21%)	12 (26,66%)	11 (24,44%)
UDN	7 (18,91%)	8 (17,77%)	8 (17,77%)
PR	4 (10,81%)	6 (13,33%)	7 (15,55%)
PSP	1 (2,7%)	2 (4,44%)	7 (15,55%)
PRP	2 (5,4%)	1 (2,22%)	-----
PCB	1 (2,7%)	-----	-----
PDC	-----	-----	1 (2,22%)
Total	37 (100%)	45 (100%)	45 (100%)

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados fornecidos em IPARDES (1989a).

Embora a novidade nessa eleição tenha sido o surgimento, em termos eleitorais, do PDC no Paraná, o principal destaque foi o grande crescimento eleitoral do PSP no estado, que de duas passou a ocupar sete cadeiras.

Por sua vez, o PTB elegeu, em ordem de votação, os seguintes deputados<sup>360</sup>:

- Antônio Annibelli: advogado e ex-prefeito de Clevelândia, na região sudoeste do estado. Reelegeu-se aos 43 anos de idade (nasceu em 1911).
- Raul de Rezende Filho: fazendeiro e cafeicultor em Jacarezinho, no norte do Paraná. Membro da Executiva Estadual, reelegeu-se aos 38 anos de idade (nasceu em 1916).
- Mário Batista de Barros: médico com atuação em Curitiba e região metropolitana. Representava o Diretório de Bocaiúva do Sul. Elegeu-se aos 43 anos de idade (nasceu em 1911).
- Jorge de Lima: advogado e promotor público em Siqueira Campos, no norte do estado. Reelegeu-se aos 38 anos de idade (nasceu em 1916).
- Miguel Buffara: advogado e empresário com atuação em Paranaguá e região. Elegeu-se aos 41 anos de idade (nasceu em 1913).
- Domício Scaramella: empresário do setor madeireiro e prefeito de União da Vitória. Elegeu-se aos 37 anos de idade (nasceu em 1917).

<sup>360</sup> A suplência ficou assim constituída: 1º Suplente: Júlio Rocha Xavier (do Diretório de Curitiba); 2º Suplente: José Machuca (do Diretório de Antonina); 3º Suplente: José Hoffmann (do Diretório de Ponta Grossa); 4º Suplente: João Cernicchiaro (do Diretório de Arapongas); 5º Suplente: Waldemar Daros (do Diretório de Curitiba).

- José Teixeira da Silveira: médico e prefeito de Nova Esperança, na região norte do estado. Elegeu-se aos 36 anos de idade (nasceu em 1918).
- Pedro Liberti: fazendeiro e prefeito de Rolândia, no norte do estado. Elegeu-se aos 43 anos de idade (nasceu em 1911).
- Pedro Mariucci: comerciante e prefeito de Cornélio Procópio, no norte do estado. Terceiro vice-presidente do partido, elegeu-se aos 41 anos de idade (nasceu em 1913).
- Joaquim Néia de Oliveira: advogado e prefeito de Ribeirão Claro, no norte do estado. Elegeu-se aos 27 anos de idade (nasceu em 1927).
- Libâneo Estanislau Cardoso: médico e prefeito de Castro, no centro do estado. Elegeu-se aos 44 anos de idade (nasceu em 1910).

Portanto, houve uma grande renovação na bancada trabalhista, pois apenas três deputados foram reeleitos: Antônio Anibelli, Jorge de Lima e Raul de Rezende Filho. Da antiga bancada estadual, dois deputados foram eleitos para a Câmara dos Deputados (Antônio Baby e Divonsir Borba Cortes); Gastão Vieira de Alencar disputou uma vaga na Câmara dos Deputados, mas não obteve êxito; Júlio Rocha Xavier (que concorreu ao seu terceiro mandato) e José Hoffmann (nome forte do PTB de Ponta Grossa) ficaram como suplentes; enquanto Dagoberto Pusch, Alcides Caetano, Francisco Silveira da Rocha e Francisco Soares não se reelegeram.

Outro aspecto que chama a atenção é o fato de nenhum deputado estadual eleito representar o Diretório de Curitiba<sup>361</sup>, mas somente de pequenas cidades do interior do estado – cinco eleitos eram os atuais prefeitos de cidades da região norte do estado e um prefeito de União da Vitória, no sudeste.

Dos 15 petebistas eleitos para os cargos de deputados federais e estaduais, observa-se a predominância de bacharéis em Direito (sete ao todo, sendo que um atuava como desembargador, um como funcionário público e um também como empresário). As outras profissões desempenhadas eram médico (três), fazendeiro (dois), empresário (dois), comerciante (um) e um ex-ferroviário (Antônio Baby, que se elegera deputado federal). Novamente, a maioria dos deputados petebistas eleitos eram oriundos do norte do Paraná

---

<sup>361</sup> Concorreram pelo Diretório de Curitiba: Júlio Rocha Xavier, Cel. Alcides Amaral Barcelos (então secretário do Trabalho no governo Bento), Armando Stamm, Emanuel Coelho, Gamaliel Bueno Galvão (diretor do efêmero jornal *Vanguarda Trabalhista*), Hermínio Cabral, José Alves Teixeira, Lourival Portela Natel, Othelo Lopes, Ubiratan Brandão, Washington Mansur e Waldemar Daros. In: *Gazeta do Povo*, 6 abr. 1954, p. 8.



(50% dos deputados federais e 54,5% dos deputados estaduais). No que tange à média de idade, a bancada do PTB paranaense na Câmara dos Deputados possuía uma média de 49,75 anos, enquanto a bancada petebista na Assembleia rejuvenesceu, possuindo uma média de 39,1 anos.

### **3.6.2. A eleição para a prefeitura de Curitiba e o surgimento político de Ney Braga**

Além das eleições para o Legislativo federal e estadual, outro importante acontecimento político em 1954 foi a primeira eleição direta à prefeitura de Curitiba, também realizada em outubro<sup>362</sup>, vencida pelo Major Ney Braga<sup>363</sup>, que emergia no cenário político paranaense.

O militar Ney Aminthas de Barros Braga era ex-cunhado do governador Bento Munhoz da Rocha Neto e ocupava o posto de Chefe de Polícia do Paraná (equivalente a secretário de Segurança Pública) desde 1952. Nas eleições para a prefeitura de Curitiba, Ney Braga, que não era filiado a nenhum partido, teve a sua candidatura lançada por Bento Munhoz da Rocha Neto, concorrendo com o apoio oficial do Partido Republicano (PR) e do Partido Social Progressista (PSP). Ney também contou com o apoio de uma fração significativa da União Democrática Nacional (UDN), que abandonou o seu candidato oficial (Manoel Aranha) para apoiá-lo.

Por sua vez, o PTB, nesse pleito encontrava-se, mais uma vez, profundamente cindido. Embora o candidato oficial do partido fosse Estevam Ribeiro de Souza Neto, os petebistas Wallace Tadeu de Mello e Silva e Amâncio Moro, não conformado com a decisão do Diretório de Curitiba, candidataram-se por outros partidos.

Favorecido pela divisão do PTB e contando com o importante apoio do governador Bento, dos círculos militares e de setores da Igreja católica, Ney Braga (PR/PSP) obteve 28,7% dos votos, contra 18% de Wallace Tadeu de Mello e Silva (PST), 17,2% de Alfredo Pinheiro Júnior (PSD), 12,5% de Estevam Ribeiro de Souza Neto (PTB), 8,1% de

---

<sup>362</sup> Mais detalhes acerca da eleição municipal de 1954, ver Mauro Rehbein (2008).

<sup>363</sup> Ney Braga nasceu em Lapa (PR) em 25 de julho de 1917. Em 1935, foi para o Rio de Janeiro, onde estudou na Escola Militar de Realengo, concluindo o seu curso em 1937. Em 1938, foi transferido para Santo Ângelo (RS). Em 1940, retornou a Curitiba, casando-se com Maria José Munhoz da Rocha, filha do ex-presidente do Paraná Caetano Munhoz da Rocha e irmã de Bento Munhoz da Rocha Neto. No entanto, sua esposa faleceu em 1944. No final da década de 1940, Ney Braga casou-se novamente e, em setembro de 1951, foi promovido a major (KUNHAVALIK, 2004b, p. 238-240).

Amâncio Moro (PL), 7,1% de João Cid Portugal (PDC), 2% de Roberto Barrozo e 1,7% de Manoel Aranha (UDN)<sup>364</sup>.

Posteriormente, em 1957, Ney Braga rompeu com o PR e com Bento Munhoz da Rocha Neto, ingressando no Partido Democrático Cristão (PDC)<sup>365</sup>. Esse rompimento foi visto por Bento como uma traição política e, a partir de então, ambos tornaram-se inimigos políticos<sup>366</sup>.

### 3.6.3. O PTB e as eleições de 1955

Após as eleições de 3 de outubro de 1954, as atenções político-partidárias direcionaram-se para as sucessões presidencial e estadual. No Paraná, especulava-se que o governador Bento, que enfrentava, desde o final de 1954, uma forte oposição do PSD e de parte do PTB, renunciaria ao governo paranaense, uma vez que pretendia lançar-se como candidato à presidência da República em 1955. No entanto, o governador paranaense não conseguiu reunir forças suficientes para viabilizar a sua candidatura dentro do Partido Republicano (KUNHAVALIK, 2004a, p. 170).

Bento ainda teve o seu nome ventilado para concorrer como vice-presidente na chapa do Marechal Juarez Távora, da UDN<sup>367</sup>. Porém, Bento acabou renunciando, em 3 de abril de 1955, não para concorrer às eleições de 1955, mas para assumir o Ministério da Agricultura no governo de João Café Filho<sup>368</sup>, de quem era amigo pessoal, permanecendo no cargo até novembro de 1955<sup>369</sup>.

Após a renúncia de Bento, o governo do Paraná esteve interinamente, durante o mês de abril, nas mãos do deputado petebista Antônio Annibelli, presidente da Assembleia

<sup>364</sup> Cf. *Gazeta do Povo*, 13 out. 1954, p. 1. Ver também KUNHAVALIK, 2004b, p. 252-253.

<sup>365</sup> Um dos principais motivos que levaram ao rompimento entre Ney Braga e Bento Munhoz da Rocha Neto se deve ao fato de Bento estar articulando a sua candidatura à Câmara dos Deputados em 1958 e a candidatura de Ney Braga à Assembleia Legislativa. Porém, Ney ambicionava concorrer à Câmara Federal e, sem espaço no PR, optou em migrar para o PDC.

<sup>366</sup> Mais detalhes sobre a biografia política de Ney Braga, ver KUNHAVALIK (2004b).

<sup>367</sup> Aliança que não foi concretizada, pois o Diretório Nacional da UDN preferiu lançar um próprio udenista – Milton Campos – como candidato à vice-presidência. Bento também revela ter recebido uma proposta do ex-presidente Artur Bernardes, presidente nacional do PR, para ser companheiro na chapa de Juscelino Kubitschek, mas recusou tal proposta (ROCHA NETO, 1961, p. 23).

<sup>368</sup> João Café Filho, do PSP, era vice de Vargas e assumiu a presidência após a sua morte.

<sup>369</sup> Em novembro de 1955, Café Filho precisou se afastar da presidência, sendo substituído por Carlos Luz e, em seguida, Nereu Ramos.

Legislativa<sup>370</sup>, até que uma eleição indireta elegeu Adolpho de Oliveira Franco como o governador responsável para concluir o mandato de Bento<sup>371</sup>.

Em âmbito nacional, o Partido Trabalhista Brasileiro discutia internamente acerca da linha política a ser adotada, porém encontrava-se cindido em três frações, conforme aponta Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p. 168): “uma minoritária, que defendia o lançamento de candidato próprio às eleições; outra que pensava em reviver a aliança PSP-PTB; e outra, da qual João Goulart era adepto, que pretendia a realização de uma aliança PTB-PSD”.

De acordo com a autora (Ibidem, p. 169), no dia 11 de abril de 1955, poucos dias antes da Convenção Nacional do PTB, realizou-se uma reunião na casa de Oswaldo Aranha – na qual estavam presentes os petebistas João Goulart, Abilon de Souza Naves (vice-presidente do PTB) e os líderes pessedistas Ernani do Amaral Peixoto e Juscelino Kubitschek –, acertando-se as bases do acordo eleitoral<sup>372</sup>.

Após uma intensa negociação entre os dois partidos – e da qual Souza Naves foi um importante intermediário –, o acordo foi selado e homologado na Convenção Nacional do PTB, realizada em 18 de abril de 1955. No entanto, a chapa JK-Jango não foi unanimidade dentro do PTB, surgindo grupos dissidentes. Maria Celina D’Araújo (1996, p. 110-111) lembra que havia três tendências entre os dissidentes: uma tendia a engrossaram o coro das denúncias de ligações de Jango com o PCB<sup>373</sup> e defendia a candidatura de Oswaldo Aranha; um grupo majoritário de dissidentes apoiava a candidatura de Adhemar de Barros

<sup>370</sup> Na época não havia o posto de vice-governador, que somente foi criado no início de 1964.

<sup>371</sup> Segundo David Carneiro e Túlio Vargas (1994, p. 209), a eleição de Oliveira Franco, banqueiro e presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná, resultou do consenso dos grandes partidos, que aceitaram seu nome como ideal para a fase de transição, dada a sua equidistância no próximo pleito sucessório.

<sup>372</sup> Conforme Lucília Delgado (1989, p.169-170), em caso de vitória, o PTB indicaria os nomes dos Ministérios do Trabalho e da Agricultura; além disso, o PSD se comprometeria a respeitar o programa mínimo do PTB, que seria apresentado na Convenção Nacional trabalhista. Segundo ainda a historiadora (Ibidem, p. 170), esse programa eleitoral do PTB apresentava uma linha de propostas de natureza reformista (elaborado por Fernando Ferrari, Alberto Pasqualini e outros petebistas doutrinários), cujos pontos programáticos, que Juscelino comprometeu-se a aceitar, eram: 1º) à defesa das liberdades, à garantia ao trabalho e ao combate aos trusts; 2º) à realização da reforma agrária, com extensão da legislação trabalhista e previdência ao campo; 3º) à reforma eleitoral, visando anular a influência do poder econômico nas eleições; 4º) ao estímulo à educação e à cultura, tornando realidade o ensino primário gratuito; 5º) à defesa da saúde e da medicina pública, através da unificação e uniformização de medicamentos pelo Estado; 6º) ao combate à inflação; 7º) à construção de uma rede viária e de obras contra a seca.

<sup>373</sup> Lucília Delgado (1989, p. 170-171) lembra que as propostas reformistas do PTB eram muito próximas das teses defendidas pelo PCB, o que catalisou a aproximação entre trabalhistas e comunistas durante a campanha eleitoral. Inclusive, o PCB, por meio de uma carta assinada por Luís Carlos Prestes, apoiava oficialmente a chapa JK-Jango.

e Danton Coelho; e um grupo minoritário, principalmente em São Paulo, apoiava o udenista Juarez Távora – o que motivou a expulsão de 17 petebistas da seção paulista<sup>374</sup>.

Em nível estadual, o PTB paranaense, desde 1951, já planejava concorrer à sucessão estadual com um candidato próprio, cujo nome mais provável era o de Abilon Souza Naves, presidente da Executiva Estadual. Entretanto, desde o final de 1954 o deputado federal Parahylio Borba – que não foi bem sucedido na eleição para o Senado – passou a disputar com Souza Naves o posto de candidato trabalhista no pleito de outubro de 1955<sup>375</sup>.

Na verdade, essa querela entre Souza Naves e Borba era apenas mais um episódio entre os dois homens que disputavam, desde o começo da década, o poder dentro do partido. A ala borbista acreditava que Souza Naves poderia estar enfraquecido dentro do partido em virtude da morte de Getúlio Vargas, com quem gozava de grande prestígio. Contudo, Souza Naves, que era o segundo vice-presidente nacional do PTB, possuía fortes vínculos com João Goulart, de quem era um fiel aliado, e detinha o apoio da maioria dos trabalhistas do Paraná. Em virtude disso não teve dificuldades para vencer, mais uma vez, a disputa com Borba.

Após alguns meses de negociações, o Partido Republicano (PR) inclinava-se a apoiar o candidato petebista, formando, assim, uma nova coalizão. No entanto, Souza Naves, por motivos de saúde, anunciou que não pretendia mais concorrer ao governo do estado. A partir dessa reviravolta, o PTB paranaense passou a ser cortejado por diversos partidos, dentre eles a UDN e o PSD, além de também ter ocorrido uma grande disputa interna para o posto de candidato trabalhista.

Antes da Convenção Estadual do partido, que seria realizada no dia 22 de maio de 1955 e na qual se definiria o candidato petebista, ganhava força dentro do PTB a possibilidade do partido apoiar a candidatura do udenista Cel. Francisco de Paula Soares Neto, hipótese articulada pelos deputados estaduais Antônio Annibelli e Jorge de Lima,

---

<sup>374</sup> De acordo com Maria Celina D'Araújo (Idem), a direção nacional do PTB, para domesticar o partido, promoveu uma série de expurgos. Assim, foram expulsos do partido Danton Coelho (que aceitou concorrer à vice-presidência pelo PSP, na chapa de Adhemar), Hugo Borghi (PTB-SP), José Brochado da Rocha (PTB-RS), entre outros. O mineiro Lúcio Bittencourt, um dos principais líderes da corrente antijanguista do PTB, também constava na lista, mas veio a falecer antes da sua expulsão. Entre os membros do PTB do Paraná expulsos, estavam os ex-deputados federais Sebastião Vieira Lins e Parahylio Borba, o ex-deputado estadual Gastão Vieira de Alencar e o Cel. Alcides do Amaral Barcellos (Cf. TSE, processo nº 529/1955).

<sup>375</sup> Cf. “Notas Políticas”. In: *Gazeta do Povo*, 10 dez. 1954, p. 3.

ambos da ala bentista<sup>376</sup>. No entanto, tal aliança com a UDN desagradava às correntes mais progressistas do partido<sup>377</sup> e o próprio PR. Assim, acabou sendo descartada<sup>378</sup>.

Na referida Convenção, os principais nomes que despontavam como postulantes ao posto de candidato trabalhista eram Mário de Barros, Parahylio Borba e Rubens de Mello Braga. Contudo, apoiado por Souza Naves<sup>379</sup> e contando com a simpatia de grande parte do Partido Republicano<sup>380</sup>, o médico e deputado estadual Mário Batista de Barros, que então ocupava a secretaria de Saúde do governo de Adolpho de Oliveira Franco, venceu a disputa e foi oficializado como o candidato petebista ao governo do Paraná<sup>381</sup>.

Nos meses seguintes, os demais partidos foram definindo os seus candidatos à sucessão estadual: o PSD lançou o nome do senador e ex-governador Moysés Lupion; na UDN, o senador Othon Mader venceu a disputa interna com o Cel. Francisco de Paula Soares Neto e foi oficializado como o candidato do partido; o PSP lançou o deputado federal Luís Carlos Tourinho (filho do Cel. Plínio Tourinho), o candidato a deputado federal mais votado nas eleições de 1954; por fim, o PSB concorreu com Carlos Amoreti Osório.

Utilizando-se habilmente de um discurso de que resolveria o problema fundiário dos posseiros – fornecendo-lhes escrituras definitivas – nas regiões oeste/sudoeste e norte do estado, no qual acusava o governo Bento de não saber ou não querer resolver o problema da terra no Paraná, além de também prometer mais investimentos em estradas, energia e outras obras de infra-estrutura no interior do estado, Moysés Lupion sagrou-se vencedor no pleito de 3 de outubro e, assim retornaria ao governo do Paraná em 1956.

---

<sup>376</sup> Convém salientar que o ex-governador Bento Munhoz da Rocha era favorável a uma coalizão entre UDN/PTB/PR em torno do nome do Cel. Paula Soares.

<sup>377</sup> Sobretudo a Mocidade Trabalhista. Cf. “No seio do PTB, como ave sem ninho, um líder da UDN”. In: *O Dia*, 11 maio 1955, p. 1 e 4. “O PTB ortodoxo contrário à candidatura de Paula Soares. In: *O Dia*, 12 maio 1955, p. 1 e 4. Ver também: “O PTB do Paraná é um partido suicida”. In: *Gazeta do Povo*, 13 maio 1955, p. 3.

<sup>378</sup> Especulou-se, na imprensa, em virtude de uma ordem oriunda do Diretório Nacional. Cf. “Notas Políticas”. In: *Gazeta do Povo*, 18 maio 1955, p. 3.

<sup>379</sup> Em fevereiro de 1956, alguns trabalhistas revelaram na imprensa que a orientação do Diretório Nacional do PTB era que caso Souza Naves não concorresse ao governo do estado, o partido deveria coligar-se ao PSD e apoiar a candidatura de Lupion. No entanto, Souza Naves, durante a Convenção petebista de maio de 1955, não levou a proposta de aliança com o PSD para votação e optou por outro caminho: que o partido concorresse com candidato próprio. (Cf. “Souza Naves traiu a vontade da direção nacional do PTB”. In: *O Dia*, 11 fev. 1956, p.1).

<sup>380</sup> O grupo liderado pelo ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto era contrário ao apoio dos perrepistas a Mário de Barros. No entanto, o seu grupo acabou derrotado na Convenção Estadual do PR, realizada entre os dias 31 de maio e 2 de junho de 1955, na qual o partido ratificou o seu apoio ao candidato petebista. Cf. “Notas Políticas”. In: *Gazeta do Povo*, 2 e 3 jun. 1955, p. 3.

<sup>381</sup> Cf. “Ebulição política no Partido Trabalhista Brasileiro”. In: *Diário da Tarde*, 19 maio 1955, p. 1 e 4. Ver também: “Realizada a Convenção Estadual do PTB”. In: *Diário da Tarde*, 23 maio 1955, p. 1 e “Notas Políticas”. In: *Gazeta do Povo*, 25 maio 1955, p. 3.

Com a desunião das forças oposicionistas, a vitória de Lupion era previsível, uma vez que o ex-governador ainda gozava de grande prestígio junto ao eleitorado paranaense, além de também controlar a grande imprensa do estado e investir muitos recursos financeiros em sua campanha.

Tabela 19 – Resultado das eleições para o governo do Paraná em 1955

Candidato	Partido/Coligação	Nº de votos	%
Moysés Lupion	PSD-PDC-PTN	184.384	40,8%
Mário Batista de Barros	PTB-PR	130.388	28,9%
Othon Mader	UDN	65.886	14,6%
Luis Carlos Tourinho	PSP	45.525	10,1%
Carlos Amoreti Osório	PSB	407	0,1%
Branços		18.295	4%
Nulos		6.665	1,5%
TOTAL		451.550	100%

FONTE: IPARDES (1989a, p. 11).

Além de não possuir a mesma força política e econômica de Lupion, o candidato petebista Mário de Barros também não foi unanimidade dentro do próprio partido<sup>382</sup>. Em outras palavras, o PTB encontrava-se desunido justamente na primeira eleição em que concorreu com candidato próprio ao governo do estado, o que certamente contribuiu para a sua derrota. Nesse sentido, Léo de Almeida Neves lembra que Mário de Barros teve uma campanha eleitoral “sem recursos financeiros e com pouco empenho do PTB, salvo na região sudoeste, onde venceu<sup>383</sup>”.

De fato, não houve um grande empenho do PTB na candidatura de Mário de Barros, pois enquanto Souza Naves manteve-se ausente durante a campanha eleitoral, outras lideranças do partido declaravam publicamente a sua contrariedade à candidatura de Mário de Barros<sup>384</sup>, aversão esta também compartilhada em diversos diretórios do interior do estado. Dessa forma, grande parte do PTB apoiou a candidatura de Lupion e procurou, *a posteriori*, legitimar tal decisão apoiando-se na coalizão PSD-PTB em nível nacional<sup>385</sup>.

<sup>382</sup> Durante a campanha eleitoral, o PTB chegou a cogitar a troca de Mário de Barros por outro nome, como os deputados federais Divonsir Borba Cortes e Cid Campello (Cf. “Notas Políticas”. In: *Gazeta do Povo*, 9 jul. 1955, p. 3), o que posteriormente não se concretizou.

<sup>383</sup> Depoimento de Léo de Almeida Neves, realizado ao autor em setembro de 2013.

<sup>384</sup> Dentre eles Parahylio Borba, Raul de Rezende Filho, Sebastião Vieira Lins, Gastão Vieira de Alencar, Alcides do Amaral Barcellos, Waldemar Daros, entre outros.

<sup>385</sup> Uma prova disto é a entrevista do deputado federal Cid Campello, após ser nomeado secretário do Trabalho de Lupion. Ver *Gazeta do Povo*, 2 fev. 1956, p. 8.

No que concerne às eleições presidenciais, a aliança PSD-PTB sagrou-se vitoriosa, com Juscelino Kubitschek sendo eleito presidente da República com 36% dos votos – derrotando Juarez Távora, da UDN (que obteve 30% dos votos), Adhemar de Barros, do PSP (com 26% dos votos), e Plínio Salgado, do PRP (com 8% dos votos) (FAUSTO, 2006, p. 232) –, enquanto João Goulart elegeu-se vice-presidente, derrotando o udenista Milton Campos e o ex-petebista Danton Coelho, que concorreu pelo PSP.

Entretanto, é importante ressaltar que, apesar da força da aliança PSD-PTB, Juscelino Kubitschek foi derrotado no Paraná por Adhemar de Barros:

Tabela 20 – Resultado das eleições presidenciais de 1955 no Paraná

Candidatos	Partido/coligação	Número de votos	Percentual (%)
Adhemar de Barros	PSP	127.433	28,1%
Juscelino Kubitschek	PSD-PTB	108.998	24%
Plínio Salgado	PRP	103.337	22,8%
Juarez Távora	UDN-PDC	91.136	20,1%
Branco		10.563	2,3%
Nulos		12.522	2,7%
Total		453.989	100%

Fonte: IPARDES (1989a, p. 9).

Além da grande popularidade que desfrutava o paulista Adhemar de Barros, sobretudo no norte paranaense, outro importante fator que contribuiu para a derrota de JK no Paraná foi a desobediência do PSD e de parte do PTB paranaense, sobretudo os diretórios do norte do estado, em seguir às orientações dos respectivos diretórios nacionais.

No PSD paranaense, Moysés Lupion, presidente do partido, liberou o diretório do compromisso de votar em JK, o que catalisou uma diferença pessoal entre o presidente e o governador recém-eleitos (COLNAGHI, 1991, p. 14). Convencido que o PSD do Paraná havia apoiado a candidatura de Adhemar de Barros, Juscelino sentiu-se traído por Lupion e não repassou nenhum recurso federal ao Paraná durante o seu mandato (HELLER; DUARTE, 2000, p. 73).

Por sua vez, no PTB paranaense alguns diretórios do norte do estado, liderados pelo deputado estadual Raul de Rezende Filho (do Diretório de Jacarezinho) e João Cernicchiaro (do Diretório de Arapongas), entre outros, apoiaram as candidaturas pesepistas de Adhemar de Barros e Danton Coelho<sup>386</sup>.

<sup>386</sup> Cf. “A ferro e fogo”. In: *O Dia*, 14 jun. 1955, p. 4.

Ademais, também merece destaque o desempenho eleitoral de Plínio Salgado no Paraná<sup>387</sup>, que obteve uma votação muito próxima de JK, além de ter sido o candidato presidencial mais votado em Curitiba e em Ponta Grossa (Cf. IPARDES, 1989a, p. 19-27).

Após a vitória da chapa JK-Jango, cresciam rumores no cenário político nacional de conspirações golpistas para impedir a posse do presidente e vice-presidente eleitos. Segundo Jorge Ferreira (2003b, p. 319), os udenistas tentaram anular o pleito, defendendo a tese da “maioria absoluta” e “denunciando” o apoio dos comunistas a Juscelino, bem como as fraudes eleitorais.

Nesse contexto de instabilidade política ocorreu uma tentativa de golpe: após o presidente Café Filho licenciar-se por problemas cardíacos, no dia 8 de novembro de 1955 assumiu a presidência da República o presidente da Câmara dos Deputados Carlos Luz (PSD), que era contrário a posse de JK. Conjuntamente com Carlos Lacerda e alguns militares, articularam um golpe de Estado, que foi evitado pelo ministro da Guerra Henrique Teixeira Lott, aliado de JK, que comandou um contragolpe, ou golpe preventivo, no dia 11 de novembro. O episódio, conhecido como novembrada, destituiu Carlos Luz e nomeou para a presidência da República o presidente do Senado Nereu Ramos, que governou o país sob o estado de sítio até a posse de Juscelino, em 31 de janeiro de 1956.

\*\*\*

Permanecendo no comando do PTB paranaense por mais de dez anos, Souza Naves conseguiu reestruturar e fortalecer o partido e se consolidou como a principal liderança trabalhista no Paraná. Entretanto, esse processo foi lento e repleto de conflitos.

Inicialmente, Souza Naves procurou seguir as orientações do Diretório Nacional no sentido de pacificar e reestruturar o partido. Em nível estadual, optou em não reatar as relações entre os petebistas e Lupion e adotar uma posição neutra da sucessão estadual de 1950, vencida pelo candidato antilupionista Bento Munhoz da Rocha Neto, do Partido Republicano. No referido pleito, o PTB paranaense, apesar de enfrentar problemas estruturais e financeiros, apresentou um significativo crescimento eleitoral graças, sobretudo, à força simbólica do getulismo e da doutrina trabalhista, cujo poder de mobilização política e social foi uma estratégia amplamente utilizada pelos candidatos petebistas. Assim, o partido elegeu três deputados federais e doze deputados estaduais, que representavam diversas cidades do interior do estado, evidenciando que, sob o comando de

---

<sup>387</sup> Cf. o artigo “O voto integralista no Paraná”, de Amanda L. Gomes (2006).



Souza Naves, o PTB estava gradativamente se estruturando e crescendo no interior do Paraná.

Além de ser fiel partidário de Getúlio Vargas, Souza Naves também procurou consolidar a sua liderança à frente do PTB do Paraná costurando alianças com diversos diretórios trabalhistas do interior do estado, o que foi fundamental para que vencesse as constantes disputas com Parahylio Borba pelo comando partidário. Ademais, o prestígio e a influência de Souza Naves no PTB paranaense cresceram ainda mais a partir do momento em que passou a integrar a Executiva Nacional do partido em 1952, tornando-se um dos homens de confiança de João Goulart. Portanto, além dos fortes vínculos pessoais que mantinha com Vargas e Jango, Souza Naves também se revelou um político astuto, paciente, conciliador e muito pragmático, o que contribuiu para a consolidação da sua liderança frente ao PTB do Paraná.

Durante o governo de Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955), o PTB paranaense encontrava-se oficialmente em uma posição de equidistância, porém, na prática, o partido estava dividido em dois grupos: os bentistas e os independentes. Contudo, a posição periférica que o PTB ocupava no governo estadual contribuiu para aumentar o descontentamento dos trabalhistas, que decidiram romper oficialmente com o governador em abril de 1954.

Nas eleições de outubro de 1954, o PTB do Paraná manteve-se estável, elegendo quatro deputados federais e onze deputados estaduais. Porém, o partido não conseguiu eleger Parahylio Borba senador e nem obteve êxito na primeira eleição direta à prefeitura de Curitiba em 1954. Portanto, a morte traumática de Getúlio Vargas e a sua Carta Testamento não foram fatores de desequilíbrio a favor dos petebistas nesse pleito.

Após concorrer pela primeira vez com candidato próprio ao Senado em 1954, no ano seguinte o PTB paranaense concorreu pela primeira vez com candidato próprio ao governo do Paraná. Com a desistência de Souza Naves, o partido lançou a candidatura do médico e deputado estadual Mário de Barros. Embora contasse com o apoio oficial do PR, a candidatura de Mário de Barros não foi unanimidade dentro do próprio PTB e, por isso, houve pouco empenho de alguns grupos dentro do partido em apoiar a sua campanha. Em suma, a desunião dos petebistas e os poucos recursos financeiros do partido na campanha eleitoral contribuíram para a vitória de Moysés Lupion, que retornaria ao governo do estado.

Por fim, convém ressaltar que até a primeira metade da década de 1950 o PTB do Paraná era um partido dominado pelos “pragmáticos-getulistas”, composto por principalmente por políticos profissionais, empresários, cafeicultores e profissionais liberais que disputavam cargos e benefícios e que, sem uma maior orientação doutrinária, apenas cultivavam o carisma de Getúlio Vargas e o seu legado trabalhista como instrumento de mobilização política e social. No entanto, também havia dentro do partido uma ala jovem, denominada Mocidade Trabalhista, cujos líderes eram os estudantes Manoel Claudius Gomes Pereira e Léo de Almeida Neves, que eram admiradores de Alberto Pasqualini. Juntamente com o jornalista Gamaliel Bueno Galvão, esse pequeno grupo de trabalhistas-reformistas procuravam expressar as suas orientações doutrinárias por meio de alguns efêmeros periódicos e foram gradativamente ganhando espaço nas hostes petebistas, conforme veremos no próximo capítulo.

### **O CRESCIMENTO ELEITORAL DO PTB PARANAENSE E A ASCENSÃO DOS “PRAGMÁTICOS-REFORMISTAS” E DOS “PLUTOCRATAS” (1956-1960)**

Durante os anos do governo de Juscelino Kubitschek, o PTB paranaense obteve um significativo crescimento eleitoral, pois, além de aumentar a sua bancada na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa, também elegeu Abilon de Souza Naves senador e o Gen. Iberê de Mattos prefeito de Curitiba. E foi nessa conjuntura que houve a ascensão, dentro do partido, de dois grupos distintos: dos “plutocratas”, formados por ricos empresários e cafeicultores, e dos “pragmáticos-reformistas”, defensores de um programa trabalhista, nacionalista e reformista.

Em suma, o presente capítulo pretende: a) analisar os fatores que levaram ao crescimento eleitoral do PTB no Paraná; b) refletir acerca da ascensão dos grupos dos “plutocratas” e dos “pragmáticos-reformistas” nas hostes do partido; c) verificar os fatores que levaram o PTB a ficar na oposição durante o segundo governo de Moysés Lupion (1956-1960); d) abordar as relações entre Jânio Quadros e o PTB paranaense; e e) analisar as consequências que a morte de Souza Naves, o principal líder trabalhista do Paraná, trouxe para o PTB.

#### **4.1. O PTB E O GOVERNO JK<sup>388</sup>: ESTABILIDADE POLÍTICA, NACIONALISMO E REFORMISMO**

Na segunda metade da década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o Brasil passaria por profundas transformações, em diversos âmbitos. Em comparação com o segundo governo Vargas (1951-1954), o governo JK pode ser

---

<sup>388</sup> Sobre o governo Juscelino Kubitschek, ver os trabalhos de Maria Victoria Benevides (1976), Ricardo Maranhão (1981) e Vânia Maria Moreira (2003).

considerado um período de estabilidade política, principalmente em virtude da aliança entre PSD e PTB, que dava sustentação política ao governo no Congresso. Também foi um período de relativa calma nos círculos militares, sobretudo pela atuação do ministro da Guerra, o Mal. Henrique Teixeira Lott – que gozava de grande prestígio em virtude da sua atuação no “contragolpe” de novembro de 1955, que impediu o golpe articulado por Carlos Luz e Carlos Lacerda.

Além disso, o governo JK também foi um período de desenvolvimento econômico. Seu programa de governo, conhecido como Plano de Metas<sup>389</sup>, visava a acelerar o desenvolvimento industrial brasileiro (“cinquenta anos em cinco”, conforme o seu *slogan* de campanha) e, de uma maneira geral, foi bem sucedido, com uma significativa ampliação dos setores rodoviários e energéticos e com a chegada da indústria automobilística ao país.

Assim, por um lado, os anos JK ficaram conhecidos como os “anos dourados”, marcado pelo otimismo, embalado por altos índices de crescimento econômico, pela bossa nova, pela conquista do primeiro título mundial de futebol da seleção brasileira e pela construção de Brasília.

Por outro lado, o governo JK também se caracterizou pela concentração de renda, pela não “interiorização do progresso” e pela inércia nas questões referentes à reforma agrária<sup>390</sup> e a não extensão dos direitos sociais aos trabalhadores rurais. Dessa forma, para a maior parte da população – uma vez que cerca de 70% viviam em zonas rurais – os anos JK “foram mais cinzas do que dourados”, pois continuaram à margem dos benefícios gerados pelo desenvolvimento e crescimento da economia (MOREIRA, 2003, p. 188-191).

Ademais, o governo JK foi marcado pela intensificação dos movimentos sociais urbanos e rurais. Nas cidades, as contradições do modelo de desenvolvimento econômico<sup>391</sup> impulsionaram o crescimento do movimento sindical. Vários são os índices

---

<sup>389</sup> O Plano de Metas era um documento essencialmente econômico, abrangendo 31 metas distribuídas em seis grandes grupos: energia (metas 1 a 5), transportes (metas 6 a 12), alimentação (metas 13 a 18), indústrias de base (metas 19 a 29), educação (meta 30) e a construção de Brasília (meta 31). Tomado em conjunto, o Plano de Metas visava aprofundar o processo de industrialização (MOREIRA, 2003, p. 159).

<sup>390</sup> No que tange à questão fundiária, a colonização das chamadas “fronteiras agrícolas” surgiram como uma alternativa à explosiva reforma agrária. Porém, foi um assunto insuficientemente discutido no período, uma vez que as atenções – e tensões – se voltavam para a reforma agrária em regiões já conturbadas por conflitos sociais. De qualquer forma, o governo JK omitiu-se de qualquer medida de organização fundiária e, assim, a questão da ocupação das “fronteiras agrícolas” não foi minimamente regulamentada. Conseqüentemente, as maiores vítimas dessa inoperância governamental foram os posseiros, as populações ribeirinhas e os povos indígenas do Norte e Centro-Oeste, que estavam desprotegidos das ações dos grileiros, da grande propriedade e dos novos latifúndios que se formavam (MOREIRA, 2003, p. 183-187).

<sup>391</sup> Os gastos governamentais para realizar o Plano de Metas e construir Brasília – capitais provenientes de empréstimos no exterior e da emissão de papel-moeda – trouxeram conseqüências negativas para a economia

dessa ascensão: crescimento do número de greves<sup>392</sup>; visibilidade dos sindicatos pela opinião pública; participação das entidades sindicais na formulação de pautas políticas para o país; construção de organismos intersindicais, entre outros exemplos (MATTOS, 2003, p. 38-39).

No campo, por sua vez, as reivindicações pela reforma agrária e pela extensão dos direitos sociais aos trabalhadores rurais catalisaram a eclosão de diversos movimentos sociais, destacando-se as Ligas Camponesas, que, lideradas por Francisco Julião, “sacudiram” o Nordeste. Soma-se a isso a multiplicação dos conflitos fundiários – alguns, inclusive, armados<sup>393</sup> – pelo país e a crescente organização do sindicalismo rural (MOREIRA, 2003, p. 184).

Outra questão polêmica, e que gerou muitas críticas a JK, foi o seu modelo de industrialização baseado na presença do capital estrangeiro, que foi duramente criticado pelos setores nacionalistas e progressistas, que desejavam um modelo de desenvolvimento autônomo.

Portanto, estabilidade política, reformismo e nacionalismo deram a tônica do debate ideológico no governo Kubitschek (D’ARAÚJO, 1996, p. 122). Segundo Vânia Moreira (2003, p. 170), as questões em debate/embate pelos setores nacionalistas e reformistas foram a industrialização, a presença do capital estrangeiro, a reforma agrária e o pacto social e político que deveria orientar e sustentar o processo de desenvolvimento nacional. A esses temas centrais seguiam-se outros, como a política externa independente e as reformas no sistema eleitoral, administrativo, educacional, entre outros setores.

Vânia Moreira (Ibidem, p. 168-170) também ressalta que, no seio dos setores progressistas, o movimento nacionalista, como um movimento político e social, estava dividido claramente em duas tendências que disputavam a hegemonia política: o “nacional-desenvolvimentismo” – do ISEB<sup>394</sup> e de JK – e o “nacionalismo econômico” ou “nacionalismo de esquerda<sup>395</sup>”.

---

do país, dentre elas o avanço da inflação. Segundo Marcelo Badaró Mattos (2003, p. 38), “a taxa anual de inflação, que em 1955 era de 19,1%, em 1959 atingiu 52,1%”.

<sup>392</sup> No entanto, como lembra Ricardo Maranhão (1981), as greves nem sempre foram aceitas e, algumas vezes, o governo chegou a reagir com violência, inclusive fechando sindicatos. Não obstante, o movimento grevista mais famoso do governo JK foi a Greve dos 400 Mil, ocorrida de 15 a 25 de outubro de 1957, na cidade de São Paulo, considerada “o auge do processo de reaparecimento e massificação do fenômeno da greve. Depois dela, ficou patente a capacidade da classe trabalhadora em expandir seu poder de pressão tanto sobre o empresariado quanto sobre o panorama político” (NEGRO; SILVA, 2003, p. 73-74).

<sup>393</sup> Conforme veremos adiante, um desses conflitos agrários ocorreu, em 1957, no sudoeste do Paraná.

<sup>394</sup> O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), uma instituição ligada ao Ministério da Educação e reunia intelectuais de prestígio como Roland Corbisier, Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira

Não obstante as diferentes tendências, o nacionalismo e o reformismo foram duas bandeiras defendidas pelos setores sociais e políticos progressistas. Nesse sentido, convém lembrar que inclusive partidos conservadores, como o PSD e a UDN, também possuíam alas favoráveis às reformas de base e às questões nacionalistas, como a “Ala Moça” do PSD e a “Bossa Nova” da UDN.

Por sua vez, dentro do PTB também ganhavam espaço o grupo dos “pragmáticos-reformistas”, formado por trabalhistas comprometidos com o ideário nacionalista e por um programa de reformas econômicas e sociais – adotando, assim, uma posição mais próxima das propostas defendidas por Alberto Pasqualini<sup>396</sup>. É a partir desse momento que ganham notoriedade novas lideranças petebistas, como Leonel Brizola, Fernando Ferrari, San Tiago Dantas, Roberto da Silveira, Doutel de Andrade, Almino Affonso, Sérgio Magalhães, entre outros.

Aliás, algumas dessas lideranças defendiam uma postura mais agressiva, em termos programáticos, em relação às adotadas por João Goulart. Essa “fração esquerdista” do PTB aglutinou-se no chamado “Grupo Compacto<sup>397</sup>”, que defendia que o partido deveria adotar um programa mais à esquerda, voltado para a defesa das reformas de base. Articulado em 1958, o Grupo Compacto atuou no interior do PTB, levando-o a adotar posições mais radicais e estimulando-o a aliar-se com outros partidos e políticos de esquerda (DELGADO, 1989, p. 205-206).

Assim, a “fração esquerdista” do PTB gradativamente aproximou-se dos comunistas, que, enfrentando uma traumática crise em virtude das denúncias, em 1956, dos

Pinto, Nelson Werneck Sodré, Cândido Mendes, entre outros. Era um centro ativo: publicava livros que marcaram época, realizava seminários em torno de temas polêmicos e, sobretudo, funcionava como um centro de socialização entre políticos, intelectuais e estudantes. A instituição defendeu muito abertamente a plataforma nacional-desenvolvimentista de JK. O presidente apoiou, por sua vez, as atividades do ISEB, que teve sua “idade de ouro” justamente no quinquênio juscelinista. In: MOREIRA (2003)

<sup>395</sup> Seja pela crítica ao “entreguismo juscelinista”, pelo apelo aos interesses populares ou ainda pela plataforma das reformas sociais e políticas, o nacionalismo econômico foi a perspectiva das esquerdas do período. No meio intelectual, aqueles que melhor articularam as idéias dos nacionalistas econômicos ou nacionalistas de esquerda foram os colaboradores mais ativos da *Revista Brasiliense*, como Caio Prado Jr., Heitor Ferreira Lima, Elias Chaves Neto, entre outros. Diferentemente de JK e dos isebianos, os nacionalistas econômicos assumiam publicamente que a ampliação da participação do capital internacional na economia brasileira poderia reproduzir, em novos termos, a dependência nacional em relação aos países ricos e industrializados. In: MOREIRA (2003).

<sup>396</sup> Contudo, convém ressaltar que apesar da ascensão de um grupo comprometido com propostas nacionalistas e reformistas, o PTB manteria os fortes vínculos de origem com o getulismo e o fisiologismo dele decorrente. Assim, a convivência ambígua e conflituosa entre fisiologismo e reformismo teria acarretado enormes dificuldades para o PTB, fazendo dele uma instituição paradoxal (Cf. DELGADO, 1989).

<sup>397</sup> “O Grupo Compacto teve em Almino Affonso (PTB-RJ), Luiz Fernando Bocaiúva Cunha (PTB-RJ), Fernando Santana (PTB-BA), Armando Temperani Pereira (PTB-RS), Clidenor Freitas (PTB-PI) e Doutel de Andrade (PTB-RJ) seus principais organizadores” (DELGADO, 1989, p. 206).

crimes do regime stalinista na União Soviética (relatório Krushev, divulgado no XX Congresso do PC da URSS), passaram a elaborar autocríticas e renovaram suas concepções teóricas e seus métodos de ação<sup>398</sup>, formulando um novo projeto político. Definido como a “nova política” do PCB (1958/1960), esse novo projeto passou a defender, dentro do regime democrático, as bandeiras do nacionalismo e do anti-imperialismo, das reformas de base e da reforma agrária (antifeudalismo). Para os comunistas, efetuada essa etapa (reformas), possível pela via democrática, o caminho para o socialismo estaria aberto<sup>399</sup> (SEGATTO, 2003, p. 230-231).

Como a ala reformista do PTB e os comunistas defendiam bandeiras comuns – o nacionalismo e as reformas de base –, acabaram estreitaram os laços e costuraram alianças tanto nos sindicatos quanto nos círculos políticos do país. A eles uniram-se outras organizações populares, como sindicatos, as Ligas Camponesas, a União Nacional dos Estudantes (UNE), entre outros, na luta pelas reformas de base.

Também defendendo bandeiras comuns, os parlamentares nacionalistas e progressistas dos principais partidos políticos organizaram-se em frentes interpartidárias, dentre elas a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)<sup>400</sup>, formada em 1956. Apesar da pluralidade ideológica de seus integrantes e apoiadores, a FPN – que apresentava em seus quadros uma forte predominância do PTB – unia todos em órbita da questão da autonomia nacional, caracterizando-se pela sua marcada atuação no poder Legislativo<sup>401</sup>. Além de apresentar projetos de leis específicos em relação a questões nacionalistas, a FPN transformou-se em advogada de defesa das manifestações, greves e reivindicações dos movimentos sociais junto ao Congresso Nacional (DELGADO, 2003, p. 149-150).

Em suma, durante o governo JK o PTB adotou uma posição dúbia, sendo, ao mesmo tempo, um “partido de governo e de oposição”, conforme a definição de Maria Celina D’Araújo (1996, p. 121-125):

---

<sup>398</sup> Tais mudanças seriam consubstanciadas no documento denominado *Declaração de Março* de 1958 e consolidadas na *Resolução* do V Congresso em 1960. No entanto, as mudanças operadas foram parciais e não romperam de forma radical e profunda com o passado; ao contrário, conservaram traços pretéritos fundamentais. Cf. SEGATTO (2003).

<sup>399</sup> Aliás, é importante destacar que a partir da “nova política”, com suas inovações e limites, o PCB, mesmo juridicamente ilegalizado, teve uma inserção crescente e contínua na vida sociopolítica brasileira até 1964, ganhando forte penetração no movimento sindical urbano e rural e entre os estudantes e intelectuais, transformando-se em um importante protagonista no processo histórico em curso naqueles anos (1958-1964) (SEGATTO, 2003, p. 232-233).

<sup>400</sup> Mais detalhes sobre a FPN, ver o artigo de Lucília de Almeida Neves Delgado (2007).

<sup>401</sup> Além das teses nacionalistas e reformistas, a FPN adotou também a defesa da regulamentação do direito de greve e da Lei Orgânica da Previdência Social (Cf. DELGADO, 1989, p. 211).

Durante o governo JK, a atuação do partido no tocante às reformas ficou restrita à ação parlamentar e, nesse caso, só logrou êxito em um aspecto da reforma da Previdência, mediante a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social em 1960. No mais, as reivindicações reformistas e nacionalistas ficaram no papel e nos comícios. Não tiveram acolhida no Parlamento ou Executivo. Isso permitia ao PTB realimentar-se em sua pauta ideológica, denunciando o conservadorismo dominante no país. O partido tinha, portanto, um discurso articulado e em processo de ampliação a ser levado a seu público. Afirmava possuir um consistente programa de reformas a ser implementado, mas dizia-se impedido de fazê-lo porque não tinha controle suficiente sobre o governo (Ibidem, p. 124-125).

Nesse sentido, Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p. 187) ressalta que alguns projetos de leis defendidos pelos trabalhistas, como o da reforma agrária, sempre terminavam arquivados por ação do PSD ou da UDN ou dos dois em conjunto. Portanto, se por um lado “o PTB partilhava dos dividendos dos acertos do governo JK, porque era seu parceiro”, por outro também “criticava a sua inépcia reformista” (D’ARAÚJO, 1996, p. 125).

Jango, por várias vezes, tentou convencer os pessedistas a apoiarem os projetos nacionalistas e reformistas do PTB, mas a maior parte dessas proposições chocava-se com os interesses dos pessedistas, sobretudo os mais conservadores. Desse modo, no final do governo JK já ficava evidente o desgaste da aliança PSD-PTB, uma vez que os projetos políticos e sociais dos dois partidos entraram em conflito (DELGADO, 1989, p. 225-226).

#### **4.2. O PTB PARANAENSE E A OPOSIÇÃO A MOYSÉS LUPION**

No Paraná, a vitória de Moysés Lupion com o apoio de um significativo grupo do PTB, *a priori*, seria um indício de que poderia haver uma coalizão entre os petebistas paranaenses e o governador. No entanto, Souza Naves e outras lideranças trabalhistas preferiram inicialmente adotar uma posição de cautela e esperar que o governador “colocasse as cartas na mesa”. Afinal, Souza Naves não confiava em Lupion, sobretudo após o tratamento despendido pelo governador ao PTB durante o seu primeiro governo (1947-1951).

No início do seu segundo mandato, Lupion tentou cooptar o PTB, oferecendo ao partido a Secretaria de Trabalho e Assistência Social e nomeando para esse cargo o deputado federal petebista Cid Campelo. No entanto, a estratégia adotada pelo governador



para atrair o PTB para a sua órbita não surtiu o efeito esperado, uma vez que Souza Naves exigia mais do que apenas cargos periféricos.

Embora Lupion tentasse sistematicamente seduzir Souza Naves, as negociações tornaram-se longas e nunca se chegou a um consenso entre ambos os lados. Assim, sem um acordo oficial, Souza Naves optou em fazer oposição a Lupion, contando com o apoio de importantes lideranças dentro do partido, como os deputados estaduais Antônio Annibelli, Jorge de Lima, Pedro Liberti e Joaquim Néia de Oliveira, que eram contrários à aproximação do PTB com o governador. Outro grupo que também era contrário à aproximação com Lupion era o dos “pragmáticos-reformistas”, que estavam ganhando espaço nas hostes petebistas.

Por outro lado, havia uma fração dentro do partido que defendia a coalizão com o governador, do qual faziam parte os deputados federais Cid Campelo – nomeado secretário do Trabalho e Assistência Social –, Divonsir Borba Cortes e Antônio Baby, além de Parahylio Borba, Rubens de Mello Braga, Sebastião Vieira Lins, Estevam Ribeiro de Souza Neto e diversos prefeitos petebistas do interior do estado, que almejavam receber recursos financeiros do governo estadual para as suas prefeituras.

Aliás, convém lembrar que muitos petebistas, como Parahylio Borba, Estevam Ribeiro de Souza Neto, Antônio Baby e Rubens de Mello Braga, entre outros, também haviam apoiado anteriormente o governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, que era antilupionista. Desse modo, partindo do pressuposto que o fisiologismo político consiste sempre em procurar estar do lado do grupo vencedor, isto é, apoiar qualquer governo, independente da coerência entre as suas ideologias e planos programáticos, com objetivos meramente clientelistas, podemos concluir que a ala lupionista do PTB era majoritariamente fisiológica.

De fato, a ala que defendia a aproximação com Lupion era formada principalmente por políticos profissionais que barganhavam cargos públicos e nomeações. Assim, o seu apoio ao governador estava estritamente ligado a esse fisiologismo político.

Portanto, o PTB paranaense encontrava-se, mais uma vez, dividido e em uma situação peculiar: oficialmente, encontrava-se em oposição a Lupion, porém, a maior parte da bancada petebista na Assembleia Legislativa não imprimia uma oposição sistemática ao governo, mas sim uma posição colaboracionista em muitos momentos<sup>402</sup>. Ademais,

---

<sup>402</sup> Cf. BARROZO, Roberto. “O queijo das oposições”. In: *Diário da Tarde*, 1º nov. 1956, p. 1 e 6.

diversos diretórios do interior do Paraná declaravam apoiar o governo estadual<sup>403</sup>. Essa dualidade catalisou algumas crises internas dentro do partido durante esse período, pois a ala lupionista pressionava constantemente a Comissão Executiva do PTB, sobretudo o presidente Souza Naves, a aliar-se ao PSD e a Lupion.

O principal argumento da ala lupionista do PTB era que o partido deveria “pacificar a política estadual”, implantando no Paraná a aliança PTB-PSD, que já se configurava em nível nacional. No entanto, Souza Naves inicialmente justificou o seu afastamento do governo Lupion utilizando-se do fato do PSD paranaense ter rompido, em abril de 1956, com o Diretório Nacional<sup>404</sup> e, conseqüentemente, estar em oposição ao presidente Juscelino Kubitschek<sup>405</sup>. Porém, rapidamente os jornais pessedistas/lupionistas (*Gazeta do Povo* e *O Dia*) passaram a publicar notas desmentindo que o PSD paranaense e o governador Lupion tivessem rompimento com o presidente JK, e que tal argumento era apenas uma “justificativa” do presidente petebista, que era pessoalmente contra a coalizão com Lupion.

Entre maio e junho de 1956, novamente Lupion tentou convencer o PTB paranaense a apoiar oficialmente o governo. Todavia, os petebistas exigiam, em contrapartida, duas secretarias, alguns departamentos e o apoio pessedista ao candidato trabalhista ao Senado – ou seja, o apoio à candidatura de Souza Naves. Como os pessedistas não estavam dispostos a ceder às condições impostas pelos trabalhistas, o acordo oficial entre os dois partidos manteve-se longe de ser selado<sup>406</sup>.

Apesar das pressões internas da ala lupionista do PTB e de ser constantemente atacado pela imprensa pessedista/lupionista, Souza Naves mostrava-se irredutível na sua decisão e tinha força política para mantê-la, uma vez que havia se consolidado como a principal liderança dentro do partido, comandando-o com “mão-de-ferro”. Com estreitos vínculos com João Goulart, era vice-presidente nacional do PTB e ambicionava lançar-se como candidato a senador, em 1958, e ao governo do Paraná, em 1960 – e contava o apoio da direção nacional do partido para isso.

---

<sup>403</sup> Cf. BARROZO, Roberto. “Crise no PTB”. In: *Diário da Tarde*, 17 ago. 1956, p. 1 e 4.

<sup>404</sup> Um dos principais fatores para este rompimento foram os boatos de que o PSD do Paraná teria apoiado a candidatura de Adhemar de Barros nas eleições presidenciais de 1955. Em virtude disso, Juscelino Kubitschek não confiava em Lupion e o seu segundo governo não recebeu nenhum repasse de recursos federais (HELLER; DUARTE, 2000, p. 72-73).

<sup>405</sup> Cf. “Panorama político”. In: *Diário da Tarde*, 23 abr. 1956, p. 1. Ver também: “Notas e fatos em foco”. In: *O Dia*, 24 abr. 1956, p. 4.

<sup>406</sup> Cf. “Panorama político”. In: *Diário da Tarde*, 22 maio 1956, p. 1; e 28 maio 1956, p. 1.

Diferentemente da época do primeiro governo Lupion (1947-1951), em que o PTB ainda era demasiadamente fraco e, inclusive, foi financiado e usado pelo governador, agora o Partido Trabalhista encontrava-se estruturado e consolidado como um partido popular e forte eleitoralmente. Em virtude disso, Souza Naves e outras lideranças trabalhistas argumentavam que o PTB deveria ter uma maior participação no governo estadual e que deveria ser realmente valorizado – demonstrando, assim, que não havia esquecido o tratamento dado ao partido por Lupion no seu primeiro governo. Além disso, também não abriam mão de concorrer aos principais cargos estaduais (senador e governador) com candidatos próprios.

No entanto, o PTB paranaense sofreu um duro revés nas eleições municipais de novembro de 1956: das 47 cidades do interior paranaense, o PSD conquistou 36 prefeituras. Pautando-se por uma campanha de oposição ao governo Lupion, o PTB perdeu 17 prefeituras para o PSD, inclusive em cidades consideradas redutos trabalhistas, como Paranaíba, no norte do estado, e Cascavel e Pato Branco, na região oeste/sudoeste<sup>407</sup>. Aliás, justamente na região oeste/sudoeste, que era o principal reduto trabalhista no Paraná, o PTB perdeu todas as prefeituras para o PSD.

Segundo Maria Cristina Colnaghi (1991, p. 14), a vitória eleitoral do PSD e de Lupion na região oeste/sudoeste esteve condicionada à exploração eleitoral da questão fundiária da região por meio de uma companhia colonizadora ligada ao PSD: a Companhia Imobiliária Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA)<sup>408</sup>. Mais uma vez, o PSD prometeu regularizar a situação dos posseiros, acusando a CANGO<sup>409</sup> de negligência.

Se, por um lado, as eleições municipais de 1956 comprovaram que Lupion e o PSD ainda detinham em suas mãos uma grande força eleitoral no interior do Paraná, por outro, a grande derrota petebista catalisou grandes preocupações na sua cúpula partidária e abalou o otimismo à candidatura de Souza Naves para o Senado e, posteriormente, para o governo

<sup>407</sup> Cf. “Repercussão da estrondosa vitória do PSD no Paraná”. In: *Gazeta do Povo*, 6 dez. 1956, p.1.

<sup>408</sup> A CITLA se instalou oficialmente na região em 1951, mas a sua presença já se verificava anteriormente. A CITLA era ligada ao grupo econômico de Moysés Lupion, que, não por acaso, tratou de defender os interesses dessa companhia colonizadora enquanto esteve no Senado (1955-1956) e quando assumiu novamente o governo estadual, a partir de 1956. (KUNHAVALIK, 2004a; COLNAGHI, 1991).

<sup>409</sup> A CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório) era uma companhia colonizadora do Governo Federal, criada no início da década de 1940, com o objetivo de promover a colonização dirigida, no então Território Federal do Iguazu – mas precisamente nas glebas denominadas Missões e Chopim –, de colonos vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (KUNHAVALIK, 2004a, p. 196). Maria Cristina Colnaghi (1991, p. 12) diz que a CANGO possuía vínculos políticos com o PTB, uma vez que, no âmbito federal, o Ministério da Agricultura tradicionalmente ficava com o PTB. José Pedro Kunhavalik (Ibidem) lembra que o trabalho de assentamento promovido pela CANGO começou a ser interrompido a partir da instalação na região da CITLA, em 1951.

do estado. Além disso, a referida derrota também contribuiu para o aumento das pressões internas para uma coalizão com o governo Lupion.

#### 4.2.1. A campanha oposicionista a Lupion

De uma maneira geral, o segundo governo de Moysés Lupion foi bastante turbulento, uma vez que o governador paranaense esteve envolvido em uma série de escândalos e enfrentou uma forte campanha oposicionista ao seu governo.

Em janeiro de 1957 explodiu o escândalo da Companhia Paranaense de Eletricidade (COPEL), quando o jornal *Estado do Paraná* denunciou que a empresa, então dirigida por José Lupion, irmão do governador, havia comprado um alqueire de terras na cidade de Piraquara por um preço considerado absurdo (na época, 1,5 milhões de cruzeiros). Acrescenta-se a isso o fato da propriedade comprada pela COPEL pertencer ao próprio José Lupion. O escândalo resultou na demissão de José Lupion e no rompimento entre os dois irmãos.

Posteriormente, os conflitos agrários na região sudoeste do estado se agravam. José Pedro Kunhavalik (2004a, p.197) e Maria Cristina Colnaghi (1991, p. 14-15) dizem que Lupion procurou favorecer na região a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA) – de quem era “sócio oculto” – em detrimento dos colonos e posseiros. A CITLA, que atuava livremente na região, utilizava-se, por meio de capangas, de métodos arbitrários e violentos para persuadir e intimidar os colonos e posseiros que se recusavam a com eles negociar. Em último caso, chegavam a expulsá-los das terras.

Imagem 4 – Mapa da região do sudoeste paranaense em conflito agrário



Fonte: *Caderno Cultural*. Prefeitura de Francisco Beltrão.

A situação na região tendia a torna-se ainda mais crítica à medida que as autoridades eram coniventes<sup>410</sup> com as arbitrariedades e violências – tais como saques, espancamentos (inclusive de mulheres e crianças), incêndios a casas e galpões, destruição de plantações, morte de animais, extorsões, mutilações, estupros e assassinatos<sup>411</sup> – cometidas pelos jagunços das companhias colonizadoras<sup>412</sup> contra os colonos (BATTISTI, 2006, p. 70), o que tornou a região “uma terra sem lei”.

Os adversários políticos de Lupion, sobretudo políticos da UDN e o petebista Antônio Annibelli, passaram a percorrer a região e constataram a série de irregularidades e arbitrariedades cometidas pelas empresas colonizadoras, denunciando que essas grilavam extensas glebas e se utilizavam de pistoleiros de aluguel para expulsar os colonos e posseiros. Tal situação foi amplamente utilizada pelos antilupionistas, que atacavam violentamente o governador por meio das páginas do jornal opositor *Estado do Paraná* e em contundentes pronunciamentos realizados tanto na Assembleia Legislativa quanto nas esferas federais (na Câmara dos Deputados e no Senado Federal).

Na Assembleia, o deputado petebista Antônio Annibelli, cuja base política estava em Clevelândia, na região sudoeste, acusava Lupion de envolvimento com as falcatruas realizadas pelas companhias colonizadoras que operavam na região. Maria Cristina Colnaghi (1991, p. 15-16) lembra que a cruzada contra Lupion na esfera federal teve como principais expoentes o deputado federal udenista Newton Carneiro e o senador udenista Othon Mader, velho inimigo político do governador e autor da famosa declaração “Lupion é pior do que dez geadas<sup>413</sup>” – referindo-se às geadas de 1953 e 1955, que causaram prejuízos incalculáveis à cafeicultura paranaense, na época a principal atividade econômica do estado.

Se, por um lado, os pessedistas se defendiam na Assembleia, responsabilizando a imprensa opositora de divulgar fatos que não correspondiam à realidade e afirmando que reinava calma na região sudoeste, de outro, os opositoristas continuavam a

<sup>410</sup> Segundo Rui Wachovicz (1987, p. 172): “autoridades do governo do Estado colaboraram nesse esquema. Nas delegacias de polícia da região sudoeste foram colocados delegados submissos, que acatavam inclusive ordens emanadas dos gerentes das companhias”.

<sup>411</sup> Os que tentavam resistir eram mortos a tiros e jogados nos rio Chopim, São João, Dois Vizinhos e outros (HELLER; DUARTE, 2000, p. 72).

<sup>412</sup> Mais tarde, no início de 1957, duas novas companhias surgem na região: a Comercial e Agrícola Paraná Ltda. e a Imobiliária Apucarana (COLNAGHI, 1991, p. 14-15). Elir Battisti (2006, p. 70) lembra que as estas companhias se instalaram na região por deliberação de Lupion, que, pressionado pelos financiadores da sua campanha, obrigou a CITLA a vender-lhes uma parte da Gleba Missões.

<sup>413</sup> Conforme lembra Rui Wachovicz (1987, p. 190), o discurso do senador Othon Mader, em outubro de 1957, narrando os principais acontecimentos do sudoeste, teve repercussão nacional. Os principais jornais e revistas do país começaram a enviar repórteres e fotógrafos para a região.

bombardear Lupion, defendendo a desapropriação das terras em litígio, a intervenção federal e o *impeachment* do governador paranaense.

[...] O *impeachment*, além de exigir a comprovação criminal e jurídica da culpabilidade do governador Lupion, exigia aprovação por dois terços do Legislativo. A intervenção federal, via interferência do Exército, apresentava-se como uma medida saneadora que serviria para enfraquecer o governador, possivelmente obrigando-o a renunciar. E, por fim, a desapropriação, mediante depósito simbólico da União e independente do andamento da disputa judicial, teria o efeito imediato de paralisar a ação das companhias imobiliárias (COLNAGHI, 1991, p.16).

Ainda de acordo com Maria Cristina Colnaghi (Ibidem, p. 17-18), Moysés Lupion articulou-se no plano federal, argumentando o quanto seria nocivo para os interesses do PSD medidas contra o seu governo<sup>414</sup>. Dessa maneira, apesar de se encontrar em uma situação política delicada, Lupion conseguiu evitar que o presidente Juscelino interviesse explicitamente no sudoeste do Paraná<sup>415</sup>, ocorrendo apenas uma intervenção mascarada do Exército em Francisco Beltrão, que acompanhou a tomada da cidade pelos colonos.

Cansados da inércia do governo em solucionar o problema agrário na região, cerca de seis mil colonos e posseiros, no dia 10 de outubro de 1957, pegaram em armas e se apoderaram dos principais municípios do sudoeste paranaense, como Pato Branco e Francisco Beltrão – sede da CITLA, onde cerca de quatro mil camponeses tomaram a cidade, expulsaram as autoridades constituídas e destruíram os escritórios das companhias colonizadoras sem que houvesse qualquer tipo de resistência ou derramamento de sangue<sup>416</sup>. Esse movimento ficou conhecido como a Revolta dos Posseiros<sup>417</sup> ou a Revolta dos Colonos (BATTISTI, 2006, p. 72).

Milton Ivan Heller e Maria Duarte (2000, p. 35) lembram que, em Francisco Beltrão, os colonos destruíram o escritório da CITLA e recuperaram os milhares de documentos e promissórias assinados sob coação, queimando-os como se “estivessem libertando-se dos grilhões”. Posteriormente, os comerciantes da região, temendo uma onda de saques, propuseram a criação de uma comissão de cidadãos para manter a ordem e

<sup>414</sup> Convém lembrar que o PSD já havia passado por uma experiência similar, quando o estado de Alagoas, governado pelo pessedista Moniz Falcão, sofreu uma intervenção federal.

<sup>415</sup> Segundo Iria Zanoni Gomes (2005, p. 96), Lupion recebeu um ultimato do Mal. Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra: ou fechava as companhias colonizadoras e acalmava os colonos ou haveria intervenção federal.

<sup>416</sup> O Exército cuidou da retirada dos jagunços e dos funcionários das companhias colonizadoras.

<sup>417</sup> Mais detalhes sobre essa revolta, ver especialmente o trabalho de Iria Zanoni Gomes (2005).

decidir sobre os destinos da cidade. Os colonos concordaram e, por aclamação, o médico Walter Alberto Pecoits, proprietário do Hospital de Francisco Beltrão, foi eleito presidente da comissão. A atuação de Walter Pecoits na Revolta dos Posseiros lhe trouxe grande popularidade e, posteriormente, o médico seria eleito prefeito de Francisco Beltrão, em 1960, e deputado estadual, em 1962, pelo PTB.

Maria Cristina Colnaghi (1991, p. 18) conclui que o grande mérito do movimento agrário no sudoeste paranaense foi a expulsão da CITLA, o que trouxe, na verdade, apenas uma vitória parcial ao movimento, já que muitos continuavam ainda sendo posseiros e vivendo numa situação instável e insegura até meados da década de 1960 – quando a questão agrária efetivamente foi encaminhada para uma solução definitiva.

Portanto, os acontecimentos de outubro de 1957 representaram um duro golpe para Lupion, que, apesar de procurar defender-se sistematicamente perante a opinião pública paranaense utilizando a grande imprensa pessedista (*Gazeta do Povo* e *O Dia*), teve a sua reputação manchada em âmbito nacional. Soma-se a isso o fato da oposição continuar a bombardeá-lo mediante as acusações de improbidade administrativa e corrupção<sup>418</sup>.

### **4.3. A ASCENSÃO DOS “PRAGMÁTICOS-REFORMISTAS” E DOS “PLUTOCRATAS” NO PTB PARANAENSE**

Em 24 de fevereiro de 1957 ocorreu a Convenção Estadual do PTB, na qual seria escolhida a nova Comissão Executiva do partido e que definiria se os petebistas selariam ou não um acordo com o governo Lupion.

À medida que se aproximava a Convenção, aumentavam as pressões da ala lupionista do partido para que ocorresse a coalizão com o governador. Inclusive, um grupo de petebistas – composto por Sebastião Vieira Lins, Alexandre Zainko, Estevam Ribeiro de Souza Neto (que pertenciam à Executiva Estadual), Paulo Rocha Chueri (suplente de deputado federal), Pedro Parigot e Waldemar Daros (suplentes de deputado estadual), Manoel Ribas e Emanuel Coelho – divulgaram, no dia 1º de fevereiro, um manifesto<sup>419</sup> no

---

<sup>418</sup> O fato do governo Lupion, em dificuldades financeiras, ter atrasado o pagamento dos servidores públicos foi também amplamente explorado pelos seus adversários do PTB e da UDN, como “prova” de que Lupion era a “encarnação do mal” (HELLER; DUARTE, 2000, p. 73).

<sup>419</sup> Ver esse manifesto no Anexo 9.

qual defendiam “que o melhor caminho para a pacificação interna do partido era a coalizão com o governo pessedista de Lupion”, argumentando que “era contraditório o PTB, em âmbito nacional, estar aliado ao PSD e ao presidente Juscelino e, em âmbito estadual, estar ao lado de partidos como a UDN e o PR e em oposição sistemática ao PSD e ao governo Lupion”.

Após a publicação do referido manifesto, o deputado estadual Jorge de Lima, da ala antilupionista, em uma sessão na Assembleia Legislativa chamou os seus signatários de “um grupo insignificante, formando por meia dúzia de cidadãos que pretendem abalar o PTB”. Em seguida, Jorge de Lima destacou que “o PTB não poderia hipotecar o seu apoio ao governador em troca de apenas duas secretarias periféricas” e lembrou que “o mesmo Lupion fora ingrato com o partido durante o seu primeiro governo<sup>420</sup>”. Por fim, Jorge de Lima defendeu a expulsão sumária do partido dos seus signatários<sup>421</sup> – o que não chegou a se concretizar.

Posteriormente, um dia antes da Convenção trabalhista, o mesmo grupo de petebista lupionistas divulgou, via imprensa, um novo comunicado<sup>422</sup> no qual, mais uma vez, utilizavam o argumento da situação contraditória na qual se encontrava o PTB paranaense frente ao PSD (aliado em âmbito nacional e, ao mesmo tempo, oposição em nível estadual) e externavam o seu descontentamento com os rumos dados por Souza Naves ao PTB do Paraná, acusando-o de conduzir o partido de forma personalista.

Na verdade, Souza Naves tornou-se um obstáculo para as pretensões de Lupion de cooptar o PTB e trazê-lo para a sua órbita. Não confiando no governador paranaense, o líder trabalhista negociava a peso de ouro o apoio do partido, solicitando ao PSD o apoio à sua candidatura ao Senado em 1958 e uma posição de relevo aos trabalhistas no governo paranaense, isto é, que possuíssem realmente poder de decisão e não somente ocupassem algumas secretarias e departamentos periféricos.

Portanto, havia uma grande expectativa para os rumos que seriam tomados na Convenção do dia 24 de fevereiro de 1957, que, inclusive, contou com a presença de João Goulart, vice-presidente da República e presidente nacional do partido, que prestigiou a inauguração da estátua de Getúlio Vargas na Praça Tiradentes.

Durante a Convenção, João Goulart salientou a importância do PTB em seguir a linha doutrinária do trabalhismo, fortemente ancorada em princípios nacionalistas e nos

---

<sup>420</sup> Cf. “Grupo insignificante que pretende abalar o PTB”. In: *O Estado do Paraná*, 22 fev. 1957, p. 4.

<sup>421</sup> Cf. “Vespas políticas”. In: *Diário da Tarde*, 22 fev. 1957, p. 1.

<sup>422</sup> Ver esse comunicado no Anexo 10.



ideais de Getúlio Vargas. Jango também acompanhou de perto a definição dos petebistas paranaenses em manter-se em “oposição construtiva” ao governo Lupion, da decisão de afastar do partido os membros que não seguissem tal orientação e da escolha da nova Comissão Executiva, que ficou assim constituída:

Tabela 21 – Comissão Executiva do PTB do Paraná (eleita em 24 de fevereiro de 1957)

Presidente	Abilon de Souza Naves (Curitiba; contador e funcionário público)
Primeiro Vice-Presidente	Antônio Annibelli (Clevelândia; advogado)
Segundo Vice-Presidente	Mário de Barros (Curitiba; médico)
Terceiro Vice-Presidente	Jacinto Cunha (Curitiba; radialista da Rádio Clube Paranaense)
Quarto Vice-Presidente	Gen. Iberê de Mattos (Curitiba; militar)
Secretário Geral	Léo de Almeida Neves (Curitiba; advogado e jornalista)
Primeiro Secretário	Raul de Rezende Filho (Jacarezinho; fazendeiro)
Segundo Secretário	Pedro Mariucci (Cornélio Procópio; comerciante)
Terceiro Secretário	José Teixeira da Silveira (Nova Esperança; médico)
Tesoureiro Geral	José Campelli Filho (Curitiba; dentista)
Primeiro Tesoureiro	Libâneo Cardoso (Castro; médico)
Segundo Tesoureiro	Walter Guimarães da Costa (prefeito de São Jerônimo da Serra; contador)
Terceiro Tesoureiro	João Wagner (Curitiba; líder sindical)
Conselho Fiscal	Antônio Baby (União da Vitória; ferroviário) João Cernicchiaro (Arapongas; comerciante) Herculano Rubim de Toledo (Paranavaí; proprietário rural)

Fonte: *O Estado do Paraná*, 26 fev. 1957, p. 16.

A reeleição de Souza Naves era previsível, uma vez que ele era a principal liderança trabalhista do Paraná e era amigo e aliado de Jango, sendo, inclusive, um dos vice-presidentes da Executiva Nacional.

A Convenção também marcou a ascensão do deputado estadual Antônio Annibelli, elencado ao posto de primeiro vice-presidente – o que, na prática, significava o exercício efetivo da presidência, uma vez que Souza Naves estava vivendo no Rio de Janeiro, onde exercia a presidência do Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil e integrava a Executiva Nacional do partido. Portanto, a ascensão de Antônio Annibelli, que se destacava pela combatividade a Lupion, era sintomática: as chances de entendimento com o governador estavam liquidadas.

Imagem 5: João Goulart e Souza Naves na Convenção do PTB paranaense (1957)



Fonte: acervo pessoal de Léo de Almeida Neves (NEVES, 2002, p. 142).

Ademais, convém ressaltar que houve uma significativa renovação na Executiva Estadual, com o afastamento dos lupionistas – como o deputado federal Divonsir Borba Cortes, do ex-secretário geral Alexandre Zainko e dos ex-membros do conselho fiscal Estevam Ribeiro de Souza Neto e Parahylio Borba. Aliás, a Convenção significou a derrota definitiva de Parahylio Borba, que disputava com Souza Naves a liderança do partido. Completamente enfraquecido dentro do PTB, Borba migrou para o PSP.

Ao todo, apenas sete membros da antiga Executiva permaneceram<sup>423</sup>, ao passo que nove foram substituídos<sup>424</sup>. Dentre os novos integrantes da Executiva do PTB paranaense, destacam-se Walter Guimarães da Costa<sup>425</sup> (prefeito de São Jerônimo da Serra, no norte do estado), o líder sindical João Wagner e, sobretudo, um grupo de trabalhistas defensores de um programa nacionalista e reformista, formado pelos deputados estaduais Mário de

<sup>423</sup> Permaneceram na Executiva: Abilon de Souza Naves, Antônio Annibelli, Jacinto Cunha, Raul de Rezende Filho, Pedro Mariucci, José Campelli Filho e Antônio Baby.

<sup>424</sup> Da antiga Executiva (1953-1957), José Machuca, Gastão Vieira de Alencar, Divonsir Borba Cortes, Alexandre Zainko, Domício Scaramella, Anízio Eunápio da Conceição, Francisco Silveira Rocha, Estevam de Souza Neto e Parahylio Borba foram substituídos por Mário de Barros, Iberê de Mattos, Léo de Almeida Neves, Libâneo Cardoso, Walter Guimarães da Costa, João Cernicchiaro e Herculano Rubim de Toledo.

<sup>425</sup> Walter Guimarães da Costa, que chegou a ser especulado como o possível suplente de Souza Naves na sua candidatura ao Senado em 1958, foi assassinado no dia 31 de dezembro de 1957.

Barros (candidato do PTB ao governo do Paraná em 1955) e José Teixeira da Silveira<sup>426</sup>, pelo General Iberê de Mattos<sup>427</sup> e pelo jovem advogado e jornalista Léo de Almeida Neves, membro da Mocidade Trabalhista do Paraná e que, aos 25 anos de idade, foi elencado ao posto de Secretário Geral.

Imagem 6: Léo de Almeida Neves (no centro)



Fonte: Arquivo pessoal de Léo de Almeida Neves (In: NEVES, 2002, p. 190).

Além de possuir fortes vínculos de amizade com Souza Naves, Léo destacava-se por seus artigos<sup>428</sup> e ideias próximas à doutrina pasqualinista, o que lhe rendeu o apelido de “Pasqualini paranaense”, tornando-se o principal expoente do grupo dos “pragmáticos-reformistas” do PTB do Paraná. Além disso, Léo também era um bom orador e Souza

<sup>426</sup> O deputado estadual José Teixeira da Silveira era médico e irmão de Roberto Teixeira da Silveira (do PTB-RJ e governador do estado do Rio de Janeiro entre 1959 e 1961). Em 1958, foi eleito deputado federal, sendo o único parlamentar paranaense a integrar a Frente Parlamentar Nacionalista entre 1958 e 1962.

<sup>427</sup> O Gen. Iberê de Mattos era engenheiro civil e ex-diretor da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (RVPSC), onde gozava de grande prestígio entre os ferroviários – o que lhe rendeu o apelido de “general do povo”. Ingressou no PTB a convite de Souza Naves. Posteriormente, se elegeu prefeito de Curitiba nas eleições de 1958.

<sup>428</sup> Em 1950, Léo de Almeida Neves, aos dezoito anos de idade, já publicava artigos doutrinários em pequenos jornais político-partidários de existência efêmera, como *O Petebê* e no *Jornal Trabalhista*, na seção “Um pouco de trabalhismo”. Aos dezenove anos, Léo também atuava como redator e locutor do programa radiofônico semanal “O PTB em marcha” – pelas rádios PRB-2 (sábados, às 18:30) e Rádio Cultural do Paraná (quartas, às 20:40). Atuante no movimento estudantil, em 1952 era vice-presidente da Mocidade Trabalhista do Paraná e publicava artigos em periódicos como *O Petebista* (1952) e *Vanguarda Trabalhista* (1952). Posteriormente, Léo continuou a publicar os seus artigos em jornais sindicais – como o *Jornal dos Comerciantes* (órgão oficial da Federação dos Empregados do Comércio do Paraná) e o *Jornal dos Trabalhadores* (órgão oficial da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Paraná) e no *Diário do Paraná*.

Naves, “que era inibido e avesso a discursos públicos, frequentemente o convidava para discursar em seu lugar” (NEVES, 2002, p. 138-139).

Portanto, a inclusão na Executiva Estadual de nomes como José Teixeira da Silveira, do Gen. Iberê de Mattos e de Léo de Almeida Neves representou o início de uma importante mudança interna no partido, com a ascensão de uma ala mais progressista, adepta a um programa nacionalista e reformista, na cúpula partidária – até então amplamente dominada pelos “pragmáticos-getulistas”, que imprimiam ao partido uma orientação predominantemente fisiológica.

#### **4.3.1. A ascensão da “ala plutocrata” e a formação dos “três PTBs”**

Abilon de Souza Naves, durante o segundo semestre de 1957, intensificou a sua campanha ao Senado. Um dos seus adversários no referido pleito, o Cel. Francisco de Paula Soares, presidente da UDN do Paraná, passou a acusá-lo de utilizar a sua condição de presidente da Carteira Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil<sup>429</sup> para facilitar crédito agrícola junto aos fazendeiros do norte do estado, com claros objetivos eleitoreiros<sup>430</sup>.

Por sua vez, o petebista defendia-se das acusações, alegando que os empréstimos a juros baixos e longos prazos visavam a recuperação da cafeicultura paranaense – na época a principal atividade econômica do estado –, que fora arrasada pelas geadas nos anos anteriores<sup>431</sup>. Em tréplica, o Cel. Paula Soares declarou na imprensa que apenas os grandes fazendeiros eram beneficiados pelos empréstimos do CREAI e que a pequena lavoura estava desamparada<sup>432</sup>.

De fato, Souza Naves se aproximou dos cafeicultores do norte do estado, procurando trazê-los para a órbita do PTB, dentre eles Nelson Maculan – então vereador udenista em Londrina e presidente da Associação Rural da mesma cidade –, que posteriormente concorreria ao Senado como suplente de Souza Naves.

Além dos cafeicultores, Souza Naves também atraiu para o PTB paranaense alguns abastados empresários, como Miguel Buffara, de Paranaguá, Petrônio Fernal, de Ponta Grossa, e Luiz Alberto Dalcanale, da região oeste. Dessa maneira, surgia dentro do PTB a

<sup>429</sup> Souza Naves ocupou esse cargo de março de 1956 a julho de 1958.

<sup>430</sup> Cf. “Poderio econômico”. In: *O Dia*, 30 out. 1957, p. 1.

<sup>431</sup> Posteriormente, após ser eleito, Souza Naves criou uma lei para auxiliar na recuperação dos cafeicultores, com prazos longos e juros baixos. Essa lei ficou conhecida como “Lei do café geado”.

<sup>432</sup> Cf. “O atrito PTB-UDN”. In: *Diário da Tarde*, 13 nov. 1957, p. 1 e 6.

“ala dos plutocratas” – conforme foi denominada pelos pessedistas. De acordo com o jornalista e militante comunista Milton Ivan Heller (Apud CODATO; KIELLER, 2008, p. 103), seus membros “andavam com camisa de seda e possuíam pouca afinidade com o trabalhismo”.

Sem dúvida, a aproximação de Souza Naves com empresários e cafeicultores tinha o objetivo de garantir, ao PTB do Paraná, grande quantidade de recursos financeiros para a campanha eleitoral de 1958. Nesse sentido, a sua estratégia logrou êxito.

Portanto, com a ascensão dos “pragmáticos-reformistas” e dos “plutocratas”, configurou-se, em 1957, a formação de três principais tendências dentro do PTB paranaense. De acordo com o professor Fausto Castilho<sup>433</sup>, em depoimento ao IPARDES (1989b, p. 36), existiam “três PTBs”:

Pode-se falar em três PTBs. Um é o Souza Naves. O outro é o PTB que se junta ao Souza Naves, que é o PTB dos empresários, que é o Nelson Maculan, essa coisa. E depois o PTB, vamos dizer, mais à esquerda, mais fiel à mensagem trabalhista, que é o Léo de Almeida Neves.

Em síntese, as três correntes do PTB paranaense podem ser assim definidas:

- a “ala rica” ou “ala plutocrata” do PTB: formada por empresários e cafeicultores que ingressaram no partido por intermédio de Souza Naves. Em geral, era um grupo conservador e fisiológico, cuja base política encontrava-se na região norte do estado. Integravam esse grupo Nelson Maculan, Miguel Buffara, Petrônio Fernal, Luiz Alberto Dalcanale, entre outros.
- o “PTB do centro”: liderado por Souza Naves, era o grupo mais numeroso do partido, reunindo políticos e profissionais liberais da corrente “pragmático-getulista”.
- e o “PTB progressista” ou “pragmático-reformista”: composta pelos adeptos dos ideais nacionalistas e reformistas, cuja principal liderança era Léo de Almeida Neves. Também integravam esse grupo o Gen. Iberê de Mattos, os deputados estaduais José Teixeira da Silveira, Mário de Barros e Amaury de Oliveira e Silva (que migrou do PR), o médico Walter Pecoits, os advogados Waldemar Daros e

---

<sup>433</sup> Fausto Castilho nasceu em 1929 em Cambará, no norte do Paraná. Formou-se em Filosofia na Sorbonne, retornando a Curitiba em 1953 para integrar um grupo de intelectuais que assessoravam o governo do também intelectual Bento Munhoz da Rocha Neto, de quem era amigo pessoal. Atualmente, é professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Unicamp.

Fernando Gama e Souza, os jornalistas Gamaliel Bueno Galvão, Sylvio Sebastiani e Jorge Mathias Jr., além dos líderes sindicais Fernando Tristão Fernandes, Nilo Biazatto e Wilson Chedid, entre outros. Essa ala, no final da década de 1950, passou a dominar o Diretório Municipal de Curitiba, que se tornou a principal base política desse grupo. No entanto, convém ressaltar que apesar de defender um programa reformista e nacionalista, essa ala não esteve desvinculada do getulismo e, por vezes, do fisiologismo.

Conforme Fausto Castilho (Ibidem, p. 37), Souza Naves era o líder dessas três tendências. De fato, Souza Naves era muito habilidoso politicamente e conseguia aglutinar, com eficiência, as diversas correntes que existiam dentro do PTB paranaense. Léo de Almeida Neves (2002, p. 139) assim o descreve:

[...] Ele era dotado de viva inteligência, muita acuidade, excepcional capacidade de trabalho. Dedicava-se por inteiro à atividade pública, seja como dirigente partidário ou no comando de cargos no governo. Estava sempre de antena ligada, nada lhe escapava. Tinha enorme disposição para viajar por todos os municípios paranaenses. Era muito organizado mental e funcionalmente, sua mesa de trabalho não acumulava papéis. [...].

Não respondia a agravos e nem guardava ressentimentos, esforçava-se para transformar em amigos os inimigos e, no mínimo, neutralizar os adversários. [...] Não se referia mal às pessoas e ficava em silêncio quando criticavam alguém. Falava pouco e ouvia muito [...].

Possuía infatigável capacidade de trabalho, dormia pouco, mantinha atividades até tarde da noite e cedo retornava à labuta. Não tinha pressa para alcançar seus objetivos políticos. Dizia “o que é do homem o bicho não come”, “as coisas vêm naturalmente no seu devido tempo”, “primeiro plantar, depois colher”. [...].

Em suma, Abilon de Souza Naves era um político astuto, paciente, conciliador e muito pragmático. Aliás, o pragmatismo talvez seja a sua principal característica, uma vez que a sua prática político-partidária, nesse momento, era um amálgama de getulismo, fisiologismo, trabalhismo, nacionalismo e reformismo.

Entretanto, o estilo personalista com que Souza Naves conduzia o PTB paranaense, por vezes, gerou descontentamentos entre alguns dos seus correligionários, que reclamavam publicamente da “ditadura partidária” imposta por ele ao partido. Inclusive, um grupo de petebistas descontentes com a orientação dada por Souza Naves à Executiva Estadual – sobretudo no que tange à postura de oposição ao governo Lupion –,

capitaneados por Pedro Parigot de Souza<sup>434</sup>, Alexandre Zainko e Waldemar Daros (os mesmos signatários do manifesto de fevereiro de 1957, citado anteriormente), se solidarizaram com Fernando Ferrari<sup>435</sup> e passaram a articular a estruturação do Movimento de Renovação Trabalhista no Paraná, em maio de 1957<sup>436</sup>, que teve pouca repercussão política no estado.

#### 4.4. O INGRESSO DE JÂNIO QUADROS NO PTB DO PARANÁ

Abilon de Souza Naves, durante o ano de 1957, adotou uma série de estratégias cujo objetivo era fortalecer o PTB e a sua candidatura ao Senado: esvaziou a ala lupionista e descartou qualquer possibilidade de entendimento com Lupion; atraiu para o partido alguns empresários e cafeicultores que disponibilizariam um importante aporte financeiro para a campanha eleitoral; convidou os deputados dissidentes do Partido Republicano – Amaury de Oliveira e Silva, Silvino Lopes de Oliveira e Chafic Cury – a ingressarem no PTB; e, por fim, deu uma grande cartada: aproximou-se de Jânio Quadros e propôs que o governador de São Paulo concorresse a deputado federal pelo PTB do Paraná<sup>437</sup>.

Sem dúvida, o convite de Souza Naves a Jânio Quadros tinha um claro objetivo eleitoral: encorpar o PTB paranaense com um político popular e conhecido nacionalmente, que pudesse atrair mais eleitores para o partido – sobretudo da região norte do estado, onde muitos eram de origem paulista. E como Jânio estava impedido de disputar algum cargo eletivo em São Paulo, a proposta de concorrer como deputado federal pelo Paraná lhe agradou, pois assim ele teria a possibilidade de ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados até as eleições presidenciais de 1960, a sua grande ambição.

---

<sup>434</sup> O suplente de deputado estadual Pedro Parigot de Souza foi nomeado, em junho de 1957, por Lupion para participar da Assistência Técnica do Governo. Cf. “Vespas políticas”. In: *Diário da Tarde*, 6 jun. 1957, p. 1.

<sup>435</sup> Fernando Ferrari, então deputado federal pelo PTB do Rio Grande do Sul, a partir do final da década de 1950 passou a disputar a liderança partidária com João Goulart, inclusive criticando-o por ter imposto uma “ditadura partidária” ao PTB. Em 1960, Fernando Ferrari e o seu grupo de dissidentes romperam definitivamente com o PTB e lançaram o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), conforme veremos no decorrer deste capítulo.

<sup>436</sup> Cf. “Movimento de Renovação Trabalhista”. In: *Gazeta do Povo*, 12 maio 1957, p. 7. Ver também: “Reestruturação do PTB”. In: *O Dia*, 11 maio 1957, p. 1.

<sup>437</sup> Segundo Léo de Almeida Neves (2002, p. 143), “Souza Naves deu uma jogada de mestre no tabuleiro do xadrez político ao convidar, para candidato a deputado federal pelo PTB do Paraná, o então governador de São Paulo, que vivera parte de sua juventude em Curitiba e estudara no Internato Paranaense”.

Jânio Quadros era um fenômeno eleitoral. Filiado ao pequeno PDC, em 1947 foi eleito vereador em São Paulo com 1700 votos; em 1950, foi eleito deputado estadual com 7000 votos; em 1953, elegeu-se prefeito de São Paulo com 67,4% dos votos, contando, inclusive, com o apoio de uma ala dissidente do PTB paulista capitaneada pelo general José Porfírio da Paz, que concorreu como vice de Jânio<sup>438</sup> (BENEVIDES, 1989, p. 51-52). Em 1954, Jânio derrotou Adhemar de Barros e elegeu-se governador de São Paulo com 55% dos votos, apoiado pela UDN e por uma ala do PTB liderada por Porfírio da Paz<sup>439</sup> (que novamente concorreu como seu vice), Ivete Vargas e Barjas Filho – grupo que passou a comandar, a partir de então, o PTB paulista (BENEVIDES, *Ibidem*, p. 55-58).

Segundo Maria Victoria Benevides (*Ibidem*, p. 58), o jovem Jânio Quadros representava uma possibilidade de renovação, indo ao encontro das aspirações populares, o que atraiu a simpatia dos socialistas e até mesmo dos trabalhistas mais identificados com a esquerda. Portanto,

[...] O sucesso inicial com as esquerdas não deve ser creditado apenas ao êxito publicitário das campanhas da vassoura e do “tostão contra o milhão”. A construção do “mito” começou, provavelmente, durante a atuação de Jânio como deputado estadual em 1951 e 1952. Eleito pelo PDC, torna-se logo líder da bancada, com grande influência sobre os trabalhistas, dos diversos partidos, assim como sobre os que se identificam com uma certa “esquerda democrática” (distante dos udenistas reacionários, mas também dos comunistas). O levantamento de suas intervenções nos Anais da Assembléia Legislativa revela sempre um veemente defensor dos trabalhadores, inclusive para exercerem “o sagrado direito da greve”; em 1952, por exemplo, defende exaustivamente a greve dos ferroviários e dos bancários.

Jânio é sempre o mais freqüente crítico da “plutocracia danosa” [...] e da “volúpia dos ricos”, denunciando os “salários humilhantes dos trabalhadores”. É igualmente o primeiro a denunciar aumentos extorsivos nas contas de água e de luz e nos transportes públicos, assim como defender o direito dos ambulantes e dos favelados contra remoção pelos poderes públicos. [...].

Jânio ainda defende os migrantes nordestinos, os motoristas de táxi (e seu direito a ponto livre), os líderes sindicais, os professores e os aposentados; denuncia os latifundiários, a corrupção e a violência na polícia e o péssimo atendimento nos serviços de saúde; finalmente, é o nacionalista que repele os monopólios, os trustes e os cartéis. Ao lado dessa atuação constante em favor dos “pobres e humildes”, o

---

<sup>438</sup> Segundo Maria Victoria Benevides (1989, p. 45), o PTB paulista inúmeras vezes “abandonou o seu candidato próprio para apoiar o adversário em nome de um ‘grande acordo’”. Na eleição à prefeitura de São Paulo, em 1953, também não foi diferente: o candidato oficial do partido era Francisco Antonio Cardoso, apoiado pelo governador Lucas Nogueira Garcez (do PSP) e por uma coligação considerada imbatível, reunindo oito partidos. Entretanto, a campanha “Nós queremos Cardoso” não conseguiu unir os petebistas e os grupos de Toledo Piza, Castro Neves, Scalamandrê Sobrinho e Ataliba Leonel apoiaram a aliança com o PDC e o nome de Porfírio da Paz como vice de Jânio (*Ibidem*, p. 51-52).

<sup>439</sup> Em 1954, o PTB lançou Wladimir de Toledo Piza como candidato ao governo paulista, mas o seu nome não conseguiu unir o partido.



deputado democrata-cristão inicia sua radical campanha contra qualquer vislumbre de corrupção no poder público – a vassoura em ação – em todos os níveis. Os lances teatrais também já eram visíveis – Jânio é o único deputado a votar contra “moção de aplauso” pelo aniversário do presidente Getúlio ou do ex-governador Adhemar de Barros.

Nos comícios, Jânio atacava a inércia dos políticos, o abandono da causa pública, os desmandos do governo, a opressão de “Dona Light”. Apontava, como plataforma para a “recuperação moral e administrativa”, a correta equação dos direitos e deveres dos cidadãos e do Estado. É nesse sentido que se estende o apoio da esquerda ao movimento janista, naquela época com inegáveis raízes populares. [...]. (BENEVIDES, *Ibidem*, p. 58-59).

Contudo, a relação de Jânio Quadros com o PTB sempre foi bastante complexa e contraditória: apoiado por algumas alas do PTB paulista, Jânio dividia opiniões no Diretório Nacional do partido, que temia o crescimento do janismo dentro das hostes petebistas. Assim, o seu ingresso no PTB do Paraná foi visto com reservas pelo Diretório Nacional e tendia mais a favorecer os petebistas paranaenses e o próprio Souza Naves.

A confirmação da candidatura de Jânio Quadros pelo PTB paranaense ocorreu na Convenção Estadual de 14 de dezembro de 1957, na qual foram lançados 17 candidatos à Câmara dos Deputados e 50 candidatos à Assembleia Legislativa<sup>440</sup>, além de também oficializar-se a candidatura de Souza Naves para o Senado e a de Nelson Maculan como seu suplente<sup>441</sup>. Além disso, é interessante observar que, nessa Convenção, houve a exclusão do nome do ex-deputado federal Parahylio Borba da lista de candidatos do partido. Borba, que disputava com Souza Naves, desde 1951, a liderança do PTB paranaense foi gradativamente sendo alijado dentro do partido. Após ter sido preterido da lista de candidatos petebistas em 1958, Borba saiu do PTB e ingressou no PSP<sup>442</sup>.

Entretanto, em 1958 Jânio Quadros entrou em rota de colisão com o PTB de São Paulo: a sucessão estadual paulista estava polarizada entre Carlos Alberto de Carvalho Pinto (PDC), candidato apoiado por Jânio, e Adhemar de Barros (PSP)<sup>443</sup>. Entretanto, como lembra Maria Victoria Benevides (*Ibidem*, p. 65), a direção nacional do PTB (Jango) tinha interesse em uma coalizão com o PSP, em função de outros acordos estaduais<sup>444</sup>, e dá

<sup>440</sup> Ver a lista de candidatos do PTB nas eleições de 1958 no Anexo 11.

<sup>441</sup> Cf. “Resultados da XI Convenção do PTB paranaense”. In: *Gazeta do Povo*, 17 dez. 1957, p. 3.

<sup>442</sup> Cf. “Parahylio no PSP”. In: *O Dia*, 24 maio 1958, p. 8 e 7.

<sup>443</sup> Na sucessão paulista, apoiado por petebistas rebeldes, o candidato janista Carvalho Pinto obteve 49% dos votos e venceu Adhemar de Barros, que obteve 40% (BENEVIDES, 1989, p. 66).

<sup>444</sup> O PTB desejava o apoio do PSP aos candidatos trabalhistas Roberto Silveira, no Rio de Janeiro, e Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul (BENEVIDES, *Ibidem*, p. 65).

carta branca a Ivete Vargas – na presidência do PTB paulista desde 1958 – para selar o apoio a Adhemar<sup>445</sup>.

Jânio Quadros, revoltado com o apoio do PTB paulista a Adhemar, disparou sua metralhadora giratória, declarando que o “PTB não era um partido, mas uma quadrilha, um bando de negociatas, de legenda prostituída<sup>446</sup>”, o que gerou um grande mal-estar e uma forte reação do grupo de Ivete Vargas<sup>447</sup> e do Diretório Nacional, que passaram a combater Jânio dentro das hostes petebistas – uma vez que ele era candidato a deputado federal pelo PTB do Paraná.

Imediatamente, os jornais pessedistas do Paraná – *Gazeta do Povo* e *O Dia* – aproveitaram-se dessa crise para tentar desestabilizar a campanha dos trabalhistas, fortemente ancorada em Jânio Quadros.

Para tentar contornar a situação perante o eleitorado getulista/trabalhista e ao próprio PTB, Jânio Quadros negou as ofensas em uma carta a Souza Naves:

São Paulo, 12 de agosto de 1958.

Meu caro Souza Naves.

Aproveito a sua presença, nesta cidade, quando Você me trouxe as expressões de apoio e da solidariedade permanentes do Partido e dos companheiros do Paraná, para uma explicação:

Fez-se, há pouco, larga exploração sobre supostas declarações minhas, presentes, companheiros do PTB, segundo as quais eu teria dito que esse partido é uma “quadrilha”.

Obviamente, nem preciso desmentir tais declarações, que não passam de construção fantasiosa, erguida pela paixão política ou pelo ódio.

Candidato ao PTB a deputado federal, pelo Paraná, como poderia eu entendê-lo uma “quadrilha”.

Como iria injuriar, não apenas, a mim mesmo, mas a você e a tantos petebistas ilustres e decentes? O que desejei dizer é que o PTB, tanto os mais do que qualquer outra legenda, dadas as suas raízes históricas e por força do seu conteúdo ideológico, partido de massas que, é representativo das reivindicações das câmaras mais sofredoras, não pode acomodar-se em composições espúrias, não pode transigir com os seus objetivos de ordem moral, não pode ser objeto de negócios, não pode ser um aglomerado de grupelhos ou facções em discordância, não pode ser uma quadrilha.

Há alguém que discorde disso?

Sabe você, meu caro Naves, da lealdade com a qual participo dos pleitos eleitorais e da lisura das minhas posições políticas.

<sup>445</sup> Mais detalhes acerca do acordo do PTB paulista com Adhemar de Barros, ver BENEVIDES (Ibidem, p. 65-66).

<sup>446</sup> Cf. “Jânio considera o PTB uma quadrilha e não um partido!”. In: *Gazeta do Povo*, 30 jul. 1958, p. 1.

<sup>447</sup> Ivete Vargas atacou duramente Jânio Quadros, acusando-o de corrupto e corruptor e de dilapidar os cofres públicos. Cf. “Intrusão do trabalhismo”. In: *Gazeta do Povo*, 22 ago. 1958, p. 3. Ver também: “Por que não Jânio Quadros”. In: *O Dia*, 23 ago. 1958, p. 4.

Há de ter observado que, na campanha do Paraná, não fiz sequer, referencias aos meus adversários políticos; sabe que o sitio os desentendimentos, desta natureza, no plano superior das ideias, e os dispo de qualquer personalismo. Claro, meu caro Naves, esta você autorizado a fazer desta o uso que julgar conveniente.

Receba um abraço do amigo, Jânio Quadros<sup>448</sup>.

A carta de Jânio Quadros a Souza Naves, publicada em alguns jornais – *Diária da Tarde e Estado do Paraná* –, foi duramente criticada pelos jornais pessedistas, que a chamaram de “carta marcada<sup>449</sup>”, isto é, uma manobra de Souza Naves e Jânio para apaziguar os ânimos nas hostes petebistas e não afastar o eleitorado getulista e trabalhista.

Sem dúvida, o PSD estava ciente que a inclusão de Jânio Quadros na legenda trabalhista poderia ser um fator de desequilíbrio, nas eleições de outubro, em favor do PTB e, por isso, frequentemente criticava a sua candidatura, acusando-o de ser um reacionário e antinacionalista que não possuía nenhum vínculo com o Paraná:

[...] Já uma vez afirmamos, e voltamos a repeti-lo hoje: a nos pouco interessa que Jânio seja candidato pelo PTB, pela UDN, pelo PR ou seja por que legenda for. O que nos interessa, o que nos causa repulsa, é que seja candidato a deputado federal pelo Paraná. Não por ter nascido fora de nosso Estado, já que muitas de nossas expressões políticas regionais atuais ou do passado são ou eram oriundas de outros Estados. Mas porque Jânio funcionalmente não poderá ser um advogado parlamentar dos interesses paranaenses, umbilicalmente ligado como esta aos interesses econômicos de São Paulo, basicamente contundentes com o nosso domínio cafeeiro. E porque sob o ponto de vista da democracia brasileira Jânio constituiu, com seu aventurismo reacionário, um perigo, um perigo antinacional que os paranaenses estariam insuflando se lhe dessem uma cadeira roubada ao Paraná nas urnas de outubro vindouro<sup>450</sup>.

De qualquer maneira, apesar dos ataques virulentos dos pessedistas, a inclusão de Jânio Quadros no PTB paranaense foi uma grande jogada eleitoral de Souza Naves, que agora possuía um “carro-chefe”, um nome de peso para atrair votos para a legenda petebista.

<sup>448</sup> Cf. “Jânio Quadros esclarece a sua posição no PTB”. In: *Diário da Tarde*, 14 ago. 1958, p. 1.

<sup>449</sup> Cf. “Carta marcada”. In: *O Dia*, 15 ago. 1958, p. 4.

<sup>450</sup> Cf. “Porque não Jânio Quadros”. In: *O Dia*, 23 ago. 1958, p. 4.

#### 4.5. O PTB E AS ELEIÇÕES DE 1958 NO PARANÁ

Conforme já destacamos anteriormente, além de se aproximar de Jânio Quadros, Souza Naves procurou estreitar seus vínculos com o setor cafeeiro do norte do estado e com alguns setores empresariais paranaenses com o objetivo de angariar apoio político e financiamento para a sua campanha.

No entanto, a presença de candidatos milionários, que gastavam fortunas em suas campanhas eleitorais, provocou grandes descontentamentos em alguns grupos dentro do PTB, que, poucos meses antes do pleito de outubro de 1958, utilizando-se de um conhecido clichê janista, denunciavam a disputa do “milhão contra o tostão” nas hostes trabalhistas. Dessa forma, ocorreu uma polarização e fomentou-se uma rivalidade entre os candidatos petebistas: de um lado, estava a “ala dos ricos”; de outro, a “ala dos pobres”, que acusavam os “plutocratas” de utilizar o seu poderio econômico para comprar diretórios e contratar cabos eleitorais – que explicitamente compravam votos – em suas regiões de origem<sup>451</sup>, exercendo, assim, uma concorrência desleal<sup>452</sup>.

A denominada “ala dos ricos” era liderada pelo próprio Souza Naves<sup>453</sup> e por um dos homens mais ricos do Paraná, o deputado estadual Miguel Buffara (que concorria à Câmara dos Deputados). Também integravam esse grupo o deputado estadual Libâneo Cardoso (que concorria à reeleição), o deputado federal Heitor Pereira Filho (que também concorria à reeleição), Luiz Alberto Dalcanale (que concorria à deputado estadual) e os candidatos à deputado federal Kalil Maia Neto e Petrônio Fernal, entre outros.

Por sua vez, a “ala dos pobres” era capitaneada pelos deputados estaduais antilupionistas Antônio Annibelli (que concorria à reeleição) e Jorge de Lima (que concorria à Câmara dos Deputados), além do deputado federal Antônio Baby (que concorria à reeleição), do deputado estadual José Teixeira da Silveira (que concorria à Câmara), do deputado estadual Domício Scaramella (que concorria à reeleição) e dos candidatos a deputados estaduais Waldemar Daros e Chafic Cury, entre outros.

<sup>451</sup> Cf. “Notas Políticas”. In: *Gazeta do Povo*, 22 jul. 1958, p. 3.

<sup>452</sup> Cf. “Notas Políticas”. In: *Gazeta do Povo*, 14 set. 1958, p. 3. Ver também: “Tostão contra milhão”. In: *Diário da Tarde*, 22 ago. 1958, p. 1 e 4; “Campanha de novo rico”. In: *Gazeta do Povo*, 23 ago. 1958, p. 3; “Ricos e pobres do PTB”. In: *Gazeta do Povo*, 28 ago. 1958, p. 3; “Tostão contra o milhão”. In: *Gazeta do Povo*, 31 ago. 1958, p. 3.

<sup>453</sup> Ocupando o cargo de presidente da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, Souza Naves era acusado pelos concorrentes políticos de utilizar a sua posição para barganhar apoio político.

As disputas pelas bases eleitorais regionais entre os petebistas da “ala rica” e da “ala pobre” contribuíram para acirrar os ânimos dentro do partido, além de também servir de munição para os jornais pessedistas atacarem a candidatura de Souza Naves ao Senado.

À medida que as eleições de outubro se aproximavam, os jornais pessedistas também passaram a denunciar, com visíveis intenções eleitorais, a aproximação, no âmbito nacional, entre o PTB e o PCB<sup>454</sup>, ao mesmo tempo em que destacavam notícias em que a Igreja católica “condenava tais atividades subversivas”.

Nesse sentido, convém lembrar que o imaginário anticomunista foi uma estratégia eleitoral amplamente utilizada, nos anos 1950 e 1960, visando atingir principalmente o eleitorado conservador<sup>455</sup>. No entanto, a aliança entre comunistas e trabalhistas era constantemente negada por Souza Naves e os demais candidatos petebistas nos comícios e na imprensa.

Não obstante as disputas internas e os contundentes ataques da imprensa pessedista, o Partido Trabalhista Brasileiro do Paraná obteve um excelente desempenho nas eleições de outubro de 1958, elegendo Souza Naves senador, conquistando a prefeitura de Curitiba com o General Iberê de Mattos e aumentando o número de deputados em nível federal e estadual.

Abilon de Souza Naves tornou-se o primeiro senador trabalhista do Paraná – derrotando o candidato lupionista José Munhoz de Melo (PSD) e o udenista Cel. Francisco Paula Soares Neto, que concorreu pela Frente Democrática (coligação entre UDN, PR e PSP) –, elegendo-se com uma grande margem de votos<sup>456</sup>. A euforia dos petebistas era tamanha que se dizia, nos círculos políticos paranaenses, que Souza Naves era o governador virtualmente eleito em 1960.

---

<sup>454</sup> Cf. Gazeta do Povo, 12, 13, 17, 18, 20, 23, 24 e 27 de setembro de 1958.

<sup>455</sup> Sobre o imaginário anticomunista no Brasil, ver especialmente o trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta (2002).

<sup>456</sup> Souza Naves obteve 291.200 votos, enquanto José Munhoz de Melo 184.379 e o Cel. Francisco de Paula Soares Neto 62.641 (IPARDES, 1989a, p.108).

Imagem 7 – Campanha de Souza Naves ao Senado em 1958



João Goulart discursando em um comício em Curitiba, em outubro de 1958. À esquerda Souza Naves, candidato ao Senado; no centro, Miguel Buffara, empresário e deputado estadual.  
 Fonte: Arquivo pessoal de Léo de Almeida Neves (In: NEVES, 2002, p. 144).

Na disputa pela prefeitura de Curitiba – um dos postos políticos mais cobiçados entre os partidos – o PTB também conquistou mais uma grande vitória, elegendo o Gen. Iberê de Mattos prefeito da capital. Além de derrotar o seu cunhado Luiz Carlos Tourinho (PSP), o Gen. Iberê também derrotou Felipe Simão, que contava com o apoio do atual prefeito Ney Braga, que, embora gozasse de grande prestígio e estava em ascensão política<sup>457</sup>, não conseguiu eleger o seu sucessor<sup>458</sup>.

De acordo com Mauro Rehbein (2008, p. 78), o Gen. Iberê de Mattos, além de gozar de grande prestígio entre os ferroviários, apresentou a melhor plataforma de governo<sup>459</sup> e contou com o decisivo apoio político de Souza Naves e João Goulart – que inclusive participou de comícios em Curitiba em favor do candidato trabalhista<sup>460</sup>.

<sup>457</sup> Ney Braga foi o segundo candidato mais votado a deputado federal no Paraná com 57.099 votos, ficando atrás somente de Jânio Quadros.

<sup>458</sup> Nas eleições para a prefeitura da capital, o Gen. Iberê de Mattos (PTB obteve 33,33% dos votos; Felipe A. Simão (PL-PDC) 27,53%; Luiz Carlos Pereira Tourinho (PSP-UDN) 17,22%; Wallace Tadeu de Mello e Silva (PST-PSD) 11,92%; e João Pereira de Macedo (PRT) 2,51% (Cf. REHBEIN, 2008, p.81).

<sup>459</sup> Segundo Mauro Rehbein (Ibidem, p. 78), a proposta de governo de Iberê de Mattos pode ser sintetizada em: reestruturação dos serviços públicos municipais e administração participativa, Conselho de Bairros, Trens de subúrbio (o que gerou muitas críticas dos concorrentes), circulação de ônibus entre bairros, Banco da Prefeitura (financiar as obras), telefones residenciais e postos públicos, mercados nos bairros, Hospital Municipal, escolas municipais e alfabetização de adultos, propôs transformar o Capão da Imbuia em Parque

Na Câmara dos Deputados, o PTB também obteve um excelente desempenho, elegendo seis deputados; enquanto o PSD<sup>461</sup> elegeu quatro, a Frente Democrática<sup>462</sup> (UDN-PR-PSP) elegeu dois, o PRP<sup>463</sup> elegeu um e o emergente PDC<sup>464</sup> também um deputado.

Tabela 22 – Número de cadeiras (por partido) na Câmara dos Deputados nas eleições de 1945, 1950, 1954 e 1958 no Paraná

Partido	Nº de cadeiras em 1945 (%)	Nº de cadeiras em 1950 (%)	Nº de cadeiras em 1954 (%)	Nº de cadeiras em 1958 (%)
PSD	6 (66,6%)	3 (33,3%)	4 (28,57%)	4 (28,57%)
UDN	2 (22,2%)	3* (33,3%)	3 (21,42%)	1*** (7,14%)
PTB	1 (11,1%)	3** (33,3%)	4 (28,57%)	6 (42,85%)
PR	-----	*	2 (14,28%)	1*** (7,14%)
PSP	-----	**	1 (7,14%)	***
PDC	-----	-----	-----	1 (7,14%)
PRP	-----	-----	-----	1 (7,14%)
Total	9	9	14	14

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados fornecidos em IPARDES (1989a).

1950: \* A UDN formou uma aliança com PR-PST-PRP-PL.

1950: \*\* O PTB formou uma aliança com o PSP.

1958: \*\*\* A UDN formou uma aliança com o PR-PSP (denominada Frente Democrática).

Enquanto o PTB apresentou um importante crescimento e foi o partido que mais conquistou cadeiras na Câmara, o PSD manteve-se estável, a UDN teve uma considerável queda, elegendo apenas um deputado (o ex-senador Othon Mader). O PR também apresentou uma queda, elegendo apenas um deputado (o ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto), enquanto o PSP não elegeu nenhum deputado. Por outro lado, dois pequenos partidos, pela primeira vez, conseguiram eleger um deputado federal no Paraná: o PDC, que elegeu o prefeito de Curitiba Ney Braga, e o PRP, que elegeu Plínio Salgado, o grande líder do integralismo nacional.

---

Municipal, com características de Jardim Botânico, e suspender temporariamente as execuções judiciais para cobrança de impostos atrasados, para dar tempo aos inadimplentes. Também privilegiava os esportes, com a construção de estádio de bairros para diversos esportes, a regularização dos terrenos nos quais os clubes treinavam, e prometia estudar a possibilidade da construção do Estádio Municipal.

<sup>460</sup> Em um desses comícios, realizado em setembro de 1958, João Goulart trocou o nome de Iberê de Mattos por Iberê de “Moura”, fato que serviu de chacota aos jornais pessedistas. Cf: “Perfidia”. In: *O Dia*, 23 set, 1958, p. 4. Ver também: “Notas Políticas”. In: *Gazeta do Povo*, 24 set. 1958, p. 3.

<sup>461</sup> O PSD elegeu Francisco Accioly R. da Costa Filho, Raphael Ferreira Rezende, Mário Gomes da Silva e Manuel de Oliveira Franco Sobrinho.

<sup>462</sup> Pela Frente Democrática foram eleitos Othon Mader (UDN) e o ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto (PR).

<sup>463</sup> O PRP elegeu o líder integralista Plínio Salgado.

<sup>464</sup> O PDC elegeu Ney Braga, na época atual prefeito de Curitiba.

Por sua vez, o PTB elegeu para a Câmara dos Deputados, em ordem de votação, os seguintes deputados federais:

- Jânio Quadros<sup>465</sup>: o governador de São Paulo foi o deputado federal mais votado no Paraná, com 78.810 votos. Era bacharel em Direito e na época tinha 41 anos de idade (nasceu em 1917).
- Petrônio Fernal: advogado, empresário e ex-prefeito de Ponta Grossa, elegeu-se aos 42 anos de idade (nasceu em 1916).
- Miguel Buffara: advogado e empresário com atuação em Paranaguá e região. Foi deputado estadual entre 1955-1958, elegendose deputado federal aos 45 anos de idade (nasceu em 1913).
- José Teixeira da Silveira: médico e ex-prefeito de Nova Esperança, no norte do estado. Foi deputado estadual entre 1955-1958, elegendose deputado federal aos 40 anos de idade (nasceu em 1918).
- Jorge de Lima: promotor público em Siqueira Campos, no norte do estado. Foi deputado estadual por dois mandatos consecutivos (1951-1954 e 1955-1958), sendo eleito deputado federal aos 42 anos de idade (nasceu em 1916).
- Antônio Baby: ex-ferroviário de União da Vitória. Foi reeleito aos 55 anos de idade (nasceu em 1903).

Além de ampliar o número de deputados, houve uma grande renovação na bancada petebista na Câmara dos Deputados, uma vez que apenas Antônio Baby foi reeleito. Da antiga bancada, Cid Campelo havia migrado para o PSD, enquanto Divonsir Borba Cortes e Heitor Pereira Filho conseguiram apenas a 6ª e 7ª suplência, respectivamente.

Entre os novos deputados federais trabalhistas, Miguel Buffara, Jorge de Lima e José Teixeira da Silveira já eram conhecidos nos círculos políticos paranaenses, pois eram deputados estaduais. Contudo, as novidades ficaram com Petrônio Fernal (advogado e rico empresário de Ponta Grossa, que se elegeu como o segundo candidato mais votado do partido) e, sobretudo, com Jânio Quadros, que foi o deputado federal mais votado no Paraná. Embora a sua inclusão na chapa petebista tenha sido amplamente criticada pelos concorrentes – que acusavam o governador de São Paulo de não ter nenhum vínculo com o Paraná para representá-lo – e tenha gerado contrariedades no Diretório Nacional do partido, a estratégia de Souza Naves de trazê-lo para a órbita do PTB paranaense foi, do

---

<sup>465</sup> O primeiro suplente do PTB, que assumiu em 1961 a vaga de Jânio Quadros, foi Kalil Maia Neto, engenheiro e empresário do norte do estado.



ponto de vista eleitoral, bem sucedida e certamente contribuiu significativamente para o crescimento eleitoral do partido no referido pleito.

No que tange às eleições à Assembleia Legislativa, embora o PTB também tenha apresentado um crescimento, passando de 11 para 13 deputados, o grande vencedor foi o PSD<sup>466</sup>, que aumentou a sua bancada em seis deputados, passando de 11 para 17. O desempenho nas eleições para o legislativo estadual foi amplamente comemorada pelo PSD, que, após a queda apresentada no pleito de 1954, voltou a apresentar um importante crescimento em 1958, constituindo-se na maior bancada. Essa vitória também significou que o partido do governador Moysés Lupion, apesar dos escândalos envolvendo a COPEL e o conflito agrário na região sudoeste em 1957, continuava gozando de enorme prestígio e força eleitoral em nível estadual.

Observa-se ainda que a Frente Democrática, formada por UDN e PR<sup>467</sup>, elegeu sete deputados; o PSP<sup>468</sup> quatro; o PDC<sup>469</sup> três; e a Frente Trabalhista Cristã, coligação entre PRP, PTN e PRT<sup>470</sup>, elegeu um deputado.

Tabela 23 – Número de cadeiras (por partido) na Assembléia Legislativa do Paraná (1947-1958)

Partido	Nº de cadeiras em 1947 (%)	Nº de cadeiras em 1950 (%)	Nº de cadeiras em 1954 (%)	Nº de cadeiras em 1958 (%)
PSD	16 (43,24%)	16 (35,55%)	11 (24,44%)	17 (37,77%)
UDN	7 (18,91%)	8 (17,77%)	8 (17,77%)	2** (4,4%)
PTB	6 (16,21%)	12 (26,66%)	11 (24,44%)	13 (28,88%)
PR	4 (10,81%)	6 (13,33%)	7 (15,55%)	5** (11,11%)
PSP	1 (2,7%)	2 (4,44%)	7 (15,55%)	4 (8,88%)
PDC	-----	-----	1 (2,22%)	3 (6,66%)
PRP	2 (5,4%)	1 (2,22%)	-----	1* (2,22%)
PCB	1 (2,7%)	-----	-----	-----
Total	37	45	45	45

1958: \* PRP formou uma coalizão com PTN-PRT, denominada Frente Trabalhista Cristã.

1958: \*\* UDN e PR formaram uma coalizão, denominada Frente Democrática.

<sup>466</sup> A bancada do PSD ficaria assim constituída: João Batista Ribeiro Júnior, José Colombino Grassano, Guatacara Borba Carneiro, Jorge Amin Maia, Ruy Gandara, Candido Machado de Oliveira Neto, Felipe Silveira de Bittencourt, Antonio Ferreira Ruppel, Ladislau Lachoski, Nelson Augusto Rosário, Francisco Sady de Brito, João Mansur, Neo Martins, Vidal Vanhoni, Emilio Humberto Carazzai, Ernesto Moro Redeschi e Mario Faraco.

<sup>467</sup> Elegeram-se pela UDN: Haroldo Leon Peres e Anibal Khuri. Pelo PR elegeram-se: Nilson Batista Ribas João Vargas de Oliveira, Nicanor Vasconcelos Souza, Paulo Afonso Alves de Camargo e Renato Loures Bueno.

<sup>468</sup> O PSP elegeu Zaquieu de Mello, Lincoln Ferreira da Cunha Pereira, Eurico Batista Rosas e João Ferreira Neves.

<sup>469</sup> O PDC elegeu Waldemiro Haneiko, Agostinho José Rodrigues e Eduardo Machado de Lima.

<sup>470</sup> A coligação PRP-PTN-PRT elegeu Amadeu Puppi (PRP).

De uma maneira geral, além dos crescimentos eleitorais, em nível estadual, do PSD e do PTB, também se constata uma significativa queda do PR e do PSP. Porém, outro destaque das eleições de 1958 foi o acentuado declínio da UDN, que perdeu seis cadeiras na Assembleia e duas na Câmara dos Deputados.

Especificamente no que concerne à bancada petebista na Assembleia, foram eleitos, em ordem de votação, os seguintes deputados<sup>471</sup>:

- Jorge Miguel Nassar: radialista em Curitiba, era muito popular em virtude do seu programa *A Voz do Povo*. Elegeu-se aos 33 anos de idade (nasceu em 1925).
- Antônio Annibelli: advogado com atuação em Clevelândia, na região sudoeste do estado. Reelegeu-se para o terceiro mandato consecutivo aos 47 anos de idade (nasceu em 1911).
- Luiz Alberto Dalcanale: advogado e empresário ligado a empresas de colonização na região oeste/sudoeste do Paraná. Representando o Diretório de Foz do Iguaçu, elegeu-se aos 27 anos de idade (nasceu em 1931).
- Joaquim Néia de Oliveira: advogado e ex-prefeito de Ribeirão Claro, no norte do estado. Reelegeu-se aos 31 anos de idade (nasceu em 1927).
- Miguel Dinizo: médico com atuação em Cambará, no norte do estado. Elegeu-se aos 44 anos de idade (nasceu em 1914).
- Elias Nacle: advogado, sua base política estava na região norte do estado. Representando o Diretório de Porecatu, elegeu-se aos 30 anos de idade (nasceu em 1928).
- Mário de Barros: médico com atuação na região de Curitiba e região metropolitana. Representando o Diretório de Bocaiúva do Sul, foi reeleito aos 47 anos de idade (nasceu em 1911). Faleceu em novembro de 1960<sup>472</sup>.
- Libâneo Cardoso: médico e ex-prefeito de Castro, no centro do estado. Reelegeu-se aos 48 anos de idade (nasceu em 1910).

---

<sup>471</sup> Os suplentes petebistas que exerceram o mandato temporariamente foram: 1º suplente: Léo de Almeida Neves (do Diretório de Curitiba); 2º suplente: João Cernicchiaro (do Diretório de Arapongas); 3º suplente: Domício Scaramella (do Diretório de União da Vitória); 4º suplente: Aldo Silva (do Diretório de Paranavaí).

<sup>472</sup> Após a morte de Mário de Barros, a sua cadeira na Assembleia foi ocupada pelo jovem advogado e jornalista Léo de Almeida Neves, na época com 26 anos de idade (nasceu em 1932).

- José Hoffmann: jornalista com atuação em Ponta Grossa. Foi deputado estadual entre 1951-1954 e na época estava na suplência. Elegeu-se aos 54 anos de idade (nasceu em 1904).
- Silvino Lopes de Oliveira: funcionário público com atuação em Curitiba. Estava na suplência do PR. Migrou para o PTB em 1957, elegendo aos 42 anos de idade (nasceu em 1916).
- Pedro Liberti: fazendeiro e ex-prefeito de Rolândia, no norte do estado. Reelegeu-se aos 47 anos de idade (nasceu em 1911).
- Amaury de Oliveira e Silva: advogado e ex-vereador em Londrina, elegeram-se deputado estadual pelo PR em 1954. Migrou para o PTB em 1957, reelegendo-se aos 34 anos de idade (nasceu em 1924).
- Waldemar Daros: advogado com atuação em Curitiba. Estava na suplência, elegendo-se aos 42 anos de idade (nasceu em 1916).

Portanto, mais uma vez houve uma significativa renovação da bancada trabalhista, pois apenas cinco deputados foram reeleitos: Antônio Annibelli, Mário de Barros, Joaquim Néia de Oliveira, Libâneo Cardoso e Pedro Liberti<sup>473</sup>. Da antiga bancada, três foram eleitos deputados federais: Jorge de Lima, Miguel Buffara e José Teixeira da Silveira. Entre os outros três que formavam a antiga bancada, Domício Scaramella ficou como terceiro suplente, Raul de Rezende Filho não se elegeu e Pedro Mariucci abandonou as fileiras do partido<sup>474</sup>, em 1957, e ingressou no PSP.

Entre os 19 petebistas eleitos deputados federais e estaduais, observa-se, novamente, a predominância de advogados (dez parlamentares eram bacharéis em Direito, sendo que três atuavam também como empresários). Havia também quatro médicos, um radialista, um jornalista, um fazendeiro, um funcionário público e um ferroviário.

No que tange à média de idade, a bancada do PTB paranaense na Câmara dos Deputados rejuvenesceu, possuindo uma média de 44,1 anos, enquanto a bancada petebista na Assembleia possuía uma média de 40,4 anos.

E mais, observa-se que houve novamente a predominância dos petebistas do norte do Paraná (elegeram-se dois dos quatro deputados federais e cinco dos treze deputados

<sup>473</sup> Amaury de Oliveira e Silva também se reelegeu deputado estadual. Porém, no primeiro mandato foi eleito pelo PR, migrando para o PTB em 1957.

<sup>474</sup> Em 1957, o deputado petebista Pedro Mariucci, desobedecendo à orientação partidária, votou no pessedista Accioly Filho na eleição para presidente do Legislativo. Ameaçado de punição e sentindo-se boicotado pelos seus colegas de partido, desligou-se do PTB (Cf. *O Dia*, 3 maio 1957, p. 1). Posteriormente, retornaria ao partido.

estaduais). Porém, dessa vez, em nível estadual, houve um maior equilíbrio com o PTB de Curitiba (que elegeu quatro dos treze deputados estaduais petebistas). Outra região em que o PTB também crescia era no centro do estado, que elegeu um deputado federal e dois deputados estaduais. Por fim, convém observar que o PTB da região oeste/sudoeste elegeu dois representantes: Antônio Annibelli (que foi novamente reeleito) e o rico empresário Luiz Alberto Dalcanale.

Portanto, as eleições de 1958, do ponto de vista eleitoral, foram um grande divisor de águas para o Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná. Adotando uma postura oposicionista ao governo Lupion e à prefeitura de Ney Braga, o partido apresentou, de uma maneira geral, um significativo crescimento eleitoral e consolidou-se como uma grande força política no Paraná.

Por fim, o crescimento eleitoral do PTB paranaense deve-se não necessariamente a adoção de uma plataforma nacionalista e reformista, mas, principalmente, a dois outros fatores. Em primeiro lugar, ao pragmatismo de Souza Naves, que, além de utilizar o legado simbólico getulista-trabalhista, atraiu grande quantidade de recursos financeiros para a campanha eleitoral do partido à medida que se aproximou dos cafeicultores e de setores empresariais. Em segundo lugar, também se deve levar em consideração a inclusão de Jânio Quadros na chapa petebista, que angariou muitos votos para a legenda e contribuiu para a eleição de alguns deputados.

#### **4.6. O PTB DO PARANÁ DEFENDE A CHAPA “JAN-JAN” EM 1960**

Após as eleições de 1958, o PTB paranaense manteve a sua posição oposicionista ao governo Lupion e se articulava para as eleições municipais de 1959<sup>475</sup> e, sobretudo, para

---

<sup>475</sup> As eleições municipais de 1959, que ocorreriam em algumas cidades do interior, também agitavam as hostes trabalhistas, inclusive catalisando algumas crises internas. A mais grave ocorreu no Diretório de Ponta Grossa, onde a principal liderança petebista da cidade, o deputado estadual José Hoffmann<sup>475</sup>, além de vários correligionários, desligaram-se do partido por não concordarem com o apoio da Executiva Estadual do PTB à candidatura do deputado estadual pessepista Eurico Batista Rosas à prefeitura pontagrossense. Após se desligar do PTB, José Hoffmann ingressou no PTN (Cf. *Gazeta do Povo*, 22 fev. 1959, p. 1).

O grande vencedor das eleições municipais de outubro de 1959 foi o PSD, que conquistou 37 prefeituras. O PTB conquistou 18 (Antonina, Arapoti, Araucária, Bandeirantes, Cambará, Campo Largo, Cerro Azul, Coronel Vivida, Foz do Iguaçu, Jaguariaíva, Loanda, Reserva, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São Jorge, São Pedro do Ivaí, Tamboara e Terra Rica); a UDN nove (dentre elas Londrina); o PDC quatro; o PSP três (dentre

a sucessão estadual de 1960, cujo candidato seria o agora senador Abilon de Souza Naves. Embora os petebistas acreditassem que, em virtude do desempenho obtido nas últimas eleições, Souza Naves já estava virtualmente eleito governador do Paraná, também ganhava terreno, durante o ano de 1959, a candidatura do agora deputado federal e ex-prefeito de Curitiba Ney Braga, do PDC.

Em campanha eleitoral, Souza Naves e Ney Braga iniciaram uma guerra de bastidores, cortejando sistematicamente Jânio Quadros, visando a conquistar o seu apoio no pleito de 1960<sup>476</sup>. Sem dúvida, quem conquistasse o apoio do ex-governador paulista (e agora deputado federal pelo PTB do Paraná) teria um grande trunfo, que certamente garantiria muitos votos.

Por sua vez, Jânio Quadros, que articulava a sua candidatura à presidência da República pelo PDC, encontrava-se em uma encruzilhada, uma vez que possuía vínculos político-partidários tanto com o PDC de Ney Braga quanto com o PTB de Souza Naves. Assim, Jânio optou pela neutralidade, embora barganhasse o apoio do PDC e do PTB paranaense à sua candidatura presidencial.

De qualquer maneira, Souza Naves e outros líderes do PTB paranaense passaram a defender a candidatura de Jânio Quadros pelo PTB, que, nesse momento, encontrava-se dividido entre quatro alternativas, conforme Maria Celina D'Araújo (1996, p. 125):

- o apoio a candidatura de Jânio Quadros, defendida pelo grupo liderado por Fernando Ferrari (e que não era descartada por Jango<sup>477</sup>);
- o lançamento de um candidato próprio, tese defendida pelos grupos de Leonel Brizola e Roberto da Silveira;
- a continuidade da aliança com o PSD e o apoio ao Marechal Henrique Teixeira Lott, possibilidade que era defendida pelos grupos nacionalistas;
- o apoio ao udenista Juraci Magalhães, cuja candidatura era articulada por Juscelino<sup>478</sup> e que Jango mostrava-se disposto a examinar.

---

elas Ponta Grossa, com Eurico Batista Rosas); e o PR e o PTN duas prefeituras cada. (Cf. *Gazeta do Povo*, 8 out. 1959, p. 7).

<sup>476</sup> Cf. “Cortesãos de Jânio”. In: *Gazeta do Povo*, 31 mar. 1959, p. 3.

<sup>477</sup> Cf. “Afirma João Goulart ao Diário da Tarde: ‘Jânio poderá ser candidato à presidência pelo PTB’”. In: *Diário da Tarde*, 30 mar. 1959, p. 1.

<sup>478</sup> De acordo com Lucília de Almeida Naves Delgado (1989, p. 222), Juscelino buscava viabilizar a candidatura do udenista Juracy Magalhães com o objetivo de realizar uma ampla conciliação partidária capaz de criar um processo de “união nacional”, que, de acordo com o seu entendimento, poderia gerar maior estabilidade política.

Não obstante essas quatro possibilidades para a sucessão presidencial de 1960, Maria Celina D’Araújo (Idem) lembra que o PTB, em âmbito nacional, aglutinava-se em torno da definição de uma agenda de proposições reformistas, que se compunha basicamente de quatro grandes itens: a) a questão do Nordeste; b) o investimento estrangeiro; c) o voto e o processo eleitoral; d) e a reforma agrária.

O PTB paranaense, em uma reunião realizada no dia 22 de março de 1959, aprovou uma proposição, que seria divulgada na Convenção Nacional de maio, contendo “um programa mínimo de reivindicações populares que deveriam ser defendidos pelos candidatos trabalhistas à presidência e vice-presidência da República”. O documento, elaborada por Léo de Almeida Neves, caracterizava-se pelo seu caráter amplamente nacionalista e reformista, demonstrando que o PTB do Paraná também avançava no seu reformismo programático<sup>479</sup>.

Na Convenção Nacional do PTB, iniciada em 1º de maio de 1959, o tom nacionalista e reformista foi a tônica do encontro<sup>480</sup>, cujo ponto alto foi a aprovação do Plano de Ação Política do PTB<sup>481</sup>, elaborado em sua maior parte por Fernando Ferrari e que consistia num “roteiro de recomendações a serem observadas pelos petebistas no tocante às possíveis articulações do PTB com os outros partidos” (D’ARAÚJO, 1996, p. 126).

Além disso, na Convenção também houve um esforço para conter a fração ferrarista e decidiu-se pela candidatura de João Goulart em 1960, embora o PTB não fechasse as portas para uma coalizão com outro partido, desde que esse se comprometesse em cumprir o Plano de Ação Política petebista (Ibidem, p. 126-129).

No entanto, Souza Naves e a cúpula do PTB paranaense, embora se mantivessem fiéis a João Goulart, continuaram a defender a candidatura de Jânio Quadros pelo PTB, passando a articular uma aliança denominada “Jan-Jan” (Jânio e Jango)<sup>482</sup>. Embora Souza Naves tentasse convencer João Goulart, a chapa Jan-Jan era combatida por algumas alas – como o grupo de Leonel Brizola e, sobretudo, as correntes nacionalistas. Assim, a candidatura de Jânio pelo PTB acabou sendo gradativamente descartada dentro do partido,

<sup>479</sup> Ver a referida proposição do PTB paranaense no Anexo 12.

<sup>480</sup> O evento, repleto de comícios e festividades, foi realizado no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro. Em seu discurso de abertura, João Goulart reafirmava o compromisso do PTB com o nacionalismo, criticando a pressão de capitais estrangeiros sobre a economia brasileira, e defendendo as reformas de base. Naquele dia do trabalhador, homenageou a memória de Getúlio Vargas e a implementação da legislação social (BOMBARDELLI, 2010, p. 14).

<sup>481</sup> Ver o referido Plano de Ação Política do PTB no Anexo 13.

<sup>482</sup> Cf. “Jan-Jan”. In: *Gazeta do Povo*, 4 jun. 1959, p. 4.

ao mesmo tempo em que cresciam as possibilidades de uma nova aliança com o PSD em torno da chapa Lott-Jango.

Em entrevistas a jornais, Souza Naves mostrava-se descontente com a provável aliança com o PSD, declarando que “se isso ocorresse se manteria neutro, pois não poderia aliar-se com o PSD paranaense, a quem fazia oposição<sup>483</sup>”. Na verdade, Souza Naves encontrava-se em uma encruzilhada: além de ser amigo de Jânio Quadros, também ambicionava contar com o seu valioso apoio para as eleições estaduais de 1960, repetindo, assim, a fórmula de sucesso utilizada no pleito de 1958. Porém, também tinha ciência de que a confirmação do acordo com o PSD e o lançamento da chapa Lott-Jango para a sucessão presidencial afastaria qualquer possibilidade de contar com o apoio oficial de Jânio Quadros, que naturalmente tenderia a apoiar a candidatura do seu correligionário pedecista Ney Braga.

Desse modo, conclui-se que os esforços de Souza Naves e dos petebistas do Paraná em defender o lançamento da chapa Jan-Jan deve-se exclusivamente a uma estratégia política regional, uma vez que a eleição de 1958 havia comprovado de que o apoio de Jânio Quadros tinha um peso eleitoral significativo no Paraná.

A insistência de Souza Naves em defender a candidatura Jan-Jan lhe rendeu alguns problemas dentro do PTB nacional, uma vez que passou a sofrer a oposição de algumas alas. Inclusive, a imprensa especulava que João Goulart iria excluí-lo da nova Executiva Nacional, que seria escolhida em outubro de 1959.

No entanto, na referida Convenção, Souza Naves foi mantido como um dos vice-presidentes do partido<sup>484</sup>. João Goulart foi reeleito, o que gerou muitos protestos do seu principal rival, Fernando Ferrari, que renunciou ao Diretório Nacional, “denunciando” a ditadura janguista, e passando a assumir publicamente que se propunha a organizar um novo partido<sup>485</sup>. “A rigor, começava aqui seu afastamento do partido, que se consumaria com sua expulsão” (D’ARAÚJO, 1996, p. 128-129).

Reeleito pela terceira vez seguida como vice-presidente do PTB nacional, Souza Naves gozava da confiança de João Goulart, de quem era um fiel aliado. Porém, parece que

---

<sup>483</sup> Cf. “Notas políticas”. In: *Gazeta do Povo*, 19 maio 1959, p. 3.

<sup>484</sup> A Executiva Nacional, eleita em 24 de outubro de 1959, ficou assim constituída: Presidente: João Goulart; Vice-Presidentes: Abilon de Souza Naves, Baeta Neves, San Tiago Dantas e Argemiro Figueiredo; Secretário-Geral: Doulet de Andrade; Secretários: Wilson Fadul, Frota Moreira, Bocayuva Cunha, Ary Pitombo; Tesoureiro-Geral: Rui Ramos; Tesoureiros: Carlos Jereissati e Eduardo Catalão. In: D’ARAÚJO (1996, p. 128).

<sup>485</sup> Trata-se do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), que iremos abordar no decorrer deste capítulo.

a opção de Souza Naves em apoiar a candidatura de Jânio estremeceu um pouco as relações – inclusive os jornais cariocas mencionavam uma carta escrita por Souza Naves rompendo com Jango<sup>486</sup>.

De qualquer maneira, no final de 1959, Souza Naves passou a adotar uma posição dúbia com relação a Jânio Quadros, negando que houvesse compromissos entre o PTB paranaense e Jânio<sup>487</sup>, porém não descartando um futuro compromisso, uma vez que ainda possuía esperanças que a chapa Jan-Jan fosse homologada na XII Convenção Nacional do PTB, que seria realizada em fevereiro de 1960.

Entretanto, Souza Naves não viveu para defender a sua posição na Convenção. Em 12 de dezembro de 1959, durante um jantar realizado em sua homenagem (organizado pelos seus ex-colegas do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC), realizado na Sociedade Morgenau, em Curitiba), sofreu um infarto fulminante e faleceu aos 54 anos de idade.

Conforme Léo de Almeida Neves (2002, p. 145):

O funeral na manhã de domingo [13/12/1959] teve inigualável comparecimento popular. Vieram personalidades nacionais e paranaenses para homenageá-lo. Houve uma cena inusitada e interessantíssima. O Jânio chegou esbaforido, e o João Goulart já estava ao lado do caixão. Então o Jânio Quadros se aproximou pelo outro lado, fez rápida prece e depois agarrou, por baixo do caixão, a mão de João Goulart e ficaram de mãos dadas por alguns minutos. Ele estava tentando cativar João Goulart para sua candidatura a presidente da República no ano seguinte e tinha esperança de ser candidato pelo próprio PTB.

Após a morte de Souza Naves, o suplente Nelson Maculan assumiu a sua cadeira no Senado, enquanto o PTB paranaense passou a ser comandado pelo deputado estadual Antônio Annibelli, primeiro vice-presidente.

Abilon de Souza Naves esteve à frente do PTB paranaense por mais de dez anos e, desde 1952, integrava a Executiva Nacional do partido. Aliado fiel de João Goulart, Souza Naves, desde 1953, era um dos vices-presidentes nacionais do PTB, chegando a ser, durante um bom período, o presidente em exercício do partido, inclusive desempenhando um papel de destaque nas negociações com o PSD que resultaram na chapa JK-Jango, em 1955. Bom negociador, astuto, ponderado, paciente e aberto ao diálogo, Souza Naves revelou-se um político habilidoso e muito pragmático, cuja prática político-partidária era

<sup>486</sup> Cf. *Gazeta do Povo*, 15 dez. 1959, p. 1 e 6.

<sup>487</sup> Cf. *Gazeta do Povo*, 18 nov. 1959, p. 1.



um amálgama de getulismo, trabalhismo e um nacional-reformismo moderado. Sem dúvidas, Souza Naves desempenhou um importante papel durante o processo de estruturação e consolidação do PTB paranaense ao longo da década de 1950, o que resultou no crescimento eleitoral do partido.

Embora tenha conduzido o PTB paranaense de forma personalista e enfrentou a oposição de alguns grupos, Souza Naves consolidou-se como o principal líder trabalhista do Paraná e a sua liderança conciliava as diferentes frações que existiam dentro do partido, desde as correntes mais conservadoras e fisiológicas até as mais progressistas.

Durante o seu funeral, João Goulart, além de lamentar a morte de seu amigo (a quem considerava “um mestre em política<sup>488</sup>”) já se mostrava preocupado com os rumos do PTB paranaense, que, por sua vez, estava atordoado com a repentina morte do seu líder.

Portanto, uma grande incógnita emergia nos círculos políticos paranaenses no final do ano de 1959: como se comportaria o PTB do Paraná sem Souza Naves? Quem comandaria o partido? Quem seria o candidato petebista para a sucessão estadual de 1960?

#### 4.7. O PTB E AS ELEIÇÕES DE 1960

Após a morte de Abilon de Souza Naves uma pergunta tomou conta do noticiário político paranaense: quem seria agora o candidato petebista ao governo do estado? Sem o seu principal líder e aglutinador, o PTB do Paraná estava dividido em diversos nomes e longe de um consenso. Um grupo, capitaneado pelos deputados federais, defendia a candidatura do deputado estadual (e agora presidente do partido) Antônio Annibelli; a ala nacionalista do partido e os setores sindicais defendiam a candidatura do prefeito de Curitiba Iberê de Mattos, chamado de “general do povo”; no norte do estado, ganhava força o nome de Nelson Maculan, que inclusive contava com o apoio dos diretórios udenistas da região<sup>489</sup>; o grupo que migrou do PR defendia a candidatura do udenista Adolpho de Oliveira Franco, que também contava com o apoio do próprio PR; por fim,

<sup>488</sup> Cf. Entrevista de João Goulart. In: *Diário da Tarde*, 14 dez. 1959, p. 1.

<sup>489</sup> Não é nenhuma surpresa o apoio dos diretórios udenistas do norte do estado a Nelson Maculan. Em primeiro lugar, convém lembrar que Maculan, até pouco tempo, era filiado à UDN de Londrina; em segundo lugar, durante as eleições municipais de 1959 o PTB realizou coalizões com os udenistas em diversas cidades do norte do estado, como Londrina, Arapongas, Cornélio Procópio, Rolândia, entre outras.

também eram especulados os nomes do deputado federal José Teixeira da Silveira, do deputado estadual Amaury de Oliveira e Silva e do industrial Ivo Leão<sup>490</sup>, um candidato extrapartidário, entre outros.

Contudo, inicialmente a disputa foi delineando-se em torno de três nomes: Antônio Annibelli, que tinha o apoio da cúpula petebista; Iberê de Mattos, que contava com o apoio da ala mais progressista do partido, capitaneada por Léo de Almeida Neves<sup>491</sup>; e Nelson Maculan, cuja candidatura era articulada pelos diretórios petebistas e udenistas do norte do estado<sup>492</sup>.

A decisão acerca do candidato petebista se daria somente na Convenção Estadual, que seria realizada em fevereiro de 1960. Nesse ínterim, o PTB paranaense vivenciou dias agitados, que revelavam que o partido estava bastante dividido e longe de um consenso, surgindo diariamente novos nomes à sucessão estadual. No entanto, embora enfrentasse uma forte resistência por parte de algumas alas, o nome que foi paulatinamente ganhando força dentro do partido era o do agora senador Nelson Maculan, que, inclusive, contava com o apoio de João Goulart.

Além da indefinição em torno do seu candidato, outro fato que gerou controversas nas hostes petebistas foi a indicação de João Goulart para que o jovem Léo de Almeida Neves (então suplente de deputado estadual) substituísse Souza Naves na vice-presidência da Executiva Nacional do partido. Enciumados, muitos petebistas da “velha guarda” e com mandatos de deputados sentiram-se desprestigiados e reclamaram publicamente<sup>493</sup>.

Ademais, tumultuando ainda mais o ambiente petebista, também circulavam boatos de que João Goulart poderia intervir no Diretório do PTB paranaense em virtude da maioria dos deputados federais e estaduais, além da cúpula partidária, apoiarem a candidatura de Jânio Quadros à presidência da República. Os principais defensores da candidatura do Mal. Henrique Lott eram as frações nacionalistas, sobretudo os deputados José Teixeira da Silveira e Waldemar Daros, que constantemente denunciavam o janismo reinante no PTB do Paraná a Jango.

Todavia, às vésperas da Convenção Estadual, a disputa pelo posto de candidato petebista polarizou-se entre Nelson Maculan e o líder da bancada estadual Amaury de

---

<sup>490</sup> Cf. *Diário da Tarde*, 15 dez. 1959, p. 1.

<sup>491</sup> Considerado o herdeiro político de Souza Naves, Léo de Almeida Neves estava impedido pela Constituição Estadual de ser candidato a governador, pois na época não possuía a idade mínima de 35 anos.

<sup>492</sup> Cf. *Diário da Tarde*, 12 jan. 1960, p. 1.

<sup>493</sup> Cf. “Rififi no PTB”. In: *O Dia*, 30 jan. 1960, p. 4.

Oliveira e Silva, que, por falta de aporte financeiro e por orientação de João Goulart, acabou renunciando a sua candidatura<sup>494</sup>. Dessa forma, na Convenção Estadual do PTB paranaense, realizada nos dias 3 e 4 de fevereiro de 1960 – e que contou com a presença de João Goulart, Leonel Brizola<sup>495</sup> e San Tiago Dantas –, Nelson Maculan foi oficializado, por unanimidade, como o candidato petebista à sucessão estadual<sup>496</sup>.

Assim, no início de 1960, os partidos políticos paranaenses estavam definindo as suas posições no que tange à sucessão estadual. Além do petebista Nelson Maculan, o ex-prefeito de Curitiba e deputado federal Ney Braga, do PDC, já estava em campanha desde o segundo semestre de 1959. O PSD, por sua vez, atravessava um momento difícil em virtude das acusações de corrupção a Moysés Lupion, cujo governo ainda se ressentia das repercussões negativas dos conflitos agrários no sudoeste. E mais, o PSD também estava dividido, uma vez que o candidato lupionista Guataçara Borba Carneiro foi derrotado na Convenção pessedista por Plínio Franco Ferreira da Costa, que, por ser considerado um candidato extrapartidário, não contou com o apoio de todo o partido (KUNHAVALIK, 2004b, p. 268).

Também enfrentando um momento difícil, em decorrência do mau desempenho nas eleições de 1958, a UDN do Paraná optou em não lançar candidato próprio. Porém, havia dentro do partido duas correntes: a majoritária apoiava Ney Braga, ao passo que os diretórios udenistas do norte do estado estavam ao lado de Nelson Maculan, apesar da orientação do Diretório Nacional para não apoiar o candidato petebista. Após a sua Convenção Estadual de março, a UDN decidiu apoiar oficialmente a candidatura de Ney Braga, embora também tenha liberado os diretórios que tinham outra posição para ficarem neutros na campanha (Idem).

Em âmbito nacional, nos dias 17, 18 e 19 de fevereiro de 1960 ocorreu a XII Convenção Nacional do PTB – que não contou com a presença de Fernando Ferrari, já em campanha eleitoral como vice de Jânio Quadros –, na qual foi homologada a coalizão com o PSD e o lançamento da chapa Lott-Jango para a presidência da República. Apesar de Roberto da Silveira e Leonel Brizola defenderem a tese do PTB lançar a candidatura de

<sup>494</sup> Segundo Léo de Almeida Neves (2002, p. 150): “[...] Por falta de aporte financeiro, e verificando que não contava com a maioria do partido, Amaury declinou de sua candidatura em reunião realizada durante almoço em Londrina, na residência do grande cafeicultor Ermínio Vittorelli, na presença do então vice-presidente da República, João Goulart, presidente nacional do PTB”.

<sup>495</sup> Inclusive, Leonel Brizola, durante a Convenção, pronunciou um forte discurso nacionalista, no qual defendia a reforma agrária. Cf. “Encerrada a convenção trabalhista”. In: *O Dia*, 5 fev. 1960, p. 8.

<sup>496</sup> Cf. “Maculan candidato do PTB”. In: *Diário da Tarde*, 4 fev. 1960, p. 1. Ver também: “Maculan aclamado candidato pela convenção regional petebista”. In: *O Dia*, 5 fev. 1960, p. 4 e 8.

Jango, a pressão da ala nacionalista do partido foi determinante para uma nova aliança com o PSD em favor do Mal. Henrique Teixeira Lott, cuja candidatura – lançada oficialmente em dezembro de 1959<sup>497</sup> – gozava de grande prestígio entre os setores nacionalistas do país (D'ARAÚJO, 1996, p. 130-131).

No entanto, a maior parte do PTB paranaense, que desde 1959 mostrava-se propenso a apoiar Jânio Quadros, optou em desobedecer à decisão da Executiva Nacional e passou a fazer campanha, de forma velada, em prol da chapa Jan-Jan – inclusive Nelson Maculan, que esperava contar com o apoio recíproco de Jânio Quadros, tentando, assim, repetir a fórmula de sucesso utilizada por Souza Naves em 1958.

Tal situação acabou gerando uma crise interna, uma vez que havia uma pequena ala nacionalista, capitaneada pelo deputado federal José Teixeira da Silveira e, sobretudo, pelo deputado estadual Waldemar Daros, que constantemente “denunciavam a traição” dos petebistas paranaenses ao Mal. Lott.

Embora Waldemar Daros tenha visitado algumas vezes João Goulart no Rio de Janeiro, a fim de deixar o presidente nacional do PTB a par do que ocorria no Paraná, Jango não se opôs ao movimento Jan-Jan, que certamente lhe ajudaria a garantir a sua vitória eleitoral (DELGADO, 1989, p. 230). Assim, a exemplo do que ocorreu no Diretório paulista, Goulart permitiu que os petebistas paranaenses prosseguissem com a sua campanha em favor da chapa Jan-Jan – o que evidenciava o desmoronamento da aliança PSD-PTB.

Acerca disso, Maria Celina D'Araújo (1996, p. 133-134) observa que:

[...] Esta chapa alternativa reflete a estratégia eleitoral adotada. O importante era fazer de Goulart o vice-presidente, e diante do mau desempenho de Lott os petebistas ficaram liberados para outras composições: Jânio-Goulart ou Adhemar-Goulart. O que interessava era o apoio ao presidente do partido, e nesse caso a “traição” a Lott era bem-vinda. Não o foi, contudo, quando certos petebistas decidiram apoiar outro candidato a vice, mesmo mantendo o apoio a Lott. Para estes, o caminho foi a expulsão.

De fato, Jango, de forma velada, liberou os petebistas paranaenses de qualquer compromisso com Lott, desde que se comprometessem em neutralizar a campanha de

---

<sup>497</sup> A candidatura do Mal. Henrique Teixeira Lott foi homologada na Convenção Nacional do PSD, realizada no dia 12 de dezembro de 1959. Com a derrota de Juracy Magalhães na Convenção Nacional da UDN – realizada em 8 de novembro de 1959, na qual os udenistas homologaram o seu apoio a Jânio Quadros – e diante da impossibilidade de haver uma “candidatura de união nacional” com os udenistas, Juscelino Kubitschek foi compelido a apoiar oficialmente a candidatura do Mal. Lott (DELGADO, 1989, p. 224-225).

Fernando Ferrari, que estava em ascensão no Paraná<sup>498</sup>. Nesse sentido, Léo de Almeida Neves lembra uma frase pronunciada por Jango: “Quem com Ferrari ferir, com Ferrari será ferido<sup>499</sup>”.

Durante a campanha eleitoral, Nelson Maculan, embora adotasse uma posição dúbia, evitou participar de comícios ao lado do Mal. Lott, assim como muitos petebistas paranaenses procuraram evitar o contato com o candidato pessedista a fim de evitar constrangimentos. Simultaneamente, o deputado estadual Waldemar Daros, que defendia de forma intransigente a candidatura Lott-Jango, tecia duras críticas aos seus colegas de partido, tanto na tribuna da Assembleia Legislativa quanto por meio de violentos manifestos publicados na imprensa. Daros também frequentemente informava a “traição” do seu partido ao próprio Mal. Lott, que pressionava Jango para intervir no PTB paranaense. Dessa forma, o PTB do Paraná encontrava-se em ebulição interna, sobretudo pelo “barulho” causado por Daros, que, inclusive, era ameaçado de ser expulso do partido.

Embora tenha contado com o aporte financeiro dos “plutocratas” do PTB, particularmente dos deputados Miguel Buffara e Luiz Alberto Dalcanale<sup>500</sup>, a campanha política de Nelson Maculan, ancorada principalmente na solução dos problemas dos cafeicultores do norte do estado, era acusada de ser demasiadamente elitista<sup>501</sup> e não emplacou em diversas regiões do Paraná, sobretudo em Curitiba, onde o candidato petebista ainda era um “ilustre desconhecido”.

Por outro lado, Ney Braga, cuja principal pilar de campanha era resolver o problema do abastecimento de energia elétrica no Paraná, também contava com o apoio de setores empresariais e ruralistas de diversas regiões do estado, inclusive do norte, reduto eleitoral de Maculan.

Com o esvaziamento da candidatura do pessedista Plínio Costa, a disputa polarizou-se em torno de Nelson Maculan e Ney Braga, que disputaram acirradamente o precioso apoio de Jânio Quadros, que optou em não se manifestar a favor de nenhum dos dois candidatos, esquivando-se com a seguinte afirmação: “No Paraná apoio quem me apóia”.

---

<sup>498</sup> Cf. “Traição a candidatura Lott”. In; *Diário da Tarde*, 6 maio 1960, p. 1 e 5. Ver também a afirmação do deputado federal Jorge de Lima em *Diário da Tarde*, 8 ago. 1960, p. 1.

<sup>499</sup> Entrevista de Léo de Almeida Neves, realizada em setembro de 2013.

<sup>500</sup> Léo de Almeida Neves (2002, p. 156-157) lembra que, ao contrário do que esperavam os petebistas, os cafeicultores do norte não corresponderam às expectativas nas contribuições de dinheiro à campanha de Maculan. Inclusive, ele conta que vendeu os seus dois únicos imóveis em Curitiba para auxiliar na campanha política do PTB.

<sup>501</sup> Ver, por exemplo: “Candidato dos milionários”. In: *Gazeta do Povo*, 26 jul. 1960, p. 3.

Conforme lembra Léo de Almeida Neves, “na verdade, Jânio não apoiava ninguém, mas aceitava o apoio de todo mundo<sup>502</sup>”.

Sem o apoio oficial de Jânio Quadros, Ney Braga contou com o apoio da maior parte da UDN, de parte do PR e de setores da Igreja católica. Já Nelson Maculan foi apoiado pelo ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto, pelos udenistas do norte, por parte do PSP, pela dissidência do PSD e pelo Partido Comunista do Paraná, que chegou a publicar um manifesto<sup>503</sup> de apoio ao Mal. Lott, a João Goulart e a Nelson Maculan.

Em uma visita a Curitiba<sup>504</sup>, Luís Carlos Prestes confirmou o seu apoio a Lott-Jango<sup>505</sup> e a Maculan, conclamando os comunistas a votarem nos candidatos trabalhistas. Obviamente, tal fato foi muito explorado pela imprensa paranaense, que “denunciava” os vínculos entre Maculan e os comunistas. Soma-se a isso um boato, que foi amplamente divulgado, de que “Maculan, no passado, no Espírito Santo, no tempo de jovem, de estudante, teria participado do Partido Comunista<sup>506</sup>”.

Embora Nelson Maculan tenha recusado publicamente o apoio de Prestes e dos comunistas, Léo de Almeida Neves (2002, p. 156) lembra que:

[...] O repúdio de Maculan e do PTB a esse gesto de Prestes repercutiu menos do que a notícia espalhada por todo o Paraná sobre os vínculos do Maculan com o comunismo. Nas missas de domingo, dia das eleições, os padres, na sua maioria, conclamavam os fiéis a derrotar o demônio, encarnado no “Maculan vermelho”.

Em suma, além da imprensa, setores da Igreja católica também passaram a explorar os supostos laços entre o candidato trabalhista e os comunistas, favorecendo a candidatura de Ney Braga. De acordo com José Pedro Kunhavalik (2004b, p. 276):

O apoio da Igreja a Ney Braga também vem de outras formas. O jornal *Voz do Paraná*, vinculado à Arquidiocese de Curitiba, faz campanha sistemática contra o

<sup>502</sup> Depoimento de Léo de Almeida ao programa “Memória Paranaense”, produzido pela UFPR-TV e gravado em dezembro de 1997.

<sup>503</sup> O referido manifesto foi assinado pelos seguintes líderes do Partido Comunista no Paraná: Agliberto Vieira de Azevedo, Dante Leonelli, Jorge Karam, Júlio Manfredini, Manoel Jacinto Correa e Vieira Netto. Cf. *O Estado do Paraná*, 14 ago. 1960, p. 4. No entanto, esses mesmos líderes comunistas, posteriormente, iriam denunciar que o PTB do Paraná era janista e que estava traindo as candidaturas de Lott e Jango. Cf. *Diário da Tarde*, 23 set. 1960, p. 1.

<sup>504</sup> Cf. “Luís Carlos Prestes confirma: apoiamos Maculan”. In: *Diário da Tarde*, 20 set. 1960, p. 1.

<sup>505</sup> “Apesar de Lott ser reconhecido como elemento visceralmente anticomunista e de manifestar-se sempre contrariamente à legalização do PCB, [...] paradoxalmente Luís Carlos Prestes fez circular um documento intitulado ‘Por que os comunistas apóiam Lott e Jango’” (DELGADO, 1989, p. 229).

<sup>506</sup> Cf. Depoimento de Espedito Rocha, ex-líder do PCB do Paraná. In: IPARDES, 1989b, p. 67.

comunismo e contra o candidato “comunista” (Nelson Maculan), defendendo a candidatura Ney Braga, embora nem sempre explicitamente.

Em outubro, Ney Braga venceu Nelson Maculan na corrida pelo governo do Paraná por uma pequena margem de votos. Porém, convém lembrar que, com exceção da região oeste/sudoeste (onde o PTB era muito forte) e da cidade Londrina, base eleitoral de Maculan, Ney Braga venceu nas demais regiões e nas principais cidades do estado.

Tabela 24 – Resultado das eleições para o governo do Paraná em 1960

Candidato	Partido/Coligação	Nº de votos	%
Ney Braga	PDC/UDN/PL	255.328	35,3%
Nelson Maculan	PTB	223.696	30,9%
Plínio Costa	PSD	194.328	26,8%
Branços		18.898	2,6%
Nulos		31.769	4,4%
TOTAL		724.019	100%

FONTE: IPARDES (1989a, p. 11).

Léo de Almeida Neves (2002, p. 152) atribui a vitória de Ney Braga ao sucesso da sua campanha em associar o seu nome ao de Jânio. Conforme José Pedro Kunhavalik (2004b, p.278):

Ney Braga vinculou sua campanha e sua imagem a de Jânio Quadros desde o início, criando a dobradinha Ney-Jânio. Nos comícios era dito que quem era Ney era Jânio, e quem era Jânio era Ney. Utilizou os mesmos elementos simbólicos, particularmente o da vassoura, significando que seu governo iria varrer a corrupção no Estado. Assim como Jânio construiu a imagem anti-Adhemar, Ney Braga se fez o anti-Lupion. Este era empresário, amigo de Adhemar de Barros e governador do Estado, acusado, na época, de corrupção. Além disso, Ney Braga fez uso do *slogan* do “tostão contra o milhão”.

Ancorando a sua campanha eleitoral em uma série de fortes denúncias contra Lupion, inclusive prometendo mandá-lo para a cadeia, Ney Braga, de acordo com Marion Magalhães (2001, p. 66), também se valeu de diversas técnicas de *marketing* político, como panfletos, cartazes, programas de rádio e um *jingle*, amplamente divulgado na época:

Quem é Ney é Jânio	Mas agora nós já temo
Quem é Jânio é Ney	Candidato prá votá
Vou votar nos homens certos	É Jânio e Ney pra mudá
O meu voto é Jânio e Ney	É pra vida melhorar
Ele sabe, você sabe, eu também sei	Num prometem a ninguém
Nosso governador vai ser o Ney	Mas vão de fato trabalhá
Pobre de nós os colono	Jânio Quadros e Ney Braga
Que vive aqui no sertão	São dois homens de valor
Escuitando a vida inteira	Um sai sê o presidente
Promessa e tapeação	E o outro governador
Eles só lembram da gente	Pra melhorar a vida
Quando é tempo de eleição	Desse povo sofredor
Vão dá casa, vão dá jipe	Pra terminar estes versos
Semente prás plantação	Que eu mesmo inventei
Mas depois que a gente vota	Vou pô um fim na conversa
Que triste desilusão	Lembrando que já falei:
É mais uma mentira	Vamos votá nas urnas
Mais uma tapeação	Na dobradinha Jânio e Ney.

Contudo, a derrota eleitoral de Maculan frustrou o PTB, que ambicionava conquistar o governo do Paraná a todo custo. Nesse sentido, deve-se compreender a opção do Diretório petebista paranaense em apoiar, mesmo de maneira velada, a candidatura de Jânio Quadros como uma estratégia política regional e puramente eleitoral, uma vez que o ex-governador paulista era um nome eleitoralmente mais forte do que o Mal. Lott, sobretudo no norte do estado. Em outras palavras, o PTB paranaense pretendia repetir a fórmula de sucesso utilizada por Souza Naves em 1958, porém agora o contexto era outro: em primeiro lugar, porque Jânio preferiu não se comprometer oficialmente com ninguém, uma vez que possuía vínculos político-partidários tanto com o PTB quanto o PDC. Em segundo lugar, porque Nelson Maculan, além de não ser um bom orador, não tinha a mesma popularidade de Souza Naves e a sua candidatura não era unanimidade nem mesmo entre os petebistas, uma vez que circulavam notícias de que alguns diretórios do interior estavam apoiando Ney Braga ou o pessedista Plínio Costa.

De fato, Nelson Maculan enfrentava resistências de algumas frações dentro do PTB, sobretudo pelo seu passado udenista. Comentava-se nos bastidores que Maculan havia caído de pára-quadras no partido e na vaga do Senado deixada pela morte de Souza Naves. Não obstante o fato de Nelson Maculan não ser unanimidade dentro do PTB, a maior parte do partido foi fiel a sua campanha.

Posteriormente, em uma reunião, os petebistas discutiram os motivos da derrota eleitoral, surgindo várias hipóteses. Enquanto um grupo de janistas mais exaltados culpava os lottistas, outro grupo mais moderado elencou as seguintes explicações: a) a associação



do eleitorado à dobradinha Jânio-Ney; b) a campanha de calúnias e difamações contra Maculan (sobretudo as acusações de comunismo); c) falta de entrosamento com os diretórios nos principais redutos eleitorais do norte<sup>507</sup>.

De qualquer modo, a derrota eleitoral em 1960 foi um duro golpe para os petebistas e Nelson Maculan foi muito criticado pelos seus correligionários, sobretudo pela maneira dúbia em que conduziu a campanha<sup>508</sup>. Assim, os trabalhistas voltaram a lamentar a morte do seu antigo líder Souza Naves, sobretudo porque acreditavam que ele teria vencido o pleito de 1960 e o PTB teria conquistado o governo do estado – inclusive, esse argumento (de que a morte de Souza Naves mudou os rumos da política paranaense) já faz parte do senso comum no imaginário político do Paraná.

No que concerne às eleições presidenciais, Jânio Quadros elegeu-se presidente da República, obtendo 48% dos votos contra 28% do Mal. Henrique Lott e 23% de Adhemar de Barros. Para a vice-presidência, João Goulart venceu a disputa contra Milton Campos (UDN) e Fernando Ferrari (MTR) (FAUSTO, 2006, p. 241).

Apesar da sua firme posição nacionalista, o Mal. Lott mostrou-se um mau candidato, com fraco carisma eleitoral, pouca habilidade política e um rigor militar, ao contrário de Jânio Quadros, que teve maior penetração junto às camadas mais populares (DELGADO, 1989, p. 230).

Jânio Quadros, melhor orador e valendo-se de expedientes teatrais<sup>509</sup>, utilizou uma vassoura e um conhecido *jingle* (“*Varre, varre, vassourinha*”) como principais elementos simbólicos da sua campanha, centrada nos ataques à “corrupção do governo anterior, à inflação e à alta do custo de vida, ao desperdício com as obras faraônicas de Brasília e as irresponsabilidades do ‘presidente voador’”. Além de contar com o decisivo apoio de Carlos Lacerda e da UDN, Jânio também atraiu os votos dos descontentes, dos sem-partido, dos militares, das classes médias e da burguesia (por meio das promessas de

<sup>507</sup> Cf. “PTB: reunião agitada”. In: *Diário da Tarde*, 25 out. 1960, p. 1.

<sup>508</sup> Cf. “Maculan criticado por deputado do PTB”. In: *Diário da Tarde*, 17 nov. 1960, p. 1.

<sup>509</sup> Segundo Maria Victoria Benevides (1982), as campanhas de Jânio Quadros são um capítulo à parte na história eleitoral brasileira. Em nenhum outro momento as contradições entre desenvolvimento e atraso, autoritarismo e liberalismo, progressismo e reacionarismo, público e privado, foram tão bem manipulados. Sua atuação seria sempre marcada pela alta incidência de contradições e ambiguidades: nunca se definiu claramente acerca de Getúlio, ora era getulista, ora antigetulista; passava do PTB para a UDN com a naturalidade que beirava o cinismo; cortejava a esquerda e os comunistas para depois considerá-los como “irrecuperáveis para a democracia”; entre outras coisas. O estilo da campanha para a Prefeitura se repete na campanha para o Governo do Estado e depois para a Presidência: os palanques transformavam-se em verdadeiros palcos de tragicomédias: Jânio tomava injeções em público, simulava desmaios, comia sanduíches de mortadela levados nos bolsos e era carregado nos ombros do povo.

“limpeza” na administração e estabilização da economia) e ainda foi capaz de “entusiasmar as massas operárias com tiradas esquerdistas” (BENEVIDES, 1982, p. 22-26).

No Paraná, Jânio Quadros venceu com uma grande margem de votos, enquanto o Mal. Lott obteve um baixo desempenho, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 25 – Resultado das eleições presidenciais de 1960 no Paraná

Candidatos	Partido/coligação	Número de votos	Percentual (%)
Jânio Quadros	PDC-UDN	367.422	51,2%
Adhemar de Barros	PSP	161.802	22,6%
Henrique Teixeira Lott	PSD-PTB	121.462	16,9%
Branços		45.397	6,3%
Nulos		21.297	3%
Total		717.380	100%

Fonte: IPARDES (1989a, p. 9).

Outro fator que contribuiu para o fraco desempenho eleitoral do Mal. Henrique Lott no Paraná deve-se ao fato da maior fração do PTB paranaense ter apoiado Jânio Quadros, que também contou com o apoio do eleitorado neyista e udenista. Soma-se a isso também a popularidade de Adhemar de Barros no norte do estado.

Por outro lado, a estratégia eleitoral de João Goulart em liberar o Diretório petebista para fazer campanha em prol da chapa Jan-Jan e, assim, combater Fernando Ferrari surtiu efeito no Paraná, uma vez que Jango obteve 30,9% dos votos, contra 25,9% do udenista Milton Campos e 18,9% de Fernando Ferrari (IPARDES, 1989a, p. 10).

Enfim, após as eleições de outubro de 1960, o PTB paranaense enfrentaria novas turbulências causadas não somente pela repercussão da derrota eleitoral, mas, sobretudo, em virtude da aproximação da Convenção Estadual de janeiro de 1961, que catalisou uma guerra nos bastidores pela presidência do partido entre o senador Nelson Maculan, o deputado federal Miguel Buffara, o prefeito de Curitiba Iberê de Mattos e o deputado estadual Léo de Almeida Neves (que era um dos vice-presidentes da Executiva Nacional).

Ademais, o partido também se mostrava dividido em dois grupos: um majoritário, que defendia a oposição ao governo Ney Braga – cujo principal porta-voz era Léo de Almeida Neves –; e outro, liderado pelo deputado federal Jorge de Lima, que defendia uma

coalizão com o novo governador paranaenses<sup>510</sup>. Soma-se a isso também a fundação, em dezembro de 1960, do Movimento Trabalhista Renovador no Paraná.

#### 4.8. O MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) NO PARANÁ

O Movimento Trabalhista Renovador (MTR) foi inicialmente uma tendência rebelde dentro do PTB, liderada pelo deputado federal sul-rio-grandense Fernando Ferrari. Após as eleições de 1960, Ferrari, que concorreu à vice-presidência à revelia do PTB, foi expulso do partido, transformando o MTR em um novo pequeno partido.

Segundo Thomas Skidmore (1975, p. 262), Ferrari era um dos mais ativos defensores de um trabalhismo autêntico no seio do PTB. Acuado dentro do partido, optou em fundar um movimento trabalhista reformista.

Contudo, para Maria Celina D'Araújo (1996, p. 128), não se pode supervalorizar que Ferrari estivesse promovendo a formação de “um trabalhismo autêntico”, pois a sua dissidência deve ser encarada como o resultado de um conflito de lideranças. Conforme a autora (Ibidem, p. 128-129):

[...] Essa hipótese pode ser confirmada pelo fato de todas as propostas programáticas apresentadas por Ferrari acabarem sendo acatadas pelo PTB e de ele próprio ter sido várias vezes líder do partido. Nesse tocante, o PTB foi capaz de absorver suas propostas ideológicas, mas jamais pôde suportar uma liderança concorrente que pretendia se firmar pela crítica ao chefe-mor do petebismo [João Goulart]. Ferrari, em suma, competia pelo controle do partido [tão mais agudo na medida em que ele pertencia à seção regional do PTB em que Jango e Brizola eram os principais donatários], exemplificando um caso típico de disputa interna pelo poder e de rivalidade entre chefias inadmissível num partido com as origens do PTB. Perdedor nessa disputa, assumiu rumo próprio e partiu para criar *seu* partido, tão personalista e tão centralizador quanto o PTB.

Para Suely Bastos (1981), que defende uma posição semelhante, Ferrari fundou o MTR mais por fatores regionais, conjugados aos nacionais, do que por divergências doutrinárias ou programáticas dentro do PTB. Em suma, de acordo com Maria Celina

---

<sup>510</sup> Cf. “Notas políticas”. In: *Gazeta do Povo*, 27 out. 1960, p.1. Ver também: “Atualidades políticas”. In: *Diário da Tarde*, 20 dez. 1960, p. 1; “Resistência no PTB”. In: *Gazeta do Povo*, 30 dez. 1960, p. 3; “Choque no PTB”. In: *O Dia*, 30 dez. 1960, p. 2.

D'Araújo e Suely Bastos, a cisão de Ferrari foi catalisada por conflitos no interior do PTB, revestida por uma roupagem doutrinária.

Por sua vez, Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p. 212) diz que as divergências de Ferrari em relação às orientações que predominavam, ao nível da direção do PTB, estavam ligadas a dois fatores: a) disputas regionais envolvendo o seu grupo, o de João Goulart e o de Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul; e b) discordância quanto à linha política fisiológica que, no seu entendimento, predominava no PTB, levando o partido a afastar-se do trabalhismo autêntico.

De todo modo, o MTR teve uma breve existência, destacando-se por uma plataforma nacionalista e reformista. Em março de 1963, Fernando Ferrari viu aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural – que estendeu os direitos sociais e trabalhistas aos trabalhadores do campo –, projeto de sua autoria. No entanto, em 25 de maio do mesmo ano, Ferrari faleceu em um acidente aéreo nas proximidades do município de Torres (RS) (BRANDALISE; BOMBARDELLI, 2013, p.28). Posteriormente, o MTR passou a ser liderado pelo senador Aarão Steinbruch (MTR-RJ), porém o partido não resistiu à morte de seu principal líder e fundador e entrou em decadência.

No Paraná, o Movimento Trabalhista Renovador foi fundado no dia 3 de dezembro de 1960, após uma visita de Fernando Ferrari a Curitiba<sup>511</sup>. Além de contar com a participação de alguns líderes sindicais, também ingressaram no MTR paranaense os ex-deputados federais petebistas Divonsir Borba Cortes e Cid Campello, que, desde 1957, por defenderem uma coalizão do partido com o governo Lupion, perderam espaço dentro do PTB paranaense, passando a apoiar a dissidência ferrarista “contra as ditaduras partidárias de Jango e Souza Naves”.

Portanto, o MTR paranaense aglutinou em suas fileiras principalmente alguns petebistas que perderam espaço político dentro do partido. Porém, o MTR teve uma atuação bastante tímida na política paranaense, revelando-se um movimento/partido fraco no estado.

\*\*\*

Em seu segundo governo (1956-1960), Moysés Lupion procurou trazer o PTB para a sua órbita. Não obstante a pressão da ala lupionista do partido, Souza Naves e o seu

---

<sup>511</sup> Cf. “Instalado o Movimento Trabalhista Renovador”. In: *Diário da Tarde*, 3 dez. 1960, p. 1. Ver também: “Ferrari inaugurou seção paranaense do Movimento Trabalhista Renovador”. In: *O Dia*, 3 dez. 1960, p. 4.

grupo – que não confiavam em Lupion – mostraram-se irredutíveis e colocaram o PTB em oposição sistemática ao governador, que, inclusive, passou a sofrer uma forte campanha oposicionista em virtude do conflito agrário na região sudoeste do estado e da série de denúncias de corrupção em seu governo.

Internamente, o PTB do Paraná também passou por mudanças significativas, com a ascensão de dois grupos bem distintos nos altos escalões do partido a partir de 1957. De um lado, estavam os “pragmáticos-reformistas”, liderados pelo jovem Léo de Almeida Neves, que buscavam imprimir ao partido um programa doutrinário baseado no trabalhismo, no nacionalismo e no reformismo – embora sem se desvincular do getulismo; de outro, os “plutocratas”, grupo formado por abastados empresários e cafeicultores que tinham pouca afinidade com o trabalhismo, mas que ingressaram no partido por intermédio de Souza Naves – que visava garantir ao partido recursos financeiros para a campanha eleitoral de 1958. Portanto, verifica-se, a partir do final da década de 1950, no PTB paranaense a existência de três frações: os “pragmáticos-getulistas”, os “plutocratas” e os “pragmáticos-reformistas”.

Além de garantir recursos financeiros para a campanha eleitoral com a cooptação dos “plutocratas”, Souza Naves também convenceu o governador paulista Jânio Quadros a concorrer como deputado federal pelo PTB do Paraná, objetivando assim fortalecer a legenda petebista, que agora possuía um “nome de peso”, um político em ascensão e conhecido nacionalmente, que pudesse atrair muitos votos para o partido.

Em virtude de uma série de fatores (o poder simbólico do getulismo e da doutrina trabalhista, a defesa das bandeiras nacionalistas e reformistas por parte dos “pragmáticos-reformistas”, o financiamento eleitoral feito pelos “plutocratas” e a presença de Jânio Quadros na legenda petebista) o PTB do Paraná teve um excelente desempenho eleitoral no pleito de 1958: elegeu o seu primeiro senador – com Souza Naves –, conquistou a prefeitura de Curitiba – com o Gen. Iberê de Mattos –, foi o partido que mais conquistou cadeiras na Câmara dos Deputados – elegendo seis deputados (inclusive Jânio Quadros foi o candidato mais votado no estado) – e apresentou um crescimento em nível estadual, elegendo treze deputados estaduais.

Com a *débâcle* do lupionismo, o PTB consolidava-se como a principal força política do Paraná e Souza Naves era considerado o virtual vencedor da sucessão estadual de 1960. Porém, Souza Naves faleceu no final de 1959, vitimado por um infarto fulminante. Com a morte do seu principal líder, que conduzia o partido de maneira

personalista e cuja liderança conciliava plutocratas, fisiológicos e reformistas, o PTB do Paraná enfrentou um período de grande instabilidade e de disputas internas pelo comando partidário.

Favorecido pelo fato de ter herdado a vaga de Souza Naves no Senado, o “plutocrata” e ex-udenista Nelson Maculan venceu a disputa inicial e se tornou o candidato do PTB na sucessão estadual de 1960. Porém, acabou sendo derrotado pelo deputado federal e ex-prefeito de Curitiba Ney Braga, que emergia como a nova liderança política do Paraná.

Abalado pela derrota eleitoral de 1960 e sem o seu principal chefe, o PTB paranaense chegaria à década de 1960 bastante instável, sendo palco de uma intensa disputa pelo seu controle e repleto de incertezas, conforme veremos no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 5**

### **O PTB PARANAENSE DURANTE A DÉCADA DE 1960: AS CRISES POLÍTICAS, O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E A EXTINÇÃO DO PARTIDO EM 1965**

Após a morte de Abilon de Souza Naves, o PTB do Paraná foi palco de uma acirrada disputa interna pelo comando partidário, na qual Nelson Maculan, Amaury de Oliveira e Silva e Léo de Almeida Neves se consolidaram como as principais lideranças trabalhistas no Paraná durante os anos iniciais da década de 1960, em uma conjuntura marcada por uma grave crise política que resultou em um golpe civil-militar que levaria o país a viver sob uma ditadura por 21 anos.

Desse modo, no presente capítulo pretende-se avaliar a trajetória do PTB paranaense durante os conturbados anos de 1961 a 1965, analisando os seguintes aspectos: a) a construção da liderança de Nelson Maculan, Amaury Silva e Léo de Almeida Neves no PTB do Paraná e examinar se houve renovações significativas na elite partidária do partido; b) a repercussão da Campanha da Legalidade no Paraná; c) a relação do PTB paranaense com o governo João Goulart; d) a posição dos petebistas em relação ao governo Ney Braga; e) verificar se o PTB do Paraná se envolveu na defesa das reformas de base e com os movimentos sociais; e, por fim, f) a participação de Ney Braga no golpe civil-militar de 1964 no Paraná e as suas consequências ao PTB paranaense.

#### **5.1. A CONVENÇÃO TRABALHISTA DE 1961: MACULAN, AMAURY E LÉO NA LIDERANÇA DO PTB PARANAENSE**

Desde o final de 1960, o PTB enfrentava uma grande disputa interna pelo comando partidário e, conforme mencionamos no capítulo anterior, quatro nomes surgiam como postulantes a tal posto: Nelson Maculan, de Londrina, Miguel Buffara, de Paranaguá, o Gen. Iberê de Mattos, de Curitiba, e, “correndo por fora”, Léo de Almeida Neves, também

da capital. Nesse sentido, convém lembrar que Nelson Maculan e Miguel Buffara faziam parte da “ala plutocrata” do PTB, enquanto Iberê de Matos e Léo de Almeida Neves integravam a ala “pragmático-reformista” do partido.

Embora Nelson Maculan ocupasse o posto de senador e possuísse o apoio dos diretórios do norte do estado, os seus opositores argumentavam que “ele não tinha mais condições de ser o chefe político dos trabalhistas no Paraná, sobretudo em virtude da sua derrota eleitoral<sup>512</sup>”. Entretanto, Maculan, que era o favorito a assumir a presidência do PTB, iniciou uma série de conversações com as outras alas do partido, chegando a um acordo. Assim, em dezembro, Maculan já era apontado como o novo presidente petebista.

Todavia, o consenso em nome de Nelson Maculan não pacificou o PTB, pois teve início uma acirrada competição entre Miguel Buffara, Gen. Iberê de Mattos, Léo de Almeida Neves, Amaury de Oliveira e Silva e Antônio Annibelli pelo posto de vice-presidente do partido. Afinal, como Nelson Maculan desempenhava as suas funções de senador em Brasília, quem comandaria, na prática, o PTB paranaense seria o vice-presidente.

Alguns dias antes da Convenção Estadual, que seria realizada em 14 e 15 de janeiro de 1961, a disputa pela vice-presidência delimitou-se entre os deputados estaduais Amaury Silva (da ala “pragmático-reformista”) e o “pragmático-getulista” Antônio Annibelli (então presidente em exercício), que travaram uma verdadeira guerra nos bastidores do partido. Porém, Amaury costurou alianças com diversos grupos petebistas e formou uma forte chapa, da qual faziam parte o Gen. Iberê de Mattos (como segundo vice-presidente) e Léo de Almeida Neves (como secretário geral)<sup>513</sup>.

Na Convenção, o grupo de Amaury Silva derrotou – por 97 votos contra 38 – a chapa de Antônio Annibelli. Assim, a nova Executiva do PTB paranaense ficou assim constituída:

---

<sup>512</sup> Cf. “Três grupos disputam o PTB”. In: *Diário da Tarde*, 6 dez. 1960, p. 1.

<sup>513</sup> Cf. “Trabalhistas disputam a vice-presidência”. In: *Diário da Tarde*, 13 jan. 1961, p. 1. Ver também: “Luta aberta entre Amaury e Annibelli na convenção”. In: *O Dia*, 15 jan. 1961, p. 2 e “Luta aberta no PTB: vice-presidência”. In: *Diário do Paraná*, 15 jan. 1961, p. 3.



Tabela 26 – Comissão Executiva do PTB do Paraná (eleita em 15 de janeiro de 1961)

Presidente de Honra	Getúlio Vargas e Abilon de Souza Naves
Presidente	Nelson Maculan (Londrina; cafeicultor e comerciante do ramo)
Primeiro Vice-Presidente	Amaury de Oliveira e Silva (Londrina; advogado)
Segundo Vice-Presidente	Gen. Iberê de Mattos (Curitiba; militar)
Terceiro Vice-Presidente	Domício Scaramella (União da Vitória; empresário madeireiro)
Quarto Vice-Presidente	Miguel Dinizo (Cambará; médico)
Secretário Geral	Léo de Almeida Neves (Curitiba; advogado)
Primeiro Secretário	Wilson Chedid (Curitiba; advogado, bancário e líder sindical)
Segundo Secretário	Rubens de Mello Braga (Curitiba; comerciante e ex-líder sindical)
Terceiro Secretário	Luiz Alberto Dalcanale (Foz do Iguaçu/Cascavel; advogado e empresário)
Tesoureiro Geral	José Campelli Filho (Curitiba; dentista)
Primeiro Tesoureiro	Miran Pirih (Nova Esperança; cafeicultor)
Segundo Tesoureiro	Jorge Nassar (Curitiba; radialista)
Terceiro Tesoureiro	Marino Pereira (Apucarana; médico)

Fonte: *Diário da Tarde*, 16 jan. 1961, p. 1; *Gazeta do Povo*, 17 jan. 1961, p. 5 e 8; *Diário do Paraná*, 15 jan. 1961, p. 3.

O grupo vencedor – no qual se destacavam Nelson Maculan, Amaury de Oliveira e Silva e Léo de Almeida Neves – era heterogêneo, aglutinando membros das três principais alas do partido – a “plutocrata”, a “pragmático-getulista” e a “pragmático-reformista”. Contudo, é interessante observar que a direção do PTB paranaense agora estava efetivamente nas mãos de dois representantes do Diretório de Londrina, que ingressaram há pouco tempo no partido por intermédio de Souza Naves: o presidente Nelson Maculan (ex-UDN) e o primeiro vice-presidente Amaury de Oliveira e Silva (ex-PR)<sup>514</sup>.

No que tange ainda à nova Comissão Executiva do PTB paranaense, primeiramente, convém ressaltar que houve uma grande renovação na direção partidária, pois apenas três membros da antiga Executiva permaneceram: o Gen. Iberê de Mattos, que ascendeu de quarto para segundo vice-presidente; Léo de Almeida Neves, que continuou no cargo de secretário geral; e José Campelli Filho, que continuou no posto de tesoureiro geral. Em segundo lugar, convém observar que a Executiva ficou constituída

<sup>514</sup> De acordo com o depoimento de Léo de Almeida Neves (2002, p. 150): “[...] os trabalhistas tradicionais desconfiavam, injustamente, das origens partidárias do Amaury. Era um erro de apreciação, porquanto Amaury de Oliveira e Silva pertencera por circunstâncias familiares ao Partido Republicano, pois era casado com ilustre dama da tradicional família Rocha Loures, que, ao lado das famílias Munhoz da Rocha e Alves de Camargo, dominava politicamente o Paraná nos anos que precederam a Revolução de 1930. Ideologicamente, porém, e na sua atuação legislativa, Amaury de Oliveira e Silva tinha afinidades explícitas com o trabalhismo”.

majoritariamente por representantes dos diretórios do norte do Paraná e de Curitiba, embora os diretórios do sudoeste/oeste e do sudeste continuassem sendo representados.

Após a derrota na Convenção, Antônio Annibelli e o seu grupo – que também contava com os deputados federais Jorge de Lima e Kalil Maia Neto, além dos deputados estaduais Libâneo Cardoso, Elias Nacle e Pedro Liberti – mostravam-se inconformados com a derrota e com o conseqüente alijamento da cúpula partidária, declarando que fariam ferrenha oposição ao grupo de Maculan e Amaury<sup>515</sup>.

A oposição de Antônio Annibelli – que estava no seu terceiro mandato consecutivo de deputado estadual e desde 1951 integrava a Executiva do PTB paranaense, inclusive exercendo a presidência do partido após a morte de Souza Naves – teve uma forte repercussão nas hostes petebistas, uma vez que ele era um dos principais líderes do partido na região sudoeste/oeste, tradicionalmente uma das regiões onde o PTB era mais forte no Paraná.

Além da disputa pelos altos escalões partidários, na Convenção petebista também seria decidido se o partido apoiaria ou não o governo de Ney Braga. Nesse sentido, o partido mostrava-se, mais uma vez, dividido:

- de um lado, havia o grupo de Antônio Annibelli, Jorge de Lima, Kalil Maia Neto, Petrônio Fernal, Elias Nacle, Júlio Rocha Xavier, Divonsir Borba Cortes, Pedro Liberti, entre outros, que defendiam que o PTB deveria apoiar os governos de Jânio Quadros e Ney Braga;
- de outro lado, havia o grupo de Amaury Silva e Léo de Almeida Neves, que defendiam que o partido deveria manter-se em posição de “independência e vigilância perante os governos federal e estadual, conforme a orientação dada por João Goulart<sup>516</sup>”.

Como o grupo de Amaury Silva venceu o de Antônio Annibelli na Convenção, o PTB paranaense adotou inicialmente uma posição de independência perante o governo Ney Braga.

De qualquer modo, a Convenção Estadual não foi capaz de unificar o PTB do Paraná, que se mostrava cindido entre os grupos de Amaury e Annibelli. Soma-se a isso o início, a partir de março de 1961, de uma intensa disputa entre os petebistas em torno da definição dos candidatos do partido ao Senado, em 1962. Mais uma vez, a disputa ficaria

<sup>515</sup> Cf. “Annibelli disposto a abrir luta no PTB”. In: *Diário da Tarde*, 17 jan. 1961, p. 1.

<sup>516</sup> Cf. “Luta aberta entre Amaury e Annibelli na convenção”. In: *O Dia*, 15 jan. 1961, p. 2.

entre Amaury de Oliveira e Silva, Antônio Annibelli, Miguel Buffara e o Gen. Iberê de Mattos, conforme veremos adiante.

## **5.2. A RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS E A CAMPANHA DA LEGALIDADE NO PARANÁ**

Jânio Quadros, o primeiro presidente a ser empossado em Brasília, governou o país por apenas sete meses, em um período marcado pela grave crise econômica e pela intensa mobilização dos movimentos sociais (urbanos e rurais). Seu curto governo ficaria marcado pelo moralismo extremado<sup>517</sup> e por uma série de ambiguidades e contradições, que desagradaram tanto os setores conservadores quanto as esquerdas.

Por um lado, Jânio reatou com o FMI<sup>518</sup> e buscou empréstimos junto aos norte-americanos. Em virtude da inflação galopante, adotou uma política econômica ortodoxa, envolvendo uma forte desvalorização cambial, contenção de gastos públicos, redução de subsídios, entre outras coisas, o que desagradou às esquerdas.

Por outro lado, uma das medidas mais surpreendentes de Jânio foi a adoção da Política Externa Independente, que resultou no reatamento das relações diplomáticas do Brasil com os países do bloco comunistas e, posteriormente, na condecoração de Ernesto “Che” Guevara em território brasileiro. Porém, tais medidas atraíram a oposição dos conservadores, sobretudo da UDN.

Dessa maneira, conforme Maria Victoria Benevides (1982, p. 32-33), todos pertenciam ao governo, em um caleidoscópio que iluminava ora o moralismo bacharelesco da UDN, ora o conservadorismo burocrático e o industrialismo do PSD, ou o trabalhismo do PTB e a crescente participação dos sindicatos.

Contudo, foi durante o governo Jânio Quadros que surgiu a Ação Democrática Parlamentar (ADP), que, no terreno oposto ao da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN),

[...] objetivava não apenas fazer frente ao crescimento dos nacionalistas, mas também, segundo seus principais líderes, combater a expansão da ideologia

---

<sup>517</sup> Por exemplo, Jânio Quadros proibiu o biquíni, o lança-perfume e a briga de galos.

<sup>518</sup> Em 1959, JK havia rompido com o FMI e suas políticas econômicas para concretizar o Programa de Metas e a construção de Brasília.

comunista junto à sociedade brasileira. Sua composição era basicamente alimentada por deputados da UDN, do Partido Republicano (PR) e por alguns integrantes do PSD que [...] reagiam fortemente aos programas nacionalistas, distributivos e reformistas (DELGADO, 2003, p. 150).

De acordo com Lucília de Almeida Neves Delgado (Ibidem, p. 150-151), a ADP combatia o reformismo, o nacionalismo e a ameaça comunista. Suas principais bandeiras eram a defesa intransigente da iniciativa privada, o apoio incondicional aos investimentos estrangeiros no país e a defesa de princípios liberais.

Entre os deputados federais paranaenses signatários do manifesto de criação da ADP estavam o ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto (PR), Othon Mader (UDN) e Mário Gomes da Silva (PSD)<sup>519</sup>.

Inicialmente, o PTB apoiou o governo de Jânio Quadros, participando com três dos dez ministérios civis (Agricultura, Justiça e Trabalho) e possuindo fortes afinidades no que tange à Política Externa Independente – o que contribuiu para o rompimento entre o PTB e o PSD (D'ARAÚJO, 1996, p. 135).

Naturalmente, o PTB do Paraná – cuja fração majoritária do partido apoiou a candidatura de Jânio – também esteve ao lado do presidente. Porém, não tardou para os petebistas paranaenses cobrarem publicamente que Jânio cumprisse uma de suas promessas de campanha<sup>520</sup> e resolvesse o conflito agrário no sudoeste do Paraná<sup>521</sup>, desapropriando as terras litigiosas e regularizando a situação dos posseiros. Pressionado, Jânio, em 27 de março de 1961, assinou o decreto 50.379, desapropriando a gleba Missões e parte da gleba Chopim. No entanto, as providências não saíram do papel e os conflitos agrários continuariam por mais algum tempo (Cf. HELLER; DUARTE, 2000, p. 42-43).

Entretanto, não tardou para o PTB se desentender com Jânio. Segundo Maria Celina D'Araújo (1996, p. 135):

[...] Isso ocorreu principalmente devido aos métodos usados pelo governo para apurar irregularidades político-administrativas anteriores, refletindo, segundo o líder do PTB, Almino Affonso, uma atitude extremamente hostil em relação à classe política. Mais de 30 comissões de sindicância foram criadas na época, a

<sup>519</sup> Cf. *Diário do Paraná*, 26 maio 1961, p. 3.

<sup>520</sup> Segundo o depoimento de Antônio Annibelli, na época presidente provisório do PTB paranaense (Apud COLNAGHI, 1991, p. 18): “[...] Quando, ainda em campanha, o Jânio Quadros me chamou e pediu o apoio do PTB do Paraná, eu fui categórico: teria nosso apoio desde que desapropriasse as terras litigiosas do Sudoeste do Paraná”.

<sup>521</sup> Cf. “Jorge de Lima pede a Jânio que olhe questão das terras do Sudoeste”. In: *Diário do Paraná*, 21 mar. 1961, p. 3. Ver também: “Jorge de Lima cobra promessas de Jânio candidato quanto ao Paraná”. In: *Diário do Paraná*, 12 abr. 1961, p. 3.

maioria presidida por militares. Duas delas, por exemplo, envolviam diretamente a ação de João Goulart junto ao IAPB e ao Saps. Em função disso, em maio de 1961, o PTB declarava rompidas suas relações com o governo, apesar de simpatizar com os rumos da diplomacia brasileira.

Com uma fúria inquisitorial, a “cruzada moralizadora” de Jânio Quadros atingiu principalmente o PSD e o PTB, que, unidos na oposição, criticaram o arbítrio e a perseguição do presidente (BENEVIDES, 1989, p. 68-69). E mais, o estilo bonapartista e centralizador de Jânio o levaram a uma série de desentendimentos com o Congresso, onde todos “condenavam o uso abusivo de vetos do presidente” (Idem).

Em suma, por várias razões, Jânio conseguiu descontentar a maior parte dos setores políticos, pois suas medidas dúbias ora desagradavam os conservadores, ora as esquerdas. Sofrendo a oposição do PTB e do PSD e não gozando da confiança dos setores militares, Jânio passou a enfrentar críticas da UDN, perdendo a sua base de apoio político.

Assim, Jânio também foi vítima da “metralhadora giratória” de Carlos Lacerda. No dia 24 de agosto de 1961, o agora governador do Estado da Guanabara criticou duramente, na televisão, o presidente, acusando-o de possuir intenções golpistas. No dia seguinte, surpreendentemente, Jânio renunciou. Embora os motivos e objetivos da renúncia não foram totalmente esclarecidos, sem dúvida tratou-se de uma manobra política, no mínimo, equivocada:

Aparentemente, Jânio esperava voltar “nos braços do povo”. [...] Confiava no temor dos militares e da direita em geral com a “ameaça” da posse de João Goulart. Confiava também no temor da esquerda com a possível instalação de uma junta militar no governo se este fosse declarado acéfalo, pois o vice-presidente encontrava-se em missão oficial na China. Enfim, Jânio esperava contar com a repercussão na opinião pública (afinal, eram seis milhões de votos), entre os militares, na direita e na esquerda, e talvez imaginasse o ressurgimento de um novo “queremismo” (BENEVIDES, 1982, p. 76-77).

Como a maioria do Congresso prontamente aceitou a renúncia, a partir de então a questão da investidura do vice-presidente João Goulart provocou uma grave crise político-militar. Com Jango em missão diplomática na China comunista, o presidente em exercício Ranieri Mazzilli – presidente da Câmara dos Deputados – enviou uma mensagem ao Congresso Nacional “comunicando que os três ministros militares (Odílio Denys, Grum Moss e Sylvio Heck) manifestaram-lhe a inconveniência do regresso de Goulart ao Brasil”. Os ministros militares, que viam em João Goulart o herdeiro político de Vargas, o fantasma da república sindicalista e a ameaça comunista, vetaram a sua posse e defendiam

abertamente, juntamente com a ala golpista da UDN, a quebra da legalidade constitucional (FERREIRA, 2003b, p. 327).

Ao tomar conhecimento das conspirações golpistas, o governador do Rio Grande do Sul, cunhado e principal aliado político de Jango, Leonel Brizola deu início à Campanha da Legalidade, na qual defendia o cumprimento da legalidade constitucional e a consequente posse de Goulart. Para tais propósitos, Brizola, apoiado na Brigada Militar, mobilizou a população de Porto Alegre e desafiou as Forças Armadas, que, inclusive, ameaçaram bombardear o Palácio Piratini.

Entretanto, nem todos os militares eram favoráveis ao golpe. Além do Mal. Henrique Lott<sup>522</sup>, o Gen. Machado Lopes, comandante do III Exército, que tinha ordens para invadir o Palácio do governo sul-rio-grandense, rompeu com o ministro da Guerra Odílio Denys e aliou-se a Brizola na defesa da legalidade. Dessa forma, à resistência civil somou-se à militar, constituindo o Comando Unificado das Forças Armadas do Sul, compreendendo o III Exército, a V Zona Aérea, a Brigada Militar e as Forças Públicas, todas sob o comando do Gen. Machado Lopes<sup>523</sup> (FERREIRA, 2003b, p. 330).

No Paraná, a ameaça da guerra civil era acompanhada com apreensão nos círculos políticos, que, em sua maioria, apoiavam a posse de Goulart. Segundo o depoimento de Léo de Almeida Neves, naquela época deputado estadual pelo PTB:

[...] O prefeito de Curitiba, general Iberê de Mattos [PTB], abriu voluntariado para quem quisesse participar da luta armada, caso ela viesse a ocorrer (milhares de pessoas se alistaram). Esse trabalho foi coordenado pelo jornalista Jorge Mathias Júnior [PTB], secretário político do prefeito, a quem atribuiu plenos poderes para o cumprimento da missão (NEVES, 2002, p. 161).

Na Assembleia Legislativa paranaense, que ficou em sessão permanente de 25 de agosto a 4 de setembro, a legalidade era defendida enfaticamente, sobretudo pela bancada do PTB paranaense. O PSD do Paraná também esteve ao lado da legalidade, apesar do senador pessedista Alô Guimarães ter votado contra a posse de Jango. Já a UDN do Paraná

---

<sup>522</sup> O marechal Henrique Teixeira Lott, reformado, mas com grande prestígio político, distribuiu, na noite do dia 25, um manifesto à Nação apoiando a posse de Goulart e convocando o povo a preservar a ordem legal e a Constituição. Acabou preso por ordens do ministro da Guerra, Odílio Denys. In: FERREIRA (2003b, p. 327).

<sup>523</sup> Além de possuir a mais poderosa artilharia e o mais completo parque de manutenção do país, o III Exército contava com importantes regimentos de infantaria, unidades blindadas e 40 mil homens. Somados aos 13 mil da Brigada Militar, armados e entusiasmados, Machado Lopes contava com um poder de resistência que não poderia ser subestimado pelos ministros militares (FERREIRA, 2003b, p. 330).

inicialmente adotou uma postura dúbia<sup>524</sup>, não deixando claro se apoiava ou não a posse de Goulart, embora apenas o deputado federal Othon Mader abertamente declarava-se contrário à posse de Jango.

No dia 28 de agosto, o deputado estadual udenista Anibal Khury leu na tribuna um manifesto do “Movimento Popular Pró-Jânio no Paraná”, defendendo a recondução de Jânio à presidência. Porém, os seus argumentos foram rechaçados por Amaury de Oliveira e Silva<sup>525</sup>, líder da bancada petebista, e, no mesmo dia, a Assembleia manifestou-se favorável ao cumprimento da Constituição e da posse de João Goulart<sup>526</sup>.

Por sua vez, o governador Ney Braga também adotou uma posição dúbia, não deixando claro se apoiava os ministros militares, que vetavam a posse de Jango, ou se estava do lado da legalidade. Embora não se manifestasse oficialmente, Ney era contrário à posse de Jango e também defendia o retorno de Jânio Quadros, conforme mensagem divulgada no dia 28 de agosto:

Julgo que a melhor situação é a volta de Jânio, com a união nacional dos homens de bem, livrar o Brasil das peias que o levaram à renúncia. [...] Se Jânio não pôde, ninguém governará o Brasil com as mesmas amarras que ele denunciou à Nação<sup>527</sup>.

A posição dúbia de Ney Braga foi criticada não somente pela bancada petebista na Assembleia<sup>528</sup>, mas também por estudantes, sindicalistas, nacionalistas e pela imprensa<sup>529</sup>, que estavam ao lado de Brizola na Campanha da Legalidade, que ganhou forte apoio popular no Paraná. Inclusive, foram organizados diversos comícios e manifestações por estudantes, sindicalistas, jornalistas e lideranças políticas – sobretudo do PTB – em favor da posse de João Goulart<sup>530</sup>. Além disso, também foi organizada no Paraná, pelo prefeito de Curitiba Gen. Iberê de Mattos, a “Cadeia da Legalidade”, na qual, por meio da Rádio Guairacá, o Gen. Iberê e alguns deputados estaduais pronunciavam veementes discursos conclamando o povo a defender o regime democrático e a posse de Goulart<sup>531</sup>.

<sup>524</sup> Cf. “UDN do Paraná toma posição”. In: *Gazeta do Povo*, 31 ago. 1961, p. 3.

<sup>525</sup> Léo de Almeida Neves (2002, p.169) destaca que Amaury Silva foi o petebista que mais se destacou na Campanha da Legalidade no Paraná.

<sup>526</sup> *Diário do Paraná*, 29 ago. 1961, p. 3.

<sup>527</sup> Cf. *Tribuna do Paraná*, 29 ago. 1961, p. 7.

<sup>528</sup> Cf. “Deputados do PTB criticam posição dúbia de Ney Braga”. In: *Diário da Tarde*, 29 ago. 1961, p. 5.

<sup>529</sup> Ver especialmente a nota “Seja homem, governador Ney Braga!”. In: *Diário da Tarde*, 30 ago. 1961, p. 3.

<sup>530</sup> Cf. *Diário da Tarde*, 29 ago. 1961, p. 1.

<sup>531</sup> Cf. *Diário da Tarde*, 1 set. 1961, p. 4.

Ademais, a V Região Militar (Paraná e Santa Catarina), sediada em Curitiba e comandada pelo Gen. Benjamin Rodrigues Galhardo, manteve-se fiel ao III Exército na defesa da Legalidade, chegando a deslocar tropas para a fronteira com São Paulo visando a impedir o deslocamento das tropas golpistas ao Rio Grande do Sul<sup>532</sup>.

Se, por um lado, apenas o governador goiano Mauro Borges (PSD) acompanhou Brizola na resistência frontal aos ministros militares, por outro eclodiram diversas mobilizações populares em defesa da legalidade em todo o país. Além dos sindicatos, a ordem constitucional também era exigida por outros segmentos sociais, como setores da Igreja católica, a maioria dos partidos políticos, estudantes, intelectuais, associações comerciais e profissionais, frações das Forças Armadas e da imprensa, dentre diversos outros grupos sociais e instituições políticas (FERREIRA, 2003b, p. 333-334). Portanto, com o avanço das forças legalistas, qualquer tentativa de golpe não encontraria o menor respaldo político e social.

Como o Congresso não aceitou votar pelo impedimento de Goulart, os ministros militares, isolados politicamente, aceitaram negociar uma solução intermediária, que lhes garantisse uma “saída honrosa” do episódio. Assim, a solução encontrada pelo Congresso foi a adoção da emenda parlamentarista, de autoria do deputado Raul Pilla (PL-RS), cujo objetivo principal era reduzir os poderes do presidente.

No dia 1º de setembro de 1961, em Montevideú, ocorreram as negociações entre Tancredo Neves e João Goulart, que, mesmo contrariado, aceitou assumir a presidência da República sob a tutela parlamentarista<sup>533</sup>. Na noite do mesmo dia, Jango chegou a Porto Alegre e, na madrugada do dia 2 de setembro, o Congresso aprovou a emenda parlamentarista por 233 votos contra 55.

Por sua vez, Leonel Brizola negava-se a aceitar o acordo parlamentarista, posição compartilhada pela maioria dos deputados estaduais do PTB paranaense. Amaury Silva apelou para que o senador e presidente do PTB paranaense Nelson Maculan votasse contra a emenda, porém Maculan acabou votando favoravelmente e foi acusado de “traidor” pelo deputado estadual João Cernicchiaro<sup>534</sup>. Aliás, na bancada paranaense no Congresso houve

---

<sup>532</sup> Cf. *Diário do Paraná*, 31 ago. 1961, p. 1; *Diário da Tarde*, 31 ago. 1961, p. 1.

<sup>533</sup> Mais detalhes acerca das negociações entre Jango e Tancredo Neves, ver FERREIRA (2011, p. 250-258).

<sup>534</sup> Cf. “Poli-notas”. In: *Diário do Paraná*, 5 set. 1961, p. 3. Ver também: “Previsão de crise política no PTB”. In: *Diário da Tarde*, 5 set. 1961, p. 3.



apenas dois votos contrários à emenda parlamentarista: dos petebistas Antônio Baby e José Teixeira da Silveira<sup>535</sup>.

De acordo com Jorge Ferreira (2003b e 2011), João Goulart aceitou a solução parlamentarista para evitar a guerra civil. Assim, chegou a Brasília no dia 5 e assumiu a presidência da República no dia 7 de setembro. Como a emenda parlamentarista previa a realização de um plebiscito, com data a ser definida, no qual a população aprovaria ou não a continuidade do sistema, Leonel Brizola passou a empenhar-se pela realização do mesmo e pela volta ao presidencialismo.

### **5.3. O GOVERNO JOÃO GOULART SOB A ÉGIDE DO PARLAMENTARISMO**

João Goulart assumiu a presidência da República no dia 7 de setembro de 1961. Herdou um país abalado pela grave crise econômica e politicamente dividido em duas forças políticas que se repeliam mutuamente: de um lado, os setores nacionalistas e de esquerda, que reivindicavam as reformas de base; de outro, os setores conservadores, que dificultavam as reformas, sobretudo a agrária, e temiam o avanço dos movimentos sociais (rurais e urbanos), que ganhavam um enorme relevo, considerando-os como agitações subversivas que visavam a expansão comunista no país.

Conforme Jorge Ferreira (2003c, p. 348), Jango, que contava com o apoio dos setores nacionalistas e reformistas, que ao mesmo tempo o pressionavam pelas reformas de base, optou em adotar uma política de conciliação, procurando ampliar a sua base política por meio do apoio do centro, sobretudo o PSD, desarmando, assim, os seus opositores conservadores. Dessa maneira, o primeiro gabinete, nomeado em 8 de setembro e denominado de “conciliação nacional”, foi chefiado por Tancredo Neves, do PSD, partido de maior representação na Câmara<sup>536</sup>.

---

<sup>535</sup> Portanto, além do senador Nelson Maculan, os deputados federais petebistas Petrônio Fernal, Miguel Buffara, Jorge de Lima e Kalil Maia Neto votaram favoravelmente à emenda parlamentarista. Entretanto, Nelson Maculan justificou-se, argumentando que seguiu a orientação da bancada nacional petebista e que o próprio João Goulart havia concordado com a solução conciliatória parlamentarista (Cf. “Previsão de crise política no PTB”. In: *Diário da Tarde*, 5 set. 1961, p. 3).

<sup>536</sup> O gabinete de “conciliação nacional” ficou assim constituído: Primeiro ministro e ministro da Justiça (cumulativamente): Tancredo Neves (PSD-MG); ministro das Relações Exteriores: Francisco Clementino de San Tiago Dantas (PTB-MG); ministro da Fazenda: Walter Moreira Sales (PSD-SP); ministro da Saúde: Estácio Souto Mayor (PTB-PE); ministro da Agricultura: Armando Monteiro (PSD-PE); ministro da

Logo após a posse de Jango, o PTB paranaense passou a pleitear junto ao presidente uma série de cargos e nomeações em diversas autarquias. Entre as mais cobiçadas pelos petebistas paranaenses figuravam o Instituto Brasileiro do Café (IBC), o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC)<sup>537</sup> e a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI).

No entanto, as reivindicações dos petebistas do Paraná inicialmente não foram atendidas por Jango, que, seguindo a sua política conciliatória, distribuiu as autarquias entre políticos de diversos partidos e de diferentes estados do país. Porém, o PTB do Paraná, manteve intensas conversações com Jango – e inclusive chegou a procurar Leonel Brizola<sup>538</sup> – para alcançar as suas aspirações.

Posteriormente, a insistência dos petebistas paranaenses acabou logrando resultados e, em novembro de 1961, Léo de Almeida Neves – que ocupava uma das vice-presidências da Executiva Nacional e era muito próximo de Jango – assumiu a direção da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI)<sup>539</sup>, cargo que exerceu até o golpe civil-militar de 1964.

Em outubro de 1961 ocorreu um encontro em Goiânia, do qual participaram Leonel Brizola, Mauro Borges, Miguel Arraes, Francisco Julião, entre outros políticos nacionalistas e reformistas que lutaram pela posse de Goulart, no qual foi fundada a Frente de Libertação Nacional (FLN). Tendo Brizola como presidente, a Frente não foi uma iniciativa exclusiva do PTB, mas “uma das tentativas empreendidas pelos nacionalistas para unirem forças na defesa de reformas econômico-sociais e de um programa governamental de corte nacionalista” (DELGADO, 1989, p. 241).

No momento de sua fundação, a Frente lançou um manifesto intitulado “Declaração de Goiânia<sup>540</sup>”, no qual defendia a nacionalização das companhias estrangeiras, a

Educação e Cultura: Antônio Oliveira Brito (PSD-BA); ministro do Trabalho e Previdência Social: André Franco Montoro (PDC-SP); ministro de Viação e Obras Públicas: Virgílio Fernandes Távora (UDN-CE); ministro das Minas e Energia: Gabriel de Resende Passos (UDN-MG); ministro da Indústria e Comércio: Ulisses Guimarães (PSD-SP); ministro da Guerra: Gen. João de Segadas Viana; ministro da Marinha: Almirante Ângelo Nolasco de Almeida; ministro da Aeronáutica: Brigadeiro Clóvis Monteiro Travassos; ministro da Casa Civil: Antônio Balbino (PSD-BA); ministro da Casa Militar: Amaury Kruel (RS); Gabinete de Imprensa: Raul Francisco Ryff.

<sup>537</sup> Na época, o INIC era presidido por Ivan Luz, do PRP paranaense. Jango o manteve no cargo até meados de 1962.

<sup>538</sup> Cf. “PTB do Paraná vai buscar em Brizola o apoio às suas reivindicações”. In: *Gazeta do Povo*, 16 set. 1961, p. 3.

<sup>539</sup> Convém lembrar que Abilon de Souza Naves ocupou esse cargo de março de 1956 a julho de 1958.

<sup>540</sup> Entretanto, alguns dias após os governadores Carvalho Pinto (de São Paulo), Cid Sampaio (de Pernambuco) e Juracy Magalhães (Bahia) articularam um manifesto contrário e pensaram na criação de uma nova frente política. Destas negociações participaram os governadores de São Paulo, Minas Gerais, Paraná,

regularização da Lei de Remessas de Lucros e a luta pela reforma agrária (Idem). Considerando que tais objetivos poderiam ser alcançados com a vitória das forças nacionalistas e reformistas nas eleições de 1962, os fins imediatos da Frente eram eleitorais, visando à renovação da Câmara dos Deputados e do Senado, que eram criticados pela sua morosidade e por obstruir as reformas de base (D'ARAÚJO, 1996, p. 148). No entanto, a Frente foi desarticulada após as eleições em virtude das divergências causadas pelas diferentes orientações políticas dos seus membros.

No início do seu governo, João Goulart também se deparou com o acirramento das lutas no campo. Por meio das Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, e dos sindicatos rurais dirigidos pelo PCB<sup>541</sup>, os trabalhadores rurais, que viviam um processo de mobilização crescente desde o governo JK, intensificaram as suas reivindicações, tendo como bandeiras principais a reforma agrária e a extensão dos direitos trabalhistas e sociais aos assalariados rurais<sup>542</sup>.

Particularmente, o Paraná também estava convulsionado pelos conflitos agrários na região sudoeste e pela criação da Liga Camponesa do Paraná, no norte do estado<sup>543</sup>. Procurando solucionar o conflito agrário no sudoeste paranaense, o governo João Goulart, criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), em março de 1962. Tratava-se de um órgão misto, cuja finalidade era conciliar os interesses da União e do Estado do Paraná, programando e executando os trabalhos necessários à efetivação da desapropriação, bem como executando a colonização das glebas desapropriadas (COLNAGHI, 1991, p. 18-19). Segundo Milton Ivan Heller e Maria Duarte (2000, p. 49), “o GETSOP abriu estradas vicinais, mediu, demarcou e distribuiu títulos de propriedade de lotes rurais, pacificando definitivamente a região”.

---

Mato Grosso, Espírito Santo, Alagoas, Sergipe, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Porém, Ney Braga acabou recusando-se a assinar o manifesto elaborado por Carvalho Pinto, Juracy Magalhães e Cid Sampaio (Cf. KUNHAVALIK, 2004b, p. 301-302).

<sup>541</sup> Como, por exemplo, a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), criada pelo PCB em 1957.

<sup>542</sup> No que tange aos direitos trabalhistas e sociais, os trabalhadores rurais somente foram contemplados com tais direitos com a promulgação, em março de 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural, projeto de autoria de Fernando Ferrari.

<sup>543</sup> A fundação da Liga Camponesa do Paraná ocorreu em agosto de 1961, durante o II Congresso de Trabalhadores Agrícolas do Paraná, realizado em Maringá, que contou com a participação de Francisco Julião. Em contrapartida, os bispos da região norte passaram a articular a formação da Frente Agrária do Paraná, com o objetivo de combater a influência comunista na região (Cf. “Frente Agrária”. In: *Diário do Paraná*, 12 ago. 1961, p. 1. Ver também: “Poli-notas: Liga camponesa”. In: *Diário do Paraná*, 4 jul. 1961, p. 3 e 5 jul. 1961, p. 3).

Contudo, a reforma agrária impunha problemas de difícil solução. Como lembra Jorge Ferreira (2003c, p. 349-350), as iniciativas não avançavam principalmente devido ao artigo 141 da Constituição, que previa o “pagamento prévio em dinheiro por desapropriações feitas por interesse público”, o que, na prática, inviabilizava, pelos altos recursos a serem despendidos pelo governo, uma ampla redistribuição de terras. E o impasse tendia a acentuar-se com a rejeição dos conservadores em alterar esse artigo constitucional e permitir que o pagamento fosse realizado com títulos da dívida pública, conforme defendiam os reformistas.

No meio urbano, por sua vez, desde o início da década de 1960 os movimentos reivindicatórios ganhavam um grande impulso, inclusive ocasionando inúmeras greves em todo o país. Embora muitas dessas paredes fossem motivadas pela inflação galopante e pela carestia de vida, que solapavam o poder aquisitivo dos trabalhadores, muitas delas não se limitaram apenas às demandas materiais e também envolveram a demanda pelas reformas de base<sup>544</sup>.

No entanto, não foram apenas os setores progressistas e populares que se mobilizavam nesse período, pois grupos políticos, empresários, militares e setores da Igreja católica se articularam para combater o avanço dos movimentos sociais de esquerda e promover uma ampla campanha para desestabilizar o governo de Jango por meio do complexo IPES/IBAD, ambos financiados pela CIA.

Fundado no final de 1961/início de 1962, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES):

[...] inicialmente, publicava livretos, patrocinava palestras, financiava viagens de estudantes aos EUA e ajudava a sustentar organizações estudantis, femininas e operárias conservadoras. Em fim do mesmo ano, grupos mais conservadores e anticomunistas reorientaram o órgão no sentido de derrubar o governo. Para isso, passaram a se aproximar de setores militares, inclusive recrutando muitos oficiais reformados das Forças Armadas para criar um serviço de inteligência. O IPES passou a estocar armas, inclusive metralhadoras. Entre a sua fundação até março de 1964, gastou cerca de 200 a 300 mil dólares por ano para propagandear mensagens contra o governo na sociedade e entre os militares. Com verbas de grandes empresas estrangeiras, européias e norte-americanas, a organização estendeu sua influência nos jornais e nas agências de publicidade, orientada, segundo Moniz Bandeira, pela CIA. Sempre batendo na tecla do anticomunismo, assustando, sobretudo, os quartéis com a suposta infiltração esquerdista no governo, o IPES,

---

<sup>544</sup> Segundo José Antônio Segatto (1987, p. 73), com isto o movimento sindical brasileiro supera “a fase de luta exclusiva por questões econômico-corporativas, como também se transformara em uma força que pretendia se fazer presente na definição dos rumos da vida política nacional, incorporando a discussão de vários problemas do cenário político e econômico do país”.

por meio do general Golbery do Couto e Silva, aproximou-se da Escola Superior de Guerra (FERREIRA, 2003c, p. 359-360).

Criado no final dos anos 1950, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), utilizando-se do discurso de defender a democracia, fez ampla campanha anticomunista<sup>545</sup> e anti-Goulart. Segundo Jorge Ferreira (Ibidem p. 360):

[...] Igualmente sob orientação da CIA, subvencionou diretamente candidaturas conservadoras nas eleições de 1962, todas comprometidas em defender o capital estrangeiro, condenar a reforma agrária e recusar a política externa independente. Nessas eleições, os gastos no financiamento de candidatos alcançaram, segundo informações do embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, a cifra de 5 milhões de dólares. Uma ampla campanha baseada na histeria anticomunista convenceu parcelas significativas da população formada por empresários, políticos, jornalistas, religiosos, sindicalistas, profissionais liberais, militares e trabalhadores, de que Goulart teria intenções de comunizar o país.

Conforme Caio Navarro de Toledo (1983, p. 84-85), em julho de 1962, o IBAD uniu-se ao IPES, pois os seus objetivos eram os praticamente os mesmos:

a) impedir a solidariedade da classe operária; b) conter a sindicalização dos trabalhadores rurais e a mobilização dos camponeses; c) apoiar as facções de direita dentro da Igreja católica; d) dividir o movimento estudantil; e) bloquear as forças nacional-reformistas no Congresso e nas Forças Armadas; f) mobilizar a alta oficialidade militar e as classes médias para a desestabilização do regime [...].

Na campanha promovida pelo complexo IPES/IBAD participaram políticos, empresários, militares, religiosos e intelectuais conservadores, realizando uma ampla campanha anticomunista em jornais, rádios, televisão, além de também atuarem em sindicatos rurais e urbanos<sup>546</sup> e no movimento estudantil.

O complexo IPES/IBAD, que esteve organizado nos principais centros do país, também foi estruturado no Paraná. Segundo René Dreifuss (1981, p. 183):

<sup>545</sup> Dentre as organizações paramilitares e anticomunistas coordenadas pelo IBAD, Caio Navarro de Toledo (1983, p. 83-84) cita a Organização Paranaense Anticomunista (OPAC).

<sup>546</sup> René Dreifuss (1981, p. 314) também menciona a participação do IBAD no movimento sindical paranaense: “O IBAD mostrava-se particularmente ativo no movimento sindical do Paraná, Estado-chave em termos políticos, onde levantava apoio para o governador Ney Braga e onde patrocinava diversos sindicatos e seus líderes”.

No Paraná, a estrutura IPES/IBAD/ADEP<sup>547</sup> era baseada no quadro dos membros da Associação Comercial do Paraná – ACOPA. Alguns de seus membros ativistas eram Asdrúbal Bellegard, Carlos Alberto de Oliveira, Oscar Schrappe Sobrinho e o consultor jurídico da ACOPA, Aguinaldo Bezerra. Outros militantes de destaque eram Ostoja Roguski<sup>548</sup>, do Conselho Nacional para a Reforma Agrária do Paraná e da Confederação Rural Brasileira, e Manuel Linhares de Lacerda<sup>549</sup>.

No Paraná, o complexo IPES/IBAD também financiou a campanha de diversos políticos da UDN, PR, PDC e PRP nas eleições de 1962, conforme abordaremos adiante.

As investidas dos grupos conservadores contra Goulart cresciam à medida que o presidente tentasse adotar medidas favoráveis às reformas de base, sobretudo após o emblemático discurso<sup>550</sup> proferido por Jango, em Volta Redonda (RJ), no dia 1º de maio de 1962, no qual, embora não explicitamente, se opôs à forma moderada e conciliadora pela qual o gabinete de Tancredo Neves vinha encaminhado o debate do anteprojeto da reforma agrária. Contudo, o que provocou a reação imediata dos setores conservadores foi o apelo de Jango ao Congresso para reformar a Carta de 1946. A reforma constitucional reivindicada por Goulart visava, basicamente, alterar o artigo que condicionava as desapropriações de terra à “prévia e justa indenização em dinheiro”, pois esse artigo, na prática, impedia (pelos altos recursos a serem despendidos pelo governo) a realização de uma reforma agrária que implicasse em uma ampla redistribuição de terras. Porém, diante da proposta de Jango uniram-se proprietários rurais, setores da Igreja católica, congressistas liberais e conservadores, setores da imprensa, etc., para denunciar a “reforma agrária radical” cogitada por Goulart (TOLEDO, 1983, p. 30-31).

Evidentemente desgastado com Jango, o primeiro-ministro Tancredo Neves pediu demissão em junho de 1962, sob o pretexto de concorrer às eleições de outubro. Para substituí-lo, os setores nacionalistas e reformistas apoiavam o petebista mineiro San Tiago Dantas, que foi indicado por Goulart, mas rechaçado pelo Congresso, sobretudo pelos pessedistas e udenistas.

---

<sup>547</sup> ADEP: Ação Democrática Popular, que nas eleições de 1962 preparou a lista de candidatos e se responsabilizou em financiar a propaganda eleitoral deles.

<sup>548</sup> Bronislau Ostoja Roguski era filiado a UDN e foi deputado estadual entre 1947-1950 e deputado federal entre 1951-1958.

<sup>549</sup> Manuel Linhares de Lacerda era Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná. Integralista desde a juventude, era filiado ao PRP. Nas eleições de 1958 elegeu-se segundo suplente de deputado federal (o eleito foi Plínio Salgado e o primeiro suplente Ivan Luz).

<sup>550</sup> Segundo Caio Navarro de Toledo (1983, p. 31-32), o discurso de Volta Redonda pode ser considerado como um importante marco político: seja porque representou o primeiro esforço concentrado do governo em torno da realização das Reformas de Base, seja porque significou o afastamento político de Jango do Conselho de Ministros e do regime parlamentarista.

“Ungido pelos petebistas radicais” (D’ARAÚJO, 1996, p.143), embora fosse um “reformista moderado”, San Tiago Dantas era da estrita confiança de Goulart, inteiramente solidário à luta contra o parlamentarismo e a favor das reformas de base. À frente do Ministério das Relações Exteriores, deu prosseguimento à política externa independente, reatando as relações diplomáticas com a União Soviética e mantendo-se contra qualquer sanção contra Cuba (TOLEDO, 1983, p. 32-33).

Diante da rejeição do Congresso ao nome de San Tiago Dantas, Goulart indicou o pessedista Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, que, aprovado pelo Congresso, gerou a imediata reação dos setores nacionalistas e reformistas, sobretudo do movimento sindical por meio do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)<sup>551</sup>, que decretou uma greve geral no dia 5 de julho de 1962 visando a nomeação de um gabinete nacionalista e democrático que fosse capaz de encaminhar as reformas de base.

A greve geral, que paralisou diversas capitais do país, foi amplamente vitoriosa, pois a pressão levou à renúncia de Moura Andrade. Além disso, também ocorreu a sanção da lei que instituiu o 13º salário, uma das principais reivindicações dos grevistas, uma semana depois, no dia 13 de julho de 1962 (FERREIRA, 2003c, p. 358).

O impasse decorrente da sucessão do gabinete foi resolvido com a indicação do pessedista Francisco de Paula Brochado da Rocha. De acordo com Maria Celina D’Araújo (1996, p. 144), Brochado da Rocha era um político inexpressivo na política nacional, mas pertencia ao circuito de homens de confiança de Brizola, de quem fora secretário de Estado no Rio Grande do Sul. Embora tivesse um perfil reformista, Brochado da Rocha foi aceito pelo Congresso, que não o considerou uma ameaça como San Tiago Dantas.

---

<sup>551</sup> O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) – cujas bases foram lançadas no III Congresso Sindical Nacional, em agosto de 1960 – foi criado oficialmente no IV Encontro Sindical Nacional, que se realizou entre os dias 17 e 19 de agosto de 1962, em São Paulo, contando com a participação de cerca de 3.500 delegados de 586 sindicatos, associações e federações. Além de criar o CGT, o IV Encontro aprovou um plano de lutas imediatas, incluindo desde as reformas de base, a liberdade sindical e o direito de greve, a ampliação dos direitos trabalhistas – 13º salário, férias remuneradas de 30 dias, salário-família, participação nos lucros das empresas – e a ampliação da democracia (SEGATTO, 1987, p. 52). Segundo Ricardo Antunes (2003, p. 55), o CGT foi, durante o governo de João Goulart, a expressão mais significativa do movimento sindical brasileiro. As linhas mestras da plataforma do CGT eram o nacionalismo, a modernização distributiva e as reformas sociais, traduzidas nas seguintes bandeiras: controle das remessas de lucros para o exterior; restrição aos investimentos estrangeiros; direito de voto aos analfabetos, cabos e soldados; ampliação da organização dos trabalhadores rurais; reforma agrária, urbana, bancária, universitária e da Previdência Social; fortalecimento da presença do Estado na economia e nas empresas nacionais. Foi defendendo essas bandeiras que, sob a coordenação de lideranças trabalhistas e comunistas, inúmeros sindicatos anexaram à sua pauta de lutas atividades de cunho político, acirrando as disputas com outras orientações ideológicas, que buscavam banir destas entidades qualquer mobilização política (NEGRO; SILVA, 2003, p. 72).

Após ser empossado, Brochado da Rocha enviou ao Congresso um projeto de lei visando a antecipar o plebiscito – sobre a permanência ou não do parlamentarismo – para 7 de outubro – o mesmo dia em que ocorreriam as eleições para o Senado, a Câmara dos Deputados, as Assembleias estaduais e para governador em alguns estados. Outra iniciativa do primeiro-ministro foi solicitar ao Congresso a delegação de poderes para que o Conselho de Ministros pudesse legislar, por meio de decretos, questões referentes às reformas de base, ao Estatuto do Trabalhador Rural, às desapropriações por interesse social, às remessas de lucros, às medidas econômicas para conter a inflação, entre outras. Entretanto, as suas propostas foram negadas pelo Congresso (FERREIRA, 2003c, p. 358).

Brochado da Rocha, pressionado pelos setores nacionalistas e reformistas, solicitou novamente ao Congresso a antecipação do plebiscito e a delegação de poderes, que foram outra vez negados. Em virtude dessa segunda recusa, o primeiro-ministro renunciou no dia 14 de setembro<sup>552</sup> e imediatamente o CGT decretou greve geral “pelo plebiscito”, com o apoio discreto da ala nacionalista do Exército (FERREIRA, 2003c, p. 358-359).

Em decorrência da nova crise e pressionado pelo movimento sindical, no dia 15 de setembro o Congresso aprovou, por 169 votos contra 83, a antecipação do plebiscito para o dia 6 de janeiro de 1963. Da bancada de 14 deputados federais paranaenses, apenas três votaram contra a antecipação do plebiscito: Plínio Salgado (PRP), Mário Gomes da Silva (PSD) e Stefano Mikilita (suplente de Ney Braga, do PDC)<sup>553</sup>.

Quanto ao novo *premier*, o cargo ficou com o petebista Hermes Lima, ex-ministro do Trabalho do gabinete de Brochado da Rocha, empossado no dia 18 de setembro de 1962. Porém, a essa altura o parlamentarismo já estava em total descrédito (TOLEDO, 1983, p. 36-38).

#### **5.4. O PTB PARANAENSE E A APROXIMAÇÃO DO GOVERNO NEY BRAGA**

Ao assumir o governo do Paraná, Ney Braga encontrou, em termos econômicos, uma situação bastante crítica:

---

<sup>552</sup> Brochado da Rocha faleceu, em Porto Alegre, no dia 26 de setembro de 1961, apenas doze dias após a sua renúncia.

<sup>553</sup> Cf. “Câmara aprovou plebiscito: crise política chega ao fim”. In: *Diário do Paraná*, 15 set. 1962, p. 1.



O Banco do Estado do Paraná (Banestado) estava em condição pré-falimentar e os serviços públicos, tais como a produção e distribuição de energia elétrica e a rede viária encontravam-se bastante precários. A Companhia Paranaense de Eletricidade (COPEL) estava numa situação de abandono. O processo de ocupação do estado já se encontrava avançado e a economia estadual continuava a se basear no setor agrícola, tendo grande importância a produção de café. A monocultura cafeeira predominava no estado. As condições de armazenamento e de escoamento da produção eram precárias. O norte do estado ainda mantinha vínculos mais fortes com São Paulo do que com o sul do estado. A riqueza produzida pelo café era direcionada para São Paulo. Ney Braga encontrou o estado em difíceis condições financeiras e sem possibilidade de investimentos. Além disso, prometera no decorrer da campanha eleitoral que não aumentaria impostos (KUNHAVALIK, 2004b, p. 281-282).

Conforme Marion Magalhães (2001, p. 69-74), para captar recursos que permitissem solucionar o caos administrativo no estado – e ao mesmo tempo honrar sua promessa de campanha de não aumentar impostos –, a sua equipe criou o Fundo de Desenvolvimento Econômico<sup>554</sup> e o Projeto Paranaense de Desenvolvimento – designação do modelo político adotado que visava à industrialização e à modernização do estado<sup>555</sup>, abandonando o discurso, adotado pelos governos anteriores (Lupion e Bento), da vocação agrícola do Paraná<sup>556</sup>.

Com a promessa de levar Moysés Lupion à cadeia<sup>557</sup>, Ney Braga montou a “operação jagunço”, amplamente divulgada nos meios de comunicação, na qual Rubens Requião (UDN), seu secretário de Justiça, enviou de Curitiba um contingente da Polícia Militar fortemente armado para localizar e prender os capangas das companhias colonizadoras do sudoeste paranaense. Entretanto, os jagunços, previamente avisados,

---

<sup>554</sup> Para arrecadar recursos para o Fundo de Desenvolvimento Econômico foi criado um empréstimo compulsório nos impostos sobre vendas, consignações e transações (IVC), equivalentes ao valor de 1% dessas operações, durante cinco anos, a partir da vigência da lei (Lei nº 4.529, de 12-01-1962). Em fevereiro de 1964, a Lei nº 4.826 elevou o adicional para 2% (MAGALHÃES, 2001, p. 74).

<sup>555</sup> Segundo Marion Magalhães (2001, p. 74-75), para atingir tais objetivos foi necessário racionalizar a máquina administrativa e dotá-la de mecanismos eficientes, sendo criados órgãos públicos, sobretudo a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR), fundada em janeiro de 1962, a quem cabia a administração do Fundo de Desenvolvimento Econômico, cujos recursos arrecadados foram destinados ao financiamento de investimentos públicos no setor de energia elétrica, construção de rodovias (dentre elas, a “Rodovia do Café”, entre Paranavaí e Paranaguá) e de empreendimentos da iniciativa privada nas áreas industriais. Na área da educação, o governo Ney Braga procurou combater o analfabetismo – criado uma campanha denominada Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo (MECA) – e, visando a organizar um sistema de ensino público que formasse mão-de-obra qualificada para as indústrias, criou a *Lei Estadual de Diretrizes e Bases da Educação* e o *Plano Estadual de Educação*.

<sup>556</sup> Mais detalhes acerca do governo de Ney Braga e o processo de industrialização e modernização do Paraná, ver: KUNHAVALIK (2004b); OLIVEIRA (2001) e IPARDES (1987).

<sup>557</sup> Em 1961, Moysés Lupion refugiou-se na Argentina, onde acompanhou à distância uma série de denúncias e processos judiciais contra a sua administração, amplamente divulgados pela imprensa paranaense. Embora a sua prisão preventiva tenha sido decretada, no final do processo Lupion acabou sendo absolvido (HELLER; DUARTE, 2000, p. 74). Porém, a sua reputação política estava arruinada.

trataram de desaparecer e apenas um capanga da CITLA foi preso: Marins Belo foi transportado para Curitiba algemado. Porém, nenhum processo contra ele foi formalizado e, em menos de trinta dias, o conhecido pistoleiro já havia sido contratado para chefiar um bando encarregado de vigiar as terras do Banco do Estado do Paraná (Banestado) na região de Cascavel (HELLER; DUARTE, 2000, p. 41).

Contudo, ao assumir o governo estadual, no início de 1961, Ney Braga tinha ciência que enfrentaria a oposição do PSD, que possuía 17 deputados na Assembleia Legislativa. Como a sua base aliada – formada por PDC, UDN e PR – era insuficiente para fazer frente aos pessedistas, Ney viu-se obrigado a aproximar-se do PTB, que possuía 13 cadeiras.

Inicialmente, o PTB havia decidido na sua Convenção Estadual, realizada poucos dias antes da posse de Ney Braga, que adotaria uma posição de “independência e vigilância” diante o governo estadual. Porém, convém lembrar que tal posição era a defendida pelos grupos de Amaury de Oliveira e Silva e Léo de Almeida Neves, que venceram a Convenção. Por outro lado, havia vozes dentro do partido que defendiam a aliança com Ney, como as dos deputados estaduais Antônio Annibelli, Elias Nacle, Pedro Liberti, entre outros. Portanto, o PTB mostrava-se dividido perante o governo Ney Braga, com os seus deputados na Assembleia possuindo liberdade para escolher que posição tomar.

Além da posição que adotaria frente ao governo Ney Braga, outra questão que movimentava internamente o PTB do Paraná nesse momento era a acirrada disputa pelo posto de candidato petebista ao Senado entre Amaury Silva, Gen. Iberê de Mattos, Antônio Annibelli e Miguel Buffara. Como o Paraná elegeria dois senadores em 1962, os petebistas discutiam intensamente se o partido lançaria dois candidatos à senatoria ou se faria uma aliança com algum outro partido, lançado assim somente um candidato.

Outro acontecimento que causou polêmica nas hostes petebistas foi o fato de alguns grupos se articularem para convidar Leonel Brizola – então governador do Rio Grande do Sul e que ganhou notoriedade nacional com a Campanha da Legalidade – para concorrer a deputado federal pelo PTB do Paraná, com o intuito de ter em seus quadros um político popular que pudesse angariar votos para a legenda – repetindo a mesma fórmula utilizada em 1958 com Jânio Quadros<sup>558</sup>.

---

<sup>558</sup> No entanto, a candidatura de Leonel Brizola não era unanimidade dentro do PTB paranaense e ecoavam vozes contrárias a esta possibilidade, sobretudo de alguns deputados federais que concorreriam à reeleição (como Jorge de Lima e Antônio Baby) e de Antônio Annibelli, que, diante da dificuldade de ser lançado como senador, pretendia concorrer à Câmara dos Deputados e temia a concorrência de Brizola na sua base

Em virtude do PSD tentar atrair o PTB para o bloco oposicionista, o que, sem dúvidas, traria muitas dificuldades ao seu governo, Ney procurou intensificar, no final de 1961, as conversas com os petebistas a fim de conquistar o apoio oficial do partido. Para tais propósitos, o governador procurou se aproximar de Nelson Maculan, senador e presidente do PTB paranaense, oferecendo aos petebistas duas secretarias e a diretoria do Banco do Estado do Paraná (Banestado). No entanto, Maculan não aceitou a proposta de Ney e exigiu que o governador cedesse o comando político ao PTB de todos os municípios em que o partido havia vencido nas eleições para o governo do estado em 1960 – isto é, que o PTB tivesse autoridade para nomear delegados de polícia e outras chefias de cargos estaduais em tais municípios<sup>559</sup>. Em seguida, a Executiva Estadual petebista designou uma comissão, formada por Amaury Silva e Rubens de Mello Braga, para conduzirem as negociações com o governo paranaense – que se mostrava disposto a atender às reivindicações petebistas, conforme mostra o ofício<sup>560</sup>, datado de 26 de novembro de 1961.

No entanto, alguns trabalhistas, sobretudo da ala “pragmático-reformista”, não achavam vantajoso para o partido a coalizão e a participação no governo estadual. Assim, ecoaram vozes dentro do PTB que discordavam fervorosamente do acordo com Ney Braga, como as do jornalista Jorge Mathias Jr., do Gen. Iberê de Mattos, dos deputados estaduais Waldemar Daros e João Cernicchiaro, de Walter Alberto Pecoits (prefeito de Francisco Beltrão), além de outros prefeitos petebistas do interior<sup>561</sup>.

Todavia, ao mesmo tempo em que negociava com o PTB, Ney também propôs uma vantajosa aliança eleitoral a Amaury de Oliveira e Silva, até então contrário à aproximação com o governo, mas que ambicionava eleger-se senador e era tido como o virtual candidato petebista. Segundo o acordo – do qual participariam também o PDC e a UDN –, o PTB e a UDN lançariam, cada um, somente um candidato ao Senado, que teriam o apoio de Ney e do PDC. Em troca, o PDC lançaria o candidato à sucessão municipal de Curitiba, que deveria contar com o apoio dos petebistas e dos udenistas.

Desse modo, por meio da proposta da coalizão para as eleições senatoriais, Ney Braga cooptou Amaury Silva, que trabalhou intensamente nos bastidores do partido para

---

eleitoral, a região oeste/sudoeste do Paraná, onde havia um grande contingente de migrantes oriundos do Rio Grande do Sul. (Cf. *Diário da Tarde*, 11 ago. 1961, p. 3).

<sup>559</sup> Cf. “Entendimentos entre o PTB e o governo do Estado alcançam ritmo de sucesso”. In: *Gazeta do Povo*, 5 nov. 1961, p. 3

<sup>560</sup> Ver o referido ofício no Anexo 14.

<sup>561</sup> Cf. “Forte ala do PTB contra movimento de acordo com o governo”. In: *Diário da Tarde*, 4 nov. 1961, p. 3. Os jornais *Diário da Tarde* e *Diário do Paraná* noticiaram amplamente as manifestações dos petebistas contrários ao acordo durante o mês de novembro de 1961.

consolidar o acordo do PTB com o governador, apesar da forte oposição interna do Diretório Municipal de Curitiba e de alguns membros da ala “pragmático-reformista”, que se mantiveram contrários ao acordo.

Dentre os trabalhistas que faziam oposição a Ney Braga, merece destaque a atuação do deputado estadual Waldemar Daros, o principal expoente da ala “reformista radical” do PTB paranaense, que ganhava notoriedade nas tribunas da Assembleia Legislativa ao promover uma campanha pela encampação da Companhia Força e Luz do Paraná – que havia aumentado as tarifas em 120% e atendia muito precariamente à capital, o litoral e a região sul do estado<sup>562</sup>.

Imagem 8: Waldemar Daros, líder da corrente “reformista radical” do PTB do Paraná



Fonte: HELLER; DUARTE, 2000, p. 135.

Em suma, apesar da oposição de alguns trabalhistas, Ney Braga conseguiu seduzir Nelson Maculan, Amaury Silva e a maior parte dos petebistas, que passaram a apoiar oficialmente o seu governo. Assim, após as negociações terem se arrastado por alguns meses, o acordo político entre o PTB e Ney Braga foi selado no início de 1962. No entanto, alguns deputados, como Waldemar Daros, não aderiram à aliança e adotaram uma postura independente na bancada petebista.

<sup>562</sup> Cf. *Diário do Paraná*, 12 abr. 1961, p. 12; *Diário da Tarde*, 27 abr. 1961, p. 5 e *O Dia*, 28 abr. 1961, p. 1-2.

### 5.5. O PTB E AS ELEIÇÕES DE 1962 NO PARANÁ

Na Convenção Estadual do PTB, realizada nos dias 17 e 18 de fevereiro de 1962, na qual seriam definidos os candidatos do partido nas eleições de outubro de 1962, o tema que mais despendeu debates foi a questão da senatoria. Apesar da intensa disputa interna que havia ocorrido no ano anterior, nesse momento Amaury Silva já estava consolidado como um dos candidatos do PTB ao Senado. Restava, assim, a outra vaga petebista, na qual concorreriam duas possibilidades: enquanto Amaury Silva defendia a aliança com o PDC e a UDN e o consequente apoio à candidatura do ex-governador Adolpho de Oliveira Franco (UDN), o prefeito de Curitiba Gen. Iberê de Mattos ainda tentava lançar-se como o segundo candidato trabalhista ao Senado.

Durante a Convenção, o jornalista Jorge Mathias Jr., que defendia a candidatura do Gen. Iberê de Mattos e criticava duramente o governo Ney Braga, desentendeu-se com o deputado estadual Silvino Lopes de Oliveira e, inclusive, ambos chegaram às vias de fato. No entanto, apesar da confusão, a candidatura de Amaury foi oficializada e, por 204 votos contra 48, decidiu-se pela delegação de poderes à Executiva Estadual para que essa conduzisse as negociações com a UDN e o PDC<sup>563</sup>.

Ademais, na Convenção também foram lançadas as candidaturas de 60 deputados estaduais e de 25 deputados federais<sup>564</sup>, dentre eles Leonel Brizola, o que gerou um grande descontentamento de Antônio Annibelli, que disputaria votos com o governador sul-riograndense na região oeste/sudoeste do Paraná, onde havia muitos migrantes oriundos do Rio Grande do Sul. Inclusive, Annibelli ameaçou abrir dissidência no partido, o que acabou não se concretizando, pois, pouco tempo depois, Brizola acabou desistindo de concorrer pelo PTB paranaense e optou em candidatar-se a deputado federal pela Guanabara.

Portanto, a Convenção Estadual petebista não conseguiu unificar o partido, uma vez que desagradou alguns grupos, sobretudo o Diretório de Curitiba, que defendia a candidatura do Gen. Iberê de Mattos ao Senado, era contrário à aliança com Ney Braga e desejava lançar candidato próprio à prefeitura da capital.

---

<sup>563</sup> Cf. “Sururu na convenção do PTB”. In: *Diário da Tarde*, 19 fev. 1962, p. 1 e 4.

<sup>564</sup> Ver a lista de candidatos do PTB no Anexo 15.

Posteriormente, Nelson Maculan e Amaury de Oliveira e Silva, que comandavam a Executiva Estadual, selaram a aliança com o governo Ney Braga e oficializaram a coalizão PDC-PTB-UDN-PTN (denominada de “quadrilátero situacionista”), lançando a chapa Amaury Silva e Adolpho de Oliveira Franco (UDN) ao Senado<sup>565</sup>. Todavia, faltava ao PTB cumprir a sua parte no acordo e consumir o apoio do partido a Ivo Arzua, candidato do PDC à prefeitura de Curitiba. No entanto, o Diretório do PTB de Curitiba mostrou-se irredutível e não compactou com o acordo articulado pela Executiva Estadual, lançando a candidatura do vereador Carlos Alberto Moro<sup>566</sup> à sucessão da capital. Assim, fomentou-se uma nova crise interna no PTB, envolvendo Nelson Maculan, Amaury Silva (respectivamente presidente e primeiro vice-presidente da Executiva Estadual) e o Diretório Municipal de Curitiba.

Durante o desenrolar da campanha eleitoral, Ney Braga apoiou incondicionalmente as candidaturas ao Senado do petebista Amaury de Oliveira e Silva e do udenista Adolpho de Oliveira Franco, combatendo, assim, os seus desafetos Moysés Lupion (PSD) e Bento Munhoz da Rocha Neto (PR), que também concorriam à senatoria paranaense. Porém, o fato do Diretório petebista de Curitiba não aderir à aliança situacionista e lançar a candidatura de Carlos Alberto Moro, que se tornou o principal concorrente do candidato neyista Ivo Arzua, ameaçava seriamente a continuidade da aliança entre o PTB e o governador paranaense.

No transcorrer da campanha eleitoral de 1962, convém ressaltar que, de acordo com René Dreifuss (1981, p. 334), o complexo IPES/IBAD financiou 250 candidatos a deputado federal, oito candidatos a governos estaduais, além de senadores, prefeitos e vereadores. No Paraná, receberam recursos dessa rede o candidato a senador Bento Munhoz da Rocha Neto (PR), o candidato a deputado federal Ivan Luz (PRP), Othon Mader (UDN)<sup>567</sup> e o governador Ney Braga (PDC).

---

<sup>565</sup> No entanto, convém ressaltar que muitos trabalhistas eram contrários à coalizão. Em agosto de 1962, quando o Diretório Estadual votou a questão, a aliança foi aprovada com 30 votos contra 19. Dentre os que votaram contra estavam: Léo de Almeida Neves, Iberê de Mattos, Wilson Chedid, Mathias Jr., Waldemar Daros, Rubens de Mello Braga, Antônio Baby, Petrônio Fernal, Elias Nacle, Leon Naves Barcelos, Domício Scaramella, entre outros. Cf. “Poli-notas”. In: *Diário do Paraná*, 21 ago. 1962, p. 3.

<sup>566</sup> Carlos Alberto Moro era advogado e filho de Amâncio Moro, que foi vereador pelo PTB em Curitiba entre 1947-1951 e prefeito nomeado da capital em 1951. Porém, Moro foi escolhido candidato petebista em virtude da desistência de Léo de Almeida Neves, tido como virtual candidato trabalhista desde 1961, que recusou em virtude de ter assumido a direção do Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil em novembro de 1961.

<sup>567</sup> Othon Mader era uma das principais lideranças udenistas do Paraná. Foi senador entre 1950-1958 e deputado federal entre 1959-1962. Nas eleições de 1962, por motivos de saúde, optou em não concorrer à reeleição.

Nas eleições de 7 de outubro de 1962, Amaury de Oliveira e Silva<sup>568</sup> obteve 390.057 votos e elegeu-se para o Senado, juntando-se a Nelson Maculan. Assim, o PTB passaria a deter duas das três cadeiras senatoriais do Paraná. A outra vaga ficou com o banqueiro e udenista Adolpho de Oliveira Franco, que se elegeu com 326.837 votos (IPARDES, 1989a, p. 108). Dessa maneira, a aliança PTB-PDC-UDN-PTN para o Senado foi praticamente invencível, derrotando dois ex-caciques da política paranaense, os ex-governadores Bento Munhoz da Rocha Neto e Moysés Lupion. Esse fato é bastante emblemático, pois demonstra a *débâcle* do bentismo e, sobretudo, do lupionismo<sup>569</sup> e a consolidação do PTB e do neyismo como as principais forças políticas do Paraná.

De fato, Ney Braga, que gozava de um enorme prestígio político e demonstrava força política, estava se constituindo no principal nome da política paranaense na década de 1960. Para tanto, Ney investiu pesadamente na sua imagem pública como líder competente, bom pai de família, honesto, trabalhador e, principalmente, como um católico fervoroso (MAGALHÃES, 2001, p. 69).

Nessa conjuntura, o PTB apresentava-se como a principal força política capaz de concorrer com o neyismo no Paraná. Porém, faltava aos petebistas, desde a morte de Souza Naves, não somente um nome forte capaz de rivalizar com Ney Braga, mas, sobretudo, um líder que pudesse aglutinar o partido, amplamente clivado por disputas pessoais.

A eleição para a prefeitura de Curitiba pode ser interpretada como uma espécie de “laboratório” para mensurar a força política de Ney Braga e do PTB. Nesse sentido, de um lado estava o candidato do PDC, o engenheiro Ivo Arzua, que contava com o apoio de Ney Braga; de outro, o candidato do PTB, o advogado e vereador Carlos Alberto Moro. No entanto, o PTB mostrou-se dividido, uma vez que muitos correligionários preferiram apoiar Ivo Arzua<sup>570</sup>, aderindo, assim, à aliança tecida pela Executiva Estadual (na qual Ney apoiaria Amaury ao Senado em troca do apoio petebista a Ivo Arzua). Dessa maneira, Ivo Arzua venceu o pleito com 45,62% dos sufrágios, enquanto Carlos Alberto Moro obteve 35,59% e Abílio Ribeiro (PSD) 15,07% dos votos (REHBEIN, 2008, p. 101).<sup>571</sup>

---

<sup>568</sup> Em setembro, às vésperas da eleição, Rubens de Mello Braga foi escolhido pelo PTB como suplente de Amaury.

<sup>569</sup> Sobre Lupion, convém lembrar que o ex-governador estava sendo processado por peculato e corrupção e, em virtude disso, tornou-se conhecido nacionalmente.

<sup>570</sup> Segundo Mauro Rehbein (2008, p. 95) Ivo Arzua fora militante do PTB e era visto como um engenheiro progressista e socialista. Porém, foi cooptado para o PDC por Ney Braga. Já Carlos Alberto Moro era visto como emplumado e sofisticado e não atendia às expectativas de parte do partido.

<sup>571</sup> Mais detalhes acerca da campanha eleitoral e das eleições de 1962 em Curitiba, ver REHBEIN (2008).

No que tange à Câmara dos Deputados, o PTB sagrou-se o grande vencedor, conquistando nove cadeiras; a Aliança Movimento Democrático Renovador<sup>572</sup>, formada por UDN-PDC-PTN, elegeu também nove deputados, enquanto o PSD<sup>573</sup> elegeu seis deputados e o PRP<sup>574</sup> elegeu um deputado.

Tabela 27 – Número de cadeiras (por partido) na Câmara dos Deputados nas eleições de 1945, 1950, 1954, 1958 e 1962 no Paraná

Partido	Nº de cadeiras em 1945 (%)	Nº de cadeiras em 1950 (%)	Nº de cadeiras em 1954 (%)	Nº de cadeiras em 1958 (%)	Nº de cadeiras em 1962 (%)
PSD	6 (66,6%)	3 (33,3%)	4 (28,57%)	4 (28,57%)	6 (24%)
UDN	2 (22,2%)	3* (33,3%)	3 (21,42%)	1*** (7,14%)	3**** (12%)
PTB	1 (11,1%)	3** (33,3%)	4 (28,57%)	6 (42,85%)	9 (36%)
PR	-----	*	2 (14,28%)	1*** (7,14%)	-----
PSP	-----	**	1 (7,14%)	***	-----
PDC	-----	-----	-----	1 (7,14%)	6**** (24%)
PRP	-----	-----	-----	1 (7,14%)	1 (4%)
Total	9	9	14	14	25 (100%)

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados fornecidos em IPARDES (1989a).

1950: \* A UDN formou uma aliança com PR-PST-PRP-PL.

1950: \*\* O PTB formou uma aliança com o PSP.

1958: \*\*\* A UDN formou uma aliança com o PR-PSP (denominada Frente Democrática).

1962: \*\*\*\* A UDN formou uma aliança com o PDC-PTN (denominada Aliança Movimento Democrático Renovador).

Embora o PTB tenha sido o partido com maior número de deputados federais eleitos, as eleições para a Câmara dos Deputados demonstram o crescimento significativo do PDC no Paraná, comprovando a sua ascensão naquela conjuntura política, e um pequeno crescimento da UDN, que tentava se recuperar do péssimo desempenho da eleição anterior. E mais, embora o PSD e o PTB tenham aumentado o número de cadeiras, ambos apresentaram uma queda em pontos percentuais – pois, convém observar que houve um aumento do número de deputados federais paranaenses, passando de 14 para 25. Por fim, convém observar que o PR perdia força em nível nacional, uma vez que não conseguiu eleger nenhum deputado federal.

O PTB paranaense elegeu, em ordem de votação, os seguintes deputados federais:

<sup>572</sup> O PDC elegeu seis deputados: José Richa, Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho, Zacharias Emiliano Seleme, Jorge Curi, Minoru Miyamoto e Emilio Hoffmann Gomes. Por sua vez, a UDN elegeu três deputados: Hermes Faria Macedo, Newton Carneiro e Mário Braga Ramos.

<sup>573</sup> O PSD elegeu Plínio Franco Ferreira da Costa (o candidato a deputado federal mais votado), João Ribeiro Júnior, João Simões, Rafael Ferreira Rezende, Paulo Pimentel Mantans e Lyrio Bertolli.

<sup>574</sup> O PRP elegeu Ivan Luz (candidato financiado pelo complexo IPES/IBAD).



- Kalil Maia Neto: engenheiro e empresário. Embora a sua base política estivesse no norte do estado, reelegeu-se representando o Diretório de Ponta Grossa aos 33 anos de idade (nasceu em 1929).
- Renato Celidônio: agrônomo e cafeicultor em Maringá. Era diretor da Associação Paranaense de Cafeicultores e integrava o Instituto Brasileiro do Café (ICB). Elegeu-se aos 34 anos de idade (nasceu em 1928).
- Miguel Buffara: advogado e empresário com atuação em Paranaguá e região. Reelegeu-se aos 49 anos de idade (nasceu em 1913).
- Antônio Baby: ex-ferroviário de União da Vitória. Reelegeu-se para o seu terceiro mandato consecutivo aos 59 anos de idade (nasceu em 1903).
- Fernando da Gama e Souza: advogado com atuação em Curitiba. Elegeu-se aos 37 anos de idade (nasceu em 1925).
- Wilson Chedid: advogado e bancário em Curitiba. Era um dos líderes do Sindicato dos Bancários da capital. Ocupando o posto de primeiro secretário da Executiva Estadual, elegeu-se aos 40 anos de idade (nasceu em 1922).
- Antônio Annibelli: advogado com atuação em Clevelândia, na região sudoeste. Foi deputado estadual por três mandatos consecutivos (1950 a 1962), elegendo-se deputado federal aos 51 anos de idade (nasceu em 1911).
- Petrônio Fernal: advogado e empresário em Ponta Grossa. Reelegeu-se aos 46 anos de idade (nasceu em 1916).
- Elias Nacle: advogado, sua base política estava na região norte do estado. Representando o Diretório de Bandeirantes, elegeu-se aos 34 anos de idade (nasceu em 1928).

Além de ampliar o número de deputados, também houve uma renovação na bancada trabalhista, uma vez apenas quatro deputados foram reeleitos: os abastados empresários Kalil Maia Neto, Miguel Buffara e Petrônio Fernal, além de Antônio Baby, que foi reeleito para o seu terceiro mandato consecutivo. Da antiga bancada petebista, José Teixeira da Silveira, que integrava a Frente Parlamentar Nacionalista, não se elegeram, assim como Jorge de Lima.

Dos cinco novos deputados federais petebistas, Elias Nacle e Antônio Annibelli eram deputados estaduais e já bastante conhecidos nos círculos políticos paranaenses. Os outros três deputados petebistas eleitos (Ricardo Celidônio, Fernando da Gama e Souza e

Wilson Chedid) eram novidades, uma vez que ingressavam pela primeira vez em um cargo eletivo.

Por fim, convém observar que entre os nove deputados federais eleitos pelo PTB, apenas Fernando da Gama e Souza e Wilson Chedid integravam a ala “pragmático-reformista” do partido, ao passo que Kalil Maia Neto, Miguel Buffara, Renato Celidônio e Petrônio Fernal integravam a ala “plutocrata”.

No que tange à Assembleia Legislativa, o grande vencedor foi o PDC<sup>575</sup> de Ney Braga, que elegeu 12 deputados estaduais; o PTB elegeu também 12 deputados, enquanto a UDN<sup>576</sup> elegeu oito, o PSD<sup>577</sup> apenas sete; e a Frente Rural Cristã Trabalhista<sup>578</sup> (conhecida como “Frentinha”, coalizão formada por PR-PRP-PSP-PTN-PST-MTR) conquistou seis cadeiras.

Tabela 28 – Número de cadeiras (por partido) na Assembléia Legislativa do Paraná (1945-1962)

Partido	Nº de cadeiras em 1947 (%)	Nº de cadeiras em 1950 (%)	Nº de cadeiras em 1954 (%)	Nº de cadeiras em 1958 (%)	Nº de cadeiras em 1962 (%)
PSD	16 (43,24%)	16 (35,55%)	11 (24,44%)	17 (37,77%)	7 (15,55%)
UDN	7 (18,91%)	8 (17,77%)	8 (17,77%)	2** (4,4%)	8 (17,77%)
PTB	6 (16,21%)	12 (26,66%)	11 (24,44%)	13 (28,88%)	12 (26,66%)
PR	4 (10,81%)	6 (13,33%)	7 (15,55%)	5** (11,11%)	6*** (13,33%)
PSP	1 (2,7%)	2 (4,44%)	7 (15,55%)	4 (8,88%)	***
PDC	-----	-----	1 (2,22%)	3 (6,66%)	12 (26,66%)
PRP	2 (5,4%)	1 (2,22%)	-----	1* (2,22%)	***
PCB	1 (2,7%)	-----	-----	-----	-----
				--	
Total	37	45	45	45	45

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados fornecidos em IPARDES (1989a).

1958: \* PRP formou uma coalizão com PTN-PRT, denominada Frente Trabalhista Cristã.

1958: \*\* UDN e PR formaram uma coalizão, denominada Frente Democrática.

1962: \*\*\* Houve uma coalizão entre PR-PRP-PSP-PTN-PST-MTR (Frente Rural Cristã Trabalhista)

<sup>575</sup> O PDC elegeu Antônio Ferreira Ruppel, João Mansur, Nilson Batista Ribas, João Antônio Braga Cortes, Armando Queiroz de Moraes, Iosio Antônio Ueno, Benedito Pinto Dias, Arnaldo Faivro Busato, Odilon Túlio Vargas, Agostinho José Rodrigues, Renato Loures Bueno e José Afonso.

<sup>576</sup> A UDN elegeu José Justino Filgueiras Alves Pereira, Haroldo Leon Peres, Francisco Escorsin, Paulo Poli, João Vargas de Oliveira, Rubens Requião, Horácio Vargas e Almir Moreira Passo.

<sup>577</sup> O PSD elegeu João de Matos Leão, Emilio Humberto Carazzai, Egon Pudell, José Vaz de Carvalho, Ernesto Moro Redeschi, Dino Veiga e Leovegildo Salles.

<sup>578</sup> A Frentinha elegeu Anibal Khuri (PTN), Paulo Affonso Alves de Camargo (PR), Edgard Távora (PRP), Igor Ivant Losso (PRT), Amadeu Puppi (PRP) e Olívio Belich (PTN).

As eleições de 1962, em nível estadual, comprovam que o governador Ney Braga havia se consolidado como o principal e mais prestigioso líder político do Paraná naquele contexto. Por consequência, o PDC obteve um crescimento meteórico, quadruplicando a sua bancada e passando a rivalizar com o PTB pelo posto de maior partido político do estado.

Outro partido que obteve um significativo crescimento foi a UDN, que, se recuperando do mau desempenho na eleição anterior, reconquistou as seis cadeiras perdidas em 1958.

Embora o PR também apresentasse um pequeno crescimento e o PTB uma pequena queda, o pleito de 1962 evidencia a *débâcle*, em nível estadual, de partidos como o PRP, o PSP (que perdeu as suas quatro cadeiras) e, sobretudo, o PSD, que perdeu dez cadeiras. Aliás, a decadência do PSD coincide com a do seu principal líder, o ex-governador Moysés Lupion, que, sendo processado por peculato e corrupção, não conseguiu se eleger para o Senado.

Para a Assembleia Legislativa, o PTB elegeu os seguintes deputados, em ordem de votação:

- Moacir Júlio Silvestre: na época era o prefeito de Guarapuava. Advogado e empresário, elegeu-se aos 36 anos de idade (nasceu em 1926).
- Luiz Alberto Dalcanale: advogado e empresário ligado a empresas de colonização na região oeste/sudoeste. Representando o Diretório de Cascavel, foi reeleito para o seu segundo mandato aos 31 anos de idade (nasceu em 1931).
- Jorge Miguel Nassar: radialista em Curitiba, era muito popular em virtude do seu programa *A Voz do Povo*. Foi reeleito para o seu segundo mandato aos 37 anos de idade (nasceu em 1925).
- Silvino Lopes de Oliveira: funcionário público com atuação em Peabirú, no norte do estado. Antigo perrepista, migrou para o PTB em 1957, sendo reeleito para o seu segundo mandato aos 46 anos de idade (nasceu em 1916).
- Miguel Dinizo: médico em Cambará, no norte do estado. Foi reeleito para o seu segundo mandato aos 48 anos de idade (nasceu em 1914).
- Marino Pereira (Apucarana): médico com atuação em Apucarana, no norte do estado. Foi eleito aos 46 anos de idade (nasceu em 1916).

- Joaquim Néia de Oliveira: advogado e ex-prefeito de Ribeirão Claro, no norte do estado. Foi reeleito para o seu terceiro mandato consecutivo aos 35 anos (nasceu em 1927).
- Miran Pirih: dedicava-se à cafeicultura na região de Nova Esperança, no norte do Paraná. Nasceu na Iugoslávia, onde lutou na Segunda Guerra Mundial. Era naturalizado brasileiro, sendo eleito aos 42 anos de idade (nasceu em 1920).
- Leon Naves Barcelos: o jovem advogado atuava em Curitiba e era sobrinho de Souza Naves. Foi eleito aos 30 anos de idade (nasceu em 1932).
- Walter Alberto Pecoits: médico e proprietário do hospital de Francisco Beltrão, onde era o atual prefeito – pois gozava de grande prestígio político após a sua atuação na Revolta dos Posseiros, em 1957. Elegeu-se deputado estadual aos 45 anos de idade (nasceu em 1917).
- Eurico Batista Rosas: era engenheiro civil e havia sido eleito deputado estadual pelo PSP por dois mandatos consecutivos (1954-1958 e 1958-1962). Em 1959, com o apoio do PTB, elegeu-se prefeito de Ponta Grossa. Em junho de 1961, por meio de Nelson Maculan, deixou o PSP e migrou para o PTB, onde se reelegeu para o seu terceiro mandato de deputado estadual aos 47 anos de idade (nasceu em 1915).
- Piratan Araújo: era contador e o atual prefeito de Palmas, na região sudoeste.

Mais uma vez, houve uma grande renovação na bancada trabalhista, pois apenas cinco deputados foram reeleitos: Luiz Alberto Dalcanale, Jorge Nassar, Silvino Lopes de Oliveira, Miguel Dinizo e Joaquim Néia de Oliveira<sup>579</sup>. Da antiga bancada, Amaury de Oliveira e Silva elegeu-se senador, Antônio Annibelli e Elias Nacle elegeram-se deputados federais, enquanto que José Hoffmann havia abandonado o partido e ingressado no PTN. Já Waldemar Daros<sup>580</sup>, Libâneo Cardoso e Pedro Liberti ficaram na suplência, enquanto João Cernicchiaro (que assumiu após a renúncia de Léo de Almeida Neves, em maio de 1962) não se reelegeu.

No que tange à ocupação profissional dos petebistas eleitos deputados federais e estaduais, mais uma vez há a predominância de bacharéis em Direito: dois terços dos deputados federais e um terço dos deputados estaduais petebistas têm formação na área, embora alguns desempenhassem outras funções concomitantemente (sobretudo na área

---

<sup>579</sup> Eurico Batista Rosas, atual prefeito de Ponta Grossa pelo PTB, também se reelegeu para o seu terceiro mandato consecutivo. Porém, os seus dois primeiros mandatos foram pelo PSP.

<sup>580</sup> Waldemar Daros ficou na primeira suplência.

empresarial). Entre as outras profissões desempenhadas pelos parlamentares petebistas eleitos há três médicos, dois engenheiros, dois cafeicultores, além de um radialista, um bancário, um contador, um funcionário público e um ex-ferroviário.

Com relação à média de idade, a bancada do PTB paranaense na Câmara dos Deputados possuía uma média de 42,5 anos, enquanto a bancada petebista na Assembleia possuía uma média de 40,2 anos<sup>581</sup>. Por fim, convém observar que, novamente, a maioria dos deputados petebistas é oriunda do norte do estado: três deputados federais e cinco deputados estaduais. Por sua vez, o Diretório de Curitiba elegeu dois deputados federais e dois deputados estaduais.

Em suma, as eleições de 1962 comprovaram que o PTB e o neyismo eram as principais forças políticas do Paraná nesse momento.

## **5.6. A RELAÇÃO ENTRE TRABALHISTAS E COMUNISTAS NO PARANÁ**

A partir da segunda metade da década de 1950, em nível nacional houve uma aproximação entre uma fração “esquerdista” do PTB e os comunistas, uma vez que ambos defendiam bandeiras comuns – como o nacionalismo e as reformas de base. Assim, trabalhistas e comunistas costuraram alianças tanto nos sindicatos quanto nos círculos políticos do país.

Em decorrência da aproximação com os trabalhistas, o PCB apoiou as candidaturas de JK-Jango, em 1955, e Lott-Jango, em 1960, embora os comunistas criticassem a aliança PSD-PTB, uma vez que o PSD não era um partido comprometido com projetos nacionalistas e reformistas (DELGADO, 1989, p. 176-180).

Em virtude dessa aproximação PCB-PTB em nível nacional, convém lembrar que no Paraná os comunistas também apoiaram o candidato petebista Nelson Maculan na sucessão estadual de 1960 – conforme abordamos anteriormente.

Embora não houvesse uma ligação oficial entre o PTB e o PCB no Paraná, Léo de Almeida Neves “reconhecesse que os comunistas tinham muitas bandeiras de luta em

---

<sup>581</sup> Convém aqui ressaltar que no presente cálculo não foi computada a idade de Piratan Araújo, pois não dispomos de tal informação.

comum com o PTB<sup>582</sup>”. Dessa forma, em alguns momentos houve contatos entre uma ala do PTB e o PCB, conforme atestam os depoimentos de alguns ex-dirigentes comunistas da época.

Segundo Odílio Cunha Malheiros Jr<sup>583</sup>: “[...] Nós tínhamos muito contato com uma ala do PTB daquela época: com o Julio Rocha Xavier [...]. Com o Vidal Vanhoni [...]” (CODATO; KIELLER, 2008, p.182). Em seguida, Malheiros Jr. afirma: “[...] Depois de 1962 eu saí do PCB. Saí do partido, mas não saí da política. Inclusive naquela época a gente tinha muito contato com o PTB – que tinha uma ala mais à esquerda” (Ibidem, p. 183).

Os contatos entre os comunistas e trabalhistas também são confirmados por Hugo Mendonça Sant’Ana<sup>584</sup>:

O PTB era o único partido de centro-esquerda, todos os outros eram ou de direita ou de centro-direita. [...] Digamos que o PTB era um concorrente, uma vez que a população, o povo brasileiro, os trabalhadores iam para o PTB, não para o PCB [...]. Naquele momento em que eu ainda militava havia algumas pessoas do PTB que eram mais próximas da gente. Havia, por exemplo, o Waldemar Daros, que era um nacionalista, e o Júlio Rocha Xavier (Ibidem, p. 226).

O trabalhista Waldemar Daros, que pertencia à ala “reformista radical”, também é citado no depoimento de Wilson Previde<sup>585</sup>:

No Paraná nós tínhamos aliados eleitos, então não adotamos a tática de embutir comunistas em outros partidos, pelo menos inicialmente. Nós tivemos essa tática mais tarde [na década de 1960], mas inicialmente nós apoiamos aliados, simpatizantes do Partido, para deputado estadual e para deputado federal. Para estadual não era membro do Partido, era um elemento do PTB, muito progressista, lutador de primeira e que nós apoiávamos que era o Waldemar Daros. O Waldemar Daros era do PTB, nós estivemos sempre na luta com ele, lado a lado. Mas ele não era filiado ao Partido [PCB]. Era um amigo, um aliado, um combatente, que nós apoiávamos. [...] Apoiamos um outro nome do PTB – agora não me lembro do nome, me foge à memória. Combatido, também progressista, muito bom, que nós apoiávamos e lutávamos e trabalhávamos para ele (Ibidem, p.150).

<sup>582</sup> Entrevista de Léo de Almeida Neves, realizada em setembro de 2013.

<sup>583</sup> Odílio Cunha Malheiros Jr. nasceu em Lajes (SC) em 4 de fevereiro de 1932. Foi militante do PCB entre 1949 e 1968 (de 1962 até 1968 no PC do B). Obteve o segundo grau completo e tornou-se técnico judiciário. No PCB foi secretário de Agitação e Propaganda e Secretário Geral da Juventude Comunista. Também trabalhou no jornal do PCB do Paraná, a Tribuna do Povo (CODATO; KIELLER, 2008, p. 177).

<sup>584</sup> Hugo Mendonça Sant’Ana nasceu em Canoinhas (SC) em 25 de março de 1936. Militou no PCB de 1954 a 1959. Jornalista, foi secretário de Agitação e Propaganda (CODATO; KIELLER, 2008, p. 223).

<sup>585</sup> Wilson Previde nasceu em 20 de dezembro de 1932 em Curitiba. Tornou-se militante do PCB em inícios dos anos 1950. Foi secretário sindical e depois presidente do PCB do Paraná. Formou-se em administração de empresas e aposentou-se como bancário (CODATO; KIELLER, 2008, p. 135).

Na clandestinidade, os comunistas adotavam constantemente, em todo o país, a tática de candidatar-se nas eleições por outros partidos, sobretudo pela sigla petebista. Entretanto, no Paraná, Wilson Previde diz que essa tática passou a ser utilizada pelos comunistas paranaenses somente a partir da década de 1960. Acerca disso, o militante (Ibidem, p. 142) lembra que:

[...] Uma técnica que os comunistas sempre usaram quando sofriam perseguições ou eram considerados ilegais: embutir-se em outros partidos, como nós nos embutimos no MDB depois de 1964. Nós tínhamos uma corrente forte no MDB. E, antes disso, nós tínhamos alguns embutidos no PTB. O Espedito Oliveira da Rocha foi candidato a vereador pelo PTB. Espedito era um dirigente sindical de Curitiba.

De fato, em 1963 o líder sindical Espedito Rocha<sup>586</sup> concorreu como candidato a vereador em Curitiba pelo PTB, elegendo-se como primeiro suplente petebista. Entretanto, após o golpe de 1964 Espedito teve o seu mandato cassado e fugiu para não ser preso, vivendo na clandestinidade durante o regime militar e só retornando a Curitiba em meados da década de 1980.

Acerca da sua candidatura pelo PTB, Espedito lembra que:

[...] Não era filiado ao PTB, mas, pela minha participação no movimento sindical (eu era na minha época um dos operários de maior prestígio aqui no estado), fui lançado candidato. Eu resisti, não queria ser. Na verdade, minha posição não é e nunca foi de aceitação jurídica, nem parlamentar. Foi uma eleição em que funcionamos dois meses, tive quase 800 votos, fui o sétimo mais votado em Curitiba, fui primeiro suplente do PTB. [...] Há aí um detalhe interessante: quando vem o golpe de 1964, eu fui cassado pela Câmara de Vereadores, não fui cassado pelo Ato Institucional [nº1] (CODATO; KELLER, 2008, p. 128-129).

Contudo, Espedito Rocha (CODATO; KELLER, 2008, p. 128) também lembra que outro partido que abrigava candidaturas comunistas foi o PSB, que nas eleições de 1962 lançou as candidaturas de José Rodrigues Vieira Neto (deputado federal), o capitão

---

<sup>586</sup> Espedito Oliveira da Rocha nasceu em 21 de janeiro de 1921 em Vila de Santa Clara (PE). Ingressou no PCB em 1938. Estudou até o quarto ano do antigo curso primário e foi torneiro mecânico. Chegou a Curitiba em 1950, onde militou no movimento sindical, atuando nos sindicatos da construção civil, dos metalúrgicos e dos trabalhadores da indústria química (onde foi tesoureiro e, em seguida, presidente). No PCB do Paraná foi Secretário de Organização e Presidente do partido. Após o golpe de 1964, fugiu do Paraná e viveu na clandestinidade pelo país, mudando de nome e trabalhando como escultor. Voltou a Curitiba na década de 1980, desempenhando um importante papel na reestruturação do partido no Paraná. Faleceu em 18 de novembro de 2010 em Curitiba (CODATO; KELLER, 2008, p. 111).

Agliberto Vieira de Azevedo<sup>587</sup> (deputado estadual) e Amílcar Gigante (deputado estadual).

Em suma, no Paraná a relação entre os trabalhistas e os comunistas foi bastante paradoxal, com momentos de aproximações e afinidades e outros de grande rivalidade na disputa pelo movimento operário e sindical do estado<sup>588</sup>.

### 5.7. O ROMPIMENTO DO PTB COM NEY BRAGA

Em nível estadual, o pleito de 1962 foi amplamente favorável a Ney Braga, uma vez que PDC havia conquistado 12 cadeiras e a UDN oito, totalizando vinte, contra apenas sete do PSD. Embora o PTB também tivesse conquistado doze cadeiras, o reequilíbrio das forças possibilitaria a Ney não ser mais tão dependente do apoio dos petebistas, desde que garantisse o apoio da “Frentinha<sup>589</sup>”, que conquistou seis cadeiras.

Dessa forma, os círculos políticos paranaenses já previam que o divórcio entre o PTB e Ney Braga ocorreria tão logo os novos deputados tomassem posse, no início de 1963, uma vez que a aliança não seria mais tão vantajosa nem para o PTB nem para o situacionismo.

Para o PTB, a aliança com Ney e com a UDN nunca foi unanimidade, sobretudo por parte do Diretório de Curitiba e de alguns membros da ala “pragmático-reformista”. Soma-se a isso a ambição do partido, que já almejava a sucessão estadual. Como era pouco provável que Ney e o PDC apoiassem um candidato trabalhista, a Executiva do PTB, por meio dos senadores Nelson Maculan e Amaury Silva (os pré-candidatos do partido), tinha ciência que o principal adversário em 1965 seria o candidato indicado por Ney Braga. Assim, colocar o PTB na oposição ao governador consistia em uma estratégia eleitoral.

Para a UDN do Paraná, a aliança com os petebistas era apenas tolerada. Porém, o abismo entre os dois partidos começou a ganhar maior dimensão no final de 1962, com os constantes ataques dos udenistas paranaenses a João Goulart e a campanha do partido à

<sup>587</sup> Agliberto Vieira de Azevedo participou, em novembro de 1935, da denominada “Intentona Comunista”, no Rio de Janeiro. Foi preso e anistiado em abril de 1945 (CODATO; HELLER, 2008, p. 99).

<sup>588</sup> Mais detalhes acerca da disputa entre PCB e PTB nos sindicatos paranaenses, ver os depoimentos dos ex-militantes comunistas em CODATO; KELLER (2008).

<sup>589</sup> A Frente Rural Cristã Trabalhista, conhecida como “Frentinha”, era uma coalizão, em nível estadual, formada por pequenos partidos: PR, PRP, PSP, PTN, PST e MTR.



continuidade do parlamentarismo no plebiscito de janeiro de 1963<sup>590</sup>. A postura udenista desagradou os petebistas paranaenses e contribuiu para desgastar a aliança situacionista.

Com relação a Ney Braga e ao PDC, ambos ficaram insatisfeitos com o não cumprimento do acordo eleitoral por parte dos petebistas, que, além de não apoiarem o candidato neyista Ivo Arzua, concorreram com um candidato próprio à sucessão municipal de Curitiba. Dessa forma, Ney Braga não se mostrava mais disposto a atender às exigências dos trabalhistas, que, em fevereiro de 1963, foram preteridos da composição da nova mesa diretiva da Assembleia<sup>591</sup>, o que era um forte indício de que o rompimento estava próximo.

Durante o mês de fevereiro de 1963, os petebistas discutiram internamente acerca da continuidade do acordo com o governo, sendo que apenas um pequeno grupo, capitaneado por Antônio Annibelli, Miguel Dinizo e Moacyr Silvestri, continuou a defendê-lo<sup>592</sup>. Nesse mesmo mês, os trabalhistas endereçaram um ofício ao governador, solicitando que o PTB detivesse o controle político-administrativo em cerca de oitenta municípios do interior, inclusive em importantes cidades, como Londrina, Ponta Grossa, Guarapuava, União da Vitória, Pato Branco, Francisco Beltrão, entre outras<sup>593</sup>.

Em virtude da pouca receptividade do PDC e da UDN em atender às exigências dos petebistas<sup>594</sup>, Ney Braga negou-se em atender às reivindicações do PTB, utilizando-se dos seguintes argumentos:

- I – O PTB, em diversos municípios, não prestou apoio integral às duas candidaturas senatoriais, tendo, assim, rompido o protocolo;
- II – O PTB não cumpriu o protocolo no caso da Prefeitura de Curitiba. Indicou um candidato e, posteriormente, embora o PDC tenha apoiado a referida candidatura, lançou outro candidato.
- III – No campo federal, o governo do Estado não tem recebido qualquer apoio<sup>595</sup>.

<sup>590</sup> Cf. “PTB disposto a cobrar contra o governo ataques a Goulart na área situacionista”. In: *Diário do Paraná*, 6 jan. 1963, p. 3.

<sup>591</sup> A direção da mesa da Assembleia ficou assim constituída: Presidente: Agostinho José Rodrigues (PDC); Primeiro Vice-Presidente: José Vaz de Carvalho (PSD); Segundo Vice-Presidente: Amadeu Puppi (PRP); Primeiro Secretário: João Vargas de Oliveira (UDN); Segundo Secretário: Dino Veiga (PSD); Terceiro Secretário: Igo Losso (PRT); Quarto Secretário: Olívio Belich (PTN). In: NICOLAS, 1984, p. 627.

<sup>592</sup> Cf. “Reunião do PTB”. In: *Gazeta do Povo*, 17 fev. 1963, p. 3.

<sup>593</sup> Cf. “Improvável a concordância de PDC e UDN à entrega de 80 municípios ao PTB” In: *Diário do Paraná*, 20 fev. 1963, p. 3.

<sup>594</sup> Cf. “UDN e PDC estudam a carta do PTB: pouca receptividade à reivindicação petebista”. In: *Diário do Paraná*, 22 fev. 1963, p. 3.

<sup>595</sup> Cf. “O que poderá acontecer”. In: *Gazeta do Povo*, 23 fev. 1963, p. 3.

Portanto, a negação de Ney Braga em atender às reivindicações do PTB tornou o rompimento iminente. Assim, o divórcio foi oficializado no dia 9 de março de 1963, após uma reunião do Diretório Estadual do PTB, na qual se decidiu que o partido passaria a fazer oposição ao governador paranaense e que expulsaria dos seus quadros os que não cumprissem tal determinação e continuassem a colaborar com o governo<sup>596</sup>.

Entretanto, na prática o PTB não chegou a fazer oposição sistemática a Ney Braga. Com exceção de Waldemar Daros, Walter Pecoits e Leon Naves Barcelos, que faziam ampla oposição ao governo, os demais deputados petebistas adotaram uma posição mais branda, porém independente, “apoiando o governo em determinados projetos de interesse geral da coletividade”.

Após o rompimento com Ney Braga, as atenções do PTB paranaense, em nível local, voltaram-se principalmente para a sucessão estadual de 1965, eclodindo uma acirrada disputa interna pelo posto de candidato trabalhista. Embora surgissem diversos nomes como potenciais candidatos petebistas, os três mais fortes eram Léo de Almeida Neves – o principal líder da fração “pragmático-reformista” do PTB paranaense, mas que por ser jovem não poderia concorrer ao governo<sup>597</sup> – e, principalmente, os senadores Nelson Maculan e Amaury Silva, que travavam uma “guerra fria” nos bastidores do partido.

## **5.8. O PARANÁ E O GOVERNO JOÃO GOULART DURANTE O PERÍODO PRESIDENCIALISTA**

Após as eleições de outubro de 1962, as atenções políticas voltaram-se para a realização do plebiscito de 6 de janeiro de 1963, que definiria se o país continuaria no sistema parlamentarista ou regressaria ao presidencialismo.

Porém, não eram somente os trabalhistas e as esquerdas que desejavam a volta do presidencialismo. Em virtude das sucessivas crises ministeriais, apenas os segmentos

---

<sup>596</sup> Cf. “Decidiu o PTB: rompimento”. In: *Gazeta do Povo*, 10 mar. 1963, p. 3; “Poli-notas”. In: *Diário do Paraná*, 10 mar. 1963, p. 3; “Disposto o PTB a expulsar quem se mantiver ao lado do governo”. In: *Diário do Paraná*, 12 mar. 1963, p. 3.

<sup>597</sup> Segundo a Constituição estadual, a idade mínima para o posto de governador seria de 35 anos. Em 1965, Léo de Almeida Neves teria 33 anos.

antijanguistas, sobretudo os udenistas e alguns setores militares, insistiam em defender a continuidade da emenda parlamentarista, que se encontrava em descrédito.

No Paraná, os únicos partidos que defendiam a continuidade do parlamentarismo eram a UDN e o PL<sup>598</sup>. Por outro lado, o PSD e o PDC mostravam-se propensos a apoiar os trabalhistas na campanha pelo “não” ao parlamentarismo. Assim, teve início, no final de 1962, uma intensa campanha em prol da volta do presidencialismo, apresentado como uma panacéia para todos os problemas do país.

O governador paranaense Ney Braga também trabalhou para o retorno ao presidencialismo<sup>599</sup>. Segundo José Pedro Kunhavalik (2004b, p. 300-301), embora Ney declarasse que as constantes mudanças ministeriais prejudicassem a administração do Estado, não “há como não contemplar a hipótese de que [...] a sua defesa em favor do retorno do presidencialismo [...] é motivado também pelo seu desejo em chegar à presidência da República”.

No dia 6 de janeiro de 1963, após uma intensa campanha contra o regime parlamentarista, cerca de 13 milhões de eleitores compareceram às urnas. Numa proporção de cinco votos para um, rejeitou-se o parlamentarismo (TOLEDO, 1983, p. 38-39). No Paraná, o presidencialismo venceu com ampla margem de votos em praticamente todas as cidades, exceto em Medianeira e Matelândia, pequenas cidades localizadas na região oeste do estado, onde o PL exercia grande influência política<sup>600</sup>.

No dia 23 de janeiro, foi homologado o presidencialismo e, no dia seguinte, Jango, dando continuidade à sua política conciliatória, empossou o seu novo ministério<sup>601</sup>, procurando conquistar o apoio do centro político. A estratégia procurava conciliar medidas de estabilização econômica com propostas reformistas, mas por meios democráticos (FERREIRA, 2003c, p. 362).

O projeto de governo de Goulart ancorava-se no Plano Trienal – formulado por Celso Furtado, ministro extraordinário do Planejamento –, que visava a um duplo objetivo:

---

<sup>598</sup> Cf. “Plebiscito de janeiro-6: somente UDN e PL bater-se-ão pelo sim no Paraná”. In: *Diário do Paraná*, 23 out. 1962, p. 3.

<sup>599</sup> Cf. “Ney Braga: paranaenses devem dizer não”. In: *Diário do Paraná*, 9 dez. 1962, p. 1.

<sup>600</sup> Cf. “Paraná: plebiscito revela cidades parlamentaristas”. In: *Diário do Paraná*, 8 jan. 1963, p. 1.

<sup>601</sup> De acordo com Moniz Bandeira (2001, p. 99), Jango organizou um ministério de centro-esquerda, nomeando San Tiago Dantas (Fazenda), Celso Furtado (Planejamento) Darcy Ribeiro (Educação), Almino Affonso (Trabalho), João Mangabeira (Justiça), Hermes Lima (Relações Exteriores), Amaury Kruel (Guerra), entre outros.

[...] por um lado, obter o apoio dos grupos conservadores e da opinião pública em um momento de transição para o regime presidencialista; e, por outro, procurava ganhar a confiança dos credores externos, sobretudo norte-americanos, assegurando o refinanciamento da dívida externa e permitindo ajuda financeira adicional. As metas principais eram as de combater a inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico e, em um passo seguinte, implementar reformas, sobretudo no aparelho administrativo, no sistema bancário, na estrutura fiscal e, em particular, na estrutura agrária. Assim, seu programa de governo incluía medidas ortodoxas, a exemplo do plano de estabilização negociado com o FMI, e a alternativa estruturalista, como a reforma agrária (Ibidem, p. 363-364).

Entretanto, o Plano Trienal implicava, em contrapartida, em restrição salarial, limitação de crédito e dos preços, bem como cortes nas despesas governamentais, afetando, assim, interesses tanto dos setores patronais quanto dos trabalhadores. E mais, o plano deveria ser viabilizado por meio de um pacto e seu sucesso, portanto, dependia da capacidade do governo em formar uma coalizão multiclassista, com base em acordos e concessões entre as partes (Ibidem, p. 364).

Porém, no início de fevereiro, o CGT já se mostrava contrário à política financeira do Plano Trienal, declarando que “enquanto este deixava intactos os lucros fabulosos do capital estrangeiro, dos latifundiários e dos grandes grupos econômicos nacionais, por outro lado impunha maiores sacrifícios às classes populares e trabalhadoras” (TOLEDO, 1983, p. 47). Além do CGT, praticamente toda a esquerda, aglutinada na Frente de Mobilização Popular (FMP), sob a liderança de Leonel Brizola, criticavam duramente o plano de Celso Furtado.

Criada no final de 1962/início de 1963, em substituição à Frente de Libertação Nacional (FLN), a Frente de Mobilização Popular<sup>602</sup> (FMP) era uma frente suprapartidária que aglutinou os heterogêneos grupos nacionalistas e reformistas: os trabalhistas da ala radical e do Grupo Compacto, o PCB, as Ligas Camponesas, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e organizações de subalternos das Forças Armadas (como sargentos da Aeronáutica e do Exército e marinheiros e fuzileiros da Marinha). Em suma, a FMP era uma grande coalizão das esquerdas que lutavam pelas reformas de base. Sua principal liderança era Leonel Brizola<sup>603</sup>, que ganhava cada vez mais notoriedade nacional como a grande liderança nacionalista e das esquerdas. Defendendo um nacional-reformismo

<sup>602</sup> Mais detalhes acerca da Frente de Mobilização Popular, ver especialmente FERREIRA (2004).

<sup>603</sup> Além de Leonel Brizola, também participaram da FMP outros petebistas, como Sérgio Magalhães (RJ), Almino Affonso (AM), Doutel de Andrade (RJ), Abgvar Bastos (SP), Oswaldo Lima Filho e Bocaiúva Cunha (DELGADO, 1989, p. 245).

radical e com discursos cada vez mais agressivos, Brizola percorria o país em intensa campanha contra o “imperialismo” e contra “os gorilas<sup>604</sup>”, gerando uma ampla repercussão entre a fração conservadora das Forças Armadas<sup>605</sup>.

De acordo com Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p. 245-246), a Frente de Mobilização Popular pressionava constantemente o Congresso e Jango, exigindo medidas concretas e de curto prazo para implantar as reformas de base. Também reagiu violentamente ao Plano Trienal, “acusando Jango de estar procurando se aproximar dos setores mais conservadores do PTB e do PSD e de estar se deixando guiar por esses mesmos setores”.

Segundo Maria Celina D’Araújo (1996, p. 145), a Frente de Mobilização Popular não era um instrumento eleitoral como a sua antecessora (a FLN), mas uma organização concorrente ao PTB janguista fora do Congresso. Dessa forma, verificava-se uma intensa disputa de liderança dentro do PTB entre Brizola (da tendência “reformista radical”) e Goulart (da tendência “reformista moderada”).

No entanto, conforme salienta Maria Celina D’Araújo (Ibidem, p. 153-154), Brizola exigia de Goulart mais ousadia em sua ação governamental, porém não questionava, como Fernando Ferrari, o estilo janguista de dominação partidária, pois havia entre ambos, além das relações de parentesco, uma relação de dependência singular:

[...] Para Brizola, a manutenção da presidência da República nas mãos de Jango era condição para ter livre atuação política e assim pressionar as massas contra o imobilismo do governo. Para o presidente, a liberdade dada à política trabalhista e sindical era condição para sua legitimação junto às bases populares (Idem).

Particularmente no PTB paranaense, a ala mais progressista do partido pertencia à corrente “pragmático-reformista”, defendendo as reformas de base dentro da ordem. Por

---

<sup>604</sup> A figura do gorila não foi criado no Brasil, mas foi “importado” da Argentina e adaptado ao debate político brasileiro. “O gorila seria uma síntese de brutalidade e estupidez, ou seja, o bicho seria tão forte quanto burro. E essa é uma imagem corrente no pensamento progressista e de esquerda, a percepção que à direita encontram-se as forças do atraso, da ignorância e da repressão. O gorila passou a representar o conjunto das forças de direita, mas, em sua formulação original, tratava-se de referência específica aos militares direitistas, considerados golpistas inveterados” (MOTTA, 2007, p. 198-199). De acordo com Jorge Ferreira (2004, p. 199), a definição mais imediata para a expressão “gorila” era “inimigo do povo”. Entre o “espécime”, existiam elementos civis, sendo Carlos Lacerda a maior expressão. Contudo, eram os militares aqueles que ofereciam os maiores contingentes ao “gorilismo”. Fenômeno latino-americano, fascista e anticomunista, “o ‘gorila’ é particularmente subserviente aos ditames dos chefes militares do Pentágono. O ‘gorila’ militar é um dos instrumentos mais brutais com que o capital monopolista procura esmagar os povos”.

<sup>605</sup> Nesse sentido, as duras críticas que Brizola fazia aos “gorilas” militares, sobretudo ao Gen. Antônio Carlos Muricy, contribuíram para acentuar a crise política.

sua vez, a fração dos “reformistas radicais” era minoritária dentro do partido, sendo o seu principal expoente o deputado estadual Waldemar Daros.

No que concerne à campanha pelas reformas de base, houve no Paraná uma aproximação entre os “pragmáticos-reformistas” do PTB e os reformistas do PDC. Ney Braga, por exemplo, frequentemente utilizava-se da retórica das reformas, desde que referendadas pela doutrina social cristã<sup>606</sup>. Desse modo, Ney não se aproximou de políticos como Leonel Brizola e Miguel Arraes, que defendiam as reformas de base de maneira mais contundente<sup>607</sup> (KUNHAVALIK, 2004b, p. 303 e 307).

Em meados de 1963, diante da obstrução do Congresso, apontando como um “antro de reacionarismo” por Brizola, as demandas pelas reformas de base tenderam-se a se radicalizar. Assim, a palavra de ordem da FMP tornou-se “reforma agrária na lei ou na marra” – conforme o slogan cunhado por Francisco Julião.

João Goulart, por sua vez, encontrava-se em dificuldades políticas: sofrendo forte oposição da Frente de Mobilização Popular e pressionado pelo empresariado (sobretudo a indústria automobilística, que ameaçava deixar o país), Jango viu o Plano Trienal sucumbir ainda no primeiro semestre de 1963, o que o levou a realizar uma reforma ministerial em junho<sup>608</sup>.

Assim, em substituição ao petebista Almino Affonso<sup>609</sup>, um dos principais expoentes do Grupo Compacto, Jango nomeou, em junho, para a pasta do Trabalho o senador (e vice-presidente do PTB do Paraná) Amaury de Oliveira e Silva<sup>610</sup>, integrante da

<sup>606</sup> A postura de Ney Braga, que em março de 1963 havia conquistado a presidência nacional do PDC – no qual contou com o apoio de Paulo de Tarso e Plínio de Arruda Sampaio, ambos pertencentes à corrente nacionalista-reformista do partido –, defendendo as reformas de base “dentro da ordem e dos princípios cristãos”, provocou alguns atritos com a UDN do Paraná, que se mostrava intransigentemente contrária às reformas (Cf. “Ameaça de atrito entre PDC e UDN”. In: *Diário do Paraná*, 19 maio 1963, p. 3).

<sup>607</sup> José Pedro Kunhavalik (2004b, p. 308) lembra que Ney Braga chamava o grupo liderado por Brizola de “esquerda negativa”.

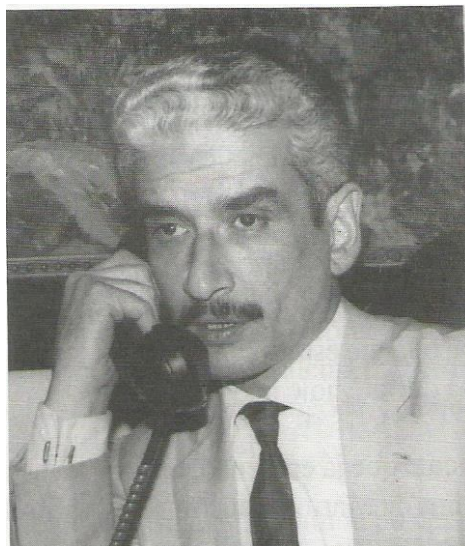
<sup>608</sup> Com a reforma ministerial de junho de 1963 foram nomeados os seguintes ministros: Darcy Ribeiro (Casa Civil), Antônio Ferreira de Oliveira (Minas e Energia), Paulo de Tarso (Educação e Cultura), Abelardo Jurema (Justiça), Evandro Lins e Silva (Relações Exteriores), Amaury de Oliveira e Silva (Trabalho e Previdência Social) e Jair Dantas Ribeiro (Guerra) In: *Diário do Paraná*, 18 jun. 1963, p. 1.

<sup>609</sup> De acordo com Maria Celina D’Araújo (1996, p. 151-153), no pouco tempo em que esteve na pasta do Trabalho (janeiro/junho de 1963), Almino Affonso “procurou desarticular antigas lealdades pelegas e montar uma rede nacional de lideranças mais expressivas na estrutura sindical. Essa estratégia atingia a estrutura de relações que João Goulart montara e tinha como meta fortalecer o movimento sindical com lideranças mais agressivas, que forçassem o presidente a assumir compromissos mais positivos em relação às reformas. Almino conseguiu a adesão do CGT à sua política, tentou dismantelar a máquina clientelista de Ivete Vargas em São Paulo e apoiou os radicais contra Jango”. Ademais, “a exemplo de outras lideranças petebistas, Almino também combateu as políticas do governo, principalmente o Plano Trienal, em conjunto com a FMP, e transferiu recursos do PTB para os sindicalistas radicais”. Mais detalhes, ver também ERICKSON (1979).

<sup>610</sup> À frente do Ministério do Trabalho, Amaury Silva vivenciou um período de eclosão de inúmeras greves, muitas delas catalisadas por motivos políticos. Embora não incentivasse as greves – ao contrário do seu

FPN e um “pragmático-reformista” de tendências mais moderadas do que o seu antecessor<sup>611</sup>.

Imagem 9: Amaury de Oliveira e Silva, o último ministro do Trabalho de Jango



Fonte: HELLER; DUARTE, 2000, p. 125.

Segundo José Pedro Kunhavalik (2004b, p. 303), o relativo apoio de Ney Braga ao governo federal levou Goulart a ceder um ministério para o Paraná – e o escolhido foi um membro do PTB paranaense. Presidente nacional do PDC, Ney Braga também foi consultado sobre a nomeação de um ministro pedecista, cujo escolhido foi o deputado federal pelo PDC paulista Paulo de Tarso, que assumiu o Ministério da Educação e Cultura.

Ainda segundo Kunhavalik (Ibidem, p. 309), em julho de 1963, Ney Braga também indicou a Goulart a nomeação do seu secretário da Agricultura, Paulo Pimentel, para a presidência do Instituto Brasileiro do Café (IBC). Porém, como Jango não queria fortalecer Ney em detrimento do PTB, nomeou o senador (e presidente do PTB paranaense) Nelson Maculan para o cargo. Conforme o autor, a nomeação de Maculan somada à rejeição de Goulart em nomear Queiroz Filho, do PDC, à embaixada brasileira na Iugoslávia, além das

---

antecessor, Almino Affonso – e nem as desaprovasse, Amaury Silva caracterizou-se pela moderação e pela tentativa de dialogar com o movimento sindical. Mais detalhes, ver ERICKSON (1979).

<sup>611</sup> Inclusive, os jornais paranaenses deram amplo destaque, em tom ufanista, a participação de um paranaense na administração federal depois de quase oito anos – o último ministro paranaense havia sido Bento Munhoz da Rocha Neto, que assumiu a pasta da Agricultura no governo Café Filho, em 1955.

nomeações nos IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões), que favoreciam o PTB em detrimento do PDC, determinaram o afastamento de Ney/PDC de Jango<sup>612</sup>.

Sem dúvida, o governo de João Goulart favoreceu amplamente o PTB paranaense, com nomeações em autarquias e com um ministério<sup>613</sup>, fortalecendo muito o partido no âmbito da política estadual – em termos políticos e econômicos, o que poderia significar um trunfo para a sucessão estadual de 1965 –, desagradando Ney Braga e o PDC, os principais concorrentes dos petebistas pela hegemonia política do Paraná.

Nesse sentido, Ney Braga, em entrevista, disse “que a nomeação de Nelson Maculan para a presidência do IBC obedecia a um esquema político visando à sucessão estadual de 1965”, “ressaltando que o presidente da República tem demonstrado interesse no fortalecimento do seu partido com as nomeações dos senadores Maculan para o IBC e Amaury Silva para o ministério do Trabalho”. E acrescentou: “havia fortalecido um candidato provável ao governo do Estado; agora está fortalecendo o outro”<sup>614</sup>.

De fato, a sucessão estadual de 1965, cujos principais concorrentes eram o PTB e o PDC, era um dos assuntos que mais despedia as atenções nos círculos políticos paranaenses<sup>615</sup>. E, nesse momento, os nomes mais fortes que despontavam para concorrer ao pleito de 1965 como candidatos petebistas eram os dos senadores Amaury Silva e Nelson Maculan, que, bastante fortalecidos politicamente com as recentes nomeações por Jango, a partir do segundo semestre de 1963 deram início às suas campanhas eleitorais pelo interior do estado<sup>616</sup>.

Já em nível nacional, a crise política acentuava-se: com as reformas de base, sobretudo a agrária, sendo rejeitada pelos conservadores, que representavam a maioria no Congresso, Brizola e a FMP pressionavam intensamente o parlamento, enquanto o CGT ameaçava deflagrar greves gerais em todo o país. Ao mesmo tempo, cresciam as conspirações golpistas, articuladas por setores civis e militares.

<sup>612</sup> Conforme José Pedro Kunhavalik (2004b, p. 309), as declarações de Ney Braga no início de agosto mostram claramente este afastamento.

<sup>613</sup> Nesse sentido, convém lembrar que os três principais líderes do PTB paranaense estavam participando do governo João Goulart: Léo de Almeida Neves, desde novembro de 1961, era diretor do Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil; Amaury de Oliveira e Silva foi nomeado ministro do Trabalho, em junho de 1963; e Nelson Maculan foi nomeado presidente do IBC em julho de 1963.

<sup>614</sup> Cf. “Nomeação de Maculan tem caráter político, confirma Ney Braga”. In: *Diário do Paraná*, 18 jul. 1963, p. 3.

<sup>615</sup> Outro tema que também movimentou a política paranaense foram as eleições municipais em 110 cidades, ocorridas em 6 de outubro de 1963, no qual verificou-se um equilíbrio de forças entre PTB e PDC (Cf. *Gazeta do Povo*, 9 out. 1963, p. 3).

<sup>616</sup> Essa disputa interna entre Amaury Silva e Nelson Maculan foi amplamente divulgada na imprensa paranaense durante o ano de 1963.



Simultaneamente ao agravamento da crise política, a aguda crise econômica tornava a situação do governo muito difícil, sobretudo em virtude da inflação, que, segundo Marcelo Badaró Mattos (2003, p. 38), chegou a atingir 79% em 1963, catalisando a eclosão de inúmeras greves em todo o país<sup>617</sup>. Além da inflação e da dívida externa, o governo norte-americano e o FMI, em atitude intransigente, bloquearam todos os créditos ao Brasil, exigindo um duro plano de estabilização da moeda e o pagamento de indenizações às empresas norte-americanas expropriadas por Brizola durante o período que governou o Rio Grande do Sul (FERREIRA, 2003c, p. 368)

Ademais, a política conciliatória de Goulart não estava dando resultados, pois, além de afastá-lo de Brizola e das esquerdas, Jango também não tinha angariado o apoio dos grupos de centro e conservadores. O isolamento político do presidente ficou evidente em outubro de 1963: após a publicação, no dia 1º, de uma entrevista de Carlos Lacerda à imprensa norte-americana – na qual ridicularizava Jango, denunciava a infiltração comunista no governo e nos sindicatos e insinuava que os militares brasileiros estavam confusos e desorientados, pedindo, assim, a intervenção dos Estados Unidos no Brasil –, os ministros militares, indignados, pediram ao presidente a decretação do estado de sítio, com o intuito de prender Lacerda<sup>618</sup>. Jango, sem consultar o PTB, atendeu aos ministros militares e encaminhou, no dia 4 de outubro, o pedido de decretação do estado de sítio ao Congresso, o que provocou críticas e reações contrárias de todas as partes, desde os conservadores até as esquerdas<sup>619</sup> e do próprio PTB. Isolado politicamente, Goulart não encontrou condições para levar adiante a proposta dos seus ministros militares e retirou o pedido do Congresso no dia 7 de outubro. Após esse episódio, Goulart saiu bastante

---

<sup>617</sup> A greve mais famosa desse ano – e uma das maiores manifestações grevistas de toda a história do movimento operário/sindical brasileiro – foi a célebre Greve dos 700 Mil, eclodida em São Paulo em outubro de 1963. Os grevistas, além de aumentos salariais, tinham outras reivindicações, dentre elas “a unificação da data-base dos acordos salariais, com o fim de evitar que os reajustes fossem realizados em épocas diferentes para as várias categorias” (ANTUNES, 2003, p. 56).

<sup>618</sup> Na verdade, além de prender Lacerda, os objetivos dos ministros militares eram restaurar a disciplina nas Forças Armadas após a revolta dos sargentos em Brasília, conter a agitação sindical e não apenas prender as lideranças conservadoras, como Lacerda e Adhemar, mas também políticos progressistas, principalmente Miguel Arraes. In: FERREIRA (2003c, p. 372).

<sup>619</sup> Por razões distintas, todos os grupos políticos e associações de classe, à direita e à esquerda, opuseram-se à concessão do estado de sítio. Os setores nacionalistas e de esquerda viam no estado de sítio uma grave ameaça às liberdades democráticas e aos movimentos progressistas; já os conservadores viam no estado de sítio uma tentativa de golpe tramada por Goulart a fim de permanecer no poder, tal como fizera Vargas em 1937.

enfraquecido: rompido com as esquerdas<sup>620</sup> e atacado pelos setores conservadores (TOLEDO, 1983, p. 59-63; FERREIRA, 2003c, p. 371-373).

Nesse contexto, Maria Celina D'Araújo (1996, p. 146) lembra que enquanto Jango estava isolado à esquerda e à direita, Brizola seguia sua política mobilizadora extraparlamentar, passando a pregar, em fins de 1963, a formação dos “Grupos dos Onze Companheiros<sup>621</sup>” ou “Comandos Nacionalistas”, uma “espécie de corrente cívica para defender as reformas ‘na lei ou na marra’”. De acordo com Jorge Ferreira (2004, p. 200):

[...] Suas pregações na rádio Mayrink Veiga cativavam milhares de pessoas que não paravam de telefonar ou mandar telegramas de apoio. Segundo cálculos de Neiva Moreira, cerca de 60 a 70 mil militantes se organizaram em “grupos de onze companheiros”. O próprio Leonel Brizola avalia que 24 mil grupos se formaram em todo o país. A estratégia era a de que, com o crescimento e o fortalecimento dos “comandos nacionalistas”, se formasse, em período muito curto, o embrião de um partido revolucionário.

No Paraná, Ney Braga já se mostrava cada vez mais distante de Jango e de Paulo de Tarso, que se afastou da posição do PDC e assumiu uma postura mais à esquerda, aproximando-se da Frente Parlamentar Nacionalista e da Frente de Mobilização Popular<sup>622</sup>. Na Convenção Estadual do PDC, realizada no final de novembro e início de dezembro de 1963, Ney Braga atacou Goulart: “considerando que as dificuldades pelas quais passam o Brasil e o Paraná se devem ao mau governo da União”, afirmou: “Eu não sabia que o Jango era tão ruim assim”<sup>623</sup>. Era o início do rompimento entre Ney e Jango, oficializado em dezembro de 1963 após a saída do pedecista Carlos Alberto de Carvalho Pinto do ministério da Fazenda, em virtude dos ataques virulentos que sofria de Brizola, da FMP, da

<sup>620</sup> Rompido com Jango, Brizola e as esquerdas consideravam que “o presidente estava realizando apenas um governo de interesse exclusivo das classes conservadoras, distanciando-se dos grupos que haviam assegurado a sua posse na crise de 1961” (FERREIRA, 2004, p. 197).

<sup>621</sup> Conforme Jorge Ferreira (2004, p. 199-200): A proposta era a de que o povo se organizasse em grupos de 11 pessoas, como em um time de futebol. Ao formarem um “comando”, os militantes assinavam uma ata em que tinham por objetivo a “defesa das conquistas democráticas de nosso povo, realização imediata das reformas de base (principalmente a agrária) e a libertação de nossa pátria da espoliação internacional, conforme a denúncia que está na carta-testamento de Getúlio Vargas”. O “grupo dos onze”, nesse sentido, seria uma organização das forças populares atuando em conjunto contra os “gorilas”. No entanto, a sua maior consequência foi a de gerar o pânico entre os conservadores e a direita civil-militar. Embora a iniciativa de Brizola não tivesse tido tempo de prosperar, a imprensa supervalorizou o movimento, publicando notícias assustadoras sobre supostas ações, na qual a revolução comunista era a imagem mais disseminada.

<sup>622</sup> Conforme José Pedro Kunhavalik (2004b, p. 304), “esta postura de Paulo de Tarso foi criticada por setores do PDC, sendo que sua expulsão chegou a ser pedida pela seção do Paraná, gerando inclusive conflitos com Ney Braga. Em outubro de 1963, pouco antes de Paulo de Tarso pedir demissão, Ney Braga fez declarações sobre a sua atuação no ministério: ‘sua atuação política não decorre da prognose pedecista’”.

<sup>623</sup> *O Estado do Paraná*, 1 dez. 1963, p. 4. Apud KUNHAVALIK, 2004b, p. 310.

FPN, do CGT e da UNE pela política econômica que vinha implementando<sup>624</sup>. Após romper com Jango, Ney estreitou as suas relações com os governadores conspiradores Carlos Lacerda (UDN), da Guanabara, José de Magalhães Pinto (UDN), de Minas Gerais, Adhemar de Barros (PSP), de São Paulo e Ildo Meneghetti (PSD), do Rio Grande do Sul, entre outros.

Imagem 10: Encontro entre Carlos Lacerda e Ney Braga



Fonte: HELLER; DUARTE, 2000, p. 57.

Após a demissão de Carvalho Pinto<sup>625</sup>, a Frente de Mobilização Popular passou a pressionar a nomeação de Leonel Brizola para a pasta da Fazenda, o que gerou grande repercussão nos meios políticos e encontrava forte resistência não somente dos setores conservadores<sup>626</sup>, mas do próprio PTB, cuja maior parte da sua bancada na Câmara dos

<sup>624</sup> José Pedro Kunhavalik (2004b, p. 311) lembra que Ney Braga considerou a saída de Carvalho Pinto como uma “decorrência das pressões de grupos de agitação interessados em manter o clima de intranquilidade no país” e critica João Goulart, que em “apenas dois anos e meio constituiu cinco Ministérios, sempre claudicantes, fruto tão somente de injunções políticas e muito distantes dos supremos interesses nacionais”.

<sup>625</sup> Conforme Caio Navarro de Toledo (1983, p. 67), a demissão de Carvalho Pinto, tido como um eficiente administrador, representou o rompimento de um dos últimos elos que a burguesia brasileira ainda mantinha com Goulart.

<sup>626</sup> Segundo Caio Navarro de Toledo (1983, p. 66), para os setores conservadores a nomeação de Brizola “teria o sentido inequívoco de uma provocação e seria a prova definitiva da consolidação da esquerda dentro do governo”. Ademais, os setores conservadores afirmavam que Brizola não tinha a confiança dos meios financeiros nacionais e internacionais, que não tinha o apoio do Congresso, da maioria dos governadores e nem do seu próprio partido e temiam a decretação da moratória no plano internacional (Cf. “O que poderá acontecer”. In: *Gazeta do Povo*, 12 dez. 1963, p. 3).

Deputados mostrava-se contrária ao nome de Brizola, denunciando-a como uma “manobra da ala esquerda radical do partido”<sup>627</sup>.

Sem clima político para nomear Brizola, Goulart procurou novamente o caminho da conciliação com os conservadores, nomeando o banqueiro Nei Galvão, diretor do Banco do Brasil, para a pasta da Fazenda, em uma tentativa de reaproximar-se do PSD. No entanto, Jorge Ferreira (2003c, p. 377) diz que a medida foi desastrosa, pois, além de não conseguir aproximar-se dos pessedistas, gerou uma forte reação da Frente de Mobilização Popular, que, decepcionada, “declarou sua oposição sistemática e agressiva ao governo e ao presidente em particular”. A escolha de Jango significou, segundo as palavras de Brizola, “o afastamento das forças populares da ante-sala do Ministério da Fazenda” (DELGADO, 1989, p. 280).

Portanto, embora Jango procurasse o caminho da conciliação entre as forças políticas, no final de 1963, após várias reformas ministeriais, estava claro que o presidente não poderia contar com o apoio dos setores conservadores<sup>628</sup>. Igualmente isolado à esquerda, Jango percebeu que a sua estratégia de conciliação havia fracassado<sup>629</sup>. A partir de então, no final de 1963, optou em reaproximar-se, gradativamente, com as organizações à esquerda, restabelecendo contatos com Brizola e adotando, com maior ênfase, medidas nacionalistas e de cunho reformista, tais como:

- Em 24 de dezembro de 1963, assinou uma medida que fazia parte das reivindicações das esquerdas, decretando o monopólio da Petrobrás na importação de petróleo e derivados. O decreto impedia sangria considerável de divisas, o que contrariou poderosos investidores norte-americanos (FERREIRA, 2003c, p. 377).
- Em 17 de janeiro de 1964, assinou outra medida igualmente reclamada pelas esquerdas: a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros para o Exterior, que estava engavetada desde meados de 1962 (Idem).

<sup>627</sup> Dos 116 deputados petebistas, 87 eram contra a nomeação de Brizola. Cf. *Gazeta do Povo*, 19 dez. 1963, p. 1.

<sup>628</sup> Conforme Lucilia de Almeida Neves Delgado (1989, p. 280), os proprietários rurais estavam assolados pelo fantasma da reforma agrária, os empresários estavam indignados com a crescente mobilização e reivindicação dos trabalhos urbanos, enquanto os setores militares conservadores, que viam, na expansão dos movimentos populares, além do perigo da expansão comunista, uma séria ameaça à hierarquia militar, uma vez que sargentos e marinheiros também participavam de inúmeras manifestações reivindicativas.

<sup>629</sup> No entanto, Jorge Ferreira (2003c, p. 375-376) ressalta que “[...] o malogro resultou não de sua incapacidade de negociar, atividade que ele dominava com maestria, mas sim da recusa entre as partes a pactuarem acordos. O clima era de radicalização. Assim, tanto os conservadores quanto as esquerdas escolheram como estratégia o confronto. Goulart, até então, procurava conciliar o inconciliável, sobretudo quando, para os grupos de esquerdas de diversas matizes, as palavras conciliar, acovardar e trair eram tidas como expressões sinônimas”.

Contudo, o indicio de que Jango havia adentrado no caminho reivindicado pelas esquerdas ocorreu em fevereiro de 1964, quando passou a prestigiar a Superintendência da Política Agrária (SUPRA)<sup>630</sup>, elaborando um decreto que permitia a desapropriação de 20 km de cada lado das rodovias e ferrovias federais, açudes e rios navegáveis.

O vazamento do decreto da SUPRA assustou os setores conservadores, que reagiram com pesadas críticas ao presidente, ao mesmo tempo em que a conspiração dos grupos golpistas civis e militares avançava de maneira acelerada.

Também em fevereiro de 1964, com a instabilidade política tornando-se mais aguda, San Tiago Dantas, que pertencia à fração “reformista moderada” do PTB, tentou organizar um movimento de união nacional que incluísse desde o PCB até o PSD, denominado “Frente Única” ou “Frente Progressiva”. Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p. 250), Dantas entendia que:

[...] a única maneira de se evitar uma completa desestabilização do sistema e um possível golpe de Estado seria através da organização de um grande movimento de união nacional, em torno da defesa das instituições representativo-democráticas e das reformas de base.

Ainda segundo a autora (Ibidem, p. 251), San Tiago Dantas objetivava, ao mesmo tempo, bloquear a expansão da “ala esquerdista” do PTB – por ele denominada de “esquerda negativa<sup>631</sup>” – e impedir os avanços da direita golpista. Dessa forma, a Frente Única seria uma organização controlada pela “esquerda positiva” (os moderados do PTB e os reformistas do PSD), que, por meio de uma coalizão do centro com a esquerda moderada, garantiria a estabilidade do regime e realizaria as reformas de base por vias democráticas.

A proposta da Frente Única encontrou apoio entre os petebistas moderados, a Frente Parlamentar Nacionalista e cerca de 40 parlamentares da ala reformista do PSD. Luís Carlos Prestes e o PCB inicialmente também aderiram à proposta, em virtude do compromisso de Jango e Dantas em adotar medidas que levassem à sua legalização (Idem).

No entanto, as reações contra a Frente Única também foram bastante contundentes. Por um lado, Brizola e FMP entendiam que a proposta moderada de Dantas poderia retardar as reformas de base. Soma-se a isso o fato da FMP, a essa altura, “adotar a

<sup>630</sup> A Superintendência da Política Agrária (SUPRA) foi criada em novembro de 1962. Tinha por finalidade, dentre outras, planejar e executar a reforma agrária no país (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 1984, p. 3284-3285).

<sup>631</sup> A “esquerda negativa” incluía os “reformistas radicais” do PTB e os comunistas.

estratégia do confronto aberto, atuando em comícios, manifestações, passeatas e greves, pressionando o Congresso ‘reacionário’ e o presidente ‘conciliador’” (FERREIRA, 2003c, p. 379). Por outro lado, a fração majoritária do PSD, composta por conservadores, não concordava com a proposta de reforma agrária e com a legalização do PCB. Assim, os pessedistas gradativamente aproximaram-se dos udenistas na oposição sistemática a Jango. Portanto, em virtude da polarização e da radicalização política que vivia o país, a Frente Única, que retomava a tática da conciliação, inviabilizou-se.

### 5.8. 1. A Convenção do PTB paranaense de 1964

Em meio à grave crise política que atravessava o país, entre os dias 7 e 8 de março de 1964 ocorreu a última Convenção Estadual do PTB do Paraná, na qual seria escolhida a nova Comissão Executiva do partido. O respectivo conclave prometia ser palco de intensas disputas pelos principais postos do partido, uma vez que, desde o final de 1963, os deputados estaduais petebistas vinham reivindicando os postos-chave, “alegando que os mesmos deveriam ser exercidos por membros residentes no Paraná<sup>632</sup>” – nesse sentido, convém lembrar que os “homens fortes” do PTB paranaense (Nelson Maculan, presidente, Amaury Silva, primeiro vice-presidente, e Léo de Almeida Neves, secretário geral) ocupavam cargos no governo João Goulart e não estavam presentes do dia-a-dia do partido.

O principal defensor da tese de que o PTB paranaense estava acéfalo com a ausência cotidiana dos ocupantes dos principais postos de mando do partido era o deputado estadual Marino Pereira. Porém não tardou para os demais deputados encamparem tal ideia, dentre eles Luiz Alberto Dalcanale, que defendia que o presidente e o secretário geral deveriam ser necessariamente deputados estaduais – despontando, assim, os nomes de Walter Pecoits para a presidência e Leon Naves Barcelos para a secretaria geral<sup>633</sup>.

Entretanto, os deputados federais petebistas, que também não estavam vivendo no Paraná, reagiram contra as pretensões dos deputados estaduais. Miguel Buffara, por exemplo, defendia a manutenção do *status quo*, com Nelson Maculan, Amaury Silva e Léo de Almeida Neves continuando a ocupar os principais postos do partido<sup>634</sup>.

<sup>632</sup> Cf. “Deputados estaduais reivindicam principais cargos da futura Executiva regional do PTB”. In: *Diário do Paraná*, 12 dez. 1963, p. 3.

<sup>633</sup> Cf. “Os deputados do PTB formam bloco buscando presidência do partido”. In: *Gazeta do Povo*, 4 mar., 1963, p. 3.

<sup>634</sup> Cf. *Diário do Paraná*, 7 fev. 1964, p. 3.

À medida que se aproximava a Convenção, intensificavam-se as negociações para amenizar as disputas internas dentro do partido. Desse modo, os petebistas entraram em um consenso, decidindo-se unanimemente pela reeleição de Nelson Maculan à presidência do partido e pela manutenção de Amaury Silva e Léo de Almeida Neves nos principais postos-chave do PTB paranaense.

Tabela 29 – Comissão Executiva do PTB do Paraná (eleita em março de 1964)

Presidente	Nelson Maculan (Londrina; cafeicultor e comerciante no ramo)
Primeiro Vice-Presidente	Amaury de Oliveira e Silva (Londrina; advogado)
Segundo Vice-Presidente	Walter Pecoits (Francisco Beltrão; médico)
Terceiro Vice-Presidente	Kalil Maia Neto (Ponta Grossa; engenheiro e empresário)
Quarto Vice-Presidente	Miguel Dinizo (Cambará; médico)
Secretário Geral	Léo de Almeida Neves (Curitiba; advogado e jornalista)
Primeiro Secretário	Leon Naves Barcelos (Curitiba; advogado)
Segundo Secretário	Elias Nacle (Bandeirantes; advogado)
Terceiro Secretário	Luiz Alberto Dalcanale (Cascavel; advogado e empresário)
Tesoureiro Geral	Marino Pereira (Apucarana; médico)
Primeiro Tesoureiro	Miran Pirih (Nova Esperança; cafeicultor)
Segundo Tesoureiro	Jorge Nassar (Curitiba; radialista)
Terceiro Tesoureiro	Moacir Silvestre (Guarapuava; advogado e empresário)
Conselho Fiscal	Major Fernando Flores (Curitiba; militar) Cel. Alcides do Amaral Barcelos (Curitiba; militar) João Chede <sup>635</sup> (Palmeira; industrial)

Fonte: *Diário do Paraná*, 10 mar. 1964, p. 3.

Observa-se que na nova Executiva houve a manutenção das maiorias dos postos de mando do partido, havendo poucas mudanças. De fato, se compararmos com a Executiva eleita em 1961, além de Nelson Maculan, Amaury Silva e Léo de Almeida Neves, permaneceram nos mesmos cargos Miguel Dinizo, Luiz Alberto Dalcanale, Miran Pirih e Jorge Nassar, enquanto Marino Pereira ascendeu do posto de terceiro tesoureiro para tesoureiro geral. Assim, as novidades foram as inclusões de Walter Pecoits e Kalil Maia Neto (nos postos de segundo e terceiro vice-presidentes, respectivamente), de Leon Naves Barcelos e Elias Nacle (nos postos de primeiro e segundo secretários, respectivamente) e do deputado estadual Moacir Silvestre no posto terceiro tesoureiro.

Em fase das ausências dos senadores Nelson Maculan e Amaury Silva, na prática a direção petebista estava sob a responsabilidade de Walter Pecoits, um “pragmático-

<sup>635</sup> João Chede foi deputado estadual pelo PSD por três legislaturas consecutivas (1947-1950, 1951-1954 e 1955-1958).

reformista” que se destacava pela sistemática oposição a Ney Braga. E mais, com Léo de Almeida Neves na direção da CREAM-Sul, a secretaria do partido seria exercida efetivamente pelo deputado estadual Leon Naves Barcelos, que também pertencia ao grupo “pragmático-reformista” do partido e igualmente empreendia forte oposição ao governador paranaense.

Contudo, a escolha da nova Executiva também gerou alguns desentendimentos durante a Convenção. Por exemplo, o Gen. Iberê de Mattos protestou pela substituição de José Campelli Filho do cargo de tesoureiro geral, posto que ocupava desde 1957. Por sua vez, o deputado federal Antônio Baby, descontente, ameaçou abandonar a Convenção, mas foi convencido pelo deputado federal Renato Celidônio, “em nome da unidade partidária”, a permanecer no recinto<sup>636</sup>.

Outro fato que merece ser destacado na Convenção Estadual do PTB foi o discurso pronunciado pelo deputado estadual Waldemar Daros, da ala “reformista radical”, no qual defendia as reformas de base<sup>637</sup>.

Entretanto, as disputas mais acirradas não ocorreram pelos principais postos da Executiva, mas sim na eleição dos 100 membros do Diretório Estadual – estrategicamente fundamental para as pretensões de Amaury Silva, Nelson Maculan e Léo de Almeida Neves, que disputavam internamente o posto de candidato trabalhista ao governo do Paraná em 1965. Três chapas concorreram para a eleição dos membros do Diretório, sagrando-se vencedora a do grupo de Amaury Silva, denominada “Souza Naves”, que obteve 259 votos, derrotando a chapa dos simpatizantes de Nelson Maculan, denominada “Independentes do Interior”, que obteve 113 sufrágios. A terceira chapa, denominada “Conciliadora” – e que alguns afirmavam ser do grupo de Léo de Almeida Neves –, obteve apenas sete votos<sup>638</sup>.

Portanto, Amaury Silva saiu fortalecido da Convenção de março. Com o seu grupo dominando o Diretório Estadual, provavelmente venceria o próximo conclave, marcado para o segundo semestre de 1964, e seria oficializado como o candidato trabalhista na sucessão paranaense de 1965. Porém, a situação política do país (e do próprio Amaury) tenderia a mudar drasticamente no final de março.

---

<sup>636</sup> Cf. *Diário do Paraná*, 10 mar. 1964, p. 3.

<sup>637</sup> *Idem*.

<sup>638</sup> Cf. “Maculan reeleito presidente”. In: *Gazeta do Povo*, 10 mar. 1964, p. 3.



### 5.9. O PTB E O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

A aproximação de João Goulart com Leonel Brizola e as esquerdas foi selada em março de 1964, quando Jango comprometeu-se por um programa máximo de reformas de base. Nesse sentido, foi emblemático o “comício das reformas”, realizado no dia 13 na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, que contou com a participação de Jango, Brizola, Miguel Arraes e outras lideranças reformistas, sindicais e comunistas. Na ocasião, Goulart:

[...] anunciou a encampação das refinarias particulares de petróleo e assinou o decreto da SUPRA, que estabelecia a desapropriação de propriedades rurais superiores a 500 hectares situadas numa faixa de 10 km à margem das rodovias federais, ou propriedades superiores a 30 hectares localizadas às margens de açudes e obras de irrigação efetuadas pelo governo (D'ARAÚJO, 1996, p. 155).

No comício, que reuniu cerca de 100/200 mil pessoas, Brizola adotou um discurso radical, no qual, além de criticar o Congresso e sugerir o seu fechamento e a convocação de uma Assembleia Constituinte, conclamou Jango a encerrar a política conciliatória e instalar um governo nacionalista e popular (Idem).

Realizado próximo ao Ministério do Exército, o comício da Central do Brasil foi interpretado por alguns generais como um ato de provocação, o que contribuiu para o aumento das conspirações.

No dia 15 de março, Goulart enviou ao Congresso a sua última Mensagem Presidencial, na qual solicitava a realização das reformas mediante uma ampla revisão constitucional. Acerca da reforma agrária, Jango solicitou uma reforma constitucional que suprimia a exigência do pagamento em dinheiro nas desapropriações, sugerindo que os pagamentos fossem feitos metade em dinheiro e metade em títulos da dívida pública. Jango também solicitou a extensão do direito de votos aos analfabetos, aos sargentos e praças e a aprovação de um plebiscito para que o povo se pronunciasse em relação às reformas de base – na verdade, Jango pretendia mobilizar o apoio das massas urbanas e rurais para a consecução dos seus propósitos (HIPOLITO, 1985, p. 242-244).

Ademais, Jango também solicitou duas reformas constitucionais que aumentaram as suspeitas dos conservadores quanto aos possíveis planos golpistas do governo: a) a revogação do princípio da indelegabilidade de poderes, o que significava conferir ao Executivo poderes excepcionais na área decisória; b) anular os impedimentos

constitucionais em vigor quanto à reeleição e abrir caminho para a eleição de parentes consanguíneos – o que, na prática, favoreceria tanto o continuísmo de Goulart pela via eleitoral quanto a eleição de Brizola, seu cunhado (D'ARAÚJO, 1996, p. 156).

Portanto, o comício do dia 13 e a Mensagem Presidencial de Jango ao Congresso alarmaram políticos e militares, que, suspeitando que um golpe de esquerda estivesse se configurando, reagiram com fortes críticas a Jango.

Na Assembleia Legislativa do Paraná, no dia 19 de março o deputado udenista João Vargas de Oliveira declarou que estava “proclamada a República sindicalista no Brasil<sup>639</sup>”. No mesmo dia, Ney Braga também teceu críticas ao presidente:

Aí está a inflação desenfreada, as agitações sociais, os poderes se desentendendo, principalmente tendo em vista o comício que recentemente se realizou no Rio, quando na presença do Presidente da República o Congresso foi atacado. O que estamos vendo é a desorganização administrativa, a falta de autoridade, o acirramento da luta com os ataques os mais violentos. Homens que querem falar e não podem, homens que falam o que não devem. [...] Vimos o deputado Leonel Brizola pregar o fechamento do Congresso. Isto, que só pode agravar a situação brasileira, que bem trará ao Brasil, interna e externamente? O Presidente da República presente no comício poderia pregar a paz, a tranquilidade e reformas dentro da democracia, solicitando ao Congresso que desse as reformas. Mas não como foi feito, pregando-se, através de vários oradores, a quebra do regime constitucional. Seria muito melhor que aqueles homens estivessem trabalhando mais e alertando o povo de outra forma, mas não em comícios de ódios. [...] O Congresso não está fechado às reivindicações populares e, na hora presente, saberá atender aos reclamos do povo. Mas sem que se o pressione; encostando-o à parede, pois este não é modo eficiente de se viver o regime. [...] Eu não vejo ação do presidente atual. O presidente pregou o presidencialismo e eu estava com ele, acreditando que teria, então, maior autoridade para combater os males que o Brasil está sentindo. O povo deu-lhe o presidencialismo. E o que foi feito após isso? Nada<sup>640</sup>.

No dia seguinte (20 de março), na Assembleia Legislativa, Haroldo Leon Peres, o líder da bancada udenista, vez moção de apoio às declarações de Ney Braga, sendo endossado pelas bancadas do PSD, PDC, UDN, PR, PRP, PTN e PRT. A bancada do PTB, isolada, retirou-se do plenário para não participar da votação<sup>641</sup>.

Também no dia 20, o governador mineiro Magalhães Pinto lançou um manifesto à nação, declarando-se a favor das reformas de base, mas “repelindo o golpe e o

<sup>639</sup> Cf. “João Vargas denuncia: proclamada a República sindicalista no Brasil”. In: *Diário do Paraná*, 20 mar. 1964, p. 3.

<sup>640</sup> Cf. “Desorganização é o quadro da atualidade, afirma Ney Braga”. In: *Gazeta do Povo*, 20 mar. 1964, p. 3.

<sup>641</sup> Cf. “Preocupação nacional unem partidos e Ney Braga”. In: *Gazeta do Povo*, 21 mar. 1964, p. 3.

continuísmo, como repelia também a exploração interessada dos radicalismos políticos” (HIPPOLITO, 1985, p. 245). Segundo Lúcia Hippolito (Idem), o manifesto de Magalhães Pinto significou um aviso aos vários grupos conspiradores de que as forças políticas conservadoras mineiras estavam unidas em torno da conveniência de uma rápida deposição do Goulart.

Em meio a esse clima de crise política, ocorreria em 20 de março, em Brasília, a XIV Convenção Nacional do PTB, no qual seria eleita a nova Executiva e o novo Diretório Nacional do partido. De acordo com Maria Celina D’Araújo (1996, p. 161-162), no conclave, houve um esforço por parte de Brizola e do Grupo Compacto em galgar o comando partidário<sup>642</sup>. Contudo, mediante um acordo de pacificação com a fração radical, João Goulart continuou à frente do partido e Brizola passou a ocupar uma das cinco vice-presidências, porém o posto de primeiro vice-presidente continuou com Paulo Baeta Neves, da linha janguista. Por sua vez, o paranaense Léo de Almeida Neves foi eleito secretário geral da Executiva Nacional.

Como saldo da Convenção, e graças ao controle de Goulart sobre os convencionais, ficou decidido que o PTB lideraria no Congresso a campanha pela aprovação das medidas contidas na Mensagem Presidencial de 13 de março, e que o partido não só referendava a ação do presidente, como lhe delegava plenos poderes para as gestões em torno da sucessão<sup>643</sup> (D’ARAÚJO, *Ibidem*, p. 161).

Por outro lado, os setores conservadores civis, eclesiásticos e militares, utilizando-se do contexto da Guerra Fria e do exemplo da Revolução Cubana, passaram a fazer ampla propaganda contra Jango, Brizola, a CGT, a UNE, as Ligas Camponesas, etc. e difundiam que o comício do dia 13 era um indício de que o governo havia começado a sua escalada contra a propriedade privada, representando o avanço do comunismo no país.

Assim, sob a bandeira do anticomunismo, da defesa da fé religiosa, da moral e propriedade privada, cerca de 400 a 500 mil pessoas saíram pelas ruas de São Paulo, no dia 19 de março, na famosa manifestação conhecida como “Marcha da Família com Deus pela Liberdade<sup>644</sup>”, na qual membros das classes médias e altas protestavam contra o governo

<sup>642</sup> Segundo Maria Celina D’Araújo (*Ibidem*, p. 161), para o Grupo Compacto também interessava a questão da sucessão presidencial, para o qual defendiam a candidatura de Brizola.

<sup>643</sup> Ver esse documento no Anexo 16.

<sup>644</sup> Conforme Adriano Codato e Marcus Roberto de Oliveira (2004, p. 273-274): “Precisamente, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram atos públicos organizados por setores católicos da classe média urbana – impulsionados por políticos conservadores (a Ação Democrática Parlamentar, em primeiro lugar), pela elite empresarial (reunida no IPES) e pelos movimentos femininos – que reuniram milhares de pessoas,

de Jango, “pedindo que Deus e os militares salvassem o Brasil do comunismo”<sup>645</sup>, (TOLEDO, 1983, p. 99; D’ARAÚJO, 1996, p. 155).

Durante o mês de março, manifestações dessa natureza se repetiram em diversas capitais do país. Em Curitiba, o evento foi rebatizado de “Marcha a favor do ensino livre”<sup>646</sup>. Realizada no dia 24 de março, cerca de 30 mil pessoas protestaram contra a “comunização do ensino e a encampação dos colégios particulares”, se dirigindo ao Palácio Iguçu, onde o governador Ney Braga discursou em apoio aos manifestantes<sup>647</sup>.

Imagem 11: “Marcha a favor do ensino livre”, ocorrida em Curitiba (24/03/1964)



Fonte: *Diário do Paraná*, 25 mar, 1964, p. 1.

---

às vésperas do dia 31 de março, nas principais cidades brasileiras. Condenavam genericamente a política ‘populista’ (isto é, ‘a demagogia, a desordem e a corrupção’) e o ‘comunismo’ (seja seu caráter ‘materialista e ateu’, seja o risco que o ‘totalitarismo’ poderia representar à propriedade privada e à democracia). Fazendo eco ao clima de guerra fria, comunismo e populismo eram considerados posturas simetricamente ‘antidemocráticas’. O primeiro porque ‘esmagava o indivíduo’, na expressão corrente da época, sufocando a ‘liberdade’; o segundo porque impedia a realização plena da ‘verdadeira democracia’ (na verdade, uma versão idealizada e elitista do funcionamento do regime liberal-democrático nos países capitalistas centrais). Simplificadamente, as Marchas batiam-se pela obediência aos ‘valores tradicionais cristãos’ (o terço e o rosário, o matrimônio, a família) e pela observação das ‘liberdades individuais’ (a liberdade de expressão, a liberdade religiosa, a propriedade privada) ameaçadas (ou supostamente ameaçadas) pelo governo Goulart”.

<sup>645</sup> Organizada por movimentos femininos e com a colaboração do governo do estado de São Paulo, de setores da Igreja católica, da FIESP e da Sociedade Rural Brasileira, a Marcha foi encerrada com discursos de deputados do PSD e da UDN contra o governo de Jango (TOLEDO, 1983, p. 99).

<sup>646</sup> Mais detalhes acerca desta manifestação, ver o artigo de Adriano Codato e Marcus Roberto de Oliveira (2004).

<sup>647</sup> Cf. *Diário do Paraná*, 25 mar. 1964, p. 1 e 6; *O Estado do Paraná*, 25 mar. 1964, p. 4.

Segundo Décio Saes (Apud TOLEDO, 1983, p. 99-100), as Marchas da Família com Deus pela Liberdade tinham o propósito de criar um clima favorável à intervenção militar, bem como incitar as Forças Armadas ao golpe de Estado.

Dessa forma, conforme Rodrigo Patto Sá Motta (Apud FERREIRA, 2011, p. 454), no final de março as condições para a deposição do presidente estavam dadas, “faltando apenas a fagulha, o elemento para detonar o mecanismo golpista e empurrar à ação os que ainda hesitavam ante a hipótese de rompimento institucional”. E o elemento detonador foi a rebelião dos marinheiros e fuzileiros navais, ocorrida no dia 25 de março, que contou com o apoio e o incentivo das esquerdas<sup>648</sup>.

Esse episódio aumentou o número de “descontentes”, que ingressariam ao lado dos conspiradores, sob a liderança do Mal. Humberto Castelo Branco. Segundo Jorge Ferreira (2003c, p. 326), a partir de então, muitos militares das três forças, até então legalistas, concluindo que a corporação militar estava em risco, cederam aos argumentos da, até então, minoria golpista. Em suma, “a ida dos petebistas e das esquerdas aos quartéis feriu crenças, valores e códigos comportamentais próprios da instituição militar e diversas facções nas Forças Armadas não os perdoariam pela estratégia de fazer proselitismo político nas tropas”.

Conforme Thomas Skidmore (1982, p. 361-362), naqueles dias o Mal. Castelo Branco dissera aos conspiradores civis que a demissão do ministro da Marinha seria o sinal para a deposição de Jango. A partir de agora, o golpe tinha data marcada: 2 de abril. Nesse dia, estava prevista uma grande “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” no centro da Guanabara. Calculava-se que essa manifestação daria a suficiente “cobertura política” para a intervenção militar.

---

<sup>648</sup> No dia 25 de março, mais de 1000 marinheiros e fuzileiros navais reuniam-se no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, a fim de comemorar o segundo aniversário da proibida Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. O encontro tinha sido proibido pelo ministro da Marinha, Sílvio Mota. Dentre outros, o ato contou com a presença de representantes da UNE, do CGT e de Leonel Brizola. Além de defender as reformas de base, reivindicaram o reconhecimento da Associação, melhor alimentação e reformulação do regulamento disciplinar da Marinha. O encontro foi considerado uma subversão da hierarquia militar e o ministro da Marinha enviou ao local um destacamento de fuzileiros navais para prender os organizadores da reunião. No entanto, os fuzileiros aderiram ao movimento. Goulart proibiu que as tropas atacassem o sindicato, o que deixou os oficiais da Marinha indignados e levou o ministro da Marinha, Sílvio Mota, a renunciar ao cargo. Goulart enviou Amaury Silva, ministro do Trabalho, para negociar com os marinheiros, que foram convencidos a se entregarem. Levados presos a um quartel, poucas horas depois foram anistiados pelo novo ministro da Marinha, o almirante Paulo Márcio Rodrigues, de 69 anos, presidente do Tribunal Marítimo, homem de esquerda e de confiança do CGT. A sublevação dos marinheiros, a anistia e a nomeação de um novo ministro atingiram a alta oficialidade das Forças Armadas como uma “verdadeira bomba”. O Clube Militar e o Clube Naval denunciaram com veemência o “ato de indisciplina acobertado pela autoridade constituída, destruindo o princípio da hierarquia”. Assim, estava selada a sorte de Goulart (TOLEDO, 1983, p. 101-102; FERREIRA, 2003c, p. 387-391).

Porém, o golpe, que vinha sendo arquitetado por conspiradores civis e militares, foi “antecipado” pelo governador mineiro Magalhães Pinto, contando com a adesão de outros governadores golpistas, como Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Ildo Meneghetti e Ney Braga, entre outros.

Embora a participação de Ney Braga seja pouco mencionada, o governador paranaense esteve envolvido diretamente e “silenciosamente” no golpe. No dia 30 de março, Ney esteve em Belo Horizonte, onde se reuniu, por cinco horas, com o governador Magalhães Pinto para discutir a situação nacional (em Minas Gerais, Ney foi tratar da conspiração golpista, como implicitamente revelaria em um discurso dado após o golpe, conforme veremos a seguir). Retornando a Curitiba no mesmo dia, imediatamente se reuniu, durante horas, com o seu secretariado. Em seguida, divulgou um manifesto de solidariedade à Marinha, “em defesa das instituições democráticas e contra a indisciplina e a subversão da ordem”<sup>649</sup>.

Segundo José Pedro Kunhavalik (2004b, p. 319), no mesmo dia 30, Ney Braga enviou Jucundino Furtado, secretário da Educação, a Porto Alegre para transmitir a Ildo Meneghetti informações acerca da conversa que tivera com Magalhães Pinto. Ainda nesse dia, também esteve reunido com o Gen. Dario Coelho<sup>650</sup>, comandante em exercício da 5ª Região Militar. Conforme José Carlos Dutra (2004, p. 198), na conversa que teve com o Gen. Dario, Ney manifestou-se simpático ao movimento que se desencadearia em Minas Gerais e entregou-lhe uma carta de apelo do Gen. Guedes, na qual pedia que o Gen. Dario se juntasse aos seus companheiros mineiros. Posteriormente, Ney Braga permaneceu em vigília no Palácio Iguazu até a madrugada.

Segundo o depoimento do Cel. Ítalo Conti<sup>651</sup>, secretário de Segurança de Ney, em matéria publicada no jornal *Gazeta do Povo*, em 31 de março de 2009:

“O Ney não só era favorável (ao golpe) como integrava o grupo de conspiradores. Ele disse para mim: Ítalo, eu preciso governar o estado e não posso me expor. Mas você tem o meu aval para fazer o que tem de ser feito.” Segundo Conti, o

<sup>649</sup> Cf. “Ney toma posição em defesa do regime e contra indisciplina”. In: *Gazeta do Povo*, 31 mar. 1964, p.1; ver também: “Ney em manifesto: Paraná está com a Marinha pela disciplina e legalidade”. In: *Diário do Paraná*, 31 mar. 1964, p. 3.

<sup>650</sup> O Gen. Dario Coelho ocupava o comando interinamente, pois o Gen. Silvino Castor da Nóbrega, oficial legalista, estava de férias no Rio de Janeiro. Segundo José Carlos Dutra (2004, p. 198-199), o Gen. Silvino dividia opiniões: “alguns consideravam-no muito próximo das esquerdas e defensor das reformas propostas pelo governo; outros consideravam-no um militar extremamente profissional, disciplinado e legalista. Era ex-combatente da 2ª Guerra Mundial e, segundo algumas opiniões, não muito dado às questões políticas.

<sup>651</sup> Em 2009, na época da entrevista, Ítalo Conti ocupava o posto de General reservista.

governador paranaense não quis se envolver publicamente para não prejudicar a administração do estado.

O ex-secretário de Segurança afirma que, desde 1962, Ney Braga o havia incumbido de preparar um batalhão da Polícia Militar que pudesse ser usado no momento necessário, já que o alto comando do Exército no Paraná era ligado a Jango. “Havia tenentes e capitães do Exército que estavam do nosso lado. Mas não sabíamos como eles iriam se comportar quando houvesse a deposição de João Goulart.”

Quando o golpe “estourou”, porém, Ney Braga, que era coronel do Exército, foi um dos primeiros a apoiar a deposição do então presidente. Já no 1º de abril, ele fez um pronunciamento favorável à deposição de João Goulart e à tomada do poder pelos militares.

Também no dia 30 de março, Jango – acompanhado de alguns de seus ministros, dentre eles Amaury Silva – compareceu à festa da posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, no Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, já marcada com alguma antecedência. Apesar de algumas pessoas próximas a Jango desaconselharam a sua participação no evento – que contaria com a presença não apenas de sargentos, mas também de marinheiros e fuzileiros navais, mistura naquele momento explosiva e que poderia ser interpretada como uma provocação às Forças Armadas –, Jango optou em comparecer<sup>652</sup>.

No evento, com um semblante fechado – segundo alguns, o presidente estava ciente da conspiração em marcha –, Goulart, em seu discurso improvisado transmitido por rádio e televisão, abandonou o tom contemporizador e tentou convencer o país de que não era um comunista, mas um nacionalista. Também denunciou que:

[...] uma minoria de privilegiados e eternos inimigos da democracia provocavam a crise que o país vivia. Também denunciou o dinheiro espúrio do IBADE, das empresas estrangeiras prejudicadas com a Lei de Remessa de Lucros, dos interesses contrariados das refinarias particulares, dos comerciantes desonestos que exploravam a economia popular e dos proprietários de apartamentos que cobravam aluguéis em dólares. Sobre a questão tão esperada, a crise militar, o presidente apelou para que os sargentos continuassem unidos na disciplina consciente, “fundada no respeito mútuo entre comandantes e comandados”. Em sua definição, “a disciplina não se constrói sobre ódio e exaltação. A disciplina se constrói sobre o respeito mútuo entre os que comandam e os que não comandam” (FERREIRA, 2003c, p. 391; FERREIRA, 2011, p. 458-459).

Contudo, ter comparecido a uma festa de subalternos das Forças Armadas, logo após um motim de marinheiros, representou a gota d’água para muitos militares até então legalistas que, convencidos de que Jango incentivava a indisciplina, instigando os

<sup>652</sup> Mais detalhes, ver FERREIRA (2011, p. 454-462).

subalternos contra os superiores, passaram para o lado dos conspiradores. No dia seguinte, a grande imprensa publicou pesadas críticas a Jango e pregava a sua deposição, ao mesmo tempo em que o presidente do Senado, o pessedista Auro de Moura Andrade, declarava o rompimento com Goulart e apelava para que as Forças Armadas restabelecessem a ordem (FERREIRA, 2003c, p. 391).

No mesmo dia 31 de março, as tropas do Gen. Olímpio Mourão Filho – com o respaldo do governador paulista Adhemar de Barros, do governador mineiro Magalhães Pinto e do Gen. Luís Carlos Guedes, comandante do IV Regimento Divisionário – deram início ao golpe<sup>653</sup>, marchando de Juiz de Fora (MG) ao Rio de Janeiro. Jango, informado por San Tiago Dantas de que o governo dos Estados Unidos havia deslocado para o litoral brasileiro um grande aparato militar<sup>654</sup> para intervir no país, caso fosse necessário – A Operação Brother Sam<sup>655</sup> –, ficou receoso em reagir, temendo a eclosão de uma guerra civil com a intervenção norte-americana (FERREIRA, 2011, p. 470-471).

Embora Jango contasse com o apoio de alguns generais legalistas – como o ministro da Guerra Jair Dantas e Argemiro de Assis Brasil, chefe da Casa Militar –, a rebelião militar deflagrada pelo Gen. Mourão Filho, e respaldada por vários governadores e outras lideranças civis, desencadeou o processo golpista, uma vez que ao movimento aderiram, em poucas horas, os setores conspiradores das três armas e outros oficiais até então legalistas que foram convencidos, de última hora, que o país e as Forças Armadas estavam em perigo em virtude das sucessivas “agitações subversivas” (FERREIRA, 2003c, p. 373). Nesse sentido, Élio Gaspari (2002, p. 81-83) lembra as palavras do Gen. Cordeiro de Farias, um dos conspiradores: “[...] O Exército dormiu janguista no dia 31 e acordou revolucionário no dia 1º”.

No comando do IV Exército (o Comando Militar do Nordeste, com sede em Recife), o Gen. Justino Alves Bastos aderiu ao golpe e prendeu o governador pernambucano Miguel Arraes. No II Exército, sediado em São Paulo, Amaury Krueel, que

---

<sup>653</sup> Tratava-se da “Operação Popeye”, cujo objetivo era entrar na Guanabara e tomar o prédio do Ministério da Guerra (FERREIRA, 2011, p. 470).

<sup>654</sup> Na costa brasileira estavam o porta-aviões *Forrestal*, destróieres de apoio com mísseis teleguiados, navios abarrotados de armas, munições e mantimentos, além de quatro petroleiros. A força-tarefa contava com sete aviões de transporte, cada um carregando 110 toneladas de armas, oito aviões de caça e oito aviões tanques, além de um outro de comunicações (BANDEIRA, 2001, p. 173).

<sup>655</sup> Sobre a Operação Brother Sam, ver o trabalho de Carlos Fico (2008).



era amigo de Jango, optou em aderir ao movimento golpista em virtude da negativa do presidente em se afastar e reprimir as esquerdas<sup>656</sup>.

Além dos militares, o golpe também contou com decisivo apoio de vários governadores, como Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Ildo Meneghetti, Ney Braga, Celso Ramos, entre outros, que autorizaram as polícias militar e civil em seus respectivos estados a prender os “subversivos” e reprimir qualquer possível reação ao golpe.

Particularmente no Paraná, no dia 31 de março o governador Ney Braga, sabendo do golpe em marcha, manteve-se em vigília no Palácio Iguazu, realizando vários contatos telefônicos com os governadores Magalhães Pinto, Adhemar de Barros, Ildo Meneghetti e Celso Ramos. No mesmo dia, os Bispos do Paraná lançam um manifesto criticando o comunismo e apoiando as Forças Armadas e o Congresso Nacional (KUNHAVALIK, 2004b, p. 320-321).

Segundo o Cel. Ítalo Conti, secretário de Segurança de Ney Braga, o Gen. Silvino Castor da Nóbrega, comandante da 5ª Região Militar, apoiava Jango e poderia oferecer alguma resistência. No dia 31 de março, o Gen. Silvino da Nóbrega voltava a Curitiba em um avião da FAB após uma reunião com o Gen. Assis Brasil, chefe da Casa Militar, que tentava conter os militares golpistas. A chegada do Gen. Silvino a Curitiba causou grande preocupação entre os conspiradores paranaenses, pois era certa a sua adesão a Jango, o que poderia desencadear a luta armada no estado. Inclusive, segundo José Carlos Dutra (2004, p. 199), o Gen. Amaury Krueel, comandante do II Exército, havia deslocado tropas de São Paulo a Curitiba prevendo o enfrentamento com o Gen. Silvino.

A solução encontrava pelos conspiradores foi desviar a aeronave do Gen. Silvino para Porto Alegre. Segundo o Cel. Ítalo Conti: “O piloto do avião recebeu ordens de um tenente que era ligado a nós, que havia recebido ordens para levar o comandante [Silvino] a Porto Alegre.” Conti afirma que foi dito ao Gen. Silvino que a neblina impedia a aterrissagem. “Quando ele chegou no Rio Grande, já estava tudo dominado”<sup>657</sup>.

Na ausência do Gen. Silvino, a 5ª Região Militar continuava sob o comando do Gen. Dario Coelho, que havia aderido ao golpe. Segundo José Carlos Dutra (2004, p. 198), havia dúvidas entre os oficiais quanto à posição que deveriam adotar, pois

---

<sup>656</sup> Mais detalhes, ver Jorge Ferreira (2003c e 2011).

<sup>657</sup> *Gazeta do Povo*, 31 mar. 2009.

As primeiras notícias que chegaram ao Paraná davam conta de uma rebelião das tropas federais aquarteladas em Minas Gerais, a serviço de um golpe liderado por Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e Adhemar de Barros. Tal notícia não teve uma boa acolhida pela oficialidade paranaense, uma vez que esses políticos não eram bem vistos pelos militares.

No entanto, o Gen. Dario Coelho convocou todos os oficiais que serviam em Curitiba e, em reunião, confirmou a informação de que se tratava de um movimento militar contra o comunismo, a corrupção e a quebra da disciplina e indagou-os sobre de qual lado estavam. A adesão foi quase total e os que não aderiram foram presos<sup>658</sup> (Idem).

Segundo Léo de Almeida Neves (2002, p. 251), o coronel Alcides Amaral Barcellos, que pertencia ao PTB paranaense e comandava o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) em Curitiba, tentou organizar uma resistência, mas foi preso, cassado e enviado para o navio da Marinha de Guerra *Raul Soares*, na costa de Santos, que serviu de prisão militar nos primeiros dias do golpe.

Portanto, o apoio de Dario Coelho<sup>659</sup>, comandante interino da 5ª Região Militar, às tropas mineiras e paulistas significou uma importante defecção no III Exército, com sede no Rio Grande do Sul. A partir de então, todas as unidades militares do Paraná e Santa Catarina foram retiradas da subordinação a Porto Alegre e passaram a integrar o II Exército, sob o comando do Gen. Amaury Krueel.

Quanto ao Gen. Silvino da Nóbrega, em Porto Alegre ele tentou organizar uma resistência, dando ordens aos batalhões de Blumenau e Joinville para que se deslocassem na direção de São Paulo. Porém, tal ordem não foi cumprida e o Gen. Silvino foi destituído do comando, acusado de apoiar os comunistas. Posteriormente, respondeu a inquérito policial-militar e foi transferido para a reserva (DUTRA, 2004, p. 199).

Por sua vez, a Assembleia Legislativa do Paraná também estava em vigília, aguardando o desenrolar dos fatos. Nesse momento, a bancada petebista foi a única que se manteve solidária a João Goulart, enquanto a bancada udenista, por meio do seu líder,

---

<sup>658</sup> Um documento denominado *Relatório da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria* concernente ao movimento militar de 31 de março de 1964, relata a prisão, por discordarem da posição assumida pelo Comandante, dos tenentes-coronéis Paulo de Moraes e Flávio Dias de Castro – ambos ocupavam funções administrativas no Comando da 5ª Região Militar. O mesmo documento relata, também, a prisão do Coronel Alcides do Amaral Barcellos e do Tenente-Coronel Edson Giordano de Medeiros, ambos do CPOR sob a acusação de exercerem militância política em partidos de esquerda, em que defendiam abertamente as reformas governistas e por terem discordado da posição adotada pelo General Dario (DUTRA, 2004, p. 198).

<sup>659</sup> Posteriormente, o governador Ney Braga elogiou publicamente a atuação do Gen. Dario Coelho. Cf. “Ney salienta atuação de Dario Coelho: honra à tradição do Exército Nacional”. In: *Diário do Paraná*, 2 abr. 1964, p. 3.

Haroldo Leon Peres, tecia duras críticas ao presidente e elogiava a atitude do governador mineiro Magalhães Pinto<sup>660</sup>.

Dois petebistas paranaenses estavam ao lado de João Goulart, no Palácio Laranjeiras, durante os desdobramentos do dia 31 de março: o ministro do Trabalho Amaury Silva e Léo de Almeida Neves, “que procurou defender Jango na Rádio Nacional, conclamando o povo e os militares legalistas a resistir ao golpe” (NEVES, 2002, p. 262).

Contudo, na manhã do dia 1º de abril de 1964, Goulart percebeu que estava condenado. Com as tropas mineiras e paulistas marchando ao Rio de Janeiro e com as defecções no I Exército, alguns generais legalistas sugeriram que o presidente deixasse o Palácio Laranjeiras por falta de segurança. A notícia de que Jango deixou o Rio de Janeiro rumo a Brasília foi interpretada pelos setores civis e militares golpistas como a capitulação do presidente. Assim, o sucesso da “revolução” fora comemorado em diversas capitais do país, como em Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte (FERREIRA, 2003c, p. 398).

Portanto, o golpe de 1964 não foi somente um golpe deflagrado por militares insatisfeitos, mas sim uma ampla coalizão civil-militar, uma vez que contou com o apoio de uma parcela da imprensa e dos meios de comunicação, de setores da Igreja católica, de diversos políticos e de uma ampla parcela dos latifundiários, dos empresários e das classes médias.

No Paraná, nesse clima de comemorações, na noite do dia 1º de abril Ney Braga fez um discurso – transmitido pelas emissoras de rádio e televisão – no Palácio Iguazu, onde se encontravam milhares de pessoas, no qual disse “que se considerava um democrata, criticou o perigo comunista e afirmou que Goulart estava ameaçando o regime, mas que agora o Brasil estava livre e que nele vingará a democracia cristã”.

[...] Somo democratas convictos, que víamos então que a crise da falta de autoridade ia tomando tal vulto que se não tomássemos de imediato, uma medida estancatória, o Brasil seria tragado e iríamos para o caos. Do caos para onde, não sabíamos!

Vimos a rebelião dos marinheiros e, antes e depois, discursos do presidente em sindicatos e outras instituições, ameaçando o regime. Tudo isso mostrou-nos que era chegada a hora de dizermos: basta de encaminhar o Brasil para os braços da Rússia. Agora quero dizer ao povo do Paraná: não fizemos isso para defender privilégios de grupos; não o fizemos para defender interesses de partidos políticos. Há três dias, quando o governador Magalhães Pinto, à meia-noite, telefonou pedindo-me que fosse ao seu encontro. Fui a Minas [dia 30] e lá o encontrei em companhia do deputado Alkmin, de Milton Campos e de vários outros políticos e

---

<sup>660</sup> “Legislativo em sessão permanente enquanto durar a crise no país”. In: *Gazeta do Povo*, 1 abr. 1964, p. 3.

um general do Exército, o general Guedes, comandante da 4ª Região Militar. Teve ele palavras mais ou menos assim: “Eu não tenho nada. Sou pobre. Tenho meu nome. Vivo pensando no Brasil, desde que me entendo por gente. **Ontem cheguei em casa, vi minha filha com meu neto no colo. Ao ver a criança, pensei: não é possível que eu não arrisque, agora, a minha vida para que esta criança tenha liberdade no futuro. Por isso, quero dizer aos senhores: já tomei minha decisão. Ela é irreversível. Amanhã nós em Minas Gerais nos rebelaremos contra a indisciplina, contra os que estão ferindo a Constituição, porque estão ferindo, realmente, as bases onde se assenta a própria razão da existência das Forças Armadas.** Dali viemos para o Paraná e acompanhamos a atitude de outros governadores.

Agora, é preciso que se note. Sofremos algum tempo a influência de uma propaganda demagógica. E a nossa pregação anticomunista é esta: o comunismo esmaga a liberdade; o comunismo desrespeita e esmaga as nossas tradições que respeitamos como homens educados dentro dos sentimentos cristãos.

[...] **Os demagogos estão sendo aliçados hoje do poder nesta República**, mas o que hão de assumir tem o dever sagrado para com o Brasil, para com a nossa geração, para com a humanidade, de levar, dentro do coração, o sofrimento dessa pobre gente. [...].

As reformas que os demagogos diziam querer, mas que, realmente não queriam, nós, dentro da democracia, teremos de fazê-las, porque não há, meus senhores, nenhum cristão vivo que não possua o sentimento de amor ao próximo. E é esse sentimento que nos move a lutar pelo Brasil, a arriscar tudo por ele.

[...] Vamos juntos, Paraná, povo e Governo! Vamos juntos continuar trabalhando, principalmente agora que o Brasil está livre e que se encaminha para novos destinos. **Ontem, quase a esta hora, quando escrevi isto para o Brasil, estava me arriscando a ser deposto. Felizmente vencemos, e, agora, juntos haveremos de fazer com que o Brasil democrata cristão seja exemplo para a humanidade inteira.** [...].

Estamos iniciando, se assim o quisermos, uma nova página de nossa história. Vamos escrevê-la com dignidade. (grifos meus)<sup>661</sup>.

O discurso de Ney Braga é uma “confissão” da sua participação na conspiração, que vinha sendo articulada por vários governadores, juntamente com setores militares, já há algum tempo. Além disso, comprova que a decisão de deflagrar – ou antecipar – o golpe partiu do governador mineiro Magalhães Pinto conjuntamente com alguns generais, que contaram com o apoio dos governadores dos principais estados do país, como Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Ildo Meneghetti e o próprio Ney Braga, entre outros, que provavelmente estavam se preparando para enfrentar resistências ou mesmo a guerra civil – convém lembrar que em uma situação de beligerância os golpistas estavam contando com a intervenção norte-americana.

Em Brasília, Jango ficou poucas horas<sup>662</sup>, partindo em seguida a Porto Alegre. No mesmo dia, o Congresso aprovou a declaração de vacância da Presidência da República.

<sup>661</sup> Cf. *Diário do Paraná*, 2 abr. 1964, p. 2; *Gazeta do Povo*, 2 abr. 1964, p. 1; *Estado do Paraná*, 2 abr. 1964, p. 2 e 8.

Na madrugada do dia 2 de abril, Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados, era empossado como presidente da República, decisão, inclusive, legitimada pelo poder Judiciário<sup>663</sup>. Mesmo com Jango em território nacional, poucas horas depois o presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, reconheceu o novo governo brasileiro (TOLEDO, 1983, p. 106). No Rio de Janeiro, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, programada para o dia 2 de abril, foi rebatizada como a “Marcha da Vitória”, levando às ruas cerca de um milhão de pessoas, que comemoram a “salvação do Brasil do comunismo”.

Enquanto isso em Porto Alegre, o Gen. Ladário Teles, comandante do III Exército, e Brizola tentavam convencer Jango da necessidade da resistência armada. Porém, informado sobre defecções dentro do III Exército<sup>664</sup> e percebendo que o Gen. Ladário estava isolado – e provavelmente as tentativas de resistência seriam sufocadas em poucos dias –, Goulart optou em não resistir, evitando a eclosão da guerra civil. Informado pelo Gen. Floriano Machado que tropas de Curitiba marchavam sobre Porto Alegre, Jango, às 11h30min do dia 2 de abril, acompanhado do Gen. Assis Brasil, partiu para São Borja e, no dia 4 de abril, rumou para o exílio no Uruguai, enquanto Brizola ficou em Porto Alegre na clandestinidade por cerca de um mês, tentando organizar a resistência<sup>665</sup> (FERREIRA, 2003c, p. 399; TOLEDO, 1983, p. 106).

Portanto, o golpe civil-militar de 1964 encontrou poucas resistências, sagrando-se vitorioso com facilidade. As explicações para o êxito do golpe de 1964 são as mais variadas e já foram amplamente discutidas pela historiografia brasileira<sup>666</sup>.

---

<sup>662</sup> “Em Brasília, Goulart chegou ao Palácio do Planalto e, dali, foi a Granja do Torto onde lançou um manifesto à Nação, denunciando as forças reacionárias e o poder econômico que reagem à implementação das reformas de base, à elevação do nível de vida da população e à democratização da sociedade” (FERREIRA, 2003c, p. 398).

<sup>663</sup> Segundo Flávio Tavares (Apud FERREIRA, 2003C, p. 398-399), “o presidente do Supremo Tribunal Federal, Álvaro Ribeiro da Costa, em vez de dizer que tudo aquilo era uma usurpação, foi ao Palácio do Planalto, como chefe do Poder Judiciário, para legitimar a posse de Mazzili.

<sup>664</sup> Embora o Gen. Ladário controlasse Porto Alegre, as unidades de Uruguaiana, Santa Maria e Cruz Alta não mais lhe obedeciam. Soma-se a isso a defecção da 5ª Região Militar, com sede em Curitiba e comandada por Dario Coelho, que passou para a jurisdição do II Exército, comandada pelo Gen. Amaury Krueel.

<sup>665</sup> Brizola ainda ficou um mês em Porto Alegre tentando organizar a resistência na clandestinidade, escondendo-se em casa de amigos. Com sua casa tomada pelo Exército, impedindo que sua mulher e filhos entrassem, Brizola, sem alternativa, refugiou-se na praia de Capão da Canoa, a 130 Km de Porto Alegre. Caçado pelo Exército, sem ter para onde ir, ele foi salvo por Goulart. Sabendo da situação desesperadora do cunhado, o ex-presidente incumbiu seu piloto de resgatá-lo em uma praia do RS em operação de grande risco (FERREIRA, 2003c, p. 399).

<sup>666</sup> Ver, por exemplo, os trabalhos de Carlos Fico (2004), Daniel Aarão Reis Filho (et. al., 2004), Jorge Ferreira (2011), entre outros.

No Paraná praticamente não houve resistências ao golpe. O jornalista e membro do PTB paranaense Sylvio Sebastiani relata que alguns trabalhistas lançaram um manifesto (dentre os signatários estavam os deputados estaduais Waldemar Daros, Walter Pecoits, Leon Naves Barcelos e Luiz Alberto Dalcanale – todos cassados, conforme veremos adiante) conclamando o povo a ficar ao lado de João Goulart. No momento em que estava distribuindo o manifesto na Praça Carlos Gomes, Sylvio Sebastiani acabou sendo preso e levado para o quartel<sup>667</sup>.

De acordo com o depoimento do jornalista e ex-militante do PCB Milton Ivan Heller: “No dia do golpe, o clima era de bastante apreensão, porque as emissoras de rádio e jornais traziam relatos, faziam uma campanha sórdida. Aquilo criou um clima de histeria<sup>668</sup>”.

Segundo o atual procurador-geral do Estado do Paraná, Carlos Frederico Marés, que na época militava no movimento estudantil: “Quando o golpe aconteceu, a primeira sensação era de que era mentira. Ficamos perplexos, porque como estudante secundarista acreditava que estávamos avançando com o governo de Jango, em direção a um processo de libertação<sup>669</sup>”.

Após o golpe civil-militar teve início as perseguições às principais lideranças nacionalistas e reformistas, oficiais e subalternos das Forças Armadas, líderes sindicais, comunistas, estudantes e demais lideranças progressistas, que eram enquadrados como “subversivos”. Assim, muitos foram presos, torturados e até mesmo assassinados. Porém, convém lembrar que as perseguições não se restringiram somente às questões políticas, uma vez que muitas foram motivadas por revanchismos e desavenças pessoais (conforme veremos a seguir).

No Paraná, houve literalmente uma caçada aos comunistas<sup>670</sup>, a intervenção em diversos sindicatos<sup>671</sup>, a tomada da sede do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Paraná<sup>672</sup> e a instalação de um inquérito para apurar se servidores

<sup>667</sup> Entrevista realizada em 15 de outubro de 2013 em Curitiba.

<sup>668</sup> Cf. *Gazeta do Povo*, 31 mar. 2009.

<sup>669</sup> Idem. A matéria ainda lembra que em 1968, Marés, como presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFPR, esteve envolvido em um dos episódios mais marcantes da luta contra a ditadura militar no Paraná: a ocupação da UFPR por estudantes que protestavam contra a cobrança de mensalidades. Esse episódio ficou marcado para a posteridade por uma foto de um jovem que, com um estilingue, enfrenta militares a cavalo.

<sup>670</sup> Cf. *Diário do Paraná*, 5 abr. 1964, p. 1.

<sup>671</sup> José Antônio Segatto (1987, p. 57) lembra que cerca de 500 sindicatos em todo o país sofreram intervenção, sendo colocados em suas direções interventores nomeados pelo Ministério do Trabalho.

<sup>672</sup> Cf. *O Estado do Paraná*, 8 abr. 1964, p. 7; *Diário do Paraná*, 9 abr. 1964, p. 1 e 3.

públicos teriam cometido atos “contra o regime democrático e a probidade administrativa<sup>673</sup>”.

No dia 9 de abril de 1964, o governo militar decretou o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que, entre outras coisas, reforçou o Poder Executivo e reduziu o campo de ação do Congresso<sup>674</sup>, estabeleceu a eleição de um novo presidente da República por votação indireta do Congresso Nacional e suspendeu as imunidades parlamentares, dando início à série de cassações de mandatos parlamentares e suspensões dos direitos políticos por dez anos – com o objetivo de “limpar” o Congresso, cassando os mandatos de parlamentares acusados de subversão ou de corrupção. O PTB foi o partido mais atingido, figurando em primeiro lugar na lista de cassações (KINZO apud D’ARAÚJO, 1996, p. 165).

O AI-1 inicialmente cassou os mandatos de 40 parlamentares e suspendeu por dez anos os direitos políticos de outros 66 cidadãos. Dentre os cassados estavam João Goulart, Leonel Brizola, Francisco Julião (PSB-PE), Miguel Arraes, Jânio Quadros, Almino Affonso (PTB-AM), Bocaiúva Cunha (PTB-RJ), Paulo de Tarso (PDC-SP), Luís Carlos Prestes, Darcy Ribeiro além de outros nacionalistas e reformistas da “ala moça” do PSD, da “bossa nova” da UDN, do PDC, PSB, entre outros partidos. Na lista também constavam o ex-governador Moysés Lupion (PSD, acusado de corrupção), que era suplente de deputado federal, e o senador Amaury de Oliveira e Silva, vice-presidente do PTB paranaense e ex-ministro do Trabalho de Jango<sup>675</sup>.

Após a cassação, Amaury, temendo ser preso, abrigou-se na embaixada da Iugoslávia, em Brasília. Conforme o seu depoimento:

Com o meu mandato cassado, só me restou a alternativa de ir para uma embaixada, e a única que estava recebendo refugiados políticos era a da Iugoslávia, que, aliás, teve um gesto bellissimo porque ainda não estava aberta e o embaixador determinou a abertura exclusivamente para atender os refugiados. Quando cheguei já encontrei uns quarenta e, como não expediram o meu salvo-conduto, fiz um esquema próprio para sair do país. Tingi os cabelos, raspei o bigode, coloquei um chapéu velho e fui para o Uruguai (Apud HELLER, 1988, p. 89).

<sup>673</sup> Cf. *O Estado do Paraná*, 11 abr. 1964, p. 4.

<sup>674</sup> Segundo Boris Fausto (2006, p. 257-258), o presidente da República ficava autorizado a enviar ao Congresso projetos de lei que deveriam ser apreciados no prazo de 30 dias na Câmara e em igual prazo no Senado; caso contrário, seriam considerados aprovados. Como era fácil obstruir votações no Congresso e seus trabalhos normalmente se arrastavam, a aprovação de projetos do Executivo “por decurso de prazo” se tornou um fato comum.

<sup>675</sup> Cf. *Gazeta do Povo*, 11 abr. 1964, p. 1.

Exilado no Uruguai, Amaury montou uma churrascaria com a ajuda de Jango. Com Almino Affonso – seu antecessor na pasta do Trabalho – estudou espanhol, o que lhe permitiu trabalhar algum tempo em uma revista como tradutor (Idem)<sup>676</sup>.

No dia 14 de abril ocorreu mais uma série de cassações de mandatos e direitos políticos. Dentre os paranaenses cassados estavam o deputado federal João Simões (PSD)<sup>677</sup> e alguns petebistas paranaenses, como tenente-coronel Humberto Molinaro, os deputados estaduais Waldemar Daros e Walter Pecoits (ambos integravam a ala reformista do partido e eram opositores ferrenhos de Ney Braga), além do prefeito de Paranaguá Brasília Abud e do prefeito de Santo Antônio da Platina Benedito Lúcio Machado<sup>678</sup>.

Waldemar Daros creditou a perda de seu mandato, em parte, ao governador Ney Braga, que o considerava um inimigo político. Após a sua cassação, Daros, que nunca foi interrogado e nem processado, ficou deprimido e, inconformado, recorreu a um primo, Mário Gloger, um almirante médico da Marinha, para saber se havia um dossiê e quais eram as acusações contra ele. No referido dossiê havia uma coleção dos seus discursos na Assembleia Legislativa, a sua cruzada contra a Força e Luz, as críticas ao governador Ney Braga e, nos meio dos papéis sigilosos, uma “recomendação” de Ney Braga indicando a sua cassação. Daros faleceu em setembro de 1968, vítima de um derrame cerebral (HELLER; DUARTE, 2000, p. 133-136).

Por sua vez, Walter Pecoits foi um dos que mais sofreram com o arbítrio do regime militar. Após a sua cassação, o ex-deputado petebista havia viajado ao Uruguai, onde passou férias. Voltando ao Brasil, no dia 9 de agosto de 1964, em Cascavel, enquanto esperava um avião que o levaria de volta a Francisco Beltrão, resolveu almoçar na casa de um amigo, onde foi preso ilegalmente sob a acusação de “insuflar uma rebelião de posseiros em Três Barras, no sudoeste paranaense”. Conduzido a uma cela, Pecoits foi

---

<sup>676</sup> Em 1972, Amaury retornou ao Brasil. Segundo o seu depoimento a Milton Ivan Heller (1988, p. 90): “Fiquei no Uruguai até setembro de 1972 e, em março de 1973, quando tentava reiniciar minhas atividades profissionais como advogado de uma firma paulista em Londrina, fui preso por um capitão que servia em Apucarana. Ele invadiu a casa do meu irmão, Adhemar, e eu fui parar em Porto Alegre, onde fiquei incomunicável durante 23 dias, no 12º Rec-Mec. Um cubículo de dois por três metros, um catre e mais nada, e eu sem saber se havia ou não alguma acusação contra mim. A porta gradeada fechada a cadeado. Quando iam levar comida era um aparato de homens armados de metralhadora [...]. Uma loucura. Pedi livros e revistas e não me atenderam. Para passar o tempo eu arrumava e desarrumava a cama, andava dentro da cela, fazia flexões até cansar e dormia o máximo que podia. Depois de uns seis dias começaram os interrogatórios, completamente vazios. Queriam saber os meus contatos no exílio e uma porção de baboseiras. Depois de 23 dias me mandaram embora, de volta para Curitiba, e eu fiquei sem saber o porquê daquela prisão”. Amaury morreu em novembro de 2002.

<sup>677</sup> João Simões foi cassado sob a acusação de corrupção e peculato.

<sup>678</sup> *Gazeta do Povo*, 15 abr. 1964, p. 1; *Diário do Paraná*, 15 abr. 1964, p. 1 e 3.



brutalmente espancado, inclusive ficando cego do olho esquerdo em virtude de uma coronhada.

Imagem 12: Walter Pecoits, preso arbitrariamente em 1964



Fonte: HELLER; DUARTE, 2000, p. 97.

Contudo, a notícia da prisão, sem mandato judicial, e das agressões sofridas por Pecoits repercutiram amplamente em todo o Paraná. Requerida pelo deputado Joaquim Néia de Oliveira, a Assembleia aprovou uma CPI para apurar as responsabilidades. Porém, ninguém foi punido e Pecoits foi posto em liberdade somente no dia 24 de dezembro de 1964, beneficiado por um *habeas corpus*. Após a sua libertação, Pecoits reassumiu a direção do seu hospital em Francisco Beltrão, porém era obrigado a apresentar-se periodicamente em Curitiba, onde respondia ao processo (HELLER; DUARTE, 2000, p. 96-100).

Com relação à cassação do prefeito de Paranaguá Brasília Abud, o seu irmão Nilo Abud (Apud HELLER, 1988, p. 84) diz que: “Ele foi cassado por uma simples denúncia de que teria feito composição com o Partido Comunista, o que não era verdade. A única coisa que ele fez foi enviar um telegrama de solidariedade ao ex-presidente João Goulart”. Ainda segundo o seu irmão:

O Brasília venceu as eleições de 1963, derrotando a coligação do governo, porque exercia forte liderança em Paranaguá. [...] ele foi eleito com o voto dos pobres e foi alvo da repressão devido à sede de poder dos políticos adversários do PTB e à

prepotência dos que mandavam no estado, como o governador Ney Braga e o então superintendente do porto, Arthur Miranda Ramos (Ibidem, p. 85).

Já o petebista Benedito Lúcio Machado, na época prefeito de Santo Antônio da Platina, na região norte, foi preso pelo regime militar num típico caso de revanchismo político. Segundo Milton Ivan Heller (1988, p. 82):

Dono de um pequeno armazém de secos e molhados, Benedito Lúcio Machado foi eleito prefeito de Santo Antônio da Platina em 1963, na legenda do PTB. Na festa da vitória, ele gozou os adversários que haviam gasto muito dinheiro na campanha: “Eu sou modesto, porém decente. É por isso que venci”.

Logo após o golpe, o capitão Índio do Brasil, que servia em Ponta Grossa, foi a Santo Antônio da Platina para fazer uma investigação a respeito dos subversivos que deveriam ser punidos. Conversou com políticos do PSD, que haviam sido derrotados por Benedito, que o denunciaram como partidário do ex-presidente João Goulart, brizolista e agitador.

O filho do ex-prefeito, Tadeu Lúcio Machado, relatou que o capitão se encaminhou imediatamente para o gabinete e, sem se apresentar ou exibir suas credenciais, dirigiu-se à galeria dos ex-presidentes, arrancou o quadro de João Goulart e o quebrou na mesa de Benedito. “O capitão lhe deu voz de prisão, e meu pai não discutiu. [...] Depois ele foi transferido para Curitiba, ficou 27 dias na prisão provisória do Ahu e voltou para casa”.

Em 7 de junho de 1964 houve mais uma série de cassações, dentre elas as do ex-presidente Juscelino Kubitschek (acusado de ter enriquecido durante a sua vida pública) e dos deputados estaduais petebistas Leon Naves Barcelos e Luiz Alberto Dalcanale, além do deputado estadual nacionalista Almir Moreira Passos (UDN)<sup>679</sup>.

Leon Naves Barcelos, que era sobrinho de Abilon de Souza Naves, a exemplo de Waldemar Daros e Walter Pecoits, foi cassado por fazer forte oposição a Ney Braga e defender as reformas de base.

Por sua vez, Luiz Alberto Dalcanale, que pertencia à “ala plutocrata” do PTB, entende que foi cassado pelas desavenças pessoais que tinha com Ney Braga e com o líder udenista Haroldo Leon Peres. Posteriormente, Dalcanale enfrentou uma série de IPMs (Inquéritos Policiais Militares), pois foi acusado de contrabandear pneus e armas da Argentina e de ser ligado a “elementos terroristas”. (HELLER; DUARTE, 2000, p. 110-111).

De acordo com Milton Ivan Heller e Maria Duarte (Ibidem, p. 111-112), Dalcanale reconhece que foi várias vezes ao Uruguai conversar com João Goulart, Brizola, Darcy

---

<sup>679</sup> Cf. *Gazeta do Povo*, 9 jun. 1964, p. 1.

Ribeiro, Amaury Silva e outros exilados. Em uma dessas viagens, em 1964, quando retornava de Montevideu em companhia de Elcy Silva, irmão de Amaury Silva, foi detido por uma patrulha do Exército e conduzido ao quartel em Curitiba, sendo logo transferido para Porto Alegre sob a acusação de articular um “esquema de contra-revolução”. Posteriormente, foi libertado sem que nenhuma das acusações contra ele chegasse a julgamento.

Portanto, a primeira fase de cassações no Paraná alvejou, sobretudo, os deputados que imprimiam uma forte oposição ao governador Ney Braga – caracterizando-se, assim, pelo revanchismo político e pessoal. Posteriormente, durante os anos da ditadura militar, inúmeros outros parlamentares e cidadãos paranaenses tiveram os seus mandatos e direitos políticos cassados, como, por exemplo, Léo de Almeida Neves, eleito deputado federal pelo MDB em 1966 e cassado em 1969.

#### **5.10. O PTB APÓS O GOLPE CIVIL-MILITAR: DO ESAZIAMENTO À EXTINÇÃO DA LEGENDA**

Consumado o golpe civil-militar, o Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco (o nome definido tanto pelo comando militar quanto pelos governadores<sup>680</sup>) foi eleito indiretamente como o novo presidente da República no dia 11 de abril de 1964 (sendo empossado no dia 15 de abril e, inicialmente, com mandato até 31 de janeiro de 1966)<sup>681</sup> – portanto, as eleições presidenciais de 1965 estavam canceladas. No entanto, convém salientar que os nove membros da bancada do PTB paranaense na Câmara se abstiveram de votar em Castelo Branco, aderindo à orientação do deputado Doutel de Andrade, líder do partido na Câmara. Inclusive a posição da bancada do PTB do Paraná gerou bastante repercussão e foi uma surpresa, uma vez que – mesmo sendo considerada uma das bancadas trabalhistas mais conservadoras da casa – foi a única a seguir integralmente a orientação de Doutel de Andrade. Já entre os senadores do PTB paranaense, Rubens de

---

<sup>680</sup> Após o golpe ocorreu um encontro dos governadores golpistas na Guanabara, cujo objetivo era indicar um nome para ser candidato à presidência da República. O candidato de Ney Braga era o Mal. Castelo Branco (KUNHAVALIK, 2004b, p. 323-324).

<sup>681</sup> Cf. “Congresso elegeu Castelo Branco presidente”. In: *Gazeta do Povo*, 12 abr. 1964, p. 1.

Mello Braga<sup>682</sup> não compareceu à sessão, enquanto Nelson Maculan sufragou em favor de Castelo Branco<sup>683</sup>.

Em retribuição ao apoio recebido de Ney Braga, Castelo Branco concedeu ao governador paranaense a indicação de um ministério para o Paraná. Ney indicou Flávio Suplicy de Lacerda, então reitor da Universidade do Paraná e grande defensor da “revolução”, para assumir o ministério da Educação e Cultura. Também por influência de Ney, Leônidas Lopes Borio, então presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR), é indicado para assumir a presidência do IBC (KUNHAVALIK, 2004b, p. 324).

Portanto, no âmbito da política paranaense, o golpe civil-militar fortaleceu amplamente Ney Braga e enfraqueceu muito o seu principal oponente, o PTB, que teve um senador e quatro deputados estaduais e vários prefeitos e vereadores do interior cassados.

No início de junho de 1964, o PTB do Paraná já havia perdido 25% dos membros da Executiva Estadual<sup>684</sup>, fato semelhante ao ocorrido na Executiva Nacional, onde o partido havia perdido cerca de um quarto dos membros que acabaram de ser eleitos poucos dias antes do golpe. Conforme Maria Celina D’Araújo (1996, p. 165), “essas perdas atingiram o partido não só pela quantidade como pelo fato das lideranças mais expressivas terem sido obrigadas a deixar o país, iniciando o que seria um longo exílio”.

Das três principais lideranças do PTB paranaense, apenas Amaury Silva, o último ministro do Trabalho de Jango, foi cassado e rumou ao exílio. O senador Nelson Maculan, presidente do PTB do Paraná, não perdeu o seu mandato, mas foi removido da presidência do IBC; por sua vez, Léo de Almeida Neves também deixou a direção da CREA, mas continuou ocupando o posto de secretário geral nas Executivas Estadual e Nacional do partido.

Enfraquecido politicamente com o golpe civil-militar, o PTB paranaense, após um período em estado de torpor, no segundo semestre de 1964 procurou se reestruturar. Assim, uma das primeiras decisões do partido foi manter-se em oposição a Ney Braga, “dando, porém, apoio às iniciativas que interessassem ao Paraná<sup>685</sup>”. Entretanto, com a cassação

---

<sup>682</sup> Rubens de Mello Braga era suplente de Amaury de Oliveira e Silva. Assumiu interinamente a cadeira do Senado com a posse de Amaury na pasta do Trabalho, sendo efetivado após a cassação do ex-ministro.

<sup>683</sup> Cf. *Diário do Paraná*, 14 abr. 1964, p. 3.

<sup>684</sup> De um total de 16 membros, a Executiva Estadual do PTB perdeu quatro: Amaury Silva (primeiro vice-presidente), Walter Pecoits (segundo vice-presidente), Leon Naves Barcelos (primeiro secretário) e Luiz Alberto Dalcanale (terceiro secretário).

<sup>685</sup> Cf. *Gazeta do Povo*, 19 jun. 1964, p. 3.

dos deputados petebistas que mais forte oposição faziam ao seu governo, as preocupações de Ney com o PTB reduziram-se muito.

Ademais, o PTB do Paraná também voltou a se articular visando à sucessão estadual de 1965, com Léo de Almeida Neves se lançando como pré-candidato petebista para o Palácio Iguazu<sup>686</sup>. Membro da Executiva Nacional do PTB, Léo de Almeida Neves nesse momento destacava-se como a principal liderança trabalhista no Paraná, inclusive sobrepondo-se ao senador Nelson Maculan, presidente da Executiva Estadual. Outro petebista que também ganhava notoriedade no cenário político paranaense era o deputado estadual Marino Pereira, líder da bancada trabalhista na Assembleia e tesoureiro geral a Executiva Estadual.

Em nível nacional, o PTB após o golpe passou a viver um dilema: definir que tipo de relação teria com o governo de Castelo Branco. Nesse sentido, havia dois grupos em embate: os “ortodoxos” (reformistas) – liderados por Doutel de Andrade, líder do PTB na Câmara –, grupo ligado a Jango e que postulava a oposição do partido ao governo militar, denunciando o caráter ditatorial do regime; e os “bigorrilhos” (adesistas, também denominados “dissidência”), que defendiam o apoio a Castelo Branco. Inicialmente, a decisão foi fazer oposição ao governo militar, mas sem o respaldo unânime dos petebistas (D’ARAÚJO, 1996, p. 165-166).

Posteriormente, com as ausências de Jango, Brizola e outras lideranças, ocorreu uma acirrada disputa interna pelo controle do partido: de um lado, os “ortodoxos” (reformistas), que representavam o domínio janguista; de outro, Lutero Vargas, que representava os familiares de Vargas, que tentavam recuperar a hegemonia no partido<sup>687</sup> (D’ARAÚJO, *ibidem*, p. 166).

Voltando ao âmbito da política paranaense, no segundo semestre de 1964 configurou-se a possibilidade de ser articulada uma grande coalizão oposicionista (UDN-

---

<sup>686</sup> Nesse sentido, convém lembrar que Léo de Almeida Neves, que em 1964 tinha 32 anos de idade, foi favorecido com uma emenda na constituição estadual que reduziu a idade mínima de governador de 35 para 30 anos. Criada em 1963 pelo deputado estadual Aníbal Khury (PTN), a “Emenda Léo”, conforme ficou conhecida, tinha que ser aprovada em dois anos consecutivos por dois terços dos deputados, e assim ocorreu em 1964 e 1965 (NAVES, 2002, p. 259-260).

<sup>687</sup> Na Convenção Nacional de 1º de maio de 1965, houve um acordo entre “os Vargas” e os “bigorrilhos”, que dividiram os principais cargos de direção. Dessa forma, os janguistas perderam posições (inclusive Léo de Almeida Neves deixou a Executiva Nacional) e Lutero Vargas foi escolhido presidente da Executiva Nacional, em substituição a Baeta Neves (D’ARAÚJO, 1996, p. 166).

PSD-PTB-PRP-PSP) em torno do nome do ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto (PR)<sup>688</sup>, alternativa que dividiu opiniões entre os petebistas.

Do lado das forças situacionistas, dois nomes despontavam, já há algum tempo, como pré-candidatos: de um lado, Afonso Alves de Camargo Netto<sup>689</sup> (presidente estadual do PDC e vice-governador do estado<sup>690</sup>); de outro, Paulo Pimentel<sup>691</sup> (secretário de Agricultura)<sup>692</sup>, que, inclusive, teve a sua candidatura lançada pelo PTN<sup>693</sup> ainda em janeiro de 1964 com o objetivo de forçar o apoio do situacionismo ao seu nome (KUNHAVALIK, 2004b, p. 325-326).

Entretanto, Ney Braga, juntamente com outros governadores, articulava-se para tentar prorrogar o seu mandato por mais um ano ou para que as eleições fossem realizadas de forma indireta, por meio da Assembleia Legislativa. Porém, o Mal. Castelo Branco manteve as eleições diretas para governador em 1965. A partir de então, Ney inclinou-se a apoiar a candidatura de Paulo Pimentel.

Na Convenção do PDC, realizada no início de maio de 1965, Ney Braga utilizou todo o seu prestígio político em favor da candidatura de Paulo Pimentel, que venceu a disputa de forma apertada, obtendo 838 votos contra 781 de Afonso Camargo Neto. Dessa forma, Paulo Pimentel (PTN-PDC) foi lançado como o candidato da situação à sucessão estadual. No entanto, o PDC não ficou coeso em torno da candidatura de Paulo Pimentel, uma vez que Afonso Camargo Neto, ressentido com o apoio que Ney Braga dera a Pimentel (que sequer tinha vínculos com o PDC), rompeu com o governador e passou a apoiar a candidatura do seu tio Bento Munhoz da Rocha Neto (KUNHAVALIK, 2004b, p. 329-330).

Portanto, no primeiro semestre de 1965 já estavam confirmadas duas candidaturas ao governo do Paraná: do lado oposicionista, o ex-governador Bento Munhoz da Rocha

<sup>688</sup> Cf. *Gazeta do Povo*, 18 ago. 1964, p. 3.

<sup>689</sup> Afonso Alves de Camargo Neto era membro de uma histórica e tradicional família classe dominante do Paraná, pois era neto de Afonso Alves de Camargo, que governou o Paraná entre os anos de 1916 a 1920. Também era sobrinho do ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto.

<sup>690</sup> Em 21 de fevereiro de 1964, a Assembleia Legislativa criou o cargo de vice-governador. No dia 26 de fevereiro foi eleito, pela Assembleia, o primeiro vice-governador do Paraná (Cf. *Diário do Paraná*, 27 fev. 1964, p. 1 e 3).

<sup>691</sup> Paulo Pimentel era integrante da família Lunardelli, grandes proprietários de terras no norte do Paraná, além de proprietários de usinas de açúcar. Nos anos 1960 construiu um império na área da comunicação, com jornais e redes de rádio e televisão (KUNHAVALIK, 2004b, p. 325).

<sup>692</sup> Cf. “Ney admite duas correntes para a sucessão no Paraná”. In: *Gazeta do Povo*, 23 ago. 1964, p. 3.

<sup>693</sup> De acordo com José Pedro Kunhavalik (2004b, p. 325), Paulo Pimentel não era integrante do PDC, mas tinha vinculações com a UDN do norte do estado. Estrategicamente, Pimentel, sabendo a força de Afonso Camargo Neto no interior do PDC, evitou sua filiação por esse partido e articulou a sua candidatura por uma sigla menor, o PTN, presidido pelo deputado estadual Aníbal Khuri.

Neto (PR), inimigo político de Ney Braga; do lado situacionista, Paulo Pimentel (PTN-PDC). Porém, ainda faltava definir a posição dos petebistas.

Embora o PTB inicialmente se inclinasse a lançar uma candidatura própria<sup>694</sup> – cujo nome mais forte era o de Léo de Almeida Neves, mas também sendo cogitados, por um período, os nomes do senador Nelson Maculan e do deputado federal Kalil Maia Neto como possíveis candidatos trabalhistas<sup>695</sup> –, o partido optou, na Convenção realizada em junho de 1965, em aderir à coligação em torno de Bento Munhoz da Rocha Neto. Acerca disso, Léo de Almeida Neves lembra que:

O golpe de 1º de abril de 1964 mudou os rumos dos acontecimentos. Com as cassações que tinham atingido o senador Amaury de Oliveira e Silva e os deputados estaduais Waldemar Daros, Walter Pecoits, Leon Naves Barcelos e Luiz Alberto Dalcanale, muitos companheiros do PTB ficaram amedrontados e outros na dúvida sobre se a candidatura própria era o melhor caminho. Como eu não tinha nada a temer, mantive minha candidatura na Convenção do PTB para escolha do candidato a governador em 1965 (NAVES, 2002, p. 260)

Para a eleição de governador, em 1965, o senador Nelson Maculan e a maioria da bancada federal e estadual adotaram a tese da coligação em torno do nome do ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Os adeptos da coligação com Bento faziam terrorismo junto aos convencionais do PTB, dizendo que sairiam todos presos e cassados do recinto da Assembleia Legislativa, local da Convenção, que seria cercada pelo Exército (Ibidem, p. 262).

Enquanto o PTB decidiu apoiar oficialmente a candidatura de Bento, a UDN e o PSD mostravam-se bastante divididos e ambos os partidos não aderiram oficialmente a nenhuma das duas candidaturas. Contudo, a maioria dos udenistas hipotecaram o seu apoio a Paulo Pimentel, ao passo que os pessedistas dividiram-se em torno de Pimentel e Bento, uma vez que os dois candidatos tinham como vices em suas respectivas chapas membros do PSD: Plínio Franco Ferreira da Costa foi o vice de Pimentel, enquanto Rafael Resende foi o vice de Bento.

Portanto, Paulo Pimentel (PTN) contou com o apoio oficial do PDC e do PL, além da maioria da UDN e de parte do PSD. Por sua vez, Bento Munhoz da Rocha Neto (PR) contou com o apoio oficial do PTB, do PSP, do PRP e do PST, além de uma parte do PSD, de uma minoria da UDN e de uma fração dissidente do PDC.

<sup>694</sup> Cf. “PTB decidido: candidato próprio”. In: *Gazeta do Povo*, 1 nov. 1964, p. 3.

<sup>695</sup> Cf. “Trabalhistas têm novo triunvirato, do qual deverá sair o candidato”. In: *Gazeta do Povo*, 27 nov. 1964, p. 3.

Nas eleições de 3 de outubro de 1965<sup>696</sup>, Paulo Pimentel (PTN-PDC) sagrou-se o novo governador paranaense, obtendo 51,1% dos votos contra 45,1% de Bento Munhoz da Rocha Neto (PR-PTB-PSP-PRP-PTN). Com a vitória de Pimentel, Ney Braga conseguiu derrotar os seus dois principais adversários políticos na arena política paranaense: Bento e o enfraquecido PTB. Dessa forma, Ney Braga consolidou a sua força política no Paraná e, gozando de grande prestígio em nível nacional, foi convidado pelo Mal. Castelo Branco a assumir o Ministério da Agricultura no final de 1965<sup>697</sup>.

A popularidade e a força política de Ney Braga no Paraná explicam-se por três fatores: primeiro, o seu projeto de modernização e industrialização do estado, até então meramente agrícola; segundo, a sua participação na “revolução” de 1964; terceiro, pela construção da sua imagem pública como líder competente, bom pai de família, honesto, trabalhador e, sobretudo, católico fervoroso.

Por outro lado, outros dois importantes governadores conspiradores, Magalhães Pinto, em Minas Gerais, e Carlos Lacerda, na Guanabara, não conseguiram eleger os seus sucessores. As vitórias de Israel Pinheiro da Silva (PSD), em Minas Gerais, e Francisco Negrão de Lima (PSD), na Guanabara, representaram uma séria derrota ao regime civil-militar. Em resposta, os militares decretaram, em 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que, entre outras coisas, estabeleceu a eleição indireta para a presidência da República e extinguiu os partidos políticos existentes no país, dando início ao bipartidarismo. Assim, surgiram, de um lado, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio ao regime; de outro, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição consentida e controlada.

Após a extinção do PTB – e dos demais partidos – em outubro de 1965, a maior parte dos trabalhistas do Paraná migraram para o MDB: Léo de Almeida Neves, o senador Nelson Maculan, os então deputados federais Antônio Annibelli, Renato Celidônio, Fernando Gama e Souza, Miguel Buffara, Antônio Baby, Petrônio Fernal e Wilson Chedid, os então deputados estaduais Eurico Batista Rosas e Silvino Lopes de Oliveira, além de Gamaliel Bueno Galvão, João Cernicchiaro, Domício Scaranella, Sylvio Sebastiani, entre

---

<sup>696</sup> As eleições de 3 de outubro de 1965, nas qual seriam eleitos os novos governadores de 11 estados, foram as últimas eleições diretas aos governos estaduais, uma vez que o Ato Institucional nº 3 (AI-3), de 5 de fevereiro de 1966, estabeleceu que as próximas eleições seriam indiretas. As eleições diretas para os governos estaduais só retornaram em 1982.

<sup>697</sup> Convém lembrar que Ney Braga desempenhou um papel de destaque nos governos militares, ocupando os cargos de Ministro da Agricultura do governo Castelo Branco (1965-1966), senador (1966-1974), Ministro da Educação do governo Geisel (1974-1978) e novamente governador do Paraná (1978-1982) – desta vez eleito de forma indireta.



outros. No entanto, alguns petebistas também migraram para a ARENA, dentre eles o senador Rubens de Mello Braga, os deputados federais Kalil Maia Neto e Elias Nacle, os deputados estaduais Moacyr Julio Silvestre, Marino Pereira, Jorge Nassar, Miguel Dinizo, Miran Pirih, Piratan Araujo, José Hoffmann, entre outros<sup>698</sup>.

\*\*\*

Após o pleito de 1960, o PTB do Paraná encontrava-se frustrado pela derrota eleitoral e novamente convulsionado pela disputa dos principais cargos da Executiva Estadual, que seriam definidos na Convenção de janeiro de 1961. Contudo, o senador Nelson Maculan iniciou uma série de conversações com as outras frações do partido e obteve o apoio necessário para se tornar o novo presidente, ao passo que Amaury de Oliveira e Silva venceu a disputa com Antônio Annibelli pela primeira vice-presidência, enquanto Iberê de Mattos assumiu a segunda vice-presidência e Léo de Almeida Neves (que assumiu uma das vice-presidências da Executiva Nacional no lugar de Souza Naves) continuou no posto de Secretário Geral.

Embora o partido ainda estivesse longe de uma pacificação interna em virtude da oposição do grupo de Antônio Annibelli, o grupo vencedor, que passou a comandar o PTB a partir da Convenção de 1961, era formado por uma aliança heterogênea entre os membros das três principais tendências petebistas: os “plutocratas”, os “pragmáticos-getulistas” e os “pragmáticos-reformistas”. Portanto, após a “era Souza Naves” verificou-se que não houve no PTB do Paraná apenas uma liderança, mas sim três: o “plutocrata” Nelson Maculan e os “pragmáticos-reformistas” Amaury de Oliveira e Silva e Léo de Almeida Neves.

Durante os anos iniciais da década de 1960, o PTB do Paraná apoiou a Campanha da Legalidade promovida por Leonel Brizola para garantir a posse de João Goulart à presidência da República. Após a posse de Jango, os petebistas paranaenses passaram a solicitar ao presidente da República uma série de nomeações. Inicialmente, apenas Léo de Almeida Neves – que ocupava uma das vice-presidências da Executiva Nacional e era muito próximo de Jango – foi nomeado diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI).

---

<sup>698</sup> Dessa forma, observa-se uma situação bastante curiosa: enquanto a maioria dos deputados federais da bancada do PTB paranaense ingressaram para o MDB, a maior parte dos deputados estaduais petebistas migrou para a ARENA.

Em nível estadual, o PTB mostrava-se dividido quanto à posição a ser adotada frente ao governo de Ney Braga. Embora inicialmente tenha optado em permanecer neutro e independente, o governador paranaense foi gradativamente seduzindo os petebistas, exceto um pequeno grupo de “pragmáticos-reformistas” que se mostravam contrários à coalizão com governo estadual.

Conduzido por Nelson Maculan e Amaury Silva, o PTB do Paraná oficializou a aliança com Ney Braga no início de 1962. Porém, a oposição dos “pragmáticos-reformistas” de Curitiba (que não aceitaram apoiar o candidato neysta na sucessão municipal da capital, optando em lançar um candidato próprio), somada ao excelente desempenho do PDC nas eleições estaduais (pois o apoio dos petebistas não era mais fundamental ao governador) contribuiu para que Ney Braga deixasse de atender às exigências do PTB. Assim, o divórcio entre ambos foi oficializado em março de 1963.

Nas eleições de 1962, o PTB do Paraná obteve um bom desempenho, elegendo Amaury Silva ao Senado, nove deputados federais e doze deputados estaduais. Em comparação com as eleições de 1958, o PTB chegou a apresentar uma pequena queda em pontos percentuais tanto em nível federal quanto estadual, mas na prática manteve-se como uma das principais forças políticas do Paraná ao lado do neysmo.

Nos anos finais do governo de João Goulart, o PTB do Paraná teve os seus dois senadores nomeados para cargos federais: Amaury Silva foi nomeado ministro do Trabalho, em junho de 1963, enquanto Nelson Maculan assumiu a presidência do Instituto Brasileiro do Café (IBC) em julho do mesmo ano. O fato de Jango ter fortalecido o PTB do Paraná nomeando os dois pré-candidatos do partido à sucessão estadual de 1965 desagradou profundamente a Ney Braga, que a partir de então se afastou do presidente e se aproximou do grupo de governadores conspiradores, capitaneado por Carlos Lacerda (UDN), da Guanabara, José de Magalhães Pinto (UDN), de Minas Gerais, Adhemar de Barros (PSP), de São Paulo e Ildo Meneghetti (PSD), do Rio Grande do Sul.

No que tange às lutas pelas reformas de base no Paraná, verifica-se que o grupo de petebistas que mais se empenharam na defesa dessa bandeira foram os “pragmáticos-reformistas”, que defendiam as reformas de base dentro da ordem e adotavam uma postura mais moderada em relação aos “reformistas radicais”, que no PTB paranaense era um grupo muito minoritário comandado pelo deputado estadual Waldemar Daros.

Após o agravamento da crise política e do golpe civil-militar de março/abril de 1964, que teve a participação oculta, porém importante, de Ney Braga, o PTB do Paraná

sofreu um duro golpe, inclusive tendo alguns de seus membros cassados, como o senador e ministro do Trabalho Amaury Silva, os deputados estaduais Waldemar Daros (da ala “reformista radical”), Walter Pecoits e Leon Naves Barcelos (da ala “pragmático-reformista”) – que faziam oposição ao governo de Ney Braga – entre outros prefeitos e vereadores petebistas do interior do estado.

Em suma, se por um lado o golpe de 1964 enfraqueceu o PTB paranaense, por outro lado consolidou a liderança política de Ney Braga no Paraná, tornando-o um político conhecido nacionalmente durante o período de vigência da ditadura militar no país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de “redemocratização pelo alto” ocorrido em 1945, o sistema político-partidário brasileiro edificou-se em torno da figura de Getúlio Vargas, isto é, com algumas exceções, os novos partidos políticos que emergiram gravitavam, de maneiras distintas, na órbita do ditador estadonovista. Assim, surgiram partidos favoráveis ou contrários a Vargas: enquanto as heterogêneas forças antivarguistas inicialmente se aglutinaram na União Democrática Nacional (UDN), do lado dos grupos getulistas que defendiam o continuísmo ocorreu um processo de formação de duas correntes distintas: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Arquitetado para ser um partido *para* os trabalhadores, o PTB foi um partido bastante heterogêneo, acolhendo nas suas hostes lideranças sindicais, profissionais liberais, políticos profissionais, empresários, latifundiários e líderes progressistas. Em virtude disso, o antigo PTB tornou-se um partido complexo, com diversas subunidades (ou frações) partidárias: os “pragmáticos-getulistas”, os “doutrinários-trabalhistas”, os “pragmáticos-reformistas” e os “reformistas radicais”.

Constituindo-se, ao mesmo tempo, em um partido de fisiológicos e reformistas, de progressistas e conservadores, de sindicalistas e plutocratas (empresários e latifundiários), o antigo PTB foi um partido paradoxal, que contava com um poderoso arsenal de elementos simbólicos e mobilizadores – o carisma de Getúlio Vargas e a doutrina trabalhista, nacionalista e reformista – que contribuíram para o seu significativo crescimento eleitoral durante o período democrático de 1945-1964. Soma-se a isso o fato de que sobre o antigo PTB sempre pairou certa mística, tanto que das três grandes siglas extintas com o Ato Institucional nº 2, em 1965, o PTB foi a única resgatada durante os anos finais da ditadura.

Além da mística que envolve o antigo PTB, a análise desse importante partido político também se revela de fundamental importância para se compreender a história do Brasil entre os anos de 1945 a 1964, inclusive o golpe civil-militar deflagrado em 1964, que subjugou o país a 21 anos de ditadura militar. Por esses e outros motivos, o antigo PTB foi objeto de estudo de historiadores e cientistas políticos, que deram origem a consagrados trabalhos.

Entretanto, no Paraná há poucos trabalhos que tenham se dedicado a investigar a história e a atuação dos partidos políticos existentes no estado, sobretudo durante o período democrático de 1945 a 1964. Igualmente, há poucas análises sobre o sistema político-partidário paranaense nesse período. Partindo de tais constatações, a presente tese pretendeu focalizar o antigo PTB paranaense em duas perspectivas: “internamente” e “externamente”. No que tange à análise interna, a pesquisa visou a responder a seguinte questão: qual era o *caráter* do PTB do Paraná? Foi um partido fisiológico ou reformista? Foi um partido progressista ou conservador? Quem eram os membros que integraram a elite partidária? Quais eram as alas que existiram dentro do partido e como se processou as disputas internas pelo poder nas hostes petebistas? Entretanto, deve-se salientar que o foco de análise foi o Diretório Estadual do Partido Trabalhista Brasileiro do Paraná, sediado em Curitiba, e, mais especificamente, a sua elite partidária, isto é, os dirigentes e as pessoas influentes dentro da agremiação.

Contudo, o estudo de um partido político não faz sentido se não é analisado, ao mesmo tempo, o sistema político-partidário ao qual ele está integrado. Dessa forma, o segundo objetivo da presente tese foi verificar a atuação e a importância do PTB no sistema político-partidário paranaense entre os anos de 1945 a 1965. E mais, também se pretendeu investigar quais foram os fatores que explicam o crescimento eleitoral do partido no Paraná nesse período.

No que tange à análise interna, pode-se concluir que no PTB do Paraná existiram diversas subunidades partidárias. De 1945 a 1955, verificou-se a existência de três principais: a corrente “sindicalista”, de efêmera existência e que logo foi absorvida pela corrente “pragmático-getulista”, que foi a tendência dominante nessa primeira fase do partido. A fração “pragmáticos-getulistas”, cujo principal líder foi Souza Naves, aglutinou políticos profissionais, empresários e profissionais liberais, que se tornaram a elite partidária dessa fase. Contudo, também havia um pequeno e incipiente grupo de “pragmáticos-reformistas”, capitaneados pelo jovem Léo de Almeida Neves. Entretanto, na sua primeira década de existência o PTB do Paraná foi um partido dominado pelo getulismo e pelo fisiologismo, assemelhando-se assim ao que foi constatado no Diretório Nacional.

Na segunda metade da década de 1950, apesar da continuidade da forte influência dos “pragmáticos-getulistas”, houve a ascensão dentro do PTB do Paraná de outras duas frações: os “pragmáticos-reformistas”, que defendiam um programa trabalhista,

nacionalista e reformista, porém sem se desvincular do getulismo e, por vezes, do fisiologismo; e os “plutocratas”, um grupo de conservadores e fisiológicos que dispunham de abundantes recursos financeiros a serem investidos nas campanhas políticas.. Essas três frações, que eram conciliadas dentro do partido por meio da liderança personalista e pragmática de Souza Naves, foram fundamentais – cada uma à sua maneira – para o grande crescimento eleitoral do partido nas eleições estaduais de 1958.

No entanto, após a morte do principal líder trabalhista do Paraná, essas três tendências passaram a disputar o controle partidário. Contudo, nenhuma dessas frações conseguiu se sobressair sob as demais e os principais postos de mando da Executiva Estadual estiveram divididos entre os membros das três tendências, que realizaram uma coalizão.

Dessa forma, partindo da proposta de análise das frações partidárias baseada na teoria da coalizão de Giovanni Sartori (1982, p. 102), podemos dividir a história do PTB do Paraná em duas fases: a) durante a “era Souza Naves”, ocorreu a *fração personalista*, isto é, as tendências partidárias estiveram ao lado de um chefe indiscutido, que as conciliava; e, b) após a morte de Souza Naves, ocorreu uma *fração de coalizão ou confederativa*, isto é, ocorreu um tipo de aliança em que não havia um chefe indiscutível, um “general”, mas muitos “coronéis” – no caso, Nelson Maculan (da ala “plutocrata”), Amaury Silva e Léo de Almeida Neves (ambos da ala “pragmático-reformista”).

Todavia, convém ressaltar que no PTB paranaense não houve uma ala “doutrinário-trabalhista”, enquanto os “reformistas radicais” foram pouco numerosos dentro do partido.

Em suma, a análise dos vinte anos de existência do antigo PTB do Paraná leva-nos a conclusão de que o mesmo foi um partido híbrido e heterogêneo, isto é, o PTB foi, ao mesmo tempo, um partido de fisiológicos e reformistas, de conservadores e progressistas, de plutocratas e líderes sindicais, cujo principal amálgama partidário era o getulismo e a doutrina trabalhista, que era utilizada de maneiras distintas pelas diferentes frações do partido. Assim, é necessário evitar dicotomias maniqueístas ou generalizações entre um PTB fisiológico-getulista *versus* um PTB nacionalista-reformista, pois tais características não foram excludentes ou contraditórias e conviveram simultaneamente ao longo da história do partido, uma vez que o PTB paranaense (assim como o nacional) foi extremamente pragmático, abarcando ao mesmo tempo, nacionalismo, reformismo, getulismo, fisiologismo e clientelismo.

Contudo, o caráter híbrido e heterogêneo do PTB do Paraná não deve ser interpretado como uma característica desviante da política, mas sim como um fenômeno comum aos partidos políticos, que são “uma espécie de confederação de subpartidos ou subunidades partidárias, que formam uma constelação de grupos rivais” (SARTORI, 1982, p. 94). Em virtude disso, tanto o PTB nacional quanto o PTB paranaense foram partidos clivados pelas disputas internas entre as subunidades ou frações rivais. Assim, o PTB foi um partido marcado por sucessivas crises, casos de rebeldias, descumprimento de orientações partidárias, dissidências e expurgos.

No que concerne à atuação e à importância do PTB no sistema político-partidário do Paraná entre os anos de 1945 a 1965, conclui-se que o PTB, embora tenha nascido fraco e enfrentou inúmeras dificuldades estruturais e financeiras durante os seus primeiros anos de existência, foi o partido que mais cresceu estruturalmente e eleitoralmente no estado ao longo desse período. Embora o PTB não tenha conquistado o governo paranaense, o partido tornou-se uma importante força política e conquistar o seu apoio foi estrategicamente fundamental para que todos os governadores do Paraná garantissem a maioria na Assembleia Legislativa. Por isso, o PTB foi sistematicamente cortejado por todos os governadores paranaenses.

Nesse sentido, o PTB do Paraná revelou-se um partido extremamente pragmático e, muitas vezes, fisiológico, pois procurou barganhar – “a peso de ouro” – o seu apoio com todos os governadores paranaenses. Embora o partido esteve oficialmente apenas ao lado dos governos de Moysés Lupion entre 1947-1948 e de Ney Braga entre 1962-1963, na prática verificou-se que o PTB paranaense sempre se mostrou dividido durante os governos de Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961), Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955) e Ney Braga (1961-1965), com algumas alas adesistas e outras opositoras.

No que tange às diferenças regionais do PTB paranaense, conclui-se que:

- O PTB de Curitiba foi o principal reduto dos “pragmáticos-reformistas”, que passaram a dominar o diretório da capital na segunda metade da década de 1950;
- O PTB no norte do Paraná foi o principal reduto da ala “plutocrata” do partido, sendo constituído por cafeicultores, empresários e profissionais liberais.
- O PTB da região sudoeste/oeste era formado principalmente por políticos profissionais e profissionais liberais da fração “pragmático-getulista” e geralmente adotava um discurso em defesa dos pequenos proprietários da região.

Em suma, com exceção dos diretórios de Curitiba (a partir da segunda metade dos anos 1950) e da região norte, as demais regiões foram dominadas pelos “pragmáticos-getulistas”.

Quanto à principal divisão política que marcou o Paraná entre os anos de 1945-1964, isto é, a divisão entre as forças lupionistas e antilupionistas, o PTB paranaense foi, nos seus primeiros anos de existência, majoritariamente lupionista. Entretanto, ao longo do segundo governo de Lupion o PTB mostrou-se majoritariamente antilupionista e adotou uma posição de oposição ao governador. Em virtude da predominância do antilupionismo petebista durante a década de 1950, observa-se que no Paraná existiu uma relação conflituosa e de rivalidade com o PSD, ao contrário do que ocorreu em nível nacional, onde petebistas e pessedistas realizaram alianças.

Após obter um significativo crescimento eleitoral em 1950 em virtude da força simbólica do getulismo e da doutrina trabalhista, o PTB do Paraná manteve-se estável em 1954, perdeu as eleições para o governo do estado em 1955 e obteve um excelente desempenho nas eleições de 1958 em virtude de uma série de fatores: o poder simbólico do getulismo e da doutrina trabalhista, a defesa das bandeiras nacionalistas e reformistas por parte dos “pragmáticos-reformistas”, o financiamento eleitoral feito pelos “plutocratas” e a presença de Jânio Quadros na legenda petebista. Com a *débâcle* do lupionismo, o PTB consolidou-se como a principal força política do Paraná no final da década de 1950.

Entretanto, com a morte de Souza Naves – o principal líder trabalhista no Paraná – e a ascensão meteórica do PDC e de Ney Braga, na década de 1960 o PTB e o neysmo passaram a ser as principais forças política do estado. Porém, o golpe civil-militar de 1964 enfraqueceu os petebistas e garantiu a hegemonia do neysmo no Paraná durante as décadas de 1960 e 1970.



## BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. *O que é sindicalismo*. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BASTOS, Suely. A cisão do MTR com o PTB. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, v. I.

BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. *Campo-Território: revista de geografia agrária*. Uberlândia: UFU, v. 1, n. 2, 2006, p. 65-91.

BEMFICA, Flávia Cristina Maggi. *Governo Brizola no Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2007.

BENEVIDES, César Augusto Carneiro. *Terra sem passado: um estudo do Paraná contemporâneo*. 1991. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 1991.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Jânio Quadros*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981a.

BENEVIDES, Maria Victoria. A União Democrática Nacional. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981b, v. I, p. 90-108.

BENEVIDES, Maria Vitória. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 57-98.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1986.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BOITO JR, Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BOMBARDELLI, Maura. *Por um trabalhismo autêntico: a cisão do Partido Trabalhista Brasileiro e a criação do Movimento Trabalhista Renovador (1959-1960)*. 2010. Monografia (Licenciatura em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coords.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BRANDALISE, Carla; BOMBARDELLI, Maura (Orgs.). 2013. *Fernando Ferrari: perfil biográfico, discursos no Parlamento Gaúcho e imagens*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013 (Série Perfis Parlamentares, nº 12).

CAMARGO, Aspásia (Org.). *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. *Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná (1853-1953)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – UFPR, Curitiba, UFPR, 2007.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. *História biográfica da República no Paraná*. Curitiba: Banestado, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EDUERJ/FGV, 1999, p. 55-82.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-60.

CESÁRIO, Ana Cleide. Norte Novo – a expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico. In: PAZ, Francisco Moraes (Org.). *Cenários de economia e política: Paraná*. Curitiba: Prephacio, 1991, p.41-63.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis do seu programa*. 2. ed. Brasília: UnB, 1985.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanços e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 41-54.

CHARLOT, Jean. *Os partidos políticos*. Brasília: UnB, 1982.

CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio (Orgs.). *Velhos vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná*. Curitiba: UFPR, 2008.

CODATO, Adriano; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 271-302.

CODATO, Evandir. *PSD e UDN; articulação e conflito na política paranaense entre 1945 e 1950*. 1991. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 1991.

CODATO, Evandir. Personalismo político nos anos cinqüenta. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa: UEPG, v. 07, n. 01, 2002.

COLNAGHI, Maria Cristina. O processo político de ocupação do sudoeste. In: PAZ, Francisco Moraes (Org.). *Cenários de economia e política: Paraná*. Curitiba: Prephacio, 1991, p. 7-23.

COMISSOLI, Adriano. *A serviço de sua majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. 2011. Tese (Doutorado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

CORADINI, Odaci Luiz (Org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

COSTA, Emilia Viotti da. Experiência versus estruturas. Novas tendências na história do trabalho e da classe trabalhadora na América Latina – o que ganhamos? O que perdemos? *História – Unisinos*, 2001, p. 17-51.

COSTA, Hélio da. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). In: FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da; FONTES, Paulo (Orgs.). *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Unicamp, 1999, p. 87-121.

COSTA, Samuel Guimarães. *História política da Assembléia Legislativa do Paraná*. Curitiba: Assembléia Legislativa, 1994a, v. 1.

COSTA, Samuel Guimarães. *História política da Assembléia Legislativa do Paraná*. Curitiba: Assembléia Legislativa, 1994b, v. 2.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

D'ARAUJO, Maria Celina. Nos braços do povo: a segunda presidência de Getúlio Vargas. In: *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EDUERJ/FGV, 1999, p. 97-118.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-204.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 127-154.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2. (Coleção As Esquerdas no Brasil).

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (DHBB). *Pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1984.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Adriano; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Moca e São Miguel Paulista, 1947-1953. *Caderno AEL*. Campinas: Unicamp, v. 11, n. 20/21, 2004, p. 87-122.

DUTRA, José Carlos. A revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 22, 2004, p. 195-208.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-90.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

FERREIRA, Jorge. O carnaval da tristeza: os motins urbanos de 24 de agosto. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 60-124.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a, v. 3, p. 13-46.

FERREIRA, Jorge. Crise da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b, v. 3, p. 301-342.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003c, v. 3, p. 343-404.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 181-212.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação brother Sam aos anos de chumbo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FLEISCHER, David V. Dimensões do recrutamento partidário. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, v. I, p. 45-63.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da; FONTES, Paulo (Orgs.). *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Unicamp, 1999.

FORTES, Alexandre. Formação de classe e participação política: E. P. Thompson e o populismo. *Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, v. 17, n. 31, p. 173-195, jul. 2010.

FRAGOSO, João. Introdução. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 11-40.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Amanda Litzinger. O voto integralista no Paraná: uma análise das eleições presidenciais de 1955. In: CODATO, Adriano Nervo; SANTOS, Fernando José dos (Orgs.). *Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica*. Curitiba: TRE-PR, 2006.

GOMES, Angela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

GOMES, Angela Maria de Castro. Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas. In: GOMES, Angela Maria de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 133-160.

GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 17-58.

GOMES, Angela de Castro. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. *Varia História*, Belo Horizonte, nº 28, dezembro 2002, p. 55-68.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. [1ª edição de 1988].



GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2. (Coleção As Esquerdas no Brasil).

GOMES, Iria Zanoni Gomes. *1957: a revolta dos posseiros*. 3. ed. Curitiba: Criar Edições, 2005.

GRANOVETTER, Mark S. La fuerza de los vínculos débiles. *Política y Sociedad*. Madrid, n. 33, 2000, p. 41-56.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2, p. 83-100.

HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HELLER, Milton Ivan. *Resistência democrática: a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.

HELLER, Milton Ivan; DUARTE, Maria de Los Angeles G. *Memórias de 1964 no Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOFF, Sandrino. A ocupação do Norte. In: PAZ, Francisco Moraes (Org.). *Cenários de economia e política: Paraná*. Curitiba: Prephacio, 1991, p. 25-40.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

IANNI, Octavio. O colapso do populismo no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. [1º edição de 1968].

IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

IMÍZCOZ, José Maria. Introducción – Actores sociales y redes de relaciones: reflexiones para una historia global. In: IMÍZCOZ, J. M. *Redes familiares y patronazgo. Aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001, p. 19-30.

IPARDES. *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba: IPADES, 1987.

IPARDES. *Resultados eleitorais: Paraná (1945-1982)*. Curitiba: IPADES, 1989a.

IPARDES. *Sobre política paranaense: entrevistas*. Curitiba: IPADES, 1989b.

KUNHAVALIK, José Pedro. Bento Munhoz da Rocha Netto: trajetória política e gestão no governo do Paraná. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org.). *A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004a, p. 143-230.

KUNHAVALIK, José Pedro. Ney Braga: trajetória política e bases do poder. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org.). *A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004b, p. 231-411.

LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005a.

LACLAU, Ernesto. Populism: what is in a name? In: PANIZZA, Francisco (Ed.). *Populism and the mirror of democracy*. Londres: Verso, 2005b, p. 32-50.

LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Papyrus/Unicamp, 1986.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA JR. Olavo Brasil de. Evolução e crise do sistema partidário brasileiro: as eleições legislativas estaduais de 1947 a 1962. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, p. 24-44, v. I.

LUCCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-154.

MAGALHÃES, Marion Brepohl. *Paraná: política e governo*. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná).

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista. *Da construção ao desmanche: análise do Projeto de Desenvolvimento Paranaense*. Curitiba: UFPR, 2011.

MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. “O populismo sindical: um conceito em questão”. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter (Orgs.). *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 30-49.

MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MEZZAROBA, Orides. *O partido político no Brasil: teoria, história, legislação*. Joaçaba: UNOESC, 1995.

MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano: sociedade e política*. São Paulo: Difusão Cultural, 1983, III v., p. 557-596.

MICHELS, Robert. *Os partidos políticos*. São Paulo: Senzala, [s.d.].

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, páginas 155-194.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A indústria do anticomunismo. *Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, n. 15, 2001/2002, p. 71-91.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917- 1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A figura caricatural do gorila nos discursos de esquerda. *Art Cultura*. Uberlândia, v. 9, n. 15, 2007, p. 195-212.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 47-96.

NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. *Caderno AEL*. Campinas: Unicamp, v. 11, n. 20/21, 2004, p. 11-38.

NEVES, Léo de Almeida. *Vivência de fatos históricos*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

NICOLAS, Maria. *O Paraná na Câmara dos Deputados*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1977.

NICOLAS, Maria. *O Paraná no Senado*. Curitiba: Imprensa Oficial, s.d.

NICOLAS, Maria. *130 anos de vida parlamentar paranaense (1854-1984)*. Curitiba: Assembléia Legislativa, 1984.

OLIVEIRA, Dennison. *Urbanização e industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná).

OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. O Partido Social Democrático (PSD). In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, p. 108-114, v. I.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio das genealogias: classe dominante e Estado no Paraná (1853-1930)*. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) – Unicamp, Campinas, 2000.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná*. Curitiba: Moinho de Vento, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo Costa. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org.). *A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004, p. 15-30.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec, 1981.

PANDOLFI, Dulce Chaves. O velho PTB: novas abordagens. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, v. 3, n. 6, 1990, p. 274-284.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2, p. 13-39.

PAZ, Francisco Moraes (Org.). *Cenários de Economia e Política: Paraná*. Curitiba: Prefhacio, 1991.

PILOTTO, Osvaldo. *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)*. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976.

PORTUGAL, Sílvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. *Oficinas do CES*, Coimbra/Portugal, n. 271, 2007.

REBELO, Vanderlei. *Ney Braga a política como arte*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

REBELO, Vanderlei. *Bento Munhoz da Rocha: o intelectual na correnteza política*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2005.

REHBEIN, Mauro Pioli. *Curitiba – 50 anos de eleições municipais – as forças políticas que na democracia e no governo militar disputam o poder*. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFPR, Curitiba, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 319- 377.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

RUAS, Miriam Diehl. *A doutrina trabalhista no Brasil (1945-1964)*. Porto Alegre: Fabris, 1986.

SALLES, Jefferson de Oliveira. A relação entre o poder estatal e as estratégias de formação de um grupo empresarial paranaense nas décadas de 1940-1950: o caso do Grupo Lupion. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org.). *A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004, p. 35-142.

SAMPAIO, Regina. O Partido Social Progressista em São Paulo. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, v. I, p. 171-182.

SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global, 1982.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: UnB, 1982.

SEBASTIANI, Sylvio. *Sylvio Sebastiani: um nome, muitas histórias*. Curitiba: [s.e.], 2012.

SEGATTO, José Antonio. *A formação da classe operária no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 217-240.

SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 205-272.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Gláucio A. D. Formação dos partidos nacionais. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, p. 7-24, v. I.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Evolução e crise do sistema partidário. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, p. 63-90, v. I.

THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria, ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

TOTA, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

VAINFAS, Ronaldo. A luz própria de Leonel Brizola: do trabalhismo getulista ao *socialismo moreno*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3. (Coleção As Esquerdas no Brasil).

VAZ, Raul. *Moysés Lupion – A verdade*. Curitiba: Publicações Paratodos, 1986.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.



VIANNA, Luiz Werneck. O sistema partidário e o Partido Democrata Cristão. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, p. 131-171, v. I.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicatos no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2, p. 63-106.

WACHOWICZ, Rui C. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed., Curitiba: Vicentina, 1987.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WHITE, Harrison C. La construcción de las organizaciones sociales como redes múltiples. *Política y Sociedad*. Madrid, n. 33, 2000, p. 97-103.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos dos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo: PUC-SP, n. 4, jun. 1985.

## FONTES DE PESQUISA

Arquivo: Biblioteca Pública do Paraná, Divisão de Documentação Paranaense.

### **Jornais pesquisados (disponíveis em microfilmes):**

- *Diário da Tarde* (1945 a 1965);
- *Diário do Paraná* (1945 a 1947 e 1955 a 1965);

- *Diário Popular* (1946 a 1948);
- *Gazeta do Povo* (1945 a 1965);
- *Jornal Trabalhista* (1950);
- *O Dia* (1945 a 1961);
- *O Estado do Paraná* (1951 a 1965);
- *Tribuna do Paraná* (1956 a 1965).

#### **Anais da Assembleia Legislativa do Paraná**

- 1947, nº 1;
- 1951, nº 1;
- 1952, nº 5;
- 1960, nº 18;
- 1961, nº 41 e 43;
- 1962, nº 50;
- 1963, nº 73 a 78;
- 1964, nº 79 a 88 e 90.

#### **Revistas, periódicos e outros:**

- *O Petebista* (1951);
- *Revista Trabalhista do Paraná* (1952)
- *Vanguarda Trabalhista* (1952)

#### **Entrevistas:**

- Léo de Almeida Neves (entrevista realizada em setembro e outubro de 2013).
- Sylvio Sebastiani (entrevista realizada em 15 de outubro de 2013).

#### **Vídeos**

- Depoimento de Jorge Mathias Júnior em VHS. Acervo particular de Sylvio Sebastiani.
- Depoimento de Léo de Almeida Neves ao programa “Memória Paranaense”, produzido pela UFPR-TV e gravado em dezembro de 1997.

# ANEXOS

**ANEXO 1:****Dados biográficos da bancada paranaense na Assembleia Nacional Constituinte de 1934, dos deputados federais paranaenses eleitos em outubro de 1934 e dos deputados que integravam a Assembleia Estadual Constituinte de 1935**

## Bancada paranaense na Assembléia Nacional Constituinte (1934)

	Dados biográficos
Antonio Jorge Machado Lima (PSD)	Era filho de Vicente Machado, chefe do Executivo e um dos maiores nomes da política paranaense do começo da República.
Idálio Sardenberg (PSD)	Militar de origem curitibana, assumiu o cargo em virtude da renúncia do general Raul Munhoz.
Manoel Lacerda Pinto (PSD)	Nascido na Lapa (PR) em 1893 e bacharel em Direito por São Paulo.
Plínio Tourinho (PSN)	Foi o grande líder da Revolução de 1930 no Paraná.

Fonte: OLIVEIRA, 2004, p. 21.

## Deputados federais paranaenses eleitos em outubro de 1934

	Dados biográficos
Francisco Soares de Paula Neto (PSD)	Nasceu no Rio Grande do Sul em 1901, formou-se médico pela Faculdade de Porto Alegre e foi professor da Faculdade de Medicina do Paraná. Foi presidente da Federação Paranaense de Desportos. Capitão-Médico do Exército e participante ativo da Revolução de 1930.
Lauro Sodré Lopes (PSD)	Nasceu em Curitiba em 1898, era bacharel em Direito pela Universidade do Paraná e promotor público em Curitiba. Foi Chefe da Polícia depois da Revolução de 1930.
Otávio da Silveira (PSD)	Nasceu no Rio Grande do Sul em 1895, formou-se médico pela Faculdade de Porto Alegre e era professor da Universidade do Paraná. Foi Diretor Geral do Ensino e da Saúde Pública e ativo membro do Diretório Central da Aliança Nacional Libertadora (ANL).
Aírton Plaisant (suplente do PSD)	Nasceu em 1890 em Curitiba, era Major do Exército e Comandante da Força Militar do Paraná; foi um dos oficiais do Exército que se desentendeu com os Tourinhos na crise que os levou para a oposição ao varguismo.
Francisco Ferreira Pereira (suplente do PSD)	Nasceu em Curitiba em 1899. Era engenheiro formado no Rio de Janeiro e professor da Universidade do Paraná; assumiu em 1935 a vaga de Flávio Guimarães, que foi para o Senado.
Plínio Tourinho (PSN)	Foi o grande líder da Revolução de 1930 no Paraná.
Arthur Ferreira dos Santos (URP)	Nasceu em Curitiba em 1894. Bacharel em Direito por São Paulo, foi Oficial de Gabinete da primeira gestão de

	Affonso Camargo e na segunda foi Chefe de Polícia, e promotor público em Curitiba. Foi presidente do Instituto da Ordem dos Advogados do Paraná.
--	--

Fonte: OLIVEIRA, ibidem, p. 21-22.

#### Bancada do PSD na Constituinte estadual de 1935

	Dados biográficos
Antônio Augusto Carvalho Chaves	Eleito presidente da Assembléia Constituinte; era bacharel em Direito por São Paulo. Filho de um juiz (Joaquim Gonçalves Chaves), nasceu em Macaíba (PB). Ocupou duas secretarias de Estado: de 1896 a 1900, foi secretário de Justiça e Finanças no período de 1900 a 1904. Além disso, havia sido deputado estadual (1906-1907), deputado federal (1903-1914), Presidente do Comitê Central Paranaense da Reação Republicana em 1922, secretário da Fazenda no período revolucionário (1930-1931). Não ocupou apenas cargos políticos, pois também foi sócio de uma empresa de artigos elétricos com Gastão Chaves.
Acyr Guimarães	Bisneto do Visconde de Nácar, nasceu em Curitiba em 7 de maio de 1896 e era filho do general Teodorico Gonçalves Guimarães. Em 1919 fundou com outros a <i>Gazeta do Povo</i> . Casado com Alcina Macedo, filha do Coronel Joaquim Pereira Macedo.
Adalberto Scherer	Industrial e comerciante.
Agostinho Pereira Alves Filho	Nasceu em Paranaguá em 1903, foi tenente do Exército e participou dos levantes de 1922 e de 1930. Tinha vínculos com a Aliança Nacional Libertadora (ANL).
Augusto Santos	Nasceu na Bahia em 1874. Era comerciante estabelecido em Tibagi.
Brasil Pinheiro Machado	Nasceu em Ponta Grossa em 1907. Era filho do coronel Brasil Pinheiro Machado e bacharel em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro.
Caio Gracho Machado de Lima	Nasceu em Ponta Grossa em 1885, era filho de Vicente Machado (importante político e chefe do Executivo paranaense no início da República). Caio estudou Ciência Política em Paris, foi deputado estadual (1908-1909 e 1929-1930) e ocupou vários cargos públicos no Brasil e no exterior. Era também jornalista e diretor de <i>O Dia</i> .
Camilo Stellfeld	Farmacêutico.
Djalma Rocha Al-Chuery	Nasceu em São Paulo em 1904, foi major do Exército e articulador revolucionário de 1930. Tinha vínculos com a ANL.
Erasto Gaertner	Nasceu em Curitiba em 1900; era médico pela Universidade do Rio de Janeiro e professor da Universidade do Paraná.

Frederico Faria de Oliveira	Nasceu na Lapa (PR) em 1893; era jornalista e membro do Batalhão João Pessoa durante a Revolução de 1930.
Helvidio Silva	Nasceu em Curitiba em 1885, era formado em Direito no Recife. Foi juiz, escritor, jornalista e diretor-presidente da Cia. Cervejaria Adriatica. Além disso, foi presidente da Ordem dos Advogados.
João Teófilo Gomy Júnior	Nasceu em Curitiba em 1889, era bacharel em Direito.
José Manoel Ribeiro dos Santos	Nascido em Sete Lagoas (MG), médico formado pela Universidade do Paraná e chefe político em Jaguariaíva (PR).
Lineu Madureira Novais	Filho do coronel Otávio Novais, nasceu em 1908 em Castro. Era médico formado pela Universidade do Paraná e descendente de tradicional família de grandes proprietários de terras do Paraná.
Mário Erichsen	Filho do desembargador Conrado Erichsen, nasceu em Curitiba em 1899. Era engenheiro formado pela Universidade do Paraná, ocupou vários cargos técnicos de engenharia e foi prefeito de Antonina em 1933.
Nelson José Corrêa	Nasceu em Rio Negro em 1902. Era dentista formado pela Universidade do Paraná, tendo ocupado cargo de professor na mesma universidade. Foi conselheiro do Clube Curitibano e presidente da Sociedade Operária União Juvevê.
Oscar Borges de Macedo Ribas	Nasceu em Palmeira em 1894, era bacharel em Direito pela Universidade do Paraná, madeireiro e fazendeiro em Castro e fundador do Centro de Comércio e Indústria de Ponta Grossa.
Osvande Ferreira do Amaral	Nasceu em Rio Negro em 1900, era médico formado pela Universidade do Rio de Janeiro. Participou da Aliança Liberal no sul do Paraná e da Revolução de 1930.
Raul Gomes Pereira	Nasceu em Curitiba em 1899, foi tenente do Exército e participante das Revoluções de 1930 e 1932 ao lado de Vargas.
*Alfredo Venske	Primeiro suplente do PSD. Era industrial.

Fonte: OLIVEIRA, ibidem, p. 22-24.

#### Bancada da URP na Constituinte estadual de 1935

	Dados biográficos
Alcides Pereira Júnior	Nasceu em Paranaguá em 1901; bacharel em Direito pela Universidade do Paraná, foi promotor público. Residia em Irati.
Caetano Munhoz da Rocha	Nasceu em Antonina em 1874, era médico formado pela Faculdade do Rio de Janeiro. Era também comerciante de erva-mate, tendo fundado a firma Munhoz da Rocha & Irmãos. Ocupou vários cargos públicos e participou de várias legislaturas na Assembléia Estadual (1904-1917) e

	uma no Senado Federal (1929-1930). Foi presidente do Congresso Estadual na República Velha, prefeito de Paranaguá por duas vezes (1908 e 1912) e vice-presidente do estado (1916-1920), secretário da Fazenda e Presidente do Paraná por duas gestões (1920-1928).
Carlos Ribeiro de Macedo	Era médico formado pela Universidade do Paraná e prefeito de Teixeira Soares.
Laerte de Macedo Munhoz	Nasceu em Curitiba em 1900, era filho do coronel Alcides Munhoz. Foi jornalista, escritor, bacharel em Direito pela Universidade do Paraná e promotor público em Curitiba desde 1928; presidente do Instituto da Ordem dos Advogados do Paraná e fazia parte do Centro de Letras do Paraná.
Lindolfo Pessoa da Cruz Marques	Nasceu em 1882 em Bananeiras (PB), bacharel em Direito em Recife. Foi promotor público em São José da Boa Vista, cidade do interior do Paraná. Foi também delegado de polícia de Curitiba no governo de Vicente Machado, juiz de Direito em várias comarcas paranaenses, chefe de polícia no primeiro governo de Affonso Camargo e deputado federal por quatro vezes durante a República Velha.

Fonte: OLIVEIRA, ibidem, p. 24.

#### Bancada do PSN na Constituinte estadual de 1935

	Dados biográficos
Alceu do Amaral Ferreira	Filho do Dr. João Cândido Ferreira, era médico formado no Rio de Janeiro. Foi Diretor Geral da Saúde Pública do Paraná.
Antonio Couto Pereira	Nascido em 1896 em Baturité (CE). Era comerciante radicado em Curitiba, tendo participado das articulações revolucionárias da década de 1920, comissionado como Major das forças revolucionárias. Foi presidente do Curitiba Futebol Clube.
Joaquim Pereira de Macedo	Nasceu em Porto de Cima em 1858 e era coronel da Guarda Nacional, nomeado em 1893 por Floriano Peixoto. Tendo sido deputado no Congresso Constituinte Estadual de 1892, tornou-se novamente deputado estadual em 1900-1901, quando foi presidente do Congresso Estadual Camarista (1905-1908) e prefeito de Curitiba (1908-1912); foi ainda presidente da Aliança Liberal do Paraná, prefeito revolucionário de Curitiba (1930-1931) e presidente honorário do partido.
Jorge Becher	Comerciante em Ponta Grossa.

Manoel de Alencar Guimarães	Nasceu em Buenos Aires, na Argentina, em 1865. Neto do Visconde de Nacar, era formado em Direito em Recife. Foi promotor e chefe de polícia no regime monárquico e chefe de polícia do Paraná no início da República. Líder do partido na Assembléia, havia sido deputado estadual na Constituinte em 1892, além de ter participado de outras legislaturas na Assembléia Estadual, no Congresso e no Senado Federal.
*Ulisses Falcão Vieira (suplente)	Advogado residente em Curitiba, substituiu Jorge Becher.

Fonte: OLIVEIRA, ibidem, p. 24-25.



**ANEXO 2:**  
**MANIFESTO DA ALA DISSIDENTE DO PTB**

(expulsa do partido em maio de 1946)

Candidato à Interventoria do estado

Decisão que mais celeuma levantou no seio do diretório pela sua importância foi a tomada pela Comissão Executiva quanto a indicação do nome do industrial Moysés Lupion à Interventoria [sic] do estado como candidato do partido, quando é exato que esse nome também era indicado numa lista do Partido Social Democrático, como membro preeminente da Comissão Executiva deste.

Nessa deliberação da Comissão Executiva do PTB, não foram ouvidos os membros do diretório. A escolha do Sr. Moysés Lupion foi feita discricionariamente pela Comissão Executiva, à revelia de 37 membros do diretório, deliberação essa que só podia ser tomada por convenção estadual, ouvidos os diretórios municipais. Não podíamos, por isso mesmo, reconhecer competência na Comissão Executiva para efetuar tal escolha.

Rompimento com o atual governador [sic] do Paraná

A Comissão Executiva positivou os seus propósitos totalitários e patenteou a sua falta de visão política, mais uma vez, quando rompeu com o Sr. Interventor Federal neste estado, delegado da confiança do candidato do partido à Presidência da República [General Eurico Dutra]. Realizou esse rompimento sem consultas ao Diretório, agindo, mais uma vez, discricionariamente para somente depois comunicar o fato consumado à direção suprema do partido.

Nesse sentido, expediu telegrama ao Sr. Interventor e ao Sr. Presidente da República, envolvendo nessa decisão precipitada e personalista a própria reputação dos membros do órgão diretor.

Envolveu, ainda, o grêmio partidário numa luta que se verifica em outro partido [refere-se ao PSD-PR], decorrente de alas que ali se formaram para concorrer como candidatos à Interventor Federal.

Essa atitude, além de tudo, refletiu-se no seio do eleitorado como um rompimento com o próprio Presidente da República, que fora nosso candidato, eis que o Interventor é pessoa de inteira e imediata confiança deste.

Todos os elementos que divergiram deste propósito inconfessáveis dos membros da Comissão Executiva passaram a ser hostilizados por esta, cuidando-se exclusivamente do aleijamento desses elementos.

#### Tumultos e agitações nas reuniões dos diretórios

Depois do pleito de 2 de dezembro, a Comissão Executiva passou a dirigir isoladamente o partido, evitando reuniões conjunta com o diretório e evitando mesmo que este pudesse se reunir para discutir e analisar livremente os atos praticados por ela. As poucas reuniões que foram convocadas realizaram-se num ambiente de tumulto e agitação, pretendendo-se impor totalitariamente a vontade de uma minoria ao conjunto capaz de decidir com independência e com equilíbrio as questões partidárias.

O baixo calão na linguagem usada e as ofensas caluniosas de dois ou três elementos agitadores estabeleceu sempre um ambiente impróprio para os homens de dignidade e de senso político, os quais se viam obrigados a deixar o recinto, por insuportável e inconveniente.

Os próprios candidatos do partido no último pleito e que tiveram os seus nomes sufragados por milhares e milhares de trabalhadores conscientes foram afastados dos postos que sempre honraram e dignificaram, sendo substituídos por outros elementos que, embora mereçam o nosso apreço, ainda não possuíam as credenciais para os postos de direção.

E o que hoje acontece a nós e outros, que fundamos e estruturamos o partido, também aos novos pode o mesmo acontecer, porque a má direção do órgão partidário a exerce de acordo com as conveniências pessoais dos “donos” do partido.

E, é preciso ressaltar ainda, que o aleijamento praticado contra os signatários deste manifesto, numa manobra de politicagem desarvorada, sem defesa, como se o partido tivesse raízes totalitárias e fosse propriedade de um grupo ambicioso.

#### O aleijamento

Com surpresa, tivemos conhecimento do ato maquiavélico e imprudente, de fracionamento e desunião, cuja responsabilidade atribuímos mais ao diretório nacional do partido, que pactuou na vergonhosa manobra política, para exercer vingança contra os fundadores do partido, que sempre se rebelaram contra a infiltração “queremista”, contra a atitude duvidosa e contra o “confucionismo” dos politiqueros que estão na direção

suprema do partido. A custa de manobras idênticas a esta, que hoje está sendo exercida pela Comissão Executiva estadual do partido.

Verifica-se pela leitura do Diário de Justiça de 23 de maio último que o do diretório estadual do partido foram afastados os seguintes membros: Theodorico Ferreira Martins, Dr. Milton Viana, Alfredo Santana Ribeiro, João Barbosa de Almeida, José de Moura Filho, Senibaldo Trombini, Epaminondas Camargo, Elpidio Borba, José Nazareth Ricetti, Tenente Normando Jusi, Dr. João Kracki Neto, Dr. Otelio Lopes, Dr. Lourival Cardoso, Ernesto Saboia, Peni Withers Rodbacker.

Decretou, assim, a Comissão Executiva do partido nesse estado o fracionamento do partido e, como consequência inevitável, devemos prever a divisão dos trabalhadores do Paraná, porque não nos conformamos com o aleijamento irregular, incorreto e violento que se nos pretende impor, eivado de deslealdade de companheiros de ontem, transformados hoje em nossos algozes, gratuita e sorrateiramente.

[...].

Curitiba, 22 de junho de 1946.

Theodorico Ferreira Martins [presidente da Ala Dissidente], Milton Viana, Normando Jusi, Alfredo Santana Ribeiro, João Barbosa de Almeida, Camilo Caminha, Astrogildo Souza, José de Moura Filho, João Evangelista do Nascimento, Mirian de Souza, Estevão Inocência Picetskei, Mario Scaramuzza, Welinto de Oliveira Viana, Luiz Mazaneck e Ernesto Saboia.

Pela ausência, desta capital, de vários companheiros solidários e vítimas do aleijamento, o presente hoje publicado leva as assinaturas tão somente daqueles que compareceram à primeira reunião da Ala Dissidente do PTB, realizada para a aprovação dos termos em que está vazado este manifesto.

Fonte: *Gazeta do Povo*, 23 jun. 1946, p. 5 e 7; e *Diário da Tarde*, 25 jun. 1946, p. 3

**ANEXO 3:**  
**CANDIDATOS DO PTB PARA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**DO PARANÁ EM 1947**

Candidato	Dados biográficos
Aldo Laval	Contador, membro do diretório municipal de Ponta Grossa, foi um dos fundadores e era o atual presidente da Cooperativa dos Operários.
Aldo Silva	Era radialista, advogado e promotor público em São João do Triunfo, Wenceslau Braz e Cornélio Procópio.
Altino Borba	Antigo ferroviário e esportista, exercia na época a profissão de advogado em Guarapuava, onde era também presidente municipal do PTB.
Amantino de Melo Ribas	
Antonio Chalbaud Biscaia	Advogado com atuação em Curitiba.
Antonio dos Santos Filho	Químico industrial e professor em Paranaguá.
Cleve Franklin	
Dilo de Oliveira Godói	Líder sindical em Curitiba.
Divonsir Borba Cortes	Advogado, ex-delegado do DOPS e ex-promotor público de Curitiba e outras cidades do interior.
Emanuel Coelho	
E. Svvaronoski	
Ezequiel Honório Viale	
Fabio Pinheiro	
Flavio Cioffi	
Francisco Soares	
Galdino Gluk Jr.	
Geraldo Bastos Pequeno	
Hagiba Spina	
Indalecio Manssani	Membro do diretório de São Mateus do Sul.
Jamidas de Oliveira	
João Nester	
João Tavares Santana	Ferrovário e atual terceiro secretário da Comissão Executiva do PTB-PR.
João Nester	
Jorge Mathias Jr.	Jornalista dos jornais <i>Diário Popular</i> e <i>O Dia</i> . Também era formado em Direito, mas não exercia a profissão de advogado. Era membro do diretório estadual do PTB.
José Daru	Ex-agricultor e ex-operário, era comerciante em Curitiba.
José Joaquim Bertolini	Foi fundador de várias sociedades operárias.
José Machuca	Advogado com atuação em Curitiba e no litoral.
José Pedro de Andrade	
Júlio Rocha Xavier	Ex-prefeito e ex-promotor público de Carlópolis; na época era advogado de diversos sindicatos de trabalhadores e

	secretário do diretório municipal do PTB de Curitiba.
Lauro Schleder	Ex-diretor do Departamento Estadual de Estatística, na época era presidente do Curitiba Foot-Ball Club, e exercia em Curitiba a profissão de advogado. Era membro do diretório estadual do PTB.
Leonel Prado Martins	Advogado.
Lúcio de Freitas	Antigo militante das Sociedades Benéficas Operárias. Foi o presidente da União dos Trabalhadores do Paraná (UTP) e era o atual presidente de honra do PTB-PR.
Luiz Kilner	
Maximo Pinheiro Lima	
Raul Viana	Atuava como advogado, em Curitiba, em diversos sindicatos. Na época era Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio do interventor Mário Gomes. Também era membro do diretório estadual do PTB.
Rodrigo Otavio Torres Pereira	
Ubiratan Peixoto de Matos	Na época era presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica de Curitiba e presidente da União Sindical dos Trabalhadores do Paraná. Era membro do diretório estadual do PTB.
Veríssimo de Melo	
Vitorio Elcely	

Fontes: *Diário Popular*, 6 nov. 1946, p. 6; NICOLAS, 1977 e 1984.

**ANEXO 4:**  
**ATA DA CONVENÇÃO ESTADUAL DO PTB PARANAENSE,**  
**REALIZADA NO DIA 01/10/1947**

*Cópia autêntica da ata da convenção Estadual do Partido Trabalhista Brasileiro. Sessão do Paraná, realizada em primeiro de outubro de mil novecentos e quarenta e sete, na sede do Diretório Municipal de Curitiba:*

Ata da Convenção do Partido Trabalhista Brasileiro – Seção do Paraná

Ao primeiro dia do mês de outubro de mil novecentos e quarenta e sete, nesta cidade de Curitiba, na sala de reuniões do Diretório Municipal da Capital, situado a Praça Tiradentes nº14 as 14 horas, teve lugar a Convenção do Partido, especialmente convocada pela Comissão Executiva, de acordo com o parágrafo único do art. 19, combinado com a letra “e” do art.19, estatutos para o dia 28 de setembro p.p., às 14 horas, em cuja data houve uma sessão preliminar, prorrogando-se para este dia, a Convenção propriamente dita. Os trabalhos foram precedidos pelo sr. Maximino Zanon, com assistência dos srs. Jorge Mathias Jr. e Bernardino Filho Sobrinho, membros como o primeiro, da Comissão Estadual da Coordenação, servindo eu, Emanuel Coelho, de Secretário *ad-hoc*. Aberta a sessão, foi dada a palavra ao sr. Jorge Mathias Jr., que leu a ordem do dia consistiu no seguinte; Primeira parte: a) apresentação das credenciais pelos delegados; b) apresentação e aprovação de diversas moções; c) diversos assuntos. Segunda parte: a) eleição do novo Diretório Estadual; b) eleição da Comissão Executiva pelos membros do Diretório Estadual reestruturado e conselho fiscal; c) proclamação dos eleitos, posse e encerramento. Verificou-se a presença dos convencionais que deixaram as suas assinaturas no livro de Presença e também subscrevem a presente ata. Ficou constatada a regularidade das credenciais pela mesa, sendo submetida a consideração da Assembléia a validade das representações através de despachos telegráficos conferidos aos convencionais: José Machuca, por Siqueira Campos; José Darú, por S. João do Triunfo; Reginaldo Cavalcanti por Guarapuava; Julio Busquet por M. Mallé e Emanuel Coelho por São Mateus do Sul. a) qual julgou por unanimidade de votos, válidas tais formas de credenciais, por se acharem revestidas das formalidades legais. A mesa diretora dos trabalhos, por intermédio do Sr. Bernadino Filho Sobrinho, explicou que só poderiam tomar parte na Convenção os

delegados credenciados, solicitando a retirada das demais pessoas, inclusive dos srs. deputados trabalhistas presentes.

O Sr. Divonsir Cortes solicitou que fosse permitida a presença dos srs. deputados petebistas, como uma homenagem a Bancada do Partido, sendo aparteado de que a proposta contrariava o art. 18 dos Estatutos. A Assembléia resolveu fosse permitida a presença dos srs deputados, sem direito, no entanto, de intervir nos trabalhos. Ficou resolvido por unanimidade de votos que as delegações de Cambé e Votuverara não teriam direito a voto, sob o fundamento de que aquelas localidades ainda não eram oficialmente municípios e a Convenção era de delegados de municípios. Passou-se, em seguida a leituras das moções a serem dirigidas do Governador do Estado e ao Presidente de honra do PTB, senador Getulio Vargas, tendo para isso o sr. presidente dado a palavra ao sr. Mathias Jr. que proceder a leitura das mesmas, demorando-se em comentários explicativos. As moções foram aprovadas sem discrepância e subscrita pelos srs. convencionais, tendo o sr. Elias Nascimento Bascila proposto que se emprestasse todo o apoio ao sr. Gal. Presidente da Republica, relativamente a moção a ser dirigida ao sr. Presidente de honra do PTB, foi aprovada a de redação dos membros da Comissão Estadual de Coordenação, sendo retirada a que fora apresentada com a assinatura de diversos convencionais, a pedido dos mesmos, por intermédio do sr. Parailio Borba. A seguir, na ordem preestabelecida dos trabalhos passou-se a eleição do Diretório Estadual do PTB e sua respectiva Comissão Executiva e Conselho Fiscal, na forma e com obediência as formas estatutárias em vigor. Colocada a urna sobre a mesa e preparada a saleta anexa à sala das reuniões, para servir de gabinete indevassável, quando se ia proceder a chamada de diversas representações dos diretórios para a votação o sr. Bernardino Filho Sobrinho, pediu a palavra para fazer a declaração, tendo começado por protestar contra a existência de outras chapas diferentes daquelas que havia elaborado, afirmando a ser a mais interessante para o partido, insinuando que todos, para melhor servir o Partido, votar na chapa de sua autoria, a qual não excluía nenhum dos companheiros, coisa que acontecia nas outras, finalizando por declarar que se fosse vencido no seu ponto de vista, retirar-se-ia da sessão deixando um protesto para ser lido posteriormente. Após, usou da palavra o sr. Jorge Mathias Jr., secundando as palavras do sr. Fialho Sobrinho, declarando que caso não fosse vencedor o ponto de vista dele e de seu companheiro de comissão, não assinaria a ata, alegando que a Comissão de Coordenação estava em maioria e que lhe seria fácil promover a anulação da presente Assembléia. O sr. Divonsir Cortes apelou aos dois membros da Comissão para

que se subordinassem ao resultado das urnas e democraticamente, acatassem o seu *vereditum*, esclarecendo que fazia parte daqueles que queiram a renovação da Comissão Executiva do Partido, mas isso dentro de um ambiente de respeito à dignidade alheia e de consideração absoluta à Assembléia em face da qual, a própria comissão deixava a ter finalidade, por ter cumprida a sua missão. Estas palavras foram apoiadas pelos presentes, tendo o Convencional Darcírio Egger solicitado que se passasse a eleição. Chamadas as delegações pelo membro da mesa sr. Mathias Jr., estes foram colocando os seus votos na urna, em envelopes fechados. Encerrada a votação, o sr. Presidente nomeou uma comissão composta dos srs. Parailio Borba, José Joaquim Bertolini e Elias Nascimento Bacilia para proceder a apuração dos votos, tendo a comissão se desempenhando desta incumbência, com a fiscalização de todos os presentes, proclamando o seguinte resultado: Para membro do Diretório Estadual os senhores: Maximino Zanon, com 29 votos; Julio Rocha Xavier, com 29 votos; Aldo Laval, com 29 votos; Julio Busquei, com 28 votos; Agripino R Freitas, com 29 votos; Leonel Prado Martins, com 29 votos; Ezequiel R. Vialie, com 29 votos; Oswaldo Bittencourt, com 29 votos; Orlando S. Lobo, com 24 votos; José Darú, com 23; Altiro Borba, com 24; Darcírio Egger, com 29; Edgard W Schoitr, com 23; Abilon S. Neves, com 29; Hugo Vieira, com 23; Oscar Pires da Silva, com 24; Reginaldo Cavalcanti, com 23; João Kracix Neto, com 29; Celso B. Ribas, com 24; Antonio C. Biscaia, com 29; José Machuca, com 29; Antonio Santos Filho com 29; Dilo ° Godoy, com 24; Harry Wekerlin, com 24; José J. Bertolini, com 28; René M. de Paula, com 29; Vasco Coelho, com 24; Antonio Munari, com 24; Parailio Borba, com 24; Divonsir B. Cortes, com 29; Elias N. Bacila, com 29; Antonio Fontes, com 28; Alfredo Vogerau, com 23; Benedito Rodrigues, com 23; Raul Viana, com 29; João Luccas Neto, com 24; Francisco Luccas Filho, com 24; J. Marques Sobrinho, com 24; Emanuel Coelho, com 24; e José Volpato, com 29. Outros candidatos obtiveram pequena votação. O resultado das eleições foi recebido com uma salva de palmas e, nessa altura, o sr. Bernardino Fialho Sobrinho retirou-se da sala, recusando-se a assinar a presente ata. Foi suspensa a sessão por alguns minutos e logo a seguir reaberta para se proceder a eleição da Comissão Executiva Estadual e seu Conselho Fiscal, cuja eleição se procedeu entre os membros eleitos para o Diretório Estadual que, no mesmo ato, tomaram posse dos seus cargos e com a mesma observância às disposições dos estatutos do partido. O sr. Mathias Jr., depois de prolongada conversação, que sofreu sérios apartes de protestos, retirou-se do recinto, recusando-se a assinar a presente ata, não obstante ter deixado a sua assinatura, juntamente



com o seu companheiro Bernardino Fialho Sobrinho, no Livro de Presença, isto é, com a exclusão deste último, que deixou também de assinar o Livro de Presença. Procedido o ocorrido, o sr. Presidente nomeou a comissão composta do srs. Divonsir Cortes, Hugo Vieira e Osvaldo Bitencourt para proceder a apuração, que seu o seguinte resultado: para Presidente, o sr. Maximino Zanon, com 26 votos; para Vice-Presidente, o sr. Abilon de Souza Naves, com 24 votos; para Secretário-Geral, o sr. Júlio Rocha Xavier, com 15 votos; para Primeiro-Secretário, o sr. Reginaldo Cavalcanti, com 9 votos; para Segundo-Secretário, o sr. Leonel Prado Martins, com 17 votos; para Tesoureiro-Geral, o sr. Rene M. de Paula, com 17 votos; para Primeiro-Tesoureiro, o sr. José Machuca, com 28 votos; para Segundo-Tesoureiro, o sr. Divonsir Cortes, com 13 votos. Outros candidatos obtiveram pequena votação. Para o Conselho Fiscal foram eleitos os seguintes membros: José J. Bertolini, com 22 votos; Antonio C. Biscaia, com 19 votos; e Raul Viana, com 22 votos. Outros obtiveram pequena votação. Esse resultado foi recebido com aclamação entre os presentes, tendo o sr. Presidente Maximino Zanon, que também é delegado do Diretório Nacional neste estado, para promover a reestruturação do partido, passado a presidência dos trabalhos ao sr. José J. Bertolin, presidente do Diretório Municipal de Curitiba, o qual assumindo a direção da mesa, deu posse aos membros da Comissão Executiva e Conselho Fiscal, proferindo vibrante discurso, conclamando os trabalhistas a cerrarem fileiras ao lado da direção eleita para o fortalecimento do partido. O sr. Presidente empossado proferiu vibrante oração, na qual pôs em relevo os seus propósitos de bem servir o Partido Trabalhista Brasileiro, sendo útil ao seu estado e ao Brasil. Antes de encerrar os trabalhos, o sr. Darcirio Egger fez um apelo aos convencionais para ser instituída uma caixa para custear despesas do partido, cuja importância arrecada foi entregue ao sr. Tesoureiro eleito para fins de escritura no Livro Caixa do partido. Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão com gerais aplausos. Para constar, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada, secretário *ad-hoc* [Emanoel Coelho] e Presidente Maximino Zanon e pelos demais presentes. [...].

Fonte: Aos trabalhistas do Paraná. In: *Gazeta do Povo*, 8 out. 1947, p. 5; e *O Dia*, 9 out. 1947, p. 3.

**ANEXO 5:**  
**Manifesto Político dos dissidentes do PTB (fevereiro de 1948)**

Manifesto Político

Vivemos uma hora política da maior ressonância para o nosso Estado, daí a necessidade imperiosa de um traçar de rumos; de um delinear de diretrizes e, sobretudo, do imperativo de um definir de atitude.

Este documento político é a expressão de um movimento. De um movimento animado por elementos que até aqui integravam uma das agremiações políticas do Paraná, e que se destina a tornar realidade os objetivos que foram sempre a causa da sua atuação política, mas para cuja concretização foram contidos invariavelmente por obstáculos insuperáveis.

Elementos que não só integravam os quadros dessa organização partidária, tornada meramente eleitoral, como também assistiram-lhe a fundação; deram-lhe corpo e vida; concorreram para a sua vitória em dois pleitos e compunham os seus órgãos de comando.

Mas este documento político é a expressão de um movimento, de uma idéia em ascensão e de esforços decididos, empenhadamente, em a torná-la coisa positiva.

Força é, dada essa razão, que ele chegue ao conhecimento mais amplo e possa ser analisado na sua significação; e possa ser visto no seu intento; analisado no seu conteúdo; perquirido nos seus motivos determinantes; apreciado na sua causa eficiente, e possa também ser ponderado no seu alcance, medido na sua destinação e julgado nas rotas que se traçou e nos fins que colima.

Ele é uma justa explicação e uma necessária prestação de contas; mas é, principalmente, um início de jornada e um começo de marcha.

Dirige-se, portanto, aos homens de responsabilidade; ao povo do Paraná; aos trabalhadores de todas as categorias profissionais; aos trabalhistas honestos de todos os recantos desta unidade federativa; a todas as consciências serenas, esclarecidas e bem formadas.

Submete-se, por isso, ao exame mais severo, mas se submete na sua inteireza e na sua magnitude, repelindo as deturpações cavilosas e as contrafações demagógicas e artificiosas.

Os signatários do presente pertenciam ao Partido Trabalhista Brasileiro. Uns da sua representação política; outros dos seus quadros diretivos; e muitos das suas fileiras político-partidárias. Todos, finalmente, dando força e pujança ao Partido.

Quando foi da sua reestruturação, não há muito levada a efeito no Partido, foi ele vítima de um assalto.

Essa foi a data de uma cisão que a insensibilidade dos atuais dirigentes não quis compreender haveria por terminar com o sacrifício do Partido.

O processo usado para a referida reestruturação foi ilegal, sem nenhum critério de moralidade, oportunidade de ocorrências humilhantes e anti-estatutária.

Nesse momento o Partido dividiu-se em duas alas. Uma que usurpava o poder de direção; e outra que sofria um aleijamento total, acrescida esta, mais tarde e crescentemente, dos legítimos militantes partidários.

Todos os meios foram usados para que o mal fosse reparado. Primeiro, suasoriamente; depois tentando uma conciliação; em seguida por meio de uma comunicação ao Tribunal Regional Eleitoral, dando ciência das irregularidades verificadas; ainda através de telefonemas, telegramas e o envio de dois emissários especiais para um entendimento direto com o Diretório Nacional; mais tarde com um recurso interposto a esse órgão central; e, por fim, a divisão da bancada na Assembléia Legislativa, que passou a ter dois líderes, e coroando a luta interna, sem esperança de entendimentos, luta que foi seguida de divisionismo, da fragmentação, da pulverização do Partido.

Todos esses esforços desesperados e angustiantes foram respondidos com a frieza inconsciente; com a fria inconsciência com a indiferença calculada e irresponsável de parte tanto da Comissão Executiva Estadual como do Diretório Central.

Foram baldados e inúteis todos os imensos, e às vezes vexatórios, esforços que se tentaram em favor de uma pacificação para a salvação do Partido.

O Partido, fruto da direção dos signatários, o que pode ser constatado com a presença dos mesmos nos postos diretores, desde a fundação até a reestruturação malsinada e preparada, através de todos os atos praticados em bem do Partido, foi entregue organizado à nova diretoria com 80 diretórios municipais, e na capital com 15 sub-diretórios, além de outros órgãos partidários, e vitorioso em dois pleitos, tendo eleito, em 2 de dezembro, um deputado federal; e em 19 de janeiro seis deputados estaduais, representação que, posteriormente, se acresceu de mais um.

A cisão referida verifica-se antes das eleições municipais.

Quando da reestruturação essa circunstância foi mostrada à facção dominadora, e examinada amplamente a nocividade dos seus efeitos para a sobrevivência do Partido, em um pleito decisivo. Apesar disso, essa facção mostrara-se intransigente e fechada dentro de si mesma.

Entre as razões da cisão incluem-se a prejudgada incapacidade de direção, ao lado dos condenáveis métodos usados na condução dos interesses do Partido.

Todas as transigências anti-partidárias foram feitas por ocasião de registro dos candidatos partidário-petebistas nos vários municípios do Paraná. O registro dos candidatos da capital foi feito a desoras.

A vida inteira do Partido passou a ser enfeixada nas mãos de alguns que se transformaram em senhores do mesmo, dirigindo-o fascistamente, não havendo convocado o novo diretório até a presente data, nem mesmo para a comum cerimônia de posse, quando mais dar ciência, ao resto do Partido, das deliberações de interesse vital para a sua existência.

Desaparecera, dessa agremiação, de uma vez por todas, o ambiente de confiança e democrático do livre exame e do livre debate, da co-responsabilidade e da divisão do trabalho.

E esses alguns empoleirados no poder, incapazes e inaptos, só fizeram desorientar, desunir, desorganizar, entorpecer, aviltar e enfraquecer uma pujante organização partidária.

Tudo isso foi denunciado em tempo; amplamente debatido e pedidas todas as providências aos órgãos responsáveis e competentes.

Mas a tudo se fez vista grossa e se fez questão de não atender.

Dessa direção anti-partidária, anti-estatutária, não trabalhista e oportunista, só gerou confusão e, como conseqüência, o resultado humilhante para o Partido das eleições municipais, nas quais quase perdera todas as situações.

Apesar disto tudo continuou no melhor dos mundos possíveis, sem nenhuma solução, e os donos da Comissão Executiva emparedados na sua indiferença e na sua incompreensão.

Ocorre o falecimento do Presidente do Partido, fato grave para a sua existência, e nem o diretório é convocado sequer para o dever de um voto de pesar, quanto mais para ser examinado o problema da sucessão.

Aos diretórios municipais não se deu mais nenhuma assistência; os correligionários foram esquecidos nas agruras das suas lutas e das suas necessidades.

Abandonados os interesses do Partido; reduzido a um personalismo voraz, estreito, ambicioso e anti-trabalhista, foram esquecidos os princípios programáticos; a força de aglutinação; o ideal partidário; e relegada a plano secundário a defesa dos reais interesses trabalhistas.

O Partido de expressão de uma filosofia e de uma concepção de vida social tornara-se meramente eleitoral, não se diferenciando de nenhum outro no seu egoísmo, no seu individualismo e na finalidade das suas canseiras.

Praticamente estava morto o Partido, morto nos seus objetivos; no seu vigor de luta; na força do seu ideal; e sem nenhuma dúvida desaparecido por falta de conteúdo e objetivo.

Mas o trabalhismo é uma filosofia e um ideal, e assim a perda de um posto de luta não implica a sua morte.

Forçoso é que continue e que prossiga; e ele continuará e prosseguirá.

Nessas condições, face ao exposto e amplamente analisado, não podendo mais continuar aceitando o atual estado de coisa, os signatários deste manifesto político, explicada as razões porque o fazem, neste momento se desligam do Partido Trabalhista Brasileiro.

Desligam-se do Partido Trabalhista Brasileiro levados por motivos justos e nobres, que são os que ficaram exaustivamente demonstrados.

É uma atitude de dignidade e de fé, de rebeldia e de revolta, de coragem e de ideal.

Mas não abandonam os princípios pelos quais sempre se bateram, e não podem abandonar a causa que é a força de toda a sua luta política.

Proseguirão movidos do mesmo entusiasmo, alentados do mesmo destemor, e batidos da mesma confiança, e cada vez mais empenhados na conquista de maior soma de bem-estar para os trabalhadores do Paraná e do Brasil.

Assinam este manifesto os srs. Deputados Estaduais Aldo Silva, José Darú, Júlio Buskei, Antonio Santos Filho e Aldo Laval e os srs. Lúcio de Freitas, Tavares Santana, Saturnino Fernandes, Saboia Neto, João Distefano, prefeito de São Mateus do Sul, Edgar Marcondes, ex-prefeito e vereador em Assaí, Galdino Gluk, de Apucarana, Harry Wekerlin, Mathias Jr., Maximo Pinheiro Lima, Raul Viana, dr. Antonio Chalbaud Biscaia e centenas de outros líderes, cujos nomes publicaremos a seguir.

**ANEXO 6:**  
**Nota Política da Comissão Executiva do PTB em resposta**  
**ao manifesto dos dissidentes**

A Comissão Executiva do Partido Trabalhista Brasileiro, seção do Paraná, reunida oficialmente, e atendendo aos superiores compromissos assumidos com o povo do Paraná e, particularmente, com os laboriosos e dignos trabalhadores, julga-se no dever de informar a coletividade trabalhista o real significado dos últimos acontecimentos políticos verificados em nosso estado e que culminaram com a auto-eliminação de elementos filiados aos quadros partidários do PTB.

Registra-se em nosso meio-ambiente o mesmo fenômeno social apontado pelos mais renomados teorizadores do trabalhismo na explicação da luta ingente, tenaz e desigual a favor das reivindicações proletárias contra o conservadorismo impenitente.

E vence sempre o economicamente mais forte, não pela dignidade da causa, mas pela torpeza dos meios empregados.

Os indivíduos fracos e pusilânimes, desonestos e oportunistas infiltrados, com segunda intenção, no seio dos trabalhadores fraquejam e caem, vencidos e submissos às artimanhas do inimigo frio e implacável que não vacila diante do uso das armas mais indignas, do suborno e da intimidação.

Só os elementos autenticamente trabalhistas, que têm fé e confiança num futuro melhor, mais equitativo e humano, possuem a força moral necessária para seguir destemerosamente o luminoso caminho da redenção dos aflitos e sofredores que choram e suplicam por pão e justiça, por uma vida digna e decente, que os livrem das enfermidades, das misérias e das chocantes desigualdades sociais.

Pelos fracos e oprimidos, só os fortes de espírito podem lutar.

Mas a nobreza da luta redime e exalta.

E os vencedores de hoje serão os derrotados de amanhã, pela execração pública, pelo repúdio dos trabalhadores enganados, traídos e decepcionados.

O povo que os julgue, na sua consciência serena e justa, aqueles que não souberem honrar o seu mandato, desertando dos postos que lhes foram confiados, preferindo o comodismo das posições fáceis e pelo oportunismo das atitudes equívocas, no mais formal e solene desmentido às promessas demagógicas, fúteis e ridículas.

A personalidade diluída no mar das ambições submergirá tristemente no mais profundo desprezo da opinião pública.

O trabalhador não pede favores, não se rebaixa nem se curva.

Quer apenas justiça e igualdade de tratamento.

A subserviência é própria dos indivíduos despersonalizados, oportunistas e covardes, que nunca terão o direito de falar em nome dos altivos operários de nossa terra.

O tribunal popular que lance o seu veredito inapelável diante destes tristes acontecimentos.

\*\*\*

O Diretório Estadual do PTB, atualmente em exercício, foi legalmente eleito e empossado pela Convenção de 1º de outubro do ano passado e reconhecido e homologado pela Comissão Executiva Nacional, tendo existência normal e estatutária.

\*\*\*

A Comissão Executiva que a esta subscreve prestou solene e tocante homenagem à memória do inesquecível chefe petebista Maximino Zanon, lavrando em ata da sessão fúnebre, realizada em 22 de janeiro último, o preito de profunda e imorredoura saudade, dando ciência a todos os diretórios municipais, em circular expedida pela Secretaria Geral.

\*\*\*

A Comissão Executiva, nesta oportunidade, faz um veemente apelo a todos os companheiros que constituem o Partido no sentido de que tenham na mais alta conta, a cada momento, a importância da disciplina, no prestígio e no engrandecimento do glorioso Partido Trabalhista Brasileiro, cujos inimigos por todos os meios trabalham por lhe diminuir o poder e a expressão inevitável de grande força política nacional.

Curitiba, 23 de fevereiro de 1948.

Souza Naves – vice-presidente em exercício; Júlio Rocha Xavier – secretário-geral; Reginaldo Cavalcanti – primeiro-secretário; Leonel Prado Martins – segundo-secretário; José Machuca – primeiro-tesoureiro; e Divonsir Borba Cortes – segundo-tesoureiro.

Fonte: *Diário da Tarde*, 25 fev. 1948, p. 1 e 6.

**ANEXO 7:****Manifesto de rompimento do PTB com o governador Moysés Lupion**

Partido Trabalhista Brasileiro

Seção do Paraná

MANIFESTO pelo qual se dirige ao nobre povo de todo o estado, definindo a sua conduta política em face dos últimos acontecimentos.

O Partido Trabalhista Brasileiro não é um reduto de conveniência nem um corredor por onde se deseje passar em busca de vantagens pessoais. Também não é um lugar de estágio oportunista, nem estação onde se possa aguardar a passagem dos trens de outros partidos.

A força do PTB reside, fundamentalmente, na sinceridade das suas atitudes, na lealdade dos seus propósitos, na intransigência com que defende os interesses dos homens do trabalho e os pontos básicos do seu grande programa de reivindicações populares.

Admitir que lhe flanqueiam os quadros, aceitar, sem luta, que lhe enfraqueçam as hostes, concordar com o jogo dos que pretendem eliminá-lo e destruí-lo será capitular, desertar e trair.

Por isso a sua Comissão Executiva Estadual, reunida conjuntamente com o Diretório Municipal de Curitiba e as suas bancadas da Câmara Federal dos Deputados, Assembléia Legislativa e Câmara Municipal desta cidade deliberou, por unanimidade, lançar o presente manifesto, expondo a conduta partidária a que se obriga, de modo claro e positivo.

Em face das ocorrências políticas, que conduziram o PTB a considerar desfeita a solidariedade até há pouco emprestada ao governo do Estado, mantida desde o tempo em que se tornou o fator decisivo para a vitória nas urnas do sr. Moysés Lupion, era imperioso a direção do partido reexaminar a sua situação, retificar a sua linha política e firmar as novas diretrizes orientadoras das suas atividades dentro das fronteiras partidárias do nosso estado, *conservando-se equidistante do governo e dos demais partidos políticos, conforme recomendação do grande senador Getúlio Vargas.* [grifos meus].

E isto faz agora o PTB, pelos seus elementos de maior representação e responsabilidade, com o compromisso de não se desviar destas normas, nelas se mantendo de modo indesviável e inquebrantável, certo de serem atendidos e acompanhados pelos



verdadeiros trabalhistas que desejem a pujança e o triunfo dos altos objetivos políticos a que o Partido se propõe.

Rompendo, ostensivamente, com o atual governo do estado, o PTB se coloca numa corajosa posição de dignidade e de preservação da própria existência como resposta aos golpes que tentam debilitá-lo e desconceituá-lo perante a opinião pública.

A imprensa inspirava pelo PSD procura bloquear a propaganda do PTB em prosseguimento a sedução de representantes do Partido que, esquecidos dos seus deveres cívicos, se bandearam para os acampamentos governamentais justamente na hora em que o sr. Governador ameaçava “bombardear a casamata a que eles pertenciam”. O Partido só lhes servia na proporção das posições que lhes pudesse dar.

O triste capítulo da defecção não foi, contudo, um episódio que desiludisse – constituiu, antes, uma advertência a meditar e a instruir.

Mas o governo manteve a sua obsessão de liquidar os valores morais do Paraná e de promover o completo declínio da coesão, da integridade e da popularidade do Partido Trabalhista Brasileiro.

As perseguições se assanharam em todo o estado contra dedicados e prestigiosos companheiros aos quais deve o Partido a sua assistência e o seu apoio.

Ainda agora a Câmara Municipal de Curitiba, onde o PTB é majoritário, acaba de ser rudemente agredido pelo prefeito Ney Leprevost com uma linguagem injuriosa e inédita nos documentos oficiais.

Essas ofensas se manifestaram quando os vereadores do PTB, depois de prestarem ao mesmo prefeito ampla colaboração, chegaram a encruzilhada de terem de prestar-se aos seus desígnios de sacrificar os munícipes com novos tributos e leis nocivas ao bem coletivo. Nesta altura já não era possível condescender e o prefeito investiu contra toda a Câmara de modo humilhante a sua honra de poder público.

Mantiveram-se os vereadores do PTB com fortaleza de espírito e animo nessa emergência, ao lado dos ilustres representantes do PR, da UDN, do PRP, do PL e do PST a resguardarem o decoro e a respeitabilidade daquele órgão do poder público.

Tais fatos, por si, definem a disposição do PTB na jornada da libertação a que se entregou.

Não há lugar, nas fileiras do PTB, para os temerosos, os calculistas e os aproveitadores. Os *Quislings* políticos devem encontrar a oportunidade de sua expiação.

O Partido Trabalhista Brasileiro desenrola a sua grandiosa bandeira na batalha dos seus ideais. Conclama os seus adeptos à união e a firmeza das posições desassombradas porque o momento é das exatas definições.

O Partido Trabalhista Brasileiro se levanta, resoluto, para caminhar seguro, de pé e para frente.

Curitiba, 17 de setembro de 1948.

Fonte: *Gazeta do Povo*, 21 set. 1948, p. 5; *Diário da Tarde*, 23 set. 1948, p. 1 e 6.

**ANEXO 8:****Candidatos do PTB do Paraná nas eleições de 1954****Senador:** PARAILIO BORBA**Suplente de Senador:** RICARDO FUNARO**Prefeito de Curitiba:** ESTEVEM SOUZA NETO**Deputados Federais:**

- |                             |                           |
|-----------------------------|---------------------------|
| 1. ALCIDES CAETANO          | 10. HUMBERTO MOLINARO     |
| 2. ALICIO RIBEIRO DA MOTTA  | 11. JORGE MATHIAS JUNIOR  |
| 3. ANGELO BIACCHI SOBRINHO  | 12. LUDOVICO ANGELO       |
| 4. ANTONIO BABY             | BRANDALISE                |
| 5. CARLOS ALBERTO MANITA    | 13. MANOEL ANTONIO DA     |
| 6. CID CAMPELO              | CUNHA NETO                |
| 7. DIVONSIR BORBA CORTES    | 14. MANOEL RIBAS          |
| 8. GASTÃO VIEIRA DE ALENCAR | 15. PAULO ROCHA CHUERI    |
| 9. HEITOR PEREIRA FILHO     | 16. RUBENS DE MELLO BRAGA |

**Deputados Estaduais:**

- |                                   |                              |
|-----------------------------------|------------------------------|
| 1. ALCIDES BARROS CASSAL          | 14. EMMANOEL COELHO          |
| 2. ALCIDES CAETANO                | 15. EUCLIDES MARCOLA         |
| 3. AMMON SARAIVA                  | 16. EVARISTO MARSHALL DE     |
| 4. ANTONIO ANIBELLI               | ARAUJO                       |
| 5. ANIZIO EUNAPIO DA<br>CONCEIÇÃO | 17. FRANCISCO SILVEIRA ROCHA |
| 6. ARISTEU SANTOS RIBAS           | 18. GAMALIEL BUENO GALVÃO    |
| 7. ARLINDO SANTOS                 | 19. GILBERTO CLOVIS GINESTE  |
| 8. ARMANDO STAMM                  | 20. GUSTAVO KUSS             |
| 9. ARTHUR MOREIRA DE<br>CASTILHO  | 21. HERCULANO ROBIM TOLEDO   |
| 10. OIRO IBIRA DE BARROS          | 22. HERCULANO TORRES CRUZ    |
| 11. DAGOBERTO PUSCH               | 23. HERMINIO CABRAL          |
| 12. DOMICIO SCARAMELLA            | 24. IGNÁCIO JOSE DE CARVALHO |
| 13. ELIAS NACLE                   | 25. JEFFERSON SANTIAGO       |
|                                   | 26. JOÃO CERNICHIARO         |
|                                   | 27. JOAQUIM NEIA DE OLIVEIRA |

28. JORGE DE LIMA
29. JOSÉ TEIXEIRA DA SILVEIRA
30. JOSE DE MELO BRAGA  
JUNIOR
31. JOSÉ MACHUCA
32. JOSÉ HOFFMANN
33. JULIO ROCHA XAVIER
34. JOSUÉ JORGE
35. KEMMEL SARQUIS MELLEME
36. LIBANIO ESTANISLAU  
CARDOSO
37. LUIZ CLEVE TEIXEIRA
38. LAURO NASCIMENTO
39. LUPERCIO SOARES
40. MARIO CLAPIER URBINATTI
41. MARIO DE BARROS
42. MIGUEL BUFFARA
43. MIGUEL RIBEIRO DE  
CAMARGO
44. OTHELO LOPES
45. PEDRO LIBERTI
46. PEDRO MARIUCCI
47. PEDRO PARIGOT DE SOUZA
48. RAUL REZENDE FILHO
49. RENE CAMARGO DE  
AZAMBUJA
50. RONAT WALTER SODRE
51. SEBASTIÃO DE CAMARGO  
RIBAS
52. SEBASTIÃO VIEIRA LINS
53. SINVAL MARTINS DE ARAUJO
54. UBIRAJARA BRANDÃO
55. VITÓRIO JOSÉ RODA
56. WALKIRIA MOREIRA DA  
SILVA NAKED
57. WALTER GUIMARAES DA  
COSTA
58. WASHINGTON MANSUR
59. WALDEMAR DAROS
60. XENOFONTE FREITAS LOPES

Fonte: *Gazeta do Povo*, 1 out. 1954, p. 1.

## **ANEXO 9:**

### **Manifesto da “ala lupionista” do PTB**

#### **PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO**

Seção do Paraná

#### **MANIFESTO**

Os que o presente subscrevem, membros do PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, Seção do Paraná, tendo em vista a atual conjuntura política do Estado e, CONSIDERANDO que, pior ocasião dos últimos pleitos eleitorais, se mantiveram absolutamente fieis a linha político-partidária traçada pela direção nacional, consubstanciada na aliança PSD-PTB e da qual resultou a eleição dos ilustres brasileiros JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA e JOÃO GOULART, respectivamente para Presidente e Vice Presidente da república;

CONSIDERANDO que, o Partido Trabalhista Brasileiro, secção do Paraná, a pretexto de concorrer com “candidato próprio” nas ultimas eleições para Governador do Estado, celebrou acordo político com o Partido Republicano e, unidos, pugnaram contra a eleição do candidato oficial do Partido Social Democrático, Sr. MOYSES LUPION;

CONSIDERANDO que, o Partido Trabalhista Brasileiro, secção do Paraná, emprestou, assim, embora indiretamente, sua colaboração ao candidato de oposição atual Presidente da República em vista de ter o Partido Republicano, Seção do Paraná, adotado, oficialmente, a candidatura oposicionista do General Juarez Távora a presidência da República;

CONSIDERANDO que, esse procedimento foi responsável pelo clima de intranqüilidade e descontentamento, gerado no seio do Partido e traduzido nos pronunciamentos públicos de ponderável parcela de antigos e destacados membros, alguns dos quais com brilhante acervo de serviços prestados, ao Partido, tanto no estado como no âmbito nacional e que, por isso mesmo, desejavam fossem mantidos e respeitados, também no Paraná, os compromissos político-partidário contidos na aliança nacional PSD-PTB;

CONSIDERANDO que, tal aliança representava, especialmente no Paraná, a conjunção de forças políticas invencíveis, capaz de assegurar um futuro de tranqüilidade social e de processo do Estado;

CONSIDERANDO que, todas as tentativas e empenhos, superiormente orientados nesse sentido, foram frustados e malograram mercê da irremovível intransigência em que se colocará a direção estadual do Partido Trabalhista Brasileiro;

CONSIDERANDO que, a despeito da notória pujança eleitoral do PTB no Estado, o resultado final da votação atribuída ao digno candidato JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA foi de molde a evidenciar, de forma insofismável, que apreciável parcela do seu eleitorado se diluiu na dispersão dos votos conferidos a outros candidatos;

CONSIDERANDO que, o Partido Trabalhista Brasileiro, Secção do Paraná, vem sofrendo, dia a dia, as conseqüências danosas de sua má direção, responsável pelo abandono a que foram relegados seus principais baluartes do interior do Estado, arrastados aos azares da oposição e entregues a própria sorte, nos seus batidos redutos de atividades e de luta;

CONSIDERANDO que, para corrigir os resultados negativos dos últimos pleitos municipais, quando sofreu o Partido a sua maior derrota de todos os tempos, mister se faz uma ação imediata e positiva, para reajustamentos das idéias e dos homens, diante a realidade dos fatos consumados;

CONSIDERANDO que, é desejo expresso do Exmo, Sr. Presidente da República, que o PSD e o PTB, em todos os Estados formem uma aliança indestrutível visando a pacificação nacional, para que a política e administrativamente possa haver harmonia tão necessária a construção da grandeza do Brasil e bem estar do seu povo;

CONSIDERANDO, finalmente, que é obrigação indeclinável dos verdadeiros soldados da CRUZADA GETULISTA preservarem o Partido das competições estéreis, de caráter exclusivamente personalista.

#### RESOLVEM:

PROSSEGUIR, com fidelidade e firmeza, na linha política que se traçaram, de respeito e obediência a aliança nacional PSD-PTB e de solidariedade e apoio ao Presidente JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, ao Vice-Presidente JOÃO GOULART e ao Governador do Estado, MOYSES LUPION.

Curitiba, 1º de Fevereiro de 1957

ALEXANDRE ZAINKO, secretário Geral da C.E. Reg.

ESTEVAM RIBEIRO DE SOUZA NETTO, membro do Conselho Fiscal da Comissão Executiva Regional.

PAULO ROCHA CHUERI, membro do Diretório Regional e suplente de Deputado Federal.

EMANUEL COELHO, membro do Diretório Municipal e Diretor da Imprensa Oficial.

VIEIRA LINS, ex-líder do PTB e vice-líder da maioria na Câmara Federal.

PEDRO PARIGOT, suplente de Deputado Estadual.

RAUL TABORDA RIBAS, ex-membro da Comissão de reestruturação.

WALDEMAR DAROS, ex-deputado federal pelo PTB.

MANOEL RIBAS

Fonte: *O Dia*, 22 fev. 1957, p. 1.

**ANEXO 10:****Comunicado da “ala lupionista” do PTB****PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO**

Seção do Paraná

**COMUNICADO**

Os signatários do Manifesto já divulgado pela imprensa, no sentido de enviar possíveis explorações futuras, de grupos e pessoas, declaram, pelo presente, que nunca foi objetivo do movimento que iniciaram a conquista de posições nos órgãos diretivos do Partido, não participando, sequer, da Convenção que se instalará amanhã.

O sentido do pronunciamento político, expresso no referido Manifesto, objetiva, principalmente, a definição e a coerência na linha política que se traçaram, de apoio irrestrito a aliança nacional PSD-PTB, tornando-a extensiva ao Governo do Paraná.

É inadmissível, por ilógico e inconseqüente, que o PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, secção do Paraná, adote dois critérios antagônicos expressos nesta formula paradoxal e contraditória:

Apoio e colaboração incondicional ao Governo pessedista da República; oposição intransigente e sistemática ao Governo pessedista do Estado.

A posição em que se colocou a direção do PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, no Paraná, teria ressaltado de mera incongruência, não fora a tendência de caráter nitidamente personalista, que a orienta e determina.

Cumpra, outrossim, assinalar a disposição em que se encontram os signatários do mencionado Manifesto, de prosseguir no rumo traçado, até a colimação integral dos seus objetivos.

Nessa ordem de considerações, o caminho está aberto para os companheiros desapaixonados e de bom senso, que lealmente desejem a sobrevivência e o fortalecimento do PTB paranaense, para honra e glória do imortal Presidente GETULIO VARGAS.

Em Curitiba, 23 de fevereiro de 1957

ALEXANDRE ZAINKO – Secretario Geral da Comissão Executiva Regional;

ESTEVAM RIBEIRO DE SOUZA NETTO – Membro do Conselho Fiscal da Comissão Executiva Regional;



PAULO DA ROCHA CHUERI – Membro do Diretório Regional e suplente de Deputado federal;

PEDRO PERIGOT – Suplente de Deputado Estadual do PTB;

VIEIRA LINS – Ex-líder do PTB e vice- líder da maioria da Câmara Federal;

EMANUEL COELHO – Membro do Diretório Municipal de Curitiba, do PTB;

RAUL TABORDA RIBAS – ex-membro da comissão de reestruturação Estadual do PTB

WALDEMAR DAROS – Suplente de Deputado Estadual do PTB

MANOEL RIBAS – Ex-deputado federal do PTB.

Fonte: *Gazeta do Povo*, 24 fev. 1957, p. 1.

**ANEXO 11:****Chapa Getúlio Vargas – Candidatos do PTB nas eleições de 1958****Senador :** Atilon de Souza Neves**Suplente:** Nelson Maculan**Deputados Federais:**

- |                                |                             |
|--------------------------------|-----------------------------|
| 1. Antonio Baby                | 14. Fernando Flores         |
| 2. Antonio Paua Filho          | 15. Heitor Pereira Filho    |
| 3. Divonsir Barba Côrtes       | 16. Humberto Grande         |
| 4. Evandro M. Correia Menezes  | 17. Herculanro Torrez Cruz  |
| 5. Fernando Flores             | 18. Humberto Molinaro       |
| 6. Heitor Pereira Filho        | 19. Jânio Quadros           |
| 7. Humberto Grande             | 20. Jorge de Lima           |
| 8. Herculanro Torrez Cruz      | 21. José Silveira           |
| 9. Humberto Molinaro           | 22. Kalil Maia Neto         |
| 10. Antonio Baby               | 23. Marino Pereira          |
| 11. Antonio Paua Filho         | 24. Miguel Buffara          |
| 12. Divonsir Barba Côrtes      | 25. Osmar Gonçalves da Mota |
| 13. Evandro M. Correia Menezes | 26. Petronio Fernal         |

**Deputados Estaduais:**

- |                              |                           |
|------------------------------|---------------------------|
| 1. Aldo Silva                | 26. João Cernicchiaro     |
| 2. Alfredo Rodrigues Brianez | 27. João Lourenço Pagano  |
| 3. Animal Pinto Cordeiro     | 28. Joaquim Neia Oliveira |
| 4. Antônio Anibelli          | 29. Jorge Elias Nasser    |
| 5. Antonio Gaggiano          | 30. José Hoffmann         |
| 6. Antonio Rocha Silveira    | 31. Júlio Rocha Xavier    |
| 7. Antonio Vicente Lima      | 32. Juvenal Assis Machado |
| 8. Armando Lima Uchôa        | 33. Lauro Nascimento      |
| 9. Aroldo Esteves de Silva   | 34. Léo de Almeida Neves  |
| 10. Chafic Cury              | 35. Libâneo Cardoso       |
| 11. Ciro Ibará de Barros     | 36. Lineu Turra           |

- |                              |                               |
|------------------------------|-------------------------------|
| 12. Djalma Silva Cravo       | 37. Mario de Barros           |
| 13. Domício Scaramela        | 38. Mario Urbinati            |
| 14. Eias Nacle               | 39. Migue Dinizo              |
| 15. Eloy Pimentel            | 40. Nilo Biazzetto            |
| 16. Eros Pacheco             | 41. Nilson Pereira Neves      |
| 17. Euclides Marcola         | 42. Pedro Liberti             |
| 18. Fenelon Moreira          | 43. Piratan Araujo            |
| 19. Francisco Ferreira Rocha | 44. Raul Rezeide Filho        |
| 20. Gamaliel Buebo Galvão    | 45. Rubens Melo Braga         |
| 21. Geraldo Marques Saraiva  | 46. Samuel de Muzzio          |
| 22. Higino Alcides Tempski   | 47. Silvino Lipes Oliveira    |
| 23. Helber Palhano           | 48. Vitor José Roda           |
| 24. Herminio Vitorelli       | 49. Waldemar Daros            |
| 25. Ivo Fabricio Morais      | 50. Walter Guimarães da Costa |

Fonte: “Resultados da XI Convenção do PTB paranaense”. In: *Gazeta do Povo*, 17 dez. 1957, p. 3.

## ANEXO 12:

## Proposição do PTB do Paraná (22 de março de 1959)

Cristiano  
 f. m. }  
 De Jesus  
 PTB

Proposição Aprovada por Unanimidade, na Reunião do  
Diretório Regional do PTB - Secção do Paraná -

Realizada em 22 de Março de 1.959

O Diretório Regional do Partido Trabalhista Brasileiro — Secção do Paraná —

CONSIDERANDO que os partidos políticos e o povo já estão debatendo o problema da sucessão presidencial;

CONSIDERANDO que o PTB, graças à liderança firme e esclarecida do Dr. João Goulart, consolidou-se definitivamente no cenário político da Nação, através de suas atuantes representações na Câmara dos Deputados, Senado, Assembléias Legislativas, além do domínio do poder executivo em muitos Estados e Municípios;

CONSIDERANDO que o PTB, hoje, não é somente uma sigla, mas, no dizer do imortal Getúlio Vargas, UMA REVOLUÇÃO EM MARCHA, preocupado com reformas básicas, de ordem econômica e social, visando emancipar economicamente o país e libertar socialmente o seu povo;

CONSIDERANDO que as classes trabalhadoras, angustiadas pela carestia e pela opressão do poder capitalista, desejam ardorosamente a implantação no Brasil das diretrizes ideológicas do TRABALHISMO

Propõe para estudo e apreciação das Secções Regionais do PTB, com vistas à futura convenção nacional do partido, o ante-projeto (anexo) de um programa mínimo de reivindicações populares, consubstanciando soluções racionais, capazes de corrigir as distorções do nosso processo político, social e econômico, dentro das diretrizes nacionalistas e socializantes do Partido Trabalhista Brasileiro, o qual deverá ser defendido na próxima campanha eleitoral pelos candidatos da agremiação à presidência e Vice-presidência da República.

O PTB paranaense julga-se no dever de exteriorizar essas sugestões, não só no exercício da seu direito democrático de expressão de idéias, essencialmente vigorante na grei, como também pela sua pujança eleitoral, reafirmada no último pleito com a sufragação do Senador Souza Naves, deputados federais Janio Quadros (o mais votado do Estado), Petronio Fernal, Miguel Buffara, Jorge de Lima, José Silveira, e Antonio Baby, Prefeito de Curitiba, General Iberê de Mattos, e treze deputados estaduais.

Reitera, nesta oportunidade, esta Secção Regional sua irrestrita solidariedade e apoio à conduta patriótica do Presidente da Agremiação, Dr. João Goulart, que se tem desvelado no afã de engrandecer o PTB e esposar as melhores causas do proletariado e do Brasil, honrando assim, a herança política de Vargas.

**PROGRAMA MÍNIMO DE REIVINDICAÇÕES POPULARES DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, A SER DEFENDIDO PELOS SEUS CANDIDATOS A PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.**

1 — Monopólio estatal do petróleo, extensivo à sua distribuição e comercialização, com total prestígio à PETROBRÁS S. A. . . . .

2 — Exploração e aproveitamento pelo Estado das nossas fontes básicas de energia, notadamente da nuclear, do carvão e dos potenciais hidro-elétricos, com aprovação do projeto da Eletrobras.

3 — Reforma bancária, tendo por base o projeto n.º 21|54, do senador Alberto Pasqualini, que deverá ser complementado por uma disciplina geral, relativa à organização e ao funcionamento do sistema bancário privado.

4 — Combate à inflação e aos seus efeitos anti-sociais, através:

a) da supressão ou redução drástica de tôdas as despesas públicas de caráter economicamente improdutivo;

b) da revisão periódica dos níveis salariais, a fim de reajustá-los às variações do poder aquisitivo da moeda, instituindo-se o salário móvel;

c) da repressão, por tôdas as formas, da ganância e da especulação;

d) do congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, sem prejuízo do agricultor, ocorrendo o govêrno com a diferença da elevação dos custos de produção, que venha a se verificar.

5 — Manutenção e aperfeiçoamento da legislação do trabalho, em tudo que concerne aos direitos e garantias da classe operária, com sua adaptação aos trabalhadores rurais, devendo ser:

a) intingível o princípio da unidade e liberdade sindicais;

b) reorganizado o sistema da Previdência Social, tornando obrigatória a representação dos associados na sua direção, com à melhoria e aprovação do projeto da Lei Orgânica da Previdência Social, ora no Senado, incluindo-se a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores Rurais e do I.A.P. dos Ferroviários;

c) regulamentado o salário mínimo familiar;

d) instituído o salário profissional;

e) regulamentado o direito de greve;

f) Aperfeiçoada e tornada eficiente a fiscalização da legislação trabalhista, dotando-se de meios e recursos as Delegacias Regionais do M.T.I.C., conforme mensagem elaborada pelo então Ministro João Goulart e encaminhada ao Congresso pelo Presidente Vargas.

g) Regulamentado o dispositivo constitucional que prevê a participação direta dos trabalhadores nos lucros das empresas.

6 — Estabelecimento de relações comerciais com todos os países do mundo, sem discriminação racial, religiosa ou política.

7 — Política internacional servindo exclusivamente aos interesses do Brasil, equidistante de Washington e de Moscou.

8 — Reforma constitucional, visando melhor distribuição das rendas públicas, o direito de voto às praças de pré e de voto-legenda aos analfabetos, a desapropriação por utilidade social e outras modificações que resultem na crescente participação do trabalho nos frutos de sua produção.

9 — Limitação para o razoável, sem câmbio privilegiado, da remessa ao exterior de dividendos, lucros, royalties, e prêmios de seguros.

10 — Concessão de crédito pelos bancos oficiais apenas às empresas nacionais, sem vinculação com trustes e monopólios alienígenas.

11 — Nacionalização dos bancos estrangeiros de depósitos.

12 — Monopólio estatal de tôdas as modalidades de seguro e capitalização.

13 — Criação do Instituto Nacional do Cinema, propiciando a consolidação da Indústria Cinematográfica em nosso país.

14 — Reforma agrária.

15 — Instituição da Cédula Única e da eleição por Distrito, com efetivo contrôle pela Justiça Eleitoral nos gastos das campanhas, tendentes a evitar a influência do poder econômico na livre manifestação popular.

16 — Repressão a "tôda e qualquer forma de abuso do poder econômico", mediante a elaboração de lei complementar do artigo 148, da Constituição Federal.

17 — Aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de maneira a permitir a racionalização do ensino e o acesso de maior número de brasileiros aos seus benefícios.

18 — Integral acatamento à Lei do Congresso, que determina a mudança da sede do governo para Brasília, com o prosseguimento de tôdas as suas obras, objetivando a interiorização do país, com a conquista dos seus enormes espaços geográficos vazios.

19 — Continuação do Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek.

20 — Moralização administrativa, com poupança de gastos e aplicação escrupulosa dos dinheiros públicos.

**ANEXO 13:****Plano de Ação Política do PTB****(aprovado na XI Convenção Nacional do PTB, em 1º de maio de 1959).**

1. Extensão do direito de voto aos analfabetos e a todas as classes sociais. Instituição da cédula única. Elegibilidade dos subtenentes, suboficiais e sargentos das Forças Armadas.
2. Reforma agrária, mediante a desapropriação por interesse social, e formação da pequena propriedade pelo crédito especializado.
3. Apoio à construção de Brasília para a interiorização da Capital Federal a 21 de abril de 1960.
4. Elaboração do estatuto disciplinando a entrada, aplicação e saída de capitais estrangeiros.
5. Efetivo amparo ao municipalismo, mediante novo critério de distribuição das cotas da receita federal.
6. Irrestrito apoio à Petrobrás e imediata aprovação da Eletrobrás. Monopólio estatal do petróleo, inclusive na distribuição e comercialização, bem como das fontes básicas de energia. Proibição da propriedade de glebas do território nacional por entidades estrangeiras. Colonização preferencial de terras devolutas pelos órgãos do poder público. Proibição da concessão de terras públicas, em grandes áreas, às empresas particulares de fins especulativos.
7. Lutar em favor da Operação Nordeste e da Operação Pan-Americana. Operação mundial pela libertação de todos os países subdesenvolvidos.
8. Aperfeiçoamento da legislação do trabalho e da Previdência Social. Revisão dos níveis salariais. Salário mínimo da família. Salário profissional. Legislação do trabalhador rural. Regulamentação do direito de greve. Efetiva fiscalização da legislação trabalhista. Melhoria da habitação. Modernização do serviço social e da assistência à saúde das populações marginais da cidade e do campo. Regulamentação especial e fiscalização das condições de trabalho na obra de construção de Brasília. Participação indireta dos trabalhadores nos lucros das empresas e criação de um Fundo Nacional de Proteção ao Trabalhador.

9. Estabelecimento de uma nova política do trabalho, do crédito rural, da agricultura em geral e da colonização, de maneira a dinamizar os diversos órgãos executivos entregues ao PTB no governo federal.
10. Aprovação do projeto de Diretrizes e Bases da Educação, atualizado pelo Ministério da Educação e Cultura, mantida a predominância da escola pública. Proteção ao teatro e ao cinema nacionais, às artes e às letras e à cultura artística popular.
11. Revisão da legislação federal relativa aos territórios no sentido de facilitar o seu processo econômico.
12. Pagamento pelo governo de seu débito para com os institutos de Previdência Social, sem elevação das quotas de contribuição dos trabalhadores.

Fonte: TSE, Processo nº 1.592/1959. In: D'ARAÚJO (1996, p. 126-127).



## ANEXO 14:

Ofício assinado por Affonso Alves de Camargo Netto, secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, afirmando estar autorizado pelo governador Ney Braga, no qual encaminha as bases do acordo.



ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça

Gabinete

Curitiba, 26 de novembro de 1961

N.º

Senhor Presidente

No instante em que o Diretório Regional do Partido Trabalhista Brasileiro, Seção do Paraná, reúne-se para deliberar sobre relevantes problemas ligados à vida política e administrativa do Estado, na qualidade de Secretário do Interior e Justiça e devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga, tenho a honra de encaminhar por intermédio de Vossa Excelência, Senhor Presidente, para conhecimento e deliberação do plenário dessa reunião, o esquema abaixo descrito, que objetiva - como é propósito de todos - atender da melhor maneira possível os superiores interesses de nossa terra, na conjunção de esforços partidários que se aspira alcançar.

Dentro dessa ideia, o Partido Trabalhista Brasileiro, por intermédio dos seus órgãos competentes, terá o comando político-administrativo nos municípios em que o Prefeito Municipal pertencer ao Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido for a força de maior expressão eleitoral, comprovada nas últimas eleições da forma que segue:

- a) - nos municípios novos, pela eleição do Prefeito Municipal, em outubro de 1.961;
- b) - nos municípios antigos, pela votação do candidato Governador pelo Partido Trabalhista Brasileiro nas eleições de 1.960, excetuados os municípios de Ortigueira e Bocaiuva do Sul.

O Partido Trabalhista Brasileiro, a partir dessa primeira divisão de comandos na orientação político-administrativa dos municípios, participará, em igualdade de condições com os outros partidos que apoiem o Governo, das próximas revisões de lideranças, que terão sempre o objetivo de conferir o comando e conseqüente responsabilidade, àqueles que representem, com base em resultados eleitorais futuros, as legendas vitoriosas em cada município. Assim sendo, o Governo, proclamados os resultados eleitorais de outubro de 1.962, fará a revisão em todos os municípios do Estado, dando a liderança, em cada um deles, àquele Partido que tiver obtido a maior legenda nas eleições para deputado estadual.

Inquanto não ocorrer a segunda etapa de inversão de comandos



ESTADO DO PARANÁ

*Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça*

Gabinete

Curitiba, 26 de novembro de 1961

N.º

-2-

*estaduais, nos municípios onde o Partido Trabalhista Brasileiro tem Prefeitos e o Senador Nelson Maculan não foi vitorioso nas eleições para Governador, dependerá, necessariamente, de prévia audiência desses Prefeitos, que opinarão sobre o assunto, bem como serão consultados sobre as atuais condições de convivência que vêm mantendo com as autoridades presentemente no exercício de suas funções, visando-se o máximo de harmonia para o funcionamento do presente esquema.*

*Na certeza de que esse nosso esforço reverterá de forma integral em benefício do povo paranaense e confiando na compreensão e alto espírito público que certamente nortearão a decisão dos trabalhistas, subscrevo-me, apresentando as minhas*

CORDIAIS SAUDAÇÕES

AFFONSO ALVES DE CATARGO NETTO  
Secretário de Estado.

EXMO. SR,  
SENADOR NELSON MACULAN  
DD. PRESIDENTE DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO  
NESSA CAPITAL

**ANEXO 15:**  
**Candidatos do PTB em 1962**

**Candidatos do PTB à Câmara Federal dos Deputados:**

- |   |   |
|---|---|
| 1. Antonio Baby – União da Vitória                | 14. Fernando Gama de Souza – Curitiba   |
| 2. Kalil Maia Neto – Ponta Grossa                 | 15. Aldo Silva – Paranavai              |
| 3. Petronio Fernal – Ponta Grossa                 | 16. Cássio de Toledo Pizza – Amoreira   |
| 4. José Silveira – Nova Esperança                 | 17. Américo Ugolini – Londrina          |
| 5. Miguel Buffara – Paranauá                      | 18. Júlio Rocha Xavier – Tomazina       |
| 6. Egon Bertch – Toledo                           | 19. Divonsir Borba Cortes – Curitiba    |
| 7. Antonio Rodrigues de Paula Filho –<br>Curitiba | 20. Leonel Brizola – Curitiba           |
| 8. Wilson Chedid – Curitiba                       | 21. João Chede – Palmeira               |
| 9. Antônio Annibelli – Clevelândia                | 22. José Gonçalves de Moraes – Curitiba |
| 10. Elias Nacle – Bandeirantes                    | 23. Mauricio Moraes Sarmento            |
| 11. Renato Celidoni – Maringá                     | 24. Waldir Jorge de Melo                |
| 12. João Batista Stocco – Colombo                 | 25. Luiz Alberto Dalcanalle – Cascavel  |
| 13. Anibal Pinto Cordeiro Neto – Rio<br>Negro     |   |

### **Candidatos do PTB à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:**

1. Silvino Lopes de Oliveira – Peabirú
2. Jorge Miguel Nassar – Curitiba
3. Waldemar Daros – Curitiba
4. Líbano Estanislau Cardoso – Castro
5. Pedro Liberti – Rolândia
6. Miguel Dinizio – Cambará
7. João Cernichiaro – Arapongas
8. Joaquim Néia de Oliveira – Ribeirão Claro
9. Elio Duarte – Mandaguari
10. Mariano Pereira - Apucarana
11. Antonio Vicente de Lima – Cambé
12. Moacir Júlio Silvestri – Guarapuava
13. Piratan Araujo – Palmas
14. Lineu Mansani Turra – Palmeira
15. Dimicio Scaramella – União da Vitória
16. Homero Batista de Barros – Curitiba
17. Luiz Carlos Pereira Tourinho \_ Curitiba
18. Miran Pirih – Nova Esperança
19. Julio Jacob – Jaguapitã
20. Alceu Miranda – Maringá
21. Eurico Batista Rosas – Ponta Grossa
22. Adid Laidame – Ponta Grossa
23. Daniel Krachychyn – Ponta Grossa
24. Heitor Pereira Filho – Jacarezinho
25. Antonio Rocha Silveira – Ibaiti
26. Renato Cunha – Londrina
27. Manoel Silva – Londrina
28. Inocencio Marins – Curitiba
29. Leon Naves Barcelos – Curitiba
30. Orlando Matos – Curitiba
31. Peres Kreitchman – Curitiba
32. Valmir Rocha Loures – Curitiba
33. Arlindo Ribas de Oliveira – Curitiba
34. Aristides Athaide Junior – Curitiba
35. Jorge Matias Junior - Curitiba
36. Francisco Cezar Soares Montenegro – Paranavaí
37. Leonidas Pires de Oliveira – Santa Izabel do Ivaí
38. Waldir Cunha – Cornélio Procópio
39. Walter Pecoits – Francisco Beltrão
40. Peroy Schreiner – Anto Antonio
41. Edu Potiguara Bublitz – Pato branco
42. Paulino Stedille – Coronel Vivida
43. Lucilio de Held – Terra Rosa
44. Orlando Peraro – Terra Boa
45. José Neves Formihiergi – Cascavel
46. José Dutra de Almeida Lira – Campo Mourão
47. Sulaiman Felicio – Centenário do Sul
48. Arlindo Ramos do Amorim – São Jorge
49. Ivo Ramos – Guaira
50. Sadão Masuko – Londrina
51. Xenofonte Lopes – Laranjeiras do Sul
52. Horácio Amaral – Assefrestópolis
53. Horácio Amaral – Assaí
54. Horácio Amaral – Assaí
55. Manoel Lourenço de Carvalho – Curitiba
56. Willy Barth – Toledo
57. Joaquim Pires Cerveira – Curitiba
58. Loir Vaz – Tihagi
59. Iberê de Mattos

## ANEXO 16:

### Moção aprovada na XIV Convenção Nacional do PTB (20 de março de 1964)



A XIV Convenção Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro reúne-se numa hora decisiva para os destinos da nacionalidade, quando a maioria absoluta do povo exige a realização urgente das Reformas de Base, a fim de assegurar o desenvolvimento econômico com Justiça Social.

A bandeira das reformas, desfraldada por Vargas, tem no Presidente João Goulart sua figura esponsencial, marcada por atos inequívocos de governo sua disposição inabalável de "ampliar as estruturas sócio-econômicas e renovar as instituições jurídicas, a fim de preservar a paz da família brasileira e abrir à Nação novas perspectivas de progresso e de integração de milhões de brasileiros numa vida mais compatível com a dignidade humana."

A recente Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional consubstancia corajosas soluções político-administrativas para os graves problemas de país e aponta, com clareza e vigor, o "caminho brasileiro" das Reformas.

A justa distribuição da propriedade, condicionado seu uso ao bem-estar social; o direito de voto ao analfabeto; a delegação legislativa, em determinados casos, no sentido de capacitar o governo a ação rápida e eficaz; a consulta popular sobre as Reformas de Base; as reformas bancária, tributária, administrativa, universitária e amplo plano de obras em todos os setores da vida nacional informam aquele documento que honra a história política do Brasil.

Embora enfrentando a oposição dos inimigos do povo, que desejam manter privilégios intoleráveis, o Presidente João Goulart tem ao seu lado os trabalhadores e a maioria esmagadora dos brasileiros, como ficou claramente demonstrado no grande Comício do dia 13, no qual Presidente e Povo travaram o diálogo democrático das praças públicas.

O Decreto da Supra, a Regulamentação dos Aluguéis, a desapropriação das refinarias particulares de petróleo mereceram o aplauso das multidões, porque defendem o povo e engrandecem a Nação.



A política externa do atual governo consolidou definitivamente princípios programáticos do PTB, como a não intervenção, auto-determinação dos povos, igualdade jurídica dos Estados, solução pacífica das controvérsias e o respeito aos direitos humanos.

O comércio exterior se exercita sem barreiras políticas ou ideológicas; a Lei de Remessas de Lucros foi regulamentada.

Empreendimentos fundamentais nos setores de transporte e comunicações, siderurgia, energia elétrica, saneamento são atacados em ritmo acelerado; o patrimônio mineral é defendido da ação nefasta dos trusts e se faz o monopólio da importação de petróleo. A educação se democratiza.

As liberdades públicas estão sendo preservadas como nunca o foram e as reivindicações da classe operária recebem o amparo governamental.

Os ideais de Vargas e programa do PTB vem sendo fielmente defendidos, não obstante as dificuldades políticas e os duros encargos econômicos-financeiros que o governo arrosta.

Mas a luta do Presidente João Goulart, hoje, não é apenas a interpretação dos princípios do PTB: é o somatório das aspirações populares; é o futuro da Pátria que se define.

Esta Convenção Nacional confia que o "Presidente das Reformas" alcançará seus objetivos, cumprindo sua predestinação histórica.

E através desta Moção, os Convencionais, representando os trabalhistas de todo país, transmitem ao herdeiro político de Getúlio Vargas sua integral solidariedade e apoio, concitando-o a prosseguir na sua caminhada, liderando, além do PTB, todas as forças populares, até a vitória final da nossa causa, com a conquista cristã, pacífica e democrática das transformações econômicas e sociais, para a grandeza do Brasil e a libertação do ~~país~~ seu povo.

Brasília, 20 de março de 1964.

*João de Almeida*